



**Vitor Leandro de Souza**

**“SOLDADOS DO FOGO”:  
uma História Social do Corpo de Bombeiros  
do Rio de Janeiro, nas décadas de 1880 – 1910**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Diego Antonio Galeano

**Rio de Janeiro  
Março de 2021**



**Vitor Leandro de Souza**

**“SOLDADOS DO FOGO”:**

**uma História Social Corpo de Bombeiros  
do Rio de Janeiro, nas décadas de 1880 – 1910**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

**Profº. Diego Antonio Galeano**

Orientador

Departamento de História - PUC Rio

**Profª. Adriana Barreto de Souza**

Departamento de História –UFRRJ

**Profº. Cândido Gonçalo Rocha Gonçalves**

Departamento de História – UNIRIO

**Profº. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

Departamento de História - PUC Rio

**Profº. Paulo Cruz Terra**

Instituto de História - UFF

Rio de Janeiro, março de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## Vitor Leandro de Souza

Graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2011. Obteve o grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2015.

### Ficha Catalográfica

Souza, Vitor Leandro de

“Soldados do fogo”: uma história social do corpo de bombeiros do Rio de Janeiro, nas décadas de 1880 – 1910 / Vitor Leandro de Souza ; orientador: Diego Antonio Galeano. – 2021.

361 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Corpo de bombeiros. 4. Rio de Janeiro. 5. Mundos do trabalho. 6. História militar. 7. História Urbana. I. Galeano, Diego Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para minha mãe:  
pelo amor, grande apoio e confiança de sempre.



## Agradecimentos

Em tempos de obscurantismo e de desmonte dos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, onde pesquisadores não têm recebido incentivos financeiros e respeito, finalizar uma tese de doutorado é uma conquista coletiva. Essa tese é fruto de cinco anos de pesquisa, iniciado em tempos em que, ainda, se oferecia as mínimas condições de “fazer ciência”. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Meus agradecimentos a Capes pela bolsa que possibilitou minha dedicação e imersão no “mundo dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros”.

As reflexões contidas em cada um das linhas aqui escritas possuem base em uma formação democrática, libertária e antifascista. Fruto da escola pública, desde o Ensino Fundamental, passando pelo Ensino Médio e pela graduação. É, antes de tudo, um compromisso com o fazer científico!

Sou muito grato aos funcionários do Arquivo Nacional (RJ), da Biblioteca Nacional (RJ) e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro pela paciência e prontidão em ajudar. No Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, pude contar com a valiosa ajuda do subtenente Jonathas Felix Raphael Pinheiro, a quem agradeço demais pela disponibilidade e atenção nas demandas de pesquisa.

Agradeço ainda aos professores e funcionários do Departamento de História da PUC, pelo apoio nos anos do doutorado. Meu obrigado ao professor dr. Diego Galeno, pela orientação da pesquisa. Agradeço ainda aos funcionários do Departamento de História da PUC Rio, especialmente à Débora Evelyn, pela atenção e disponibilidade em ajudar sempre com carinho. Assim como aos amigos e amigas de jornada no doutorado da instituição: Ana, Andrea Forti, Fabiana, Gleyce Heitor, Juliene Tardeli e Waleska pelo apoio e angústias compartilhadas.

Meus agradecimentos aos companheiros de trabalho no *Colégio Stella Maris* (RJ), especialmente ao Carlos Eduardo Cardozo (Cadu) pelo apoio e compreensão. Assim como agradeço aos alunos e alunas que diária e diretamente influenciaram na observação da realidade, e como esse real se faz presente nesta pesquisa.

Nos momentos em que a pesquisa mais parecia os prédios incendiados, encontrei tranquilidade em pessoas queridas que não me deixaram desanimar.

Agradeço imensamente a Alessandra Carvalho, Andrea Casa Nova, Claudiane Torres, Edilson Junior, Lucas Pereira, Luciene Carris, Laura Maciel, Leandro Climaco, Pedro Krause, Raphaela Galiza, Samantha Quadrat, Silmara Cesar e Thiago França.

Sendo acolhida e conforto, Fabiano Alvares esteve comigo no momento difícil, com ele, a reta final e decisiva, foi mais humanizada pelo afeto.

Leonardo Costa chegou nos últimos toques de rescaldo do incêndio da tese, e se mostrou como fundamental, sendo apoio e me contagiando com o seu abraço e sorriso.

Á Alberto Diniz e Matheus Topine pelos mapas e outras ideias fundamentais para que a versão final ganhasse corpo. Textos prévios dos capítulos foram lidos por Marília Rodrigues e Renata Moraes, sugestões e generosas conversas ajudaram a amadurecer os argumentos em várias partes da tese. Assim como a querida Vera Alves, que revisou o texto com paciência e contribuiu com perguntas oportunas que me permitiram reescrever trechos que só faziam sentido para mim. Obrigado!

Em todo esse tempo – mais de 10 anos entre graduação e o doutorado – a vovó Maria partiu... recentemente o vovô Luis Tibúrcio também nos deixou, mas a saudade e o amor que tenho por eles continua a ser meu maior incentivo. Agradeço a minha família, por ser o meu maior apoio e porto seguro. Tias, tios, primos e primas, entenderam minhas ausências e preocupações. Sempre me apoiando e incentivado está minha mãe, Vera Lucia. Com ela aprendi desde cedo o que é a vida adulta. E que o trabalho, além de disciplina e empenho, deve ser acompanhado de humildade e respeito com todos os outros que encontramos em nossas trajetórias.

## Resumo

Souza, Vitor Leandro de; Galeano, Diego Antonio. « Soldados do Fogo »: uma História Social do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nas décadas de 1880 – 1910. Rio de Janeiro, 2021. 361p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em 1917, músicos da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro apresentaram o hino “Soldado do Fogo”. Os versos celebravam a “sagrada missão” destes “voluntários” que “não temem da morte” na sua batalha contra incêndios “horrorosos e dantescos”. A letra do hino condensava uma narrativa que, desde meados do século XIX, havia sido forjada institucionalmente, na intenção de consolidar o caráter heroico de integrantes comprometidos com a tarefa de proteger a vida e a propriedade, ainda que para isso tenham que perder a própria vida, com o “cumprimento do seu dever”. Essa versão idealizada do lugar social do bombeiro, elaborada e reelaborada pela Corporação, será questionada nesta tese em três argumentos principais. Primeiramente, através da análise das formas de recrutamento e do perfil dos agentes nos níveis mais baixos da hierarquia institucional, revelando dinâmicas relacionadas aos mundos de trabalho e aos conflitos laborais na virada do século XIX para o XX, que contrastam com a imagem de um voluntário empenhado no ofício de se sacrificar pela missão. Em segundo lugar, aponta para o Corpo de Bombeiros como uma instituição menos coesa do que aquela imaginada por seus comandantes, em grande medida fraturada por hierarquias e distinções que separavam, por exemplo, uma maioria de trabalhadores pobres dos militares de alta patente do Exército brasileiro. Por fim, a tese revela os limites de atuação dos bombeiros na execução das suas atribuições: seja pelas precárias condições de trabalho, seja pela carência de equipamentos à sua disposição. Enfim, esta pesquisa traz à tona um universo de trabalhadores lutando contra muito mais do que incêndios: por salários, condições de trabalho e possibilidades de ascensão social.

## Palavras-chave

Corpo de Bombeiros; Rio de Janeiro; Mundos do Trabalho; História militar; História Urbana



## Abstract

Souza, Vitor Leandro de; Galeano, Diego Antonio. «*Fire Soldiers*»: a History Social of the Rio de Janeiro Fire Department from 1880 to 1910. Rio de Janeiro, 2021. 361p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In 1917, the Rio de Janeiro Fire Department official band performed the new hymn praising the Corporation: *Fire Soldiers*. The lyrics celebrated the “sacred mission” of those volunteer workers “who did not fear death” when in battles against “the most awful and horrid” fires. The verses condensed a narrative that had been institutionally forged since the mid-nineteenth century, aiming at consolidating the heroic character of its corps engaged with the task of protecting life and property as a duty to be fulfilled even if losing their lives while doing it. That ideal version of the firefighter’s social place, elaborated and re-elaborated by the Corporation, will be questioned in this thesis in three main arguments. First of all, based on the analysis of the forms of recruitment and on the profile of the agents within the lower hierarchical levels, the study will reveal the dynamics related to different work spheres as well as occupational tensions by the turn of the 19th to the 20th century, which do not fit the image of a volunteer brigade ready to sacrifice life for the cause. Also, the research presents a Fire Department as less cogent than that ideal imagined by its commanders, greatly caused by distinctions and hierarchies that separated a great majority of poor workers from the high ranking officials in the Brazilian Army. Finally, the thesis reveals the limitations on firefighting attributions, due to very precarious working conditions or to lack of adequate equipment. The research also brings to the main stage a whole new universe of workers fighting not only a great number of fires but also for salaries, work conditions, and the possibility of social climbing.

## Keywords

Fire Brigade; Rio de Janeiro; Social History of Work; New Military History; Urban History.

## Sumário

1 Introdução	15
1.1 História e Memória Urbana do serviço de extinção de incêndios	18
1.2 O Corpo de Bombeiros na produção historiográfica	21
 PARTE I	 29
2 A organização do Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro Oitocentista	30
2.1 O ‘improvisado provisório’: o serviço de combate aos incêndios entre tensões e disputas	35
2.2 Bidegorry: pretensões insistentes de ser comandante	37
2.2.1 Bidegorry nada poderá acrescentar ou inovar!	51
2.3 O Corpo sem corpo: tensões sobre o caráter provisório	66
2.4 Regulamentos: amadurecimento institucional e profissionalização do Corpo de Bombeiros (1860 –1915)	84
2.5 Profissionalização: graduações e cargos	90
 3 Por dentro da Corporação: Uma história [da falta] de recursos para o socorro	 94
3.1 Capilarização de Estações e Postos	95
3.2 Os problemas na rede urbana de Estações e Postos	101
3.3 Caixas avisadoras, hidrantes e Veículos	123
3.3.1 Avisamento: o primeiro alarme para o atendimento	123
3.3.2 Hidrantes: sem água não se apaga fogo	135
3.3.3 Automóveis: novos veículos para frota	144
3.4 Entre tubos, conexões, estratégias e bombas: Circulações das Tecnologias contra os Incêndios	149
 PARTE II	 160
4 Elites militares e o Corpo de Bombeiros	161
4.1 O clã Souza Aguiar	163
4.2 O patriarca do clã	165
4.3 A trindade de comandantes da família Souza Aguiar	169
4.4 “Morte aos Souza Aguiar!”: Revoltas e tensões no ano de 1909	192
4.5 O declínio do clã	207
 5 Soldados do fogo: recrutamento de praças e possibilidades profissionais	 211
5.1 Ingresso no Corpo de Bombeiro do Rio de Janeiro	214
5.2 O emprego no Corpo de Bombeiros	230
5.3 Soldados do Fogo	245
 6 Ao toque das sirenes	 263
6.1 O Rio em chamas	270
6.2 Correndo muitos riscos	282
6.3 Incêndios, Imprensa e temores urbanos	301
 7. Considerações Finais	 327

8. Fontes	332
9. Bibliografia	339
10. Anexos	349

## Lista de imagens

Figura 1. Interior da Praça de Mercado, em destroços, sob o olhar de um bombeiro. .....	16
Figura 2. MUZZI, João Francisco. Fatal e rápido incêndio que reduziu a cinzas em 23 de agosto de 1789 a Igreja, suas imagens e todo o antigo Recolhimento de N. S. do Parto. Óleo/tela (101 cm x 124,3cm).....	20
Figura 3. Os uniformes foram sugeridos no Manual de Gustave Paulin (esquerda) .....	62
Figura 4. O <i>Appareil Paulin</i> e as orientações para seu uso. ....	63
Figura 5. Demonstração das manobras de utilização do saco de salvação.....	64
Figura 6. O uso da escada italiana em incêndios. ....	65
Figura 7. Organograma do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, em 1856. .	69
Figura 8. Organograma do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1860. ....	86
Figura 9. Relação Graduação <i>versus</i> Cargos do Corpo de Bombeiros, a partir de 1894. ....	92
Figura 10. Distribuição das Estações e Postos dos Bombeiros, na década de 1860. ....	97
Figura 11. Distribuição das Estações do Corpo de Bombeiros e áreas de atuação, de acordo com as descrições dos Regulamentos da Corporação.....	120
Figura 12. Modelo de Caixa avisadora instalada nas ruas do Rio de Janeiro a partir de fins de 1879, fabricada pela <i>Siemens &amp; Halske</i> .....	125
Figura 13. Localização das primeiras 12 caixas avisadoras de incêndio instaladas na região central do Rio de Janeiro, até 1879.. ....	126
Figura 14. Localização das caixas avisadoras nos três circuitos. ....	129
Figura 15. Um dos registros de incêndio (hidrantes) instalados nas ruas do Rio de Janeiro.....	136
Figura 16. A <i>charge</i> , de autoria de Storni, publicada na sessão “Salada da Semana” da revista <i>O Malho</i> .....	141
Figura 17. Modelo de bomba a vapor adquirida pelo Corpo bombeiros fabricada pela <i>Merryweathers Improved patent</i> , modelo Single cylinder 5 ½ diameter, and a Gun Metal direct, London Fire Brigade pattern Steam Fire Engine. ....	150



Figura 18. Modelo de uma das bombas manuais adquiridas pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro em 1862 conforme panfleto da empresa <i>Roberts's Portable Fire-Engine</i> , 1880, .....	152
Figura 19. Bomba <i>W. Roberts's</i> adquirida pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, em 1865, e revendida nos anos 1880 ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. ....	154
Figura 20. Modelo de bomba flutuante escolhida pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro conforme catálogo da empresa <i>Shand, Mason &amp; Co</i> , 1880. . ....	158
Figura 21. Irmãos Souza Aguiar, em trajes militares. ....	164
Figura 22. Autoridades adentrando as dependências do quartel central.....	188
Figura 23. Fachada do quartel central dos bombeiros do Rio de Janeiro, face para Praça da República. ....	188
Figura 24. O tema dos bondes recebeu destaque na revista <i>O Malho</i> . ....	195
Figura 25. Para Agostini a obra do Theatro Municipal é representada como o monstro insaciável. ....	196
Figura 26. A cobrança excessiva de impostos e seu destino questionável é tema da <i>charge</i> . ....	197
Figura 27. A preocupação com o reajuste dos impostos municipais de acordo com <i>O Paiz</i> . ....	198
Figura 28. A <i>charge</i> de Alfredo Storni, da revista <i>O Malho</i> ironiza as relações entre as autoridades envolvidas nos eventos conflituosos no Distrito Federal.....	201
Figura 29. “O carro de Apollo” como sugestão de fantasia presidencial. ....	202
Figura 30. A violência policial transformada em sátira, por Helios Seelinger....	203
Figura 31. A visão de Alfredo Storni sobre o modo com que os irmãos Souza Aguiar tratam o povo. ....	204
Figura 32. Uma das “fichas” de registro da praça do Corpo de Bombeiros.....	213
Figura 33. Um os alojamentos para as praças no quartel Central do Corpo de Bombeiros, 1906.....	247
Figura 34. Praças do Corpo de Bombeiros, oficina de carpinteiro.....	250
Figura 35. Grupo de praças empregadas nas oficinas de máquinas. ....	251
Figura 36. Grupo de praças trabalhadores pedreiros. ....	252
Figura 37. Grupo de praças do Corpo de Bombeiros, que trabalham nas oficinas de ferreiros, correeiros, ferradores e pintores.....	253

Figura 38. Exercício simulado de combate a incêndios, durante visita presidencial.....	254
Figura 39. Exibição acrobática com homens do Corpo de Bombeiros, em festa beneficente.....	255
Figura 40. A praça Alberto José Vieira Leite Guimarães, em uma das enfermarias do Corpo de Bombeiros. Fonte: <i>Revista da Semana</i> , 30 de julho de 1905, p. 2526 (10). ....	260
Figura 41. Cortejo que conduziu o corpo da praça Alberto José Vieira Leite Guimarães ..... .....	261
Figura 42. Imagens de militares falecidos .....	262
Figura 43. GUTIERREZ, Juan. Igreja de São Francisco de Paula, 189? No detalhe, as chaminés do casario. ....	296
Figura 44. Os horrores do sinistro foram apresentados aos leitores na ilustração.....	313
Figura 45. A imagem do estudante brasileiro em destaque acima do furor das chamas que destruíam o TheatroBaquet, do Porto, foi reproduzida com destaque para os leitores. ....	317
Figura 46. Veículos de tração animal usado para o transporte de materiais e militares do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro durante trabalho de extinção de incêndio em casarão na Rua Marechal Floriano .....	351
Figura 47. Autoescada mecânica construída na oficina da Corporação, em 1913, pelo engenheiro francês Arsene Maiere. ....	351
Figura 48. Autoescada mecânica fabricada pela empresa <i>Merryweather &amp; Sons</i> , em 1913. ....	352
Figura 49. Autossocorro de fabricação não especificada, 1913. ....	352
Figura 50. Veículo “A. M nº 3” fabricação <i>Merryweather &amp; Sons</i> em 1914.....	353
Figura 51. Autobomba “Hatifield” fabricação <i>Merryweather &amp; Sons</i> em 1913. ....	353
Figura 52. Autobomba mixta [sic] veículo de fabricação desconhecida, motor de explosão Latyl (1924) e bomba a vapor fabricação <i>Merryweather &amp; Sons</i> (c.1896). .....	354

## Notas

- i. Na transcrição dos documentos de época a grafia das palavras foi atualizada, com exceção para os nomes próprios;
- ii. Os links de sites de internet consultados tiveram seus endereços encurtados e foram acessados pela última vez em 10 dez. 2020;
- iii. Sempre que possível o período de exercício de cargo foi inserido ao lado de nomes de autoridades;
- iv. Moedas tiveram seus valores escritos por extenso;
- v. Ruas, Praças e outros Logradouros tiveram seu nome atual escrito entre parênteses, exceto quando não existe.

## 1. Introdução

No final de agosto de 1911, os principais jornais da cidade noticiaram o trabalho realizado pelos homens do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro no combate ao incêndio que ameaçou destruir a Praça do Mercado. A multidão, apinhada em um dos portões de acesso ao prédio principal e desejosa de acompanhar a sua atuação, comemorou a chegada dos “valorosos bombeiros”, nos informa *O Paiz*.<sup>1</sup> Ao final dos trabalhos, o saldo foi a destruição completa de mais de uma dezena de barracas da recém-inaugurada Praça do Mercado Municipal, causando prejuízo aos comerciantes e trabalhadores que dependiam daquele espaço para o seu sustento. Como previsto no protocolo de ação da Corporação, uma pequena guarnição permaneceu no local do incêndio, com bombeiros que continuariam o trabalho de rescaldo dos entulhos. O registro fotográfico abaixo (Figura 1), publicado na revista *Careta* alguns dias depois do incêndio, foi uma das inspirações que me levaram ao tema desta pesquisa sobre o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

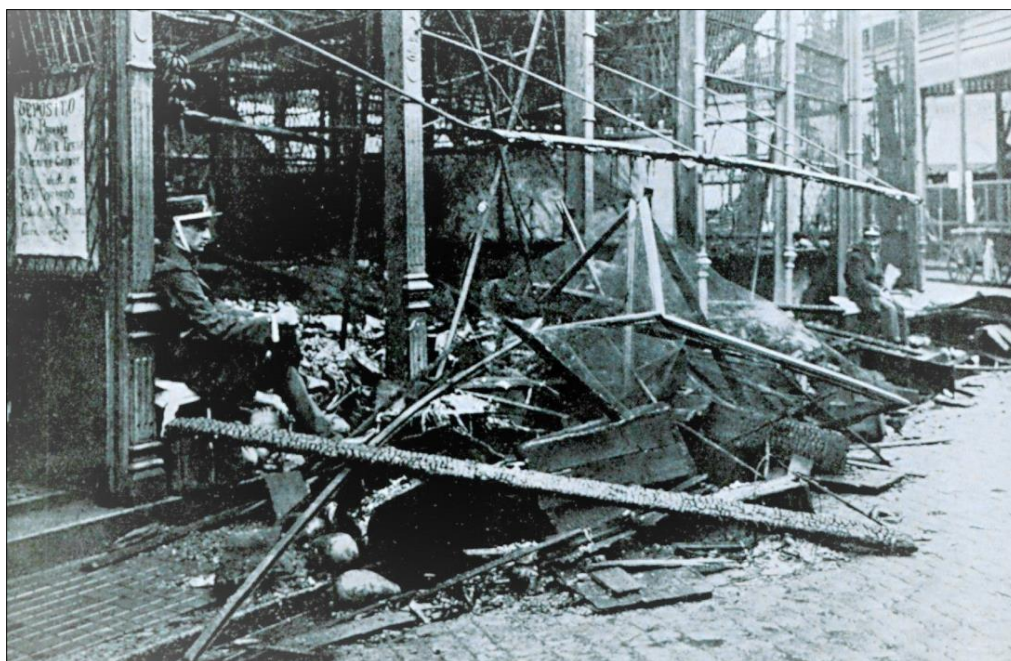


Figura 1. Interior da Praça de Mercado, em destroços, sob o olhar de um bombeiro.

Fonte: “Mercado Novo”, *Careta*, 2 de setembro de 1911, p. 39.

---

<sup>1</sup> “Incêndio”, *O Paiz*, 29 de agosto de 1911, p. 5. Ver também “Fogo no Novo Mercado”, *Jornal do Brasil*, 29 de agosto de 1911, p. 5.

Na pesquisa realizada para o mestrado, busquei compreender quem eram os trabalhadores que alugavam os espaços na nova Praça de Mercado, e como se dava a relação desses sujeitos com o poder público.<sup>2</sup> Após conversas sobre os recorrentes incêndios que destruíram as duas principais Praças de Mercado do Rio de Janeiro, entre os anos 1880 e 1910, o orientador da pesquisa de mestrado, professor Marcos Luiz Bretas da Fonseca, indicou-me o acervo produzido pelo Corpo de Bombeiros da cidade.

Desde a primeira visita que fiz ao Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, percebi que tinha diante de mim um rico conjunto documental, com informações detalhadas sobre a rotina de trabalho que era realizado pelos bombeiros no atendimento cotidiano à população carioca. Notei que muitos documentos permitiam traçar um perfil dos homens que se alistavam nas fileiras da Corporação, assim como compreender como a instituição estava organizada. Além disso, havia uma série de registros dos incêndios atendidos pelos bombeiros, bem como o detalhamento das técnicas utilizadas pelos militares no combate ao fogo.

Em grande medida, a produção desses documentos deu-se a partir da década de 1880, período em que a Corporação passou a vivenciar um processo de maior profissionalização e maturidade institucional, com a padronização de procedimentos e a adoção de normas de trabalho mais definidas, entre elas a produção de documentos, bem como o aperfeiçoamento da sua escrituração e arquivamento.

Pude notar com o avanço da pesquisa que, na atuação cotidiana da Corporação, foram produzidas três séries de documentos principais, que nos permitem conhecer melhor os trabalhadores que atuavam no serviço de atendimento à população da cidade e observar o processo gradual pelo qual a instituição foi conquistando reconhecimento e se firmando como responsável por oferecer um serviço essencial para o desenvolvimento urbano. Os “Livros de assentamento” de praças é a principal série de documentos que possibilitou chegarmos ao perfil dos bombeiros que ocupavam os postos mais baixos na hierarquia da Corporação. Esses registros de assentamentos dispõem de importantes informações sobre o cotidiano profissional desses trabalhadores, permitindo que acompanhem afastamentos, promoções, punições e todo tipo de movimentação referente à vida profissional dos

---

<sup>2</sup> SOUZA, Vitor Leandro de. *Mercado Central: Modernidades e Resistências Cotidianas no Rio de Janeiro das Primeiras Décadas da República*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

alistados. A série intitulada “Quesitos de incêndio”, por sua vez, registra as ocorrências atendidas pelos bombeiros por meio de um formulário com elementos pré-definidos, o que permite poucos acréscimos de informações diferentes daquelas ali previstas. As péssimas condições de acomodação desses livros e as lacunas na série, porém, me levaram à decisão de não fazer uso desses registros. Além disso, percebi que havia uma sobreposição dessas informações em outros dois conjuntos de documentos: os “Relatórios do Corpo de Bombeiros”, divulgados anualmente pelos ministérios da Agricultura e Justiça, e a correspondência oficial, enviada pelo comando da instituição aos respectivos ministros. Produzidos para responder a demandas externas, os “Relatórios do Corpo de Bombeiros” eram uma espécie de prestação de contas da Corporação ao governo. Neles, o comandante relatava as principais dificuldades, auxiliando na elaboração do orçamento e informando, em linhas gerais, a situação geral da instituição. O formato e as informações disponíveis podem variar bastante, entretanto, esses textos fornecem, na maior parte do período de concentração da pesquisa, dados importantes sobre a situação da Corporação, assim como do trabalho desempenhado pelos bombeiros. Mais especificamente sobre os incêndios, esses relatórios fornecem um panorama sobre os sinistros sem detalhar o cotidiano dessas ocorrências, o que me leva a supor que os dados reunidos nesses relatórios tenham sido elaborados a partir das informações cotejadas nos “Quesitos de incêndio”. Por fim, a série “Ofícios expedidos” permite acompanharmos as comunicações do comandante-geral da instituição com os diversos órgãos públicos. Por haver um pequeno número desses registros compensei as lacunas dessa série com documentos do fundo do Ministério da Justiça, depositados no Arquivo Nacional. Cobrindo grande parte do período pesquisado, esses documentos são ofícios enviados pela Corporação ao ministro, e apresentam todo tipo de demandas e comunicações. Na grande maioria dos casos, há alguma informação sobre as respostas dadas pelo Ministério.

Por ter sido uma instituição subordinada ao governo central (imperial ou republicano) e de atuação direta no espaço municipal (Corte ou Distrito Federal), além das pesquisas no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros e no Arquivo Nacional, debrucei-me sobre fontes diversas sob guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional. Esses acervos permitiram o acesso a fontes dos mais diferentes tipos, como os periódicos, correspondências

peçoais, legislações e posturas municipais, publicações especializadas em incêndios e prevenção dos sinistros, mapas e imagens.

### 1.1.

#### **História e Memória Urbana do serviço de extinção de incêndios**

A ação desordenada do fogo sobre os ajuntamentos coloniais foi motivo de preocupação das autoridades portuguesas desde o período colonial. Alguns desses episódios foram relatados por cronistas do chamado “Rio Antigo”, sinal especial de que a memória dos cariocas foi marcada por incêndios que colocaram em risco a vida da população do Rio de Janeiro, causando vítimas fatais além de prejuízos matêrias de todo tipo.

Entre os relatos de incêndios que atingiram a cidade, menciona-se o ocorrido durante a invasão de corsários franceses sob o comando de Jean Duclerc, em 1710, ocasião em que a alfândega da cidade foi atacada e destruída pelo “terrível incêndio” que vitimou o almoxarife Francisco Moreira da Costa e três estudantes que faziam guarda à residência do governador.<sup>3</sup> Em outro episódio, ocorrido em 1732, a suposta distração de um religioso, ao esquecer uma vela acesa em seu quarto, deu origem às chamas que reduziram a cinzas grande parte do mosteiro dos monges da ordem de São Bento.<sup>4</sup> O incêndio que destruiu o edifício da igreja e o recolhimento dedicados à Nossa Senhora do Parto, ocorrido em 1789, é o mais famoso deles, sendo inclusive tema da obra do artista italiano Francisco Muzzi (Figura 2), pintura que inspirou o escritor Manoel de Macedo a romancear a tragédia, incorporando ao evento o amor proibido da jovem Ana Campista.<sup>5</sup> Em outro incêndio, ocorrido no ano de 1790, a destruição deu-se na residência da família Teles, os relatos dos cronistas dão conta de prejuízos não somente na propriedade dos Teles, mas a estabelecimentos comerciais e ao prédio em que funcionava o Senado da Câmara, que teve alguns de seus livros de registros inutilizados pelo fogo.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Vol. 1. Rio de Janeiro: BL Garnier, 1877, p. 6; 26.

<sup>4</sup> FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas de Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 106.

<sup>5</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 370-427.

<sup>6</sup> COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 42-43.

Muitos elementos das narrativas de incêndios, e dos esforços feitos pela população da cidade para a extinção do fogo, foram representados pictoricamente por Muzzi, no quadro sobre o incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Móveis que eram arremessados pelas janelas, baldes de água, bombas manuais sendo manejadas para lançar água sobre o prédio incendiado, homens de todas as cores correndo em desespero na tentativa de apagar o fogo, aguadeiros voluntários em suas carroças cheias de água, homens sobre escadas e a cessão de negros escravizados para auxiliar no combate ao incêndio, ilustram esse cotidiano vivido pelos moradores do Rio de Janeiro até meados do século XIX.



Figura 2. MUZZI, João Francisco. Fatal e rápido incêndio que reduziu a cinzas em 23 de agosto de 1789 a Igreja, suas imagens e todo o antigo Recolhimento de N. S. do Parto. Óleo/tela (101 cm x 124,3cm). Acervo Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Com a importância e o crescimento conquistados pelo Rio de Janeiro, foram exigidas ações do poder público que melhor organizassem o serviço de combate e extinção de incêndios. A primeira iniciativa nesse sentido foi tema do Alvará Régio publicado em finais do século XVIII, que determinou que os Arsenais de Guerra da Marinha assumissem ativamente a responsabilidade pelos serviços, mantendo assim, a partir daquele momento, “sempre prontas as bombas, e todos os mais instrumentos necessários para se acudir prontamente não só aos incêndios da



cidade, mas também aos do mar”.<sup>7</sup> Em meados do século XIX, a Corte Imperial brasileira reuniu esforços para inserir-se em um circuito internacional de atenção e segurança da população e do patrimônio, por meio da criação de uma instituição que tinha como responsabilidade principal o combate aos incêndios. Cidades como Paris, que em 1811 fundou os *Sapeurs-Pompiers*, ou Londres e Nova Iorque que em 1865, fundaram respectivamente, a *London Fire Brigade* e a *City Fire Department*, sinalizam para esse crescente interesse no combate profissional aos incêndios. Também no Brasil, em 1856, a administração imperial também cria uma instituição dedicada ao serviço de extinção de incêndios na Capital do Império, fundando o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte.

Subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, o Corpo de Bombeiros reunia homens de várias instituições que funcionavam na cidade, como os marujos do Arsenal de Guerra, funcionários do Ministério de Obras Públicas e ainda africanos livres da Casa de Correção da Corte. Contando ainda com o suporte da polícia, especialmente no fornecimento da estrutura necessária para a execução dos trabalhos, que ia desde operários, passando por veículos para transporte, até mesmo instrumentos e/ou ferramentas que auxiliassem no atendimento durante os sinistros.<sup>8</sup>

Foi somente em 1860 que o governo imperial aprovou o regulamento definitivo instaurando a primeira instituição de Corpo de Bombeiros do Brasil. A pretensão era que a Corporação pudesse atender a necessidade de organizar os trabalhos das bombas de extinção de incêndios que a cidade já possuía, porém, sem contar com uma força constituída e organizada especificamente para tal finalidade. Deste modo, em 1876, o Corpo de Bombeiros da Corte já contava com algumas unidades operacionais espalhadas pelas freguesias urbanas.<sup>9</sup>

A partir da década de 1880 que o Corpo de Bombeiros passou a vivenciar um período de intensas transformações institucionais. Inauguraram-se novas unidades de atendimento (Estações e Postos), ampliou-se a presença da instituição com a instalação de hidrantes e “caixas avisadoras” de incêndio e foram adquiridos

<sup>7</sup> PORTUGAL. *Alvará Régio de 12 de agosto de 1797*. Disponível em: <https://bit.ly/3d4nrVU>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>8</sup> BRASIL, Coleção de Leis do Império. *Decreto nº 1775, 02 de julho de 1856*. Página 302 Vol. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3a65uo0>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>9</sup> BRASIL, Coleção de Leis do Império. *Decreto nº 2587, 30 de abril de 1860*. Página 228 Vol. 1, Pt. II. Disponível em: <https://bit.ly/2Z04Imf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

materiais mais modernos e eficientes para a realização do atendimento à população carioca. Essas mudanças atingiram o seu auge na década de 1910, com o aprimoramento do recrutamento, a consolidação da hierarquia e a definição de um plano de carreira.

Este trabalho busca compreender o que levou os homens de diferentes classes sociais a buscar o Corpo de Bombeiros como opção de atuação profissional na virada do século XIX para o século XX. Compreender as formas de ingresso, seja para a elite de militares profissionais que era indicada aos cargos de comando, seja para a massa de homens empobrecidos que buscava o recrutamento voluntário na Corporação, nos permite conhecer quem eram esses sujeitos, qual o trabalho que realizado por eles e os significados de sua atuação laboral na Corporação. Nesse sentido, é possível iluminar a experiência profissional desses sujeitos e a relação travada entre eles, observando o modo como o comprometimento dos bombeiros propagandeado pela Instituição contrasta com a realidade cotidiana dos desejos pessoais desses militares e suas precárias condições de trabalho.

## 1.2.

### O Corpo de Bombeiros na produção historiográfica

Os estudos que tiveram o Corpo de Bombeiros como temática têm adotado abordagens em que o bombeiro, seja ele voluntário ou civil, são coadjuvantes na produção historiográfica ligada à História das tragédias, calamidades e dos fenômenos naturais – o que poderíamos chamar de História Ambiental, História Política e História Urbana.

A forma com que os incêndios influenciaram o crescimento e o desenvolvimento das cidades é a grande preocupação da historiadora Anna Rose Alexander em seu livro *City on Fire*. Tomando a Cidade do México como objeto de estudo, Anna Alexander analisa documentos produzidos depois dos incêndios no intento de compreender como o poder público (re)organizou os ajuntamentos urbanos.<sup>10</sup> Abordagem semelhante à do livro *Flammable Cities*, coletânea de textos de autores que analisam a forma de atuação de instituições ligadas à extinção das chamas em cidades como São Petersburgo, Moscou, Amsterdã, Cidade do México,

---

<sup>10</sup> ALEXANDER, Anna Rose. *City on fire: Technology, Social Change, and the Hazards of Progress in Mexico City, 1860-1910*. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press, 2016.

Valparaíso etc. No texto sobre Istambul, por exemplo, o historiador Cornel Zwielerlein busca apresentar as características modernas conquistadas pela cidade turca, a partir dos incêndios ocorridos na segunda metade do século XIX.<sup>11</sup> Em outro capítulo, os prejuízos econômicos e a crise política gerada pelos incêndios foram analisados por Samuel Martland, levando os cidadãos, e o poder público da chilena Valparaíso a organizarem, em 1851, um corpo de bombeiros voluntários para atuarem durante os sinistros.<sup>12</sup>

A exceção nesses estudos está na investigação realizada por Andrew H. Neilly e Amy Sophia Greenberg em que o Corpo de Bombeiros, e os homens que atuam na Corporação, são elementos centrais da pesquisa que tem como objetivo principal compreender aspectos da formação e atuação do Corpo de Bombeiros Voluntários de cidades estadunidenses. Neilly concentra seu foco na natureza violenta dos homens ligados ao serviço de combate às chamas, preocupando-se a compreender como as narrativas heroicas comumente associadas a eles se chocam com delitos cometidos por esses sujeitos. Greenberg, por sua vez, está interessada em compreender os significados do serviço voluntário para esses sujeitos e como a atuação dos bombeiros nas cidades proporcionou a criação de uma espécie de “cultura política de gênero”, que para a autora teria forte influência social. Segundo ela, fatores como o desenvolvimento profissional dos homens nos Estados Unidos marginalizou a masculinidade manifestada por esses bombeiros, que passou a ser identificada como uma espécie de violência, o que, segundo ela, teria gerado uma série de denúncias e violações contra os bombeiros voluntários.<sup>13</sup>

No cenário nacional, a historiadora Anita Correia de Almeida, em seu artigo “Fogo!... fogo!... fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista”, apresenta um levantamento dos incêndios que a cidade sofreu ao longo do século XIX, largamente noticiados nas páginas dos jornais, considerando a tradição das narrativas (relações, memórias, imagens) desses

<sup>11</sup> ZWIERLEIN, Cornel. The burning of a modern city? Istanbul as Perceived by the Agents of the Sun Fire Office, 1885-1870. In: BANKOFF, Greg.; LÜBKEN, Uwe.; SAND, Jordan. *Flammable Cities: Urban Conflagration and the Making of the Modern World*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012. (paginação irregular).

<sup>12</sup> MARTLAND, Samuel J.. Taming Fire in Valparaíso, Chile, 1840s-1870s. In: BANKOFF, Greg.; LÜBKEN, Uwe.; SAND, Jordan. *Flammable Cities: Urban Conflagration and the Making of the Modern World*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012. (paginação irregular)

<sup>13</sup> NEILLY, Andrew H. *The Violent Volunteers: A History of the Volunteer Fire Department of Philadelphia, 1763-1871*. Ph. D. diss. Philosophy, University of Pennsylvania, 1959.; GREENBERG, Amy Sophia. *Cause for Alarm: The Volunteer Fire Department in the Nineteenth Century*. Princeton University Press, 2014.

eventos, especialmente no século XVIII, em uma perspectiva que nos possibilita refletir sobre os tipos de estabelecimentos, ou mesmo regiões da cidade, em que era mais frequente a incidência de incêndios e como a memória de tais eventos continua por longo tempo presente no “imaginário” da população – como esses sinistros foram vivenciados e documentados pela população, registrados em fontes periódicas que tinham relativa circulação em um contexto de modernização da imprensa brasileira.<sup>14</sup>

Em *Quando a arma era o fogo: os incêndios de origens não casuais no Rio de Janeiro Oitocentista (1830-1886)*, a pesquisa realizada por Jaqueline Neves da Silva durante seu mestrado em história objetivava analisar o movimento de elaboração de medidas, legislação e serviços públicos capazes de controlar os incêndios, assim como a atuação de companhias de seguros instaladas. A autora faz uso de fontes como notas na imprensa e processos judiciais envolvendo segurados e seguradoras, para discorrer sobre a atuação das empresas ligadas aos seguros diante de sinistros relacionados aos incêndios.<sup>15</sup>

A facilidade de acesso aos documentos do Arquivo da Corporação talvez ajude a explicar o número expressivo de publicações produzidas por militares da instituição. Em linhas gerais essa produção apresenta um forte caráter laudatório, silenciando ou minorando conflitos e contradições, não permitindo que o leitor perceba situações adversas àquelas apresentadas, comumente ligadas a um processo de escrita em que a multiplicidade de experiências vividas é valorizada.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> ALMEIDA, Anita Correia L. de. Fogo!... fogo!... fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de.; CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectiva da cidadania do Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 497.

<sup>15</sup> SILVA, Jaqueline Neves da. *Quando a arma era o fogo. Os incêndios de origens não casuais no Rio de Janeiro Oitocentista (1830-1886)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unirio. Rio de Janeiro, 2015.

<sup>16</sup> Tais características gerais podem ser observadas em publicações sobre o histórico dos Bombeiros paraenses realizado por MENEZES, José. *O Corpo de Bombeiros no Pará*. Belém (PA): [sn], 2007; ou o trabalho sobre a corporação paraibana realizada por NETO, José Gonçalves de Oliveira, *Reflexões sobre a trajetória histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba (1917-2016)*, trabalho de conclusão de curso de licenciatura plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, PB, 2016; para a congênera capixaba ver LOIOLA, Gelson. *Evolução Histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (1912-2009)*. Vitória, ES: Canela Verde, 2010. Para a instituição paulista há a publicação escrita por SANTOS, Antonio Ferraz dos. *Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo*. São Paulo: Novo Século, 2010; sobre os bombeiros cearenses, ver NASCIMENTO, José Luciano Viana do. *História do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará: Dos seus primórdios aos dias atuais*. Fortaleza, CE: RDS, 2014.; e sobre os militares da cidade mineira de Juiz de Fora, ver SALVADOR, Miguel Arcanjo; MADEIRA, Anapaula Gonçalves. *A História do Corpo de Bombeiros de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2008.

Sobre os bombeiros do Rio de Janeiro, pelo menos desde a primeira metade do século XX, a história da corporação tem sido escrita e reescrita, tomando quase sempre os marcos clássicos da história desses militares como base para elaboração dos argumentos. O grande representante desse procedimento é o livreto intitulado *Breve Notícia sobre a fundação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros da Cidade do Rio de Janeiro*. Trata-se de uma publicação na qual não consta a autoria dos textos e que pretende narrar a história da instituição, sistematizando sua memória e valorizando os serviços prestados à população carioca. Para tal, reúne cronologicamente os diferentes decretos legislativos da administração central (Império e República) e analisa brevemente os impactos e a importância das leis na e para a corporação.<sup>17</sup>

Outras publicações tomam essa perspectiva de valorização da história institucional como elemento norteador. O livro *Histórico do Corpo de Bombeiros* utiliza basicamente a transcrição de decretos e outros documentos oficiais para, “numa sequência cronológica”, apresentar os “aspectos importantes da corporação”. Cada um de seus capítulos representa o período em que o Corpo de Bombeiros esteve subordinado a uma esfera administrativa – Império, República, Estado da Guanabara, Estado do Rio de Janeiro – para contar a história da instituição.<sup>18</sup> Proposta semelhante de escrita linear está no livro *Corpo de Bombeiros: 150 anos salvando vidas e bens*, com textos de autoria do subtenente bombeiro militar Antônio Mattos e patrocinado pelo Comando Geral da Corporação em comemoração ao aniversário de fundação dos Bombeiros.<sup>19</sup> Nele o autor se propõe a registrar a história da instituição tendo como apoio principal o rico acervo documental da Corporação como os ofícios, os memorandos, as fotografias, além de depoimentos de homens dos bombeiros sobre sua atuação em campo. O esforço dos textos está em mostrar que a instituição foi se especializando e modernizando de acordo com os anseios sociais, e assim os bombeiros militares do Rio de Janeiro foram, paulatinamente, assumindo o compromisso de dar a vida pela sociedade, como “heróis”, por sua missão e ação cotidiana na cidade. Para tal, Mattos traça um

---

<sup>17</sup> BRASIL, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. *Breve Notícia sobre a fundação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

<sup>18</sup> RIO DE JANEIRO. Corpo de Bombeiros do Estado. *Histórico do Corpo de Bombeiros*. Rio de Janeiro: Estado Maior da Corporação, 1991.

<sup>19</sup> MATTOS, Antônio. *Corpo de Bombeiros: 150 anos salvando vidas e bens*. Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

panorama que permite ao leitor perceber a importância dos bombeiros nos mais diversos momentos de adversidade e de tragédias e assim, portanto, reforça o argumento de que o trabalho realizado por eles é essencial e necessário para a população. O livro *Casarão vermelho. Centenário da construção do Quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros (1908-2008)* é fruto de uma encomendada realizada pelo comandante-geral, e pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisadores profissionais, contando com textos de Renata Santos e Nireu Cavalcanti, e registros fotográficos de Cesar Duarte, em comemoração ao centenário de construção do edifício sede da Corporação. Apresenta aos leitores um rico trabalho de pesquisa, narrando as etapas de construção e a importância do belo edifício eclético projetado por Francisco Marcelino de Souza Aguiar, contando com certo rigor científico, em que os autores – dentro das limitações de uma obra encomendada – realizam uma narrativa minimamente crítica da corporação, reafirmando a importância dos Bombeiros Militares do Rio de Janeiro para a população da cidade, promovendo assim um reconhecimento pelos trabalhos prestados nas mais diversas situações em que foi necessária a aplicação de forças da corporação.<sup>20</sup>

Por fim, o bombeiro militar e historiador, Afonso Henrique Sant’Ana Bastos se propôs a pesquisar, durante do seu mestrado em História, o cotidiano da corporação em associação às mudanças ocorridas no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. A dissertação intitulada *Rio em Chamas: Cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906)*, conta com uma pesquisa apurada e traz um rico conjunto de documentos oriundos do arquivo da Corporação, porém, o autor não problematiza a história consagrada pelas publicações laudatórias da corporação, tomando-as em sua maioria como verdades absolutas. Em grande parte de seu texto, Bastos não confronta outras séries documentais, restringindo sua análise à reprodução dos documentos contidos nas publicações consagradas do Corpo de Bombeiros.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> CAVALCANTI, Nireu. SANTOS, Renata. *Casarão vermelho: centenário da construção do quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, 1908-2008*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, CBMERJ, 2008.

<sup>21</sup> BASTOS, Afonso Henrique Sant’Ana. *Rio em Chamas: Cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Niterói, RJ, 2015.

Um dos esforços dessa pesquisa consiste em aproximar campos historiográficos como a História Militar e da Polícia, a História Urbana e a História dos Mundos do Trabalho. Estudos, como o realizado por Marcos Bretas, Cláudia Mauch e André Rosenberg, que tiveram a polícia e os policiais como objetos de análise, contribuíram para enriquecer as reflexões sobre o perfil social desses homens, assim como analisaram a cultura compartilhada pelos membros dessas instituições, para compreender como era realizado o trabalho dos sujeitos envolvidos diretamente na oferta de serviços públicos no cotidiano das principais cidades brasileiras. Outras pesquisas fundamentais dizem respeito a relações sociais conflituosas e muitas vezes violentas nas Forças Armadas brasileiras. Pesquisas realizadas por Peter M. Beattie e por Álvaro Pereira do Nascimento, respectivamente, sobre o exército e a marinha brasileiros, apontam ainda para lutas e conflitos, envolvendo soldados e marinheiros em rígida disciplina militar.

A tese busca observar o cotidiano de ação dos bombeiros em sua atuação no Rio de Janeiro. Em diálogo com o “mundos do trabalho”, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro possibilitou a homens pertencentes às camadas mais pobres da população o ingresso no mercado de trabalho formal, em uma realidade urbana de informalidade e de tensões pela sobrevivência diária. Por outro lado, para aqueles pertencentes aos quadros das elites militares do Exército brasileiro, a passagem pelos altos cargos da Corporação tinha significados diferentes, iluminando aspectos importantes da História Militar.

A alcunha “Soldados do fogo”, título do hino oficial dos bombeiros, foi em muitos momentos provocadora. A exaltação à coragem dos bombeiros frente aos perigos mortais do “incêndio dantesco”, que por vezes tive a oportunidade de ouvir em cerimônias oficiais no Quartel Central, inspirou muitas reflexões sobre os trabalhadores do Corpo de Bombeiros e o cotidiano de atuação da Corporação no Rio de Janeiro. As duas partes da tese ajudam a contar um pouco dessa história.

No Capítulo 1, volto aos anos prévios à publicação do decreto de criação do Corpo de Bombeiro Provisório da Corte, em 1856, no intento de investigar os projetos em conflito que antecederam a institucionalização da Corporação. Por entender que as dinâmicas vivenciadas pelo Corpo de Bombeiros a partir da década de 1880, na ocupação do espaço urbano carioca e na estrutura institucional da Corporação, de alguma maneira são reflexos das tensões desses períodos anteriores a criação da Corporação. Recuando na cronologia, busco entender como se deu a

adoção do modelo de bombeiro militarizado e, diferentemente de textos oficiais, procuro observar o processo de organização da Corporação não como algo o pacífico, mas como um campo de disputas, em que propostas e estratégias foram utilizadas pelos sujeitos interessados em implantar o serviço de extinção de incêndios na sede do império brasileiro.

Uma das grandes dificuldades vividas pelos trabalhadores do Corpo de Bombeiros na tarefa de atender a população carioca em inícios da década de 1870 eram a limitada rede de operacional com poucas unidades de atendimento, o sistema de avisamento e os parques materiais de trabalho para combate aos incêndios. Elementos que contrastavam com as proporções e dinamismo que cidade do Rio de Janeiro assumia a partir da segunda metade do século XIX. No Capítulo 2, acompanhamos os limites operacionais e as dificuldades dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros em prestar o atendimento. O processo de expansão e de descentralização do atendimento, com a expansão das unidades operacionais em direção a áreas afastadas do centro de ocupação antiga, é um elemento fundamental para compreendermos os entraves vividos por esses trabalhadores. No capítulo, intento compreender as estratégias usadas pelos gestores da Corporação, na capilarização de Estações e Postos de atendimento, e na aquisição de novos instrumentos de trabalho, como bombas a vapor a veículos automotivos, de modo a possibilitar que os bombeiros atendessem a população. Porém, mesmo com os esforços para melhor prestação de serviço à cidade, muitos eram os problemas, por exemplo, em instalar hidrante, por vezes inoperantes pelos encanamentos secos devido à falta de água, limitando a atuação desses trabalhadores. Ou ainda as dificuldades para instalar caixas avisadoras, ou para a realização constante da manutenção desses circuitos de avisamento fundamentais para a celeridade dos atendimentos.

A segunda parte da tese, composta por três capítulos, dedica-se a conhecermos quem eram os sujeitos que integravam a Corporação e ao trabalho realizado por eles. A trajetória de homens pertencentes à elite militar do Exército, e a atuação desses sujeitos nos principais cargos do alto escalão administrativa do Corpo de Bombeiros, como o comando-geral, é o objeto do Capítulo 3. Ao mergulharmos nos caminhos trilhados pelos irmãos Souza Aguiar buscamos compreender as possibilidades profissionais que se abriam para esses sujeitos ao



terem atuado como comandante-geral da instituição permitiu a eles maior visibilidade e a ocupação de cargos de maior destaque.

A experiência dos Souza Aguiar, permeada pelo sucesso de ocupar cargos importantes, como o executivo na prefeitura do Distrito Federal, por exemplo, nos permite acompanhar conexões relativas ao jogo político presente na administração pública da virada dos séculos XIX e inícios do século XX.

Os alistados nas fileiras do Corpo de Bombeiro, trabalhador braçal, mais vulnerável no trabalho cotidiano é o objeto do Capítulo 4. Nele, busco compreender como se dava o alistamento, examinando os critérios e parâmetros adotados pela Instituição para o recrutamento desses trabalhadores. Reconhecendo o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro como um espaço de atuação profissional, intento traçar um perfil dos alistados, com a faixa etária, como era feita a sua classificação racial, seus locais de moradia na cidade, atividade profissional declarada por eles no alistamento, faixa etária, local de nascimento e estado civil desses alistados. Acompanhando a rotina nos quartéis, somos inseridos em uma realidade de tensões e disputas cotidianas, em que toda a movimentação de pessoal – reingresso, acesso profissional e saída – dos bombeiros pode nos indicar oportunidades, expectativas e desafios vivenciados pelos soldados do fogo.

No Capítulo 5, acompanharemos o dia a dia desses trabalhadores do Corpo de Bombeiros na realização de sua principal atividade profissional: o combate aos incêndios. Analisando os relatórios produzidos pelos bombeiros, temos a oportunidade de viajar nos veículos de atendimento e entrar junto com os combatentes nos locais incendiados. Esses relatos nos permitem entender a materialidade dos prédios atingidos pela ação descontrolada das chamas, possibilitando compreender as principais causas dos sinistros, assim como pressão exercida pela imprensa sobre o poder público para que o serviço de extinção de incêndios fosse mais eficiente encerra o capítulo com o medo da ação descontrolada do fogo nos teatros.

## PARTE I

## 2.

**A organização do Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro Oitocentista**

O Corpo de Bombeiros se firmou como uma força essencial para o crescimento e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro ao longo da segunda metade do século XIX. A ampla produção historiográfica sobre as questões do processo de urbanização carioca dá conta de uma cidade que, desde o início dos Oitocentos, esteve em vertiginosa expansão diante do crescimento de sua população e, assim, ampliou seus limites para as freguesias ou distritos rurais e suburbanos, especialmente naquelas regiões cortadas pelos trilhos da malha ferroviária e dos bondes.<sup>22</sup>

Nesse contexto, a criação do Corpo de Bombeiros, no ano de 1856, tem sido interpretada como um avanço na oferta de serviços capazes de possibilitar o desenvolvimento urbano com segurança para as instituições e os bens patrimoniais e assegurar a vida dos seus moradores. Primeira instituição brasileira criada com o objetivo específico de atuar na extinção de incêndios, os bombeiros da Corte têm tido a narrativa do seu surgimento institucional calcada na publicação do Decreto Imperial nº 1.775, de 2 de junho de 1856, que regulamentou o serviço. O texto de *Breve Notícia*, publicação institucional de 1906, exemplifica a forma com que muitas das narrativas históricas da corporação trataram do Decreto Imperial nº 1.775 como uma espécie de “certidão de nascimento” do Corpo de Bombeiros. Tal lógica foi igualmente seguida por textos redigidos posteriormente, que, em sua maioria, chegaram a afirmar que as ações relacionadas aos trabalhos de extinção de incêndios anteriores ao decreto de 1856 tratavam de iniciativas de “milícias,

<sup>22</sup> Inúmeras obras se dedicaram às questões urbanas do Rio de Janeiro, abordando temas dos mais diversos. Cito aqui apenas algumas delas, publicadas a partir de 1980: ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987; AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016; BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996; KASSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2001; MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2011; O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013; ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições. Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995.

aguadeiros e voluntários, que empiricamente combatiam as chamas com os meios disponíveis”, ou, ainda, reduzindo as iniciativas de organização preexistentes ao decreto a frutos dos esforços de “moradores da casa, da choupana, do barraco, do cortiço, ajudados pelos vizinhos e voluntários, que de mais longe vinham acudir”, ações essas que, portanto, nada mais eram do que um “socorro circunstancial e improvisado”.<sup>23</sup>

Em grande medida, a produção bibliográfica sobre o Corpo de Bombeiros no Brasil interpretou os esforços anteriores ao Decreto de criação do Corpo Provisório de Bombeiros, em 1856, como um conjunto de ações improvisadas, desordenadas e sem efetividade. Esses estudos tangenciam uma gama considerável de conflitos e tensões decorrentes de ações e projetos implementados, pelo menos, desde o século XVII, que tiveram como intuito o combate aos incêndios, desconsiderando assim o conjunto de iniciativas de socorro aos perigos oferecidos pelos sinistros provocados pela ação desordenada do fogo.

Entre essas iniciativas, temos a adoção de um sistema de vigilância contra o fogo semelhante àquele usado em Portugal, no Arsenal Real da Marinha da cidade de Salvador, a partir de 1651. Mais tarde, o Alvará Régio, de 12 de agosto de 1797, passou a determinar que o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro fosse responsável por assumir o combate ao fogo nos casos de incêndios na cidade, evidenciando assim a preocupação da Coroa portuguesa diante da temática dos incêndios e da destruição provocada pelo fogo nos ajuntamentos coloniais.<sup>24</sup>

Além disso, os inúmeros relatos sobre os incêndios ocorridos no Rio de Janeiro desde o Período Colonial indicam a existência de aspectos da organização do poder público em níveis consideráveis, contando inclusive com a ajuda da população, e com procedimentos que envolviam desde o aviso – com a utilização do complexo sistema de sinos das igrejas espalhadas pelas freguesias do Rio de Janeiro –, passando pela presença de autoridades públicas (civis e militares) nos locais atingidos pelas chamas, até a organização dos trabalhos ligados ao

<sup>23</sup> RIO DE JANEIRO. Corpo de Bombeiros do Estado do. *Histórico do Corpo de Bombeiros*. Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1991, p. 9. MATTOS, Antonio. *Corpo de Bombeiros: 150 anos salvando vidas e bens*. Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, 2006, p. 179-180.

<sup>24</sup> MENEZES, José. *O Corpo de Bombeiros no Pará*. Belém (PA): [sn], 2007, p. 27. COLEÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA. *Alvará Régio, 3 de março de 1797*. Disponível em: <https://bit.ly/2Ggku5i>. Acesso em 10 dez. 2020.

combate do fogo durante esses sinistros, como é exemplo a colaboração dos aguadeiros.<sup>25</sup>

Tendo como norte para este capítulo as bases que fundamentaram a história do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro como instituição, busco fugir do modelo reducionista descrito pelo historiador francês Jacques Revel como uma história institucional que em muitos momentos “virou as costas para o social” e que desconsiderou as múltiplas experiências, conflitos e contradições existentes em qualquer instituição. Revel explica que tal tendência pode ocorrer quando o pesquisador se detém em explorar “um repertório de fontes privilegiadas” e dá pouca atenção a outros documentos, o que tende a impossibilitar uma visão nítida do funcionamento dessas instituições.<sup>26</sup>

Nesse sentido, ao pesquisarem as forças policiais, os historiadores Cláudia Mauch e André Rosemberg indicam caminhos de investigação que contribuíram para a elaboração de uma história sociocultural das instituições, alertando para os riscos específicos quanto ao uso de fontes institucionais e possíveis estratégias que permitam seus usos. Ao estudar o processo de institucionalização da polícia no Rio Grande do Sul no limiar do Período Republicano, Mauch propõe – para enfrentarmos os desafios e riscos nas pesquisas que tomam como fontes principais aquelas cuja origem é institucional –, estarmos atentos ao uso de documentos que possibilitem, em certa medida, confrontarmos, por exemplo, as normas e os regulamentos, que muitas vezes podem apresentar-se como homogeneizadores das narrativas, com outros documentos que mostrem justamente as contradições dentro dessas instituições. Seguindo os argumentos elaborados por Revel, de que o uso e a valorização de um determinado conjunto documental ampliam os perigos da narrativa histórica única, Mauch compreende que a atitude de valorizar a narrativa

---

<sup>25</sup> Sobre os sinos da cidade e os toques avisando sobre os incêndios, ver: EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis, 1761-1808*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 91-100; Relatos sobre incêndios ocorridos na cidade realizada por MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005; Crônica pictórica de MUZZI, João Francisco. *O incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto (1879)*. Acervo dos Museus Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro). Um bom exemplo da colaboração da população pode ser visto na narrativa sobre o incêndio que destruiu a Casa da Moeda, publicado na edição do *Jornal do Commercio*, 3 de outubro de 1836, p. 4.; Entre as iniciativas tomadas pela administração municipal da Corte estão a elaboração e fiscalização de posturas municipais que definiam a assistência dos aguadeiros durante os sinistros, ver Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Doravante AGCRJ), Códice 44.4.25, *Série Incêndios*.

<sup>26</sup> REVEL, Jacques. A instituição e o social. In. REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 121. (p. 117-140).

única pode corroborar para o silenciamento e empobrecimento das análises possíveis.<sup>27</sup>

André Rosemberg também discorre sobre as fontes que usará em sua pesquisa sobre a polícia na província de São Paulo no limiar do Império, um acervo que em grande medida era originário dos arquivos policiais. Ressalta o autor que essa “coleção caótica de documentos” – composta por ofícios trocados entre as autoridades institucionais e outros dignitários, mapas, relatórios e planilhas diversas, além de requisições e documentos sobre a situação do pessoal (alistamento, punições, promoções e baixas), entre outros, que “tendem a ser muito mais aleatórios e assistemáticos”, exige do pesquisador redobrado cuidado em sua análise, pois, justamente por apresentarem uma pluralidade de interesses e expectativas, podem conduzir o pesquisador à sedução de resultados baseados em versões que são tomadas como verdades.<sup>28</sup>

Como estratégia para evitar dilemas desse tipo, busco cruzar fontes institucionais – como os Regulamentos, ofícios e relatórios produzidos pelos gestores do Corpo de Bombeiros – com textos publicados em periódicos, de modo a possibilitar a polifonia, que em nenhum momento pretende dar conta plenamente dessa história institucional, mas atentar para os aspectos que julguei serem adequados para essa investigação. Reconheço com isso que as escolhas feitas me levaram a tangenciar alguns temas, assim como optar por trilhar certos caminhos e indicar alguns outros para pesquisas posteriores.

Nas próximas páginas, almejo compreender as tensões e contradições ocorridas depois da criação do Corpo de Bombeiros, observando os arranjos e rearranjos que possibilitaram que a instituição se firmasse na administração imperial, compreender os problemas enfrentados pelos diretores do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, especialmente pelo uso do sistema de recrutamento utilizado nas seções que não eram subordinadas a eles e verificar como a autonomia dessas seções evidenciou os limites da autoridade dos diretores do Corpo de Bombeiros sobre os homens não subordinados integralmente a ele.

Minha proposta é pensar o Decreto Imperial nº 1.775 como parte desse amplo conjunto de ações que foram tomadas pelos gestores públicos ao longo da história da cidade com o objetivo de garantir a segurança física e patrimonial da

---

<sup>27</sup> MAUCH, Claudia. op. cit., p. 41-42.

<sup>28</sup> ROSEMBERG, André. op. cit., p. 13.

população carioca. Não quero com isso diminuir a importância desse Decreto para o processo de aprimoramento e profissionalização do serviço de extinção de incêndios no Rio de Janeiro, mas relativizar interpretações que atribuem ao documento uma posição de centralidade, cedendo-lhe o protagonismo no preenchimento de uma suposta ausência de serviços eficientes de extinção de incêndios na cidade ou, ainda, que o julguem ter significado uma ruptura, ao inaugurar um serviço supostamente inexistente até 1856.

Os efeitos da simples publicação do Decreto nº 1.775 mostram que os problemas provocados pelos incêndios na cidade não foram solucionados. As ações consideradas improvisadas ou desordenadas não sofreram grandes alterações na sua prática a partir dos primeiros anos de sua publicação. Ao centrarem-se na sua publicação, os trabalhos sobre o Corpo de Bombeiros têm silenciado outros projetos que se mostraram como opção para a criação de uma corporação específica de bombeiros. Assim como a versão de que o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro foi criado pelo próprio imperador D. Pedro II, que invisibiliza os sujeitos que participaram ativamente desse processo, bem como as disputas em torno da criação da instituição.<sup>29</sup>

Ao investigar as propostas encaminhadas à administração imperial em meados do século XIX, e que criaram um campo de disputas sobre o modelo que se pretendia adotar na instituição que atendesse ao combate aos sinistros provocados pela ação desordenada do fogo, busco estabelecer possíveis conexões entre modelos que serviram de inspiração para o projeto do Corpo de Bombeiros adotado no Rio de Janeiro, e o modelo que se pretendeu aplicar. Por fim, tento estabelecer razões que ajudem a identificar como esse modelo influenciou o Regulamento aprovado em 1856, assim como suas permanências nos Regulamentos elaborados ao longo dos Oitocentos.

---

<sup>29</sup> Essa narrativa tem sido aplicada em diversos trabalhos como, por exemplo, JUNIOR, Sylvio Jorge de Souza *et al.* Gestão estratégica e contratualização no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. *IX Congresso CONSAD de gestão pública*. Disponível em: <https://bit.ly/2XZYnWd>. Acesso em: 10 dez. 2020. e BASTOS, Afonso Henrique S. Ordinários Marchem: aspectos da militarização do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. *Anais do I Seminário Nacional de História Militar*, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2O8FyeY>. Acesso em: 10 dez. 2020.

## 2.1.

### O 'improvisado provisório': o serviço de combate aos incêndios entre tensões e disputas

Em meados do século XIX, os embates sobre a urgência da criação de uma instituição que respondesse pela extinção de incêndios na Corte ganhavam força na esfera legislativa. Na sessão do Senado Imperial de 3 de agosto de 1841, uma acalorada discussão foi travada entre o ministro da Guerra, Clemente Pereira (1841-1843), e o senador pela província do Ceará, Conde de Lages (1829-1847). A questão debatida em plenário referia-se ao efeito que o tamanho e os gastos com as companhias militares, assim como o número elevado de oficiais à frente delas, provocavam nas contas públicas do Ministério da Guerra. Para alguns senadores, os cortes propostos pelo chefe da pasta trariam prejuízos aos serviços realizados pelo Exército, isto é, “um pequeno número [de companhias] não [seria] o bastante a todo o serviço do Exército e Arsenais”.<sup>30</sup> A visão defendida pelo ministro da Guerra era que, inicialmente, houvesse cortes no número de companhias da instituição, o que, posteriormente, provocaria a redução do número de cargos de oficiais. Assim, na visão do ministro, a cabeça e o corpo teriam mais proporcionalidade, isto é, reduzir o número de companhias provocaria igual diminuição no número de cargos mais elevados para dirigi-las.

O senador Lages, por sua vez, defendia a permanência de todas as companhias sob o argumento de que era fundamental garantir o amplo funcionamento das tarefas prestadas pela instituição. Inclusive por que “além do serviço ordinário do Exército em campanha”, outras atribuições cabiam aos militares.<sup>31</sup>

O nobre ministro há de reconhecer **a necessidade de uma força de bombeiros, muito principalmente na Corte, nesta capital tão populosa, onde são repetidos os incêndios**. Em Paris, há um corpo de bombeiros que não se aplica a outra coisa senão a apagar incêndios. Aqui seria necessária uma força proporcionada, e destinada a fazer esse fim: eu vi há poucos dias no incêndio que teve lugar no palacete, que por muito tempo uma única bomba apareceu, sendo certamente uma das causas o pequeno número de bombas; e o fogo persistiu por muito tempo, donde se colige

<sup>30</sup> BRASIL. *Anais do Senado Imperial (1841)*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 15.

<sup>31</sup> Idem.



a necessidade de um corpo para este serviço, podendo fazer parte a companhia de artífices.<sup>32</sup>

Ao expor a necessidade de criação de uma força de bombeiros para a cidade, o senador Lages justifica seu arrazoado pelo crescimento da população e das ocorrências envolvendo incêndios. Citando como exemplo a experiência parisiense, o parlamentar acredita que o projeto de criação de uma Companhia dos Artífices do Exército poderia ser uma opção viável para a oferta do serviço, pois, ao testemunhar uma ocorrência de incêndio recente percebeu o quão precárias eram as possibilidades de a cidade do Rio de Janeiro enfrentar ocorrências daquele tipo, a demora na chegada de socorro, na argumentação dele, expressa pela apresentação de “uma única bomba”, possibilitou a ação prolongada das chamas, grandes prejuízos para o proprietário do imóvel e riscos para a cidade.

Ainda que o ministro da Guerra não tenha dado uma resposta imediata sobre a questão dos bombeiros aos senadores naquela sessão, o então diretor do Arsenal de Guerra, marechal Antonio Carlos Pardal,<sup>33</sup> encaminhou um pedido ao Ministério da Guerra, em 1848, para que o responsável pela pasta autorizasse a criação de uma Seção de Bombeiros para atender a cidade.

[solicito a] organização que tem a França de companhias de sapadores bombeiros com quartéis próprios, sujeitos a uma disciplina militar com fardamento, vestimenta, utensílios e regulamento adequado para operarem nos fogos, não só para os extinguir, mas para salvar as vidas daqueles que por semelhantes desastres muitas vezes estão em perigo de perder a vida.<sup>34</sup>

A proposta do militar ia ao encontro daquela discutida no Senado Imperial, tomava igualmente como base o argumento validador da prática vivenciada pela capital francesa e tendia a pensar o próprio Arsenal do Exército como opção viável para aplicação do modelo, o que também já havia sido mencionado pelo Conde de Lages, em 1841. Ao que parece o ministro concedeu parecer favorável ao pedido do marechal Pardal, não para a criação de uma Companhia de Bombeiros, mas para

---

<sup>32</sup> Idem, p. 16. [Grifos meus].

<sup>33</sup> Militar do Exército, Pardal era considerado “amigo de infância do imperador, o qual, entre outros cargos importantes, fora presidente da Província de Santa Catarina (1837-1839), Secretário do Conselho Supremo Militar e governador das Armas da Corte” SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato brasileiro (1850-1930). In. HEINZ, Flavio M. (Org.). *História Social das Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 15.

<sup>34</sup> “Parte Oficial”. *Jornal do Commercio*, 16 de maio de 1848, p. 1.

que os alunos de uma seção do Arsenal de Guerra pudessem receber treinamentos físicos com a finalidade de agir em casos de incêndios.

Buscando atender tal propósito, o marechal Antonio Carlos Pardal, em maio de 1849, contrata o francês de nome Bernardo Urbano Bidegorry, como “professor de ginástica dos aprendizes menores, com o vencimento de 5\$ [cinco mil-réis] nos dias em que [desse] lição, ficando [ele] obrigado a adestrá-los nos exercícios de apagar incêndios”. Convite que possibilitou ao francês se tornasse um dos principais personagens desse processo de disputas pela criação de uma instituição dedicada especificamente ao combate aos incêndios na Corte. Acompanhar sua trajetória nos permite observar os projetos que estavam em discussão.<sup>35</sup>

## 2.2.

### **Bidegorry: pretensões insistentes de ser comandante**

As informações pessoais sobre Bidegorry são um tanto fragmentadas. Seu pedido de naturalização como cidadão brasileiro, encaminhado ao governo imperial em 1856, nos fornece outros dados sobre sua vida em terras brasileiras. Além disso, algumas notas dispersas em publicações da imprensa cotidiana nos permitem saber um pouco mais sobre ele.

De acordo com sua solicitação de naturalização, Bidegorry nasceu aos 28 de agosto de 1810, na pequena cidadela medieval de Saint-Jean-Pied-de-Port, bem próxima à fronteira francesa com a Espanha.<sup>36</sup> Há certo desencontro de dados quanto à sua chegada ao Brasil. Em seu processo de naturalização, a informação é de que ele era “residente no Império a [sic] nove anos”, ou seja, estaria em terras brasileiras pelo menos desde 1847. Em outro texto, datado de dezembro de 1848, afirma-se que o francês estava no Brasil “há dezessete meses”, o que equivaleria a

<sup>35</sup> “Ministério da Guerra”, *Correio do Rio de Janeiro*, 11 de maio de 1849, p. 2. A grafia do nome de Bernardo Urbano Bidegorry foi algumas vezes localizada sob a variação “de”, optei por seguir o modelo que suprimia a dita partícula, exceto quando da transcrição de documentos. O próprio francês solicitou em 1860 a correção da grafia de seu nome, como consta em BRASIL, Câmara dos Deputados. *Annais do Parlamento Brasileiro (1860)*. Sessão de 28 de maio de 1860. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve Comp., p. 31.

<sup>36</sup> Biblioteca Nacional (doravante BN), Documento Textual, sob os registros *Manuscritos C-0541,009* “Processo de naturalização brasileira de Bernardo Urbano de Bidegorry”, nº 1 [Pedido de naturalização, encaminhado ao Ministro do Império, em 13 de agosto de 1856, do qual obteve parecer favorável em agosto de 1857. Conforme publicado em BRASIL, Câmara dos Deputados. *Annais do Parlamento Brasileiro (1857)*. Tomo 5, Sessão de 10 de julho de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., p. 224.

ter aqui chegado em meados de 1846.<sup>37</sup> Apesar das divergências, o que pode ser afirmado com precisão é que, em setembro de 1847, Bidegorry já havia se estabelecido na Corte, inclusive tinha iniciado o trabalho como professor de ginástica do Colégio São Pedro de Alcântara e manifestava por escrito ao governo imperial seu interesse de ocupar cargo semelhante no Colégio Pedro II.

Diz Bernardo Bidegorry, súdito francês, ex-professor do ginásio normal militar de Paris e presentemente professor do Colégio de São Pedro de Alcântara que reúne todas as habilitações necessárias para bem desempenhar o lugar de professor de ginástica no Colégio de D. Pedro II.

Estes exercícios, senhor, hoje tão reconhecidos e postos em prática por todas as nações da Europa em seus exércitos, armadas e colégios de ambos os sexos, não serão de menor utilidade para um país cujo clima, por causa do seu intenso calor, continuamente enfraquece as forças corporais.

Como ao império do Brasil já tão adiantado na carreira da civilização ainda falta um tal estabelecimento para os discípulos de suas academias, e o suplicante há 14 anos professa a ginástica como diretor e professor, cuja asserção certificam os atestados de que é portador.

Vem ele pois valer-se da imperial munificência de vossa majestade imperial (...).<sup>38</sup>

Usando como estratégia o destaque de sua experiência pregressa em Paris, Bidegorry tenta garantir a sua contratação na instituição, afirmando ser dotado das “habilitações necessárias” para ministrar as aulas de ginástica aos alunos do Colégio. O francês tece palavras elogiosas à posição do Brasil no cenário internacional, que na sua compreensão está adiantado quanto à civilização, e sua alegação tomava a prática de exercícios físicos nas instituições educacionais como um indicativo da posição progressista do país a exemplo das nações europeias.

Não tardou para que o vice-reitor do Colégio Pedro II, Frei Rodrigo de São José, respondesse à solicitação, informando que “o lugar que requer o suplicante acha-se ocupado por Frederico Hoppe, súdito espanhol, nomeado por decreto de 15 de setembro de 1846”.<sup>39</sup> A oportunidade vislumbrada por Bidegorry de ministrar aulas na instituição não seria possível, afinal outro professor ocupava o cargo.

<sup>37</sup> “Publicações a pedidos, Theatro de S. Januário”, *Jornal do Commercio*, 14 de dezembro de 1848, p. 2.

<sup>38</sup> BN, *Manuscritos*, C-0803,11, “Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando ser nomeado professor de ginástica no Colégio Pedro II, em 14 de setembro de 1847”.

<sup>39</sup> Idem. O parecer do vice-reitor foi escrito na margem da solicitação por Bidegorry. Arquivo Nacional (doravante AN), *Série Educação*, IE 4-32. “O comunicado sobre a nomeação de Frederico Hoppe foi feita pelo vice-reitor em ofício de 28 de setembro de 1846”.

Porém, Hoppe manifestou constantes descontentamentos quanto à carga horária e o soldo oferecido aos docentes da instituição. Diante das suas constantes ausências nas aulas, o reitor Joaquim Caetano da Silva enviou correspondência ao ministro do império explicando a situação:

[...] até o fim do ano letivo, em 19 de novembro, só veio ao Colégio seis vezes no mês de outubro e duas em novembro; e isso à força de muita instigação por parte do vice-reitor (que me substituíra), o qual, de propósito para o estimular, até lhe comunicou que o lugar de Mestre de Ginástica no Colégio era muito desejado por um francês de nome Bidegorry, recém chegado a essa Corte com muitas louváveis abonações.<sup>40</sup>

Ao que parece, saber da pretensão de Bidegorry não teria surtido efeito sobre o comportamento de Frederico Hoppe, pois, mesmo depois do início do calendário escolar da instituição, conforme comentário do reitor ao ministro, o “mestre de ginástica nem aparece, nem manda desculpa”. Silva continua a sua explicação, afirmando que tendo o espanhol reaparecido em 24 de março de 1848, ele “desculpou-se com várias alegações; lembrei-lhe eu também da pretensão de Bidegorry; e ele, depois de muita insistência sobre o aumento do ordenado, ou diminuição de trabalho, assegurou-me que [...] continuaria com a ginástica no Colégio”.<sup>41</sup>

Com a continuidade das faltas não justificadas de Hoppe, o reitor do Colégio Pedro II manifestou interesse em contratar Bidegorry como professor responsável por ministrar aulas aos alunos da instituição. Entusiasmado, chegou a escrever no ofício ao ministro imperial as excelentes recomendações que ele havia recebido do próprio diretor do Ginásio Normal de Paris, Coronel Amoròs, em atestado em que declarava ser Bidegorry “um dos seus melhores discípulos”.<sup>42</sup>

A empolgação de Joaquim da Silva terminaria depois de publicadas declarações feitas por Bernardo Urbano Bidegorry ao *Jornal do Commercio* sobre o ensino de ginástica nas instituições educacionais do Brasil. No texto, o francês explica que o exercício físico “tem por fim tornarem os homens mais fortes, mais

<sup>40</sup> AN, *Série Educação*, IE 4-32, “Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império, datado de 10 de abril de 1848”.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> AN, *Série Educação*, IE4-32, “Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império, datado de 26 de junho de 1848”. Sobre a importância de Francisco Amoròs (1770-1848) e do seu método para a Educação Física moderna ver SIRVENT, Rafael Fernández. *Francisco Amoròs y los inicios de la Educación Física moderna. Biografía de un funcionario al servicio de España y Francia*. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.

intrépidos, mais destros, mais ligeiros, enfim, pode-se dizer que estes exercícios são a saúde e a prolongação da vida humana”.<sup>43</sup> A polêmica se instalou quando o professor de ginástica insinuou certo atraso pedagógico de quase todas as instituições de ensino brasileiras, visão que incluía o Colégio Pedro II, quanto à oferta de aulas de ginástica aos seus alunos.

No Rio de Janeiro, onde a instrução e o modo de ensino principia [sic] a desenvolver-se, **um só colégio até hoje entendeu a utilidade destes exercícios para os meninos, é o colégio S. Pedro de Alcântara**, dirigido pelos Srs. Prado e Paiva. As despesas consideráveis que foi mister fazerem para acrescentar um ginásio a seu estabelecimento, já tão conhecido e dirigido à maneira dos colégios reais de Paris, não detiveram os diretores.<sup>44</sup>

As declarações de Bidegorry foram entendidas como inapropriadas pelo diretor do Colégio Pedro II, principalmente por colocar em destaque as ações promovidas por outra instituição de ensino da cidade, o colégio São Pedro de Alcântara. Dias depois de virem a público as palavras do francês sobre o ensino e a utilidade de exercícios físicos, o diretor demonstrou sua insatisfação e encaminhou novo ofício ao ministro do Império recomendando a não contratação de Bidegorry para o cargo.

Ora, como ele sabe muito bem (por que mais de uma vez lhe disse eu) que pelo Colégio de Pedro Segundo principiou no Rio de Janeiro a introdução da ginástica, estou muito receoso de semelhante caráter; temo que seja entre os alunos um fermento de perversão, e por isso me parece prudente esperar por outro Mestre.<sup>45</sup>

Ou seja, no entender de Joaquim da Silva, o texto publicado no jornal por Bidegorry soou como um desrespeito ao caráter inovador da instituição, pois feria a posição de vanguarda do Colégio Pedro II na oferta das aulas de ginásticas aos seus alunos. Como justificativa ao ministro, o reitor do Colégio Pedro II coloca em dúvida a capacidade de Bidegorry de manter a disciplina junto aos alunos, uma vez que as declarações dadas pelo francês ao *Jornal do Commercio* poderiam apontar alguém dotado de um “caráter” capaz de “fermentar a perversão”.<sup>46</sup> Sem ter mais como

<sup>43</sup> “Correspondência - Gymnastica”, *Jornal do Commercio*, 4 de julho de 1848, p. 2.

<sup>44</sup> Idem. (Grifos meus)

<sup>45</sup> AN, *Série Educação*, IE4-32. “Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império, datado de 04 de julho de 1848”.

<sup>46</sup> Sobre o processo de escolarização da Educação Física no Colégio Pedro II em meados do século XIX e a participação de Bidegorry, ver CUNHA JUNIOR. Carlos Fernando Ferreira. Os exercícios

opção a cadeira de Mestre de ginástica no Colégio Pedro II, Bidegorry passa a recorrer a anúncios nos principais jornais da cidade, oferecendo seus serviços como professor de ginástica.<sup>47</sup>

Em meados de 1848, Bernard Urbain de Bidegorry, ainda sem ter o registro de seu nome “aportuguesado”, enviou requerimento à Câmara Imperial na tentativa de obter autorização para “a concessão de duas loterias para dois estabelecimentos de natação [na] Corte, um para senhoras e outro para homens”, tendo sua proposta sido apreciada na seção de 24 de agosto e obtendo parecer favorável.<sup>48</sup>

Além da constante oferta de seus serviços como educador físico em anúncios publicitários nas principais folhas impressas do Rio de Janeiro, Bidegorry se faz presente em notas na imprensa sobre o trabalho que ele realizava durante o combate a incêndios ocorridos na cidade. Essa atividade permitiu que ele conquistasse certa evidência social, tendo em vista que o francês demonstrava apropriada habilidade e coragem para o ofício. Tais atuações contra a ação descontrolada do fogo renderam a ele elogios públicos em textos publicados em seções encomendadas de jornais cariocas.

Hoje faz o senhor Bernardino Urbano de Bidegorry o seu benefício no teatro de S. Januário [referindo-se ao combate ao incêndio ocorrido em 3 de novembro de 1848]. **Todo o Rio de Janeiro está lembrado da corajosa conduta deste senhor no incêndio da Rua da Imperatriz** [ocorrido em 25 de fevereiro de 1848], e é em gratidão a esse louvável comportamento que **venho pedir a favor deste pai de família a proteção dos habitantes desta cidade**. Ninguém é mais digno de atenção do que o senhor de Bidegorry, que há 17 meses se acha nesta Corte sem abundância de meios, e hoje espera com ansiedade pelo bem ou mau [sic] êxito de seus esforços: queira Deus que tenha a ventura que espera, e que eu, e muitos outros lhe desejamos. Reconhecendo a bondade do público da capital, que sempre

---

gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1870). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 69-81, mar. 2011.

<sup>47</sup> No primeiro desses anúncios que localizei, Bernardo Urbano Bidegorry está admitindo interessados em participar das aulas do curso de ginástica sob sua direção. “Curso de Gymnastica”, *Jornal do Commercio*, 6 de dezembro de 1847, p. 4. Um estudo sobre os anúncios publicitários de aulas particulares, inclusive o do próprio Bidegorry, foi realizado por LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2SxZhcN>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>48</sup> A primeira menção ao francês foi na sessão de 24 de agosto de 1848. BRASIL, Câmara dos deputados. *Anais do Parlamento brasileiro (1848)*. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1880, p. 270. Um dos argumentos usados posteriormente por Bidegorry é de que ele tinha inaugurado diversos locais para prática de exercícios na cidade, como no texto em que o francês se dispõe a assessorar na construção e direção de ginásios para exercícios físicos em colégios da Corte ou em outras cidades brasileiras. Ver a edição do *Correio Mercantil*, de 16 de novembro de 1858, p. 4. “Gymnastica”.

distingue em atos benéficos, e que venho pedir os que sabem apreciar o homem de mérito e coragem que assistam comigo esta brilhante reunião, na certeza de que o beneficiado lhe será eternamente agradecido. XXX.<sup>49</sup>

Sem identificação de autoria, assinado como XXX, o texto pode ser um bom indicativo da percepção que o público leitor tinha sobre a importância dos atos realizados por Bernardo Urbano Bidegorry durante o combate aos incêndios no Rio de Janeiro, assim como também nos indicar que, apesar de oferecer aulas de ginástica, suas condições financeiras eram pouco favoráveis, vivendo ele em terras cariocas “sem abundância de meios”. Por outro lado, não podemos descartar a possibilidade de que os elogios feitos à pessoa de Bidegorry, sobretudo enfatizando suas ações no combate aos incêndios, tenham sido parte de uma estratégia para que ele pudesse vir a receber um convite para realizar algum tipo de trabalho ligado ao combate aos incêndios na cidade. Isso ocorreu meses mais tarde, em maio de 1849, quando ele foi convidado para atuar como mestre de treinamentos físicos no Arsenal de Guerra, o que pode indicar que ainda que a recomendação presente no texto jornalístico não tenha sido atendida, de alguma forma, houve o reconhecimento da atividade e perícia de Bidegorry em situações de incêndios.

Poucas semanas depois do início dos treinamentos físicos com alunos da seção do Arsenal de Guerra, outra correspondência foi publicada na edição do *Jornal do Commercio*, em 1º de junho de 1849. O interlocutor identifica-se como “*Um Brasileiro amigo das artes*” e diz estar feliz com a notícia da nomeação do francês pelo ministro da Guerra, especialmente porque tal atividade permitiria ao professor “adestrar” aos estudantes “nos exercícios de apagar incêndios”. Fato que, para o interlocutor, obrigaria a população da cidade a agradecer tanto ao ministro quanto aos administradores do Arsenal “pela determinação que tomaram em fazer organizar uma companhia de bombeiros exercitados em ginástica e manobra de bomba”.<sup>50</sup>

De forma bem incisiva o autor do texto prossegue em sua defesa pela criação de uma Companhia de Bombeiros e particularmente que a dita Companhia fique sob a direção de Bidegorry.

---

<sup>49</sup> “Publicações a pedidos, Theatro de S. Januário”, *Jornal do Commercio*, 14 de dezembro de 1848, p. 2. [Grifos meus].

<sup>50</sup> “Correspondências”, *Jornal do Commercio*, 1 de junho de 1849, p. 2.

(...) Podemos afirmar com toda a certeza e satisfação, se os incêndios estão sob a direção do Senhor Bernardo Urbano de Bidegorry, presentemente encarregado da sua instrução, que, segundo as provas honoráveis que deu de tais conhecimentos e coragem no terrível incêndio da Rua da Imperatriz. Logo que tiver organizada a companhia, **os bombeiros bem exercitados na ginástica e manobra da bomba, não cometerão mais estragos e desperdícios inúteis, pois ninguém ignora infelizmente a desordem que reina sempre nos incêndios, fazendo-se estragos inúteis, cada um trabalhando sempre a seu modo, todos mandando a um tempo, desfazendo um o que o outro faz, tudo isso por falta de um chefe;** e tem de ajuntar-se a este mal o mau material e bombas estragadas, cujos buracos se é obrigado a tapar com panos: verdade é que as bombas do arsenal de guerra são as únicas que parecem boas e bem conservadas.<sup>51</sup>

O argumento usado no texto de que seria imprescindível a adoção de treinamento aos homens envolvidos nos trabalhos de combate aos incêndios nos permite compreender que, ainda que parcialmente, em meados dos Oitocentos, existia a percepção de que cabia ao governo imperial a missão de oferecer à população carioca um serviço eficaz contra as ameaças provocadas pela força descontrolada das chamas e que pudesse garantir o crescimento da população e a expansão da cidade em segurança.

Outro aspecto interessante sobre o tema da extinção de incêndios encontrado nos relatos até aqui, indicam que essa percepção estava em grande medida disseminada em múltiplos setores sociais. A necessidade era debatida desde o parlamento, passando por instituições militares e pelas páginas da imprensa de grande circulação. Sem dúvidas, a cada novo incêndio, especialmente aqueles de grandes proporções, a temática ganhava nova força e era intensamente comentada pelas ruas e vielas apinhadas por vendedores ambulantes, homens fardados e pretas quitandeiras, tipos tão comuns do cotidiano carioca.

Com a saída do marechal Pardal do Arsenal de Guerra, em 1849, pouco se caminhou no tema da criação de uma Companhia de Bombeiros na Corte. Ainda que Bidegorry tenha se mantido como professor de ginástica de uma seção do Arsenal, nenhuma mudança ocorreu durante aqueles anos. No relatório expedido em 1850 pelo ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello (1848-1853), o chefe da pasta demonstra estar satisfeito com o trabalho que era realizado por Bidegorry como diretor e professor do Ginásio Normal Militar do Arsenal de

---

<sup>51</sup> Idem. [Grifos meus].



Guerra, afirmando que para o “melhoramento físico” dos alunos do Arsenal “criou-se uma aula de ginástica, da qual têm eles obtido aproveitamento, e daí muitas vantagens devem resultar ao serviço da extinção de incêndios”.<sup>52</sup>

Os papéis que compõem a pasta “Processo de naturalização brasileira de Bernardo Urbano de Bidegorry”, na Biblioteca Nacional, foram organizados em dois maços, totalizando 52 páginas manuscritas – algumas em frente e verso –, que em sua maioria não foram originalmente numeradas, e que receberam identificação numérica durante o processo de organização arquivística, provocando uma lógica sequencial diferente da circulação original desses documentos, demandando assim um esforço mais apurado para reorganização e compreensão. Outro aspecto relevante refere-se ao nome que identifica o códice, apenas um desses papéis está diretamente ligado à questão de naturalização do estrangeiro,<sup>53</sup> os outros abordam as pretensões de Bidegorry sobre duas questões distintas, mas que estão intimamente ligadas: a criação de uma companhia de Corpo de Bombeiros e a cobrança do pagamento de indenizações que o francês afirma terem sido prometidas verbalmente por autoridades do Império – ministros e até mesmo o próprio Imperador –, pelos trabalhos realizados por ele ao debelar incêndios por cinco anos.

Com os documentos do códice compreendemos, entre outras coisas, a posição que Bidegorry reconhecia ocupar em relação aos incêndios na cidade e os processos de avaliação das autoridades públicas sobre o assunto, sobretudo se consideramos os pareceres dados pelas autoridades responsáveis por órgãos públicos como os ministérios do Império, da Guerra e dos Negócios do Império, do Arsenal de Guerra e do inspetor Geral das Obras Públicas.

A forma com que Bernardo Urbano Bidegorry se reporta nos manuscritos nos dá uma ideia de sua identificação como protagonista do serviço, ou pelo menos sua atitude ativa ao disputar as posições relevantes seja quanto ao processo de criação ou quanto ao comando da pretensa Companhia de Bombeiros para a Corte, ou mesmo como personagem de destaque no projeto que se pretendia implantar na cidade. Diante da inércia do governo imperial, o francês que há alguns anos treinava os homens de uma seção do Arsenal de Guerra para debelar incêndios encaminhou, entre os anos de 1850 e 1856, às principais autoridades públicas do Império

---

<sup>52</sup> BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra (1850)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, p. 7.

<sup>53</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 1, “Ofício datado de 13 de agosto de 1856”.

brasileiro, entre elas a Câmara dos Deputados e os ministros, uma série de requerimentos com propostas sobre a temática da criação de um Corpo de Bombeiros para a Corte.

Na primeira proposta encaminhada ao ministro da Guerra, e datada de 6 de junho de 1850, Bidegorry manifesta o desejo de ser engajado “no emprego de professor de ginástica do Ginásio Normal Militar do Arsenal de Guerra” e “na direção dos incêndios desta Corte”, pelo prazo de oito ou nove anos. No texto, o francês se comprometia: a “dar lições aos menores; organizar uma Companhia de Bombeiros à maneira de Paris, exercitada em ginástica, manobra de bomba e sacos de salvação e ensinar aos oficiais inferiores uma teoria [ilegível] que acabo de compor”.<sup>54</sup> Propunha-se a estar integralmente à disposição do trabalho de socorro aos incêndios “a qualquer hora do dia ou da noite que for para isso avisado”. Como pagamento, Bernardo Urbano Bidegorry pedia que, além de 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil-réis), referente ao pagamento como professor do Ginásio do Arsenal de Guerra, pudesse receber ainda 1:000\$000 (um conto de réis) como diretor da Companhia de Bombeiros e, ainda por sua condição de estrangeiro, por “não poder obter reforma que no fim de meu engajamento” fosse conferida a quantia de 6:000\$000 (seis contos de réis) em forma de gratificação.<sup>55</sup>

Além de lançar a proposta de ser empregado no cargo de diretor da Companhia de Corpo de Bombeiros, que ele próprio se comprometia em criar e treinar, cobrava também o pagamento retroativo pelo trabalho que exerceu por três anos, alegando que se tratou de “período [em que] nunca deixei de assistir a todos os incêndios que tem havido nesta cidade, onde tenho sofrido alguns estragos sendo até ferido gravemente duas vezes pela ignorância e inexperiência das pessoas que me rodeavam”.<sup>56</sup>

Alguns dias depois, duas respostas foram dadas aos pedidos de Bidegorry. A primeira, do vice-diretor do Arsenal de Guerra, Vicente Albuquerque, na qual informa não poder dizer nada a respeito das proposições.<sup>57</sup> Já o parecer emitido por José Maria da Silva Bittencourt, diretor do Arsenal de Guerra, toma como base o

<sup>54</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 7 (I), “Ofício datado de 6 de junho de 1850”. [Doravante nas citações dos documentos desse códice que possuírem várias páginas farei uso de numeração com algarismos romanos. Acréscimo realizado por mim para facilitar a localização do documento citado].

<sup>55</sup> Idem, nº 7 (II).

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 9, “Ofício datado de 21 de junho de 1850”.

contrato, afirmando que o vencimento que cabia ao francês como professor de ginástica era de cinco mil réis, nos dias de ensino, e não, como menciona, de um conto e oitocentos mil réis, anuais.<sup>58</sup> Ou seja, no entendimento de Bittencourt, o valor cobrado não correspondia ao que havia sido combinado em 1849, quando o Arsenal estava sob a administração do marechal Parda.

Respondendo ao pedido de Bidegorry quanto à criação do Corpo de Bombeiros, o diretor José Maria da Silva Bittencourt opinou:

Permita-me, porém, Vossa Excelência que servindo-me da oportunidade insista na ideia emitida da vinda de uma bomba das que ora se usam em Paris, para a extinção dos incêndios, afim[sic] de servir-nos de modelo, e na criação do necessário Corpo de Bombeiros parecendo-me portanto que qualquer contrato que tenha a fazer-se, deve ser em relação.<sup>59</sup>

Ao que parece, Bittencourt não era favorável à criação dos Bombeiros, e muito menos concordava com a possibilidade de que Bernardo Urbano Bidegorry assumisse a sua direção e o treinamento dos homens no combate aos incêndios nessa seção. Ele compreendia que a prioridade era a compra de uma nova bomba para combate ao fogo, pois o êxito do atendimento do Corpo de Bombeiros estaria simplesmente condicionado à aquisição desse material.

Descontente com as negativas, Bidegorry encaminha novo pedido ao ministro dos Negócios da Guerra, retomando os mesmos argumentos apresentados anteriormente. Sobre os valores de indenização que acreditava ter direito de receber, Bidegorry, afirmando ter tido a promessa de pagamento do próprio imperador D. Pedro II, garantiu ainda que os problemas como ferimento de combatentes e prejuízos materiais, tão comuns durante a extinção das chamas, ocorriam “em virtude da ignorância e imprudência dos homens que trabalhavam em desordem, sendo dirigidos por chefes sem experiência neste gênero de trabalho”, podendo ele, como comandante e instrutor do Corpo de Bombeiros, oferecer solução para esses inconvenientes.<sup>60</sup>

Novamente, em sua apreciação ao pedido, José Maria da Silva Bittencourt, o diretor do Arsenal de Guerra, reforça que sua “conclusão é a mesma de então, com quanto conheça o merecimento do pretendente, hábil e seguro nos manejos que

<sup>58</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 8, “Ofício datado de 25 de junho de 1850”.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 10, “Ofício datado de 17 de julho de 1850”.

ensina”.<sup>61</sup> Assim, a opinião de Bittencourt é contrária à criação do Corpo de Bombeiros, ainda que reconhecesse a perícia do francês nos assuntos relacionados ao combate aos incêndios.

Outra resposta desfavorável às aspirações de Bernardo Urbano Bidegorry foi dada por Miguel de Frias e Vasconcelos, inspetor Geral das Obras Públicas, no parecer emitido em 8 de outubro de 1850, direcionado ao senador Visconde de Mont’Alegre (1848-1852), responsável pelo Ministério de Estado dos Negócios do Império. No documento, foram apresentadas outras justificativas, contrárias às propostas do francês:

Julgo que o governo não precisa de regulamento, porque já o tem, e o que quer lhe não despende mor quantia, por ora, do que a que se despende atualmente neste ramo de Serviço Público, e como a pretensão do suplicante acarreta a maior despesa (a de 2:800\$000 [dois contos e oitocentos mil réis] a mais por ano somente com o seu vencimento!!!), a julgo inadmissível, e principalmente quando toma[mos] na devida consideração, que o Diretor do Arsenal de Guerra e os Inspectores da Marinha e Obras Públicas, Oficiais, Generais e Superiores, com habilitações muito acima das necessárias para esse serviço extraordinário, nada por ele recebem.<sup>62</sup>

A explicação contundente dada por Vasconcelos tinha como cerne o argumento de que além de onerar os cofres públicos, traria como consequência a quebra na hierarquia de outros cargos ligados à administração imperial e que, por isso, não cabia ao governo conceder à solicitação de Bidegorry, tanto em relação à criação de uma Companhia de Bombeiros e seu regulamento quanto ao pagamento dos valores por ele reclamados.

Vasconcelos explica que havia sido incumbido de elaborar um regulamento para o serviço de extinção de incêndios na Corte, e que mesmo depois de entregue,

a organização e execução de diferentes disposições tomadas por diversas repartições subordinadas aos diferentes Ministérios, escritas depois do meu regulamento, ainda que resistam às ideias deste mesmo regulamento, contudo não produzem o efeito pretendido de ordem e eficácia do trabalho, por isso que trata somente d’algumas disposições deslocadas e mal entendidas d’um projeto que, em complexo tratava d’outras providências indispensáveis, e de seus corolários que ficaram esquecidos.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 11, “Ofício datado de 26 de agosto de 1850”.

<sup>62</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 12, “Ofício datado de 8 de outubro de 1850”.

<sup>63</sup> Idem, nº 12 (II).

Na interpretação do inspetor Geral das Obras Públicas a simples elaboração de um regulamento ou de estudos teóricos sobre o tema dos incêndios, não faria cessar a desordem comumente apontada como principal elemento prejudicial à efetividade dos trabalhos de combate às chamas. Como solução, a sugestão dada por Vasconcelos era de que o “serviço [fosse] definitivamente posto a cargo d’um determinado Ministério, do qual baixe um só metódico regulamento, que harmonize e a ele sujeite todos os atos deste serviço”.<sup>64</sup> Assim, ainda que discordasse da proposta de Bidegorry, especialmente pelo gasto extra para os cofres públicos e pela quebra hierárquica que ela representava, Vasconcelos entendia que era, sim, necessário que o serviço fosse centralizado sob a responsabilidade de um ministério, e que o regulamento elaborado por ele próprio contemplaria essa solução. Temos então um adversário com propostas efetivas em relação àquelas de Bidegorry, e que inclusive se mostrava como opção para ocupar o cargo de direção do Corpo de Bombeiros.

Em novas solicitações, datadas de 8 de maio e de 21 de novembro de 1851, Bernardo Urbano Bidegorry insiste nas requisições feitas desde a primeira petição por julgar que eram justas, afinal, em suas palavras

eu não posso crer que o governo será assaz injusto para fazer trabalhar um estranho por nada e ainda por força em que ele tem exposto sua vida, e ainda a expõe. Por que a todos os incêndios uma ordenança do Arsenal de Guerra me vem buscar para me conduzir ao fogo, eu não questiono de empregar meus fracos talentos, mas ao menos desejo ser pago.<sup>65</sup>

Uma resposta favorável ao pagamento reclamado pelo francês foi finalmente dada, no começo do ano de 1852, pelo ministro dos Negócios do Império, Visconde de Mont’Alegre, que encaminhou correspondência ao ministro da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres (1868-1870), solicitando que “se entregue no Tesouro Nacional a Bernardo Urbano de Bidegorry a quantia de 500\$000 [quinhentos mil-réis], como remuneração dos trabalhos a que se tem proposto sobre os meios de atacar aos incêndios”.<sup>66</sup>

Porém, outros documentos do código nos sugerem que a questão do pagamento não estava encerrada. Sem receber o valor que solicitava, Bidegorry

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 13, “Ofício datado de 8 de maio de 1851”.

<sup>66</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 15, “Ofício datado de 19 de janeiro de 1852”.

volta a recorrer por escrito em maio daquele ano, dirigindo-se ao próprio Imperador D. Pedro II, queixando-se ao monarca, nessa nova correspondência, de que deveria ainda receber a quantia de 8:500\$000 (oito contos e quinhentos mil-réis) referente ao total de 9:000\$000 (nove contos de réis) que ele considerava como justa.<sup>67</sup>

Em outro documento, Bidegorry expõe sua preocupação ao Imperador sobre possíveis investigações que faziam sobre a veracidade de suas petições:

Segundo informações que recebi sei que se estão fazendo investigações nas secretarias de Guerra e do Império para procurar meu contrato como Diretor dos Incêndios para servir de base as reclamações que não cesso de fazer há mais de dois anos ao governo de Vossa Majestade, mas esse trabalho é inútil visto que nunca pude obter contrato nem nomeação oficial, como tive a honra de participar a Vossa Majestade em todas as minhas reclamações.<sup>68</sup>

Cobrando que o Imperador cumpra sua promessa verbal, Bidegorry prossegue:

Vossa Majestade me havia ordenado que me apresentasse à Vossa Excelência o senhor ministro do Império dizendo-me que ele estava disposto a pagar-me o atrasado e fazer o meu contrato, mas sua resposta foi inteiramente contrária. [ilegível] se eu fui aos incêndios foi por que me obrigaram, mandaram me chamar em minha casa pelas ordenanças e se continuei a ir sempre foi por que em consequência de uma reclamação do Ilustríssimo Diretor do Arsenal de Guerra. Vossa Majestade prometeu-me pagar há pouco mais ou menos dois anos, e me ordenou que continuasse a ir, foi preciso obedecer a palavra de um Imperador que é mais sagrada do que um contrato que se pode quebrar ao capricho dos homens.<sup>69</sup>

Sem definição sobre suas propostas, Bidegorry insiste enviando requerimentos ao governo. Em julho de 1852, o francês retoma os argumentos usados anteriormente, porém, dessa vez, há um diferencial, pois passa a assinar o documento intitulado-se “professor e diretor do Ginásio Normal Militar do Arsenal de Guerra e comandante e instrutor da Companhia dos Sapadores Bombeiros do mesmo estabelecimento”, tentando com isso criar e legitimar sua ocupação em um cargo que sequer existia. E ainda que não possuísse documentos

<sup>67</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 17, “Ofício datado de 27 de maio de 1852”.

<sup>68</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 19, [provavelmente em 1852].

<sup>69</sup> Idem.

comprobatórios para essa nomeação, o francês entendia já estar exercendo o comando da Companhia de Bombeiros existente no Arsenal de Guerra da Corte.<sup>70</sup>

Os papéis do código indicam que o desfecho das solicitações foi desfavorável a Bidegorry. Em um dos documentos, datado de 28 de outubro de 1854, o inspetor Geral de Obras Públicas, Manoel de Frias Vasconcellos, seguiu entendimento semelhante ao de seus antecessores, de que não cabia ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1853-1857), pagar nada mais ao francês. A justificativa do inspetor toma como argumento principal o fato já exposto por Bidegorry: “o suplicante nenhum título, nenhum documento apresenta para fundamentar e justificar suas pretensões, ele, o próprio interessado, testemunha e prova promessas que se lhe fez; amontoa requerimentos e propostas”. Ou seja, entre os papéis não havia qualquer comprovação de contrato ou acordo firmado sobre pagamento de qualquer quantia em favor dos serviços prestados pelo francês na extinção de incêndios pela Corte.<sup>71</sup>

Percebemos que a maioria das opiniões se opunham ao pagamento das cifras reclamadas por Bernardo Urbano Bidegorry, com exceção somente dos 500\$000 (quinhentos mil-réis) pagos a pedido do Visconde de Mont’Alegre, em 1852. Toda essa documentação sinaliza para a insegurança causada entre as partes por acordos verbais ou, pelo menos, não formalizados, quando descumpridos ou não reconhecidos, de forma proposital ou não, pelos agentes públicos. Novas pesquisas abordando outros exemplos desse procedimento possibilitariam conhecer melhor os meandros da administração pública.

De um modo geral as pretensões de Urbano Bidegorry não foram bem recebidas pelos gestores públicos consultados, os documentos indicam que eles se posicionaram contrários às suas propostas. Um dos exemplos dessas oposições foi a resposta enfática dada contra Bidegorry no ofício emitido pelo inspetor Geral de Obras Públicas, Manoel de Frias Vasconcellos, ao ministro de Estado dos Negócios, escrevendo: “Vossa Excelência nenhuma providência há a tomar-se a semelhante respeito, por que de nada incumbiu ao suplicante, e nem o nomeou para emprego

---

<sup>70</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 18(II), “Ofício datado de 26 de julho de 1852”.

<sup>71</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 21 (I-III), “Ofício datado de 28 de outubro de 1854”.

ou comissão alguma”.<sup>72</sup> E assim se fez. Os anos se passaram e nenhuma decisão foi tomada sobre a criação do Corpo de Bombeiros.

### 2.2.1.

#### **Bidegorry nada poderá acrescentar ou inovar!**

Cabe aqui atentarmos para os escritos oficiais do então inspetor Geral das Obras Públicas, Antonio Joaquim de Sousa que, em grande medida, se posicionou contrário às pretensões de Bidegorry sobre criar e comandar uma instituição que respondesse pelo serviço de combate aos incêndios. Sousa foi a principal voz a se manifestar de forma contundente contra o francês, chegando a indicar uma contraproposta efetiva às postulações do professor de ginástica.

Nos dois pareceres de Antonio Joaquim de Sousa seu posicionamento é semelhante, manifestando-se contrário ao projeto proposto por Bidegorry. A principal justificativa dada por Sousa era que a Inspeção Geral de Obras Públicas já possuía uma companhia de bombeiros “tendo três bombas montadas com todos os seus acessórios respectivos para acudir em socorro dos fogos” e que, por esse motivo, ele não via como necessária a criação de outra Companhia de bombeiros para a Corte, mas entendia que a existente precisava apenas ser melhor organizada.<sup>73</sup>

Ao tratar do assunto pela primeira vez, no texto de novembro 1851, Antonio Joaquim de Sousa fornece outras informações evidenciando as expectativas quanto ao novo modelo de funcionamento da Seção de Bombeiros instalada na inspetoria Geral de Obras Públicas. O documento permite que acompanhem as expectativas do Inspetor Geral quanto ao funcionamento e organização do serviço de combate aos incêndios na Corte.

(...) [estando] a companhia acasernada, conservando pelo menos dois postos de bombas, donde delas partirão com presteza para o lugar do incêndio, entrará ela na instrução metódica de tudo que é relativo a montar e desmontar a bomba, nomenclatura de suas partes e modo de funcionarem, exercícios ginásticos, e modo de atacar os incêndios, parecendo-me que a tal respeito é cabalmente completa e digna de ser imitada a instrução seguida em França, ali escrita e ensinada pelo tenente-coronel de engenheiros Gustave Paulin, comandante do Corpo de Bombeiros de Paris, onde toda a organização deste Corpo perfeitamente militar é

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 16 (I-II), “Ofício datado de 18 de novembro de 1851”.



devida a este distinto oficial com ótimos resultados na prática, e mesmo acredito que o assinante da proposta junta, que nela se oferece para tudo que fica referido, dizendo-se autor da teoria dos incêndios, nada poderá acrescentar ou inovar aquilo que excelentemente escreveu o citado Paulin.<sup>74</sup>

Recorrendo ao modelo organizacional utilizado pelo Corpo de Bombeiros parisiense, Sousa salienta ser aquele uma opção ao projeto a ser implantado na Corte, considerando que a eficiência e o compromisso dos bombeiros da capital francesa na prestação do atendimento seriam adequados para a melhoria do serviço prestado às ocorrências no Rio de Janeiro.

Antonio Joaquim de Sousa nos permite melhor compreender a formação da corporação em meados do século XIX, assim como os agentes influenciadores e os projetos que estavam em disputa naquele momento decisivo da história de implantação do serviço no Brasil. O nome de Gustave Paulin surge como um elemento legitimador para a tentativa de convencimento do ministro do Império. As publicações de Paulin foram amplamente utilizadas, não somente na França, mas também fora dela, como um subsídio relevante para a formação de instituições de combate aos incêndios e podemos estabelecer conexões entre elas e as ideias propostas pelo inspetor Geral de Obras Públicas.

O livro *Théorie sur l'extinction des incendies, ou Nouveau Manuel du sapeur-pompier*, narra, em suas 330 páginas, desde a história do combate aos incêndios naquele país a partir de 1669, ocasião em que, de acordo com Paulin, se começou a fazer uso de bombas de água em edifícios tomados pelas chamas, até a institucionalização do Corpo de Bombeiros em Paris. A pretensão do autor era que a publicação servisse não somente como um manual que pudesse auxiliar na instrução dos bombeiros parisienses, mas também como subsídio para que a experiência da capital francesa fosse adotada e adaptada para outras realidades na própria França, ou mesmo em outros países.

Tudo o que acabamos de dizer só pode ser aplicado ao Corpo de Bombeiros de Paris, porque somente nessa cidade o serviço é organizado militarmente. Seria desejável, para a tranquilidade e a segurança de todas as cidades, que o serviço de extinção de incêndios fosse organizado da mesma maneira. Mas, como as despesas seriam muito elevadas, procuramos remediar ao máximo o inconveniente de ter apenas bombeiros civis, e por isso

---

<sup>74</sup> Idem. [Grifos meus].

propusemos a organização dos bombeiros nas províncias do modo a seguir (...).<sup>75</sup>

No esforço de servir como instrumento de formação e instrução profissional, o Manual apresenta termos técnicos sobre cada uma das etapas e procedimentos que deveriam ser adotados para que o trabalho contra os incêndios pudesse ocorrer de maneira exitosa. Inclui também o modelo de regulamento usado pelos homens do Corpo de Bombeiros de Paris, estabelecendo normas sobre as divisões institucionais (como os quartéis e companhias), posições hierárquicas dos bombeiros com os respectivos valores de rendimentos mensais e anuais para cada um dos cargos e, ainda, as atribuições em cada um deles (especialmente quando da ocorrência de sinistros); traz orientações sobre as dimensões de efetivo necessárias para o funcionamento de quartéis; a quantidade de materiais e as técnicas usadas no manejo dos instrumentos de trabalho de combate às chamas.<sup>76</sup>

O setor de Obras Gerais da Biblioteca Nacional possui um exemplar do livro com carimbo da Biblioteca Imperial brasileira. Ainda que por si só essa informação não nos permita concluir que Antonio Joaquim de Sousa tenha tido acesso ao texto, é um importante indicativo da circulação do livro e de como o Brasil Imperial estava inserido nessa dinâmica de circulações literárias, de conhecimentos, oferta de serviços públicos e técnicas profissionais.

A importância do modelo explicitado no Manual de Gustave Paulin pode ser atestada pelas traduções feitas do texto, ou as reproduções de partes da publicação em obras posteriores como a edição ampliada e revisada *Encyclopédie-Roret. Sapeur-Pompier, ou Théorie sur l'extinction des incendies*, organizada por Roret, em 1845. Os aparelhos para combate aos incêndios indicados por Paulin também são descritos no verbete “Incêndio” publicado no *Dictionnaire de L'industrie, manufacturière, commerciale et agricole*, assim como em outro manual profissional voltado para o setor de metalurgia. Sendo igualmente mencionadas as

<sup>75</sup> “Tout ce que nous venons de dire précédemment ne peut s’appliquer qu’aux Sapeurs-Pompiers de Paris, parce que dans cette ville seulement le service est organisé militairement. Il serait à désirer pour la tranquillité et la sûreté de toutes les villes, que le service, des incendies y fût organisé de la même manière; mais comme les dépenses seraient trop considérables, nous avons cherché à remédier le plus possible à l’inconvénient de n’avoir que des sapeurs-pompiers civils, et pour cela nous avons proposé l’organisation, des sapeurs-pompiers en province comme il suit”. PAULIN, Gustave. *Théorie sur l’extinction des incendies*, p. 68. [Tradução livre do autor].

<sup>76</sup> PAULIN, Gustave. *Théorie sur l’extinction des incendies, ou Nouveau manuel du sapeur-pompier... précédé de l’historique du corps des sapeurs-pompiers de la ville de Paris par le ch. er G. Paulin*. Paris: Bachelier, 1837. O livro mede cerca de 10 cm x 7cm, pode ser facilmente carregado no bolso, o que possibilitava seu transporte e consulta por agentes do corpo de bombeiros franceses.

orientações de Paulin sobre incêndios no livro *Universalità dei mezzi di previdenza, difesa e salvezza per le calamità degl'incendi*, publicado na cidade de Bolonha, em 1848; e na estrutura do texto *Protecção contra incêndios – Apontamentos*, do Rio de Janeiro de 1915.<sup>77</sup>

Uma publicação espanhola, datada de 1850, nos ajuda a entender a inserção do Brasil nessa ampla rede de debates sobre a importância e viabilidade da formação de instituições de serviço público como o Corpo de Bombeiros profissional, por exemplo. O longo texto se dedica a enaltecer o modelo sugerido por Paulin:

Na França o Corpo de Bombeiros é um corpo escolhido e não poderia de outro modo produzir as vantagens que dele são esperadas. Os franceses creem que para ser bombeiro não bastam as qualidades físicas que se exigem no Exército; são necessários certos dotes morais, dos quais não se pode nem se deve prescindir. A leitura de uma obra curiosa, escrita pelo Sr. Paulin, tenente coronel e chefe do Corpo de Bombeiros de Paris, não pode deixar de produzir o convencimento de que os franceses têm razão.<sup>78</sup>

Destacando características morais atribuídas aos bombeiros, o redator toma as referências dos escritos de Gustave Paulin como elemento legitimador da primazia do modelo francês em relação ao serviço existente na Espanha. Esses exemplos nos ajudam a compreender como se deu a apropriação dos escritos de Paulin e de como se consolidou uma rede internacional que compreendia o modelo

<sup>77</sup> PAULIN, Gustav. *Theorie des Feuerlöschens oder Neues Handbuch des Pompierers, enthaltend: die Anweisung, alle Arten Feuer zu löschen, die Nomenclatur der Spritze, ihre einzelnen Theile, die Beschreibung der Manöver mit der Spritze, die Geschichte des Pompier-Corps in Paris usw.* Aus dem Französischen. bei Hoffmann und Campe, 1844; RORET, Nicolas-Edme. *Encyclopédie-Roret. Sapeur-Pompier, ou Théorie sur l'extinction des incendies*. Paris: Roret, 1868. BAUDRIMONT, Alexandre. *Dictionnaire de l'industrie manufacturière: commerciale et agricole*. Bruxelles: Meline, 1838 [Tomo Terceiro, p. 156-166]. VANDENBROECK, Victor. *Réflexions sur L'Hygiène des Mineurs et des ouvriers d'usines métallurgiques*. Mons: Masquillier et Lamir, 1840; GIUDICE, Francesco del. *Universalità dei mezzi di previdenza, difesa, e salvezza per le calamità degl'incendi*. Bologna: Tipografia Dell'Istituto delle Scienze, 1848; CUNHA, Ernesto Marcos Tygna da. *Protecção contra incêndios – Apontamentos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1915. Sobre a importância da coleção publicada por Roret ver GARÇON, Anne-Françoise. *Innover dans le texte. L'Encyclopédie Roret et la vulgarisation des techniques, 1830-1880. Colloque Les Archives de l'Invention*, May 2003, Paris, France. Disponível em: <https://bit.ly/2DXrdPh>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>78</sup> “En Francia el cuerpo de zapadores-bomberos es un cuerpo escogido, y no podría de otro modo producir las ventajas que de él se esperan. Los franceses creen que para ser bombero non bastan las cualidades físicas que se exigen en el ejército; son necesarias ciertas dotes morales, de las cuales ni se puede ni de debe prescindir. La lectura de una obra curiosa, escrita por Mr. Paulin, teniente coronel y gefe del cuerpo de zapadores-bomberos de París, no puede dejar de producir el convencimiento de que los franceses tienen razón”. “Bomberos”, *La Ilustración: Periódico Universal*, 31 de agosto de 1850, p. 7-9. [Tradução livre do autor].

parisiense como influência de destaque. Talvez essa posição de centralidade dos bombeiros da capital francesa possa explicar o uso feito pelo inspetor Geral de Obras Públicas como um instrumento de legitimação capaz de se contrapor às ideias e à ampla experiência prática apresentadas por Bernardo Urbano Bidegorry.

O segundo parecer emitido por Antonio Joaquim de Sousa apresenta os elementos mais contundentes contra a proposta de Bidegorry. O inspetor Geral de Obras Públicas encaminha também um esboço de regulamento para a criação dos Bombeiros da Corte. Tanto no parecer quanto no regulamento, Sousa expõe elementos que nos permitem elaborar conexões com as ideias apresentadas por Gustave Paulin em sua obra. No texto do parecer, percebemos o esforço que o inspetor Geral de Obras Públicas fez para construir suas propostas a partir do modelo proposto pelo comandante do Corpo de Bombeiros de Paris. Para ele, era matéria urgente a criação de uma Companhia de Bombeiros que “com toda a presteza fosse acudir aos incêndios, e com toda regularidade concorrer eficazmente para a sua extinção” e ao fazer uso do modelo proposto por Paulin, indicou possibilidades para que uma instituição congênere fosse criada no Rio de Janeiro.<sup>79</sup>

Ao longo do seu relatório há inúmeras indicações de medidas que, sendo adotadas, poderiam suprir as carências tidas como prioritárias para o aperfeiçoamento do serviço já existente na cidade. Para Sousa, se fazia primordial

desenvolver o sistema dos socorros, de maneira que sendo disseminado por diferentes pontos da cidade, os auxílios sejam mais prestes do que seriam se partissem de um só ponto. (...) que tal pessoal seja acasernado onde o governo julgar melhor, para que no restante d’aquela que estiver guarnecendo os pontos das estações de socorros, pernoite no quartel, donde, com o material respectivo, deve partir ao primeiro sinal ou aviso de incêndio.<sup>80</sup>

Em seu texto, o inspetor Geral de Obras Públicas segue a orientação dada por Paulin de que, para obter o sucesso no trabalho contra o fogo, é preciso haver a maior celeridade possível na apresentação dos combatentes ao local do sinistro. Sendo assim, propõe que sejam instalados postos do Corpo de Bombeiros, de modo a formar uma rede capilarizada, que pudesse atuar em diferentes pontos da Corte com presteza nos atendimentos.

<sup>79</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 23 (I), “Ofício datado de 28 de julho de 1852”.

<sup>80</sup> Idem, (II).

A estrutura sugerida por Antonio Joaquim de Sousa previa a criação de um Quartel Central da Companhia – naquele momento sem local de instalação definido; que os dois Arsenais, de Marinha e de Guerra, do Rio de Janeiro, abrigassem grandes Estações de Socorro enquanto “pequenas Estações” fossem instaladas em pontos estratégicos, como “nos Theatros de São Pedro e Lyrico, Casa de Correção, Gamboa, Praia do Botafogo”.<sup>81</sup>

Essa estrutura de atendimento ao núcleo urbano da Corte reuniria os homens do Corpo de Bombeiros em exercícios de treinamento apropriados, tanto em relação às manobras de instrumentos, quanto à preparação física dos combatentes.

um núcleo de homens para tal serviço bem coordenado, pela ciência que tem da forma mais conveniente de atacar os incêndios, conforme o lugar em que eles se manifestam, e dos meios de que pode cortá-los; por isso que conhecem o uso e forma de empregar toda a sorte de máquinas, e utensílios próprios aquele fim, tornando-se além disso de valioso efetivo a existência de tal Companhia por ser ela quem cumpre guarnecer as pequenas Estações de socorro, que serão colocadas em diversos pontos da cidade, e pois que seu número de praças é limitado, deve contar-se que em seu auxílio venham sempre os eficazes socorros que podem enviar as grandes Estações de que falo na proposta, como sejam os dois Arsenais.<sup>82</sup>

A Estação Central e as “grandes Estações” concentrariam os recursos e o pessoal capaz de oferecer o devido reforço às “pequenas Estações” especialmente nos casos de sinistros de grandes proporções ou que apresentassem maiores complexidades.

No texto do Manual de Gustave Paulin, a rapidez no atendimento dos bombeiros dependia dessa capilarização dos postos. Paulin instruía que, devido à extensão das cidades, somente a criação de postos de observação, poderia permitir que o fogo em determinado bairro pudesse ser alcançado em poucos minutos pelas equipes mais próximas.<sup>83</sup>

As observações de Sousa sobre a guarnição para os teatros também repetiam uma preocupação manifestada por Paulin em seu Manual. Nos dois textos,

<sup>81</sup> Idem, (IV).

<sup>82</sup> Idem, (IV-V).

<sup>83</sup> “On ne peut obtenir ce résultat qu'en établissant des postes d'observation en raison de l'étendue de la ville, afin que l'incendie éclatant dans un quartier, on puisse en quelques minutes faire arriver des secours de l'un de ces postes” [Tradução livre do autor]. PAULIN, Gustave. *Théorie sur l'extinction des incendies*, p. 70-71.

os locais aparecem como dignos de merecerem atenção especial do Corpo de Bombeiros. A justificativa dada no *Théorie sur l'extinction des incendies, ou Nouveau Manuel du sapeur-pompier* levava em consideração dois aspectos básicos: o fato de serem espaços que reúnem quantitativo considerável de pessoas e, também, por possuírem uma grande quantidade de focos de fogo resultantes da presença de luminárias e outros materiais combustíveis (como tecidos, madeira e produtos químicos inflamáveis). Assim, Gustave Paulin dedica extensa lista de recomendações sobre a construção das salas de espetáculos de modo a prevenir incêndios incluindo aspectos para a colaboração dos bombeiros na prevenção e no combate de incêndios nesses recintos.<sup>84</sup>

Sobre a escolha dos homens que poderiam ingressar no Corpo de Bombeiros, Sousa recomenda:

Para praças da Companhia terão preferência os que tiverem os ofícios próprios à construção civil, ou conhecerem as artes que reúnam a fabricar as máquinas empregadas na extinção dos incêndios, sendo morigerados, e por isso quando habilitados pela forma dita poderão ser recebidos soldados de linha, ou aqueles que tiverem dado baixa.<sup>85</sup>

Ao recomendar que os homens selecionados tenham alguma experiência em ofícios ligados à construção civil, ou que tenham habilidades com a fabricação e manutenção do maquinário usado no combate das chamas, o inspetor Geral de Obras Públicas toma diretamente as orientações de recrutamento dadas pelo Manual escrito por Paulin, que entendia que o emprego de artesãos, pedreiros, carpinteiros e encanadores era uma vantagem para o tipo de exigências do trabalho que era realizado pelos bombeiros. A justificativa dada pelo comandante parisiense era de que os homens dessas profissões já estavam acostumados a realizar seus ofícios em lugares altos, não sendo então tomados pelo medo ou pela falta da experiência prática, não colocando suas vidas em risco e tendo, assim, menos dificuldade para realizar as operações exigidas.<sup>86</sup>

Para que o processo de difusão do serviço na Corte fosse exitoso, Sousa recomendava que os homens da corporação fossem “instruídos e adestrados

<sup>84</sup> Idem, p. 233-237. Desenvolvo o impacto dos incêndios nos teatros no O tema dos teatros é desenvolvido na terceira parte do último capítulo.

<sup>85</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 23 (III-IV), “Ofício datado de 28 de julho de 1852”.

<sup>86</sup> PAULIN, Gustave. *Théorie sur l'extinction des incendies*, p. VI-VII

convenientemente”.<sup>87</sup> Seguia, assim, o entendimento escrito por Paulin, que previa ser essa uma das tarefas essenciais para o funcionamento do Corpo de Bombeiros.<sup>88</sup> O treinamento estava diretamente ligado à militarização, tópico constantemente reforçado pelo comandante dos bombeiros de Paris ao explicar o sucesso do modelo adotado na capital francesa e que se apresentava como aspecto essencial na formação “conveniente” dos bombeiros também para o modelo brasileiro, que defendia o protagonismo dessa formação e do treinamento para os militares, além de recomendar que a tarefa de ministrar os treinamentos ficasse restrita aos oficiais – que sejam eles a instruírem treinando “nas manobras a bomba, e ginástica apropriada, que lhe façam conservar a ordem, subordinação uniformidade, e o disciplinem o mais próximo possível das fórmulas e espírito militar”.<sup>89</sup>

Assim, a lógica do argumento era de que a militarização dotaria os homens do Corpo de Bombeiros com valores militares que supostamente seriam transmitidos no cotidiano vivido pelos homens da corporação. Ou seja, era esperado que esses militares seguissem a ordem, sendo subordinados e capazes de vivenciar a uniformidade, premissas tidas como essenciais para o funcionamento de instituições que carregam esse caráter.

Em grande medida a perspectiva exposta por Antonio Joaquim de Sousa sobre a militarização emula as orientações do Manual de Gustave Paulin, que compreende no modelo do corpo de bombeiros militarizado uma possibilidade de maior efetividade nas ações realizada:

Em Paris, o corpo de bombeiros é puramente militar, e isso é indispensável para se reunir rapidamente um grande número de homens no momento do perigo; seria necessário que fosse o mesmo nas cidades provinciais ou que pelo menos a organização desse órgão fosse o mais próximo possível de uma organização militar.<sup>90</sup>

A militarização era entendida como parte da dinâmica de comprometimento pleno que era exigido de um serviço tido como imprescindível

<sup>87</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 23 (II), “Ofício datado de 28 de julho de 1852”.

<sup>88</sup> PAULIN, Gustave. *Théorie sur l'extinction des incendies*, p. 82-83.

<sup>89</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 23 (III), “Ofício datado de 28 de julho de 1852. [Grifos meus]

<sup>90</sup> “A Paris, le corps des Sapeurs-Pompiers est purement militaire, et cela est indispensable pour obtenir promptement la réunion d’un assez grand nombre d’hommes au moment Du danger; il serait nécessaire qu’il en fût de même dans les villes de provinces, ou que du moins l’organisation de ce corps se rapprochât le plus possible d’une organisation militaire” [Tradução livre do autor]. PAULIN, Gustave. *Théorie sur l'extinction des incendies*, p. 72.

para o crescimento e desenvolvimento das cidades – garantia de total entrega da própria vida, em prol da realização de um trabalho com a qualidade e rapidez exigidas nos sinistros. Para Paulin, além de atuarem nos casos de incêndio, estando os homens do corpo de bombeiros em prontidão, isso possibilitaria utilizá-los também na cooperação em ações de manutenção da ordem na cidade.<sup>91</sup> Dessa maneira, por mais que a adoção do modelo militarizado pudesse aparentar inicialmente um aumento das despesas públicas, os benefícios de se manter o serviço, reduziria os prejuízos causados pelo fogo e pela atuação de homens sem treinamento específico nos casos de incêndio.<sup>92</sup>

O trabalho se concretizaria a partir do cumprimento de normas estabelecidas para o Corpo de Bombeiros. Assim, Sousa segue o entendimento de Paulin, e recomenda que dois regulamentos fossem organizados, “um que marque a ordem dos trabalhos, providencias a executar, e o como devem funcionar as autoridades, tudo nas ocasiões de incêndios; e outro que designe quanto é relativo às obrigações das praças da Companhia e sua instrução”.<sup>93</sup> Tal condição auxiliaria no estabelecimento de balizas que colaborariam para a manutenção da ordem prevista para a Companhia de Corpo de Bombeiros da Corte, de modo que, tendo um regulamento, e com a aplicação do mesmo, melhorias significativas seriam percebidas na qualidade do trabalho prestado.

O sucesso das ações realizadas por bombeiros depende também dos equipamentos e materiais adquiridos para o funcionamento da Companhia. O manual de Paulin descrevia detalhadamente uma série de instrumentos úteis para as operações dos homens durante os trabalhos. Alguns desses instrumentos foram elencados por Antonio Joaquim de Sousa, visando complementar os materiais já existentes na Inspetoria Geral de Obras Públicas e nos Arsenais, e dando destaque especial em seu texto para “os sacos e escadas de salvação, a vestimenta própria para que o bombeiro possa entrar levando o socorro preciso em qualquer casa que estiver plena de fumo sem perigo de perecer”, baldes de couro e mangueiras.<sup>94</sup>

A sugestão dada por Sousa visava especificar as necessidades dos materiais em consonância com a complexidade do atendimento prestado pela

---

<sup>91</sup> Idem, p. 74.

<sup>92</sup> Idem, p. 92-98.

<sup>93</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 23 (III), “Ofício datado de 28 de julho de 1852”.

<sup>94</sup> BN, *Manuscritos* C-0541,009, nº 23 (II), “Ofício datado de 28 de julho de 1852”.



unidade, dependendo se fosse uma Estação ou Posto, diferentes seriam os materiais recomendados por ele para comporem a sua infraestrutura.

em cada uma das grandes Estações nunca haverá menos de três bombas completamente montadas, entre elas uma será d'alta pressão, e outra pequena e bem portátil para ser levada a qualquer altura que for conveniente: haverão [sic] escadas e sacos de salvação, podendo crescerem até a altura de 80 palmos pelo menos, e a vestimenta chamada *Appareil Paulin*, para garantir o Bombeiro de ser asfixiado, quando entrar em casa cheia de fumo; quatro pipas para água, seis machados, seis machadinhas, quatro picaretas, quatro alavancas, (...).<sup>95</sup>

Quanto às pequenas Estações, a recomendação era mais limitada, prevendo que contassem com um carro de molas contendo basicamente uma bomba, mangueiras, machados e machadinhas, escadas, tinas e baldes. Todo esse material ficaria sob a responsabilidade de um cabo e dois bombeiros, “que terão por obrigação conservar, limpar, ter sempre prontas as bombas e seus acessórios para o fim a que são destinados”.<sup>96</sup>

O manual elaborado pelo comandante do Corpo de Bombeiros de Paris descreve os usos e aplicações de cada um desses materiais entendidos por Paulin como imprescindíveis para o funcionamento do Corpo de Bombeiros. As imagens dos instrumentos usados no combate aos incêndios, publicadas no *Atlas complet du Manuel du Sapeur-Pompier*, indicam o processo histórico de circulação de experiências, vocabulários, instrumentos e técnicas profissionais. Sem ter a intenção de me deter nessa temática, creio ser pertinente tomar algumas dessas imagens e as descrições sobre elas que foram realizadas na publicação de Paulin, como forma de exemplificar essas trocas e circulações tecnológicas.<sup>97</sup>

<sup>95</sup> Idem, (IV).

<sup>96</sup> Idem, (V).

<sup>97</sup> PAULIN, Gustave. *Atlas complet du Manuel du sapeur-pompier*. Paris: Librairie Roret, 1839. Publicação complementar a uma das edições do *Théorie sur l'extinction des incendies, ou Nouveau manuel du sapeur-pompier* contém pouco mais de 100 páginas ilustradas com orientações quanto aos instrumentos de combate aos incêndios, seus usos e manobras, manutenção dos mesmos e procedimentos que deveriam ser adotados pelos bombeiros nos mais diferentes tipos de sinistros.



Figura 3. Os uniformes foram sugeridos no Manual de Gustave Paulin (esquerda) e no Regulamento sugerido por Antonio Joaquim de Sousa (direita).  
 Fonte: PAULIN, Gustave. *Atlas complet du Manuel du sapeur-pompier*, 1839, p. 5 [detalhe]; BN, *Manuscritos*, C-0541,009, nº 24 (Respectivamente).

A menção às imagens selecionadas foi inserida no texto do regulamento encaminhado por Antonio Joaquim de Sousa e demonstra a forte influência que as propostas elaboradas pelo chefe do Corpo de Bombeiros de Paris tiveram sobre seu texto. O uniforme usado pelos bombeiros parisienses é uma das primeiras imagens do manual de Gustave Paulin, que apresenta ao leitor vestimentas distintas para o combate, para circulação e patrulhamento e para cerimônias oficiais. Selecionei aqui o uniforme de combate ao fogo, por ser o que possivelmente inspirou o Inspetor Geral de Obras Públicas na elaboração da única imagem contida na proposta de Sousa para o modelo de vestimenta a ser usada pelos homens do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (Figura 3).

Em ambas as imagens a machadinha, ainda hoje um dos grandes símbolos do trabalho dos bombeiros em diversas cidades, aparece sendo empunhada pelo combatente. Os trajes apresentam semelhanças na simetria e formato, indicando que as recomendações descritas no Manual de Paulin foram apropriadas por Sousa como uma opção a ser considerada na implantação do Corpo de Bombeiros na sede do Império brasileiro.

O que pode ser amplamente percebido nas imagens a seguir, como na prescrição de Sousa sobre um dos instrumentos a ser adquirido pelo governo

imperial para o funcionamento dos bombeiros da Corte, o *Appareil-Paulin* (Figura 4) auxiliava o ingresso dos combatentes em ambientes tomados pela fumaça e gases tóxicos como cavernas, residências, minas. Prometia combater um dos grandes problemas enfrentados pelos homens da corporação: o risco de acidentes por asfixia. Com o auxílio de uma bomba, a vestimenta era inflada e mantinha o indivíduo em uma atmosfera com o oxigênio continuamente renovado.<sup>98</sup>

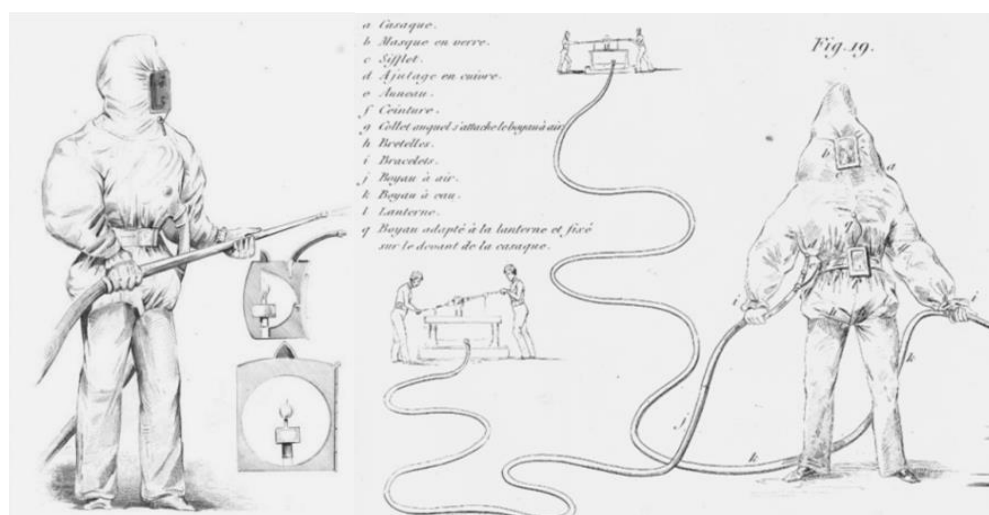


Figura 4. O *Appareil Paulin* e as orientações para seu uso.

Fonte: PAULIN, Gustave. *Atlas complet du Manuel du sapeur-pompier*, 1839, p. 7; 11.

Outra ferramenta tida como primordial para o serviço é o *sac de sauvetage* ou saco de salvação (Figura 5), feito de tecido resistente, possuía uma moldura em cada uma das extremidades. Uma dessas extremidades era levada por um, ou mais bombeiros, para a parte alta do edifício atingido pelas chamas e com a ajuda dos seus companheiros, que estão em solo, realizam o salvamento de objetos de valor e principalmente de vítimas com dificuldades de mobilidade, que são deslizados em segurança para o térreo.<sup>99</sup>

<sup>98</sup> PAULIN, Gustave. *Théorie sur l'extinction des incendies*, p. 169-176.

<sup>99</sup> Idem, p. 141-144; 166-169.



Figura 5. Demonstração das manobras de utilização do saco de salvação.  
 Fonte: PAULIN, Gustave. *Atlas complet du Manuel du sapeur-pompier*, 1839, p. 27.

Por fim, uma das ilustrações contidas no Manual apresentava a ocorrência de incêndio em pavimentos superiores de edifício, exigindo que os bombeiros adentrem pelas janelas (Figura 6). Um instrumento recomendado para tal situação é a chamada “escada italiana”, composta por várias pequenas escadas, cada uma com cinco degraus, que, sendo montadas e conectadas em sequência, permitiam que os homens alcançassem a altura exigida para o combate às chamas nos andares mais elevados da construção.<sup>100</sup>

Esses exemplos nos permitem perceber que Antonio Joaquim de Sousa busca legitimar seus argumentos e reforçar sua oposição às possíveis contribuições que Bernardo Urbano Bidegorry pudesse oferecer para o tema dos bombeiros na Corte. Seus escritos evidenciam que as autoridades brasileiras possuíam conhecimento das últimas tendências e inovações sobre o tema do combate aos incêndios e poderiam renovar esse serviço, como era desejado por todos. Para tal, Sousa toma como base as ideias dadas por Paulin, por serem o *estado da arte* à época para essa prestação de serviço público.

<sup>100</sup> Idem, p. 225-227.

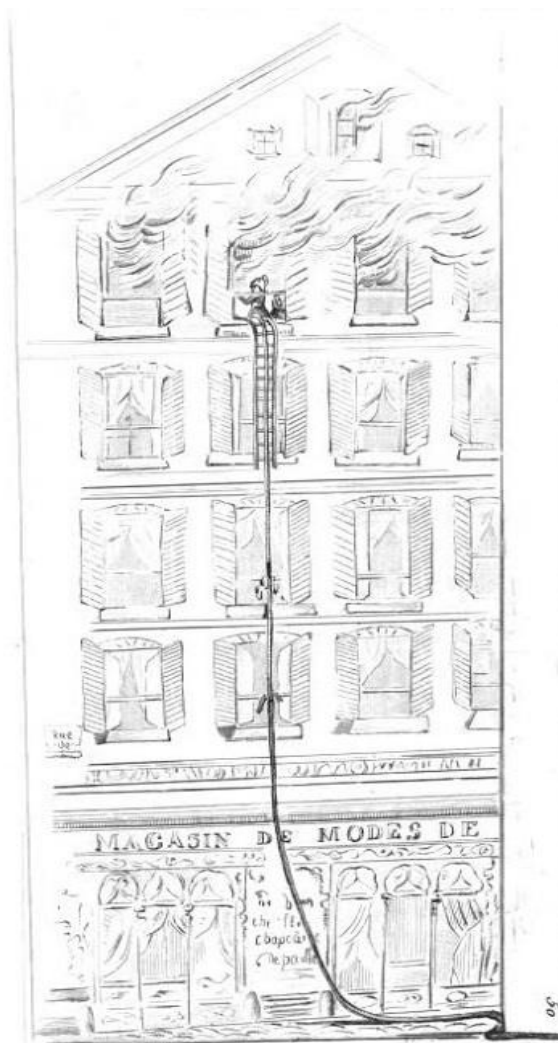


Figura 6. O uso da escada italiana em incêndios.

Fonte: PAULIN, Gustave. *Atlas complet du Manuel du sapeur-pompier*, 1839, p. 27.

Nesse ponto creio que não restam dúvidas quanto às propostas apresentadas por Bernardo Urbano Bidegorry para a criação de um serviço de combate aos incêndios sob seu comando não terem avançado. Todavia, a percepção de que o assunto dos incêndios era responsabilidade do poder municipal parece ter ganhado fôlego e se tornado uma ideia ainda mais presente no universo parlamentar daqueles anos de meados do século XIX. Pelo menos foi essa a ideia transmitida nas palavras do deputado Vasconcellos, ao interpelar o então ministro da Justiça, no púlpito da Câmara Imperial, durante a sessão de 14 de julho de 1853. A discussão foi travada durante os debates que tinham como objeto central a questão do orçamento da pasta para o ano seguinte. Ao deliberar sobre construção de prisões e relatar os problemas com a verba para manutenção da polícia, o parlamentar entendia que era necessário falar sobre outra demanda importante para a cidade:

O sr. Vasconcellos: (...) sobre outro ramo do serviço público que reclama o município neutro, que é **a criação de uma companhia de bombeiros que se encarregue de dirigir as operações delicadas e difíceis na ocasião dos incêndios**. Eu vejo no orçamento do ministério do império que está consignada a quantia de 16:800\$ [dezesseis contos e oitocentos réis] para bombeiros, tendo sido essa quantia neste ano diminuída por que o ano passado era de 30:000\$ [trinta contos de réis]; e pois eu pedirei a S. Ex. que lançando os olhos para esse importante ramo do serviço público, considere se é possível criar-se alguma companhia adida, por exemplo, ao quartel de permanentes da Corte, e se possível instruí-la nas manobras necessárias, para, em ocasião de incêndio, livrar esta cidade dos perigos que o fogo ameaçar...

Uma Voz: – É serviço municipal.

O sr. Vasconcellos: Eu sei disso, e por essa razão está incorporado ao ministério do Império; (...).<sup>101</sup>

Além disso, a cada nova ocorrência com destruição provocada por chamadas, setores da imprensa se movimentavam exercendo forte pressão sobre o governo, buscando convencer a opinião pública do quão imprescindível era o serviço para a cidade. O texto publicado em 15 de maio de 1855, no qual o editor do *Correio Mercantil* teceu críticas ferrenhas ao serviço de combate a incêndios existente na cidade é um exemplo. O evento disparador do texto foi o incêndio, ocorrido dias antes, que atingiu sete casas na rua da Vala (Uruguaiana). Classificado pelo redator como uma “severa lição”, o artigo tratou de reafirmar a ineficiência dos órgãos que deveriam cuidar da segurança da população: “O Rio de Janeiro não tem uma polícia municipal zelosa e a capital do império está desprovida de meios para atalhar e combater os incêndios que se derem em seus edificios!”. Ao narrar em linhas gerais o episódio, o redator ataca o governo imperial, que, “deve cuidar na organização de um serviço regular para a extinção dos incêndios sem se importar com as acusações de prodigalidade quando se trata da segurança da vida e da propriedade”.<sup>102</sup>

Uma vez mais o reconhecimento de que a prerrogativa de operacionalizar e manter o serviço de combate às chamadas era do Estado, aumentava a pressão realizada por diferentes grupos sociais. Ecoando o sinistro ocorrido na rua da Vala, o texto publicado no *Correio Mercantil* volta a avaliar o atendimento prestado pelo serviço existente na cidade do Rio de Janeiro, tecendo elogios à coragem e dedicação de marinheiros ingleses e franceses que se uniram aos combatentes do Arsenal de Guerra e agiram sob as orientações de Bidegorry, que “conseguiu

<sup>101</sup> BRASIL, *Anais da Câmara (1853)*. p. 213. [Grifos meus].

<sup>102</sup> “Editorial”. *Correio Mercantil*, de 15 de maio de 1855, p. 1.

instruir a dita companhia em exercícios ginásticos, saco de salvação, e manobras de bombas”.<sup>103</sup>

Lançando novas críticas à administração imperial, e dessa vez questionando os leitores sobre a real criação de uma instituição, não em moldes provisórios, mas que efetivamente atendesse às demandas da cidade no enfrentamento ao fogo, o *Correio Mercantil* publica em uma de suas edições: “Quando teremos uma companhia de bombeiros organizada?” e continua seu questionamento em forma de pressão sobre o poder público, “Quando teremos bombas capazes? E quando teremos nós, finalmente, um chefe capaz no comando da direção dos fogos e que tome sobre si a responsabilidade e garantia de nossas propriedades?”.<sup>104</sup>

Em meio às múltiplas pressões, finalmente, a criação de uma instituição responsável pelos trabalhos de combate aos incêndios na capital do Império brasileiro se efetivaria, inclusive contando com a participação do mesmo Bernardo Urbano Bidegorry, em episódios repletos de disputas e tensões.

### 2.3.

#### **O Corpo sem corpo: tensões sobre o caráter provisório**

Na madrugada de sexta-feira, 26 de janeiro de 1856, os sinos da Igreja da Lampadosa começaram a soar, despertando a população e alertando os cariocas para a ocorrência de uma grande emergência. Tratava-se de mais um incêndio na cidade, que, dessa vez, consumia o Imperial Theatro de São Pedro de Alcântara, na Praça da Constituição (Praça Tiradentes). Alguns impressos do Rio de Janeiro noticiaram a destruição provocada pelo incêndio daquela madrugada e lembraram aos leitores que, desde a fundação do estabelecimento, em 1813, sob o nome de Real Theatro de São João, o fogo marcou a história da casa de espetáculos.<sup>105</sup>

Ao pesquisar a história do teatro, José da Silva Dias afirma que na primeira vez que um incêndio de grandes proporções o atingiu, em 1824, as “chamas comunicaram-se com o cenário e foram inúteis os esforços feitos para apagar o incêndio. O fogo alastrou-se por todo o edifício e o teatro ficou reduzido a quatro

<sup>103</sup> “Incêndio da Rua da Vala”. *Correio Mercantil*, 17 de maio de 1855, p. 1.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> “Rio de Janeiro, Chronica diaria”. *Diario do Rio de Janeiro*, 27 de Janeiro de 1856, p. 1; “Noticias diversas”. *Correio Mercantil*, 27 de janeiro de 1856, p. 1.

paredes enegrecidas”.<sup>106</sup> Outro estudioso dos teatros nos conta que anos mais tarde, em 1851, o prédio voltou a ser atingido pelas chamas, destruindo e causando espanto com as “labaredas do abrasado teatro [que] iluminavam a cidade” e reduziram tudo às cinzas.<sup>107</sup>

Ao longo da década de 1850, a força descontrolada das chamas foi sentida também em outros estabelecimentos do Rio de Janeiro, não poupando residências, casas comerciais, templos religiosos ou prédios públicos. Como exemplos dos prejuízos provocados pela ação do fogo, temos o incêndio ocorrido na casa de nº 2, da rua Fresca, que foi prontamente extinto,<sup>108</sup> ou a ocorrência em que a força das chamas não poupou o altar-mor da Igreja da Ordem Terceira da Penitência, situada na freguesia de São José.<sup>109</sup>

Apesar de tantos relatos acerca dos prejuízos e dos riscos causados pela ação destruidora do fogo, foi somente a partir de 1856 que a sede do Império brasileiro passou a contar com uma instituição designada especificamente para atuar na extinção dos sinistros provocados pelo fogo. O Decreto nº 1.775, de 2 de julho, teve como objetivo principal regulamentar o serviço de extinção de incêndios na Corte. Na apresentação da instituição, realizada no Artigo 1º do Decreto, é explicado que o serviço que estava sendo criado em condição “provisória”, estava hierarquicamente “sob o comando de um diretor, com o auxílio de autoridades policiais, e coadjuvação da força pública”, determinando ainda que fosse formado um Estado-maior, composto por esse diretor-geral e por seus auxiliares: um Ajudante e um Instrutor-Geral (Figura 7).<sup>110</sup>

<sup>106</sup> DIAS, José da Silva. *Teatros do Rio: do século XVIII ao século XX*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012, p. 73.

<sup>107</sup> MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro: alguns apontamentos para a sua história*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 67. Um bom histórico do Teatro João Caetano foi feito por SOUZA, Arini Fernandes. Teatro João Caetano conta sua história. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 3, 2009, p. 181-197.

<sup>108</sup> “Repartição da polícia”. *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de janeiro de 1850, p. 3.

<sup>109</sup> “Repartição da polícia”. *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de abril de 1854, p. 2.

<sup>110</sup> BRASIL. Decreto n. 1.775, de 2 de julho de 1856. *Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios. Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 302, 1856. Disponível em: <https://bit.ly/2GTV8dw>. Acesso em: 10 dez. 2020.



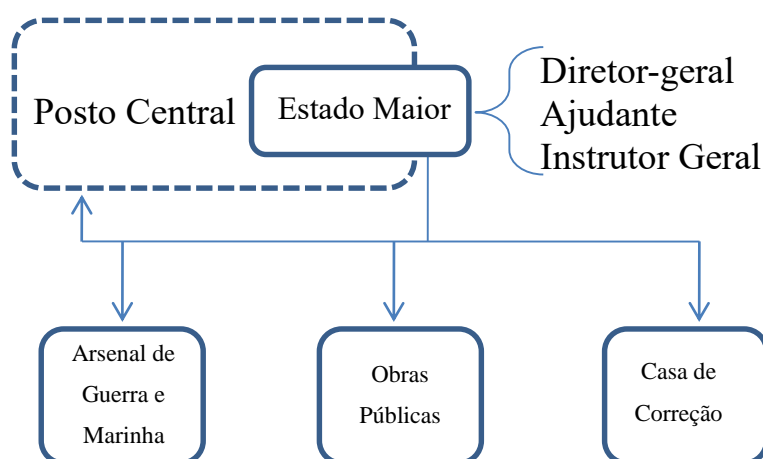


Figura 7. Organograma do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, em 1856.  
 Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de BRASIL. Decreto nº 1.775, de 2 de julho de 1856.

Como previsto no Decreto nº 1.775, o primeiro diretor-geral do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte era major do Corpo de Engenheiros do Exército. João Baptista de Castro Moraes Antas teve uma passagem curta pela Instituição, sendo nomeado em 26 de julho de 1856 e deixando a função em decorrência de seu falecimento, em outubro de 1857.<sup>111</sup> Algum tempo depois de sua posse, em correspondência trocada com o ministro da justiça, em abril de 1857, Moraes Antas nos fornece detalhes do modelo que inspirou a formulação da instituição.

O Regulamento de 2 de julho de 1856 para o serviço da extinção de incêndios foi formulado pelos Regulamentos de 17 de Março de 1838 para o Corpo Geral de Bombeiros da França e o especial das Companhias de seus cinco grandes portos militares com as modificações devidas às circunstâncias peculiares do Império, visto não poder criar aqui, por agora um Corpo especial deles, e sim servir-se provisoriamente do pessoal de diferentes estabelecimentos públicos em que se encontram os indivíduos para isso idôneos.<sup>112</sup>

As palavras do diretor-geral sobre o decreto fundador do serviço de combate aos incêndios ter como inspiração o regulamento dos bombeiros franceses se liga à tradição de evocar o modelo francês como adequado para a realidade brasileira. Mesmo diante das condições limitadas que naquele momento se impunham ao Decreto 1.775, essa conexão entre o Corpo de Bombeiros do Brasil e o da França teve que ser adaptada para a nossa realidade imperial, de modo a

<sup>111</sup> BRASIL, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. *Breve Notícia sobre a fundação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro*. p. 6.

<sup>112</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-2, nº 18.2. “Comentários de proposta de regulamento para o Corpo de Bombeiros provisório da Corte, 14 de maio de 1857”.

possibilitar que a experiência que se inaugurava na Corte brasileira pudesse paulatinamente ser aprimorada e refinada, e assim lançar as bases que, de alguma forma, possibilitassem ao Corpo de Bombeiros da Corte se firmar como instituição de destaque na oferta de um serviço que era reconhecido como fundamental para o desenvolvimento da vida urbana.

Poucos dias depois da publicação do Decreto nº 1.775, críticas foram direcionadas aos Artigos 2º e 3º e foram publicados em um periódico da cidade. No texto oficial ficou determinado que, enquanto o Corpo de Bombeiros da Corte não fosse definitivamente criado, o que não tinha prazo para ocorrer, as ações contra o fogo continuariam sendo feitas pelos “operários dos Arsenais de Guerra e Marinha, das Obras Públicas e da Casa de Correção, alistados, exercitados e comandados”. Ou seja, nenhuma alteração era feita na estrutura pregressa, o que se fazia a partir do Decreto nº 1.775 era oficializar a responsabilidade dos dirigentes de cada um desses órgãos em criar ou organizar “uma seção de bombeiros, composta dos operários que fossem mais ágeis, robustos e moralizados, preferidos os mais amestrados em qualquer dos ofícios de maquinismo ou construção”.<sup>113</sup>

A falta de um Corpo de homens recrutados, treinados e reconhecidos profissional e integralmente como bombeiros era o grande alvo da reclamação apresentada no editorial publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. O redator compreendia o Decreto 1.775 como uma espécie de engodo para a população da cidade, uma vez que, depois da criação do Corpo Provisório de Bombeiros, continuou contando com o mesmo serviço.

Se pelo regulamento ainda não existem bombeiros, se a criação desse corpo fica dependente de circunstâncias que não se sabe quando se realizarão, como é que a seção 2º [do regulamento] se ocupa de organização de uma coisa que ainda não existe?  
É legislar para o futuro, não para o presente; é iludir o espírito público procurando dar a entender que se organizou um serviço regular para os incêndios, como existe nas primeiras cidades da Europa, quando de fato não se faz mais do que dar algumas disposições para melhorar o que temos.<sup>114</sup>

Para o articulista a iniciativa só prometia organizar aquilo que já estava disponível e que era tido como algo que não funcionava a contento das exigências

<sup>113</sup> BRASIL. Decreto n. 1.775, de 2 de julho de 1856. Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 302, 1856. Disponível em: <https://bit.ly/2GTV8dw>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>114</sup> “O regulamento dos incêndios”. *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de julho de 1856, p. 1.

da cidade. Uma vez que, pelo menos naquele momento, não se pretendia recrutar e treinar homens que atuassem integralmente no trabalho de combate aos incêndios, podemos facilmente supor que a simples publicação do decreto não geraria grandes mudanças quanto à qualidade e eficiência do serviço. Pois não trazia em sua concepção diferenças substanciais na estrutura, ou na dinâmica de atuação. Sendo muito otimista, as medidas orientadas pelo texto do Decreto nº 1.775 poderiam, no máximo, contribuir para evitar comandos desencontrados, pois a expectativa do texto era que o diretor-geral concentrasse as orientações que seriam dadas aos combatentes durante as ocorrências. No entanto, de que serviria concentrar orientações, se os homens envolvidos no trabalho não haviam recebido treinamento para atuar em situações por si só estressantes e complexas?

Dois problemas distintos, porém, inteiramente ligados e plenamente conhecidos pelo primeiro diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros do Rio de Janeiro naqueles primeiros meses de funcionamento da instituição, merecem destaque. Um deles se refere ao recrutamento propriamente dito, de homens que atuariam *stricto sensu* como bombeiros, e que seriam cedidos ao comando do diretor-geral somente durante os sinistros. O segundo diz respeito à capacitação profissional desses bombeiros, obtida pelo treinamento e instrução nos procedimentos exigidos para combate às chamadas.

Começamos pela temática da capacitação dos bombeiros pelas lições de ginástica e os exercícios e treinamentos com os instrumentos de combate às chamadas e socorro às vítimas – o que acaba por trazer de volta à cena um nosso velho conhecido: o francês Bernardo Urbano Bidegorry.

Depois da ocorrência de um incêndio na rua da Alfândega, a grande polêmica sobre a eficiência do Corpo de Bombeiros foi reaccesa. A partir de um texto escrito para “Publicações a pedido” do *Correio Mercantil*, o autor, que se identifica sob o pseudônimo *Um cego que vê claro*, expõe suas expectativas ao tomar conhecimento da publicação do Decreto nº 1.775:

A ideia nos pareceu boa, e nos felicitávamos ao menos de podermos obter um melhoramento para remediar os desastres e gastos consideráveis e inúteis que se cometem sempre em todos os incêndios. Mas desgraçadamente fomos testemunha ocular no ultimo incêndio na rua da Alfândega, **onde se deram as mesmas desordens, abusos e confusão do costume.**

Os ferimentos que houve devem ser atribuídos a um indivíduo (que não conhecemos), e que nos asseguram comandava a seção das obras públicas ou da marinha como instrutor parcial ou

comandante, que se o tivessem deixado, seria capaz de demolir todo o quarteirão; e se com efeito as quatro seções tivessem de ser instruídas e dirigidas por semelhante instrutor, melhor será fazer reviver o antigo sistema.<sup>115</sup>

O autor do texto recupera as experiências pregressas ao Decreto nº 1.775, de 2 de julho de 1856, sob a alegação de que, uma vez mais, no incêndio da rua da Alfândega, preocupado com as falhas e falta de preparo adequado ainda encontrados, critica a atuação no sinistro, no qual “se deram as mesmas desordens, abusos e confusão de costume” e sua narrativa nos conduz a concluir que os feridos e os prejuízos ocorridos poderiam ser minorados não fosse a atuação despreparada do comandante de uma das seções, talvez a seção de Obra Públicas. Ou seja, na avaliação do *Cego que vê claro* nada havia mudado, e não mudaria, a menos que se investisse em formação e treinamento, e que a organização do Corpo de Bombeiros fosse levada a sério pela administração pública do Império.

Ele prossegue:

Se o Sr. diretor dos incêndios não pode ir aos incêndios, nos lhe pedimos de fazer instruir melhor seus homens, para que a garantia de nossas propriedades estejam mais a abrigo de suas destruições. Rogamos igualmente ao ajudante do Sr. diretor, que deve substituir o Sr. diretor em sua ausência, de ser mais exato em comparecer no princípio dos incêndios, e também tomar algumas lições de ginástica que lhe era de muita utilidade para poder só percorrer nos telhados sem ajuda de ninguém, e não fazer os comandos deitados!!!

Atacando diretamente o diretor-geral e seu substituto, o articulista critica a ausência de Moraes Antas no local da ocorrência. Segundo ele, a falta de preparo físico e habilidade, seja do diretor-geral, ou mesmo do seu representante, ao circularem pelos locais incendiados, tomando como exemplo os telhados, prejudica ainda mais a eficiência dos comandos. O texto finaliza, insistindo no tema da desordem completa:

Sim, vinte vezes sim; a desordem foi completa como sempre, se o Sr. diretor Moraes Antas quisesse bem organizar suas companhias, nós lhes rogamos fazer instruir melhor disciplinar os homens sob a direção de um instrutor que tenha a capacidade conhecida para este gênero de trabalho, sem o qual haverá sempre a desordem, e mais comandantes que bombeiros: todos querem mandar, e ninguém obedecer.

<sup>115</sup> “Publicações a pedido – ‘Incêndios. Mais Vale tarde do que nunca’”. *Correio Mercantil*, 25 de setembro de 1856, p. 2. [Grifos meus], (Idem para as próximas citações, exceto quando sinalizar).

Interessante notarmos que o *Cego que vê claro* conduz seu raciocínio para o tema do treinamento dos homens. Pois em seu entendimento não seria possível exigir que um trabalho eficiente fosse realizado diante da inexistência de um instrutor capacitado para o treinamento específico para o trabalho realizado pelos bombeiros. Não há como não pensar no trabalho que vinha sendo feito por Bernardo Urbano Bidegorry nos anos anteriores, sendo ele um dos nomes que poderiam auxiliar o diretor-geral nessa difícil tarefa de treinar e disciplinar os combatentes.

Coincidentemente, ou não, o texto do *Cego que vê claro* foi publicado no período de negociações intensas realizadas entre Bidegorry e Moraes Antas. O francês condicionava seu ingresso no quadro de colaboradores do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte ao pagamento de dois contos de réis e ainda a “uma gratificação para cavalgadura”, pedido que levou o diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros a escrever ao ministro da Justiça, queixando-se: “Tenho achado o Bidegorry um pouco exagerado no seu pedido de vencimentos”. Compreendendo as bases que estabeleciam a estratégia adotada por Bidegorry para a negociação, Moraes Antas prossegue em seu argumento: “o homem conhece a precisão que temos dele e me põe em embaraço pelo que respeita à instrução dos [ilegível] da Marinha, Obras Públicas e Casa de Correção”.<sup>116</sup>

Incomodado pelo texto do *Cego que vê claro*, o diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros redigiu resposta às críticas feitas ao seu trabalho, em 25 de setembro de 1856, e inseriu Bidegorry na polêmica:

Posso certificar ao Sr *Cego que vê claro* que tenho muito a peito a instrução e disciplina das seções do corpo de bombeiros. Para prova disso pode o Senhor correspondente perguntar ao Sr. Bidegorry se é exato ou não que tenho lhe pedido, até com insistência, que se preste a instruir as seções. Infelizmente não temos podido chegar a um acordo, por motivos que é inútil referir agora.

Posso certificar ao mesmo senhor, que tenho esperanças de colher muitos bons resultados dos meios que estou empregando, e de outros, afim de que o serviço da extinção de incêndios seja feito com perícia. O que não me atrevo a prometer é a fazer o milagre de conseguir n’um dia aquilo que só se pode conseguir em três ou quatro.<sup>117</sup>

<sup>116</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-2, nº 3.1. “Ofício enviado pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Baptista Moraes Antas, datado de 1º de setembro de 1856”.

<sup>117</sup> “Publicações a pedido – ‘Ao Sr. cego que vê claro’”. *Correio Mercantil*, 26 de setembro de 1856, p. 2.

Moraes Antas explica que dependia também da disposição do francês, para que o trabalho de instrução dos homens fosse realizado e defende sua permanência no cargo afirmando ser qualificado para continuar dirigindo o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte.

O mesmo jornal publica também naquele dia a resposta de Joaquim Inácio da Cunha, ajudante do diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros, que tinha sido duramente criticado pelo “*Cego que vê claro*” como um substituto tão despreparado quanto o próprio diretor-geral:

Apreciamos devidamente o interesse que o Senhor *Cego que vê claro* toma na organização e disciplina do Corpo Provisório de Bombeiros; e esperamos ver satisfeitos tão louváveis desejos pela reconhecida atividade e ilustração do seu digno diretor. Quem nos dá bons conselhos não pode deixar de ser amigo e zelador dos interesses públicos e privados. Rogamos porém a S. S. que nos deixe fazer os comandos na posição que melhor nos convier, em pé, assentado ou deitado nos telhados, onde muito folgamos de nos haver visto o Sr. *Cego*.<sup>118</sup>

A ironia presente no texto nos faz concluir o quanto aquela situação incomodou às principais autoridades do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, levando-as a responderem rapidamente às críticas recebidas, inclusive argumentando sobre as dificuldades e sobre os esforços que vinham sendo empreendidos depois de assumirem as funções na diretoria da instituição. Notamos assim, o interesse que ambos tinham em sua própria defesa, buscando apresentarem-se como sujeitos devidamente capacitados para ocuparem aquelas funções.

Tendo seu nome citado, Bidegorry se declara publicamente sobre o assunto, afirmando não ter tomado conhecimento do texto de *O cego que vê claro*. Ele suaviza a crítica ao diretor-geral do Corpo de Bombeiros:

Quando S. Ex. o Sr. ministro da justiça fez sair o decreto da organização das quatro seções, S. Ex. me disse que eu tinha sido escolhido para fazer estas organizações como instrutor geral, mais tarde o Sr. diretor dos incêndios me fez proposições em nome de S. Ex., que eu não pude aceitar por motivos por mim conhecidos, por consequência, a falta não é do Sr. diretor, se até o presente ele não tem feito a organização, quando mesmo a instrução estivesse ameaçada, quer fosse por mim, quer por outra qualquer pessoa, não teria muito mais melhorado, atendendo que

<sup>118</sup> “Publicações a pedido – ‘Incêndios. Mais Vale tarde que nunca’”. *Correio Mercantil*, 26 de setembro de 1856, p. 2.

para disciplinar e instruir todos estes homens a ginástica, manobra das bombas e exercícios do saco de salvação, e lhes dar todas as instruções necessárias para trabalhar nos incêndios, não se pode conseguir isto em poucos meses, porém sim com alguns anos de prática que lhes faltam, ou talvez mais breve conseguirão, se o *cego que vê claro*, lhes dessem algumas instruções.<sup>119</sup>

Ao tentar relativizar a desaprovação do *cego que vê claro* Bidegorry reforça o argumento de Moraes Antas de que ter um Corpo de Bombeiros treinado exige tempo para praticar os exercícios físicos e técnicos e que, tendo o diretor-geral assumido o comando há poucos meses, ainda se fazia necessário organizar muitas coisas, o que incluía o treinamento dos combatentes, tarefa que não se conseguiria realizar “em poucos meses”. O francês desqualifica com ironia as críticas elaboradas pelo *cego que vê claro* contra o trabalho que vinha sendo realizado por Moraes Antas e sua equipe. Aproveitando-se do que já havia sido argumentado pelo ajudante do diretor-geral sobre sua postura ao comandar os homens do alto dos edifícios, prossegue seu texto:

Um general quando comanda um exército é a cavalo, e um diretor dos incêndios ou outra qualquer pessoa que comande esse lugar, tem de subir e descer aos telhados algumas vezes mais de 150 vezes, e quando se não exige sua presença em mais nenhum lugar, eu não vejo porque razão ele não possa descansar ou a cavalo ou sentado na cumeeira de alguma casa, ou em outro qualquer lugar.

Eu finalizo dizendo que desejava ver o *cego que vê claro* mover-se em algum telhado, quando as telhas ficam molhadas, porque eu que sou professor de ginástica, e tenho grande prática, vejo-me muitas vezes obrigado a dar bons escorregões, e ter logo cuidado que a pessoa que a mim esteja próximo não caia.<sup>120</sup>

A posição conciliatória de Bidegorry sobre o assunto pode ser explicada pelo avanço nas negociações sobre os termos do contrato que permitiria que ele ocupasse as funções como instrutor-geral do Corpo de Bombeiros. Vale ressaltar que mesmo buscando apaziguar as críticas, o francês não perde a oportunidade de ressaltar suas qualidades e as habilidades adquiridas na “grande prática” como professor de ginástica e na atuação por tantos anos nos trabalhos de combate aos incêndios pela cidade.

<sup>119</sup> “Publicações a pedido – ‘Atenção’”. *Correio Mercantil*, 28 de setembro de 1856, p. 2.

<sup>120</sup> Idem.

Pressionado, Moraes Antas volta a encaminhar novo texto para ser publicado no *Correio Mercantil*:

Os artigos que se tem publicado relativamente ao serviço de extinção dos incêndios, e o que hoje aparece escrito pelo Sr. B. U. de Bidegorry me obrigam a declarar que **tenho encontrado algumas dificuldades (como era de prever) na organização e instrução das seções que compõem esse corpo**. O pessoal está quase todo escolhido. Para instruí-lo desejo muito e tenho até empregado alguns esforços para obter a coadjuvação do Sr. de Bidegorry.<sup>121</sup>

Respondendo diretamente a Bidegorry, Moraes Antas apresenta detalhes sobre as exigências feitas pelo francês para integrar a diretoria do Corpo Provisório de Bombeiros como instrutor-geral:

Mas como o Sr. Bidegorry, por muitas razões que me apresentou, exige um vencimento de 2:500\$000 [dois contos e quintos mil réis] anuais além do que vence pelo arsenal de guerra (cerca de 1:400\$000 [um conto e quatrocentos réis]), tenho-me visto grandemente embaraçado.

Ultimamente deliberei ir aproveitando a perícia já adquirida por alguns soldados de artífices, fazendo que haja lições no ginásio do arsenal de guerra ao contingente das obras públicas. Pretendo que o mesmo se pratique com o contingente da marinha; pretendo finalmente pedir licença ao Exm. Sr. ministro da guerra para aproveitar os referidos soldados nas lições que cumpre dar ao contingente da casa de correção.

Se o Sr. Bidegorry me quizer coadjuvar séria e eficazmente, pode, mediante uma razoável gratificação como instrutor-geral, prestar grande serviço. Assim o Sr. de Bidegorry será credor da estima pública a que aspira, assim como o diretor geral do corpo de Bombeiros.<sup>122</sup>

Expondo as ambições de Bidegorry, o diretor-geral não deixa de sinalizar para os leitores que mesmo sem anuência do instrutor francês, outras iniciativas foram tomadas de modo a buscar soluções para o problema do treinamento dos alistados em cada seção. Uma delas foi o aproveitamento do conhecimento já adquirido por alguns soldados de artífices que transmitiam aos novatos. Porém, Moraes Antas não nega seu desejo de ter Bidegorry como membro da diretoria do Corpo de Bombeiros, respondendo pela instrução dos alistados.

<sup>121</sup> “Publicações a pedido – ‘A instrução das seções do Corpo Provisório de Bombeiros’”. *Correio Mercantil*, 29 de setembro de 1859, p. 2. [Grifos meus].

<sup>122</sup> Idem.



Ainda em setembro de 1856 a negociação tem um desfecho e Bernardo Urbano Bidegorry finalmente assina o contrato de trabalho como instrutor do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, “mediante a gratificação anual de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000), que será pago em prestações mensais” exatamente o valor que o francês exigia durante as negociações.<sup>123</sup>

Um dos documentos que iluminam os caminhos tomados pela negociação entre Bidegorry e representantes da administração pública são os pedidos enviados para o ministro da Justiça solicitando liberação de pagamento aos empregados na Diretoria Geral do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte. Os dados são de outubro de 1859 e nos permitem ter a proporção do que solicitava o francês frente ao que era pago aos demais empregados do Posto Central e da Diretoria dos Bombeiros. Além de indicar o sucesso obtido por Bidegorry na sua empreitada de ajustamento dos valores que receberia como instrutor-geral. O valor do vencimento mensal pago ao francês era o mais elevado entre aqueles que pertenciam ao Posto Central (Tabela 1).<sup>124</sup>

Tabela 1. Valores pagos referente aos 31 dias do mês de outubro de 1859.

Função	Nome	Vencimentos
Bombeiro*	Henrique José Viana	31\$000
Chefe de turma*	Candido Pereira da Silva	62\$000
Instrutor parcial **	Antonio Veríssimo Ivo de Abreo	60\$000
Comandante do Posto Central**	Tenente João Ximenes de Araújo Pitada	100\$000
Instrutor geral**	Bernardo Urbano Bidegorry	208\$333
Ajudante do Diretor-Geral **	Capitão Joaquim Inácio da Cunha	50\$000
Diretor-Geral **	Major Juvêncio Manoel Cabral de Menezes	100\$000

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de AN, IJ8-2, *Série Justiça, Corpo de Bombeiros*: documentos nº 47, 47.1, 47.2, 47.3 (\*Vencimentos dos bombeiros do Posto Central) e 46, 46.1 (\*\*Vencimentos dos empregados da Diretoria geral).

Considerando os 31 dias trabalhados naquele mês, podemos notar que enquanto o Chefe de Turma do Posto Central recebeu 62\$000 (sessenta e dois mil réis), coube aos bombeiros o rendimento de 31\$000 (trinta e um mil réis), pelo mesmo período. Ao considerarmos os valores pagos aos funcionários da diretoria do Corpo de Bombeiros, vemos que, enquanto o rendimento do diretor-geral era de

<sup>123</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-3, nº 122.1. “Ofício solicitando pagamento de salário a Bernardo Urbano Bidegorry, contendo cópia do Termo de contrato assinado em 1856”.

<sup>124</sup> Optei por tomar como referência o mês outubro de 1859 uma vez que nos meses anteriores alguns vencimentos apresentaram descontos. Sendo esse o primeiro mês em que os salários foram pagos integralmente. Considerei ainda a permanência dos valores dos salários, que vinham sendo pagos pelo menos desde meados de 1858.

100\$000 (cem mil réis) e o de seu ajudante de 50\$000 (cinquenta mil réis), Bidegorry recebia, como instrutor-geral, a quantia de 208\$333 (duzentos e oito mil e trezentos e trinta e três réis) pelo mesmo período.

Quanto às dificuldades relacionadas ao tema do alistamento, os diretores-gerais do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte escreveram às autoridades imperiais, indicando a pluralidade de *status* desses homens em cada uma das seções como um nó impeditivo ao funcionamento esperado da instituição. Escrevendo ao ministro dos Negócios do Império, em 1º setembro de 1856, Moraes Antas expôs as dificuldades enfrentadas com os homens recrutados para a seção de Obras Públicas. Tomando como base o Artigo 2º do regulamento, o militar explica:

A seção é composta de **indivíduos alistados expressamente para servirem como Bombeiros, sem que sejam operários ou sem terem ocupação nas obras que são dirigidas pela Inspetoria Geral.**

Para executar-se literalmente a disposição do citado artigo segundo seria preciso se pedir todos ou quase todos os atuais Bombeiros, e alistar dentre os trabalhadores aqueles que estivessem nas circunstâncias designados no Decreto. Todo o pessoal que ora existe ficaria desempregado, ou se sujeitaria os trabalhos de servente, visto que não há, segundo sou informado, operários das classes ou ofícios que a repartição emprega.

Este expediente não é sem inconvenientes, e sobre tudo me parece, ao menos por erro, inadmissível por que os indivíduos que a repartição das obras públicas emprega em concertos ou obras novas em diversos pontos da cidade e mais ainda dos arrabaldes, não podem comparecer com a necessária pontualidade ao serviço de extinção dos incêndios. Muitas vezes lhes será impossível ouvir os sinais de incêndio.<sup>125</sup>

No documento, Moraes Antas ressalta que essas dificuldades se davam pela falta de exclusivismo dos alistados naquela seção de bombeiros, o que feria diretamente o que previa o regulamento. Como seria possível conciliar os trabalhos dos canteiros de obras espalhados pelos diferentes cantos da Corte com os pedidos de atendimento de incêndio? Ao terem que se dividir entre a atuação nas Obras Públicas e os sinistros, a prioridade era da função principal daquela instituição, o que prejudicava a qualidade do atendimento prestado.

Outro detalhe explicado por Moraes Antas diz respeito à composição dos homens que foram alistados naquela seção. Do total de alistados, 20 deles eram

<sup>125</sup> Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (Doravante AGCBMERJ), *Livro de Ofícios Expedidos* (O Ex), “Ofício enviado ao ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, em 1 de setembro de 1856”, p. 4. [Grifos meus].

bombeiros efetivos e outros 20 bombeiros adidos, havendo diferença no valor dos vencimentos diários entre as duas categorias (1.200 réis e 900 réis, respectivamente). O diretor-geral entendia que essa desigualdade era um dos entraves do serviço prestado:

Esta desigualdade que me consta ser conservada por espírito de economia não deixa de ser injusta, desde que os Bombeiros efetivos e adidos têm iguais habilitações e se prestam a iguais serviços como acontece. Tem ela dado lugar a frequentes despedidas dos bombeiros adidos, de modo que hoje não comparecem às lições de ginástica 15 homens que eram bombeiros quando tais lições começaram.<sup>126</sup>

Moraes Antas explica ainda que as habilidades desenvolvidas nos treinamentos físicos e técnicos com os aparelhos de salvação oferecidos ao pessoal daquela seção se perdiam com as saídas dos alistados motivadas por essa disparidade. O problema poderia ser facilmente sanado com a igualdade dos vencimentos entre as duas categorias.

A condição disciplinar dos bombeiros alistados nas Obras Públicas era um desdobramento do modelo de recrutamento utilizado depois de 1856, pois era favorecida pela ausência de regras que obrigassem aos alistados dessa seção a se dedicarem à preparação e ao trabalho como bombeiros. Em seu relatório enviado ao ministro da Justiça, em inícios de 1857, Moraes Antas explica sua visão sobre as condições dos homens de cada uma das três seções que compunham o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, iniciando sua narrativa pelos alistados na repartição das Obras Públicas:

(...) considero esse contingente como um fraco auxiliar, por isso que não está submetido à disciplina e regularidade das outras repartições. O bombeiro do Arsenal de Guerra é soldado de Artífices e como tal sujeito à disciplina militar, dentro e fora do Arsenal. O bombeiro do Arsenal de Marinha, soldado, marinheiro ou operário está sujeito a uma disciplina rigorosa. O bombeiro da Casa de Correção é um Africano livre que vive sujeito a regras e disciplina severa. Entretanto, o bombeiro da Repartição das Obras Públicas é de ordinário (e assim o são quase todos), homem que não tem ofício ou que não quer trabalhar por ele, e que foi alistado para estar de prontidão junto às bombas que a repartição possui em um armazém do Largo da Carioca, e no

<sup>126</sup> BRASIL, Relatório do diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros, João Batista de Castro Moraes Antas, de 30 de março de 1857, anexo ao *Relatório do ano de 1856 do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857. Disponível em: <https://bit.ly/2tKXmUj>. Acesso em: 10 dez. 2020. (Idem para as citações seguintes).

pavimento térreo do edifício que serve de secretaria na rua do Senhor dos Passos. A Inspetoria [de Obras Públicas] não tem meios de corrigir faltas e delitos ofensivos da disciplina especial que cumpre manter na seção, não tem meios para prevenir que esses homens sejam ociosos e inúteis na maior parte do tempo que passam, vencendo um estipêndio dos cofres públicos.

Os problemas de indisciplina e a falta de compromisso desses homens intranquilizava Moraes Antas, a ponto de no mesmo relatório, o diretor-geral sugerir ao ministro o fim daquela seção:

Entendia e entendo que seria vantajoso ao serviço público suprimir-se a seção de Obras Públicas, e criar-se uma seção aquartelada com a Companhia de Pedestres no edifício da Secretaria de Polícia. Para o Tesouro Público não haverá aumento de despesas, mas somente alteração na escrituração, passando para o Ministério da Justiça a verba que tem estado a disposição da do Império.

Esse entendimento de Moraes Antas era justificado pela expectativa de que, incorporados à Companhia de Pedestres, os homens da nova seção que fosse ali criada estariam sujeitos ao regulamento já existente para aquela instituição. Ele mesmo apresenta a conclusão do seu raciocínio sobre o tema: “o pessoal poderá rivalizar em subordinação, asseio e perícia com o do Arsenal de Guerra e Casa de Correção”. Essa, portanto, poderia ser uma solução para a pluralidade de status dos homens alistados nas seções existentes.

Como militar de carreira do Exército brasileiro, Moraes Antas via na execução do projeto de militarização do Corpo de Bombeiros a possibilidade de extrair trabalho de seus subordinados. Além disso, a experiência de Moraes Antas nas fileiras do Exército evidenciou sua situação de ingerência sobre o pessoal alistado nas seções o colocava em situação de grande desconforto, afinal, apesar de estar na direção dos Bombeiros da Corte, efetivamente não possuía, em sua integralidade, um corpo de combatentes a ele subordinados. Talvez esse seja um dos motivos que o levou, alguns meses depois de ser nomeado para o cargo, a encaminhar ao ministro da Justiça uma requisição de alistamento de pessoal:

Para obter-se o pessoal necessário rogo a V. Ex<sup>a</sup>. me autorize a alistar 20 a 24 homens, dois chefes de turma e um comandante (...). Esse pessoal pode ser utilizado em serviço de irrigação dos arrabaldes em que ficar estacionado. Quanto ao material podem

se obter da Repartição de Guerra duas bombas das mais pequenas, com alguns [ilegível] por empréstimo.<sup>127</sup>

Ao receber a permissão do ministro para realizar os alistamentos, é criado o Posto Central. Moraes Antas tenta atender ao Artigo 13, §3º do Decreto de 1856 e encaminha proposta de texto que pudesse ajudar a disciplinar de forma específica a seção dos bombeiros do Posto Central além de outro texto que regulamentasse o serviço dos homens pertencentes às demais seções (localizadas nos Arsenais, na Inspetoria de Obras Públicas e na Casa de Correção).<sup>128</sup>

Entre os assuntos abordados nos artigos desses regulamentos internos propostos por ele, temos, por exemplo, a definição de que os bombeiros do Posto Central receberiam a nomeação ou a demissão pelo diretor-geral, o estabelecimento de regras e as respectivas sanções a serem aplicadas para os bombeiros e também as devidas atribuições dos alistados no Posto Central e daqueles dos demais postos, porém, pelo que nos indica a documentação, esses regulamentos não foram aprovados naquele momento e os problemas disciplinares por conta da ingerência direta e integral do diretor-geral do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte perduram.

Para a instalação da nova unidade de trabalho dos bombeiros, a primeira de fato integralmente subordinada ao diretor-geral e que alistou homens como a tarefa primaz do combate aos incêndios na Corte, foi utilizado o espaço improvisado nos fundos do acanhado prédio nas esquinas da rua do Conde com a do Regente (respectivamente Visconde do Rio Branco e Regente Feijó), onde também funcionava a secretaria de polícia da Corte. O endereço já abrigava a sala usada pela Diretoria do Corpo de Bombeiros Provisório para suas funções administrativas e passava a contar com a unidade operacional de combatentes.<sup>129</sup>

A criação da seção de bombeiros do Posto Central, todavia, tornou ainda mais evidentes as diferenças que existiam em relação às demais seções, levando a

<sup>127</sup> AGCBMERJ, *O Ex*, “Ofício enviado ao ministro da Justiça, Thomaz Nabuco de Araujo, em 1 de setembro de 1856”, p. 3.

<sup>128</sup> “Art. 13. Ao diretor-geral no comando e economia do Corpo compete: (...) § 3º Propor o Regulamento interno do Corpo, indicando o número de livros, e método de sua escrituração, e dar as instruções necessárias sobre o modo porque deverão *[sic]* os bombeiros desempenhar seus deveres em caso de incêndio”. BRASIL. Decreto n. 1.775, de 2 de julho de 1856. *Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios. Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 302, 1856. Disponível em: <https://bit.ly/2GTV8dw>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>129</sup> MATTOS, Antonio. *Corpo de Bombeiros: 150 anos salvando vidas e bens*. Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, 2006, p. 183.

Joaquim Ignácio da Cunha (1857-1859), que naquele momento respondia interinamente como diretor-geral dos Bombeiros, a escrever ao ministro da Justiça sobre essas dificuldades, que ele atribuía ter como motivação o recrutamento não ser feito diretamente pela diretoria da instituição.<sup>130</sup> Cunha explica que o fato de os combatentes alistados nas seções das Obras Públicas, Casa de Correção ou nos Arsenais de Guerra e Marinha não terem um tempo determinado de engajamento como “bombeiro” impossibilitava que eles fossem “convenientemente adestrados, em razão da variabilidade do pessoal”. Dessa maneira, durante o serviço de extinção das chamas, a qualidade do trabalho era prejudicada pela falta de conhecimento acumulado dos combatentes, uma vez que havia grande rotatividade dos homens encarregados naquele trabalho.<sup>131</sup>

Apesar de propostas de regulamentos terem sido encaminhadas pelo seu antecessor, Joaquim Ignácio da Cunha reforça a ausência de “um regulamento penal”, o que teria como causa a ideia nos bombeiros de que em caso de infrações estariam “isentos de qualquer castigo, e por isso poderem impunemente cometer faltas”, expressando com isso o receio de atos de indisciplina dos bombeiros e a falta de comprometimento dos combatentes na execução de seu trabalho.<sup>132</sup>

Assim, como medida preventiva para o problema da insubordinação percebido por Cunha especialmente nos alistados da Casa de Correção, indicou ao ministro da Justiça nomes de africanos bombeiros para ocuparem a função de “Chefes e Turma”. Em suas palavras o diretor-geral justificava que a seção da Casa de Correção não era afeita “à subordinação e ao bom desempenho das ordens e do serviço”. A grande preocupação de Cunha, no entanto, era o modo como, mesmo depois da indicação desses homens para chefiar as turmas da seção da Casa de Correção, poderia manter a autoridade sobre eles. Para isso, explica ao ministro, “ficando eles, porém independentes da administração da Casa de Correção, e somente obedecendo ao diretor do Corpo de ao comandante da Seção.”<sup>133</sup>

---

<sup>130</sup> Capitão do Exército, substituiu interinamente Moraes Antas, a partir de 01 de outubro de 1857, durante seu afastamento por conta de uma enfermidade. Cunha assumiu definitivamente a direção geral do Corpo Provisório de Bombeiros, permanecendo até 20 de setembro de 1859.

<sup>131</sup> BRASIL, Relatório do comandante do Corpo Provisório de Bombeiros, Joaquim Ignácio da Cunha, de 27 de abril de 1858, anexo ao *Relatório do ano de 1857 do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858. Disponível em: <https://bit.ly/2NAq7fq>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> BRASIL, Relatório do Corpo Provisório de Bombeiros, Joaquim Ignácio da Cunha, de 4 de abril de 1859, anexo ao *Relatório do ano de 1858 do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia*

A questão das aulas de ginástica e dos exercícios simulados – essenciais para que os alistados aprendessem e aprimorassem os usos dos instrumentos de salvação de vítimas ou os usados para combater os incêndios – nos ajuda a ilustrar a falta de autoridade do diretor-geral sobre as demais seções do Corpo Provisório de Bombeiros. Tomemos como exemplo o abandono pelos homens da seção da Casa de Correção das sessões de exercícios físicos e treinamentos técnicos que eram realizadas semanalmente, e que deixaram de existir totalmente em fins de 1858.

Em ofício datado de 25 de janeiro de 1859, Bernardo Urbano Bidegorry comunica ao diretor-geral, Joaquim Inácio da Cunha, que os exercícios oferecidos aos alistados da Casa de Correção foram suspensos desde o primeiro domingo, 5 de dezembro de 1858, sem o diretor da instituição ter dado nenhuma explicação do ocorrido.<sup>134</sup> Ao encaminhar o documento ao ministro da Justiça, Cunha explica que, quando o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte foi organizado, ficou estabelecido que os alistados da Casa de Correção receberiam as instruções físicas e técnicas aos domingos, porém, algum tempo depois, e por causas que o diretor-geral diz ignorar, esses treinamentos foram sendo cancelados. Explica também Cunha que “estas lições foram reduzidas à duas por mês e ultimamente o Sr. diretor da Casa de Correção mandou suspendê-las”, não sendo ele comunicado dos motivos daquela decisão.<sup>135</sup>

Podemos concluir que, ao acionar a intervenção do ministro da Justiça, Joaquim Inácio da Cunha tenta restabelecer sua autoridade por meio da rotina de treinamentos previamente existentes. Essa atitude nos permite perceber que a autoridade do diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros não era plenamente reconhecida pelo responsável da Casa de Correção, a ponto de poder cancelar os exercícios e não oferecer nenhum tipo de explicação aos gestores da Corporação.

Ao receber o ofício do ministro da Justiça solicitando as devidas explicações, o diretor da Casa de Correção expõe sua percepção sobre a exigência de que os trabalhadores daquela instituição frequentassem aos treinamentos físicos e técnicos, assim como atuassem no combate aos incêndios.

---

*Geral Legislativa na 3ª sessão da 10ª legislatura.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859. Disponível em: <https://bit.ly/2EqBUsr>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>134</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-2, nº 24.1. “Ofício do Instrutor geral dos Bombeiros ao diretor-geral, em 25 de janeiro de 1859”.

<sup>135</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-2, nº 24.1. “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Justiça, em 08 de fevereiro de 1859”.

Tenho a informar que em razão da urgência que há em concluir o raio que está entre mãos, tenho feito trabalhar nas obras muitos domingos, e pois não é possível que nesses dias os africanos tomem lições de ginástica, e isto foi o que disse ao respectivo Instrutor, e nem pratiquei assim por meu arbítrio, e sim com a aprovação do exmo. Antecessor de S. Ex. que desejava ter aquela obra concluída em final de abril.<sup>136</sup>

Tomando como justificativa a exigência do próprio ministro para que a obra que estava sendo realizada pelos operários da Casa de Correção fosse entregue no tempo previsto, o diretor da instituição diz ter dado ciência a Bidegorry do impedimento dos alistados daquela seção a comparecerem aos treinamentos físicos e técnicos aos domingos. E prossegue explicando ao ministro:

**Parece que o diretor Geral dos Bombeiros encara os Africanos Livres mais como bombeiros, e eu tenho-os primeiros que tudo como operários deste estabelecimento, sobretudo quando não se trata de acudir a incêndios, porque nesses casos deixam os africanos tudo para desempenharem esse encargo.** Entretanto, apesar dessa urgência de trabalho há domingos em que se não trabalha e pede o Instrutor, entendendo-se comigo, utilizá-los para as lições de ginástica.<sup>137</sup>

Para o diretor da Casa de Correção havia certa confusão por parte do diretor-geral do Corpo Provisório de Bombeiros, ao “encarar” os operários daquela instituição como bombeiros, quando na sua perspectiva eram primeiramente operários, e cabia a ele ocupar-se prioritariamente das obras que deveriam ser entregues pela instituição. Assim sendo, ele entendia que não cabia dedicar tempo às lições de ginástica e aos treinamentos com os instrumentos de combate ao fogo e salvação, tendo obras sob a responsabilidade da Casa de Correção para ser entregues. Ao contrário, o raciocínio do diretor é de que cabia aos alistados da Casa de Correção somente “acudir incêndios” durante as ocorrências.

Diante do conflito que colocava de um lado o diretor-geral e o instrutor-geral do Corpo de Bombeiros e, de outro lado, o diretor da Casa de Correção, coube ao ministro da Justiça buscar uma solução que aplacasse os ânimos, definindo, salomonicamente, que o diretor-geral do Corpo de Bombeiros “aproveite os africanos nos domingos disponíveis, em lições de ginástica”.<sup>138</sup> Tais episódios nos

<sup>136</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-2, nº 24.2. “Ofício do Diretor da Casa de Correção ao Ministro da Justiça, 17 de fevereiro de 1859”.

<sup>137</sup> Idem. [Grifos meus].

<sup>138</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-2, nº 24.3. “Resposta do Ministro da Justiça ao Diretor do Corpo de Bombeiros, em 26 de fevereiro de 1859”.



ajudam a perceber com nitidez que, seja na seção de Obras Públicas ou na Casa de Correção, ou mesmo nas seções dos Arsenais de Guerra ou de Marinha, a autoridade e liderança do diretor-geral era em grande medida limitada e tais fronteiras eram bem definidas, o que causava impactos significativos na qualidade dos trabalhos realizados durante o combate aos incêndios.

#### **2.4.**

#### **Regulamentos: amadurecimento institucional e profissionalização do Corpo de Bombeiros (1860 – 1915)**

Publicado em abril de 1860, o novo Regulamento do Corpo de Bombeiros modificou substancialmente a instituição. Foi a partir dele que o caráter provisório do Corpo foi definitivamente proscrito e o elemento fundamental para esse processo foi a possibilidade de formar verdadeiramente um Corpo de homens subordinados integralmente ao diretor-geral da corporação a partir do alistamento voluntário de praças que atendiam a critérios específicos.

O recrutamento possibilitaria a aplicação da formação de seções diretamente subordinadas ao diretor-geral. Assim, a previsão do Regulamento era de que fossem criadas duas seções “Próprias” (Primeira e Segunda seções), em substituição às seções do Posto Central e Obras Públicas (Figura 8), e a manutenção das seções do Arsenal de Guerra e Marinha, e da Casa de Correção, que passaram a ser denominada pelo Decreto como “Auxiliares”. Em tese, as ditas seções auxiliares estariam subordinadas aos comandos do diretor-geral dos Bombeiros, somente sob a condição especial de que os homens nelas alistados estivessem trabalhando na extinção de incêndios.

Os Relatórios anuais expõem realidades bem distintas daquela prevista no texto do Regulamento de 1860. Na prática, com dificuldades para completar o número de alistados nas duas seções próprias, manteve não só o efetivo das três seções auxiliares, mas também da quarta seção: a das Obras Públicas.

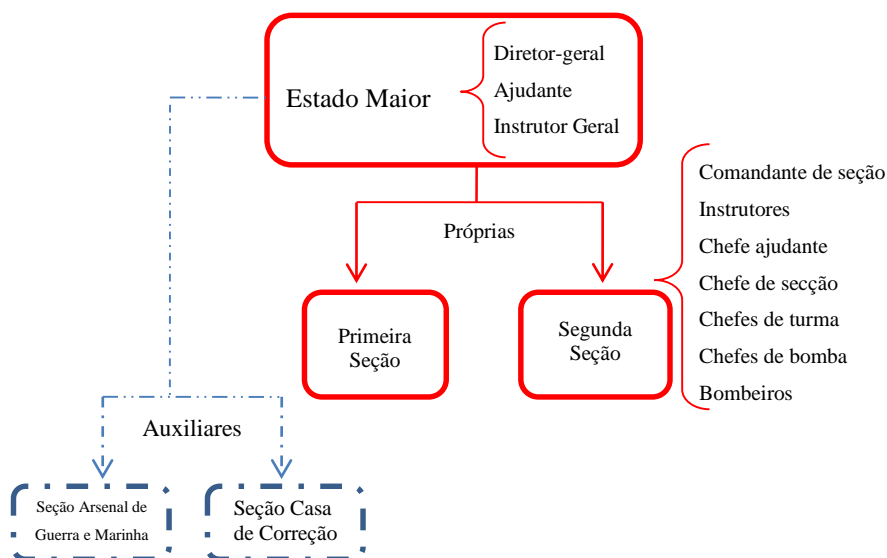


Figura 8. Organograma do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1860.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de BRASIL. Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860.

Como exigências, o Regulamento de 1860 previa que fosse priorizado o ingresso de “indivíduos [com] mais de 18 anos e menos de 40, que além da robustez e agilidade, [tivessem] a necessária probidade”. E previa ainda a solução para uma preocupação antiga do diretor-geral: a falta de engajamento dos bombeiros por tempo determinado. Essa era uma queixa que, ano após ano, vinha sendo apontada pelos diretores do Corpo Provisório de Bombeiros como um dos principais inconvenientes para o desenvolvimento e aprimoramento do serviço prestado pela instituição, uma vez que sua inexistência além de dificultar o controle e disciplina dos combatentes, os impedia de acumular experiências nos treinamentos ou nos sinistros provocados pelas chamadas.<sup>139</sup>

Tal iniciativa foi celebrada pelo diretor-geral em seu relatório anual:

Em virtude do novo regulamento as praças servem atualmente por espaço de quatro anos, durante os quais não podem ser escusas do serviço sem o consentimento ou ordem do Governo Imperial. Esta medida destruiu completamente todos os inconvenientes que nessa parte apresentava o regulamento do antigo Corpo provisório, que não obrigava os bombeiros a servirem por um tempo determinado. Cessando, pois, tais inconvenientes, que sobre modo afetavam a subordinação, o

<sup>139</sup> BRASIL. Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860. Estabelece o Regulamento para o Corpo de Bombeiros. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 228, 1860. Disponível em: <https://bit.ly/2TjThWk>. Acesso em: 10 dez. 2020.

serviço e instrução do Corpo, confio que breve tudo isso atingirá a um estado satisfatório.<sup>140</sup>

Com a possibilidade de que o diretor-geral formasse de fato um Corpo integralmente subordinado a ele, tendo maior controle sobre o serviço prestado e pela instrução dada a esses homens, o Corpo de Bombeiros lançava as bases para sua institucionalização e profissionalização em um processo que se intensificaria em fins do século XIX.

Ainda que, em 1861, o modelo de alistamento surgido no Regulamento fosse visto pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros como um ganho considerável – chegando ele a afirmar que aquela era uma “medida altamente proveitosa à economia, instrução, disciplina e subordinação do Corpo, e da qual não é possível prescindir-se sem grave prejuízo desses princípios” –,<sup>141</sup> compreendia ele também que as dificuldades que a instituição vinha enfrentando para completar o quadro de pessoal, que era de 50 engajamentos permitidos, era em parte fruto da austeridade imposta pelo trabalho como combatente que era pouco valorizado financeiramente. Assim, o diretor-geral dos bombeiros argumenta:

As praças deste Corpo são, como já disse, obrigadas a servirem por quatro anos, elas estão sujeitas a um regime quase militar, pernnoitam no quartel, o serviço ordinário que prestam é em tudo análogo ao que em idênticas circunstâncias prestam as dos corpos policiais e do Exército, o seu tempo é todo absoldido em serviços peculiares do Corpo, os vencimentos que percebem são insignificantes, e, finalmente, nos incêndios se acham expostas às graves perigos e à moléstias que em tais ocasiões com facilidade se podem adquirir.<sup>142</sup>

Ou seja, para o diretor-geral, a dificuldade de completar o quadro de praças estava relacionada com o binômio ‘exigências do trabalho’ *versus* ‘vencimentos’. O desequilíbrio nessa equação era apontado por ele como o principal entrave para

---

<sup>140</sup> BRASIL, Relatório do Corpo Provisório de Bombeiros, Juvencio Manoel Cabral de Menezes, de 27 de fevereiro de 1861, anexo ao *Relatório do ano de 1860 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861, p. 321. Disponível em: <https://bit.ly/2NMObvH>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>141</sup> BRASIL, Relatório do Corpo Provisório de Bombeiros, Juvencio Manoel Cabral de Menezes, de 31 de dezembro de 1861, anexo ao *Relatório do ano de 1861 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862, p. 162. Disponível em: <https://bit.ly/2H6gWDa>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>142</sup> Idem.

o alistamento, que tornava evidente o desinteresse dos homens provenientes das classes populares em se alistarem voluntariamente no Corpo de Bombeiros.

O que estava em jogo naquele momento era a adoção plena do projeto a exemplo de Paris, conforme sugestão de Gustave Paulin, que, desde as primeiras discussões sobre a criação do Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro, tinha como norte a perspectiva de constituição de uma força militarizada e disciplinada para a realização do trabalho.

Retomando os argumentos do Relatório de 1861, o diretor-geral explica a situação das praças:

Qualquer que seja o tempo de serviço que tenham, não adquirem o direito de serem escusas do serviço do Exército, nem de serem reformadas, ainda mesmo que se inutilizem por moléstias ou contusões recebidas em incêndios, ou em outro qualquer ato do serviço público. À vista, pois, do exposto, vê-se, que o individuo que se alista, ao passo que se submete às obrigações, privações e perigos acima referidos, nenhum direito adquire que garanta o seu futuro e que de algum modo compense os serviços que presta; e daí, portanto, se origina o que especulativamente tentei provar, isto é, a existência dos obstáculos aos engajamentos.

A reclamação do diretor-geral pode ser resumida na possibilidade de valorização das praças do Corpo de Bombeiros, o que no seu entendimento passava em grande medida na equiparação dos homens da instituição com a de outros militares (exemplificados pela polícia e o Exército). Ou seja, a militarização dos bombeiros era um atrativo que, de alguma forma, equilibraria a equação ‘exigências do trabalho’ *versus* ‘vencimentos’, pois a possibilidade de reforma compensaria a dureza e riscos impostos pelo cotidiano de trabalho, além de, minimamente, garantir o futuro e eventual assistência decorrentes da atuação.

O tema da militarização foi fortemente defendido também pelo diretor de Agricultura, Comércio e Indústria junto ao ministro da Agricultura, em seu relatório referente ao ano de 1862. Para ele, a disciplina só influenciaria plenamente os trabalhos do Corpo de Bombeiros quando ele fosse militarizado,

Se a profissão de bombeiro não for circundada de certas vantagens, não será possível obter-se quem se queira a ela dedicar, e nem as praças que atualmente possui o corpo se conservarão, desde que estiver terminado o tempo de seus engajamentos.

Cumpram não esquecer que o corpo de permanentes da Corte, cujas condições de vencimentos, e de comodidades não podem entrar

em paralelo com as pequenas vantagens do Corpo de Bombeiros, não tem conseguido preencher o seu quadro efetivo. Cumpre não esquecer que para o Corpo de Bombeiros não há bem a coação de recrutamento, que alimenta o nosso Exército, nem o estímulo de um bom soldo, e outras vantagens, como no de permanentes, nem as vantagens militares de que este goza, nem finalmente a isenção do serviço da guarda nacional, desde que a praça termina o prazo do seu engajamento.<sup>143</sup>

Em sua visão, era preciso criar atrativos para que o alistamento voluntário no Corpo de Bombeiros aumentasse, a ponto de permitir que a instituição pudesse atender às necessidades da população. Uma boa referência apresentada nesses relatórios pelos gestores está nas “condições”, os “vencimentos” e “comodidades” dos militares do Exército. Classificadas pelo diretor da Agricultura, Comércio e Indústria como “vantagens militares” que poderiam ajudar a atrair homens para as fileiras do Corpo de Bombeiros e, assim, minorar as dificuldades enfrentadas para completar o alistamento nos primeiros anos de consolidação profissional da Corporação.

Os relatórios apresentados pelo Ministério da Agricultura dão conta de que o baixo número de alistados perdurou ao longo da década de 1860, como salientou o texto apresentado em 1865, em que o diretor-geral dos Bombeiros reafirmou que “desde a criação do Corpo até a presente data, esse fato tem sido quase sempre constante”,<sup>144</sup> cenário que na avaliação do ministro da Agricultura foi alterado em 1870, quando para ele o efetivo de alistados era “suficiente para as necessidades do serviço”, ainda que naquele momento ainda fosse inferior ao previsto no Regulamento.<sup>145</sup>

Para tentar minimizar o problema do baixo número de alistados no Corpo de Bombeiros, buscou-se como solução paliativa oferecer o pagamento de gratificação de quinhentos réis ao dia para os combatentes, o que provocou, nas palavras do ministro da Agricultura, “a volta ao Corpo das praças que se haviam

<sup>143</sup> BRASIL, Relatório do Diretor da Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria, José Agostinho Moreira Guimarães, de 31 de dezembro de 1861, *Relatório do ano de 1862 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863, p. 162. Disponível em: <https://bit.ly/2IYSJQX>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>144</sup> BRASIL, Relatório do Corpo Provisório de Bombeiros, Juvencio Manoel Cabral de Menezes, de 18 de janeiro de 1865, anexo ao *Relatório do ano de 1864 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865, p. 321. Disponível em: <https://bit.ly/2Toqccf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>145</sup> BRASIL, *Relatório do ano de 1870 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1871, p. 177. Disponível em: <https://bit.ly/2ST7RPe>. Acesso em: 10 dez. 2020.

retirado” e a contratação de novos homens, completando-se o efetivo previsto para aquele ano.<sup>146</sup> Essa percepção também foi compartilhada pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros, no texto do relatório de 1873, afirmando que: “Atualmente o quadro do Corpo está quase completo havendo sempre grande número de pretendentes a qualquer vaga”. Sendo a avaliação feita pelos gestores públicos ligados à instituição nos relatórios do Ministério da Agricultura, publicados anualmente entre 1873 e 1880, o que pode nos indicar que tal medida foi uma iniciativa acertada.<sup>147</sup>

Vale ressaltar ainda que, mesmo depois da criação de seções próprias, a partir do alistamento voluntário de bombeiros sob a supervisão do diretor-geral, os problemas de indisciplina dos bombeiros das seções auxiliares continuaram sendo um problema para os gestores. O diretor de Agricultura, Comércio e Indústria enviou em seu relatório ao ministro da Agricultura que diante das atividades desempenhadas pela corporação em 1862, era essencial que nos próximos anos o trabalho realizado pelos bombeiros estivesse “na altura das necessidades e conveniências públicas”, sendo para isso preciso dotar o “corpo com meios indispensáveis para execução plena do serviço que deve[riam] prestar”. Dessa maneira, na sua avaliação, o que faltava aos bombeiros era a “disciplina”, ingrediente considerado pelo próprio como “de primeira necessidade”. O relator considera ainda que, somente a militarização da instituição, possibilitaria que os bombeiros realizassem seu trabalho plenamente, pois, para ele, o modelo militarizado ofereceria a disciplina e o rigor esperados aos homens da instituição.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> BRASIL, *Relatório do ano de 1871 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 15ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1872, p. 76. Disponível em: <https://bit.ly/2Tq6Wew>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>147</sup> BRASIL, *Relatório do ano de 1872 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 5ª sessão da 15ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873, p. 110. Disponível em: <https://bit.ly/2Hbi2gM>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>148</sup> BRASIL, Relatório do Diretor da Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria, José Agostinho Moreira Guimarães, de 31 de dezembro de 1861, *Relatório do ano de 1862 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863, p. 39. Disponível em: <https://bit.ly/2Co3BIJ>. Acesso em: 10 dez. 2020.

## 2.5.

### Profissionalização: graduações e cargos

Os Regulamentos de 1856 e 1860 mostram que a estrutura hierárquica do Corpo de Bombeiros era relativamente simples. No texto de 1856, essa estrutura do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte era basicamente composta pelo Estado-Maior, formado pelo diretor-geral, seu ajudante e o instrutor-geral. Uma vez que homens das seções dos Arsenais de Marinha e Guerra, da Casa de Correção e das Obras Públicas não estavam subordinados ao diretor-geral. Somente com a criação do Posto Central, em 1857, o número reduzido de pouco mais de 20 homens estava diretamente subordinado ao diretor-geral. Somente na vigência do Regulamento de 1860 é que foi acrescida à estrutura do Estado-Maior os cargos relacionados com criação das Seções Próprias, e que estavam diretamente subordinadas ao diretor-geral. Ou seja, a partir da criação dessas seções, estavam subordinados a ele os comandantes de seção, instrutores, chefes de seção, chefes de turma, chefes de bomba, assim como os bombeiros.

A problemática da plena autonomia, da institucionalização dos bombeiros e da indisciplina, foram temas de leis publicadas em fins dos Oitocentos, que foram fundamentais nesse longo processo de consolidação do Corpo de Bombeiros como instituição. Na primeira dessas leis, de julho de 1880, ocorreu a concessão de graduação militar para os oficiais do Corpo de Bombeiros, que, de acordo com o texto do decreto, se justificaria como forma de reconhecimento ao “notável desenvolvimento que tem tido o Corpo de Bombeiros e à conveniência de serem os seus oficiais devidamente reconhecidos, conforme a hierarquia de cada um, onde quer que se apresentem”. Cabe destacar aqui que nesse primeiro momento o texto do decreto previa, em seu Artigo 2º, ao diretor-geral, a graduação de tenente-coronel, ao ajudante, a graduação de major, aos comandantes das Seções, a graduação de capitão e, por fim, aos instrutores, a graduação de tenente. Estavam excluídos da militarização o chefe-ajudante, o chefe de seção, os chefes de turma, assim como os chefes de bomba e os bombeiros.<sup>149</sup>

Somente em 1881, com a aprovação de novo Regulamento, é que todo o pessoal do Corpo passa a ser incluído, ampliando-se a graduação militar aos cargos

---

<sup>149</sup> BRASIL. Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880. Concede graduações militares aos Oficiais do corpo de bombeiros. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 360, 1880. Disponível em: <https://bit.ly/2tWDyxj>. Acesso em: 10 dez. 2020.

excluídos no decreto do ano anterior, o que considero ser um importante indicativo do processo de consolidação de um plano profissional direcionado aos homens da corporação.

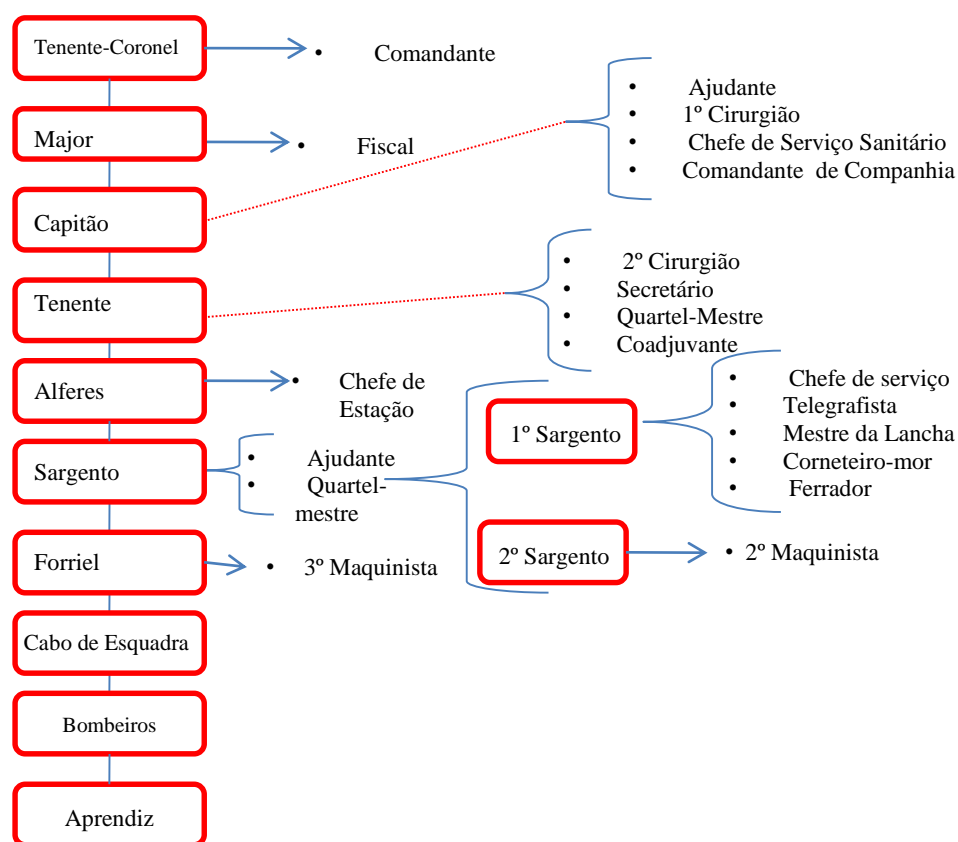


Figura 9. Relação Graduação *versus* Cargos do Corpo de Bombeiros, a partir de 1894.  
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de BRASIL. Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860.

Por fim, o primeiro Regulamento adotado pela instituição depois do advento da República, reafirma, em 1894, esse processo de profissionalização, definindo atribuições e maiores especialização para os cargos na instituição, inserindo as especificidades de cada cargo em paralelo com a hierarquia militar (Figura 9).<sup>150</sup>

Neste “incompleto quadro histórico-institucional” do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, os documentos oficiais como Regulamentos e Relatórios foram utilizados como ferramentas que possibilitaram a elaboração de um panorama da instituição. Percebemos que, ainda que a criação de uma instituição para atender aos sinistros provocados pela ação do fogo fosse matéria urgente, o governo

<sup>150</sup> BRASIL. Decreto nº 1.685-A, de 7 de Março de 1894. Aprova provisoriamente o novo regulamento do Corpo de Bombeiros. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte2, p. 269, 1894. Disponível em: <https://bit.ly/2F3fwqN>. Acesso em: 10 dez. 2020.



imperial cria o Corpo de Bombeiros Corte em 1856 em caráter provisório, já em seu título.

Como instituição, a dependência de forças auxiliares era evidente, dando origem a tensões e conflitos de ordem prática, que interferiam diretamente na qualidade do trabalho realizado. O novo Regulamento, de 1860, sinalizou para a legitimidade institucional que o Corpo de Bombeiros conquistava paulatinamente e permitiu que a corporação fosse reconhecida como serviço fundamental para o atendimento da população urbana do Rio de Janeiro. Outro passo importante nesse processo de legitimação da corporação foi o *status* adquirido pelos bombeiros de força militarizada, o que conferiu avanços na organização de planos que relacionavam os cargos e salários dos militares. Além disso, em uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade, o prestígio proporcionado por insígnias militares era um diferencial considerável.

Quanto à trajetória de Bernardo Urbano Bidegorry, um dos protagonistas da história do combate aos incêndios no Rio de Janeiro, que tanto lutou pelo reconhecimento oficial de sua participação na criação e funcionamento do Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro, doente, o francês afastou-se da instrução de exercícios da Corporação em setembro de 1862, mudando em seguida para a cidade de Petrópolis “por se achar pior” de saúde, e lá veio a falecer em 10 de outubro.<sup>151</sup> O militar do Exército, Antonio Verissimo Ivo de Abreu, que já atuava como instrutor auxiliar da seção da Casa de Correção, sucedeu Bidegorry em abril de 1863, cabe dizer aqui, por um salário mensal inferior ao do francês, 50\$000 (cinquenta mil réis).<sup>152</sup>

A pensão anual concedida à sua viúva, Maria Luiza Bidegorry, no valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis), demonstra a consideração pelos serviços prestados por seu esposo, explicitada no texto apresentado pela Câmara dos Deputados depois da aprovação do pedido de pensão:

o ato do governo, suavizando o estado de indigência a que está reduzida a viúva de um servidor do Estado, que tanto se distinguiu, arriscando

<sup>151</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-4, nº 248. “Ofício enviado ao Ministro da Agricultura, pelo Diretor do Corpo de Bombeiros, em 16 de outubro 1862”.

<sup>152</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-4, nº 249. “Ofício enviado ao Ministro da Agricultura, pelo Diretor do Corpo de Bombeiros, em 16 de outubro 1862”.

muitas vezes a própria vida, se funda em motivos mais justos, é de parecer que se adote.<sup>153</sup>

A entrega e exposição da própria vida, outras vezes já propagandeado por Bidegorry, ressurgem na Câmara Imperial como forma de reconhecimento ao trabalho realizado pelo francês, primeiramente no combate aos incêndios, mas, sobretudo, na transmissão de saberes durante sua atuação como responsável pela instrução dos bombeiros.

Essa tarefa complexa de atendimento à população da cidade que contou com a colaboração de Bidegorry para estruturar-se é o tema do próximo capítulo. Nele, vamos observar as estratégias e dinâmicas utilizadas pela Corporação para o processo de modernização de seus equipamentos e a capilarização das unidades de atendimento, bem como o processo operacional dos bombeiros, desde o aviso até a utilização de bombas para o rescaldo.

---

<sup>153</sup> CAMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 1864, tomo 1 Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1864, p. 3. Sessão realizada em 4 de maio de 1864, “Pensão a D. M. L. de Bidegorry”.

## 3.

**Por dentro da Corporação: Uma história [da falta] de recursos para o socorro**

Incêndio! Batem os sinos, corre o povo, trotam piquetes,  
 chega a polícia, mas falta a bomba!  
 Chega a bomba e falta a água!  
 Chega a água e falta a bomba! E falta a mangueira!  
 E falta o esguicho!  
 E falta a diligência!  
 E falta o préstimo!  
 E falta a sindicância! E falta a providência!  
 E só não falta o gatuno ou o urbano, o cacete ou o chanfalho!  
 Só não falta o pau, só não falta o rolo, pescoção, bofetada, pontapé.  
 Incêndio! Não há nada como um incêndio! Exercício de capoeira para  
 o tenente-coronel comandante do Corpo de Bombeiros, exercício de gargalhada para o povo, exercício de braços e de pernas para a *flor da  
 minha gente*; e só descanso para os bombeiros.<sup>154</sup>

O texto satírico publicado, em inícios do ano de 1876, n’*O Mequetrefe*, nos sugere um fio narrativo sobre a história dos incêndios e dos seus instrumentos de combate no Rio de Janeiro de fins do século XIX e inícios do XX. O caminho proposto – calcado na ausência e na precariedade – nos conduz a problemas e limites institucionais que avultavam as questões de infraestrutura urbana. O precário acesso à água, drama frequente no cotidiano da população carioca, que ganhava novos contornos quando ocorriam incêndios, a ausência de equipamentos adequados, como as bombas e as mangueiras, ou mesmo a truculência dos agentes de segurança e a falta de investigação sobre causas dos sinistros, todos são elementos comuns nesse cotidiano carioca, abordados de forma crítica na imprensa em geral.

A justaposição dessas ideias com as fontes institucionais, como os Ofícios do Comando Geral aos ministros, os requerimentos e outros relatórios, nos possibilita visualizar um interessante cenário, permitindo a elaboração da escrita de uma história (da falta) dos recursos usados para o socorro da população do Rio de Janeiro. Ao evidenciar os limites operacionais da Corporação, concretizados pela pequena presença das unidades de atendimento do Corpo de Bombeiros na malha urbana carioca, ou da reduzida abrangência dos instrumentos auxiliares fundamentais no processo de aviso ou de combate ao fogo, esses documentos nos permitem compreender como se deu o processo de organização e modernização do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro entre as décadas de 1880 e 1910, nos

<sup>154</sup>*O Mequetrefe*, 7 de janeiro de 1876, p. 2.

inserindo em tramas por vezes nebulosas da administração pública, nas quais interesses de construção e consolidação da identidade institucional se misturam com o desejo de oferta de um serviço fundamental para a construção da cidadania, capaz de permitir o pleno desenvolvimento e a modernização do Rio de Janeiro.

Os trabalhadores do Corpo de Bombeiros tinham seu trabalho cotidiano impactado pela rede de unidades de atendimento restrita, materiais ineficientes e defasados, e um circuito limitado de alarmes para o aviso de sinistro. Esse capítulo tem por objetivo apresentar não somente os limites de atuação desses trabalhadores, mas, sobretudo as estratégias e os esforços adotados pela instituição para romper com os entraves e problemas, dentro de sua própria administração ou externos a ela, e que, em grande medida, desfavoreceram a eficiência do serviço prestado e prejudicaram a projeção do Corpo de Bombeiros como instituição necessária para a administração pública por colaborar com o crescimento e desenvolvimento do Rio de Janeiro oferecendo parâmetros mínimos de segurança contra incêndios. Percebendo o período, entre as décadas de 1880 e 1910, como significativo para a expansão da Corporação, a análise é construída a partir da ampliação de sua rede de atendimento e dos esforços para aquisição e modernização dos materiais usados no combate aos incêndios.

### **3.1. Capilarização de Estações e Postos**

Como de costume, em inícios do ano de 1880, o ministro da Agricultura, Manoel Buarque de Macedo (1880-1881), apresentou o relatório das atividades realizadas por sua pasta à Assembleia Geral da Câmara. Na ocasião, ao escrever sobre as condições do Corpo de Bombeiros da Corte, Macedo observou que a Corporação gozava de certo prestígio social, o que ele definiu como uma “simpatia pública”, especialmente diante da sua eficiência e nível de organização. Todavia, o grande incômodo quanto aos limites operacionais, levou Macedo a observar a existência de um descompasso quanto ao desenvolvimento da instituição. Se de um lado a avaliação de Buarque Macedo era de que o pessoal e o material disponíveis no Corpo de Bombeiros eram insuficientes, por outro, havia uma cidade que se desenvolvia rapidamente, levando o ministro a constatar que, enquanto no Rio de Janeiro o perímetro se amplia todos os anos, a estrutura de atendimento do Corpo

de Bombeiros colocada à disposição da população carioca em fins da década de 1870, não era das mais adequadas.<sup>155</sup>

O Regulamento do Corpo de Bombeiros vigente era o mesmo desde 1860, e muitas das providências previstas no texto para modernizar e ampliar os serviços prestados pela instituição não chegaram a ser aplicadas. Por outro lado, algumas medidas que permitiriam maior dinamismo operacional foram revogadas.

Um dos principais desafios enfrentados pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro desde a sua fundação, em 1856, foi a formação de uma rede descentralizada de atendimento. Como vimos no capítulo anterior, por exemplo, a Corporação contava com duas Seções próprias, e com pequenos postos que visavam a atender principalmente às ocorrências localizadas no núcleo central da cidade.

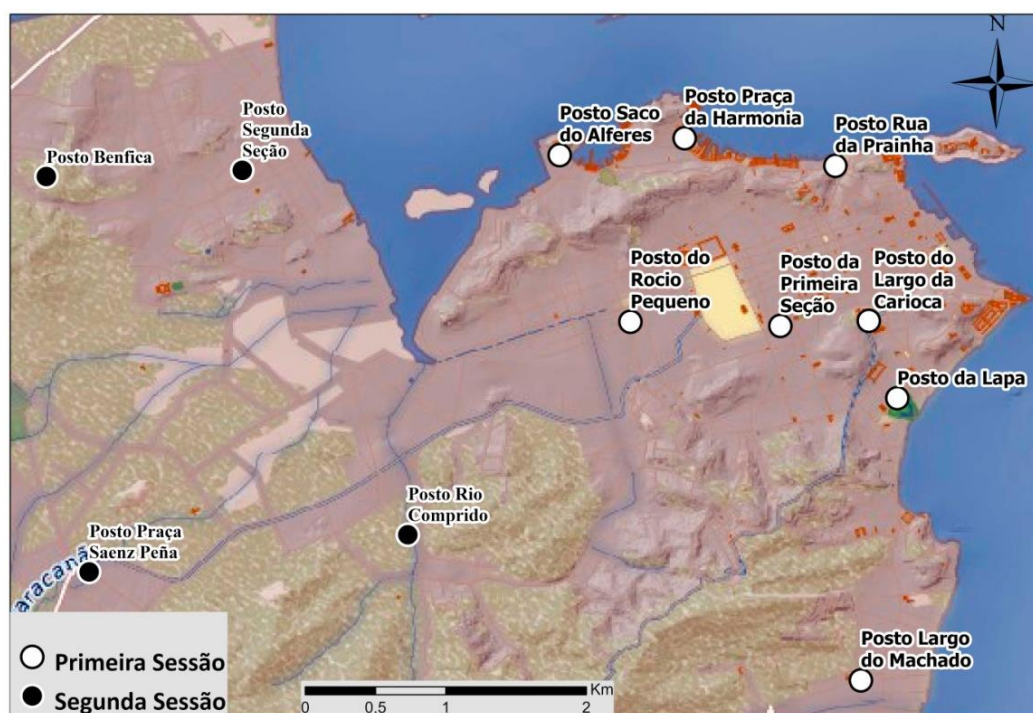


Figura 10. Distribuição das Estações e Postos dos Bombeiros, na década de 1860.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações contidas em LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 1861, p. 124.

Na Figura 10. Distribuição das Estações e Postos dos Bombeiros, na década de 1860. Figura 10 é possível observar A Primeira Seção, e seu Posto, estavam localizados no térreo do prédio da polícia, à rua do Conde (Visconde de Rio

<sup>155</sup> “Extinção de incêndios”, BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1879, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Manoel Buarque de Macedo*. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1880, p. 136. Disponível em: <http://bit.ly/2JnpR3g>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Branco), podendo a população contar ainda com pequenos postos de atendimento nos Largos do Machado, da Lapa e da Carioca. Em direção aos trapiches portuários, os Bombeiros assistiam à população com postos na rua da Prainha (do Acre), na Praça da Harmonia, nas imediações do Saco do Alferes e no Rocio Pequeno. Já a Segunda Seção, e seu respectivo posto, estavam localizados nas imediações do Campo de São Cristóvão, espalhando-se com postos localizados em Benfica, nas proximidades da fábrica de chita (proximidades da Praça Saenz Peña) e pelos lados do Rio Comprido.

O dinâmico crescimento da malha urbana carioca fez com que esse repto ganhasse novos contornos, por vezes levando as autoridades públicas a apelarem para que a rede de atendimento da instituição chegasse de forma permanente a novas áreas. Foi o que fez o diretor-geral dos Bombeiros, o Major Juvêncio Manoel Cabral de Menezes (1859-1865), em seu relatório anual de 1862, enviado ao ministro da Agricultura, em que recomendava que fosse criada uma nova Seção – a terceira, integral e propriamente administrada pelo Corpo de Bombeiros – com objetivo de melhor atender à população que vivia nas cercanias do Catete. A justificativa era de que

ficariam os extremos e [o] centro da Cidade, guardados por forças que, em certos casos, poderão por si só concluir o trabalho da extinção de um incêndio, e, em outros, obstar os progressos do fogo até que as outras seções se apresentem.<sup>156</sup>

Todavia, a crise político-financeira que estremecia a administração imperial nos últimos anos de Guerra do Paraguai e que teve como consequências a falência de instituições financeiras privadas, levou o governo a recorrer a empréstimos em credores nacionais e estrangeiros, de modo a equilibrar as contas do império. O que se viu ao longo da década de 1870 foi uma significativa retração da estrutura física do Corpo de Bombeiros levando ao fechamento de várias unidades de atendimento pela cidade.<sup>157</sup> Das duas Seções e dos doze Postos existentes em fins dos anos 1860, apenas cinco continuavam funcionando na década

<sup>156</sup> Relatório do Corpo de Bombeiros. “Organização da Força e Movimento do Pessoal do Corpo”, p. 4. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ano de 1862, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Pedro de Alcantara Bellegarde*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1863. Disponível em: <http://bit.ly/2UVE8yK>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>157</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada - Heera* (UFJF. Online), Vol. 2, Nº 3 Ago-Dez. 2007, p. 1-27.

seguinte.<sup>158</sup> Em cada um desses Postos o contingente variava entre seis a oito praças, “segundo a importância dos serviços que tem ele de prestar, e uma pequena bomba com seus acessórios”.<sup>159</sup> A principal consequência do fechamento de Seções e Postos foi o expressivo aumento na dependência do atendimento prestado pela Seção Central, num processo de centralização que era totalmente aposto às recomendações das autoridades de instituições congêneres de outros países, que entendiam a questão da capilaridade das unidades operacionais como um dos pilares para a qualidade do atendimento.<sup>160</sup>

Em seu relatório enviado ao ministro em da Agricultura em 1876 o diretor-geral dos Bombeiros, João Soares Neiva (1877-1891), descreveu os incômodos provocados por essa retração e pela crescente exigência do serviço.

A prática tem demonstrado a insuficiência do auxílio prestado por esses Postos, que dispõe de pequeno e insignificante material, para proteger grandes áreas, algumas delas com prédios, edifícios ou estabelecimentos importantes. Conviria muito a divisão da cidade em distritos, tendo estes, por sua vez, Postos destacados, deste modo não continuariam dependentes da Estação Central os principais socorros para os casos de incêndios, e os distritos disporiam de meios suficientes para melhor e mais eficazmente desempenhar seus deveres, sem, muitas vezes, carecer do auxílio da Estação Central.

Assim mais segura garantia se oferecerá à propriedade e salvação pública, do que pela fórmula atualmente estabelecida, por isso que os Postos, por falta de material apropriado, estão inibidos de prestar os serviços que são destinados.<sup>161</sup>

<sup>158</sup> Foram os postos localizados nas ruas Ferreira Viana (Freguesia da Glória), da Prainha (em Santa Rita), e do Livramento (em Sant’Anna), além de outros dois, na Praça de Dom Pedro I (atual Praça Tiradentes) e no Largo da Carioca, sendo todos com as operações centralizadas na Seção Central, da Praça da Aclamação (atual Campo de Santana). De acordo com a informação disponível na edição do LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 1877, p. 435.

<sup>159</sup> “Serviço e pessoal do corpo”, Relatório da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, p. 24-25. In. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1876, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877. Disponível em: <http://bit.ly/395BvtH>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>160</sup> Entre as publicações estão: para a península itálica ver GIUDICE, Francesco del. *Della istituzione de’ pompieri per grandi città e terre minori di qualunque stato*. Bologna: Tipografia di Emidio Dall’Olmo, 1853. Para a Inglaterra, ver BRAIDWOOD, James. *Fire prevention and fire Extinction*. London: Bell and Daldy, 1866. Para a França, ver: BESNARD, P. M. *Organisation des sapeurs-pompiers de France*. Chartres: Imprimerie de Garnier, 1860. Para os Estados Unidos da América, ver: DANA, David D. *The Fireman: The Fire Departments of the United States*. Boston: James French and Company, 1858. Para a Argentina, ver: CALAZA, José Maria. *Manual de Bombero*. Buenos Aires: Imprenta del Departamento Nacional de Agricultura, 1887.

<sup>161</sup> Relatório do Serviço de Extinções de incêndio, “Serviço e pessoal do corpo”, p. 24-25. In. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1876, apresentado a Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877. Disponível em: <http://bit.ly/395BvtH>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Os limites apresentados por Soares Neiva levaram em consideração a prática cotidiana de trabalho dos Bombeiros em seus atendimentos. A insuficiência dos postos e do material usado no socorro tornava ainda mais precária a capacidade de suprir os anseios por segurança e de oferecer garantias de que o fogo não causaria grandes prejuízos materiais e físicos à população. A solução vislumbrada pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros era que a Corporação organizasse o atendimento do Rio de Janeiro a partir da divisão em Distritos, sendo disponibilizado, em cada um deles, recursos capazes de suprir as exigências operacionais daquela região, de modo a promover descentralização e maior qualidade e efetividade nos atendimentos.

Entre 1875 e 1880, a questão da centralização das unidades de atendimento ganhou importância ímpar nas demandas dos gestores da Corporação, sendo tema frequente nos relatórios enviados por eles aos ministros da Agricultura. Os textos, de um modo geral, alertam para o acentuado processo de retração da rede de Seções e Postos, provocando a redução da capacidade e da qualidade dos atendimentos. Ainda assim, a tímida capilarização das unidades de atendimento não foi imediatamente retomada. Cabe destacar que a retração na cobertura dessa rede de atendimentos, e a consequente centralização, estavam profundamente atreladas a problemas financeiros vividos pelo governo imperial que levaram a impossibilidade de aquisição de novos equipamentos e ferramentas utilizados nas ocorrências e o reduzido número do contingente à disposição, o que consequentemente prejudicava o atendimento prestado e o próprio desenvolvimento da Corporação.

O cenário de dificuldades e privações era semelhante quando observamos as tecnologias usadas pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro nas suas operações. Para comunicar a existência de sinistros a população carioca dispunha de um método utilizado desde os tempos coloniais: os sinos dos campanários das igrejas espalhadas pelas ruas da cidade. Com a publicação do Decreto de nº 1.775, que institucionalizou o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte em 1856, formou-se um protocolo detalhado com procedimentos capazes de aprimorar as formas de aviso sobre essas ocorrências, com a definição de que ao sinal de fogo, em qualquer uma das freguesias da cidade, o aviso era primeiramente emitido com três tiros de artilharia de grosso calibre, que deveriam ser disparados da base montada no Morro do Castelo. Além dos disparos do alto do Castelo, o texto mantinha os sinais sonoros de incêndios com o toque primeiramente da igreja de São Francisco



de Paula, possuidora da torre mais alta do Rio de Janeiro. Podendo ainda, caso fosse mais rápido, a partir do toque do maior sino da igreja matriz da freguesia em que o incêndio tinha se manifestado. Atribuindo-se às freguesias urbanas do Rio de Janeiro números, a quantidade de badaladas permitia identificar aquela que correspondia ao local do sinistro, determinando a direção dos veículos de socorro. A sinalização era feita ainda com um alerta visual a partir do mastro instalado no Morro do Castelo em que era içada uma bandeira encarnada, ou, em incêndios noturnos, uma lanterna era posta no alto da mesma estrutura, informando para a população e para os homens do Corpo de Bombeiros sobre a permanência do incêndio.<sup>162</sup>

O Regulamento de 1860 continha, em seu artigo 55, a previsão para que fosse estabelecido um posto de comunicação telegráfico em cada um dos quartéis envolvidos nos trabalhos de combate aos incêndios, permitindo a comunicação das Seções Próprias do Corpo de Bombeiros ou das Seções Auxiliares, de modo a possibilitar o contato rápido entre eles.<sup>163</sup> Porém, até fins da década de 1870, a forma de avisamento não sofreu alteração, e o sistema de sinos e de sinais visuais do Morro do Castelo foi mantido em uso. O que nos permite afirmar que após duas décadas de existência do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, a *urbe* carioca, cada vez mais adensada e ampliada, exigia da instituição a adoção efetiva de melhoramentos na oferta da prestação de serviço com mais eficiência.

Essenciais para o trabalho de corpos de bombeiros de várias cidades do mundo, os registros de incêndio, ou hidrantes, formam uma rede de auxílio aos combatentes de modo a possibilitar acesso amplo e rápido à água, seja para a utilização direta no ataque ao fogo, quando disponível próximo ao local do sinistro, ou no reabastecimento dos veículos encarregados de transportar a água até o local do sinistro. A instalação difusa desses hidrantes pelas ruas das mais diversas regiões das cidades proporciona acesso à fonte de água e possibilita a continuidade no

---

<sup>162</sup> BRASIL. Legislação. *Coleção das leis do Império. Decreto n. 1.775, de 2 de julho de 1856. Da Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856, v. 1, parte 2, p. 302. Disponível em: <http://bit.ly/2GTV8dw>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>163</sup> BRASIL. Legislação. *Coleção de Leis do Império do Brasil. Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860. Estabelece o Regulamento para o Corpo de Bombeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, v. 1, parte 2, p. 228. Disponível em: <http://bit.ly/2TjThWk>. Acesso em: 10 dez. 2020.

combate ao incêndio de forma rápida.<sup>164</sup> No Rio de Janeiro, a Corporação se dedicou à tarefa de criar uma rede de hidrantes, em fins dos anos 1870, espalhando os registros por pontos tidos como estratégicos, e tentando dar amplitude a essa rede, de modo a instalá-los na velocidade de expansão da própria cidade. Entretanto, a dificuldade histórica de acesso à água foi o principal entrave para o funcionamento e a ampliação dessa rede de equipamentos no Rio de Janeiro.

A carência e escassez eram semelhantes quando o assunto são os veículos, bombas e demais equipamentos usados pelos Bombeiros nos atendimentos. Com o número reduzido de unidades de atendimento, o efetivo de combatentes limitado e os poucos recursos financeiros aplicados na Corporação, os equipamentos se tornaram obsoletos e insuficientes. Explicando as condições dos instrumentos de trabalho do Corpo de Bombeiros, o diretor-geral, Conrad Jacob Niemeyer (1876-1877), descreveu em seu relatório anual as “condições desfavoráveis” em que se encontrava o material disponível para o socorro da população naqueles anos, situação que se assemelhava a das bombas, avaliando que “por quanto o longo tempo de duração de algumas, e o antiquado sistema de outras, exigem sua substituição, para melhor utilidade do serviço”.<sup>165</sup>

O Corpo de Bombeiros adentrava na década de 1880 com grandes desafios que precisavam ser prontamente enfrentados para que pudesse firmar-se como instituição madura e moderna, capaz de contribuir com o projeto civilizatório de inserção da maior e mais importante cidade brasileira nas dinâmicas do capitalismo, garantindo que os investimentos financeiros, como os empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais, não fossem afetados com o perigo urbano materializado nos incêndios.

### 3.2.

#### Os problemas na rede urbana de Estações e Postos

Ainda que os planos para a capilarização das unidades operacionais esbarrassem em dificuldades financeiras e na disposição política para sua aplicação,

<sup>164</sup> FIORILLO, Alessandro. *Mezzi e attrezzature anticendio dalla Rivoluzione industriale ad oggi (1880-2015)*. Due secoli di evoluzione scientifica e tecnologica applicata al soccorso. Roma: GEDI Gruppo Editoriale, 2019, p. 33-34.

<sup>165</sup> “Material e Bombas”, “Relatório do Corpo de Bombeiros”, p. 6. In. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1876, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877. Disponível em: <http://bit.ly/3dRfRux>. Acesso em: 10 dez. 2020.

a aprovação do novo Regulamento do Corpo de Bombeiros, em 1881, sinalizou para o rompimento desses entraves e para a retomada da proposta defendida por Soares Neiva da divisão urbana do Rio de Janeiro em “Distritos”. O texto regulamentar, inspirado no modelo distrital, explicita que o projeto tem como objetivo possibilitar “melhor regularidade” na instalação das “Estações filiais” (anteriormente chamadas de Seções) e “Postos” de atendimento. Não havendo, de acordo com o texto, limites quanto ao número de Estações e Postos, cabendo ao governo instalar tantos quantos fossem compreendidos como suficientes, “tendo atenção às necessidades do serviço e o desenvolvimento de cada bairro”.<sup>166</sup> Ou seja, com a adoção do novo formato de divisão do espaço de atuação da Corporação se pretendia organizar as ações da instituição no território urbano carioca de acordo com as próprias demandas das áreas da cidade.

Aplicado paulatinamente durante os anos de gestão do diretor-geral João Soares Neiva, esse projeto de construção de Distritos, com Seções de atendimento do corpo de bombeiros, buscava pontos de integração que possibilitassem a viabilização do sistema de atendimento da Corporação. Voltando a expandir sua rede de ação, o Corpo de Bombeiros inaugurou novas Estações e Postos, capilarizando suas unidades operacionais, de forma mais racionalizada, ampliando sua capacidade de atendimento para outras áreas da cidade, dotando as unidades com contingente, de melhor infraestrutura física e com materiais mais modernos. Em junho de 1881, antes mesmo da aprovação do novo Regulamento do Corpo de Bombeiros, o que foi feito em dezembro daquele ano, Soares Neiva enviou ao ministro da Agricultura requerimento para que fosse autorizado a iniciar as obras de uma nova Seção.

Os documentos oficiais nos permitem perceber que João Soares Neiva introduziu recomendações, encaminhou pedidos e expôs inúmeras fragilidades Institucionais que poderiam ser sanadas por seus superiores. Fez uso da correspondência diária e direta ao ministro para encaminhar requerimentos com propostas de caminhos que eram vistos por ele como os mais adequados para o desenvolvimento da Corporação. Não são raras as situações em que esses documentos nos indicam que era possível conquistar verbas extraordinárias,

---

<sup>166</sup> BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Império do. Decreto Nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881, Aprova o Regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881, Vol. 2, p. 1215. Disponível em: <http://bit.ly/2HRKOkG>. Acesso em: 10 dez. 2020.

acelerar processos de concessão, abreviar o tempo para obter pareceres decisórios dos ministros, ou mesmo conseguir prioridade e celeridade nas avaliações dos processos.

Para ilustrar essas estratégias tomamos como exemplo os encaminhamentos dados por Soares Neiva durante o processo de construção de novas unidades de atendimento. Ao expandir a rede de atendimento da Corporação, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros objetivava reduzir a sobrecarga de atendimentos que recaía sobre a Seção Central e seu Posto, e, conseqüentemente, poderia melhorar a qualidade dos serviços prestados para a população carioca.<sup>167</sup> Sob a autorização do Ministério da Agricultura, a Terceira Seção – que após a aprovação do Regulamento de 1881 passou a ser denominada como Estação do Distrito Leste –, foi construída nas imediações da Alfândega. A solicitação de orçamento das obras do “compartimento” para abrigar a nova Estação de Bombeiros foi encaminhada ao ministro em março de 1881, sendo inaugurada em novembro do mesmo ano. Com o novo prédio, a Estação passava a dispor de “um grande alojamento para 26 praças”, além de depósito para todo o material de uso dos militares, como bombas, carros e acessórios. Todas essas eram demandas antigas, que vinham sendo apontadas pelos membros da Corporação como imprescindíveis para a oferta de um serviço de qualidade.<sup>168</sup>

Quando acompanhamos a difícil negociação para a execução dos projetos de capilarização das unidades de atendimentos do Corpo de Bombeiros percebemos que esse movimento de expansão possuía um forte caráter classista. A própria escolha das Estações que seriam primeiramente construídas sinaliza para as prioridades de levar o atendimento a determinados espaços ligados aos interesses do capital. Os movimentos empreendidos pela Corporação em direção a determinadas áreas, sinalizam para uma associação da oferta de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros prioritariamente com regiões de interesse, tradicionalmente ocupadas por moradias pertencentes às classes sociais mais abastadas – como nas regiões do eixo sul da cidade –, ou estando de prontidão para

<sup>167</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-36, nº 88, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 21 de junho de 1881”.

<sup>168</sup> “Quartel”, Relatório do Corpo de Bombeiros apresentado ao ministro da Agricultura pelo Diretor Geral, João Soares Neiva, p. 8. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado à Assembleia Geral, pelo ministro Manoel Alves de Araujo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <http://bit.ly/2xj3Ajd>. Acesso em: 10 dez. 2020.

o socorro em possíveis sinistros em áreas comerciais – como a região central nas imediações da Alfândega e do porto. A construção do prédio que abrigou a Estação sede do Distrito Sul, nos ajuda a compreender melhor esse processo. Inaugurada em 1882, uma estação do Corpo de Bombeiros passava a ocupar o sobrado construído na Praça São Salvador, no Catete, e possuía estrutura projetada especialmente para abrigar as demandas do serviço cotidiano da Corporação. Ou seja, o projeto refletia as premissas regulamentares de 1881, favorecendo a possibilidade de um melhor desempenho por parte dos combatentes, que passavam a contar com acomodações, refeitórios, oficinas, xadrez e depósitos para todo tipo de material usado nos atendimentos.<sup>169</sup>

A Seção do Distrito Norte, construída “nos terrenos fronteiros aos armazéns da Estação Marítima da Estrada de Ferro de D. Pedro II na Gamboa”,<sup>170</sup> e inaugurada em 1883, utilizava-se da proximidade com as águas da baía de Guanabara para o combate aos incêndios ocorridos em prédios localizados seja em áreas litorâneas da parte continental da cidade, ou mesmo nas ilhas espalhadas pela baía, assim como em sinistros envolvendo embarcações.<sup>171</sup> A demanda para a construção de uma unidade operacional que fosse capaz de resguardar “o imenso capital que representam os Arsenais, docas, estaleiros, trapiches, serrarias a vapor e outros grandes estabelecimentos sitos à beira mar, bem como a necessidade de proteger contra casos de incêndios os navios surtos” no porto do carioca, se tornou mais intensa após o incêndio que, em outubro de 1880, destruiu o vapor Pampa, importante embarcação para transporte internacional de passageiros. Como estratégia para o convencimento, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros recorre a referências internacionais como “Londres, Calcutá, Copenhague, Amsterdam e São Petersburgo” para reforçar a ideia de que nessas cidades os sinistros em embarcações podiam ser atendidos graças à utilização de bombas flutuantes.<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> “Extinção de Incêndios”, BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ano de 1882, apresentado pelo ministro Henrique D’Ávila a Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 191. Disponível em: <http://bit.ly/2VT7TvM>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>170</sup> “Extinção de incêndios”, BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1884, apresentado à Assembleia geral pelo ministro da Agricultura, João Ferreira de Moura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 43. Disponível em: <http://bit.ly/30adSw5>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>171</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-40, nº 108, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, de 7 de maio de 1883”.

<sup>172</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-37, nº 179, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, de 11 de novembro de 1881”.

Esses dois casos ilustram as prioridades dos gestores do Corpo de Bombeiros para as primeiras unidades operacionais descentralizadas, a Estação Sul, para o atendimento à região do Catete, Laranjeiras, Flamengo, chegando a Botafogo e ao Humaitá. E a Estação Norte, voltada para o socorro de ocorrências em embarcações e nos prédios comerciais ligados às atividades portuárias e de comércio internacional, que se espalhavam pelos trapiches da área da Gamboa, Saúde e adjacências.

As negociações sobre o processo de construção da seção do Distrito Oeste, prevista para ser realizada à Rua de São Cristóvão, também nos fornecem elementos de análise que ajudam na compreensão dos difíceis caminhos trilhados pelos gestores públicos nos processos de negociação para obtenção de recursos para melhorias das instituições. Ainda que o projeto de divisão da cidade em Distritos estivesse contemplado no Regulamento de 1881, o empenho para que os planos e promessas fossem concretizadas não eram pequenos. Para entendermos melhor a questão, é importante acrescentar aqui que a região de São Cristóvão já havia sido atendida presencialmente por um pequeno posto do Corpo de Bombeiros, porém a unidade operacional teve suas atividades encerradas no contexto da crise política financeira vivida pelo governo imperial na década de 1870.

Ao escrever para o ministro da Agricultura em 1879, João Soares Neiva recupera esse histórico de demandas para a região e argumenta

Se então ele [o Posto ou a Estação em São Cristóvão] era necessário, hoje torna-se imprescindível o seu restabelecimento, mas que seja em melhores condições, isto é, dispondo de recursos próprios para trabalhar nos primeiros momentos, sem carecer de auxílio estranho.<sup>173</sup>

Mesmo reconhecendo a necessidade de reinstalação de unidade de atendimento, para o socorro em casos de sinistros naquela região, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros entendia que o fundamental era que o processo se desse com o uso de recursos próprios do Corpo de Bombeiros. Ou seja, que a Instituição recebesse suporte financeiro do governo imperial para construir o prédio da Estação, assim como autorização para o aumento do contingente, para ali realizar

---

<sup>173</sup> “Considerações Gerais”, Relatório do Corpo de Bombeiros apresentado ao ministro da Agricultura pelo diretor-geral, João Soares Neiva, p. 15. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado à Assembleia Geral, pelo ministro Manoel Buarque de Macedo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <http://bit.ly/2V8JU7I>. Acesso em: 10 dez. 2020.

os trabalhos de atendimento, e ainda a liberação de verbas para que fosse realizada a aquisição de materiais que permitissem a montagem e equipagem da Estação de forma a manter a autonomia da Corporação, isto é, que o trabalho pudesse ser feito da melhor forma possível, sem utilizar recursos de outras instituições ou a ajuda de pessoas que não integrasse o Corpo de Bombeiros, o que Soares Neiva classificou como “auxílio estranho”.

Os ofícios expedidos pelo diretor-geral ao ministro da Agricultura, entre 1883 e 1885, lançam luzes sobre como se deu o processo de cessão dos terrenos e construção da Estação no Distrito Oeste, nos permitindo entender melhor os entraves e os esforços na negociação para a ampliação da rede de atendimento. No primeiro desses documentos, enviado em abril de 1883, o militar recorre ao trecho do Regulamento do Corpo de Bombeiros aprovado em 1881, em seu Artigo 80, como elemento legitimador de sua argumentação, ressaltando que a indicação do local previsto para a construção da Estação Oeste havia sido ali “determinado”, e que “desejando essa Diretoria estabelecer quanto antes n’esse ponto um telheiro para uma bomba manual de [combate a] incêndios, e assim acudir sem demora aos sinistros ocorridos em suas imediações”, o militar solicita com aquele documento a autorização junto ao Ministério da Fazenda, a quem pertencia o espaço, para cessão de parte do terreno em que havia funcionado o antigo matadouro, equivalente a “uma arca com 30 metros de frente sobre 60 de fundos”. A recomendação dada pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros era de que fosse disponibilizado o lado do terreno voltado para a Rua de São Cristóvão, pois assim seria possível realizar a integração do atendimento prestado pela Corporação com o sistema de transportes sobre trilhos da cidade.

Explicando como seria feito, o militar argumenta:

Atenta[ndo para] a necessidade de ligá-la [a Estação], por meio de trilhos às linha de Carris de Visa Isabel, São Cristóvão e Estrada de Ferro de Dom Pedro II, para as eventualidades de um incêndio nos subúrbios servidos por essas vias férreas, como preceitua o citado artigo do Regulamento.<sup>174</sup>

Percebemos como eram árduos os esforços para aquisição de espaços e materiais para que os Bombeiros pudessem desfrutar de melhores condições de

<sup>174</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-40, nº 87, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 16 de abril de 1883”.

trabalho, assim como oferecer atendimento mais eficiente e com melhor qualidade, e como exigia habilidade, paciência e empenho do diretor-geral na realização de seu trabalho. É o que nos indica o trecho final do ofício, em que Soares Neiva afirma ter enviado, em duas outras ocasiões, requerimentos abordando a mesma temática – “Em ofícios nº. 7 e 147 de 7 de janeiro e 13 de junho do ano passado” –, em que renovava o pedido para que, o quanto antes, ocorresse a cessão do espaço no terreno.

Ao ressaltar que já havia, em outras duas ocasiões, realizado o mesmo pedido, o militar nos ajuda a perceber o quão desgastante podia ser todo esse processo. E mesmo após retomar o assunto e citar as demais correspondências, não havia a mínima garantia de ser atendido. Neste caso, anotações realizadas na margem do documento, pelo gabinete do ministro da Agricultura, nos indica que a petição, de 13 de janeiro, realizada pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros, foi encaminhada ao Ministério da Fazenda, porém, “ainda não voltou”.<sup>175</sup>

Documentos posteriores indicam que a questão da cessão dos terrenos do antigo matadouro estava longe de ter uma solução que permitisse que as obras fossem iniciadas. Acompanhando os meandros da burocracia e trâmites do governo Imperial, observamos que a resistência enfrentada pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros atendia à disputa pela ocupação de áreas tidas como valorizadas. Essa preocupação foi manifestada pelo engenheiro José Severiano da Rocha, responsável pelo escritório da Direção de Obras do Ministério da Fazenda, em sua apreciação às solicitações feitas pelo diretor-geral dos Bombeiros, alegando que a área do terreno solicitada por Soares Neiva para a construção da Estação de São Cristóvão provocaria “desmembramento de uma parte mais ou menos central do terreno, o que diminuiria bastante o valor do terreno restante”. Além da questão da desvalorização da propriedade, outra preocupação apontada no parecer emitido pelo engenheiro dizia respeito ao que ele classificou como sendo um “inconveniente”, pois quando fossem construídos outros prédios no terreno, a Estação do Corpo de Bombeiros ficaria “encravada entre outros edifícios”.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> “Parecer do Engenheiro do Escritório da direção de Obras do Ministério da Fazenda”. AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 256, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 26 de dezembro de 1883”.



Alguns aspectos desse documento nos ajudam a entender melhor a questão. Primeiramente, podemos observar que o documento é emitido em outubro de 1883, seis meses depois da solicitação encaminhada por Soares Neiva, o que ilustra como os processos poderiam ser morosos, além de exaustivos para os gestores das instituições. Depois de toda a espera, e expectativas, finalmente a resposta emitida não corresponde ao plano original do diretor-geral do Corpo de Bombeiros.

A questão foi resolvida somente em dezembro de 1883, depois do acordo firmado entre o engenheiro-chefe da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos e o diretor-geral do Corpo de Bombeiros. Soares Neiva escreve ao ministro informando ter se entendido como gestor do Carris, “ficando assentado que a área do terreno [do] antigo matadouro, (...), pode ser concedida para a Estação de Bombeiros do Distrito Oeste, sem prejuízo das construções e que no mesmo local se projetarão”.<sup>177</sup> O que parece é que, naquele momento, Soares Neiva, optou por garantir o espaço concedido, ainda que não fosse o que ele pretendia como o mais adequado para a Corporação, originalmente, em suas primeiras petições.

As obras da Estação de São Cristóvão iniciaram no ano seguinte, o ofício encaminhado por Soares Neiva ao ministro da Agricultura, pedia autorização para que ali também fosse utilizada mão de obra das “praças do Corpo de Bombeiros, que possuíssem algum ofício”, a exemplo da experiência obtida pela instituição nas obras da Estação do Distrito Sul, no Catete, sendo pago a essas praças a diária, como um *pro labore*, com valores que poderiam variar entre \$200 (duzentos réis) a \$800 (oitocentos réis).<sup>178</sup> Para termos uma ideia desses valores, ao considerarmos os vencimentos mensais de um “bombeiro trabalhador”, termo relacionado aos profissionais pertencentes ao nível mais baixo na hierarquia da Corporação, e equivalente a uma praça do exército, podia chegar a 62:000\$000 (sessenta e dois contos de réis), o que corresponde a uma diária de cerca de 2\$000 (dois mil réis), essa complementação poderia ajudar a aumentar os rendimentos mensais desses trabalhadores.<sup>179</sup> Tendo em vista que o pagamento mensal de um servente da

<sup>177</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 256, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 26 de dezembro de 1883”.

<sup>178</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-42, nº 155, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 11 de junho de 1884”.

<sup>179</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº172, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 1 de agosto de 1883”.

Prefeitura Municipal poderia chegar a 60\$000 (sessenta mil réis), os valores propostos pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros estavam dentro do que se praticava no mundo do trabalho carioca.<sup>180</sup>

Era grande a expectativa pelo fim das obras na Estação Oeste, em grande medida pelo simbolismo que ela possuía. Em seu relatório anual referente ao ano de 1884, o ministro da Agricultura expôs esse sentimento informando que “Concluída a Estação de Oeste ficará completo o plano traçado no Regulamento de 17 de dezembro de 1881, para defesa da cidade e subúrbios contra os desastrosos efeitos dos incêndios”<sup>181</sup>, nos permitindo entender que o que estava em jogo era o cumprimento do regulamento, mas também o aumento da capacidade de atendimento da instituição, principalmente para uma parcela significativa da população carioca que, estabelecia moradia, comércio e trabalho nos subúrbios. Entretanto, os planos do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, de ocupação dos terrenos do antigo matadouro, de quanto mais fosse permitido e possível, ganharam novo ânimo a partir de 1884. Com as obras em andamento, sem muita previsão de quando seriam terminadas, Soares Neiva encaminhou ofícios ao ministério da Agricultura com suas postulações a respeito da ocupação de parte do terreno onde estavam situadas as ruínas do antigo matadouro, e que estava arrendado ao civil, Manoel Velloso Pago.

No seu requerimento, datado de 12 de Abril de 1884, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros apresenta como principal motivação a possibilidade de “nele guardar o material e mesmo transferir, desde já para ali os animais e carroças da irrigação empregados no bairro de São Cristóvão”, classificando essa justificativa como de “grande vantagem” não somente para a Corporação, como também para o serviço de irrigação que era feito pelo Corpo de Bombeiros na região atendida pela Estação.<sup>182</sup> Como resposta, o diretor da Secretaria de Obras Públicas, se posicionou de modo favorável ao pedido do militar, entendendo que atender aquele requerimento era “conveniente ao serviço e a própria conservação do prédio”, acrescentou em seu parecer que a cessão do espaço ao Corpo de Bombeiros traria

<sup>180</sup> Sobre as faixas salariais das principais categorias funcionais da municipalidade, ver DAMAZIO, Sylvia F. op. cit., p. 48.

<sup>181</sup> “Extinção de incêndios”. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ano de 1884, apresentado pelo ministro João Ferreira de Moura a Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 43. Disponível em: <http://bit.ly/30adSw5>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>182</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-44, nº 100, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 12 de abril de 1884”.

como benefício “a grande economia na forragem dos animais”, devido ao capinzal ali disponível.<sup>183</sup>

A resposta encaminhada pelo diretor da Secretaria de Obras Públicas ao ministro da Agricultura acrescentou força aos argumentos inicialmente apresentados por Soares Neiva, pois o documento salientava que aquela medida, além de ser favorável à execução do trabalho dos Bombeiros, permitiria redução de gastos públicos com o uso do capinzal ali disponível para atender aos animais da Corporação. Esses parecem ter sido os pontos que levaram o ministro da Agricultura a emitir aviso à pasta da Fazenda, de modo a encaminhar a requisição do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, em texto que toma esses argumentos como fundamentais para que fosse atendido.

Que fossem entregues ao Corpo de Bombeiros, provisoriamente, todo o terreno em questão e o prédio ali existente para acomodação do material destinado a Estação Oeste, aproveitando-se o capim para a forragem dos animais do Corpo, com o que se realizará sensível economia.<sup>184</sup>

Todavia, sem respostas, o processo de cessão dos terrenos não foi efetivado naquele momento. O que não nos impede de percebermos elementos muito interessantes nessa primeira parte do processo, como as estratégias utilizadas pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros para ver suas solicitações atendidas pela máquina pública do Estado Imperial: por vezes cedendo, quando buscava autorização para ocupar a primeira parte dos terrenos, mas também insistindo, tempos depois, e encaminhando novos pedidos para a aquisição dos espaços pretendidos.

Em 7 de abril de 1885, João Soares Neiva encaminhou nova solicitação de posse da outra parte do terreno. A partir do argumento apresentado pelo diretor da Secretaria de Obras Públicas, na rodada de petições anterior, o militar reforça: “pela urgente necessidade que tenho de economizar na verba de forragem no corrente exercício, utilizando o capinzal que ali existe”. Percebemos que o militar se apropria da ideia lançada anteriormente por um de seus interlocutores, talvez por entender que poderia ajudar na conquista de seu objetivo. Ele projeta uma estimativa de economia a ser feita, apresentando ao ministro da Fazenda a quantia de 2:000\$000

<sup>183</sup> Idem, “Parecer da 3ª Seção da Diretoria das Obras Públicas, emitido em 15 de abril de 1884”.

<sup>184</sup> Idem, “Cópia do Aviso enviado ao Ministério da Fazenda, nº 80, emitido em 25 de abril de 1884”.

(dois contos de réis) ao ano e acrescenta aos argumentos de sua primeira requisição outros de perspectiva financeira.

Afirmando, por exemplo, que no terreno havia

grande cópia de material de construção e que está sendo desaproveitado, quando dele careço para terminar a Estação [do Distrito Oeste] que, em parte desse terreno, estou construindo, **muita economia** resultará se pudesse ao menos empregar as lajes de cantaria para o passeio em toda a frente da obra.<sup>185</sup>

Percebendo que os motivos econômicos foram mais apreciados por seus interlocutores, Soares Neiva faz uso desses argumentos, inclusive salientando que as verbas imperiais poderiam ser encaminhadas a finalidades diferentes daquelas.

Ao ser (re)avaliado pela Diretoria de Obras Públicas, a recomendação é novamente favorável ao atendimento do pedido feito pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros. O gestor do órgão direcionou seu parecer ao ministro da Agricultura, essencialmente argumentando que a aprovação deveria ser feita basicamente “em vista da vantagem e economia que resulta da entrega dos terrenos de que se tratou, conforme se verifica do ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, (...) reiterando o pedido já feito ao Ministério da Fazenda”.<sup>186</sup> Notamos, portanto, que a consonância entre os argumentos baseados na vantagem econômica apresentados na petição de Soares Neiva são uma vez mais destacados no parecer emitido pela Diretoria de Obras Públicas ao Ministério da Agricultura.

Apesar disso, a situação de Manoel Velloso Pago, o arrendatário de parte do terreno do antigo matadouro, ainda precisava ser definida e se demonstrava difícil de ser contornada. Após receber ordem de despejo, em 1884, Manoel Velloso obteve autorização para permanecer no terreno. Entretanto, alguns dias depois do parecer emitido pelas Obras Públicas, nova intimação foi expedida pelo Juízo dos Feitos da Fazenda Nacional para a desocupação imediata do terreno. Essa intimação foi prontamente respondida pelo proprietário com a alegação de possuir contratos de fornecimento de capim para diversas companhias e que a desocupação causaria transtornos, “pelo motivo de cair em falta, sendo assim grande o prejuízo que tem, além do que gastou para o planteio [sic] do mesmo capim”. Manoel Velloso busca de todos os modos obter uma nova prorrogação, e propõe que um acordo fosse

<sup>185</sup> AN, *Série Justiça*, II8-44, nº 58, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 7 de abril de 1885” [grifos meus].

<sup>186</sup> Idem, “Cópia do Aviso enviado ao Ministério da Fazenda, nº 80, emitido em 25 de abril de 1884”.

firmado de modo a autorizá-lo a permanecer na área arrendada, até que as obras da Estação Oeste do Corpo de Bombeiros fossem terminadas.<sup>187</sup>

A resposta de Soares Neiva foi imediata e contundente. Em novo ofício ao ministro da Agricultura, o militar classifica a prorrogação do arrendamento como “inoportuna” e volta a reforçar que era prejudicial “à economia do Corpo”. Além disso, ele salienta que o acordo proposto pelo arrendatário já havia sido atendido no ano anterior, e que após receber prazos para desocupar o terreno, Manoel Velloso Pago “aumentou com embargos e outras delongas no foro”. E chama a atenção do ministro da Agricultura para um elemento muito importante, “se contrato de arrendamento houvesse com o suplicante, não poderia o Tesouro [Imperial] iniciar ação de despejo e sim promover a rescisão do mesmo contrato”.<sup>188</sup>

O episódio nos conduz para a existência de certas permanências quanto às dificuldades desses gestores a conquistar mais espaço, mais recursos e melhores condições de atuação. Isso estava intimamente ligado a questões mais amplas como ao prestígio, não somente das instituições, como também de seus próprios gestores.

Por outro lado, o que se colocava ali, sobretudo da parte do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, era a oportunidade de poupar, ou mesmo realocar os recursos públicos encaminhados anualmente à instituição, dando-lhes destinação mais apropriada, de acordo como julgamento e prioridade que a ele parecesse mais pertinente. Os esforços de Soares Neiva para que pudesse utilizar todo o terreno, revelam dimensões complexas da administração pública no período imperial.

O processo teve fim com o despejo do arrendatário e a entrega do terreno do antigo matadouro ao diretor-geral do Corpo de Bombeiros, em inícios de maio de 1886. Com a conclusão das obras da Estação do Distrito Oeste, as operações de atendimento do Corpo de Bombeiros iniciaram em junho do ano seguinte “provida de todos os aparelhos e mais materiais necessários para a extinção de um incêndio de granes proporções”, como nos relata o próprio ministro da Agricultura em inícios de 1888.<sup>189</sup>

<sup>187</sup> Idem, “Solicitação encaminhada por Manoel Velloso Pago ao Ministério da Fazenda em 23 de abril de 1885”.

<sup>188</sup> AN, *Série Justiça*, II8-44, nº 71, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 27 de abril de 1885”.

<sup>189</sup> BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ano de 1887, apresentado pelo ministro Rodrigo Augusto da Silva a Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 113. Disponível em <http://bit.ly/2Q1sM2S>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Algumas semanas após a inauguração da Estação Oeste, um incêndio de grandes proporções destruiu a região próxima à localidade denominada Excelsior, na Floresta da Tijuca. Os principais jornais da cidade noticiaram a ação do fogo, dando destaque ao telegrama enviado pela Princesa Isabel, comunicando sobre o fogo na mata e apontando como causa provável “algum balão que ali tivesse caído”.<sup>190</sup> O sinistro era uma boa oportunidade para o diretor-geral do Corpo de Bombeiros apresentar à população carioca, e principalmente aos gestores da administração pública, o quão importantes e essenciais eram os investimentos realizados na Corporação. Para os dois dias de ações de extinção das chamas, seguiram mais de 20 trabalhadores do Corpo de Bombeiros, que tiveram seu contingente reforçado com homens das Obras Públicas, além de empregados nas obras de manutenção da própria floresta e trabalhadores do Serviço de Irrigação da cidade, cabendo à nova Estação Distrito Oeste prestar auxílio com “tudo o que pertencesse à Companhia de São Cristóvão”.<sup>191</sup>

Os jornais seguiram noticiando a destruição causada pelo fogo e deram considerável destaque aos esforços realizados pelo Corpo de Bombeiros, assim como a importância e a eficiência do trabalho realizado pela Corporação. Além de ressaltarem a integração entre o Corpo de Bombeiros e a Companhia Ferro Carril de São Cristóvão, que transportou as praças e oficiais até as imediações dos locais em que havia o sinistro.<sup>192</sup> Aquele era o primeiro grande teste a que o novo Distrito de São Cristóvão era submetido, servindo para apresentar à população carioca a dimensão colaborativa com a Companhia de Carris, prevista no Regulamento de 1881, e usada por Soares Neiva como motivação para a requisição de partes específicas do terreno do antigo matadouro. Em documento enviado ao ministro da Agricultura, o militar relata detalhes do atendimento prestado, apresentando com entusiasmo especial essa integração e ressaltando a presteza e disponibilidade com que o Diretor da Companhia de Bondes de São Cristóvão, o Comendador Pimenta Bueno, atendeu à sua solicitação de transporte dos combatentes até o local do sinistro.<sup>193</sup>

<sup>190</sup> “Incêndio na Floresta da Tijuca”, *Gazeta de Notícias*, 30 de agosto de 1887, p. 2.

<sup>191</sup> “Incêndio nas florestas da Tijuca”, *Jornal do Commercio*, 30 de agosto de 1887, p. 2.

<sup>192</sup> Ver “Incêndio na Floresta da Tijuca”, *Gazeta de Notícias*, 31 de agosto de 1887, p. 1 e *Jornal do Commercio*, 1 de setembro de 1887, p. 1.

<sup>193</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-49, nº 163, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 31 de agosto de 1887”.

Inaugurava-se um novo tempo para a Corporação, em que se ampliava o raio de atuação para áreas de ocupação mais distantes da região central. Porém, apesar dos avanços, os documentos oficiais continuam recorrentemente apontando para a necessidade de se aumentar sua rede de atendimentos. Ainda que os Regulamentos aprovados em 1881 e em 1887 definissem os subúrbios como áreas de atendimento do Corpo de Bombeiros, em grande parte da década de 1890 a carência de unidades nas regiões ditas subúrbios esteve presente na pauta de reivindicações da instituição. O Regulamento Provisório do Corpo de Bombeiros, aprovado em 1894, refletia os debates e discussões sobre essa necessidade de capilarização da rede de atendimento capaz de atender os subúrbios. Em seu texto de apresentação, as justificativas dadas para publicação de um novo regulamento para a Instituição, sete anos depois do anterior, passavam pelo aumento da população e a ampliação da malha urbana.

Que o aumento havido na população desta Capital e o consequente desenvolvimento da zona habitada, no período de mais de quinze anos contados da data daquele regulamento, exigem inadiavelmente a instalação de novos postos ou estações nos arrabaldes mais afastados, de modo que possam de pronto ser prestados os socorros onde se tornem necessários.<sup>194</sup>

Vemos então que, de acordo com o regulamento, a construção de novas Estações e Postos, sobretudo nos “arrabaldes mais afastados” da região central do Rio de Janeiro era tida como algo que não poderia mais ser adiado. Nessa direção, o comandante Francisco de Abreu Lima (1894-1897)<sup>195</sup> escreveu em seu relatório anual ao ministro da Justiça sobre a necessidade de expansão das unidades de atendimento, avaliando que “a criação de maior número de Estações e postos é inadiável”. Ressoando o regulamento de 1884, o militar também se utiliza da ideia de que aquela era uma necessidade imperiosa, não podendo mais ser prorrogada. Observando que para a Corporação realizar seu trabalho de forma eficiente, a questão da capilarização das Estações e Postos de atendimento deveria ser encarada como prioridade máxima. Nas áreas em expansão, exemplifica o militar, o adensamento que se formava no trajeto e nas imediações do Jardim Botânico, os

<sup>194</sup> BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº 1.685-A, de 7 de março de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, Vol. 1 Pt II, p. 269. Disponível em: <http://bit.ly/39XOEo4>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>195</sup> Idem, o Regulamento Provisório do Corpo de Bombeiros, de 1894, passou a adotar em seu Art. 4º §1º a denominação comandante-geral em substituição a diretor-geral.

bombeiros poderiam levar mais ou menos 40 minutos para se deslocarem da Estação mais próxima, a do Catete, até o local atingido pelo sinistro. Além disso, Abreu Lima descreve a situação das áreas de difícil acesso e muito populosas, como o Morro de Santa Teresa onde, de acordo com o militar, “nenhum recurso se encontra para acudir e prestar os primeiros socorros, no caso de sinistro de incêndios”.<sup>196</sup>

Em outro trecho do seu relatório enviado ao ministro da Justiça em 1895, o comandante-geral da Corporação volta a destacar a importância da criação de Estações e Postos do Corpo de Bombeiros nas áreas denominadas subúrbios. Preocupado em oferecer de forma eficiente os serviços da Corporação naquelas regiões, o militar propõe a criação de novas unidades.

É urgente, a criação de uma Estação Suburbana a meio caminho entre a Estação Central da Estrada de Ferro e a Estação [ferroviária] de Sapopemba [atualmente Estação Marechal Deodoro], devendo ser esta Estação de bombeiros auxiliada pela diretoria da Estrada de Ferro Central.

Assim colocando-se em vagões próprios o respectivo material, e dispondo de vagões, também próprios, para condução de animais arreados e, todos estes vagões sobre trilhos de um desvio da Estação Central da Estrada de Ferro, poderá o trem de socorro suburbano ser arrastado, como expresso, por uma locomotiva fornecida na ocasião pela respectiva diretoria e chegar prontamente à Estação [ferroviária] mais próxima do sinistro. Desta seguirá, pela tração animal, para o local do mesmo sinistro.<sup>197</sup>

Percebemos que a temática da construção de Estações e Postos nos subúrbios mereceu empenho de Abreu Lima. Para ele, o tempo para o atendimento poderia assim ser abreviado, o que poderia, em muitos casos, determinar o sucesso ou o fracasso do socorro. Ao encaminhar a questão, o militar recomenda o estabelecimento de uma Estação Suburbana do Corpo de Bombeiros no “meio do caminho” da estação ferroviária de Sapopemba. A ideia era aproveitar a integração possibilitada pela extensa malha ferroviária que atravessava o território carioca em direção às regiões mais afastadas do centro, para que se ampliasse a área de atuação

<sup>196</sup> “Criação de Novas Estações e Postos”, Relatório do Corpo de Bombeiros apresentado ao Ministro da Agricultura pelo diretor-geral, Francisco de Abreu Lima, p. 6. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado à Assembleia Geral, pelo ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <http://bit.ly/2HsNh4M>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>197</sup> Idem, p. 15. Disponível em <http://bit.ly/2VGKZbW>. Acesso em: 10 dez. 2020.



da Corporação, garantindo que o transporte do pessoal e o material empregado no socorro pudessem chegar rapidamente até o local do sinistro.

A questão para essa preocupação estava relacionada não somente com a garantia da segurança da população ali estabelecida, mas também com o projeto de desenvolvimento da cidade, de modo a permitir que investimentos fossem direcionados das áreas suburbanas. Nesse sentido, a importância do atendimento prestado pelo Corpo de Bombeiros tinha, de certo modo, o objetivo de garantir que o capital aplicado nessas regiões fosse preservado especialmente em casos de sinistros. Mesmo constatando que algumas iniciativas foram tomadas de modo a aumentar o número de Estações e Postos, como a inauguração da Estação de São Cristóvão, e ainda que reconhecessem que isso se deu em meio a grandes esforços, as principais autoridades republicanas que cancelaram o texto regulamentar de 1894 e o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, que reforçou a necessidade de ampliação da rede de atendimento em seu relatório ao ministro da Justiça, entendiam que a capilarização das unidades operacionais ainda apresentava-se como insuficiente. O que percebemos é que as alegações dadas se encaminham para a impossibilidade, diante daquele cenário, de o Corpo de Bombeiros acompanhar o ritmo frenético de expansão da cidade, o que acabava por evidenciar os limites operacionais da Corporação.

Essa tônica – de descompasso institucional frente à acelerada demanda da cidade – permanecerá ao longo da primeira metade do século XX. Com mais intensidade nas décadas de 1910 e 1920, o que podemos perceber é a argumentação insistente para que a capilarização atendesse novas áreas habitadas do Rio de Janeiro.

Para atender aos sinistros que possam ocorrer nos pontos mais longínquos de Copacabana e Gávea, todos os morros centrais e ainda a imensa área dos subúrbios, a corporação dispõe apenas da Estação da Praça da República e de seis sub-estações [também ditas Seções dos Distritos]. A criação, portanto, de mais duas sub-estações, pelo menos, uma em Copacabana e outra em um ponto médio das Estações Férreas da Central e Cascadura, se impõe para vencer as dificuldades e embaraços que ocorrem por ocasião de incêndios naquelas zonas”.<sup>198</sup>

---

<sup>198</sup> BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, referente aos anos de 1910 e 1911, pelo Ministro Rivadávia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 111-112. Disponível em <http://bit.ly/340LUE1>. Acesso em: 10 dez. 2020.

A recomendação expressa no relatório do Ministério da Justiça para abertura de novas unidades de atendimento, ainda que considerasse todos os avanços realizados até os primeiros anos do século XX, mantinha a preocupação com a lentidão no ritmo de expansão das unidades de atendimento do Corpo de Bombeiros para os subúrbios.

Voltando a temática em seu relatório de 1912, o ministro Rivadávia da Cunha Correa (1910-1913) reforça a importância da descentralização operacional do Corpo de Bombeiros como elemento primordial para a oferta do serviço prestado pela Corporação.

A descentralização do serviço de bombeiros é uma providência que se impõe para a facilidade dos transportes, distribuição de zonas apropriadas, equivalência de meios de socorro e segurança e eficácia de toda a espécie. É claro que uma só Estação Central não poderá atender a tão grande cidade, nem socorrer em tempo bairros afastados muitos quilômetros desse centro: daí a necessidade da multiplicação de sub-estações em toda a cidade para aumento e presteza do socorro pelo encurtamento das distâncias a percorrer.<sup>199</sup>

Dentro de limites políticos e econômicos a Corporação vai conseguir acelerar seu passo, construindo novas unidades de atendimento e adotando medidas que indicam um melhor grau de profissionalização dos bombeiros, seja na construção de prédios projetados para favorecer as atividades da Instituição, seja oferecendo melhor qualidade na rotina quartelar da tropa, ou mesmo na aquisição de materiais com novas tecnologias, consideradas mais modernas e mais seguras na prestação dos atendimentos.

Os textos regulamentares do Corpo de Bombeiros, publicados entre 1881 e 1915, trouxeram significativas alterações sobre as formas de atendimento e a abrangência das áreas de atuação da Instituição. Enquanto os Regulamentos publicados em 1881, 1887 e 1894 definiam que cabia a Corporação o “serviço de extinção de incêndios”, especificando que a área de atuação do Corpo de Bombeiros era a “cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios”,<sup>200</sup> ao nos debruçarmos

<sup>199</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro Rivadávia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 126. Disponível em <http://bit.ly/2K2MyZx>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>200</sup> Ver “Art. 1º” de BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº 1.685-A, de 7 de março de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, Vol. 1 Pt II, p.269. Disponível em <http://bit.ly/39XOEo4>. Acesso em: 1 fevereiro 2021. Op. Cit., Art. 1º dos três regulamentos

detalhadamente sobre o processo de ampliação e construção da rede de atendimento da Instituição vemos que essa ação nos subúrbios não se configurava como uma realidade efetiva.

As maiores mudanças foram apresentadas a partir do Regulamento aprovado 1907, onde se passou redefinir e complexificar as próprias atribuições cotidianas do trabalho realizado pelos homens da Corporação, que além da extinção de incêndios passava a “prestar auxílio em casos de desabamentos, de enchentes, quando houver vítimas, ou pessoas em iminente perigo de vida”, especificando a área de trabalho, que deveria ser feito na “zona do Distrito federal, em terra ou no mar, dentro da baía”.<sup>201</sup> Além disso, o texto inova ao prever um plano que passava a definir que a construção de novas Estações e Postos seguiria como critério “o acréscimo de construções na zona urbana e suburbana”, ou seja, estabelecia que as dinâmicas próprias de ocupação e crescimento da cidade fossem levadas em consideração no plano de capilarização da rede de assistência prestada pelo Corpo de Bombeiros.

Quanto ao número de Estações e as áreas atendidas, os Regulamentos indicam significativa ampliação. Enquanto os Regulamentos de 1881, 1887 e 1894 previam em seus textos a existência de cinco distritos, cada um deles dotado de uma Estação, e Postos em número determinado pelo ministro. O Regulamento de 1896, assim como os publicados em 1907 e 1911, definia que fossem criadas outras duas Estações, totalizando sete.

Em 1915, os habitantes da cidade do Rio de Janeiro podiam contar com a Estação Central, parte do Quartel Central da Corporação – com toda a sua estrutura administrativo-institucional – e que, desde 1864, estava instalado nos terrenos da Praça da República, nos prédios dos nº 49 a 57. Era a principal e mais bem equipada das Estações, respondia pelo atendimento nas ocorrências da área central do Distrito Federal e, em casos de sinistros mais complexos em que houvesse demanda por maior efetivo de pessoal e material, era dela que partiam reforços capazes de socorrer às demais Estações e Postos (Figura 11).

---

<sup>201</sup> Ver Art. 1º de BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº 6.432, de 27 de março de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p.2.099. Disponível em <http://bit.ly/3f6tLKh>. Acesso em: 10 dez. 2020. Legislação. *Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº 9.048, de 18 de Outubro de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 771. Disponível em <http://bit.ly/3hyCgPD>. Acesso em: 10 dez. 2020.

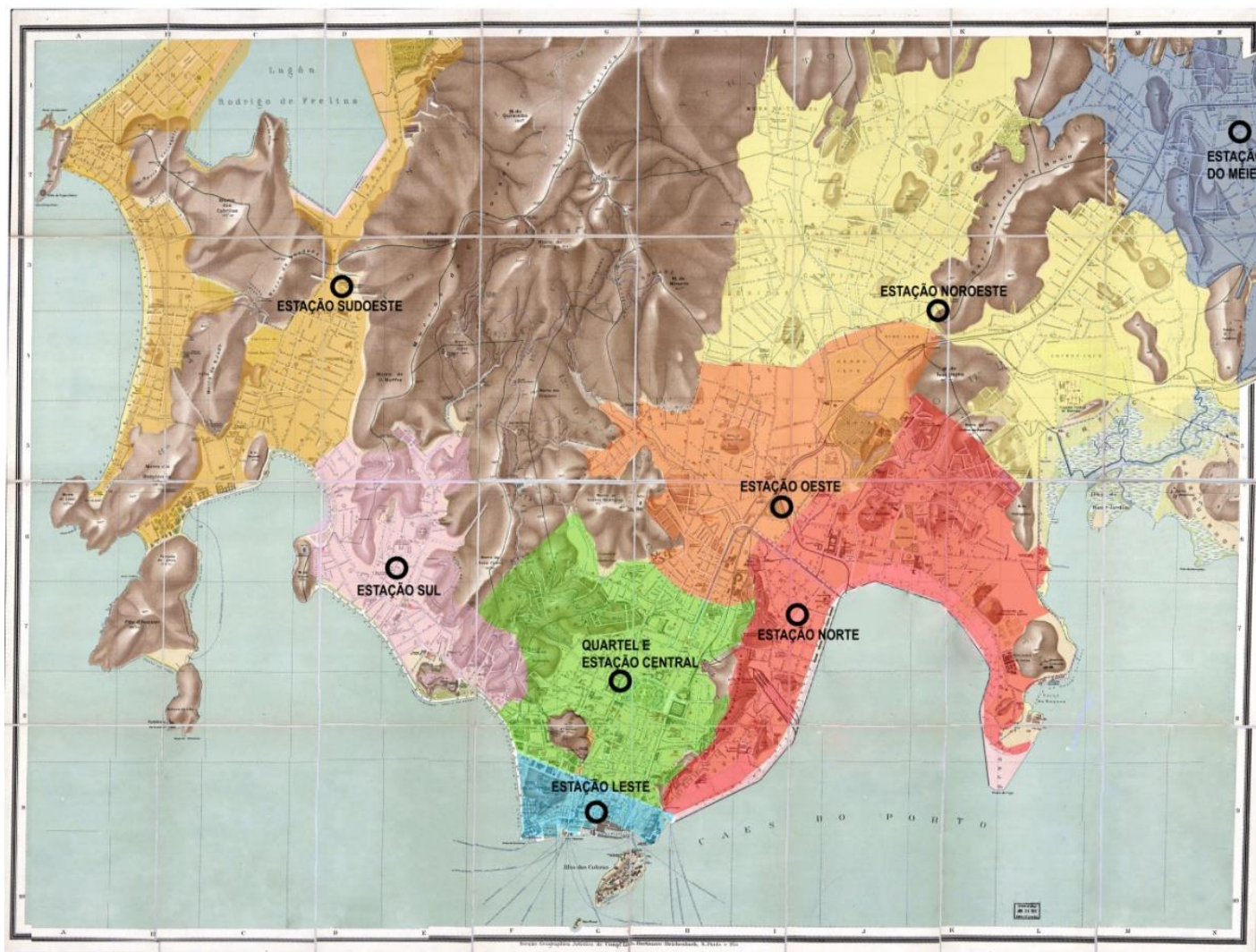


Figura 11. Distribuição das Estações do Corpo de Bombeiros e áreas de atuação, de acordo com as descrições dos Regulamentos da Corporação. Elaborado a partir de MATOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Planta [Cartográfico] obedecendo à divisão da cidade em Distritos Municipais, organizada e desenhada por Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (Escala 1:10.000). Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BN) disponível em: <http://bit.ly/2X7Ee1Q>. Acesso em: 10 dez. 2021.

As instalações, totalmente remodeladas, ampliadas e modernizadas, em obras promovidas entre os anos de 1900 e 1906, possuíam acomodações para o aquartelamento das praças, refeitório, enfermarias e demais espaços para o atendimento dos militares e praças responsáveis pelo serviço médico da Corporação. Além de depósitos e oficinas para confecção e reparos do material utilizado nos atendimentos e de cocheiras para o tratamento dos animais que transportavam os homens e os materiais do Corpo. O amplo pátio interno foi totalmente planejado para possibilitar a realização de exercícios físicos, simulados e práticas de socorro, fundamentais para o aperfeiçoamento, a formação e o treinamento profissional do pessoal.<sup>202</sup>

A Estação Leste, estrategicamente localizada em um dos prédios cedidos pela Alfândega, junto ao prédio do antigo Mercado Municipal, na rua do Mercado nº 46, atendia prioritariamente as ocorrências no edifício da Alfândega. Podendo também atuar em chamados nas áreas próximas ao Morro de São Bento, desde a rua de São Bento, passando pelas Conselheiro Saraiva e Municipal, cobrindo ainda as proximidades do Arsenal de Marinha, em direção à Praça XV de Novembro, passando ainda pelas ruas Clapp, dos Ourives (Miguel Couto) e Chile, chegando até a rua de Santa Luzia e suas imediações. Ou seja, a Estação da Alfândega atendia especialmente a faixa litorânea entre o Morro de São Bento e a Avenida Beira Mar, numa espécie de retângulo limitado pela Avenida Central.

Inaugurada em 1882, a Estação Sul, ou do Catete, localizava-se no Largo de São Salvador, nº 4. Atendendo aos chamados dos moradores das regiões do Largo do Machado, Laranjeiras, Cosme Velho e Flamengo. Comparecendo também aos sinistros na região do Catete e do Largo da Glória, seguindo em direção a Praia de Botafogo, pela rua Bento Lisboa, até a rua Dona Carlota.

A Estação Norte, também conhecida como “Marítima”, funcionou desde 1884, na rua da Gamboa, nº 74, próximo à uma das estações da Estrada de Ferro Central do Brasil. Porém, com as intervenções urbanísticas promovidas pelo governo de Rodrigues Alves (1902-1906), em que foram realizados aterramentos de sacos e ilhotas no litoral irregular e a retificação da região portuária, fazendo surgir avenidas e quarteirões simétricos.

Foi aterrada toda a parte dos fundos da Estação da Gamboa, perdendo esta a sua principal importância, que consiste no serviço marítimo.

---

<sup>202</sup> Para informações mais detalhadas sobre CAVALCANTI, Nireu. SANTOS, Renata. op.cit.



Não podendo, porém, permanecer tal estado de coisas, ficou assentado que, em troca de toda a Estação, fosse cedido um outro terreno e nele construído pela Comissão das referidas obras, em local mais conveniente, uma outra estação, de conformidade com o projeto já organizado, cujas obras muito breve terão começo e serão executadas sob a fiscalização do Comando do Corpo.<sup>203</sup>

Observando que a antiga Estação da Gamboa perdia sua principal função, que consistia em atuar no combate a incêndios em embarcações, ilhas ou prédios do litoral, uma vez que as obras promovidas na gestão de Rodrigues Alves afastaram as águas da Guanabara do prédio da antiga Estação, o Corpo de bombeiros teve sua oferta de atendimento marítimo inviabilizado. Situação que foi inteiramente resolvida em 1910, quando entrou em operação a nova Estação Marítima. Construído no entroncamento da Avenida do Mangue com o Cais do Porto, a nova Estação passava a responder pelos atendimentos em embarcações e ilhas na Baía de Guanabara, como também no continente em área que partia da Praça da Harmonia, na Saúde, passando pela Gamboa, indo em direção da praia Formosa, chegando a Avenida Pedro Ivo a região de São Cristóvão e imediações.<sup>204</sup>

A Estação Oeste, ou de São Cristóvão, foi construída na rua de São Cristóvão, nº 126, nos terrenos do antigo matadouro, e com a abertura de outras Estações passou a atender a região do Estácio até a Avenida Pedro Ivo, além de prestar socorro aos chamados dos moradores do Rio Comprido até a área entre a rua Mariz e Barros e a rua Haddock Lobo, passando pela rua de São Cristóvão até a Travessa de São Salvador.

Inicialmente os moradores das imediações de Vila Isabel contavam com um pequeno Posto de atendimento do Corpo de Bombeiros subordinado a Estação de São Cristóvão, que teve sua inauguração em 1887. Entretanto, com o expressivo desenvolvimento da região, a unidade de atendimento foi elevada condição de Estação. Recebendo o nome de Noroeste, ou de Vila Isabel, funcionava em prédio inaugurado em 1892, na rua Oito de Dezembro, nº 126. Operacionalizava o atendimento na região do seu entorno, irradiando para o bairro de Vila Isabel, Tijuca chegando ao Engenho Novo.

A Estação Sudoeste, ou do Humaitá, era uma demanda que já mobilizava as autoridades envolvidas nos trabalhos de extinção de incêndios no Rio de Janeiro desde

<sup>203</sup> BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro Augusto Tavares Lyra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 125. Disponível em: <http://bit.ly/367wDTC>. Acesso em: 1 fevereiro 2021.

<sup>204</sup> “Criação de Novas Estações e Postos”, Relatório do Corpo de Bombeiros apresentado ao Ministro da Agricultura pelo diretor-geral, Francisco de Abreu Lima, p. 112. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado à Assembleia Geral, pelo ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <http://bit.ly/340LUE1>. Acesso em: 10 dez. 2020.

meados da década de 1880. Desde 1894 os bombeiros ocupavam prédio particular situado na rua de Humaitá, nº 44 e 46. Tendo interesse em manter a localização da Estação os imóveis foram desapropriados e a Corporação passou a ocupar definitivamente o espaço em novembro de 1899.<sup>205</sup> Sua zona de atendimento ia desde a praia de Botafogo, na altura da rua Dona Carlota, passando pela praia da Saudade até Copacabana, se estendendo pelas imediações da Lagoa e Jardim Botânico até a Gávea.

A Estação de São Cristóvão, que teve sua construção planejada para poder funcionar de forma integrada com o sistema de trens e bondes e, assim, atender aos moradores das regiões mais afastadas, não chegou a funcionar plenamente como foi idealizada. A parceria existente com a Companhia de Carris Vila Isabel, que disponibilizava um carro adaptado para o transporte do pessoal e do material de combate aos incêndios não funcionava mais em fins da década de 1880, “desapareceu, necessariamente, com a renovação dos contratos feitos por esta Companhia, perante a Intendência Municipal, creio que durante o Governo Provisório”, explicou o comandante-geral Francisco de Abreu Lima, em seu relatório ao ministro da Justiça em 1894. A intenção de adaptar uma composição capaz de transportar o material e o pessoal do Corpo de Bombeiros pelos trilhos da Estrada de Ferro até os subúrbios distantes da Estação de São Cristóvão, em nenhum momento deixou de ser apenas um projeto. Ou seja, os homens do Corpo de Bombeiros continuavam tendo muita dificuldade em executar seus trabalhos nos subúrbios, e a população dessas regiões estava entregue à sua própria sorte em caso de incêndios.<sup>206</sup> Com isso, o projeto de uma Estação instalada no subúrbio da Estrada de Ferro Central do Brasil começará finalmente a sair do papel em 1914, com o início das obras de uma unidade operacional do Corpo de Bombeiros no Méier. Estação que é finalmente inaugurada em 1915, com o objetivo de atender aos chamados realizados por comerciantes e moradores estabelecidos às margens dos trilhos do trem.<sup>207</sup>

<sup>205</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 185. Disponível em: <http://bit.ly/2Hynist>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>206</sup> “Quartel, Estações e Postos”, Relatório do comandante do Corpo de Bombeiros, Francisco de Abreu Lima, p. 14. BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <http://bit.ly/2VFpecI>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>207</sup> LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 1915, p. 859.

### 3.3.

### Caixas avisadoras, hidrantes e Veículos

#### 3.3.1.

#### Avisamento: o primeiro alarme para o atendimento

Na segunda metade da década de 1870, a adoção de um sistema de aviso de ocorrências mais moderno para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro começou a ser discutida. O diretor-geral, tenente coronel Conrado Jacob Niemeyer, explicou ao ministro da Agricultura o procedimento para ativação desse circuito e as vantagens para o serviço prestado.

[Instalando] fios telegráficos ligando as Estações entre si, e as [Estações] da Guarda Urbana ou policial, para que com a máxima rapidez se tenha conhecimento dos incêndios, ainda em seu começo, e se possa, portanto, com os aperfeiçoamentos e melhoras obtidas nas reformas levadas a efeito, evitar que os estragos produzidos pelo fogo tomem grandes proporções, como geralmente sucede, quando não é atacado com energia e prontidão.<sup>208</sup>

A expectativa exposta no texto é de que com as mudanças o processo de aviso fosse realizado de forma mais rápida, o que poderia contribuir para que o Corpo de Bombeiros pudesse atuar com maior eficácia. Niemeyer chegou a retomar esse argumento, reforçando como vantajosos os pressupostos da rapidez e da segurança que seriam adicionados ao cotidiano de trabalho do Corpo de Bombeiros com a adoção do sistema telegráfico para a emissão dos avisos.

Realizado este melhoramento, tiram-se, não há dúvida, duas vantagens – a rapidez na transmissão dos avisos de incêndio e dispensa do alarme que fazem as torres das igrejas –, com o que se evitará o comparecimento de vagabundos que, a pretexto de prestarem alguns auxílios, e aproveitando da confusão que geralmente reúna em tais ocasiões, só servem para aumentar os prejuízos dos donos ou inquilinos dos prédios incendiados, pois, salvando alguns objetos, põem sob guarda própria aqueles cuja propriedade convém adquirir por esse meio *cômodo e fácil*.<sup>209</sup>

<sup>208</sup> “Considerações Gerais”, Relatório do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, p. 47. In BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877. Disponível em: <http://bit.ly/2WtLANh>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>209</sup> Idem. “Considerações Gerais”, Relatório do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, p. 47. In BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877. Disponível em: <http://bit.ly/2WtLANh>. Acesso em: 10 dez. 2020.



Ao defender a substituição do tradicional sistema de aviso por sinos das igrejas, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros esperava conter também as ações de pessoas que, ao ouvirem as badaladas, conhecendo a codificação correspondente à freguesia que abrigava o sinistro, compareciam aos prédios incendiados para subtraírem objetos de valor das vítimas, o que poderia colocar em dúvida a própria idoneidade dos homens do Corpo de Bombeiros.



Figura 12. Modelo de Caixa avisadora instalada nas ruas do Rio de Janeiro a partir de fins de 1879, fabricada pela *Siemens & Halske*. Foto: Arquivo Pessoal (Museu Histórico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro [doravante MHCBMERJ] Mar, 2019).

Apesar da urgência e da necessidade expressas pelo diretor-geral, foi somente em 1878 que teve início a instalação dos primeiros 12 aparelhos telegráficos (Figura 12) para o avisamento de incêndios. O circuito formado pelas caixas avisadoras concentrava-se na área comercial da cidade, distribuído pelas ruas Primeiro do Março, da Assembleia, da Quitanda, dos Ourives (atual Miguel Couto), Uruguiana, Praça da Constituição (Praça

Tiradentes), Teófilo Otoni, Bragança (Conselheiro Saraiva), chegando ao Largo da Prainha (Figura 13).<sup>210</sup>

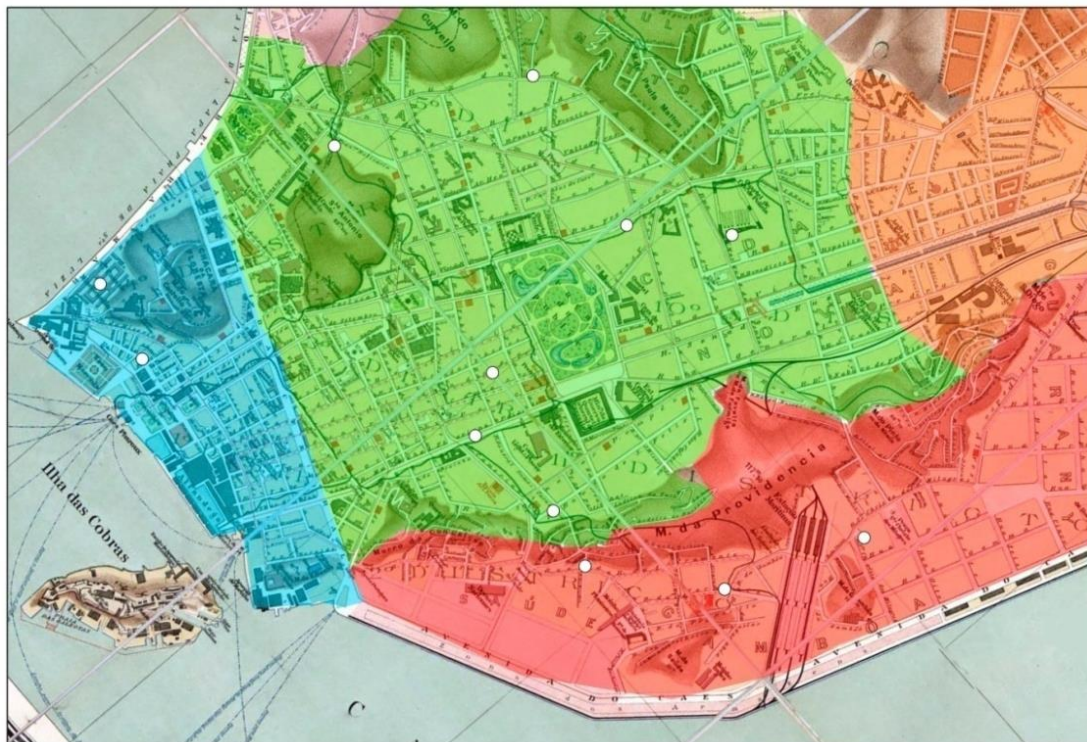


Figura 13. Localização das primeiras 12 caixas avisadoras de incêndio instaladas na região central do Rio de Janeiro, até 1879. Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações contidas em (AN, Série Justiça), IJ8-30, nº 16, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 29 de janeiro de 1879”. Mapa [detalhe]: MATOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Planta da cidade do Rio de Janeiro [cartográfico] obedecendo à divisão da cidade em Distritos Municipais, organizada e desenhada por Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (Escala 1:10.000). Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BN). Disponível em: <http://bit.ly/2X7Ee1Q>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Em inícios de 1880, o circuito de caixas avisadoras foi ampliado com outras 12 caixas que passaram a cobrir regiões do entorno do Morro do Castelo com caixas instaladas no Largo do Moura (proximidades do atual Museu Histórico Nacional) e rua de Santa Luzia; na região da freguesia de Santo Antônio, nas ruas Evaristo da Veiga e Riachuelo, na esquina da rua do Regente com a da Alfândega e da Imperatriz com a Larga de São Joaquim (respectivamente Camerino e Avenida Marechal Floriano); na Cidade Nova, foram instalados aparelhos nas ruas Conde d’Eu (Frei Caneca) e de Santa Rosa (Marquês de Pombal); seguindo para o litoral, as caixas avisadoras foram instaladas no Largo do Depósito (Praça dos Estivadores), nas ruas da Saúde, da União e na da Harmonia.<sup>211</sup>

<sup>210</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-30, nº 16, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 29 de janeiro de 1879”.

<sup>211</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-32, nº 34, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 21 de fevereiro de 1880”.

Além de acelerar o aviso, criou-se um protocolo que determinava o trajeto a ser percorrido entre a Estação e o local onde o aparelho que emitiu o aviso estava instalado. Por exemplo, recebendo o Corpo de Bombeiros um chamado para ocorrência a partir da caixa avisadora localizada na esquina da Rua da União com a Praia do Saco do Alferes, o caminho recomendável a ser percorrido era o formado pelas Ruas Larga de São Joaquim (Marechal Floriano), da Imperatriz, Saúde e Nova do Livramento (Cunha Barbosa). Pretendia-se com isso evitar que os homens e os equipamentos utilizados para o atendimento levassem muito tempo no trajeto ao tomar caminhos mais longos, ou mesmo que chegassem a se perderem no emaranhado de becos e vielas da cidade.

A ideia dos gestores da Corporação era de que com a criação de novas Estações e Postos de atendimentos, fosse também expandida a rede de caixas avisadoras, sendo criados novos circuitos para o aviso de sinistros nessas regiões. Com a inauguração dos Distritos, portanto, cada um deles contaria com um circuito desses aparelhos que concentrariam os avisos na Estação-sede do distrito, que, por sua vez, estariam ligados ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros por linhas telefônicas. Uma vez que a instalação de caixas avisadoras nas regiões mais afastadas da região central dependia da criação de novas Estações, e com a morosidade na construção dos prédios, o regulamento do Corpo de Bombeiros publicado em 1881 manteve o sistema de sinos e considerou o aviso elétrico como ferramenta complementar.

Somente com o texto regulamentar de 1887 a questão do aviso com os sinos das igrejas ganhou novas regras, deixando de ser considerados oficialmente como parte da engrenagem de pedido de socorro da população carioca. Para incentivar o aviso precoce, adoção de pagamento de recompensas para as pessoas que ao saberem da existência de um incêndio comunicassem a uma Estação ou Posto dos Bombeiros, ou à unidade de Repartição policial, fornecendo todas as indicações necessárias para a chegada do socorro.<sup>212</sup>

Por estarem disponíveis em um espaço circunscrito, as caixas avisadoras complementavam o sistema de alertas do Corpo de Bombeiros e, de fato, havia inúmeras vantagens para a utilização desses equipamentos. As experiências de instituições congêneres na Europa eram tidas como indicativos para que os investimentos fossem

---

<sup>212</sup> BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Brasil*. Decreto Nº 9.829, de 31 de dezembro de 1887. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887, Vol 1, p. 522. Disponível em: <http://bit.ly/3hHAnjW>. Acesso em: 10 dez. 2020. De acordo com o Art. 77 os pagamentos poderiam variar de 2\$ a 20\$000, de acordo com a importância do caso, o recebimento ficaria a critério da pessoa que levou o aviso até o conhecimento da Corporação.

aplicados na ampliação desses circuitos. É o que escreve o diretor-geral do Corpo de Bombeiros, ao se referir a instalação das caixas avisadoras no Rio de Janeiro.

É este o complemento mais importante de uma boa organização do serviço de bombeiro.

Os incêndios acudidos em começo rara vez tomam séria importância; daí a necessidade de cuidar atentamente dos meios mais rápidos de levar às Estações de bombeiros sua notícia.

**O sistema elétrico é hoje universalmente aceito e em uso nas cidades onde há Corpos de Bombeiros convenientemente organizados.**

E como seja bastante dispendioso, tem-se notado que as despesas crescem com a adoção desse melhoramento, mas à vista dos resultados, são elas consideradas reprodutivas e portanto no caso de serem decretadas pelos poderes públicos, ainda mesmo com sacrifício.

Desde 1878, isto é antes de Londres, Paris e outras cidades importantíssimas, havia o Rio de Janeiro estabelecido o serviço de incêndios por meio de aparelhos elétricos, mas **ficamos estacionados, enquanto que outros povos deram largos caminhos nesse caminho.**<sup>213</sup>

Ao recuperar o histórico do sistema de avisos, João Soares Neiva compara o progresso de instalações das caixas avisadoras no Rio de Janeiro com o de outras cidades “onde há Corpo de Bombeiros convenientemente organizados”. Utilizando-se de argumento que toma o Corpo de Bombeiros carioca como possuidor de certo vanguardismo quanto à instalação das primeiras caixas avisadoras, o militar salienta que, passados dez anos das primeiras instalações, em nada se avançou para além dos dois sistemas, que atendiam basicamente ao centro da cidade, ou seja, o quantitativo das caixas avisadoras estacionou em 48 equipamentos disponíveis para o atendimento da população carioca (Figura 14).

<sup>213</sup> “Avisos de incêndio”, Relatório do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, p.7. In BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro Rodrigo Augusto Silva referente ao ano de 1888*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <http://bit.ly/2VAd1pP>. Acesso em: 10 dez. 2020 [grifos meus].



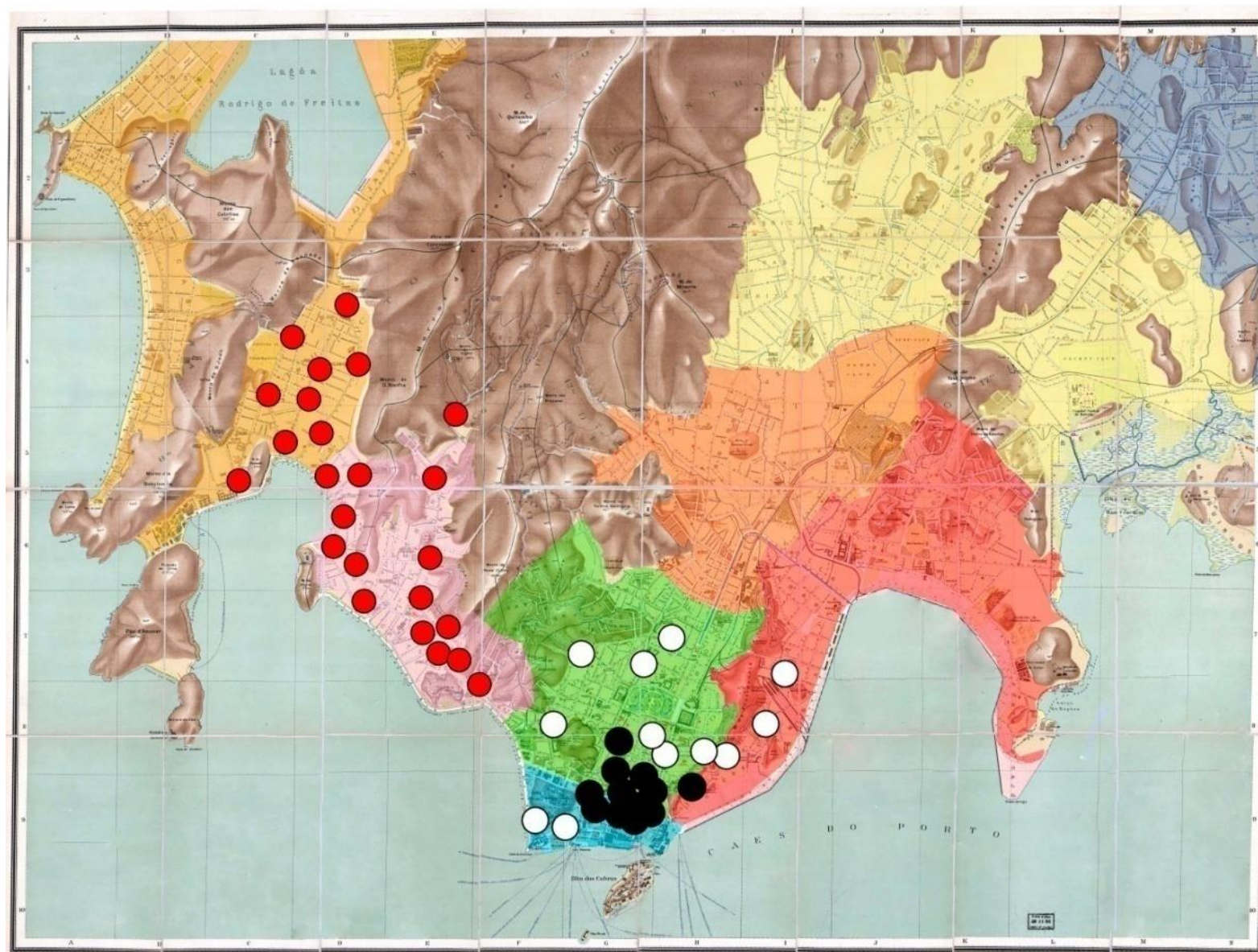
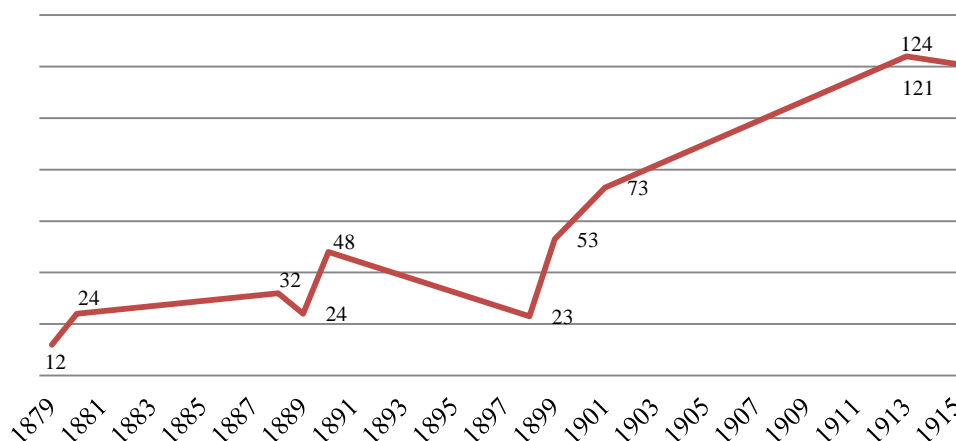


Figura 14. Localização das caixas avisadoras nos três circuitos. Elaborado a partir dos dados disponibilizados pelo Corpo de Bombeiros no Almanak Laemmert (1880-1812). Disponíveis em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 10 dez. 2021. Mapa [detalhe]: MATOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Planta da cidade do Rio de Janeiro [Cartográfico] obedecendo à divisão da cidade em Distritos Municipais, organizada e desenhada por Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (Escala 1:10.000). Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BN) disponível em: <http://bit.ly/2X7Ee1Q>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Ao acompanharmos o número de aparelhos em funcionamento entre 1879 e 1915, notamos que mesmo com a expansão das Estações e Postos para as regiões mais distantes da área central, a instalação das caixas avisadoras não tinha o êxito planejado.

Gráfico 1. Caixas avisadoras em funcionamento entre 1879 e 1915.



Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pelo Corpo de Bombeiros nos Relatórios Ministeriais (Agricultura 1879-1891 / Justiça 1892-1915).

Disponíveis no site: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Observamos no Gráfico 1 que, em 1879, foram instalados os primeiros 12 equipamentos, chegando a 24 deles no ano de 1881, assim permanecendo até 1888, quando a instalação de novas caixas avisadoras elevou esse número para 32 caixas em funcionamento. Sem contar, porém, com a manutenção adequada, que era de responsabilidade da Repartição de Telégrafos, as décadas de 1880 e 1890 contaram com expressiva oscilação na disponibilização das caixas avisadoras. Enquanto em 1888, havia 32 aparelhos em funcionamento, no ano seguinte, apenas 24 caixas avisadoras permaneciam em operação. Além da morosidade na instalação de novos aparelhos existia uma frequente dificuldade em mantê-los em funcionamento. Se em 1890 a população podia contar com o total de 48 aparelhos em funcionamento, em 1898 a oscilação reduziu o número a 23. Nos anos seguintes, percebemos um expressivo aumento na quantidade de aparelhos instalados e maior oferta de caixas avisadoras. Em 1899, o total de caixas era de 53 aparelhos, elevando-se para 73 em 1901, crescendo ainda até 124 pontos de aviso, em 1913, para fechar o período observado com 121 caixas avisadoras.

Podemos supor facilmente que não eram poucos os empecilhos enfrentados pela população do Rio de Janeiro para fazer com que o seu pedido de socorro chegasse ao Corpo de Bombeiros. Evidentemente que, com a parca cobertura das caixas avisadoras, a população recorria a estratégias de aviso das mais variadas. Um bom exemplo disso

pode ser percebido no relato sobre o incêndio que durante a madrugada de 9 de julho de 1882 destruiu completamente o *chalet* desabitado à Rua Conde de Porto Alegre (freguesia do Engenho Novo), se alastrando por quatro prédios vizinhos. O pedido de socorro foi encaminhado pelo doutor Beltamio, subdelegado da estação policial de São Francisco Xavier, por meio de um telegrama, tendo em vista que a região não dispunha de caixas avisadoras. A correspondência com o pedido de socorro só chegou ao Quartel Central da Corporação na tarde da mesma data, solicitando “o auxílio de duas bombas de mão para apagar um resto de incêndio” que persistia nos escombros e que poderia voltar a ameaçar outros edifícios.<sup>214</sup>

Situação diferente da vivida pelos moradores do prédio localizado no nº 11 da Rua Barão de Guaratiba, que na manhã de 31 de julho de 1883 encaminharam ao Corpo de Bombeiros o chamado para o atendimento ao Quartel Central, pela caixa telegráfica localizada nas esquinas das Ruas Evaristo da Veiga com Visconde de Maranguape (Praça Cardeal Câmara), sendo a Estação do Distrito Sul, do Catete, também avisada “pela [estação] telefônica da Praça Duque de Caxias” (Largo do Machado). O fogo, combatido por homens de três seções, teve início no quarto da criada da casa, a francesa Dezirée Garnier, única vítima mortal do sinistro que destruiu completamente toda a residência.<sup>215</sup> Nesse caso, percebemos que os moradores da Rua Barão de Guaratiba tinham à sua disposição os aparelhos elétricos de avisamento, que foram utilizados para acionar os homens da Estação do Quartel Central, assim como a possibilidade de serem atendidos pelos bombeiros da Estação do Catete, inaugurada no ano anterior. O relato do diretor-geral nos permite entender ainda que a rapidez com que os bombeiros compareceram foi fundamental para que o fogo não se alastrasse pelos prédios vizinhos.

Em muitas situações localizar o ponto exato em que ocorria o incêndio consistia em tarefa complexa e estressante para os bombeiros. Com a imprecisão do sinal emitido pelas caixas avisadoras, que permita saber apenas que o sinistro se dava nas imediações do ponto em que o aparelho estava instalado, não era raro que os combatentes se perdessem no labirinto do núcleo urbano do Rio de Janeiro. Em 6 de junho de 1880, por exemplo, o trem de prontidão que seguiu em direção ao local de instalação da caixa avisadora, nas esquinas da Rua dos Ourives (Miguel Couto) com a Visconde de Inhaúma,

---

<sup>214</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-39, nº 141, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 10 de julho de 1882”.

<sup>215</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 169, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 31 de julho de 1883”.

não encontrou quem desse informações sobre o exato local do incêndio “deu voltas por ruas circunvizinhas até que soubesse por uma praça deste Corpo que o incêndio se dera na travessa Coronel Julião” (imediações do Morro da Conceição).<sup>216</sup>

Evidentemente, nos casos em que os sinistros se davam em regiões que não contavam com os instrumentos do Corpo de Bombeiros, como os subúrbios, a situação poderia ser ainda mais difícil para a população. Como no incêndio ocorrido na noite de 28 de novembro de 1910, na Rua Cachambi, no Méier, em que os bombeiros só foram avisados do sinistro “30 minutos depois” de as chamas terem sido notadas. Como não dispunham de caixas avisadoras na região, os moradores do prédio incendiado tiveram que recorrer ao telefone da Repartição Central da Polícia para que o pedido de socorro chegasse até a Corporação.

Fiz sair imediatamente a Estação de Vila Israel que ali chegou em momentos depois, não podendo, porém, impedir que o referido prédio ficasse totalmente destruído, em vista da demora que precedeu o aviso, da distância a percorrer e ainda da falta de um hidrante em lugar próximo que tornasse possível sua utilidade.<sup>217</sup>

O relato do atendimento ao prédio da Rua Cachambi evidencia que, mesmo após o advento do regime republicano, a população das áreas mais afastadas do centro do Rio de Janeiro continuava a sofrer com a mais completa falta de assistência do poder público quando da ocorrência de incêndios. Desde o acionamento, desde a presença de unidades operacionais de atendimentos e passando pela instalação de hidrantes, tudo faltava.

A problemática das constantes interrupções nas linhas de comunicação com o Corpo de Bombeiros, seja nos circuitos formados pelas caixas avisadoras ou nas linhas telefônicas que ligavam as Estações do Corpo de Bombeiros à Companhia Telephonica, era grande motivo de apreensão para os gestores da Corporação. Em 1884, escrevendo ao ministro da Agricultura informações sobre atendimentos prestados pela instituição, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros expõe o funcionamento intermitente das ferramentas usadas para avisamento.

Peço a digna atenção de V. Ex<sup>a</sup>. para o fato de serem trazidas ao Quartel de Bombeiros estes avisos de incêndio **por pessoas a pé**, quando todas as comunicações ainda mesmo de pequena importância são hoje transmitidas de um ponto a outro ponto da cidade por meio de aparelhos elétrico. É que as linhas de aviso de incêndio não funcionam

<sup>216</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-33, nº 109, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 7 de junho de 1880”.

<sup>217</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-72, nº 623, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, ao ministro da Justiça, datado de 07 de dezembro de 1910”.



regularmente e a ligação existente entre este Quartel e a Companhia Telephonica está interrompida há 9 dias seguramente. Já dei ciência dessas novidades pedindo providência a respeito ao ilustrado Diretor da Repartição dos Telégrafos de cujo zelo pelo serviço espero ser atendido com a urgência que o caso requer.<sup>218</sup>

Apreensivo pelos problemas técnicos que inviabilizava formas rápidas de avisamento, João Soares Neiva entendia que as constantes interrupções no funcionamento das caixas avisadoras e das linhas telefônicas, impossibilitavam comunicação instantânea com os quartéis dos Bombeiros, colocando em risco a própria eficiência dos trabalhos, tornando favorável que, em sinistros de maiores proporções, os riscos fossem ainda maiores para a vida da população e para o patrimônio público e privado. O aviso tardio influenciava direta e consideravelmente no tempo empregado pelos militares para a prestação do atendimento. Em 1884, ao ser avisado pelo telefone que um incêndio que atingia lojas do prédio de dois andares, localizado na Rua Visconde de Inhaúma, nº 161, o diretor-geral queixou-se ao Ministro da Agricultura sobre as “frequentes e constantes interrupções” que se davam no sistema de avisamento de ocorrências.

O chamado ou sinal de alarme para esse incêndio se fosse transmitido pelas caixas mais próximas, números 3 e 4, colocadas nas Ruas da Alfândega e Teófilo Otoni na esquina da de Primeiro de Março seria recebido simultaneamente nas Estações de Leste e Central, e a **demora** no comparecimento dos socorros ter-se-ia **reduzido** de alguns minutos, tratando-se de um incêndio a questão do tempo é sempre muito importante, máxime no centro do comércio, onde existem depósitos de materiais inflamáveis e outras substâncias minimamente combustíveis.<sup>219</sup>

Em seu texto, Soares Neiva nos permite entender que possuir caixas avisadoras ou unidades de atendimento do Corpo de Bombeiros nas proximidades não era garantia de que a população poderia solicitar o atendimento da Corporação com presteza. A importância que tinha a brevidade do tempo e sua relação com a minimização de prejuízos ou com a eficiência no combate aos incêndios ganha destaque no documento encaminhado ao Ministro da Agricultura, principalmente por indicar que a demora no aviso e, conseqüentemente, no atendimento, poderia somar-se a outras contingências que eram abundantes na área comercial do Rio de Janeiro, podendo resultar em maiores perdas.

<sup>218</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-42, nº 59, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 1 de março de 1884” [grifos meus].

<sup>219</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-42, nº 126, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 05 de maio de 1884”.

No incêndio ocorrido na madrugada de 16 de junho de 1884, por exemplo, o guarda urbano Afonso Lauriano da Costa precisou correr pelas ruas da freguesia de Santana para, pessoalmente, avisar aos bombeiros do Quartel Central sobre o fogo que teve origem em uma taverna e atingia ainda duas casas térreas na Rua do Alcântara (Benedito Hipólito e Afonso Cavalcante), nos nº 85 e 87. Com a demora na chegada do socorro, os prédios ficaram totalmente destruídos e, por sorte, não causou ferimentos nos ocupantes dos prédios. A justificativa dada pelo diretor-geral da Corporação para a demora na chegada do socorro foi o defeito das linhas elétricas que compunham os circuitos das caixas avisadoras, e, completou, “apesar dos esforços do guarda que, à indicada hora, não encontrou um tálburi para transportar-se”.<sup>220</sup>

Como avançar do século XX, a lentidão no ritmo de ampliação da rede de caixas avisadoras e o crescente número de assinaturas de linhas telefônicas, o projeto de formar circuitos de avisamento com os equipamentos do Corpo de Bombeiros tornava-se cada vez mais inviável. Atraindo o interesse do capital privado, não tardou para que linhas telefônicas fossem instaladas nos principais órgãos públicos, inclusive nas unidades de atendimento da polícia e Corpo de Bombeiros, e que, paulatinamente, encontrassem espaço em estabelecimentos comerciais e residências. A historiadora Laura Antunes Maciel observa que esse movimento de expansão das linhas telefônicas ganhou impulso nas primeiras décadas dos noventa e que o fascínio provocado pela rapidez e facilidade da nova forma de comunicação levou as pessoas a demandarem pelo serviço telefônico, mobilizando companhias privadas a requererem concessões junto ao governo para a exploração e a oferta do serviço em todas as capitais brasileiras, assim como nas principais cidades do país.<sup>221</sup>

Ao ampliarem sua rede, as chamadas telefônicas eram mais uma opção para a solicitação de atendimentos ao Corpo de Bombeiros. O incêndio ocorrido na tarde de 12 de junho de 1909, na residência da Rua do Alcântara, nº 77, nos ajuda a entender a importância que os aparelhos telefônicos passavam a ter. O chamado para esse atendimento partiu do telefone da Companhia Brasileira de Eletricidade e, com a chegada do Corpo de Bombeiros, foi possível salvar “o pouco que já restava do prédio quando ali

---

<sup>220</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-43, nº 180, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, datado de 16 de julho de 1884”.

<sup>221</sup> Ver MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

se apresentou”.<sup>222</sup> Ou seja, o serviço telefônico avançava como ferramenta útil para que os avisos de ocorrências chegassem mais rapidamente às unidades de atendimento da Corporação.

Ao acompanharmos os avanços e limites relacionados às melhorias no sistema de avisamento de ocorrências para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro notamos que apesar de ser uma etapa essencial para o sucesso na prestação do serviço de combate aos incêndios e de ser motivo de preocupação, inúmeras vezes expressos pelos gestores da Corporação, esses mecanismos têm seu cotidiano permeado pela falta de investimentos e pouca atenção por parte dos responsáveis pela sua manutenção, além de apresentarem-se como insuficientes em sua distribuição. Em grande medida, a própria expansão dos circuitos de avisamento dependia da construção de novas unidades de atendimento, de modo a permitir que, depois de ser emitido o chamado, o socorro prestado pelos homens da instituição pudesse chegar ao local dos sinistros de forma rápida. Em muitas dessas ocorrências a destruição e os prejuízos causados pelas chamadas poderiam ter sido minorados se a cidade dispusesse de mecanismos capazes de acionar rapidamente a presença dos Bombeiros e a própria instituição possuísse ferramentas capazes de atender a esses chamados com rapidez.

Com a chegada do aviso de incêndio até a Estação ou Posto de atendimento dos Bombeiros os militares tinham diante de si o desafio de levar consigo todo o material necessário para prestar o socorro às vítimas, evitando que prejuízos materiais se tornassem maiores, tendo ainda que cuidar de sua própria segurança. No caos provocado pelas chamadas era necessário ter perícia e preparo para a boa execução do trabalho, principalmente porque aquele era um ambiente tomado por riscos e pelo estresse. O excessivo calor provocado pelo fogo, o risco iminente de desabamentos, a grande quantidade de fumaça a provocar desconfortos respiratórios e dificultando a visibilidade do local incendiado, assim como o próprio peso dos equipamentos utilizados no trabalho, são exemplos das dificuldades inerentes a essa rotina imposta aos combatentes.

---

<sup>222</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-71, nº 357, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, datado de 28 de junho de 1909”.

### 3.3.2.

#### Hidrantes: sem água não se apaga fogo

Até início dos anos 1880, a população do Rio de Janeiro contava com 217 hidrantes instalados. A rede foi rapidamente ampliada nos anos seguintes, passando a 306 no ano de 1882; em 1886, já eram 1.125 hidrantes instalados, alcançando-se o total de 1.558 no ano de 1889 (Figura 15).<sup>223</sup> Entretanto, a dificuldade histórica em abastecer o núcleo urbano com água limitava a operacionalidade desses instrumentos, reduzindo ainda mais o número de hidrantes capazes de oferecer o elemento essencial para o trabalho dos bombeiros.<sup>224</sup>



Figura 15. Um dos registros de incêndio (hidrantes) instalados nas ruas do Rio de Janeiro.  
Foto: Arquivo Pessoal (MHCBMERJ, Out. 2016).

Antes mesmo das primeiras instalações a questão da escassez de água para a população e os impactos dessa problemática na atuação da Instituição vinha sendo abordado pelos gestores públicos envolvidos no combate aos estragos provocados pelo fogo. Em 1873, por exemplo, quando das primeiras requisições para as instalações de hidrantes no Rio de Janeiro, o ministro da Agricultura expôs como a limitação e insuficiência do abastecimento de água impactava no serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros aos cariocas.

<sup>223</sup> Números sobre a instalação de hidrantes entre os anos de 1879 e 1915 foram organizados no Gráfico 16, anexo.

<sup>224</sup> Sobre o abastecimento de água ver SANTA RITTA, José de. *A água do Rio: do Carioca ao Guandu. A história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

Falta nesta Corte a principal condição para um bom serviço de extinção de incêndios: abundante abastecimento d'água. Somente quando essa necessidade for satisfeita, será possível colocar válvulas a pequenas distâncias por toda a cidade, destinadas a alimentar as bombas. É de esperar que isto se efetue num prazo não demorado, por isso que a questão de suprimento d'água à Capital do Império não pode deixar de receber de vossa solicitude pelo bem público a solução que urgentemente reclama. Dispondo de suficiente volume de água, podemos empregar as bombas a vapor, que tão grande vantagem trazem ao serviço.<sup>225</sup>

Ainda que com o avançar da década de 1880 tenham ocorrido melhorias, especialmente após a inauguração do serviço de abastecimento do sistema Rio do Ouro,<sup>226</sup> a rede de água encanada instalada na cidade, quase sempre seca, ainda era restrita e, quando existente, não se apresentava com pressão suficiente de forma a atender às necessidades da Corporação, levando aos diretores e comandantes do Corpo de Bombeiros a encaminharem queixas aos ministros por essa limitação.

João Soares Neiva, ao escrever ao ministro em 1881, reconhece as melhoras na oferta de água disponível nos encanamentos e nos registros usados pela Corporação para o serviço. Porém, sua avaliação era de que ainda faltava pressão.

Reforçados os encanamentos, como ora se acham, com as águas dos novos mananciais, todos os registros melhoraram sensivelmente; e quando tiverem a necessária pressão hão de prestar bons serviços nas ocasiões de incêndio, uns funcionando diretamente, outros alimentando os tanques das bombas, e finalmente, si estiverem em pontos distantes, fornecendo água às pipas.

Por enquanto, apesar da grande abundância d'água nas torneiras públicas, muitos registros gastam 16 minutos para encher uma pipa, outros 14, outros menos, e bem poucos de 1 a 4 minutos, sendo estes registros, aliás, os únicos proveitosos visto despenderem nossas bombas, de mediano tamanho, essa quantidade de líquido, mais ou menos, na mesma unidade de tempo. Si todos os registros funcionassem com bastante pressão, fácil seria o provimento d'água, podendo, portanto, em geral trabalhar duas ou mais bombas de vapor.

A este ponto convém chegar, ainda mesmo com sacrifício de dinheiro, pois sem abundante provisão d'água a extinção dos incêndios não se

<sup>225</sup> “Serviço de extinção de incêndios”, BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1873 apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, p. 160-161. Disponível em: <http://bit.ly/2vPeGMb>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>226</sup> Sobre o abastecimento de água e as melhorias de fins do século XIX ver especialmente o terceiro capítulo de ALMEIDA, Gilmar Machado. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1889*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

fará prontamente, e, portanto, os prejuízos causados serão em maior escala.<sup>227</sup>

Para o militar somente com uma oferta regular de água em pressão adequada é que a Corporação poderia oferecer o atendimento de forma eficaz. O próprio Soares Neiva voltou a expor seu descontentamento afirmando que “nem todos [os hidrantes instalados] fornecem água bastante para garantir o trabalho das bombas de vapor, se forem por eles alimentadas, nutro, porém, esperança de ver mais tarde desaparecer este inconveniente.”<sup>228</sup>

Ao avançarmos cronologicamente na análise de documentos oficiais emitidos por agentes envolvidos com o serviço de extinção de incêndios percebemos que a questão do acesso à água havia melhorado pouco. Em 1897, foi a vez do Ministro da Justiça, Amaro Cavalcante (1897-1898), escrever em seu relatório sobre os limites de abastecimento de água e relacionar essa estiagem nos encanamentos às próprias dificuldades de o Corpo de Bombeiros prestar atendimento adequado à população do Rio de Janeiro.

Rara é a vez em que o Corpo não tenha que lutar com falta d'água nos encanamentos. O sistema de abastecimento empregado é o que maior embaraço oferece à regularidade do serviço, pela pouca pressão que regularmente; e, não se podendo atribuí-la à insuficiência dos mananciais que abastecem os reservatórios, deve haver outra causa qualquer, como, por exemplo, pouca capacidade dos encanamentos, abuso de consumo ou mau estado da canalização, inconvenientes estes que urge fazer desaparecer embora com alguma despesa que, por mais que avulte, será sempre inferior aos prejuízos, que podem resultar de constante falta d'água para o serviço de extinção de incêndios.<sup>229</sup>

Cavalcante enfatiza a importância de que o Estado brasileiro investisse financeiramente no intuito de adotar medidas que permitissem ao Rio de Janeiro possuir um sistema que de fato fornecesse água, reconhecendo que esse esforço aumentaria as despesas do governo, ressalta que os gastos são justificados pela economia nos prejuízos que podem ser provocados pelo fogo.

<sup>227</sup> “Relatório do Corpo de Bombeiros” p. 12. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881 apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro João Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <http://bit.ly/2Y4WsPx>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>228</sup> IDEM p. 14 \* “Relatório do Corpo de Bombeiros”, “Registros nos encanamentos para extinção dos incêndios”, p. 14. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881 apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro João Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <http://bit.ly/2J3REqb>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>229</sup> BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório dos anos de 1897 e 1898 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 279-280. Disponível em: <http://bit.ly/2HshXmM>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Quando nos debruçamos sobre o cotidiano de trabalho da Corporação entendemos que a ausência total da água ou mesmo a pressão reduzida nos encanamentos apresentavam-se como consideráveis limitadores para a prestação do atendimento realizado pelos combatentes, levando mais apreensão e aumentando os riscos aos moradores dos imóveis e dos próprios bombeiros. Em ocorrências em que não havia água disponível nos registros, maiores eram os esforços dos combatentes. Um exemplo é o incêndio que atingiu a residência da Rua Senador Vergueiro, nº 27, em que os homens da Corporação tiveram que atuar com uma bomba manual, que tinha poder reduzido de ação, “por não haver água nos registros”, o que impedia que as bombas a vapor pudessem ser utilizadas.<sup>230</sup>

A falta de água e a pouca pressão das tubulações podiam levar os homens do Corpo de Bombeiros a trabalharem muito mais para abreviar a ação do fogo do que se houvesse abundância hídrica. As seis horas dedicadas à extinção das chamas que destruíram completamente o sobrado localizado no nº 22, da Travessa da Vista Alegre, no Catumbi ilustra a questão. Chegando o trem de atendimento na Rua da Floresta (Padre Miguelinho), pouco antes das 3 horas da madrugada, “verificou-se a impossibilidade de fazê-lo subir em consequência da grande declividade e assim tratou de fazer transportar as todo o material nos braços, mangueiras para armar a serviço do melhor modo”. Após carregarem o material ladeira acima, os combatentes se deparam com “os encanamentos completamente secos”, recorrendo então a trabalhosa estratégia de “isolar o incêndio cortando o madeiramento do prédio contíguo”. Depois da madrugada de intenso trabalho realizado pelos Bombeiros, pelas 6 horas da manhã, compareceram os empregados das Obras Públicas para trabalhar no encanamento. De acordo com o relato do atendimento, somente depois das 8 horas da manhã é que os combatentes puderam contar com água, “ainda assim sem pressão”, para o resfriamento do entulho como prevenção para focos que pudessem ressurgir.<sup>231</sup>

Apesar de a precariedade do abastecimento de água atingir toda a cidade do Rio de Janeiro, os problemas enfrentados pelos moradores dos subúrbios tinham marcas ainda mais expressivas. Com a lentidão na construção de Estações e Postos de atendimento próximos às regiões suburbanas, e com a inexistência de circuitos de comunicação

---

<sup>230</sup> AN, *Série Justiça*, IIJ8-50, nº 623, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 23 de junho de 1888”.

<sup>231</sup> AN, *Série Justiça*, IIJ8-51, nº 283, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 3 de novembro de 1888”.

próprios do Corpo de Bombeiros nas ruas dessas regiões, os hidrantes poderiam se tornar o único sinal da presença de uma instituição do Estado capaz de servir a população dos subúrbios para o combate aos incêndios. O próprio diretor-geral da Corporação, em seu relatório anual encaminhado ao ministro da Agricultura, explicou que a região comercial da cidade estava suficientemente provida desses aparelhos. Enquanto nos subúrbios, escreve em 1886, a situação era bem diferente:

principalmente para os lados de S. Cristóvão, S. Francisco Xavier e Engenho Novo, o serviço de assentamento de registros carece de maior desenvolvimento, mas confio ver no corrente ano sanada, em grande parte, esta falta, que sobremodo dificulta, se não impossibilita, um bom trabalho de extinção de incêndios.<sup>232</sup>

Todavia, mesmo com a instalação de novos pontos de registros de água, o problema dos hidrantes secos, ou na melhor das hipóteses sem a pressão no encanamento, expunha a precariedade na própria infraestrutura da maior cidade brasileira em fins do século XIX e inícios do XX.

Na imprensa de grande circulação da cidade, os incêndios nos quais os problemas com o abastecimento de água favoreceram que o fogo se desenvolvesse ressoavam os grandes esforços do Corpo de Bombeiros e os problemas que os encanamentos secos ou com pouca vazão eram capazes de gerar. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, ao reportar a ação das chamas na residência localizada à Rua Torres Homem, nº 10, salientou que a Corporação chegou ao local “com presteza”, porém não pôde funcionar devido à falta d’água nas tubulações próximas ao imóvel, que era de má construção, e que resultou “reduzido a cinzas, bem como os móveis e mais objetos que nela existiam”.<sup>233</sup>

Em 1905, a repercussão de outro incêndio que atingiu prédios residenciais nos indica um movimento semelhante:

No incêndio há dias ocorrido em Botafogo, mais uma vez se patenteou a falta d’água. Os **bravos bombeiros** tiveram de ficar longo tempo de mangueiras na mão, a esguichar... vento sobre a fogueira... Quando a água chegou, duas casas estavam **reduzidas a cinzas**!<sup>234</sup>

<sup>232</sup> “Registros de incêndio”, “Corpo de Bombeiros Relatório do ano de 1886, apresentado ao Ministério da Agricultura pelo diretor-geral João Soares Neiva, p. 6”. BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1886 apresentado pelo ministro Rodrigo Augusto Silva à Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <http://bit.ly/2YqFkny>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>233</sup> “Incêndio”, *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1890, p. 1.

<sup>234</sup> “Na bigorna” *O Malho*, 16 de setembro de 1905, p. 4.



Ao noticiar esses casos, a imprensa atribui ao Corpo de Bombeiros adjetivos como presteza e bravura e reforça a ideia comumente difundida nos documentos oficiais (como nos relatórios e ofícios) de que a ausência d'água foi a grande responsável por toda destruição, assim como pelos prejuízos.

Mesmo quando havia água, mas a pressão era classificada como insuficiente, essa narrativa poderia ser utilizada pelas folhas impressas. Em 1911, na cobertura jornalística feita pel' *OPaiz* sobre o incêndio que devorou o prédio da Imprensa Nacional, a reportagem destacou o esforço realizado pelos homens da Corporação, “os bombeiros trabalharam ativamente; a força da água, porém, deixava a desejar”.<sup>235</sup> Aqui a ideia da realização do trabalho de forma ativa, ou seja, com empenho e dedicação, é associada ao Corpo de Bombeiros eximindo os combatentes das limitações e problemas operacionais. Ao retratar o mesmo episódio, o semanário *O Malho* reforçou a percepção de ineficiência do sistema de abastecimento de água da cidade ao levar aos leitores a *charge* (Figura 16) em que um bombeiro devidamente uniformizado, portando uma machadinha à cintura e empunhando uma mangueira, esguicha a “água falsificada” na direção do foco de incêndio.



Figura 16. A *charge*, de autoria de Storni, publicada na sessão “Salada da Semana” da revista *O Malho* (23 de setembro de 1911, p. 26), era acompanhada da legenda: “Um fato que causou espécie foi a impotência do nosso decantado Corpo de Bombeiros, que incontestavelmente é uma das nossas sete maravilhas...”.

Sua expressão é de desalento, de certa tristeza manifestada na lágrima que começa a escorrer em seu rosto. Sem a pressão necessária nos encanamentos o Corpo de

<sup>235</sup> “Enorme desgraça: Um incêndio destrói a Imprensa Nacional”, *O Paiz*, 16 de setembro de 1911, p. 2.

Bombeiros não pode realizar o seu trabalho, aqueles homens se deparavam com o poder de destruição grandioso do fogo. Impotente e frustrado, percebia a impossibilidade de confiar na água disponível nos encanamentos das ruas cariocas.

O constante crescimento da malha urbana carioca e as transformações arquitetônicas com edificações mais elevadas, já indicando a forte tendência de verticalização que nas décadas posteriores a cidade viveria, exigiam do Corpo de Bombeiros novas práticas.<sup>236</sup> Para realizar seu trabalho nas novas condições urbanísticas do Rio de Janeiro os bombeiros precisavam de veículos capazes de conduzir os combatentes e seus instrumentos de trabalho por mais longas distâncias e pelo menor tempo possível.

As escassas e fragmentárias informações sobre os veículos que eram usados pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, entre 1880 e grande parte da década de 1910, os descrevem movidos por tração animal e preparados para transportar água, combatentes e os materiais de trabalho utilizados nas ocorrências, como as escadas, mangueiras, cordas, baldes de lona, bombas manuais, sacos de salvação, respiradores, extintores químicos, machadinhas e uma infinidade de outros pequenos instrumentos que poderiam se fazer necessários nas ações de salvamento. Se em 1879 o Corpo de Bombeiros carioca contava com 29 veículos, que iam desde carros com escadas a carroças com pipas d'água e para condução do pessoal, mangueiras e materiais, ao longo das décadas de 1880 até as primeiras décadas dos Novecentos, haverá um significativo aumento na aquisição de novos veículos, assim como uma diversificação nos modelos adquiridos. De acordo com as informações dispersas nos relatórios anuais da Corporação, em 1883, por exemplo, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro possuía 40 veículos movidos por tração animal, passando no ano seguinte ao número de 55 unidades desses veículos.<sup>237</sup>

Não eram poucos os problemas encontrados pelos homens do Corpo de Bombeiros nos percursos até os locais dos sinistros. A utilização dos morros como opção de moradia, desde os períodos mais remotos da ocupação do Rio de Janeiro, era, sem dúvidas, um dos grandes entraves em casos de combate aos incêndios. Tendo a topografia com principal obstáculo, podia ser quase impossível aos veículos seguirem por ladeira e aclives. Este foi o caso do incêndio que, na noite de 15 de junho de 1885, atingiu dois

---

<sup>236</sup> Para acompanhar as principais mudanças realizadas pela legislação urbanística carioca e seu impacto nas tipologias das construções, ver o capítulo “A cidade nas alturas” de CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. *O Rio de Janeiro nas Alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

<sup>237</sup> Os dados coletados nos Relatórios, sobre os materiais adquiridos entre 1879 e 1904 foram organizados na Tabela 10 (anexo) podendo ser consultados de forma mais detalhada.

prédios situados a Rua da Paula Mattos, nº 45, em que, o fato de estarem na parte elevada do morro de mesmo nome, tornou-se impossível aos veículos e às bombas seguirem até o local, tendo os bombeiros como opção estenderem grandes linhas de mangueiras desde a Rua do Riachuelo.<sup>238</sup>

Nos subúrbios ou mesmo nas ruas das áreas centrais da cidade, os problemas com buracos, lamaçais e todo tipo de obstrução viária poderiam interferir de forma considerável na efetividade dos trabalhos prestados pela Corporação. Por vezes, as ruas esburacadas poderiam provocar lentidão das equipes de socorro colocando em risco o sucesso da operação. Em ocorrência atendida pelos Bombeiros na noite de 5 de junho de 1885, no prédio nº 30, localizado no Saco do Alferes, onde funcionava a fábrica de Sabão *Gouvêa, Mendonça & Pinto*, madeiras do telhado que não estavam devidamente isoladas do calor de uma chaminé deram origem a um incêndio de pequenas proporções. “No trajeto, devido ao péssimo estado do calçamento das ruas, o trem [de atendimento] sofreu algumas avarias, e o que mais é para lamentar a sua marcha deixou de ter a necessária celeridade”, por sorte o fogo foi prontamente controlado por pessoas que estavam no estabelecimento, sendo suficiente aos rondantes o uso de baldes d’água e uma pequena bomba de mão.<sup>239</sup>

Tratando-se de ocorrências nos subúrbios a situação era ainda mais complexa, uma vez que, além da maior distância entre essas regiões e o Quartel Central – local onde se concentrava a maior parte dos recursos da Corporação –, a região sofria com a carência de equipamentos públicos capazes de assistir minimamente a população e, como vimos, em relação à construção de unidades operacionais (Estações e/ou Postos) e instalações de caixas avisadoras e hidrantes, essa situação não era diferente. O caso para o qual o Quartel Central do Corpo de Bombeiros foi acionado para prestar atendimento, na noite de 13 de maio de 1892, nos comprova essas carências sobrepostas nos subúrbios. O comando da Corporação encaminhou “o pessoal e material da Estação de Visa Isabel”, a mais próxima do local da ocorrência, para que seguisse com o trem de atendimento até o prédio de nº 6, da Rua Cardoso (Coração de Maria), em Todos os Santos. Os combatentes seguiram ao local do sinistro “lutando com as maiores dificuldades pela distância, pelo mau estado dos calçamentos, e depois pelos atoleiros nas ruas não calçadas dos subúrbios”, chegando

---

<sup>238</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-44, nº 109, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 16 de junho de 1885”.

<sup>239</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-33, nº 108, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 7 de junho de 1880”.

ao prédio incendiado, utilizou-se uma bomba de mão, pois “a falta do registro de incêndios no lugar tornou muito difícil e penoso o serviço”.<sup>240</sup>

Por vezes a falta de manutenção das ruas da cidade podia, além de provocar atrasos no atendimento do Corpo de Bombeiros, afetar a integridade dos equipamentos utilizados pela Corporação. O relato do combate ao incêndio em uma falua carregada com “caixões de gás globo ou naphta”, e que estava ancorada nas imediações do Trapiche Lazareto, na Gamboa, nos conta que, ao chegarem ao local, os combatentes perceberam que pouco poderia ser feito além de esperar que a embarcação submergisse e deixasse de oferecer perigo aos prédios, que abrigavam um “grande depósito de carvão de pedra e uma importante serraria de madeira”. Ao final da operação, constatou o diretor-geral do Corpo de Bombeiros, “o trem do Corpo sofreu grandes avarias em consequência do péssimo estado do calçamento nas Ruas da Imperatriz, Saúde, Harmonia e Gamboa, pelas quais transitou”.<sup>241</sup>

Somadas a outras precariedades, as péssimas condições de conservação do calçamento das ruas podiam também impedir, quase que totalmente, a ação dos bombeiros, por vezes obrigando as combatentes a recorrerem a soluções improvisadas, mais cansativas e trabalhosas, e que não garantiam o sucesso do atendimento. Um bom exemplo disso é a narrativa sobre o incêndio que destruíu um negócio de secos e molhados que funcionava na Rua da Alegria, nº 5 e 7. Ao receber o chamado, dado pelo próprio morador do prédio, que percorreu a pé uma extensão talvez superior a dois quilômetros, por “não haver patrulha de polícia no local” e nem caixa avisadora de incêndio, seguiu “pessoal e material [da Estação mais próxima, a Oeste], não podendo seguir pelo itinerário marcado previamente e conhecido pelo capitão responsável pelo atendimento”, foi necessário que os combatentes seguissem “por caminhos particulares, atravessando a chácara do Visconde de Leopoldina”. Mesmo depois de seguir por caminhos que julgaram ser “menos embaraçosos” o oficial responsável pelo atendimento percebeu que as condições do terreno só pioravam e “reconheceu não poder seguir senão a pé”, entendendo que não cabia “arriscar o material a sérios prejuízos”. Mandou, então, finalmente que “fossem trazidos ao lugar algumas mangueiras a fim de fazer a ligação direta a um registro e dar começo a extinção, feito isto, ao abrir-se o hidrante, observou-

---

<sup>240</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-63, nº 230, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Antonio E. Gomes Carneiro, ao ministro da Agricultura, datado de 18 de maio de 1892”.

<sup>241</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-33, nº 60, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 6 de abril de 1880”.

se não sair uma gota d'água.” Sem dar detalhes sobre o trabalho, nem permitindo que saibamos se algo foi feito diretamente em relação ao combate ao fogo, o comandante concluiu seu relato explicando que, por conta dos problemas nas ruas e locais usados como trajeto alternativo, “o material deste Corpo sofreu algumas avarias que estão sendo reparadas em suas oficinas”.<sup>242</sup>

No relato da ocorrência da Rua da Alegria, a ausência de caixas avisadoras na região, ou de outras condições que permitissem que o Corpo de Bombeiros fosse avisado prontamente do incêndio, somada às condições viárias do trajeto e aos hidrantes completamente secos, todas foram contingências determinantes no trabalho realizado pela instituição. Pensando diretamente nas condições de trabalho dos combatentes, o relato nos indica que eles tiveram que caminhar e carregar parte do material pelo trajeto e depois de todo o desgaste físico, lidar com a ausência de água e a impossibilidade de realizar a operação.

### 3.3.3. Automóveis: novos veículos para frota

Com a chegada do século XX, significativas mudanças se apresentaram para os moradores das principais cidades brasileiras. Para a população carioca, em particular, um dos grandes impactos vividos foi a chegada dos primeiros modelos de automóveis ao Rio de Janeiro. O estilo de vida que se buscava imprimir naqueles novos tempos – urbano, moderno e civilizado – tinha no automóvel um importante representante. Nas palavras de Guillermo Giucci, “apesar do caráter experimental, o automóvel chega como a manifestação de uma nova etapa do progresso técnico”. Vinculando-se à modernidade na perspectiva do movimento, e motivos de fascínio para seus usuários, essas máquinas realizavam o sonho de desafio da velocidade, associando-se ao amplo movimento de remodelação do espaço urbano, que, sob a égide da modernidade e do progresso, ambicionava formas novas de sociabilidade.<sup>243</sup>

A chegada dos automóveis, símbolo máximo do progresso e civilização, possibilitava o surgimento de novas interações e dinâmicas sociais, alterando as percepções, ritmos da vida cotidiana e a experiência do espaço público. Em 1907, no Rio de Janeiro, começava a circular semanalmente as edições de *Fon-Fon!* que se apresentava

<sup>242</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-61, nº 297A, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, ao ministro da Agricultura, datado de 21 de agosto de 1891”.

<sup>243</sup> GIUCCI, Guillermo. *A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 13-50.

aos seus leitores como “um jornal ágil e leve” e fazia inúmeras referências a elementos ligados aos automóveis. Seu nome, por exemplo, remete ao ruído emitido pelos novos veículos que circulavam pelas ruas da cidade, sendo recorrente em suas páginas o uso de palavras como “*chauffeurs*”, “*garage*” e “*gazolina*”, indicando o fascínio que os veículos automotivos passavam a exercer. Assim, a *Fon-Fon!* buscava acessar em seus leitores quadros de valores associados a estilo de vida urbano, moderno, cosmopolita e civilizado, que fundamentalmente eram valores remetidos aos automóveis.<sup>244</sup>

João do Rio denominou aqueles anos como “A era do Automóvel”, título do texto sobre o “monstro transformador” que causava medo e fascínio aos cariocas.<sup>245</sup> Ao retratar as mudanças que a cidade vivia, o cronista selecionava imagens que permitissem aos leitores acessar a “Vida Vertiginosa” que poucos tinham o privilégio de viver plenamente no Rio de Janeiro que se modernizava. Valorizando o caráter autônomo e veloz dos automóveis, o *flâneur* assume a experiência de sentar-se na poltrona do veículo e ter outra experiência de observação

Graças ao automóvel a paisagem morreu, morreu – a paisagem, as árvores, as cascatas, os trechos bonitos da natureza. Passamos como um raio, de óculos esfumaçados por causa da poeira. Não vemos as árvores. São as árvores que olham para nós com inveja. (...)  
A natureza recolhe-se humilhada.<sup>246</sup>

Como “símbolo do poder e instrumento de terror” os primeiros automóveis invadiram as principais cidades brasileiras antes mesmo que existisse “uma estrutura viária, sinalização ou códigos de trânsito”.<sup>247</sup> Não tardou para que se multiplicassem os acidentes e atropelamentos envolvendo automóveis, causando apreensão das autoridades públicas que, como apontou Marília Rodrigues de Oliveira, chegaram a ver as ruas “como um espaço de perigo eminente, onde se tornava mais evidente a vulnerabilidade física dos transeuntes em meio ao acelerado e maciço trânsito urbano moderno”.<sup>248</sup> Além dos perigos surgidos com a invasão dos automóveis, Lila Caimari reforça que, na capital argentina, os automóveis alteraram profundamente a relação dos agentes policiais com os

<sup>244</sup> “Poucas palavras, a guisa de apresentação”, *Fon-Fon!*, 13 de abril de 1907, p. 5.

<sup>245</sup> RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911, p. 3.

<sup>246</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>247</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante, técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 558-559.

<sup>248</sup> OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. “*Sherlock Holmes no Brasil*”: *Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica (Rio de Janeiro, 1907-1915)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, 2019, p. 235.

crimes. Seja pela multiplicação de interações entre as tropas policiais e os representantes das classes privilegiadas, que com suas novas máquinas cometiam transgressões pelo excesso de velocidade e levavam perigo às ruas. Ou ainda criando uma série de crimes como os roubos com automóveis, a aceleração do tempo dos delitos com fugas cada vez mais rápidas, e a exigência de uma resposta por parte do Estado com a adoção de patrulhas com automóveis e incursões com perseguições frenéticas.<sup>249</sup>

As ideias de velocidade e movimento, constantemente atribuídas aos automóveis, vinham ao encontro das aspirações do Corpo de Bombeiros para o problema que havia se tornado a expansão urbana do Rio de Janeiro. Entretanto, esse universo de valores personificado nos automóveis ainda era visto com desconfiança pelo ministro da Justiça, Rivadavia Correa (1910-1913).

É sabido que os carros automóveis têm sobre os de tração animal **a grande vantagem da velocidade, o que para o caso de incêndios representa fator preponderante e essencial**; mas, no ponto de vista da certeza em chegar ao local, a confiança nos veículos tirados por pares de muas é por assim dizer absoluta.

É bem possível que dentro de poucos anos os automóveis possam oferecer maior segurança; por enquanto seria excessiva temeridade a substituição completa do material. Existe no Corpo **um autobomba que já tem prestado magníficos serviços nos incêndios a longa distância, seja pela presteza com que alcança esses pontos, seja por transportar no próprio carro uma seção completa do ‘pessoal’ e ‘material’**. Não inspira, entretanto, inteira confiança, não só por que falha, às vezes, no momento necessário, como pelos constantes desarranjos do maquinismo, o que obriga a contínuos e dispendiosos reparos.<sup>250</sup>

O texto do ministro da Justiça nos permite entender que, em 1910, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro contava com um veículo “autobomba” capaz de transportar de uma só vez o pessoal e o material necessários para o atendimento, que prestava serviços classificados por ele como “magníficos” sobretudo nos incêndios “a longa distância”, uma vez que permitia aos membros da Corporação chegar aos locais mais afastados num menor espaço de tempo. Ainda assim, ao expressar o reconhecimento das vantagens do uso dos automóveis sobre os veículos movidos à tração animal, o ministro da Justiça justificava que naquele momento a substituição da frota tradicional pelos

<sup>249</sup> CAIMARI, Lila. *Mientras la ciudad duerme: pistoleros policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, p. 34-45.

<sup>250</sup> BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório dos anos de 1910 e 1911 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 109. Disponível em: <http://bit.ly/2MJSKrR>. Acesso em: 10 dez. 2020 [grifos meus].

veículos modernos apresentava-se como inadequada, pois, além de quebrarem com mais frequência, tinham um custo de manutenção elevado para o orçamento do Ministério.

Em 1913, ao realizar nova apreciação das atividades realizadas pelo Ministério da Justiça em 1913, o ministro Rivadavia Correa volta ao tema da aquisição dos veículos automotivos para o uso do Corpo de Bombeiros. Todavia, a sinalização expressa em seu novo texto nos indica os verdadeiros argumentos para o pequeno número de veículos motorizados na Instituição.

Nesta metrópole, onde diariamente percorrem mais de dois mil automóveis, onde serviços, como o da Assistência Pública, se executam sem embaraços garantidos exclusivamente pela rapidez de suas viaturas, e **a preocupação constante é de suprimir distancias por meio de veículos velozes e seguros, só razões de ordem econômica poderão explicar o retardamento da adoção de tais medidas no serviço do Corpo de Bombeiros**, para o qual, sendo a rapidez a condição primordial, anda mantém o transporte do seu pessoal e material subordinado ao passo tardio e mal seguro de muars, que, em ocasiões de incêndios, lutam com sérias dificuldades.<sup>251</sup>

Reforçando a importância da celeridade nos atendimentos do Corpo de Bombeiros, o ministro qualifica os veículos automotores como “velozes e seguros”, e por isso garantidores de atendimentos eficientes. E prossegue em sua exposição salientando a oposição entre veículos de tração mecânica, considerados melhores e mais adequados ao serviço do Corpo, e os veículos de tração animal.

Não há muar que percorra em uma hora 60 quilômetros, sem esforço, como os mais imperfeitos veículos de tração mecânica, nem é **discutível que, em carreiras para incêndios, sejam muito menos perigosos os automóveis que as outras viaturas de tração animal**. É tempo, portanto, que a reação se faça e se transforme por completo o material do Corpo, introduzindo-se o sistema geral de tração mecânica, já adotado nas principais cidades do mundo, visto representar muitas e **inestimáveis vantagens a trazer mais garantia aos haveres e vida da população**.<sup>252</sup>

De acordo com Rivadavia Correa aquele era o momento de reagir e de se adotar o que havia de mais moderno para “garantir aos haveres e a vida da população” e, seguindo “as principais cidades do mundo”, o Rio de Janeiro deveria introduzir essa inovação em seu repertório de atendimentos.

<sup>251</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório dos anos de 1912 e 1913 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 122. Disponível em: <http://bit.ly/3hWb2Dt>. Acesso em: 10 dez. 2020 [grifos meus].

<sup>252</sup> Idem [grifos meus].



Os relatórios posteriormente emitidos pelo Ministério da Justiça dão conta de que nos anos seguintes chegaram ao Quartel Central da Corporação novas viaturas motorizadas para uso dos combatentes. Com as aquisições feitas entre 1913 e 1914, Uladislau Herculano de Freitas (1913-1914), o novo ministro da Justiça, pode anunciar que todos os atendimentos da Estação Central passavam a ser feitos com veículos movidos a tração mecânica. Assim, prosseguia o anúncio no texto do relatório anual da pasta:

Desta transformação, que se impunha há muito tempo em virtude da metamorfose por que passou a cidade do Rio de Janeiro, têm resultado extraordinárias vantagens já verificadas praticamente pelo pessoal do Corpo e população da cidade.

**A rapidez do socorro e a segurança desse novo material ficaram cabalmente demonstradas desde a sua inauguração.** Incêndios que teriam tomado grandes proporções com o antigo material foram rapidamente jugulados em seu princípio. **A tática do ataque ao fogo simplificou-se de modo notável e o trabalho das praças nesses momentos críticos tornou-se menos fatigante.**

Pode-se garantir, sem receio de errar, que a adoção desses admiráveis engenhos fornecidos pela indústria moderna trouxe ao Corpo de Bombeiros uma nova arma de combate mais perfeita e eficaz sob todos os pontos de vista.<sup>253</sup>

Ao avaliar de forma muito positiva a introdução de veículos de tração mecânica no cotidiano de trabalho da Corporação, Herculano de Freitas destacava as facilidades, o conforto e a segurança que a nova tecnologia adicionou às operações de socorro prestadas pela Corporação. O saldo final das aquisições para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro foi de 37 automóveis – dentre os quais 9 eram do tipo autobomba, número igual ao de automateriais com escadas telescópicas, 2 autoescadas mecânicas giratórias, 4 autocaminhões, 7 veículos chamados de autopessoal, 3 autorrapidos para manobras, 1 autosocorro dispondo de gabinete, 1 autoambulância e 1 autotransporte de pessoal e material.<sup>254</sup>

Essas novas aquisições contribuíam para inserir a Corporação em novas dinâmicas de atuação, exigindo a contratação de pessoal qualificado para a condução de veículos automóveis, favorecendo que combatentes e materiais de atendimento pudessem

<sup>253</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório, dos anos de 1913 e 1914, do ministro da Justiça, Uladislau Herculano de Freitas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 148. Disponível em: <http://bit.ly/2P6WmFH>. Acesso em: 10 dez. 2020 [grifos meus].

<sup>254</sup> BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório dos anos de 1914 e 1915 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 140. Disponível em: <http://bit.ly/382nDR5>. Acesso em: 10 dez. 2020. As imagens de alguns modelos de veículos usados pela Corporação podem ser vistos no anexo (Figura 46, Figura 47, Figura 48, Figura 49, Figura 50, Figura 51 e Figura 52).

percorrer longas distâncias no menor espaço de tempo possível possibilitando que os homens do Corpo de Bombeiros provassem da modernidade cinética em seus atendimentos.<sup>255</sup>

### 3.4.

#### Entre tubos, conexões, estratégias e bombas: Circulações das Tecnologias contra os Incêndios

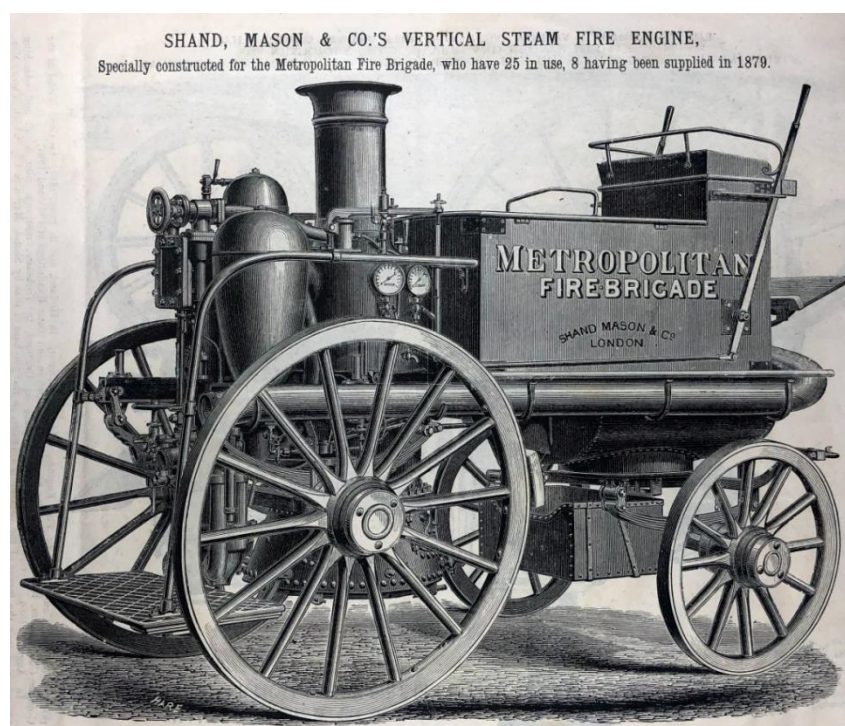


Figura 17. Modelo de bomba a vapor adquirida pelo Corpo bombeiros fabricada pela *Merryweathers Improved patent*, modelo Single cylinder 5 ½ diameter, and a Gun Metal direct, London Fire Brigade pattern Steam Fire Engine. Catálogo da empresa *Shand, Mason & Co*, 1880, p. 18, anexa ao AN, *Série Justiça*, IJ8-37, nº 179, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 11 de novembro de 1881”.

Em 10 de setembro de 1880, após um longo período de negociações intermediadas pelo representante do escritório do Tesouro brasileiro em Londres, chegava ao prédio da Estação Central do Corpo de Bombeiros uma nova bomba a vapor. João Soares Neiva, entusiasmado com os simulacros utilizando os equipamentos, escreveu ao ministro da Agricultura:

Na experiência a que se procedeu aqui no Quartel ficou verificado que a máquina, com capacidade de 300 galões de água por minuto, é do tipo preferido dos fabricantes *Merryweather and Sons*, construída de bom material e bem acabada em todas as suas partes.<sup>256</sup>

<sup>255</sup> Para mais detalhes dos veículos adquiridos pela Corporação entre 1879 - 1904, ver Tabela 8, anexo.

<sup>256</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-34, nº 172, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 13 de setembro de 1880”.

Do mesmo modelo das bombas a vapor utilizadas pelo Corpo de Bombeiros de Londres (Figura 17), a aquisição desse novo material visava suprir uma carência de equipamentos na Corporação e que tinha grande impacto no cotidiano dos atendimentos prestados pelo Corpo de Bombeiros. Contando, com pouco mais de dezenove bombas, muitas identificadas como estando em mau estado e necessitando de manutenções capazes de onerar ainda mais a instituição, o diretor-geral da Corporação vinha expondo ao ministro com certa frequência a necessidade de aquisição de novos equipamentos, na tentativa de convencê-lo daquelas limitações operacionais.

as dificuldades com que luta o reduzido pessoal do Corpo para dominar grandes incêndios ou simultaneamente acudir a dois pontos diferentes tornam de urgente necessidade a compra de mais uma a vapor e de alguns acessórios de sobressalentes.

Diante do cenário de incêndios maiores ou simultâneos, e com o efetivo de combatentes reduzido, a instituição poderia não atender às demandas dos cariocas. A aquisição de novos materiais, para Soares Neiva, possibilitaria a compensação da carência de pessoal.

E prossegue seu texto justificando:

seria vantajoso para o serviço de extinção se o Corpo aumentando o número de suas bombas a vapor, ficasse habilitado não só a diminuir o trabalho manual como a dispensar o concurso estranho quase sempre prejudicial a boa ordem e a disciplina que convém manter em tão sérias emergências.<sup>257</sup>

A argumentação permite compreender que a carência podia extrapolar as condições operacionais da Corporação, levando os Bombeiros a admitirem, ainda que de forma excepcional, a presença de “concurso estranho”, ou seja, mão de obra sem treinamento, como reforço emergencial. Essa situação é avaliada pelo militar como “prejudicial” para o Corpo de Bombeiros no sentido da “ordem” e da “disciplina”, mas tem um significado ainda mais complexo, por permitir que a própria existência e a consolidação da instituição pudessem ser relativizadas.

Com as inaugurações das novas Estações e Postos de atendimento e com o aumento do efetivo, a compra de novas bombas, mangueiras, baldes e todo tipo de instrumentos necessários tornou-se matéria ainda mais imperiosa. Além disso, possuir variados modelos de bombas possibilitava adaptar equipamentos às necessidades de cada

<sup>257</sup> AN, *Série Justiça*, II8-32, nº 11, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 26 de janeiro de 1880”.

sinistro, proporcionando formas de atuação diferentes, como na ação de combate ao incêndio que atingiu o interior do prédio térreo da Rua da Assembleia, nº 3, e foi prontamente combatido “pelo pessoal do Corpo em 20 minutos de trabalho, tendo funcionado uma pequena bomba de mão” por ser um modelo adequado para o manejo em interiores. No combate ao fogo que destruiu totalmente a casa térrea na Rua Teófilo Ottoni, nº 154, e os prédios vizinhos, foi conveniente a utilização de variado arsenal de aparelhos. Primeiramente foi usada a “bomba química, em seguida a manual e finalmente a movida a vapor, cessando então o trabalho das outras” que, “cortavam as chamas que começavam a propagar-se aos prédios vizinhos”.<sup>258</sup>



Figura 18. Modelo de uma das bombas manuais adquiridas pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro em 1862 conforme panfleto da empresa *Roberts's Portable Fire-Engine*, 1880, p. 33, anexo ao AN, *Série Justiça*, IJ8-3, nº 149, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, Juvencio Manoel Cabral de Menezes, ao ministro da Agricultura, datado de 22 de outubro de 1861”.

Entre fins do século XIX e inícios do século XX, o Corpo de Bombeiros conseguiu ampliar e o modernizar seus equipamentos, especialmente as bombas, adquirindo modelos variados como bombas a vapor, bombas químicas, bombas manuais, bombas de mão (portáteis e de cisterna – Figura 18) e bombas de pressão hidráulica, buscando assim dotar a Corporação de tecnologias mais avançadas e de múltiplos meios capazes de, com eficácia, atender a população carioca. Se, em 1879, a Corporação dispunha de três bombas terrestres a vapor, em 1904, esse número chegou a 18 aparelhos

<sup>258</sup> Respectivamente AN, *Série Justiça*, IJ8-34, nº 139, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 26 de julho de 1880”, e AN, *Série Justiça*, IJ8-34, nº 173, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 17 de setembro de 1880”.

do mesmo modelo, o mesmo ocorrendo com bombas de mão, ou portáteis, que, no mesmo período, passaram de 12 para 22 unidades (Tabela 10, anexo).

Em grande medida, o dinamismo na obtenção desses equipamentos pode ser explicado por estratégias que têm centralidade na figura do diretor-geral. Uma vez mais percebemos a capacidade de negociação de Soares Neiva como quesito fundamental nesse processo de ampliação e modernização dos materiais utilizados pela Corporação, seja na barganha por maiores descontos junto ao fornecedor – como no caso do abatimento de percentual que era de 7,5% e passou a ser de 10%, possibilitando que, de alguma forma, fosse estabelecido um canal mais direto de requisição junto ao ministro: “A vista dessas reduções tornasse-a possível com muito menos despesa adquirir o material de que ainda carece o Corpo para o estabelecimento de poderosas e eficazes Estações nos nossos arrabaldes”.<sup>259</sup> – Ou ainda nos repasses dos equipamentos e materiais de trabalho em uso pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro para diversas instituições de diferentes regiões do Brasil.

Em negociação realizada com o presidente da Província do Rio Grande do Sul, a “respeito do fornecimento de uma bomba a vapor para esse estabelecimento [o Arsenal de Guerra daquela província]”, a correspondência trocada com João Soares Neiva nos ajuda a entender o modo com que eram conduzidas as requisições de material. Respondendo positivamente ao chefe do governo provincial gaúcho, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros explica que o procedimento adotado será o mesmo dos “fornecimentos análogos realizados para outras províncias”, que consistia em ceder os equipamentos “mediante indenização para compra do novo material, uma bomba a vapor completa [, com] acessórios e pronta a funcionar com as respectivas mangueiras e mangotes”.<sup>260</sup>

Em outra negociação, dessa vez envolvendo a Estrada de Ferro D. Pedro II, o ofício encaminhado ao ministro da Agricultura informava sobre a transferência do valor de 2:000\$000 (dois contos de réis) referente ao pagamento de indenização para a cessão de uma bomba a vapor, em uso pelos Bombeiros do Rio de Janeiro desde 1865 e os respectivos acessórios (Figura 19).

<sup>259</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-35, nº 200, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 25 de outubro de 1880”.

<sup>260</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-40, nº 122, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 20 de maio de 1883”.





uma bomba a vapor, uma dita de Estação [ou manual], uma dita de Posto [ou de mão], duas abafadeiras, duas escadas, um carro para transporte de pessoal e material, e todos os utensílios e acessórios para o trabalho completo daquelas máquinas.<sup>263</sup>

Transação que incluía também a presença de oficial do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, o capitão Antonio Veríssimo Ivo de Abreu, que tinha como incumbência auxiliar no manejo do material, na instrução e formação daqueles que trabalhariam na extinção de incêndios na província do Pará.

O envio de material e de militares, com intuito de oferecer suporte de treinamento, ocorreu em outras capitais brasileiras, dinamizando a criação de estações de bombeiros e o serviço de extinção de incêndios nas principais cidades do país. Na cidade de São Paulo, o alferes José Severino Dias, auxiliou na instalação da estação de Bombeiros no prédio sede da Companhia dos Urbanos, vindo a tornar-se o seu primeiro comandante em 1880. Essa troca de conhecimentos foi mantida, pois, em 1887, seguiu para a capital paulista, com toda a sua família, o sargento-maquinista Pedro Martes Sanabria.<sup>264</sup> Processo semelhante ocorreu para Florianópolis, em 1915, quando seguiram o material e o alferes Ernesto de Andrade, com a incumbência de proceder à instalação de uma Estação de Bombeiros naquela cidade, com a oferta da experiência técnica do trabalho no Rio de Janeiro.<sup>265</sup>

O envio de equipamentos de combate a incêndios para outras cidades brasileiras é revelador das conexões mediadas pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro quanto à circulação de tecnologias, saberes e experiências. Em 1887, por exemplo, companhias de seguro em apoio ao governo da cidade de Recife, solicitaram ao Ministério da Agricultura o envio de militares para auxiliarem na instrução dos combatentes da seção de Bombeiros que pretendiam criar naquela capital. Ainda que os documentos não nos permitam acompanhar com detalhes todo o processo, é possível compreender que os militares que fossem indicados ao serviço deveriam pedir dispensa do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Aceitaram ir o 2º Sargento Francisco Solano Molina, Alfredo Manoel Jeronymo dos Passos, que atuava como chefe de bomba, e a praça João Tayto Lugan, que

<sup>263</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8- 39, nº 177, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 10 de agosto de 1882”. Outras informações sobre a fundação do Corpo de Bombeiros no Pará ver MENEZES, José Pantoja de. *O corpo de Bombeiros no Pará*. Belém, PA: S/Ed, 2007.

<sup>264</sup> SANTOS, Antônio Ferraz dos. *Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2010, p. 29-33. AN, *Série Justiça*, IJ8- 50, nº 42, “Ofício do comandante do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 23 de fevereiro de 1888”.

<sup>265</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-75, nº 321, “Ofício do comandante do Corpo de Bombeiros, Américo de Andrade Almada, ao ministro da Justiça, datado de 22 de junho de 1915”.

prontamente escreveram ao diretor-geral do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro solicitando suas demissões para auxiliar na criação de instituição congênere em Pernambuco. Ao acompanharmos o desenrolar da transação, podemos supor que aquela pareceu a ser uma troca vantajosa para os militares, principalmente pelas possibilidades de ascensão socioprofissional, como percebemos nos casos de Francisco Solano Molina (1888-1890) e Alfredo Manoel Jeronimo dos Passos (1894-1923), que tiveram a oportunidade de atuar como comandante-geral do Corpo de Bombeiros de Pernambuco depois de um período de trabalho no Nordeste.<sup>266</sup>

No caso do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, os documentos nos indicam a posição de destaque que a Corporação carioca havia conquistado, iluminando outros modos em que se davam essas trocas de experiências e de conhecimentos profissionais. Buscando aprimorar o serviço de extinção de incêndios criado em agosto de 1911, o governo mineiro negociou a viagem de guardas civis com o intuito de receberem instruções e treinamento dos bombeiros do Rio de Janeiro.<sup>267</sup> Inicialmente, pelo período de quatro meses (entre maio e agosto de 1912), dez homens vivenciaram a rotina de trabalho da instituição na Capital Federal e puderam adquirir “os preciosos conhecimentos para o início do serviço” de combate aos incêndios em Belo Horizonte sendo, depois de novo pedido do secretário do Interior de Minas Gerais, esse período prorrogado por mais três meses.<sup>268</sup> Se, inicialmente, ocorreu um movimento em que os guardas civis mineiros puderam vivenciar intensamente o cotidiano de trabalho na realidade sócio espacial da Capital Federal, em 1915, novos intercâmbios foram realizados com o envio do 1º sargento do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, João de Azevedo Teixeira, para Belo Horizonte, com a designação de contribuir na instrução do efetivo da companhia de Bombeiros em funcionamento na capital mineira.<sup>269</sup> O que nos permite perceber a posição de centralidade do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro

<sup>266</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-49, nº 193, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 27 de setembro de 1887”. Outras informações sobre a criação do Corpo de Bombeiros naquele estado ver PERNAMBUCO, Governo do Estado de. *Almanaque dos Oficiais do CBMPE*. Disponível em: <http://bit.ly/32q3tjd>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>267</sup> “Serviço de extinção de incêndios”, p. 12. MINAS GERAIS, Secretaria de Polícia de. *Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo chefe de polícia, Américo Ferreira Lopes, em 1912*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912. Um histórico detalhado do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pode ser consultado em AQUINO, Wagner Augusto Soares de; MARÇAL, Marina Mateus. *Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - 100 anos de história e reflexão 1911-2011*. Belo Horizonte: Rona Editora, 2013.

<sup>268</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-74, nº 657, “Ofício do comandante do Corpo de Bombeiros, Alberto de Aguiar, ao ministro da Justiça, datado de 3 de setembro de 1912”.

<sup>269</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-77, nº 330, “Ofício do comandante do Corpo de Bombeiros, Américo de Andrade Almada, ao ministro da Justiça, datado de 13 de julho de 1916”.



quanto a sua experiência de atuação no combate aos incêndios, e capacidade de instruir e orientar quanto aos projetos de criação e/ou aperfeiçoamento de outras instituições congêneres no Brasil.

Com a arrecadação, pela revenda de materiais para combate aos incêndios, ou ainda com a disponibilização de pessoal para a formação de instituições em outras cidades, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro conseguia adquirir novo material para o seu arsenal, tendo acesso a tecnologias mais avançadas e mantendo-se conectado às instituições de Corpo de Bombeiros tidas como mais desenvolvidas e eficientes.

Em 1882, por exemplo, escreveu o diretor do Corpo de bombeiros ao ministro da Agricultura:

Tendo esta diretoria cedido, por ordem do Ministério a cargo de V. Ex<sup>a</sup>, material para extinção de incêndio à diversas Repartições e Estabelecimentos **no intuito de aplicar o produto de tais cessões á compra de novas máquinas e aparelhos mais aperfeiçoados**, cabe-me hoje a honra de pedir a V. Ex<sup>a</sup> se digne ordenar que a quantia de 8:750\$500 [oito contos, setecentos e cinquenta mil e quinhentos reis] importância das bombas e acessórios cedidos por este Corpo nas condições supra, seja posta em Londres à disposição do Delegado do Tesouro Nacional para o pagamento da encomenda abaixo especificada que ora, sujeito ao elevado juízo de V. Ex<sup>a</sup>, solicitando se digne aprová-lo.<sup>270</sup>

A insistência e o esforço realizado pelos gestores do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro no repasse de materiais que já vinham sendo usados pela Corporação e na obtenção de equipamentos mais modernos indicam que, para os gestores da Corporação, era importante manter-se entre as nações que dispunham de novas tecnologias e saberes para o combate às chamas. No caso da aquisição de um novo modelo de bomba flutuante (Figura 20), essencial para a realização dos atendimentos da Estação Marítima, o modelo escolhido foi o mais moderno, descrita por Soares Neiva como dotada de

duas máquinas independentes, uma dando movimento à lancha e outra à bomba, tendo acomodações para o maquinista, timoneiro e bombeiros, depósitos para carvão, tambor para mangueiras, grandes tanques para conter uma reserva de água doce capaz de alimentar a caldeira durante duas horas de trabalho, máquina e lancha fornecidas com todas as pertencas.<sup>271</sup>

<sup>270</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-38, nº 125, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 23 de setembro de 1882”.

<sup>271</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-40, nº 147, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 28 de junho de 1883”.

A escolha pela moderna lancha vinda diretamente da fábrica britânica especializada em equipamentos e veículos de combate a incêndios, a *Shand, Mason & Co.*, indicada no catálogo comercial anexado ao ministro, seguia com a justificativa de caráter prioritário. Buscava-se convencer ao ministro que a aquisição do equipamento era fundamental para a segurança dos bens no movimentado porto do Rio de Janeiro, ou seja, era de grande importância para a economia da cidade.

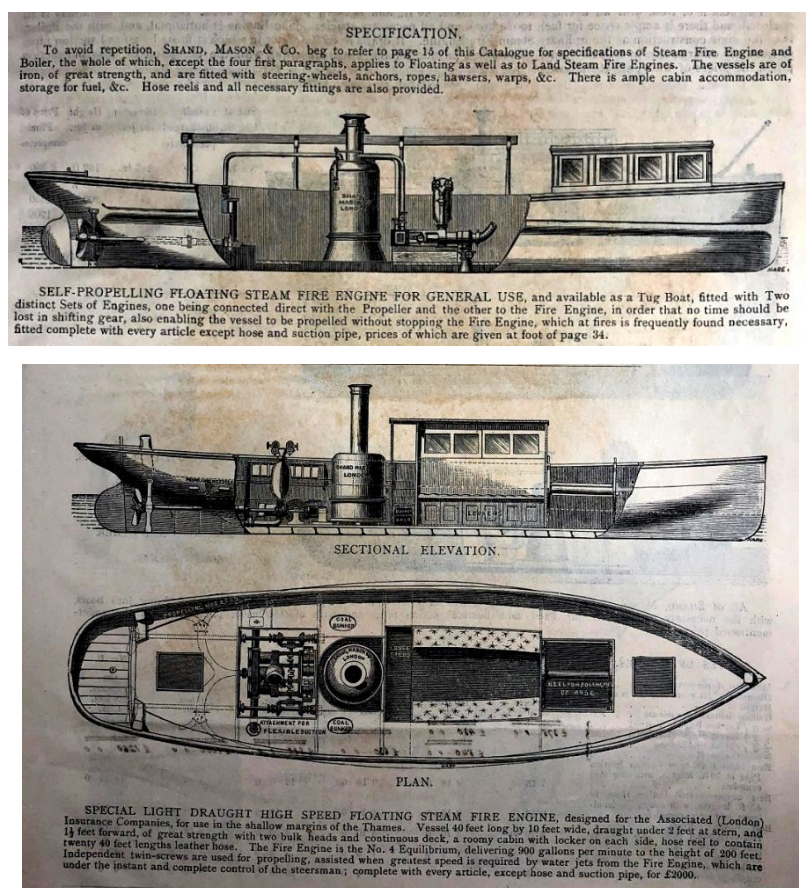


Figura 20. Modelo de bomba flutuante escolhida pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro conforme catálogo da empresa *Shand, Mason & Co*, 1880, p. 33, anexa ao AN, *Série Justiça*, IJ8-37, nº 179, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 11 de novembro de 1881”.

Os catálogos comerciais das fabricantes de bombas e demais equipamentos ligados ao trabalho do corpo de bombeiros nos permitem acompanhar os fluxos das tecnologias de combate aos incêndios e as conexões que se estabeleciam a partir dos usos desse material utilizado pelos corpos de bombeiros das principais cidades do mundo. A publicação distribuída em 1882, pela também empresa britânica *Merryweather & Sons*, é ricamente ilustrada com modelos de bombas a vapor – terrestres ou aquáticas, sobre veículos ou portáteis –, apresentando as especificações técnicas, melhorias, potencialidades desenvolvidas em cada um dos modelos e os respectivos valores para a

aquisição. Além disso, nas pouco mais de trinta páginas, são abundantes os elementos que reforçam dimensões internacionais de eficiência e de adesão às tecnologias disponíveis nos seus equipamentos. Ao disponibilizar a longa lista de premiações em concursos e feiras internacionais em que os motores para o combate aos incêndios foram apresentados, como na *Calcutá Agricultural Exhibition* (1864) em que a companhia britânica foi reconhecida com a “medalha de melhor bomba contra incêndios”, ou ainda na *Moscow Exhibition* (1872) com medalha de ouro, evidenciava-se o caráter de reconhecimento das tecnologias produzidas pela empresa.

Outro dado interessante na publicação é a listagem, com cidades de todos os continentes, que adquiriram modelos de bombas fabricadas pela *Merryweather & Sons*, apontando para as dimensões globais dos fluxos e das circulações desses materiais, que ia desde cidades na Áustria, passando pela China e incluindo cidades de países sul-americanos, como Buenos Aires (Argentina), Callao, Iquique e Lima (Peru), Santiago, Valparaíso e Coquimbo (Chile) e Rio de Janeiro (Brasil).<sup>272</sup> Porém, era na seção *Testimonials*, que podemos observar fluxos ainda mais interessantes que evidenciam como a segurança das cidades e a formação de uma força capaz de socorrer o patrimônio público e privado, e de garantir a integridade física da população, tinha se tornado motivo de preocupação e mobilização global. Os pequenos textos publicados nas páginas dessa seção quase não diferiam entre si, consistindo em depoimentos elogiosos por parte de representantes das instituições que haviam adquirido os produtos. Seja no depoimento dado por P. Chasseloup-Laubat, ministro da marinha francesa, ou nos textos atribuídos ao capitão O. Zanelli, responsável pela brigada de incêndios da então cidade peruana de Iquique, ou do chileno Carlos Rogers, capitão de uma das bombas de combate aos incêndios em Santiago, ou mesmo no depoimento feito por João Soares Neiva, diretor-geral do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, a manifestação de satisfação pela qualidade e eficiência da bomba adquirida estava ali presente.<sup>273</sup>

<sup>272</sup> Catálogo da empresa *Merryweather & Sons*, 1880, p.9, anexo ao AN, *Série Justiça*, IJ8-42, nº 39, “Ofício do diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 22 de fevereiro de 1884”.

<sup>273</sup> From the French Government. Copy of a Letter received from the Minister of Marine, Paris. Ministry of Marine and Colonies, Paris. Gentlemen – I have received the letter which you addressed to me the 22th October last, asking me to give you a copy of the report which has been sent by the Maritime Prefect of Second Department upon the trial of the Steam Fire Engine furnished by you to the Imperial Dockyard at Brest.

As it contrary to the practice of my Department to give copies of such reports, it is impossible for me to comply with your request.

I can, nevertheless, thus far inform you, that the trials which have been made with the Steam Fire Engine have given satisfactory results.

Se por um lado os textos selecionados pela empresa tinham como objetivo divulgar os produtos fabricados pela *Merryweather & Sons* e prospectar os benefícios do material a partir da opinião daqueles que utilizavam a tecnologia britânica, por outro a circulação do material atuava como promotora de adesões tecnológicas tidas como mais avançadas. Ou seja, ao escrever sobre as bombas e equipamentos, João Soares Neiva evidenciava internacionalmente que o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro integrava esse circuito de tecnologias e saberes mais avançados de trabalhos ligados ao combate de incêndios. O que nos permite supor que contribuía para o favorecimento da construção de legitimidade institucional e a consolidação prestígio da Corporação seja no cenário internacional, ou mesmo internamente.

---

Receive, Gentlemen, the assurance of my perfect consideration. The Minister Secretary of State for Marine and Colonies. P. CHASSELOUP-LAUBAT. Iquique, Peru, 30<sup>th</sup> October, 1875. Dear Sirs, – In compliance with your request I have much pleasure in stating that the Steam Fire Engine supplied by Messrs. Merryweather and Sons, through your Firm, in July, 1874, to the Iquique Dalmatia Italiano Fire Company, has given the *most complete satisfaction*.

During the great fire that occurred here, commencing the 7<sup>th</sup> October, the Engine was *worked continuously*, at full pressure, *for four days* and nights, and bore this severe test without the slightest indication of straining in any part. Yours very truly, O. ZANELLI, *Captain F. B. 5<sup>a</sup>*, Compañia de Bomberos, Bomba, America, Santiago (Chili), 25<sup>th</sup> August, 1875. Dear Sirs, – I am happy to be able to report that the Steam Fire Engine “America”, built by you in 1873 for n<sup>o</sup> 5 Fire Engine Company of this city, has given *complete satisfaction* as regards efficiency of work and strength of construction in all respects. Yours very truly, CARLOS ROGERS, *Captain of N<sup>o</sup> 5 Fire Engine Company of Santiago (Chili)*. Dears Sirs, – *The little Steamer began to work so exceedingly well that I have much pleasure in telling you that we are all here greatly satisfied with the new Engine.* Yours very truly, Tenente Coronel João Soares Neiva, *Diretor Geral do Corpo de Bombeiros.*”

## PARTE II

#### 4. Elites militares e o Corpo de Bombeiros

Os regulamentos do Corpo de Bombeiros que foram publicados desde a sua criação, em 1856, determinaram que os indicados pelo governo para ocupar os mais altos cargos de comando da instituição (comandante-geral e inspetor-geral) fossem oficiais do Exército, que tivessem cursado Engenharia Militar e com graduação mínima de capitão. Esses pré-requisitos limitavam o acesso às posições de comando no Corpo de Bombeiros a uma elite militar, o que possibilitaria a esses sujeitos oportunidades profissionais de destaque.

O trabalho do comandante-geral, com previsão de graduação mínima de tenente-coronel, consistia basicamente em zelar pelo cumprimento do regulamento, sendo responsável pela administração e disciplina do Corpo de Bombeiros. Entre suas atribuições estava também a escolha e promoção de oficiais do Estado Menor (sargento ajudante, quartel-mestre, chefe de oficina). O inspetor-geral, por sua vez, tinha como incumbência inspecionar os serviços das unidades de atendimento da Corporação (quartéis, estações e postos), fiscalizar a movimentação de pessoal e de material e assessorar o comandante-geral quanto a toda a administração do Corpo de Bombeiros. Além disso, era o substituto imediato do comandante, sendo muitas vezes o sucessor natural do comandante-geral. Mesmo não sendo uma regra, essa sucessão possibilitava que a experiência adquirida pelo inspetor-geral fosse utilizada na Corporação. Um dos exemplos dessa “sucessão natural” é João Soares Neiva, substituto de Conrad Jacob de Niemeyer, em 1877, e que por sua vez, também foi substituído por seu inspetor-geral, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, em 1891.

Outro aspecto importante são os caminhos trilhados por esses militares depois de deixarem o comando-geral dos Bombeiros. João Soares Neiva, ao deixar o comando-geral da Corporação em 1891, ingressou na vida política como constituinte pelo estado da Paraíba (1891), sendo eleito senador (1891-1897) e deputado (1900-1903), pelo mesmo estado.<sup>274</sup> Assim também, Alberto Cardoso de Aguiar, que comandou o Corpo de Bombeiros entre 1912 e 1914, assumiu o ministério da Guerra (1918-1919).<sup>275</sup>

<sup>274</sup> Verbete SOARES NEIVA, João. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2NJrFb2>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>275</sup> Verbete AGUIAR, Cardoso. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3pIONng>. Acesso em: 10 dez. 2020.

A trajetória de Eugênio Rodrigues Jardim, que comandou o Corpo de Bombeiros entre 1893 e 1894, é compartilhada por outros militares que ocuparam os mais altos cargos do Corpo de Bombeiros. Pertencente a uma família de militares, que ocuparam cargos políticos de destaque, seu pai, o militar José Rodrigues Jardim, foi presidente da província de Goiás e senador. Seu irmão, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, também esteve à frente da província de Goiás e foi eleito deputado federal e senador. Seu primo e cunhado, Leopoldo Bulhões, foi constituinte em 1891, senador e ministro da Fazenda.<sup>276</sup>

Este capítulo busca compreender quais as oportunidades de destaque profissional que a passagem por cargos no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro possibilitavam a essa elite militar. Para isso, me aprofundo na trajetória de três personagens de uma mesma família – o clã Souza Aguiar – que ocuparam o comando geral do Corpo de Bombeiros entre as décadas de 1880 e 1910. Essa estratégia permitirá, entre outras coisas, compreendermos quem eram esses sujeitos? Quais as motivações que levavam esses homens a assumirem o cargo de comandante na Corporação? Que possibilidades de trabalho são criadas a partir da passagem desses sujeitos pelo cargo?

Minha escolha pelos irmãos Souza Aguiar deu-se primeiramente pela inusitada permanência de membros de uma mesma família ao ocuparem, em um curto espaço de tempo, o cargo máximo na hierarquia do Corpo de Bombeiros.<sup>277</sup> Todavia, mais do que uma situação atípica, os irmãos tiveram papel de destaque dentro da política e vida republicana, o que nos ajuda a refletir sobre a importância de terem passado pelo cargo de comandante do Corpo de Bombeiros e de como tal passagem foi um “ponto fronteiro” nessas trajetórias.

Essa hipótese está vinculada diretamente às condições do Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro do início do século. Ainda que fosse uma instituição militar, sob disciplina e hierarquia próprias, gozava de identificação fortemente ligada ao serviço e atendimento civil. Ou seja, apesar de ser uma instituição militarizada, e no caso brasileiro ter sido fundada com forte vinculação com o Exército, dentro de sua dinâmica

<sup>276</sup> Verbete JARDIM, Eugênio. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 -1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3qFBJ3z>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>277</sup> O comando do corpo de bombeiros voltou a ser ocupado novamente por um membro da família Souza Aguiar em meados do século XX. O general Raphael de Souza Aguiar, filho de Francisco Marcelino, comandou a corporação entre novembro de 1955 e dezembro de 1960. Para maiores informações conferir verbete SOUZA AGUIAR, Raphael de. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2NGz76N>. Acesso em: 10 dez. 2020.

operacional, o Corpo de Bombeiros consegue forjar uma identidade em parte pouco identificada com esse caráter militar.

Entender o comando da Corporação como uma posição de “fronteira” faz-se fundamental para elaborarmos a dimensão profissional nas carreiras dos militares da família Souza Aguiar. Gerir e líder o Corpo de Bombeiros, uma instituição de serviço citadino, fortemente vinculada a realidade municipal, se constituía como um espaço de transição entre a dimensão militar e a civil, justamente pelo fato de a instituição portar em sua essência esse caráter dúbio. Assim, o esforço é acompanhar as possíveis conexões que permitam compreender a ascensão social, o prestígio e as possibilidades de trabalho forjadas por esses sujeitos naquela sociedade, percebendo como, e em qual medida, a passagem pelo Corpo de Bombeiros impactou essas trajetórias.<sup>278</sup>

#### 4.1. O clã Souza Aguiar

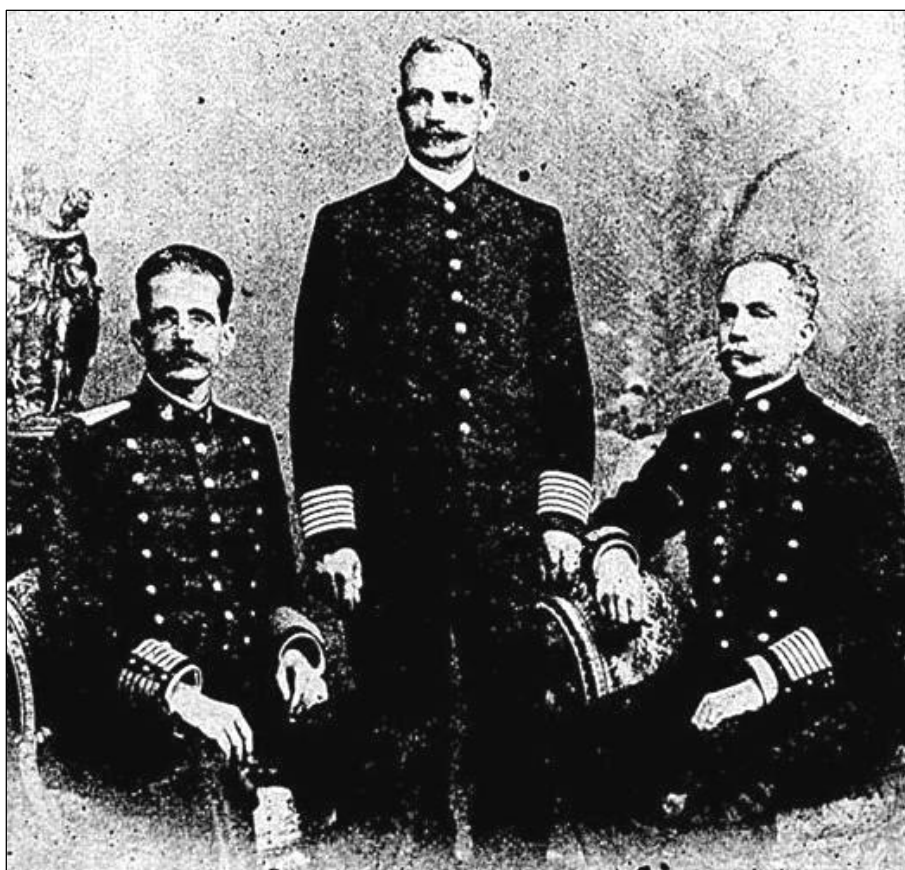


Figura 21. Irmãos Souza Aguiar, em trajes militares.  
*Revista da Semana*, 18 de dezembro de 1904, p. 16

<sup>278</sup> BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 83-98.



A Família Aguiar – Damos hoje os retratos: do general dr. Francisco Marcellino de Souza Aguiar que presentemente desempenha uma comissão importante nos Estados Unidos da América do Norte, qual a de chefe da comissão brasileira na Exposição de S. Luiz; do coronel dr. Benjamin de Souza Aguiar que ocupa o cargo de comandante do corpo de bombeiros, uma das corporações mais notáveis do Brasil e do coronel dr. Antonio Geraldo de Souza Aguiar chefe da casa militar do sr. presidente da República. **Estes militares têm ocupado cargos muito importantes, dando sempre um desempenho brilhante às comissões que lhes são confiadas.** Todos três são engenheiros militares e bacharéis em ciências físicas e matemáticas.<sup>279</sup>

Os militares do Exército brasileiro Francisco Marcelino, Antonio Geraldo e Feliciano Benjamin, tiveram uma carreira profissional de destaque, particularmente nos primeiros anos dos governos republicanos, ao ocuparem importantes cargos da administração pública, tanto na esfera militar quanto na civil. A edição da *Revista da Semana*, publicada em fins do ano de 1904, reconheceu a importância desses personagens destacando em uma de suas fotografias os irmãos Souza Aguiar (Figura 21).

Ao escrever a trajetória dos irmãos Souza Aguiar, considero os contextos em que se deram as diversas relações nas quais estes militares estavam inseridos ao longo de sua “história de vida”. Em termos propostos por Bourdieu, o esforço ao longo do capítulo consiste em mapear os “grupos de sociabilidade” a que os biografados estavam interligados. E partindo daí, busco compreender as forças e disputas que envolviam as trajetórias desses sujeitos dentro do “campo” de possibilidades em que eles estavam inseridos. Sem desconsiderar as coerências e incoerências que permeiam as histórias de quaisquer sujeitos.<sup>280</sup>

Acompanhando os percursos biográficos dos irmãos Souza Aguiar, percebemos que eles se aproximam em diversos momentos, inclusive tornando evidentes as solidariedades, cumplicidades e as redes de influência para a obtenção de vantagens e trocas de favores das mais diversas. Busco, portanto, perceber nessas trajetórias os caminhos possíveis e desejáveis para aqueles que eram indicados ao cargo mais alto do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Quais eram os limites de atuação do comandante? Quais expectativas eram elaboradas sobre o ocupante do cargo?

Ainda que a essência deste capítulo não seja estritamente construirmos a biografia do clã Souza Aguiar, faremos uso das reflexões teórico-metodológicas ligadas à questão biográfica para, de alguma forma, viabilizar o real objetivo do capítulo. Para

<sup>279</sup> *Revista da Semana*, 18 de dezembro de 1904, p. 16, [Grifos meus].

<sup>280</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. RÉMOND, René. (dir.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

tal, tomaremos como fonte básica o *Fé de Ofício* de cada um dos irmãos Souza Aguiar, documento sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), que apresenta narrativa linear da vida profissional do militar.

Os volumes consultados foram organizados em pastas, devidamente encadernadas, com folhas numeradas, e aparentando terem sido elaborados por um mesmo “escrivão” (militar que se apresenta como responsável pelas informações e assina cada uma das páginas). Para o capítulo, tomo os *Fés de Ofício* como ponto de partida e cruzo com outras séries documentais como periódicos, documentos cartoriais, oficiais e institucionais, que possam ser úteis na ampliação da visão sobre a atuação desses sujeitos.

Um dos caminhos que escolhi na construção desse percurso biográfico, foi recuperar a influência que Francisco Primo de Souza Aguiar, patriarca da família, exerceu sobre a escolha dos filhos, seja nas escolhas ligadas à carreira militar ou na vida civil, e até que ponto ter herdado o sobrenome “Souza Aguiar” possibilitou aos filhos, em certa medida, o ingresso, permanência e a inserção em algumas posições de destaque seja no Exército, ou em cargos ligados à sociedade civil. Sem desconsiderar, evidentemente, os movimentos individuais e autônomos dos sujeitos que compõem o clã Souza Aguiar, estive atento para as tensões, inércias e ações dessas trajetórias biográficas como elementos essenciais para a análise.<sup>281</sup>

## 4.2. O patriarca do clã

Os irmãos Francisco Marcelino, Antonio Geraldo e Benjamin Feliciano eram filhos do também militar de carreira, o engenheiro do Exército, Francisco Primo de Souza Aguiar,<sup>282</sup> formado pela Escola Central (antiga Academia Real Militar), nascido em 1818, na Bahia, e filho do cirurgião-mor Antonio José de Souza Aguiar.<sup>283</sup> Francisco Primo pôde ampliar seu conhecimento na Europa, por ter sido agraciado com uma bolsa de estudos concedida pelo governo imperial, onde “teve a oportunidade para pesquisar e analisar as melhores obras de arquitetura e engenharia, bem como os sistemas de esgoto sanitário e abastecimento de água potável utilizado nas cidades visitadas”.<sup>284</sup>

<sup>281</sup> LORIGA, Sabina. A Biografia como problema. In REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>282</sup> Algumas fontes pesquisadas encontram a grafia do sobrenome “Sousa”. Optei por uniformizar a grafia dos membros da família como “Souza”, por assim estar na maior parte dos documentos consultados.

<sup>283</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 96-97.

<sup>284</sup> CAVALCANTI, Nireu.; SANTOS, Renata. op. cit., p. 77.

Francisco Primo de Souza Aguiar fez carreira na vida política e militar nas províncias das regiões Norte e Nordeste do Brasil,<sup>285</sup> conseguindo chegar a posições de destaque na hierarquia do Exército, o que talvez tenha sido uma importante referência para algumas escolhas dos seus filhos que traçaram passos semelhantes aos seus.

Em 1843, o militar recebeu a promoção do cargo de aspirante para segundo tenente do 3º Batalhão de Artilharia a pé, passando a residir na Província de Pernambuco.<sup>286</sup>

Em viagem, Francisco Primo de Souza Aguiar foi por deliberação da Assembleia Provincial da Bahia aperfeiçoar-se na França. Lá, o militar teve a oportunidade de acompanhar diversas obras em várias cidades europeias e se qualificar com mais propriedade em engenharia civil.<sup>287</sup> Informações do relatório do Governo da Província da Bahia indicam que no ano seguinte, em 1844, o militar respondia pela direção de importantes obras na cidade de Salvador, como, por exemplo, nos “reparos do Quartel da Palma, reparos do Quartel da Polícia, melhoramentos da Ladeira da Praça, [e o] calçamento da Ladeira de S. Miguel”.<sup>288</sup> Durante o tempo em que esteve à frente das obras no governo da Bahia, em 1846, conseguiu promoção militar, ascendendo ao posto de primeiro-tenente. Além de, por meio de um pedido do próprio imperador Pedro II ao presidente da província da Bahia, assumir a função de engenheiro responsável pelas obras naquela província.<sup>289</sup>

Em 1849, Primo de Souza Aguiar foi autorizado a aperfeiçoar seus estudos de engenharia na Europa. Na Alemanha, se dedica ao estudo da “arte da pirotecnia”, com especialidade na “confeção dos foguetes Congreve” para utilização em armamentos para combates.<sup>290</sup> O militar permanece no Velho Mundo pelo menos até fins de 1850, onde provavelmente tenha conhecido sua esposa, a austríaca Johanna Maria Freund.<sup>291</sup>

<sup>285</sup> AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: Da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1976, p. 215.

<sup>286</sup> Edições do *Diário de Pernambuco*, 14 de setembro de 1843, p. 2 e 28 de setembro de 1843, p. 2.

<sup>287</sup> Francisco Primo de Souza Aguiar relata a experiência de trabalho e estudos na França no texto “Carta Escrita de Paris”, publicada na edição de *Minerva Brasiliense*, 1º de Abril de 1844, n. 11, p. 329.

<sup>288</sup> BAHIA, *Relatório os Trabalhos do Conselho Interino do Governo*. Typographia de L. A. Portella e Companhia, 1844, p. 88.

<sup>289</sup> *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, 15 de setembro de 1846, p. 1.

<sup>290</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (doravante AHI), 299 02 06. “Aviso, de 3 de Julho de 1849, do Ministério dos Negócios da Guerra pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros”.

<sup>291</sup> AHI, 299 04 16 “Minuta, de 28 de Outubro de 1850, do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério dos Negócios da Guerra; em que o ministro informações sobre a estadia de Francisco Primo na Áustria”.

De volta à Bahia, o militar seguiu aos cargos militares mais elevados. Sua proposta de promoção ao posto de capitão foi debatida, depois de ser encaminhada pelo deputado Mendes da Costa, em sessão única da Câmara, realizada aos 12 de agosto de 1853,<sup>292</sup> como aponta o texto do Decreto Imperial que o conduziu à patente de capitão, e que transferiu Francisco Primo do 4º Batalhão de Artilharia a pé para o Corpo de Engenheiros do Exército.<sup>293</sup>

Na capital baiana, Johanna Maria Freund [de Aguiar], dá à luz, em 2 de junho de 1855, ao filho primogênito do casal, que recebe o nome de Francisco Marcelino de Souza Aguiar.<sup>294</sup> No ano seguinte, Francisco Primo de Souza Aguiar encerrou sua passagem pela Bahia, sendo promovido à posição de major do Corpo de Engenheiros do Exército.<sup>295</sup>

Como podemos perceber, em menos de duas décadas, Francisco Primo conquistou posições importantes dentro da hierarquia do Exército, assim como considerável prestígio na vida profissional e social. Ao escrever um breve relato biográfico familiar, Louis de Souza Aguiar afirmou que Francisco Primo foi promovido ao posto de tenente-coronel de engenharia e teria atuado como deputado estadual da Bahia, todavia, Louis não nos forneceu grandes detalhes sobre essa fase da vida do seu avô.<sup>296</sup>

Em outra publicação, a informação é de que o militar foi nomeado a exercer a função de Inspetor Geral de Tráfego, o que lhe conferia responsabilidade sobre a engenharia de conservação da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Ocupou a função por um curto período – somente de fevereiro a maio de 1859 –, pois Primo de Souza Aguiar teria manifestado não estar interessado em permanecer no cargo. Sua indicação deu-se depois de grave acidente que vitimou o engenheiro da obra e o inspetor responsável pelo tráfego na ferrovia.<sup>297</sup>

<sup>292</sup> CAMARA DOS DEPUTADOS. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Sessão em 13 de agosto de 1853, Rio de Janeiro: Typhografia Parlamentar, 1876, p. 179.

<sup>293</sup> O texto do decreto foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de setembro de 1853, p. 1; Ver também BRASIL, Coleção de Leis do Império. *Decreto nº 708, de 12 de setembro de 1853*, p. 55 Vol. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3pDGn0t>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>294</sup> PINHEIRO, Manoel Carlos. *Francisco Marcellino de Souza Aguiar, vida e obra*. Rio de Janeiro: IPP, 2008, p. 6.

<sup>295</sup> O despacho emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios e da Guerra foi publicado na edição do *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de dezembro de 1856, p. 1.

<sup>296</sup> AGUIAR, Louis de Souza. Op cit., p. 215.

<sup>297</sup> FIGUEIRA, Manuel Fernandes (Org.). *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 1908, p. 36-37. Detalhes sobre o trabalho realizado, ver OTTONI, Christiano Benedicto. *O senhor major de engenheiros Francisco Primo de Souza Aguiar e a estrada de*

Ao deixar os serviços inerentes à estrada de ferro, Francisco Primo de Souza Aguiar chegou ao auge da carreira pública, nomeado como Presidente da Província do Maranhão, em 1861.<sup>298</sup> Apesar das poucas informações sobre a vida da família Souza Aguiar nos anos 1860, os indícios são de que, com a saída do patriarca da administração provincial, em 1862,<sup>299</sup> os Souza Aguiar voltaram a se estabelecer na Corte, o militar assume o ‘Laboratório pyrotechnico de Campinho’, colocando a serviço do Exército a experiência de estudos vivida por ele anos antes.<sup>300</sup> Em paralelo, atuou como professor da Escola Militar na cidade, como descreveu o escritor Sylvio Romero ao relatar suas memórias, como estudante da mesma instituição. Romero classificou Francisco Primo de Souza Aguiar como alguém dotado de “honra imorredora da engenharia militar e do ensino secundário e superior no Brasil, a quem devi[a] principalmente o [s]eu chamado germanismo”.<sup>301</sup>

Em outra obra, em que Romero analisa textos escritos por Machado de Assis, o escritor sergipano reforça a importância de Francisco Primo de Souza Aguiar em sua trajetória acadêmica, explicando que, estando no Rio de Janeiro teve a oportunidade de fazer “os [estudos] preparatórios, sob a direção de homens como Francisco Primo de Souza Aguiar, o grande professor da Escola Militar”.<sup>302</sup> O relato de Sylvio Romero nos ajuda a supor que a família Souza Aguiar, estivesse plenamente estabelecida no Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 1860, tendo inclusive o patriarca da família se (re)estabelecido como docente de cursos nos ensinos secundário e superior. E se reinserido plenamente nas complexas e dinâmicas redes de relações profissionais e afetivas da cidade.

---

*ferro D. Pedro II.* Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. Na publicação, Ottoni responde a uma série de artigos escritos por Francisco Primo que tinham como tema as condições do sistema ferroviário.

<sup>298</sup> Em texto introdutório de Primo de Souza Aguiar no Relatório de Presidente de Província, ele afirma que a carta Imperial indicando ao cargo é de 20 de março de 1861, e que a posse como Presidente da Província do Maranhão ocorreu em 25 de abril do mesmo ano. Na edição de *O Dezenove de Dezembro*, 10 de abril de 1861, p. 4, uma nota breve informa a nomeação. Sobre o trabalho realizado pelo militar, ver MARANHÃO, Província. *Um Presidente e uma Assembleia (opúsculo político)*. Maranhão: Typographia do Progresso, 1862.; e MARANHÃO, Ministério Público. *Correspondência ativa dos promotores públicos do Império: 1861-1862*. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2010. Especialmente o Volume 2, Tomos 9, 10 e 11.

<sup>299</sup> Primo de Souza Aguiar foi substituído por Antonio Manoel de Campos Mello, como indica o *Relatório apresentado pela Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão ao Presidente da Província, por ocasião da instalação da mesma assembleia no dia 27 de outubro de 1862*. São Luiz: Typographia de B. Mattos, 1862. Disponível em: <https://bit.ly/2McasGV>. Acesso em: 10dez.2020.

<sup>300</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. op.cit., p. 97.

<sup>301</sup> ROMERO, Sylvio. *Zéverissimas inepcias da crítica (Repulsas e Desabafos)*. Porto: Oficinas do Commercio do Porto, 1909, p. 31.

<sup>302</sup> ROMERO, Sylvio. *Machado de Assis: Estudo comparativo de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897, p. XXV.

A justificativa mais razoável para isso, e que não podemos desconsiderar, são as constantes viagens realizadas pelo militar, acompanhado de sua família, entre a Corte e as províncias do Norte e Nordeste, especialmente entre as décadas de 1850 e 1860. Isso teria possibilitado que o Rio de Janeiro fosse o local de nascimento de Antonio Geraldo, em 24 de setembro de 1859 e de Benjamin Feliciano, em 31 de março de 1863.<sup>303</sup> Certamente foram nessas inúmeras passagens da família pela cidade, que os laços afetivos foram criados e mantidos, o que pode ter sido fundamental para o futuro dos filhos do casal. Tais laços de solidariedade foram muito úteis para a família, particularmente a partir de 1868, quando se deu o falecimento do patriarca e novas dinâmicas se impuseram sobre a família Souza Aguiar.

#### 4.3.

#### A trindade de comandantes da família Souza Aguiar

Quando ficaram órfãos do pai, o primogênito tinha pouco mais de 10 anos de idade, enquanto seus irmãos Antonio Geraldo e Benjamin tinham, respectivamente, 9 e 5 anos de idade. Os autores que se dedicaram a relatar a história de Francisco Marcelino de Souza Aguiar têm comumente considerado que esses foram anos extremamente difíceis para a família, que passou por graves dificuldades econômicas.<sup>304</sup> Diante da intensidade da crise, Johanna Maria Freund, “[...] por não conseguir manter a família [composta pelos seis filhos] com a pensão (metade do soldo do major) e pecúlio, [...] trabalhou como costureira no Arsenal de Guerra” para que assim pudesse manter o sustento da prole.<sup>305</sup>

Aos 12 anos de idade, Francisco Marcelino de Souza Aguiar havia frequentado tradicionais instituições de educação da Corte. Primeiramente, passou pelo Colégio Pinheiro, em seguida estudou no Colégio do Mosteiro de São Bento e, por fim, no Colégio Victorio – um dos mais afamados da cidade.<sup>306</sup> Provavelmente o fato de seu pai atuar

<sup>303</sup> Arquivo Histórico do Exército (doravante AHEx), *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145 e *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8.

<sup>304</sup> Os autores que se dedicaram, de alguma forma, a recuperar principais momentos da vida de Aguiar foram: FARIA, Ernesto de. *Discurso*. Proferido no palácio da prefeitura em 2 de junho de 1908, na manifestação ao prefeito [general dr. Francisco Marcelino de Souza Aguiar] por ocasião do seu aniversário natalício, 1908[?] (Obras Gerais (BN) I-389,2,15, n.10); AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: Da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro: S/Ed., 1976; PINHEIRO, Manoel Carlos. *Francisco Marcellino de Souza Aguiar: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: IPP, 2008; CAVALCANTI, Nireu.; SANTOS, Renata. *Casarão Vermelho: Centenário da construção do quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, 1908-2008*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008; e ABREU, Verbete: “AGUIAR, Sousa”. In: ABREU. Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ZDv11W>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>305</sup> PINHEIRO, Manoel Carlos. op. cit., 2008, p. 6. Nas fontes pesquisadas até o momento, não constam registros nominais sobre os outros filhos do casal.

<sup>306</sup> Idem, p. 6.

como docente e, como salientou Romero, ser estimado por alunos e respeitado por profissionais ligados ao sistema de educação formal, tenha ajudado na permanência discente de Francisco Marcelino e de seus irmãos. Ainda que informações sobre esses primeiros anos de vida e formação escolar dos irmãos sejam escassas, é razoável supormos que tenham feito uso das redes de solidariedade após a morte do patriarca. Sendo bem possível que, diante da situação financeira da família, tenham cursado o ensino elementar nessas instituições de renome por meio de bolsas de estudos, ou mesmo tenham contado com a solidariedade de políticos influentes. O certo é que aqueles foram anos em que o primogênito da família, e seus irmãos, tiveram acesso a um sistema de ensino de qualidade, o que certamente favoreceu bastante a formação para suas futuras vidas acadêmicas.

Iniciando carreira militar em 1869, Francisco Marcelino “assentou praça voluntariamente, no Batalhão de Engenheiros, com destino ao Primeiro Batalhão de Artilharia a pé. Sendo nesse dia, matriculado nas aulas do curso preparatório anexo à Escola Militar da Corte”.<sup>307</sup> Em 1874, foi nomeado para o posto de soldado do 1º Batalhão de Artilharia a pé.<sup>308</sup> Dois anos mais tarde, passou para o posto de alferes-aluno e com a conclusão do curso de Engenharia, em 1876, conseguiu promoção ao posto de 1º tenente,<sup>309</sup> sendo nomeado logo em seguida como instrutor-geral da Escola de Tiro.<sup>310</sup>

Os irmãos mais novos seguiram passos semelhantes aos do primogênito. Ao concluir as etapas iniciais da formação educacional, Antonio Geraldo ingressa no Primeiro Batalhão de Artilharia a Pé do Exército, em 1873, e, a exemplo do Marcelino, também frequenta o curso preparatório na Escola Militar da Corte<sup>311</sup>, cursando engenharia militar entre os anos de 1876 e 1881.

Feliciano Benjamin, por sua vez, foi matriculado no curso preparatório da Escola Militar da Corte, em 1880.<sup>312</sup> Como estudante do curso de engenharia militar, em 1885, integrou a Comissão de Engenheiros na Imperial Fazenda de Santa Cruz, onde se destacou por suas habilidades.<sup>313</sup>

<sup>307</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Francisco Marcellino de Souza Aguiar, VIIA-1-42.

<sup>308</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de janeiro de 1874, p. 3.

<sup>309</sup> Uma pequena nota publicada na edição de *O Globo*, 16 de dezembro de 1875, p.1, traz o nome de Francisco Marcelino de Souza Aguiar entre os alunos listados como aprovados nos exames feitos no curso superior de Engenharia, da Escola Militar, em 1875.

<sup>310</sup> AGUIAR, Louis de Souza. op.cit., p. 215.

<sup>311</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145, p. 1v.

<sup>312</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8, p. 1.

<sup>313</sup> Idem, p. 2.

Nesses primeiros anos de formação e trabalho no Exército, as trajetórias dos irmãos Souza Aguiar se aproximaram a do pai, talvez o alistamento de Francisco Marcelino e Antonio Geraldo como voluntários no Batalhão de Engenheiros seja um indicativo das relações estabelecidas por Francisco Primo durante os anos em que atuou no Exército. Especulações à parte, o que notaremos nos anos que seguem, no percurso biográfico de cada um dos irmãos, é a conquista paulatina de espaço e reconhecimento profissional.<sup>314</sup> Ainda que sejam poucas as evidências sobre os primeiros anos de trabalho dos irmãos Souza Aguiar como engenheiros do Exército, são os relatórios contidos nos *Fé de Ofício* que nos ajudam a acompanhar os caminhos trilhados por eles.

A primeira oportunidade profissional do então engenheiro Francisco Marcelino foi a nomeação para integrar a Comissão de Engenharia na Província do Rio Grande do Sul, segundo a portaria do Ministério da Guerra, publicada em 8 de agosto 1879.<sup>315</sup> Lá, o militar auxiliou nos afazeres relacionados à demarcação das fronteiras do Brasil com o Uruguai,<sup>316</sup> além de estar envolvido na reconstrução de quartéis em algumas localidades gaúchas como São Gabriel e Bagé.<sup>317</sup> Foi também durante a sua estadia na região que Francisco Marcelino casou-se com Maria Gabriela Bica, em 1883, no mesmo ano da morte da matriarca do clã Souza Aguiar, Johanna Maria Freund, no Rio de Janeiro.<sup>318</sup>

Para os outros dois irmãos mais novos as primeiras missões de trabalho são também na região Sul do país. Antonio Geraldo serviu ao Exército na fundação da Colônia Militar de Chapecó, projeto que vinha sendo postergado pelo Exército desde 1859.<sup>319</sup> Já Feliciano Benjamin, tendo concluído o curso de engenharia militar, em 1887, realizou trabalhos em quartéis do Rio de Janeiro até 1890, seguindo para o Paraná. No Sul, Feliciano Benjamin foi nomeado auxiliar da comissão encarregada de fundar uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu, além disso, o militar respondeu pelas obras de construção de estradas consideradas essenciais para o desenvolvimento da região.<sup>320</sup>

<sup>314</sup> O registro publicado no *Almanak do Ministério da Guerra*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 378, mostra seu assentamento como praça em 2 de janeiro de 1869, e sua promoção para o posto de alferes-aluno em 10 de janeiro de 1874 no curso de infantaria e cavalaria.

<sup>315</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Francisco Marcellino de Souza Aguiar, VIII-A-1-42, p. 6.

<sup>316</sup> AGUIAR, Louis de Souza. op. cit., p. 215.

<sup>317</sup> A edição do jornal *Tribuna Militar*, 27 de novembro de 1881, p.3., apresenta um relatório de Souza Aguiar sobre as péssimas condições do edifício que abrigava a unidade militar em São Gabriel.

<sup>318</sup> PINHEIRO, Manoel Carlos. op. cit., p. 6.

<sup>319</sup> O decreto imperial determinava a construção da Colônia naquele ano, porém não foi executada a obra. BRASIL, *Leis do Império do. Decreto nº 2.502, de 16 de Novembro de 1859*, p. 258, v. I. Disponível em: <https://bit.ly/2McwTvF>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>320</sup> Idem p. 2 v. *O Brazil*, 12 de novembro de 1890, p. 2.



De volta ao Rio de Janeiro, em 1891, Francisco Marcelino é promovido ao posto de tenente-coronel. Na ocasião, o militar é indicado para ocupar o posto de comandante do Primeiro Batalhão de Engenharia, onde atuou por um curto período, permanecendo ali até inícios de 1892.<sup>321</sup> Lá, o militar “organizou dois projetos de quartéis, um para infantaria e outro para cavalaria, que foram considerados como modelos e como tal adotados” como referência para outras obras congêneres.<sup>322</sup>

Antonio Geraldo, por sua vez, volta às terras fluminenses em 1883, vinculou-se à Diretoria das Estradas de Ferro, do Ministério da Agricultura, experiência que durou pouco mais de um ano, e que posteriormente possibilitaria ao militar a ocupação da direção de um dos maiores sistemas ferroviários do Brasil. Ainda entre os anos de 1885 e 1888, Antonio Geraldo ocupou-se de diversos cargos ligados diretamente ao Exército, no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil, como na Província de Santa Catarina, onde foi encarregado na Comissão de Obras Militares,<sup>323</sup> e Mato Grosso, como ajudante da Escola Geral de Tiro de Campo Grande.<sup>324</sup>

Entre os anos de 1880 e 1890 expressões elogiosas começaram a figurar como costumeiras nos *Fé de Ofício* dos irmãos Souza Aguiar. Termos do tipo “louvado pela muita inteligência, rara aptidão e incansável atividade”, ou ainda, “agradecido [pelo Chefe] os bons serviços que prestou (...) pelo muito zelo e amor ao trabalho, qualidades que revelou no desempenho do cargo”<sup>325</sup> surgem com maior frequência tanto no relatório de Francisco Marcelino, como também no de Antonio Geraldo, em que os elogios são descritos depois do seu desligamento da Escola de Tiro, em 1888. No documento, o engenheiro é identificado “pelo inextinguível zelo, interesse e dedicação com que desempenhou múltiplas obrigações”, “bem como pelos dotes militares que revelou” desde que assumiu a ajudância naquela instituição.<sup>326</sup> Sua passagem por Santa Catarina também rendeu loas por parte do presidente daquela província, Francisco José da Rocha, em correspondência a Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, então Ministro da Guerra.

Na carta, Francisco José da Rocha se refere ao militar como alguém que

<sup>321</sup> Idem, p. 7-8.

<sup>322</sup> AGUIAR, Louis de Souza. op. cit., p. 215.

<sup>323</sup> Entre os ofícios emitidos por Antonio Geraldo de Souza Aguiar ao Presidente de Província de Santa Catarina podemos citar o que requisitava pagamento de contas relativas às obras na região. Disponível em: <https://bit.ly/2ZF6CsZ>; ou documento solicitando pagamento de férias para os operários das obras. Disponível em: <https://bit.ly/2MbqVuR>. Acessos em: 10 dez. 2020.

<sup>324</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145, p. 2-4.

<sup>325</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Francisco Marcellino de Souza Aguiar, VII A-1-42, p. 6-8.

<sup>326</sup> Idem, p. 4.

conservou-se sempre na altura da confiança nele depositada pelo governo imperial, (...) sendo um dos melhores e interessados (sic) auxiliares que a administração tem tido, e durante a epidemia, [ocorrida na província] de fevereiro a junho [de 1886], prestou os mais relevantes serviços na direção dos trabalhos inerentes às medidas sanitárias.<sup>327</sup>

A passagem pelo Paraná rendeu também a Feliciano Benjamin de Souza Aguiar palavras elogiosas por parte de seu superior. No texto, ele é descrito como alguém “[re]conhecido [por] seus companheiros de trabalho, por seu nobre caráter altivo e retidão no desempenho do cargo que exercia, ligados à amenidade do trato, sempre gozou de estima a que tinha direito”.<sup>328</sup>

Possivelmente a herança nominal deixada pelo pai tenha sido de grande valia para os jovens da família Souza Aguiar, particularmente nestes primeiros anos de carreira. Sendo até mesmo razoável afirmarmos que eles tenham conseguido, em grande medida, superar o fato de serem filhos de Francisco Primo de Souza Aguiar e, por meio do trabalho eficiente e dedicação, passaram então a ser reconhecidos por seus próprios méritos. Ainda que os documentos até o momento aqui arrolados, em sua maioria, tenham sido produzidos pelo Exército Brasileiro, e que essencialmente apresentem o caráter panegírico, compreendemos que a louvação e os elogios direcionados aos irmãos Souza Aguiar devam ser observados com a devida cautela. Mesmo sendo característicos desse tipo de documentação, os constantes elogios expressam relativo reconhecimento por parte dos seus superiores e não excluem o desenvolvimento profissional nos percursos biográficos dos irmãos, isto é, não anulam o fato de que eles ocuparam cargos importantes, o que pode ter se dado, em grande medida, pela sua eficiência, talento e capacidades como gestores. Do mesmo modo que as avaliações produzidas por seus pares militares justificam, em certa medida, os históricos de ascensão profissional.

Portanto, tais elogios e o reconhecimento de sua competência podem também ser interpretados como elemento real para o progresso de suas carreiras nos anos seguintes. Especialmente porque a década de 1890 foi o início de um período fronteiriço no percurso biográfico dos irmãos. Foi a partir dessa década que as possibilidades de atuação em serviços voltados diretamente para a sociedade civil se tornaram uma marca forte na carreira do clã Souza Aguiar.

Antonio Geraldo inaugura esse novo tempo, em fevereiro de 1886, ao ocupar as funções de Ajudante Geral do Corpo de Bombeiros da Corte, instituição que à época era

<sup>327</sup> Idem, p. 4 v.

<sup>328</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8, p. 4v.

subordinado ao Ministério da Agricultura, iniciando, assim, a longa passagem da família Souza Aguiar pelo comando da corporação.<sup>329</sup> Poucas são as informações sobre as atividades realizadas pelo militar junto ao Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Sua passagem pela instituição foi discreta, estando suas ocupações voltadas para rotinas cotidianas, tendo maior destaque durante os breves períodos que assumiu, de forma interina, o cargo de comandante da Instituição, entre os anos de 1890 e 1891.

Francisco Marcelino, por sua vez, conseguiu uma importante posição no Ministério da Guerra, em cargo de Secretário do Ministro.<sup>330</sup> E ainda naquele ano, recebeu do próprio presidente da república, Marechal Floriano Peixoto, uma demanda especial: tratava-se da encomenda do projeto de um edifício que abrigasse um hospital que servisse aos militares do Exército.<sup>331</sup>

Terminado o plano de trabalho, alguns detalhes sobre o projeto foram noticiados no *Jornal do Commercio*:

Está pronta a planta para o grande hospital central, que tem de ser construído em terrenos próximos à estação de S. Francisco Xavier e que hoje será apresentado ao Sr. Vice-Presidente da República pelo seu autor, o tenente-coronel do corpo de engenheiros (...).

O hospital é destinado a 550 enfermos, tendo 16 enfermarias para praças de pret, uma para presos, oito para oficiais e inferiores, quatro pavilhões para quatro doentes cada um, para doentes de moléstias contagiosas, edifício central para a administração, residência de irmãs de caridade, sendo de sobrado estes dois, desinfetório, casa mortuária, gabinete para autopsias, casa para serventes, depósito e incineração do lixo; sendo ao todo 28 edifícios separados, dos quais 26 são de um só pavimento, com porões de 1m, 60, tudo isto em uma área de 250 metros de frente e 282 de fundo.

O Sr. Dr. Aguiar procurou seguir os conselhos dos mais afamados higienistas.<sup>332</sup>

O Hospital Central do Exército (HCE) era uma demanda importante daqueles militares, principalmente para os soldados, por exemplo, denominados ‘praças de pret’.

As origens mais remotas do HCE remontam à organização hospitalar criada pelo Conde de Azambuja em 1768 nas antigas instalações do Colégio dos Jesuítas. Depois, transformado em Hospital Militar da Guarnição da Corte, ainda se localizava no Morro do Castelo. Com o

<sup>329</sup> Entre 1890 e 1960, quatro militares da família ocuparam o comando do Corpo de Bombeiros. Dos 70 anos de comando, 21 ficaram sob as ordens de um membro da família Souza Aguiar. Disponível em: <https://bit.ly/3kacHXD>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>330</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 1891, p.1 e 2 de fevereiro de 1892, p.1 (respectivamente).

<sup>331</sup> BRASIL, *Coleção de Leis do. 1890, Decreto nº 277, de 22 de março de 1890*, p. 427, v. 1, fasc. III. Disponível em: <https://bit.ly/3dAYIJg>. Acesso em: 10 dez. 2020. Reorganizava o Corpo de Saúde e o serviço hospitalar do Exército.; Aprovado pelo Decreto nº 307, de 7 de abril de 1890, p. 511, v. 1 fasc. IV. Disponível em: <https://bit.ly/3uj9UjC>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>332</sup> *Jornal do Commercio*, 7 de junho de 1892, p. 2.

advento da República foi criado na Capital Federal, um hospital central, que foi denominado Hospital Central do Exército.<sup>333</sup>

Sua execução, muito mais do que uma simples construção, como tantas outras que o militar-engenheiro foi convidado a realizar, foi sem dúvidas um marco na carreira de Francisco Marcelino de Souza Aguiar, por ter consolidado seu ingresso nas fileiras dos planos de obras públicas de proporções maximizadas e que faziam parte do interesse nacional mais amplo dentro desse cenário republicano.<sup>334</sup>

A execução do projeto do Hospital Central do Exército foi uma oportunidade não somente para Francisco Marcelino, mas também para o seu irmão mais novo. Promovido a capitão do Exército, Feliciano Benjamin recebeu a nomeação para atuar como encarregado das obras de construção do Hospital.<sup>335</sup> Sendo razoável supormos que sua indicação tenha sido articulada por influência do seu irmão, que era o autor do projeto.

Concomitantemente ao trabalho junto às obras do Hospital Central, Feliciano assumiu a chefia da 8ª seção da Repartição Geral dos Telégrafos, na qual permaneceu até 1896. Essa indicação sinaliza e reforça as suspeitas de que atuação profissional dos irmãos Souza Aguiar fora das esferas militares estava cada vez mais consolidada. Ainda que, no ano seguinte, Feliciano Benjamin volte aos trabalhos vinculados ao Exército, ao deixar a Repartição Geral de Telégrafos e assumir um cargo na Diretoria Geral de Obras Militares, em seção do Exército em que deveriam “propor e providenciar acerca do serviço de obras militares no Brasil”.<sup>336</sup>

Após entregar o projeto do Hospital Central do Exército, Francisco Marcelino foi convidado para integrar a comissão brasileira da Exposição Internacional de Chicago, ocorrida em 1893, Francisco Marcelino reconheceu a oportunidade de mostrar seu talento como engenheiro internacionalmente. O projeto, de sua responsabilidade, um prédio em estilo eclético, teve custo estimado em \$90,000 dólares.<sup>337</sup> Tratava-se de um esforço evidente do engenheiro militar para oferecer ao visitante da Feira uma visão macro sobre o Brasil. Como nos demais pavilhões representados por outros países, a estratégia primaz

<sup>333</sup> KLAJMAN, Charles. *O conhecimento científico divulgado pelos soldados através da farda branca, através do periódico Medicina Militar (1910-1923)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2011, p. 60.

<sup>334</sup> Para mais informações sobre os antecedentes e o processo de construção em SILVA, Alberto Martins da. *Hospital Central do Exército: 1768-1998*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 158, n. 397, p. 977-1017, out.-dez., 1997.

<sup>335</sup> *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1891, p. 1.

<sup>336</sup> VIANNA, José Feliciano Lobo. *Guia Militar para o ano de 1898*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897, p. 339

<sup>337</sup> APPELBAUM, Stanley. *Spectacle in the White City: the Chicago 1893 World's Fair*. New York: Calla; Dover, 2009, p. 102.

consistia em exibir símbolos nacionais, consolidando as pretensões de inserção de cada nação nas dinâmicas capitalistas. Para tal, era reforçada a suposta vocação brasileira como país agrícola e exportador.

Uma nova imagem para o Brasil poderia ser forjada: um país Republicano, moderno, em que a mácula do aviltante trabalho servil havia sido definitivamente superada.<sup>338</sup>

Composta por cientistas, intelectuais, militares e empresários, a delegação do país não mediu esforços para comercializar o principal produto da nação, o café. O Brasil – ou melhor, um grupo de fazendeiros do Rio de Janeiro e São Paulo – optou por erguer um prédio próprio, onde mudas da planta eram expostas e a bebida era servida ao público norte-americano.<sup>339</sup>

O pavilhão projetado do por Souza Aguiar, possuía estilo misto e fundia diferentes tradições monumentais da *École des Beaux-Arts*, era acompanhado pelo exotismo tropical do café, dando o tom à imagem de Brasil.<sup>340</sup>

Também para Antonio Geraldo, a década de 1890 marcou, na sua maior parte, a ascensão na carreira militar e nas atividades profissionais, até que ele chegasse ao posto de tenente-coronel do Exército brasileiro, em 1891, e, no ano seguinte, recebesse a nomeação para ocupar a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil – ou seja, a desafiante tarefa de administrar uma das maiores e mais importantes malhas ferroviárias do Brasil.

O trabalho no sistema ferroviário da Central do Brasil estava ligado em parte à sua própria história profissional, mas também aos caminhos trilhados por seu pai, que trabalhou na mesma companhia entre os meses de fevereiro e maio de 1859. No relatório apresentado, em inícios de 1892, por Antonio Geraldo de Souza Aguiar ao então Ministro Serzedello Corrêa, dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, nos ajuda a compreender a dimensão dos trabalhos que estavam sob a responsabilidade do diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. A via férrea da companhia estendia-se por pouco mais de 1.120km, em fins de 1891. O quantitativo de transportados alcançava 9.394.069

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> GIMENES, Gabriela Xabay. A Exposição Universal de Chicago (1893): reflexões sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo na virada do século XIX para o XX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 22, p. 147-181, Jan/Jun, 2017.

<sup>340</sup> PEREIRA, Margareth da Silva. Uma arqueologia da modernidade brasileira: a participação do Brasil nas Exposições Universais. In: BRITES, Blanca; CATTANI, Icleia Borsa; KERN, Maria Lucia Bastos, (Orgs). *Modernidade: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Arte*. Porto Alegre: Instituto de Arte; UFRGS, 1991, p. 88-99.

passageiros, tal fluxo respondia por uma receita de 4.931:221\$230 (quatro mil, novecentos e trinta e um contos, duzentos e vinte e um mil e duzentos e trinta réis). Comparando-se com os números do ano de 1882, em que temos 2.780.127 passageiros,<sup>341</sup> nota-se que, em uma década o volume de passageiros transportados cresceu 29,59%, e que o tamanho e a importância do sistema de trens operados pela Central do Brasil também haviam crescido.<sup>342</sup>

Ainda que os documentos consultados não nos permitam compreender ao certo as motivações que conduziram Antonio Geraldo a pedir a sua exoneração do cargo de diretor da Estrada de Ferro, em 1893, algumas pistas nos indicam que algum problema de saúde pode ter sido o grande motivador para sua decisão. Tal suposição é reforçada pelos pedidos de afastamento para cuidados médicos logo no período imediato à sua nomeação para o cargo de diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. No primeiro deles, a dispensa médica compreenderia os meses de março e maio de 1892, embora o afastamento tivesse que ser interrompido poucos dias após seu início devido ao grave acidente envolvendo uma das composições ferroviárias da companhia, que teve o triste saldo de um funcionário morto e outros treze feridos, dos quais oito eram passageiros. Diante da gravidade dos fatos, Antonio Geraldo viu-se obrigado a antecipar prontamente seu retorno à direção da Estrada de Ferro.<sup>343</sup>

O outro pedido de afastamento, também para cuidados médicos por noventa dias, entre novembro de 1892 até janeiro de 1893,<sup>344</sup> reforça ainda mais a nossa suspeita de que o problema de saúde não tenha sido resolvido, daí a necessidade de um novo afastamento. Tais questões de saúde podem, inclusive, ter de alguma forma impedido que o major pudesse atender ao nível de exigência do cargo. O fato é que sua exoneração, em 9 de março de 1893, pôs fim ao seu exercício como diretor da Ferrovia Central do Brasil, sendo em seguida enviado para trabalhar no estado de Pernambuco.

Por outro lado, sua administração foi reconhecidamente marcante na história da instituição, a ponto de mesmo alguns anos depois de sua saída da direção da Estrada Ferro

<sup>341</sup> BRASIL, Estrada de Ferro Central do. *Relatório apresentado pelo diretor Tenente-Coronel de Engenheiros Antonio Geraldo de Souza Aguiar*, referente ao ano de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 1-9.

<sup>342</sup> Para mais detalhes sobre a administração de Antonio Geraldo de Souza Aguiar no sistema ferroviário, ver BENÉVOLO, Ademar. *Introdução à História Ferroviária do Brasil: Estudo social, político e histórico*. Recife: Edições Folha da Manhã, 1953.; VASCONCELLOS, Max. *Vias brasileiras de comunicação: Estrada de Ferro Central do Brasil, linha do centro e ramais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

<sup>343</sup> Sobre o retorno antecipado do militar, ver FIGUEIRA, Manuel Fernandes (Org.). *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*, p. 367. Sobre o acidente ver a cobertura jornalística realizada pelo *O Paiz*, 17 de março de 1892, p.1 e pela *Gazeta de Notícias*, 17 de março de 1892, p.1.

<sup>344</sup> O novo pedido de afastamento foi noticiado pela *Gazeta de Notícias*, 30 de novembro de 1892, p.1.

Central do Brasil, Antonio Geraldo ter sido homenageado pela nova diretoria da instituição, que deu o sobrenome “Souza Aguiar” a uma das estações ferroviárias da linha, no atual município mineiro de Simão Pereira.<sup>345</sup>

Instalado no Nordeste do Brasil, Antonio Geraldo passou a responder pela inspeção de fortificações e obras diversas. Em seu *Fé de ofício*, o texto sugere que o período entre os anos de 1893 e 1895 foram de relativa tranquilidade para ele, inclusive não ocorrendo “alterações” significativas nas funções e trabalhos realizados. Talvez esse tenha sido o período que Antonio Geraldo de Souza Aguiar tenha se dedicado ao tratamento para restabelecer suas condições de saúde, o que justificaria o fato de, somente em 1896, ele ter assumido o trabalho de chefia das obras de construção de um lazareto em Pernambuco.<sup>346</sup>

Já Feliciano Benjamin, depois de atuar na Diretoria Geral de Obras militares, mantém-se em ascensão profissional dentro da estrutura do Exército, sendo nomeado Adjunto do gabinete do chefe do Estado Maior da instituição, em 1899, órgão esse diretamente subordinado ao Comando do Estado Maior. A tarefa conferia relativo prestígio ao militar, o que possibilitou inclusive que, em fins de 1902, ele pudesse ocupar interinamente o cargo de chefe de gabinete da Repartição do Estado Maior, tendo acesso direto ao chefe do Estado Maior do Exército. Foi nesse período ainda que Feliciano Benjamin foi elevado por mérito ao posto de major do Exército.<sup>347</sup>

Para o primogênito do clã, as oportunidades não poderiam ser melhores. Em fevereiro de 1894, Francisco Marcelino assume o cargo de diretor geral da Repartição dos Telégrafos, o que veio acompanhado de uma promoção, por mérito, ao posto de coronel, como destaca sua ficha de assentamento no Exército.<sup>348</sup> Tal indicação para a Repartição de Telégrafos tratava-se de outra grande oportunidade de trabalho fora das esferas militares, uma vez que a Repartição era a representação de um dos serviços considerados mais modernos e civilizados no Brasil, durante a virada do século.

A tecnologia telegráfica prometia acelerar a comunicação, encolhendo o mundo ao transportar mensagens, por meio da eletricidade, pelos continentes e oceanos. Possibilitando, portanto, que as notícias e ideias circulassem com mais agilidade, transformando as formas de comunicação. Pela importância do cargo, o primogênito do

<sup>345</sup> Para detalhes sobre a estação ferroviária ver <https://bit.ly/3bsdFdV>. Acesso em 10 dez. 2020.

<sup>346</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145, p. 7.

<sup>347</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8, p.6. (por decreto de 16 de dezembro; *A República*, 21 de dezembro de 1900, p. 1)

<sup>348</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, VIIA-1-42, p. 12.

clã Souza Aguiar tinha a oportunidade de realizar um trabalho de destaque, o que poderia possibilitar ainda mais a ampliação de sua rede de relações e sua inserção em projetos futuros.

Em janeiro 1897, o texto publicado em uma pequena nota no *Jornal do Brasil*, informou que no dia 28, o coronel do Exército Francisco Marcelino de Souza Aguiar foi recebido no quartel central do Corpo de Bombeiros, ao som da banda de música da corporação, pelo comandante interino, o tenente-coronel Eugênio Jardim (1893-1894). Tratava-se da cerimônia de posse do militar no comando dos bombeiros, atendendo ao decreto de nomeação emitido dias antes. Após “dirigir palavras de animação e incentivo aqueles de quem conta com leal coadjuvação”, o novo comandante seguiu para suas dependências de trabalho.<sup>349</sup>

Poucas são as evidências que nos permitam realizar afirmações sobre as articulações formadas em torno da indicação de Francisco Marcelino de Souza Aguiar ao cargo. Uma nota publicada na *Revista de Engenharia*, no ano de 1890, nos fornece alguns dados interessantes sobre a temática. O texto informa sobre a autorização dada pelo ministro da Guerra naquele ano, para que Aguiar elaborasse um projeto para o novo quartel general da corporação,<sup>350</sup> ou seja, o nome do engenheiro já circulava como possível autor do projeto para o novo quartel alguns anos antes da sua nomeação para comandar a corporação. É possível que seu nome tenha ganhado força para ocupar a função de comandante, especialmente depois de desempenhos exitosos nos grandes projetos e obras em que ele esteve envolvido, e que a decisão por sua indicação para o cargo de comandante do Corpo de Bombeiros estivesse relacionada fortemente com os interesses do Governo Federal para que, finalmente, o edifício, em melhores condições de abrigar um novo quartel central para a corporação, pudesse sair definitivamente do papel.

Há alguns anos o ministro da Justiça vinha expondo em seus relatórios à presidência da república as condições do prédio que abrigava o principal quartel dos bombeiros, situado à Praça da Aclamação (Campo de Sant’anna). Nas palavras de Amaro Cavalcanti, o ministro naquele ano, “o velho edifício que, há mais de 30 anos, serve de

---

<sup>349</sup> *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1897, p. 2.

<sup>350</sup> *Revista de Engenharia*, 14 de janeiro de 1890, p. 341.



quartel central deste corpo não satisfaz por forma alguma as exigências do serviço, que cresce constantemente com o desenvolvimento da cidade”.<sup>351</sup>

A fala incisiva de Cavalcanti sobre as condições insalubres indica que as instalações e a falta de planejamento do prédio, que foi sofrendo inúmeras adaptações improvisadas desde 1865 quando ali foi acomodada a corporação, paulatinamente se tornou entrave para uma eficiente atuação dos homens do Corpo de Bombeiros. A precariedade na estrutura do prédio acabava por dificultar a circulação rápida dos veículos e o armazenamento e uso de equipamentos e materiais nas ocorrências.<sup>352</sup>

O argumento de Amaro Cavalcanti era fortalecido pelas próprias condições da Capital Federal nas últimas décadas do século XIX, que se via diante do vertiginoso aumento da sua população, associado à expansão da malha urbana. Isso exigia dos bombeiros melhor infraestrutura para atender aos sinistros que quantitativamente acompanhavam tal avolumamento.

Outro relatório, elaborado ao fim dos primeiros anos de gestão do comandante Francisco Marcelino, reforçava os argumentos anteriormente apresentados:

Durante os anos de 1899 e seguinte pouco pôde fazer o comando, dispondo apenas de verbas ordinárias, consignadas nos orçamentos, mas, ainda assim [foi] encetado o trabalho mais urgente de reorganização (...).

As oficinas, [estão] funcionando, embora em espaço muito limitado, tinham agora uma existência real pelo desenvolvimento de umas e criação de novas.<sup>353</sup>

No plano financeiro, a situação econômica do Governo Federal não era das mais favoráveis, afinal, a realização de obras daquela magnitude e a obtenção de materiais tinham um significado direto e pouco desejado, concretizado no aumento de despesas. A crise gerada pela febre especulativa, aumento dos preços e do custo de vida em geral,

<sup>351</sup> BRASIL, *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897, p. 137. Disponível em: <https://bit.ly/3pludmW>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>352</sup> No ano de 1896, o ministro Antônio Gonçalves Ferreira, ocupante do ministério da justiça reiterou a situação do quartel central ao presidente da republicam, explicando que “a construção de um quartel é indispensável, pois o atual, além de estar em péssimas condições, não dispõe de acomodações apropriadas para os oficiais e para as oficinas, as quais precisam de muitos melhoramentos, nem para a arrecadação porquanto a existente não comporta o material do Corpo”. BRASIL, *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 94. Disponível em: <https://bit.ly/2ZE6ZnG>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>353</sup> BRASIL, Corpo de Bombeiros. *Breve Notícia: sobre a fundação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 41.

tornavam aquele cenário desanimador.<sup>354</sup> Diante disso, Souza Aguiar reconheceu naquela situação a possibilidade de realizar um trabalho de excelência e que, a partir daí, poderiam surgir novas e maiores oportunidades, e que a ele fosse conferido maior prestígio.

Nas oficinas do Corpo de Bombeiros, a confecção de rodas raiadas de madeira – um trabalho muito especializado – foi sendo aperfeiçoado pelos homens da corporação. Na época, pouquíssimos artífices dominavam essa arte, que era muito valorizada, pois, rodas adornadas em carruagens de particulares conferiam status particular. Reunindo oficinas adequadas para a execução das rodas raiadas, pessoal especializado e mercado consumidor, só restava ao comandante aproveitar a oportunidade e iniciar a comercialização das peças ornamentadas, o que possibilitou adquirir recursos por outra via àquela do Governo Federal.<sup>355</sup> Se de fato os recursos foram direcionados para as obras ou para obtenção de novos equipamentos, como descreveu Mattos, não podemos afirmar com segurança. Todavia, o interessante nessa história é o empenho e ousadia do comandante Francisco Marcelino de Souza Aguiar diante das limitações financeiras e dos esforços significativos para concretizar o projeto.

Apesar da urgência imposta pela situação calamitosa em que se encontrava o velho quartel central do Corpo de Bombeiros, a verba não chegava. E certamente ao aceitar a indicação para o comando da corporação, Francisco Marcelino Souza Aguiar conhecia perfeitamente a crise financeira que assolava o Estado, assim como eram do seu conhecimento as condições de trabalho que encontraria na corporação.

Trabalhou com o que havia de disponível naqueles anos iniciais de seu comando e promoveu uma espécie de “choque de gestão”, reorganizando espaços e recursos e promovendo ações que chegaram ao conhecimento de Epitácio Pessoa, na ocasião responsável pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que em ofício incentivou as ações desempenhadas pelo comandante Souza Aguiar:

Na visita que ontem fiz à estação central do Corpo sob o vosso comando, tive a satisfação de verificar não só o resultado dos esforços que haveis empregado para a conservação e melhoramento do quartel, suas oficinas e mais dependências, onde observei a melhor regularidade, asseio e boa ordem, mas também a disciplina, garbo e presteza com que foram efetuadas as diversas manobras e evoluções que então ordenastes; pelo que me é grato louvar-vos bem como aos

---

<sup>354</sup> Um panorama sobre o “Encilhamento” vivido naqueles anos pode ser visto em CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 19-22.

<sup>355</sup> MATTOS, Antonio. Oficina especializada em rodas de madeira. In: *Revista Avante Bombeiro*, Julho/2008, p. 34.

oficiais e praças desse corpo, que assim concorrem para manter brilhantes suas tradições.<sup>356</sup>

Entretanto, era preciso muito mais do que boa vontade para dar dignidade à tropa e de fato prestar um serviço de qualidade à população carioca. “Para os trabalhos de reconstrução foram destinados 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) em 1900, e 100:000\$000 (cem contos de réis) em 1901. Essas verbas só tiveram aplicação na compra de materiais”, e o comandante Francisco Marcelino regeu uma operação arriscada de construção do edifício em etapas. A dificuldade consistia em reaproveitar trechos da velha construção, com orçamento escasso e sem paralisar as atividades da corporação no quartel central. A solução apresentada foi empregar “na execução daqueles trabalhos as praças do estado efetivo do Corpo, as quais não receberiam gratificação especial pelo serviço extraordinário que prestaram”.<sup>357</sup>

Tal empenho rendeu a inauguração da primeira parte do edifício, já no ano de 1900, onde uma nova enfermaria era entregue aos militares do Corpo de Bombeiros. Com 45 metros, a ala tinha sua face voltada para a Rua do Senado, “essa parte do prédio tinha condições de abrigar duas salas de enfermaria, uma sala e cirurgia, além de contar com farmácia, laboratório, sala dos médicos e residência para quatro oficiais com ruas respectivas famílias”.<sup>358</sup>

Nos anos seguintes foram sendo entregues as demais alas do quartel. Em 1902, a cerimônia de inauguração de outras etapas do projeto reuniu “o senhor presidente da república, que chegou ao corpo às 8 horas e 55 minutos da manhã”, na ocasião foi entregue a ala direita, que era composta por três andares,

sendo o térreo o de maior largura.

Neste foram os carros de incêndio e bombas alinhados com as lanças para o lado da Rua dos Inválidos, em terreno asfaltado, sendo separados uns dos outros cada um por duas mangeduras, de modo que, dado o sinal de incêndio, o animal da esquerda com meia volta possa por este lado estar colocado junto à lança do carro da esquerda, acontecendo o mesmo com o animal da direita, com relação ao carro da direita.

Estas baias são de um belo aspecto, luxuosas mesmo, porque são divididas por madeira aparelhada, tendo quatro colunas e os arabescos são pintados de preto e prateados. (...)

<sup>356</sup> Arquivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (doravante ACBMERJ), *Livro de Correspondências e Ofícios*, de 29 de dezembro de 1899. s/nº.

<sup>357</sup> BRASIL. *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 98. Disponível em: <https://bit.ly/2ZDi9sU>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>358</sup> CAVALCANTI, Nireu; SANTOS, Renata. *Casarão Vermelho: Centenário da construção do quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, 1908-2008*, p. 65.

Sobre os carros corre à altura de cerca de quatro metros, uma larga varanda, a que chamam o *taboleiro da prontidão*, com 54 camas para as praças deste serviço.<sup>359</sup>

As primeiras inaugurações, entre 1900 e 1901, indicam as prioridades no plano de execução das obras elaborado pelo militar. Iniciar as obras pelas enfermarias e pelas áreas que abrigassem os carros demonstrava a preocupação do primogênito do clã Souza Aguiar com os recursos humanos e materiais. Para assegurar o sucesso da missão institucional, dando celeridade na saída das viaturas, e em casos de ocorrências que resultassem em bombeiros feridos, cabia à Corporação dar condições de restabelecimento aos militares.

Retornando a Antonio Geraldo de Souza Aguiar, em 11 de outubro 1902, em uma residência da Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, uniu-se em matrimônio à jovem Anna Pardal Mallet. Ambos eram viúvos, ele com 43 anos e ela, com 30 anos de idade.<sup>360</sup> O militar ocupava agora o posto de coronel do Exército, e chefiaria a Casa Militar da Presidência da República, durante a gestão de Rodrigues Alves (1902-1906).<sup>361</sup> É bem provável que essa indicação à chefia da Casa Militar tenha se concretizado graças às relações parentais que Antonio Geraldo de Souza Aguiar possuía com o pai de sua esposa, o marechal do exército João Nepomuceno de Madeiro Mallet, sem dúvidas um homem de muita influência nas fileiras republicanas da Primeira República.<sup>362</sup>

Mallet ocupava, desde 1898, o cargo de ministro da Guerra, sinalizando para conexões entre o casamento e ascensão profissional. É possível que de alguma forma o matrimônio tenha beneficiado o clã Souza Aguiar, fortalecendo ainda mais o sobrenome da família com a indicação de Antonio Geraldo para o cargo.

Seu trabalho na chefia da Casa Militar rendeu-lhe muito prestígio, especialmente elogios do próprio presidente da República, depois das agitações e instabilidades provocadas pela Revolta da Vacina (1904). O presidente Afonso Pena (1906-1909) se dizia agradecido ao Souza Aguiar “pelos relevantes serviços prestados em defesa da

<sup>359</sup> *Jornal do Brasil*, 8 de julho de 1902, p. 1.

<sup>360</sup> Antonio Geraldo de Souza Aguiar e Anna Pardal Mallet de Lorena, Registro de Casamento; 04ª Circunscrição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justiça, (Inspetor Geral de Justiça), Rio de Janeiro; FHL microfilme 1,286,185. “BRASIL, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012,” Disponível em: <https://bit.ly/3k8Kel4>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>361</sup> Órgão ligado ao alto comando do Exército e que ainda carece de estudos sobre o seu funcionamento e atividades exercidas, especialmente durante a Primeira República.

<sup>362</sup> Sobre o militar que ocupou altos cargos da administração federal, especialmente nos 20 primeiros anos do regime republicano, conferir o Verbetes MALLET, João Nepomuceno de Medeiros. In: ABREU. Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3pPh9wt>. Acesso em: 10 dez. 2020.

pátria, pela dedicação em amor à República, disciplina e subordinação com que se proveu durante os acontecimentos de 14 e 15 de novembro”.<sup>363</sup>

Uma nova proposta de trabalho levou Francisco Marcelino de Souza Aguiar a desligar-se do comando do Corpo de Bombeiros, em 1903. Durante a cerimônia realizada para sua despedida, o coronel fez a leitura da ‘Ordem do Dia’ informando que seu pedido de exoneração se deveu a ele “ter que partir para os Estados Unidos da América do Norte, em comissão, para representar o Brasil, na Exposição Internacional de Saint Louis”, em que o militar “agradeceu a todos aqueles que muito colaboraram no período em que, por mais de seis [anos], ele comandou a corporação”.<sup>364</sup>

A saída de Francisco Marcelino do comando do Corpo de Bombeiros, em julho 1903, aponta mais uma vez para a força dessas relações familiares nas conquistas de benesses durante o período. Dos três irmãos, a gestão de Feliciano Benjamin de Souza Aguiar foi a mais longa, assumindo o comando da corporação em julho de 1903, manteve-se na função até meados de 1912. Ao ter seu nome indicado e aceito para suceder seu irmão mais velho no Corpo de Bombeiros, o major Benjamin Feliciano de Souza Aguiar faz novo uso da rede de relações familiares, demonstrando como esse é um dos fatores essenciais para que se conseguisse boas posições profissionais. Podemos supor que Francisco Marcelino tenha usado de seu prestígio e influência para que o irmão mais jovem ocupasse o posto vacante no Corpo de Bombeiros.

Como presidente da comissão brasileira da Exposição Internacional, o primogênito do clã deveria conceber um projeto que obedecesse a uma exigência manifestada pelo Governo Federal: de que a edificação servisse de pavilhão expositivo em *Saint Louis*, e que, posteriormente, tivesse condições de ser integralmente reconstruído na Capital Federal, como prédio que abrigasse funções públicas.

Nos Estados Unidos da América, inúmeros elogios foram feitos ao projeto elaborado pelo militar, os textos podem ser encontrados especialmente em alguns impressos norte-americanos, que, em suas reportagens, destacaram a beleza imponente da construção e o talento de Francisco Marcelino Souza Aguiar como engenheiro.<sup>365</sup>

<sup>363</sup> AHEx, Fé de Ofício, *Antonio Geraldo de Souza Aguiar*, XX-1-145, p. 8v-9. Sobre a Revolta da Vacina, ver especialmente o “capítulo 3. Variola, vacina e ‘vacinophobia’” em CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>364</sup> AGCBMRJ, *Livro de Ordens do Dia*, 27 de julho de 1903. A cerimônia de transmissão do cargo foi noticiada no *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1903, p. 2.

<sup>365</sup> A transcrição de textos jornalísticos sobre a repercussão do pavilhão brasileiro para a exposição de 1904, constam em AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: Da glória ao opróbrio*, p. 16-19.; e CASTRO, Ramiro Berbert de. *Histórico e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora Ltda, 1926, p. 23-24.

O pavilhão brasileiro, o Palácio Monroe, foi erigido em estilo de arquitetura renascentista francês, como o próprio Aguiar explicou na publicação oficial da exposição, sendo contemplado pelo júri da comissão organizadora com o Grande Prêmio-Medalha de Ouro que reconhecia oficialmente o talento de Souza Aguiar como autor e executor.<sup>366</sup> No térreo do pavilhão brasileiro, a comissão exibia aos visitantes da Feira o seu principal produto de exportação naquele momento: o café. A bebida era servida todos os dias e gratuitamente aos presentes, que poderiam provar de ampla experiência sensorial do produto, em uma clara e forte estratégia de associação da nação ao café e da importância da bebida para o ingresso do país na Modernidade.<sup>367</sup>

Quando ainda estava nos Estados Unidos, Francisco Marcelino recebeu um telegrama do Ministério da Justiça com a incumbência de apresentar um novo projeto de edifício capaz de abrigar a Biblioteca Nacional. A confirmação dessa nova empreitada deu-se com seu retorno ao Brasil, em abril de 1905.<sup>368</sup> As obras foram iniciadas naquele mesmo ano e, ao lado dos edifícios do Museu Nacional de Belas Artes e do Theatro Municipal, comporia com imponência o conjunto arquitetônico da grande Avenida Central, idealizada pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906).<sup>369</sup>

O Corpo de Bombeiros, sob o comando de Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, vivenciou as intensas transformações que ocorreram na cidade, especialmente as agitações turbulentas das reformas promovidas durante a gestão de Pereira Passos. Evidentemente que as bases para o projeto de modernização da instituição foram lançadas, em grande medida, durante o comando de Francisco Marcelino. Todavia, o irmão mais jovem do clã Souza Aguiar, ao ocupar o comando da corporação, mostrou que sua passagem pelo cargo seria mais que uma gestão de continuidade. E que ele buscava imprimir, ainda que de forma discreta, seu rosto na história do Corpo de Bombeiros.

<sup>366</sup> AGUIAR, Francisco Marcelino de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, St. Louis, 1904*. Saint Louis: Art Dept. Saml F. Myerson Ptg. Co., 1904, p. 83.

<sup>367</sup> REZENDE, Livia. 'Of Coffee, Nature and Exclusion: Designing Brazilian National Identity at International Exhibitions, 1867 & 1904', in: Grace Lees-Maffei and KjetilFallan (eds). *Designing Worlds: National Design Histories in the Age of Globalization*. Oxford: Berghahn, 2016, p.259-273

<sup>368</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, VII A-1-42, p. 6v.

<sup>369</sup> Em 1906, o palácio idealizado por Souza Aguiar para a Exposição Internacional de Saint Louis foi reconstruído na Avenida Central. Detalhes sobre a reconstrução do pavilhão no Rio de Janeiro em MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. *Construção Diplomática, Missão Arquitetônica: Os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939)*. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012, p. 54- 68.

O texto avalia a percurso do comando de Feliciano Benjamin naqueles primeiros anos:

O novo administrador não tinha que formular um plano, senão seguir até a conclusão o que vinha traçado. Havia ainda muito a fazer para completar a reconstrução do velho quartel. Por isso foi logo seu primeiro cuidado reconstruir a 5ª Companhia e encetar as obras da fachada.<sup>370</sup>

Como as obras já haviam sido iniciadas pelo seu antecessor, tratando-se de melhorias primordiais para o funcionamento do Corpo de Bombeiros, e considerando ainda que o novo quartel general da corporação era uma demanda aspirada desde pelo menos a década de 1880, nada mais natural que o militar valorizasse o projeto que havia sido traçado e as obras iniciadas pelo seu irmão, sendo aquela uma excelente ocasião para manter sobre a rubrica dos Souza Aguiar tal legado, eternizando, assim, o sobrenome da família na corporação. Tal lógica, de possível continuísmo garantido, nos permite supor inclusive que esse pode ter sido um dos argumentos utilizados por Francisco Marcelino de Souza Aguiar nas negociações para seu trânsito dos bombeiros para a comissão da exposição norte-americana e que esse tenha sido um argumento de peso no processo de indicação de seu sucessor.

Tocando as obras, o comandante Feliciano Benjamin de Souza Aguiar prosseguiu com as demolições e construção do edifício em etapas. No relatório do ministro da Justiça Augusto Tavares de Lyra (1906-1909), chega-se até a dar uma posição otimista sobre o andamento das obras, afirmando que, diante da celeridade, “é de se esperar que até o fim do exercício estejam concluídas”.<sup>371</sup>

O ponto alto da gestão de Feliciano Benjamin como comandante foi, sem dúvidas, a inauguração definitiva do quartel general do Corpo de Bombeiros, em 1908. A edição de *O Malho* apresentou ao público carioca uma extensa cobertura do evento, com registros fotográficos, *A Festa dos Bombeiros*, como foi intitulada a matéria pelo periódico. Com destaque (Figura 22) para a presença de autoridades políticas, como o presidente Affonso Penna, o almirante Alexandrino Alencar, o coronel Feliciano Benjamin de Souza Aguiar e inúmeros convidados que compareceram ao evento.

<sup>370</sup> BRASIL. *Breve Notícia: sobre a fundação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro*, p. 49.

<sup>371</sup> “Corpo de Bombeiros”. In: BRASIL. *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 93. Disponível em: <https://bit.ly/3kbbzTB>. Acesso em: 10 dez. 2020.





Figura 22. Autoridades adentrando as dependências do quartel central.  
Fonte: *O Malho*, 6 de junho de 1908, p. 35.

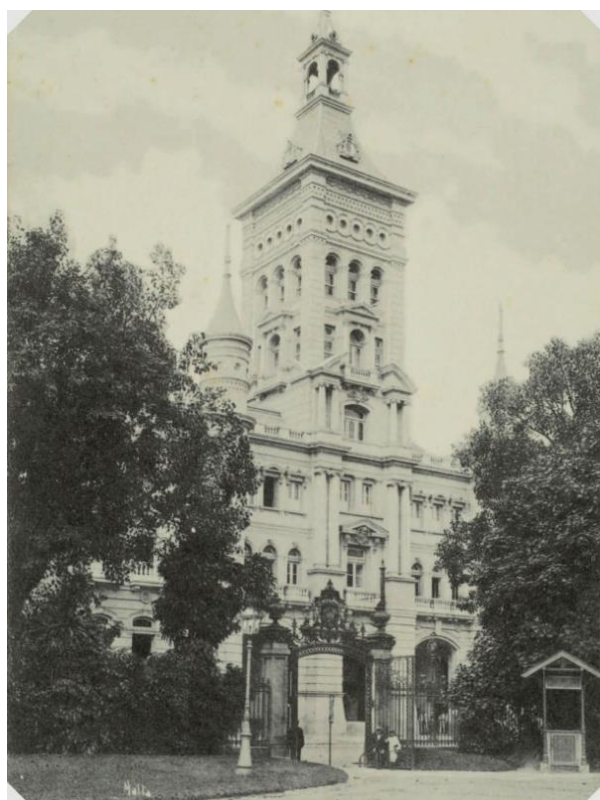


Figura 23. Fachada do quartel central dos bombeiros do Rio de Janeiro, face para Praça da República.  
Fonte: *O Malho*, 6 de junho de 1908, p. 35.

Em outro instantâneo (Figura 23), a publicação traz a fachada do edifício que era inaugurado, salientando que a corporação “honrando o seu passado, se apresenta perfeitamente a par das melhores instalações congêneres da Europa e dos Estados



Unidos”<sup>372</sup>, destacando assim que as novas acomodações do projeto elaborado pelo engenheiro-militar Francisco Marcelino era um grande ganho para a população da cidade.

Nas páginas do jornal *O Paiz* a reportagem, em tom festivo, frisava as transformações ocorridas pela cidade e vivenciadas pela população carioca, e como dinâmica semelhante atingia a instituição.

Não nos parece arrojo dizer que a cidade e o seu corpo de bombeiros se uniram no mesmo caminho e se acham por completo identificados. Desenvolveram-se mutuamente, amparando este a marcha daquela, fazendo a *urbs* das necessidades do seu progresso a forma modeladora dos seus bravos e vigilantes defensores.<sup>373</sup>

Comandar o Corpo de Bombeiros rendeu à Feliciano Benjamin inúmeros comentários elogiosos de autoridades, presidentes da república e ministros de estado, quase sempre reforçando sua habilidade administrativa e dedicação ao trabalho na corporação, além de fidelidade em momentos particularmente tensos para a administração republicana como a Revolta da Vacina (1904), pela greve dos operários da Companhia de Gás (1908) e durante a Revolta da Chibata (1911), episódios em que os bombeiros reforçaram as atividades repressivas do governo,<sup>374</sup> ou mesmo a premiação por medalhas de distinção por serviços prestados e/ou riscos corridos em sinistros.<sup>375</sup>

O ano de 1906 foi sem dúvidas o ápice dos percursos biográficos dos membros do clã Souza Aguiar. Pois foi durante este ano que os três irmãos conseguiram ocupar posições de destaque em suas carreiras profissionais, além de serem tidos socialmente com certa estima e prestígio. Os ventos favoráveis podem ser percebidos na trajetória de Francisco Marcelino de Souza Aguiar, que além de ter sido promovido ao posto de general, recebeu convite do futuro presidente Afonso Pena, que tomaria posse em 15 de novembro de 1906, para ocupar a chefia do executivo do distrito federal, substituindo Pereira Passos.<sup>376</sup> Consciente do grande desafio que tinha pela frente, Francisco

<sup>372</sup> *O Malho*, 6 de junho de 1908, p. 35.

<sup>373</sup> *O Paiz*, 23 de maio de 1908, p. 3. Os principais periódicos da cidade deram ampla cobertura para o evento, entre eles a *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio*, todos em suas edições de 24 de maio de 1908.

<sup>374</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8, p. 6-9.

<sup>375</sup> O jornal *O Fluminense*, 18 de agosto de 1905, p.1, por exemplo, traz a nota de que o ministro da justiça concedeu medalhas de distinção de 1º classe a Feliciano Benjamin de Souza Aguiar e a outros dois militares por “salvarem, com risco de vida, a de duas praças, por ocasião do grande incêndio ocorrido, em madrugada de 23 de julho último, no edifício da praça do mercado”. Sobre o incêndio ver SOUZA, Vitor Leandro. *Mercado Central: Modernidades e resistências cotidianas no Rio de Janeiro das primeiras décadas da República*. São Paulo: Paco Editorial, 2017, p. 50-58.

<sup>376</sup> Pela imprensa, além do nome de Souza Aguiar, foram cogitados ainda o do próprio Pereira Passos, do engenheiro Aarão Reis e de Xavier da Silveira. Ver *Jornal do Commercio*, 16 de novembro de 1906, p. 4.

Marcelino expressou, em carta ao presidente eleito, sua gratidão e aceitou o convite, mostrando-se consciente sobre “o dever da correspondência a tão alta prova de confiança”.<sup>377</sup>

O militar identificava que aquele momento se constituía como oportunidade ímpar, e que todo o prestígio e reconhecimento estavam acompanhados de grande responsabilidade, e, portanto, sua nomeação representava o seu ingresso definitivo no alto escalão da vida política e social cada vez mais complexa e disputada do distrito federal.<sup>378</sup>

Parte da imprensa via com certo entusiasmo sua indicação e posse no cargo de prefeito.<sup>379</sup> *O Malho*, por exemplo, ao anunciar seu nome, adjetivou o chefe do executivo municipal como alguém dotado de “espírito culto, caráter probo, engenheiro distintíssimo, homem ativo, trabalhador e patriota”. Sendo ele, para o redator da publicação, “um substituto digno do doutor Pereira Passos, e, [que] sem dúvidas alguma, continuará a prestar à cidade do Rio de Janeiro os serviços que ela espera e merece”.<sup>380</sup>

Na mesma direção iam os perfis publicados na *Kosmos* sobre os integrantes do governo que se iniciava em 1906. Ao descrever Francisco Marcelino, a revista tece inúmeros elogios ao militar, classificado como alguém “cuja competência atestam [o] quartel do Corpo de Bombeiros da Praça da República, o Palácio Monroe, surgido como por encanto na Avenida, e o edifício ainda em construção da Biblioteca Nacional”. A publicação recorre, portanto, ao histórico de trabalhos do engenheiro militar como elemento que pudesse corroborar com a legitimidade atribuída a ele para ocupar o cargo.

Ainda de acordo com a *Kosmos*, “difícil seria a um governo amigo dessa cidade escolher [um] substituto [para Passos]”, a solução encontrada por Afonso Pena, o novo presidente, foi buscar “nessa família Aguiar que tão brilhantemente vem ocupando salientes posições em nossa administração” a pessoa que poderia suceder o ex-prefeito mantendo seu o projeto transformador da cidade. O trecho nos reforça o importante argumento aqui exposto anteriormente, ao citar o sobrenome da família, a revista *Kosmos* resgata na memória de seus leitores, e leitoras, a tradição desse percurso biográfico do clã

<sup>377</sup> A carta, com data de 31 de outubro de 1906, de Francisco Marcelino de Souza Aguiar para Afonso Pena, vice-presidente da República, em que agradece o convite para ocupar o cargo de prefeito do Distrito Federal. AN, BR RJANRIO ON.0.COR.17/5 [*Fundo Afonso Pena*].

<sup>378</sup> Sobre as tensões políticas do Rio de Janeiro do período, ver FREIRE, Américo. *Uma capital para a República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

<sup>379</sup> Os principais impressos que circulavam pela cidade demonstraram “otimismo inicial” com a nomeação de Francisco Marcelino de Souza Aguiar, para acompanhar a repercussão de sua indicação e posse ver *Jornal do Commercio*, 16 de novembro de 1906, p. 1-2; *Jornal do Brasil*, 17 de novembro de 1906, p. 3; *O Paiz*, 16 de novembro de 1906, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1906, p. 2.

<sup>380</sup> *O Malho*, 17 de novembro de 1906, p. 18.

Souza Aguiar, buscando recuperar e conectar as trajetórias desses homens a um legado de trabalho engajado no cotidiano público das principais instituições em que atuaram.<sup>381</sup> Ainda que a posição elogiosa com relação à sua indicação e posse não fosse consensual,<sup>382</sup> sua gestão foi de relativa tranquilidade, apesar de tensões ocorridas, sobretudo, com relação à questão orçamentária do município, que Francisco Marcelino de Souza Aguiar vai enfrentar desde os seus primeiros dias de governo e que vai acompanhá-lo ao longo de seu mandato.

Sua apreensão com as contas municipais foi exposta por ele logo ao assumir o cargo, em sua mensagem ao Conselho Municipal, em 1907. Para Francisco Marcelino, “a situação financeira do município foi, entre os negócios de que tive de tomar conhecimento, o que, desde logo, mais me preocupou, obrigando-me a concentrar no assunto toda minha atenção”.<sup>383</sup> O que é compreensível, afinal como poderia manter a eficiência dos serviços públicos prestados pela municipalidade e ainda tocar as grandes obras iniciadas na gestão anterior sem a real dimensão financeira da prefeitura?

Para o novo prefeito,

Não há quem ignore que o estado das finanças municipais, ao terminar a administração trasada, estava longe de ser animador, chegando-se mesmo a afirmar que a situação financeira era mais a mais deplorável e que a Municipalidade corria o risco de iminente bancarrota.<sup>384</sup>

Consciente dos riscos, o militar sabia que não ter pleno domínio sobre as contas municipais e não traçar estratégias para seu governo consistiria “grave erro”, pois inviabilizaria claras “prosseguir nos empreendimentos herdados da passada administração, com o mesmo impulso que esta [a gestão de anterior], lhes havia dado”.<sup>385</sup>

Em linhas gerais, seu mandato foi mais que um governo contínuo ao de Pereira Passos, ainda que dificilmente sua indicação não tenha levado em consideração o seu alinhamento com o projeto urbanístico de seu antecessor.<sup>386</sup> Afinal, o próprio colaborou com diversos projetos de engenharia durante a remodelação promovida por Passos, sendo

<sup>381</sup> “Prefeito do Distrito Federal”. *Kosmos*, Novembro de 1906, p. 12.

<sup>382</sup> Ver por exemplo a mesma tensão expressa em *O Malho*, 10 de novembro de 1906, p. 17.

<sup>383</sup> AGUIAR, Mensagem do Prefeito ao Conselho Municipal de 1907, Apud. PINHEIRO, Manoel Carlos. *Francisco Marcellino de Souza Aguiar, vida e obra*, p. 11

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Ao apresentar o novo governo, a *Gazeta de Notícias* (16 de novembro de 1906, p. 1) reforçou em seu texto que a escolha de Souza Aguiar como prefeito, pelo presidente da república, dava-se para que o militar pudesse ser o “continuador da grande obra de transformação da cidade do Rio de Janeiro”.

ele, portanto, parte interessada na conclusão das obras, principalmente aquelas projetadas por ele, e que ainda estavam em andamento.

Não restam dúvidas, porém, que Francisco Marcelino imprimiu sua marca própria na prefeitura. Além de enfrentar a complexa tarefa de equilibrar e sanear os cofres municipais e dar prosseguimento ao conjunto de obras iniciadas na gestão anterior, o primogênito do clã Souza Aguiar demonstrou empenho em ampliar consideravelmente o número de matrículas na rede municipal de ensino. Tomando o tema da educação como prioridade, o novo prefeito direcionou recursos para a contratação e formação dos professores, incentivando ainda a criação de escolas que pudessem ser mantidas pelas fábricas. Para tal, concedeu isenção do imposto municipal nos prédios destinados às atividades educacionais. No campo da saúde pública, foi durante sua gestão que se implantou um moderno serviço médico de urgência na rede municipal, ampliando consideravelmente o número de atendimentos à população. Além disso, enfrentou de maneira enérgica o surto de varíola que atingiu a cidade nos dois primeiros anos de sua gestão.<sup>387</sup>

Em 1906, Antonio Geraldo deixa a chefia da Casa Militar. O trabalho de supervisão das obras da Biblioteca Nacional que anteriormente era realizado por Francisco Marcelino precisa de sucessor. Uma vez mais, privilegiando os laços parentais, o irmão mais velho do clã Souza Aguiar indica Antonio Geraldo para chefiar as obras. Porém, antes mesmo que pudesse assumir os trabalhos, o militar é indicado para outro cargo, o de comandante da Força Policial da Capital Federal – uma posição que lhe conferia mais prestígio. Além de assumir o comando da Força Policial, Antonio Geraldo conquistou a promoção para a categoria mais elevada dentro da hierarquia militar: o posto de general de Brigada do Exército.<sup>388</sup>

O ingresso de Antonio Geraldo de Souza Aguiar no comando da polícia foi comemorado pelo tenente-coronel Benevenuto Magalhães, seu antecessor, que afirmou estar “orgulhoso com a escolha de tão condigno sucessor e feliz por ver depostos nas mãos de ilustre e probo colega os destinos da corporação”<sup>389</sup>, evidente que uma fala elaborada por ocasião da transmissão do cargo está repleta de euforia e de otimismo, além de expressar gentilezas exigidas pela ocasião. Todavia, as palavras de Benevenuto Magalhães podem, de certo modo, refletir o momento vivido por Antonio Geraldo, que

<sup>387</sup> PINHEIRO, Manoel Carlos. *Francisco Marcellino de Souza Aguiar, vida e obra*, p. 12-15.

<sup>388</sup> AHEX, *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145, p. 9.

<sup>389</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1906, p. 5.

havia recebido uma promoção militar a um cargo hierárquico considerável, tendo a oportunidade de comandar a força policial da cidade, o que certamente lhe conferia notoriedade.

Em outra publicação, promovida pelo governo português em comemoração ao primeiro centenário da abertura dos portos, Antonio Geraldo de Souza Aguiar é identificado como o “militar brioso, dos que honram a farda por exemplos de coragem e de civismo, o seu espírito é devotado às causas do bem e da justiça”<sup>390</sup>, tal visão elogiosa da publicação a respeito do comandante reforça a euforia dos meses iniciais de sua gestão à frente da Polícia.

De acordo com a publicação portuguesa:

A polícia do Rio de Janeiro, sob as ordens superiores do General Aguiar presta um serviço nobilíssimo ao seu país, e é credora dos maiores elogios. A sua organização e disciplina honram uma cidade, e demonstra o interesse e o escrúpulo com que é dirigida. Todos os que habitam ou visitam o Rio de Janeiro são unânimes em aplaudir este monumento de ordem a que o general Antonio Geraldo de Souza Aguiar tem o seu nome ligado perduravelmente.<sup>391</sup>

#### 4.4.

#### “Morte aos Souza Aguiar!”: Revoltas e tensões no ano de 1909

Nem só de alegrias e elogios constituiu-se o percurso biográfico do clã Souza Aguiar. Entre os anos 1908 e 1909 a tensão tornou-se presente nas trajetórias dos irmãos. Vale lembrar aqui que cada um dos irmãos ocupava cargos públicos de destaque na vida política e republicana, desde 1906 os irmãos Francisco Marcelino e Antonio Geraldo ocupavam respectivamente, os cargos de prefeito e de comandante da força policial do Distrito Federal, já Feliciano Benjamin mantinha-se firme no comando do Corpo de Bombeiros da cidade, desde 1903.

Como vimos, desde a posse de Francisco Marcelino na Prefeitura, um dos temas debatidos na imprensa cotidiana da cidade foram as condições financeiras herdadas por sua gestão, após a administração de Pereira Passos. A tensão se agravou a partir das decisões tomadas pelo novo prefeito no campo econômico.

Um dos graves problemas enfrentados pela cidade foi a questão da qualidade dos transportes públicos, especialmente o sistema de bondes. O assunto, que vinha sendo

<sup>390</sup> PORTUGAL. *Livro de ouro comemorativo da visita de Sua Magestade El-rei Dom Carlos I aos Estados Unidos do Brasil e da abertura dos portos ao comércio mundial*. Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1908, p. 161.

<sup>391</sup> Idem, p. 161-162.

adiado por gestores anteriores, é enfrentado por Francisco Marcelino com certa prioridade. Em 1906, o serviço era prestado por três empresas diferentes, com qualidade e tarifas distintas. A expectativa quanto a mudanças no sistema de bondes foi exposta em texto divulgado na imprensa, poucos dias da posse de Francisco Marcelino na Prefeitura do Distrito Federal:

*De minimus... curat pretor:* Consta que o Sr. Affonso Penna mandou chamar o Sr. Souza Aguiar, prefeito, e lhe disse:

– General, como é que um cidadão pode ir ao Matoso por um tostão, em bonde de 1ª classe, e só por dois tostões, pode ir à Glória, que é metade do caminho? Isso é um contrassenso escandaloso! Ponha isso nos trilhos.<sup>392</sup>

E de fato Francisco Marcelino tomou a dianteira do assunto e buscou uma solução, divulgou uma proposta de contrato que previa a unificação, eletrificação e extensão de toda a rede de viação das companhias de serviço de bondes. Reunindo as empresas Carris Urbanos, a São Cristóvão e a Vila Isabel em uma nova empresa: a *Light and Power*. Foi a partir desse contrato que críticas mais contundentes surgiram, em oposição à administração do prefeito Souza Aguiar. Os críticos apontavam como principais problemas no contrato as tarifas das passagens, que passariam de 100 contos para 200 contos, e as mudanças nos trajetos de algumas linhas de bondes.<sup>393</sup>

Na *charge* de J. Ramos Lobão para *O Malho* (Figura 24), a polêmica provocada pelo contrato tem como cenário o bonde da linha Cascadura. No diálogo, o prefeito Souza Aguiar tenta justificar seu esforço em conquistar uma negociação, que a seu ver, era favorável aos cofres municipais e aos interesses da população carioca. A alegação principal dada por ele na *charge* era de que “todos reconhecem que a cidade não pode continuar com fraco serviço de bonds”, porém não esconde a tensão sobre o tema, inclusive dispondo seu cargo ao presidente Afonso Pena (“salto do *bond*”).<sup>394</sup>

<sup>392</sup> *O Malho*, 1 de dezembro de 1906, p. 22.

<sup>393</sup> O contrato foi publicado em “Prefeitura do Distrito Federal: Publicação diária dos Atos Oficiais”, *O Paiz*, 27 de junho de 1907, p. 3-4. Sobre a repercussão e críticas ao contrato ver “O escândalo dos bonds” no *Jornal do Commercio*, 28 de junho de 1907, p.2; e “Sobre o contrato...” do *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1907, p. 5.

<sup>394</sup> *O Malho*, 6 de julho de 1907, p.1.





Figura 24. O tema dos bonds recebeu destaque na revista *O Malho*.

Fonte: *O Malho*, 6 de julho de 1907, p.1.

Em paralelo à preocupação com o contrato dos bonds, Francisco Marcelino tinha ainda que lidar com outro tema recorrente nos jornais e revistas ilustradas, os gastos excessivos das grandes obras iniciadas durante o governo de Pereira Passos. E os números realmente impressionam. A gestão de Souza Aguiar encontrou uma dívida de quase 33 mil contos, situação que atemorizava o prefeito, pois com sua experiência pregressa na execução de projetos sabia que sem recursos seria quase impossível concluir as obras.

Com esforço, e habilidade política, Francisco Marcelino superou os debates na Câmara Municipal e conseguiu aprovação para que a prefeitura contraísse no exterior empréstimo no valor de dez milhões de libras e, assim, conseguiu garantir a continuidade das obras.<sup>395</sup>

Para amenizar a crise fiscal que o município enfrentava, Francisco Marcelino encaminhou, em fins de 1908, projeto à Câmara Municipal com proposta que versava sobre a criação e o aumento de tributos municipais, buscando equilibrar as contas da prefeitura para o ano seguinte. A temática ocuparia a imprensa no último semestre de 1908, provocando duras críticas aos novos impostos, sob afirmações de que o projeto era uma “espoliação inaudita” do povo<sup>396</sup> por meio de uma “tributação exagerada”.<sup>397</sup>

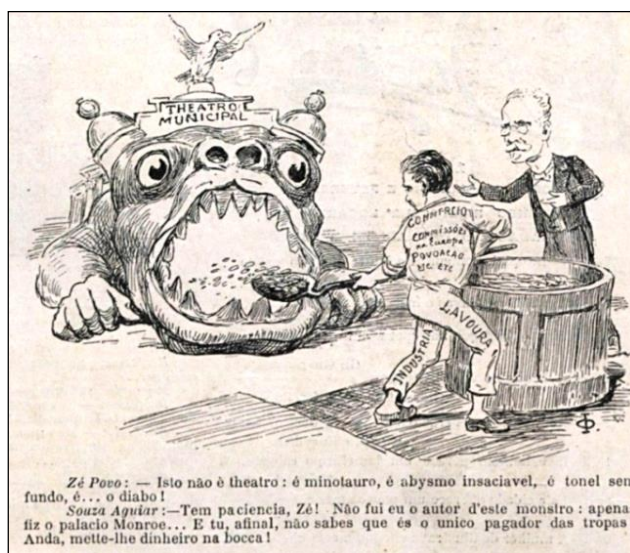


Figura 25. Para Agostini a obra do Theatro Municipal é representada como o monstro insaciável.

Fonte: *O Malho*, 1 de fevereiro de 1908, p. 40.

Sob o título “Eterna Comédia” (Figura 25), a *charge* de Ângelo Agostini traz o diálogo travado entre o primogênito dos Souza Aguiar e o *Zé Povo*, indicando que, ao assumir obras daquele porte, o prefeito tinha recebido uma herança desconfortável da gestão anterior.

No ano seguinte, o tema fiscal da municipalidade se mantém vivo na imprensa. Em outra *charge*, sob o título “Novas extorsões”, notamos a percepção de Augusto Rocha sobre a elevada carga tributária que recaía sobre a população carioca. Na imagem (Figura

<sup>395</sup> KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral de Cidade do Rio de Janeiro, 2001, p. 3.

<sup>396</sup> Editorial intitulado “Impostos Municipais” de *O Paiz*, 19 de dezembro de 1908, p. 1.

<sup>397</sup> O tema recebeu destaque na *Gazeta de Notícias*, 23 de novembro de 1908, p.1, em texto sob o título “Os impostos absurdos”.



26), o *Zé Povo*, representando o cidadão comum, tem a sua camisa arrancada pelo *Prefeito*.



Figura 26. A cobrança excessiva de impostos e seu destino questionável é tema da *charge*.  
Fonte: *O Malho*, 6 de Junho de 1908, p. 5.

Desesperado, entre latidos ameaçadores dos cachorros, o *Zé Povo* brada contra Francisco Marcelino: – “Protesto contra os novos impostos, territorial e do vintém! Todos recaem sobre mim. O senhor arranca-me a camisa! Não tem consciência?” Com relativa tranquilidade, o prefeito contesta: “Não sei! Mas preciso que *dinheiro aja!* [sic]”. Consciente do destino que estava reservado aos impostos, o *Zé Povo* retruca: “Para o Theatro Municipal e outros luxos!”. Na cena, dois *Guardas* surgem para conter o *Zé Povo* com truculência, interpelando-o: “Não é de sua conta! *Esteje* preso! [sic]”. Ao longe, quatro *intendentes* municipais comandam os guardas: “Ahi rapazes! Duro com esse bicho! Segurem-no bem, para que nós possamos viver à tripa forra!”. Ou seja, para o chargista, a população bancava os gastos excessivos da boa vida que levavam os intendentes municipais.<sup>398</sup>

Para o governo municipal a aprovação de medidas que trouxessem alguma tranquilidade para as contas da prefeitura era tarefa urgente: só assim poderia submeter o orçamento à Câmara e dar prosseguimento às obras e serviços municipais. A pressão realizada pel’*O Paiz* ilustra o sentimento provocado por essa espoliação. Na Figura 27, a

<sup>398</sup> *O Malho*, 6 de Junho de 1908, p. 5.

mão empunhando uma faca representa o Conselho Municipal que, ao aprovar os novos impostos, apunhalava a população. A legenda com o “Salve-se quem puder!...” expõe o tom da crítica aos novos impostos.

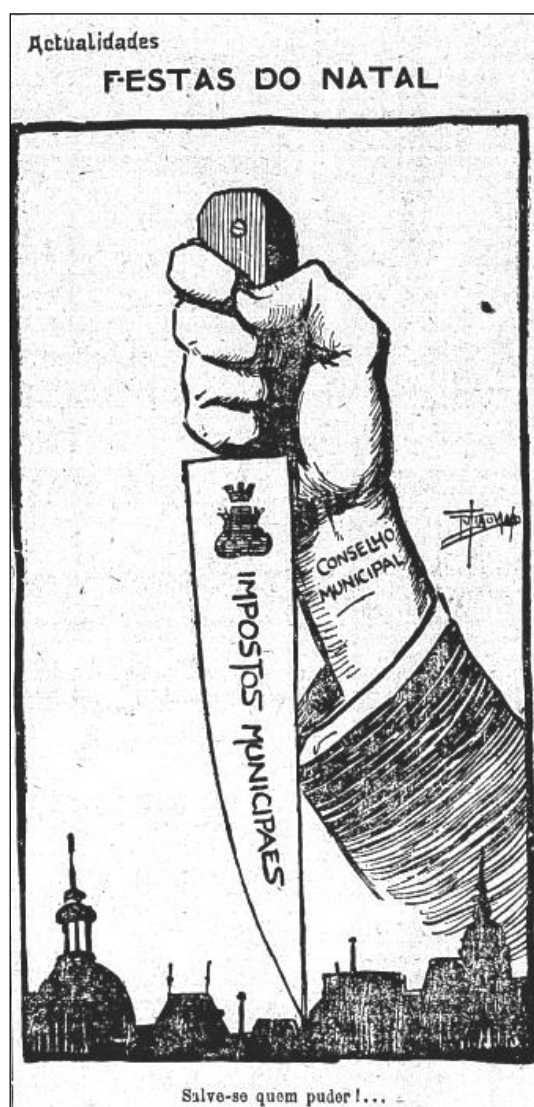


Figura 27. A preocupação com o reajuste dos impostos municipais de acordo com *O Paiz*.  
Fonte: *O Paiz*, 19 de dezembro de 1908, p.1.

Não demorou para que a população fosse convocada a ocupar as ruas do Rio de Janeiro. Em 18 de dezembro, foi fixada à porta da redação de diversos jornais da cidade a seguinte mensagem:

Convido o povo em geral para reunir-se hoje, ao meio-dia, no largo de São Francisco de Paula, a fim de incorporados a bandeira da República, irmos ao Conselho Municipal solicitar para que seja rejeitado o projeto do orçamento municipal para o ano de 1909, visto que sua aprovação será a miséria e a fome do povo desta capital.<sup>399</sup>

<sup>399</sup> “Impostos Municipais. Protestos”, o texto da convocação, assinada por Augusto Estrue – um dos líderes do movimento – foi reproduzido no *Jornal do Brasil*, 19 de dezembro de 1908, p. 4.

Sem grandes exaltações, a manifestação foi até a porta do Conselho Municipal e ali os discursos das principais lideranças deram o tom ao ato. Nos dias seguintes, o recrudescimento da pressão popular com comícios periódicos no Largo de São Francisco e na frente do prédio do legislativo municipal. Antes mesmo do início de 1909, a proposta tributária cada vez mais enfraquecida foi retirada de pauta pelo presidente do Conselho Municipal, sendo motivo de comemoração da *Gazeta de Notícias* em texto sobre a “Morte do monstro [e a] Vitória do povo [contra o] Conselho Municipal”.<sup>400</sup>

O ano estava somente começando, e as semanas seguintes se revelariam ainda mais tensas para o prefeito Souza Aguiar. Após dias após a vitória sobre o orçamento, o tema dos bondes estava volta com mais força, dessa vez o estopim era a mudança arbitrária, realizada pela *Light and Power*, nas rotas dos veículos. Manifestando-se em um de seus textos, a *Gazeta de Notícias* criticava fortemente a inércia do prefeito diante da mudança das rotas das linhas de bondes, por entender que “apesar de [Souza Aguiar] ter algumas qualidades, geralmente reconhecidas, não possui delas o conjunto necessário a um administrador e disto tem dado múltiplas provas”. Para a folha, as fraquezas e dúvidas apresentadas pelo prefeito, como no caso do orçamento de 1909, sinalizavam que aquela era uma “qualidade negativa que neutraliza deploravelmente todas as outras”. E acusa Souza Aguiar de estar inerte frente a uma injustiça que estaria sendo cometida pela *Light* contra o povo.<sup>401</sup>

Nos dias seguintes, em crescente descontentamento, a população carioca se reúne em protestos. Tinha início um longo período de desgastes, que, além de atingir Francisco Marcelino, acabaria respingando nos outros dois irmãos do clã Souza Aguiar.

Se por um lado a mudança da rota de alguns veículos possibilitaria à empresa o cumprimento do contrato assinado com a municipalidade – prevendo a modernização do sistema de bondes e a troca dos carros de tração animal por novos veículos movidos à eletricidade, unificando o modo de prestação de serviços pela empresa estrangeira –, por outro, a população desejava manter o trajeto que passava pelo Largo de São Francisco de

<sup>400</sup> *Gazeta de Notícias*, 1 de janeiro de 1909, p.1. Sobre a última sessão do Conselho Municipal em 1908, afirmava que “o ‘orçamento da fome’ naufragava sem possibilidade de socorro”. Sem ter o orçamento aprovado, Souza Aguiar publica o decreto de nº 715, de 31 de dezembro de 1908, em que prorroga os valores presentes nas tabelas tributárias municipais do ano de 1908, para uso no ano seguinte, o texto foi publicado em *O Paiz*, 2 de janeiro de 1909, p. 4.

<sup>401</sup> *Gazeta de Notícias*, 10 de janeiro de 1909, p. 5.

Paula e acusava a prefeitura e a *Light* de não dialogarem sobre o tema, desconsiderando a opinião dos usuários.<sup>402</sup>

Diante dos ânimos acirrados, as cenas descritas nos periódicos são de uma verdadeira praça de guerra instalada especialmente nas vias e largos da região central. Primeiro, pelas fortes imagens provocadas pela destruição popular ao virar e queimar os bondes, depredar quiosques e arrancar postes de iluminação pública, seguindo-se pelas ações das forças policiais, que com violência desproporcional, deixaram um rastro de presos, feridos a tiros e espadas – alguns, inclusive, gravemente vitimados, foram conduzidos aos serviços de socorro, e aos que não resistiram aos ferimentos, restou a passagem pelo necrotério carioca.<sup>403</sup>

Para piorar ainda mais a situação, durante a desocupação da entrada do prédio dos Correios e Telégrafos, que estava sendo utilizada como abrigo por manifestantes e pela população assustada com os embates violentos que se espalhavam pela região, o comandante Antonio Geraldo de Souza Aguiar, segundo a *Gazeta de Notícias*, teria agido com agressividade, gritando com os policiais da cavalaria: “– Ponha esse povo daí para fora. E se não quiserem sair, expulse-os”. Sendo ainda mais enérgico, diante da resistência de um dos populares ali abrigados, exaltado, “o general Aguiar agarrou-o pelo pescoço, entregou-o a dois soldados de cavalaria e lhes ordenou que seguissem com ele para o 1º distrito”.<sup>404</sup>

Para o *Correio da Manhã*, a brutalidade usada pelos agentes para reprimir a manifestação popular tinha como responsável o comandante da força policial. Não sendo as praças, classificados pela folha como “escravo[s] do dever, [que eram] obrigados a atirar contra o povo e obrigados a espaldeirar os seus concidadãos”.<sup>405</sup> Ou seja, o ataque dirigia-se não à ação da polícia por si só, mas antes de tudo às ordens, consideradas equivocadas, a que a tropa estava submetida. A justificativa elaborada pela publicação atribuía ao comandante toda a responsabilidade sobre os atos desmedidos cometidos pelos homens da polícia, não deixando a menor dúvida aos leitores sobre quem deveria ser visto

<sup>402</sup> Um bom panorama sobre as concessões, ver SAES, Alexandre Macchione.; HANSEN, Claudia Regina Salgado de Oliveira. Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX. *História econômica & História de empresas*, X, 1, 2007, 49-81.

<sup>403</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1909, p. 1, noticiado em longo texto intitulado “Protestos contra a Light”; *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1909, p. 5. A revista *Careta* (edição de 16 de janeiro de 1909) trouxe aos leitores ampla cobertura dos protestos, com imagens da multidão pelas ruas e praças do centro, e das vítimas fatais no necrotério.

<sup>404</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1909, p.1.

<sup>405</sup> *Correio da Manhã*, 13 de janeiro de 1909, p. 1.

como protagonista daqueles eventos trágicos, que, muito além de danos materiais, tinha ceifado a vida de quatro moradores da cidade.

A mão assassina não aparece: esconde-se atrás do pobre soldado e levanta a sua espada contra o público. É a mão do comandante que move o gatilho da *Mauser* e da *Comblain*, por que nisso tudo, o soldado é apenas uma máquina de atirar.<sup>406</sup>

As atitudes e declarações dadas pelo comandante Antonio Geraldo de Souza Aguiar acirraram ainda mais os ânimos da população. E até mesmo Feliciano Benjamin passa a ter sua imagem associada de forma negativa àquela de seus irmãos mais velhos. Populares revoltados bradavam pelas ruas “Morram os Souza Aguiar!”.<sup>407</sup> Um claro sinal de que agora o furor havia se disseminado para todo o clã.

Um bom exemplo desse furor foi o modo com que a edição da revista *O Malho*, publicada em 23 de janeiro de 1906, cobriu os episódios. Nela, um amplo espaço foi dedicado para ‘atacar’ os irmãos Souza Aguiar. Imagens e textos reforçaram a vinculação de Francisco, Antonio e Benjamin, quase que como uma instituição: a família Souza Aguiar. Ou como temos nominado aqui, o clã.



Figura 28. A charge de Alfredo Storni, da revista *O Malho* ironiza as relações entre as autoridades envolvidas nos eventos conflituosos no Distrito Federal.

Fonte: *O Malho*, 23 de janeiro de 1909, p. 43.

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> *Correio da Manhã*, 13 de janeiro de 1909, p. 1.



Na *charge* intitulada “Soberania do Povo” (Figura 28), os irmãos são representados como uma águia – há aí um trocadilho velado com o sobrenome da família, “Aguiar” – dotada de três cabeças, e em cada uma delas há o rosto de um dos irmãos do clã Souza Aguiar. Presa com força sob suas garras, está uma faixa com os dizeres “Liberdade, Integridade, Bem estar do Povo”, ou seja, as garantias constitucionais estavam ameaçadas pelos irmãos sob as bênçãos do presidente Afonso Pena.



Figura 29. “O carro de Apolo” como sugestão de fantasia presidencial.  
Fonte: *O Malho*, 23 de janeiro de 1909, p. 18.

A violência e o autoritarismo são então reconhecidamente atribuídos ao clã e é inegável o papel da imprensa na construção e consolidação desse imaginário das ruas. Os textos e imagens vinculadas em periódicos como *O Malho* retroalimentavam a percepção pela cidade, colaborando inclusive para fortalecê-la. É o que vemos na *charge* de Storni (Figura 29), que, com a proximidade do carnaval, sugere uma fantasia para os festejos do Momo. O presidente é identificado como o deus *Apollo*, que com seu carro percorre o Olimpo. Entretanto, ao invés de cavalos alados, “as três águias que o nosso Apollo vai *aguiar*” conduzem o veículo [da *Light*]. Cada uma das águias representa um dos irmãos Aguiar, empunhando armas do respectivo ofício em que estão empenhados naqueles anos

para agir contra a população.<sup>408</sup> Novamente, o chargista recorre à figura da águia como trocadilho capaz de transmitir sua ideia.



Figura 30. A violência policial transformada em sátira, por Helios Seelinger.  
Fonte: *O Malho*, 23 de janeiro de 1909, p. 5.

Em outra imagem, sob o título de “Ordem e Progresso” (Figura 30), a publicação dedicou página inteira ao assunto, tratando com ironia a ação repressiva realizada pela polícia e a figura dos irmãos Souza Aguiar. O texto informava aos leitores que aquele se tratava de um “Quadro histórico comemorativo do ‘heroísmo’ da polícia militar contra o povo”. Ainda de acordo com a publicação, o original ficaria guardado no Palácio do Catete “*ad perpetuam rei memoriam*” e que outras cópias seriam enviadas para “as três repartições dos irmãos Aguiar: quartel da Força Policial, Prefeitura e Corpo de Bombeiros.

<sup>408</sup> Idem, p. 18.



Na suposta pintura, o tema da violência é posto em evidência. O tom sombrio dos traços marcados, provocam uma espécie de angústia no expectador. Ao observar a imagem, quase conseguimos ouvir os gritos dos populares aterrorizados pelo ataque dos militares da cavalaria.

Há outro dado importante nas imagens vinculadas n’*O Malho*. Elas mostram que, além de pressionar o clã Souza Aguiar, a imprensa aponta para o Catete, e o presidente Afonso Pena é identificado como omissivo, principalmente por manter os responsáveis por aquelas atrocidades nos cargos.

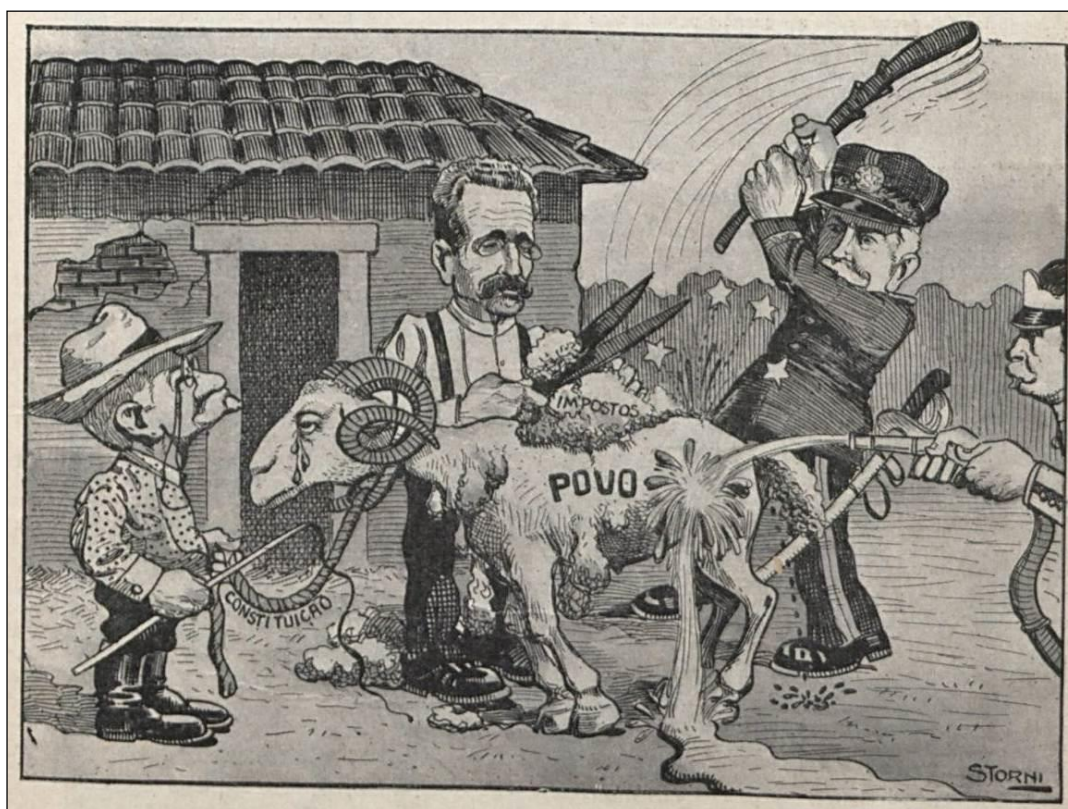


Figura 31. A visão de Alfredo Storni sobre o modo com que os irmãos Souza Aguiar tratam o povo.  
Fonte: *O Malho*, 23 de janeiro de 1909, p. 3

É o que podemos ver em outra *charge* (Figura 31), intitulada “Como se trata um carneiro...”, em que o povo, representado pelo carneiro, ocupa o papel de protagonista da cena. Cercado pelas autoridades envolvidas nos episódios da *Light*, o animal tem, à sua esquerda, o presidente, que o conduz pelas “amarras” da Constituição. Chicote em punho, Afonso Pena observa atentamente seus subordinados realizarem o trabalho sob o seu comando: “– Isso! Isso! Depois de uma boa tosquia, uma boa sova!... É o tratamento



racional dos irracionais mansos, que querem virar bichanos bravos!... tesoura e pau nele à vontade!”.<sup>409</sup>

Os três irmãos da família Souza Aguiar, rodeando ao carneiro/povo, representam bem suas funções públicas naquele momento. O mais velho, Francisco Marcelino, em trajes civis por ser o prefeito do Distrito Federal, está tosquiando ao animal, os poucos pelos que restam representam para o chargista os recursos da população que seriam usados para o pagamento dos altos impostos municipais, sendo a questão tributária, portanto, um tema sensível para os cariocas, levando a população às ruas – como noticiou o jornal *O Paiz*, que compreendia as ações populares como “movimentos legítimos de necessário protesto”, pois se podia notar “a indignação do povo contra essa exorbitância de tributação, que vem tornar insuportável a vida nesta cidade”.<sup>410</sup> Deste modo, a questão dos impostos, é descrita pelo chargista como uma maneira de retirar ainda mais recursos dos moradores da cidade.

Ao general Antonio Geraldo de Souza Aguiar, comandante da força policial, que está devidamente uniformizado na *charge*, cabia a aplicação de porretadas no carneiro, seguindo as ordens dadas por Penna. No outro extremo da imagem, quase não podemos notar a figura discreta do comandante do Corpo Bombeiros, o tenente coronel Feliciano Benjamin de Souza Aguiar trajando o uniforme da corporação, e ao ouvir o pedido do presidente da república “– Ajude os manos, seu Benjamin! O esguicho é benefício duplo: lubrifica e acalma...”. Lançando jatos d’água sobre o carneiro, o comandante dos bombeiros apoia o trabalho que era realizado pelos outros dois irmãos. O carneiro/povo, com lágrimas nos olhos, não é, em momento algum, ouvido. O presidente, por fim, tenta com firmeza consolar e tranquilizar o animal dizendo “– Tem paciência bicho! Enquanto eu segurar a corda há de ser assim... E dá-te por muito feliz: outro que eu fosse, e talvez ficasse reduzido a... *ragout de mouton!*”, no bom português, um delicioso ensopado de carneiro.<sup>411</sup>

Tamanha era a gravidade da situação depois dos eventos de meados de janeiro, quando uma carta anônima foi endereçada ao presidente da República, na qual o autor exigia a demissão imediata do general Antonio Geraldo de Souza Aguiar do comando da Força Policial da cidade, sob o risco de o presidente Afonso Pena sofrer algum ataque

<sup>409</sup> *O Malho*, 23 de janeiro de 1909, p. 5.

<sup>410</sup> *O Paiz*, 19 de dezembro de 1908, p. 1.

<sup>411</sup> *O Malho*, 23 de janeiro de 1909, p. 3.

contra sua vida. Apesar da situação complicada, a solicitação da carta não foi acolhida e a ameaça não foi concretizada.<sup>412</sup>

A situação foi minimamente controlada, porém, com a morte de Afonso Pena em 14 de junho de 1909, seu sucessor, Nilo Peçanha (1909-1910) exonerou Francisco Marcelino do cargo de prefeito, em 23 de julho de 1909, nomeando Inocêncio Serzedelo Correia (1909-1910) como seu substituto.<sup>413</sup> Mesmo com o primogênito do clã afastado da vida pública a tensão sobre a família Souza Aguiar não diminuiu. Outro episódio violento, envolvendo a Força Policial, que era mantida sob o comando de Antonio Geraldo, colocou o sobrenome nas manchetes e a população nas ruas. As ações promovidas pelas forças policiais colocavam novamente em cheque a capacidade de gestão do general Antonio Geraldo de Souza Aguiar.

Dessa vez a questão inicia depois de um policial ter agredido a um estudante com uma chicotada no rosto durante festejos em comemoração à chegada da primavera, em setembro de 1909. Ao procurarem o comandante da polícia, no quartel central, outros estudantes foram agredidos verbalmente e um deles foi “sacudido” pelo próprio comandante Antonio Geraldo de Souza Aguiar. No dia seguinte, os estudantes, inflamados pela situação, promoveram um novo ato em que realizariam o sepultamento simbólico do militar. Além de saudar a chegada da primavera, como era costume, eles acompanhavam “os estudantes de muitas capitais latino-americanas [que] celebravam a data simultaneamente e procuravam sempre aproveitar a ocasião para associarem [o evento a] algum tipo de protesto”.<sup>414</sup>

O sepultamento simbólico de personalidades não era uma novidade como prática queixosa da população,<sup>415</sup> a personalidade “homenageada” era escolhida dentre as figuras

<sup>412</sup> Texto da carta: “Estimo a demitir o bandido do General Antonio Geraldo de Souza Aguiar, sob a pena de Vossa Excelência pagar com a vida na primeira ocasião oportuna. Nada mais tendo a dizer, agora faça o que quiser [trecho ilegível] até a morte. Rio 13/01/1909.” AN, RJANRIO ON.0.COR.27/78 [*Fundo Afonso Pena*].

<sup>413</sup> Mesmo com o mandato terminando só em 15 de novembro de 1909, o jogo político se fazia nos bastidores, como indica a correspondência do diretor da Estada de Ferro Central do Brasil, Aarão de Carvalho dos Reis, para o presidente Afonso Pena. Nela, Reis expressa sua desesperança em obter cadeira no Congresso Federal, após as eleições de 1909. E por considerar que o atual prefeito Francisco Marcelino de Souza Aguiar devesse ser demitido, Reis se oferece para ocupar o seu lugar no executivo municipal. AN RJANRIO ON.0.COR.25/15 [*Fundo Afonso Pena*].

<sup>414</sup> BORGES, Vera Lucia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. *Revista Dimensões*, vol. 27, 2011, p.117.

<sup>415</sup> Para outras manifestações em que ocorreu “enterro” simbólico de figuras públicas ver REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 163-166; LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. *A encenação da discórdia: consumo cinematográfico e a formação de uma cultura de classe média na Belle Époque carioca*. Tempo, Niterói, v. 24, n. 1, p. 21-40, Jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37yxa3y>. Acesso em: 10 dez. 2020. e

que mais se destacassem negativamente, numa clara atitude de subversão da ordem. A ação política realizada pelos estudantes, ao condecorarem o comandante da força de polícia da cidade como moribundo naquele setembro, estava diretamente ligada aos desastrosos eventos ocorridos durante as manifestações contra a *Light*, no início de 1909, e era também uma resposta ao general Antonio Geraldo, pela omissão e as agressões.

Durante o sepultamento simbólico do militar, um dos estudantes foi morto motivando confrontos ainda mais intensos entre manifestantes e homens das forças policiais, o saldo dos conflitos pelas ruas foi ainda pior: um novo óbito e alguns feridos. Pela imprensa, que realizou ampla cobertura, o episódio recebeu a alcunha de “Primavera de Sangue”.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, destacou em sua reportagem que

[...] nunca nesta capital se assistiu a tão deplorável acontecimento, que veio patentear a inaptidão e a arbitrariedade dos que podem dispor de uma parcela de força armada, permitindo que se praticassem tão improváveis atentados contra a vida de pessoas indefesas.<sup>416</sup>

O texto reforça justamente que a covardia empregada pelas forças policiais contra os manifestantes foi desproporcional, pois o “enterro simbólico” tratava-se apenas de uma “troça de estudantes” indefesos.

Outra publicação atribui em primeira página, em destaque, a autoria do crime ao comandante da polícia Antonio Geraldo de Souza Aguiar. Na reportagem, Souza Aguiar é classificado como homem de “gênio violento e irascível, que o domina em qualquer emergência” e tal descontrole fazia dele um “general grosseiro” e que, assim sendo, não poderia continuar ocupando um cargo tão importante para a cidade.<sup>417</sup>

No *Correio da Manhã*, o tom usado é ainda mais duro, a reportagem além de declarar-se contra os homens da polícia e suas ações, não exime o comandante da força de suas responsabilidades.

Soldados da Força Policial nivelaram-se, ontem, com os bandidos da pior espécie, com os quem matam pelo prazer de matar, por [ilegível] ou por indicação alheia, por um impulso natural ou por um estímulo perverso, de momento!

Contra a mocidade das escolas, contra a juventude alegre e despreocupada, empregou-se o punhal traiçoeiro de bandidos

---

PORFÍRIO, Waldir. *Bandeiras Vermelhas: A Presença dos Comunistas na Paraíba (1900-1960)*. João Pessoa/PB: Texto arte, 2003.

<sup>416</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1909, p.5.

<sup>417</sup> *A Imprensa*, 23 de setembro de 1909, p. 1.

miseráveis, quem, assim, desafrontavam seu chefe protetor, de presumidas afrontas.

(...) Não estranhemos [tais atitudes] da parte de uma força militar, cujo comandante se [submete] em fazer acutillar pelos seus soldados, ou em fuzilar, em massa, o povo [ilegível] que enchia as ruas da cidade, por ocasião dos últimos tumultos contra a *Light*.<sup>418</sup>

De maneira geral, as reportagens destacaram a truculência utilizada para reprimir as manifestações populares, inclusive recordando aos leitores que aquele não se tratava de um evento isolado, mas que, alguns meses antes, a violência já havia sido utilizada pelos policiais contra o povo.

Aquele era um ano de festa para a Força Policial, afinal celebrava-se o centenário da instituição. Todavia, nem mesmo o clima festivo e o noticiário otimista sobre a história e desenvolvimento da polícia<sup>419</sup> foram capazes de manter o entusiasmo sobre a gestão de Antonio Geraldo de Souza Aguiar, nos dias que se seguiram à Primavera de Sangue o general foi exonerado do cargo de comandante da polícia do Distrito Federal, respondendo a inquéritos na justiça comum e na militar, sendo absolvido das acusações em 21 de dezembro de 1909.<sup>420</sup>

#### 4.5.

#### O Declínio do clã

Em 1909, ao deixar a prefeitura do Rio de Janeiro, atendendo a pedido do presidente Nilo Peçanha, Francisco Marcelino seguiu para Europa, onde realizou estudos sobre

o desenvolvimento da indústria siderúrgica, observando o que de mais adiantado existe relativamente à produção nas usinas, e o concerne ao suprimento da matéria prima, desde a exploração das jazidas de minério, seu transporte por estradas de ferro e vias navegáveis, até a distribuição do produto manufaturado pelos mercados consumidores.<sup>421</sup>

<sup>418</sup> *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1909, p. 1.

<sup>419</sup> Na cobertura feita pelo *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1909, p.1, além dos festejos pelo centenário, o destaque é dado à inauguração do novo quartel general da polícia.

<sup>420</sup> O escritor Lima Barreto foi um dos integrantes do júri para o caso do assassinato dos estudantes. Seus biógrafos relatam o clima hostil a que os jurados estavam submetidos, com a possível invasão do tribunal pelo Exército e ameaças de morte aos julgadores. Ainda assim, os militares que estavam sendo acusados dos assassinatos foram condenados nessa primeira instância. Dentre eles, está o tenente João Aurélio Lins Wanderley, sobrinho de Antonio Geraldo de Souza Aguiar. Ver BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 167.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, especialmente nos capítulos 8 e 10 explica os impactos da participação de Barreto no júri.

<sup>421</sup> “Apresentação” de AGUIAR, Francisco Marcelino de Souza. *Relatório sobre a indústria siderúrgica. Rio de Janeiro*: Imprensa Nacional, 1910, p. II.

De volta ao Rio de Janeiro, em fins de 1910, o militar reassumiu funções internas no Exército, como o cargo de Inspetor Permanente da Segunda Região Militar. Em abril de 1911, foi alçado ao posto de General de divisão e no mês seguinte reformado.<sup>422</sup>

Aos 80 anos, o primogênito do clã faleceu, em 10 de novembro de 1935, na cidade do Rio de Janeiro. Já Antonio Geraldo de Souza Aguiar, no início de 1910, recebeu autorização para atualizar seus estudos na Europa, permanecendo lá até fevereiro do ano seguinte. Quando retornou e assumiu o comando de uma das brigadas militares do Exército.

Nos anos seguintes, continuou ocupando cargos no Exército, especialmente nos estados da região sul do Brasil, comandando a Segunda Brigada Estratégica, e como Inspetor de Regiões Militares, entre outras funções. Foi ainda nesse período que foi graduado ao posto de general de Divisão do Exército<sup>423</sup>, chegando, em novembro de 1914, à chefia do Grande Estado-Maior, nada menos do que o mais elevado cargo da hierarquia administrativa militar brasileira, até fevereiro de 1915, quando finalmente foi Reformado como general do Exército.<sup>424</sup>

Poucos meses depois de ter sido reformado, jornais da Capital Federal publicaram comunicado assinado pelo general Pedro Bittencourt, em nome do Exército brasileiro, que lamentava profundamente o falecimento do marechal Antonio Geraldo de Souza Aguiar, ocorrido no dia 29 de maio de 1915.<sup>425</sup>

No dia seguinte, às 10 horas da manhã, saiu a procissão fúnebre em direção ao Caju, desde a residência do militar, à Rua São Clemente, em Botafogo. O cortejo foi escoltado por homens do esquadrão de cavalaria e a urna funerária tinha sobre sua tampa a bandeira do Brasil. Chegando ao cemitério São Francisco Xavier, o sepultamento reuniu as principais autoridades políticas e militares da cidade, encerrando-se assim a carreira do militar.<sup>426</sup>

<sup>422</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, VII A-1-42, p. 12.

<sup>423</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145, p. 11-12.

<sup>424</sup> O Estado Maior do Exército foi criado durante o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), pelo decreto de lei nº 403, de 24 de outubro de 1896. Disponível em: <https://bit.ly/3ul2OuX>. Acesso em: 10 dez. 2020. De acordo com o Art 2º “O Estado-Maior tem a seu cargo preparar o Exército para a defesa da Pátria, por isso é especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas á organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne á instrução e disciplina das tropas”. Sobre a Reforma ver *Jornal do Commercio*, 18 de fevereiro de 1915, p. 1; AHEx, *Fé de Ofício*, Antonio Geraldo de Souza Aguiar, XX-1-145, p. 12-13.

<sup>425</sup> *O Paiz*, 30 de maio de 1915, p. 5; *A Notícia*, 30 de maio de 1915, p. 1-2.

<sup>426</sup> *A Época*, 31 de maio de 1915, p. 3.

Feliciano Benjamin, por sua vez, permaneceu no comando do Corpo de Bombeiros até 1912 e conseguiu ascender na hierarquia do Exército: nos anos de 1905 e 1911, o militar é elevado aos postos de tenente-coronel e coronel, respectivamente.<sup>427</sup> Ao ser exonerado do comando do Corpo de Bombeiros, o coronel Feliciano Benjamin passa a ocupar cargos internos na administração do Exército, como a chefia dos Departamentos Central de Guerra e de Administração, como intendente da Guerra e assume o comando de algumas brigadas militares, todavia, esses eram cargos sem grande destaque.<sup>428</sup> Reformado em 1920, afastou-se definitivamente das funções militares, mas continuou trabalhando na gerência da Companhia Nacional de Seguro Mútuo Contra Fogo, conforme anúncio publicado em um periódico.<sup>429</sup> Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de março de 1927, recebendo homenagem pelo então comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Máximo Barreto, na “Ordem do Dia” lida no dia seguinte ao seu falecimento. No texto, registrou-se o longo período que Feliciano Benjamin comandou a corporação, “o amor pelo Corpo [de bombeiros] e dedicação ao serviço [e ao] sacrifício da própria vida de que deu sobejas provas nos incêndios”.<sup>430</sup>

O “percurso biográfico” do clã Souza Aguiar tem em comum a origem na trajetória de Francisco Primo de Souza Aguiar, que estabeleceu importantes conexões nas esferas social, política e econômica. Tais conexões foram fortalecidas e diversificadas pelos próprios irmãos Souza Aguiar em suas dinâmicas de trabalho e formação de novas redes de solidariedade, que possibilitaram que ascendessem não somente na hierarquia do Exército, mas também galgando importantes cargos na esfera civil.

O estudo de Peter M. Beattie sobre essas relações no Exército nos ajuda a compreender as trajetórias dos homens do clã Souza Aguiar. Para o autor, as escolhas de ascensão para as patentes mais altas de oficiais dentro da instituição, na segunda metade do século XIX e inícios do século XX, “continuaram fortemente influenciadas por um *status* muito mais atribuído do que adquirido”. Beattie explica que, nesses processos de promoção, a “origem geográfica, riqueza e conexões familiares geralmente contavam mais do que habilidades profissionais, experiência e educação”.<sup>431</sup>

<sup>427</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8, p. 7-9

<sup>428</sup> AHEx, *Fé de Ofício*, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, III-18-8, p. 10-14V.

<sup>429</sup> *O Imparcial*, 24 de Abril de 1925, p. 14.

<sup>430</sup> AGCBRJ, *Livro de Ordens do Dia*, ano 1927, p. 46. Uma pequena nota sobre o falecimento foi publicada na edição de *A Noite*, 16 de março de 1927, p. 4.

<sup>431</sup> BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade e São Paulo, 2009, p. 57

Condições muito evidentes nos primeiros anos de atuação profissional dos irmãos Souza Aguiar, as *origens familiar e geográfica*, tiveram peso considerável na admissão no Exército e na conquista de oportunidades profissionais para os três jovens. Lógica alterada a partir das próprias experiências, escolhas e negociações realizadas por esses sujeitos em suas atividades.

A trajetória realizada por Francisco Marcelino nos oferece bons exemplos das estratégias utilizadas por esses sujeitos para que o clã dos Souza Aguiar fosse cada vez mais fortalecido. Ao ter que deixar suas posições de trabalho, seja no comando do Corpo de Bombeiros, ou ainda quando respondia pela execução das obras da Biblioteca Nacional, o primogênito da família indica seus irmãos para que pudessem substituí-lo nas funções que ele ocupava. O mais importante para os irmãos Souza Aguiar era manter os laços de solidariedade entre os irmãos e fortalecer as conexões sociais estabelecidas por cada um deles nas mais diversas ocasiões, conforme acompanhamos ao longo do capítulo.

Longe de tomar a trajetória do clã Souza Aguiar como regra para os demais comandantes do Corpo de Bombeiros, busquei iluminar as possibilidades de trabalho e ascensão social que a passagem pela Corporação poderia possibilitar aos sujeitos que aceitavam o desafio de assumir o comando dos trabalhadores envolvidos na extinção de incêndios. Ao longo do texto podemos observar que, para essa elite militar, motivos para o trabalho no Corpo de Bombeiros, e as oportunidades dessa atuação eram bem diferentes daquelas vivenciadas pela população mais pobre, que ingressava nas fileiras mais baixas da hierarquia da instituição.

O perfil dos ocupantes dos postos inferiores da Corporação é o tema do próximo capítulo. Nele, observaremos como se dava o recrutamento, o que levava aos trabalhadores a ingressar no Corpo de Bombeiros e quais as dificuldades no trabalho cotidiano na Corporação.

## 5. **Soldados do fogo: recrutamento de praças e possibilidades profissionais**

A principal fonte deste capítulo são os chamados “Livros-Mestre”, nos quais eram feitos os assentamentos de praças e que integram o acervo de documentos manuscritos produzidos pelo Corpo de Bombeiros Militar da Corte e do Distrito Federal, atualmente depositados no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, situado no quartel central da Corporação, na Praça da República. O livro de assentamentos nº 6, contendo registros de 1891, foi o mais antigo que encontrei, e me foi impossível precisar quando esse tipo de registro começou a ser produzido pela Instituição.

Esses livros de assentamento possuem sequência numérica e reúnem os registros de pessoal de todas as unidades operacionais do Corpo de Bombeiros. As condições precárias de acomodação, organização e manutenção dessa coleção provocaram perda e descontinuidade desses registros. Concentrando minha pesquisa nos registros de ingressantes nos anos de 1891 a 1913, reuni informações referentes a 29 livros. Originalmente, cada um deles tinha de 150 a 200 páginas. Em sua maioria, os exemplares consultados estavam completos, porém, tendo em vista que caráter das informações contidas nesse tipo de documentos, optei por utilizar unidades com paginação incompleta, ou seja, foram utilizados fragmentos de livros que se enquadravam no critério da data de assentamentos dentro do período escolhido.

Para todo o período pesquisado, a estrutura das páginas desses livros, que denominei como “fichas”, não sofreu alteração (Figura 32). Cada registro ocupa a frente e o verso de uma página, que tem, em sua parte superior e frontal, numeração sequencial correspondente à paginação do livro e a rubrica do comandante-geral da Corporação. Logo abaixo, há campos impressos para inserção manuscrita de informações a começar pelo “número da Companhia”, seguindo-se o “número” de identificação na Corporação (correspondente à uma matrícula funcional). Na sequência, estavam disponíveis para preenchimento manual os campos de “Nome e Filiação”, com dados como o nome de cada bombeiro; o nome do pai e da mãe, ou de somente um deles (apenas em poucos casos sem o preenchimento da filiação). O campo “Nascido em” continha data de nascimento, sendo comum essa informação, sem falta de preenchimento. O campo “Natural de”, por vezes, disponibilizava dados sobre a cidade de origem, em outras o estado, e, em casos de estrangeiros, era comum somente a indicação do país. No campo





Nenhum desses registros individuais consultados contém fotografias, ou informações sobre o endereço residencial dos assentados. Abaixo dos blocos com campos impressos seguiam-se pautas, que ocupavam também todo o verso das páginas. Nesse espaço eram anotadas informações sobre a carreira do alistado e sobre o seu desempenho profissional, sendo possível a identificação de caligrafias diferentes em uma mesma ficha, nos permitindo supor que esses registros foram feitos por pessoas diferentes. Além disso, percebemos que o lançamento das informações correntes se dava de forma constante, ou seja, havia um processo de “alimentação” frequente nas fichas, e que esses dados eram usados para a administração do pessoal, dando suporte a pedidos de licenças e outros afastamentos, promoções, condecorações, reajustes, reformas (aposentadorias), enfim, serviam ao registro e administração de pessoal.

Ao manusear os livros, percebemos que essas fichas seguem uma ordem cronológica, registros de ingresso – contendo, logo nas primeiras linhas, abaixo dos blocos impressos, a data de alistamento (“Engajou-se em...”); no complemento de informações sobre bombeiros que se mantinham na corporação, em situações em que a ficha anterior não dispunha mais de espaço para lançamentos de dados individuais. Nesses casos, repetiam-se as informações fixas (“Nome e Filiação”, “SIGNAES” e “SAHIDA”), seguindo o preenchimento do campo pautado, indicando-se o registro anterior (“Vem do livro... folha nº...”). Assim, depois da coleta fotográfica, foi criado um banco de dados, cujos campos principais seguiram os itens das fichas, chegando ao total de 6.136 registros.<sup>432</sup> Com o avançar do processo de transcrição dos assentamentos, percebi que, para manejar o volume de informações, era necessário a criação de termos, que favorecessem a organização de temas comuns às trajetórias individuais documentadas nas fichas. Assim, inseri em duas colunas palavras relacionadas a questões pertinentes a esta pesquisa e que os assentamentos me possibilitassem desenvolver melhor. Termos como: “Furto”, “Disciplina”, “Agressão”, entre outros, foram posteriormente agrupados com a aplicação de filtros.

Em seguida, iniciei o trabalho de ajustes do banco de dados. Depois de duplicar o arquivo de Excel, de modo a manter uma cópia integral, que me permitisse acompanhar trajetórias individuais e realizar uma análise mais qualitativa dos alistados. Organizei a coluna “Nome” em ordem alfabética, buscando excluir nomes de alistados que se

---

<sup>432</sup> Inicialmente os dados foram digitados no *Google Planilhas*, possuindo integração direta com o *backup* do *Google Drive*. Em seguida, os dados foram exportados para o programa Microsoft Office Excel, versão 2007, por permitir mais recursos de trabalho.

repetiam, sempre com o cuidado para evitar a exclusão de homônimos, como no caso dos alistados de “Manoel Ferreira”, que tinham filiação diferente (um era filho de Custódio Ferreira, nascido em Portugal em 1882, o outro era filho de José Bazílio, também português, mas nascido em 1877). Outro problema eram as variações de grafia em alguns nomes, como no caso do bombeiro “Inácio Gonçalves dos Santos” que aparecia na planilha com a grafia “Ygnácio Gonçalves dos Santos”, exigindo ainda mais atenção, pois as iniciais colocavam os registros longe um do outro. Para todos esses casos, a estratégia consistiu em comparar outros dados, como o número de inscrição e outras informações iguais, como a filiação, data e local de nascimento e características físicas.

Finalizado esse trabalho, cheguei ao total de 4.228 registros individuais.

## 5.1.

### Ingresso no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro

O regulamento do Corpo de Bombeiros aprovado em 1881 foi o primeiro a expressar de forma clara, que a admissão das praças para o preenchimento do quadro de pessoal seria realizada por alistamento voluntário, pelo tempo de quatro anos.<sup>433</sup> Apesar de manter requisitos do regulamento anterior, de 1860, prevendo que os homens alistáveis tivessem idade superior a 18 anos e inferior a 40, e fossem possuidores de agilidade e robustez,<sup>434</sup> o novo texto acrescentava que esses critérios físicos deveriam ser verificados após a avaliação de um médico da Corporação.

Nos documentos pesquisados para todo o período, não existe qualquer informação sobre quem realizava o recrutamento, não estando disponível nenhum documento, ou mesmo menção, sobre as avaliações emitidas pelos médicos. Ainda assim, o regulamento aprovado em 1887 acrescentou detalhes sobre os critérios mínimos esperados dos alistados, exigindo altura mínima de 1m e 64cm, não menos do que 70 cm de circunferência subpeitoral, capacidade vital não inferior a 3.000 cm<sup>3</sup>, além de exigir que fossem possuidores de peso superior a 56 kg.<sup>435</sup> Ao que parece a adoção de critérios específicos sobre os engajados não teve uma boa recepção, e esses parâmetros físicos não

<sup>433</sup> Art. 8º §1º e § 2º. BRASIL. Decreto n. 8.337, de 17 de dezembro de 1881. Aprova o regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 1.215, 1882. Disponível em: <https://bit.ly/3qLT0YF>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>434</sup> Art. 8º §1º. BRASIL, Coleção de Leis do Império. Decreto nº 2587, 30 de abril de 1860. Página 228 Vol. 1, Pt. II. 1861. Disponível em: <https://bit.ly/2Z04Imf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>435</sup> Art 6º § 2º. BRASIL. Decreto n. 9.829, de 31 de dezembro de 1887. Reforma o Corpo de Bombeiros. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 522, 1887. Disponível em: <https://bit.ly/3hHAnjW>. Acesso em: 10 dez. 2020.

permaneceram nos textos regulamentares seguintes (1894 e 1896). Quesitos subjetivos, como aqueles do regulamento de 1881, voltaram a fazer parte das normas institucionais, o que pode ser explicado pela dificuldade de preencher o efetivo, assim como na ausência de pessoal especializado, capaz de realizar essas aferições.

Ao que parece, nenhum documento era exigido para o alistamento, sendo essa a prática corrente no Corpo de Bombeiros, pelo menos até 1907, quando um novo regulamento passou a prever que o candidato apresentasse documentos que servissem como “prova legal de ter mais de 18 anos de idade e menos de 30”, que atestasse comprovação de “boa conduta” e ainda fosse submetido ao “parecer da junta médica do Corpo em inspeção [...], provando ter robustez física bastante para o serviço de bombeiro e boa saúde”.<sup>436</sup> O preenchimento de informações mais completas nos livros de assentamento, a partir de 1907, ajuda a iluminar os caminhos entre os textos regulamentares e as práticas cotidianas de alistamento. Nos livros de assentamento pesquisados, poucos são os registros em que constam informações completas contendo dia, mês e ano de nascimento do assentado. A maior parte desses registros contém apenas o ano de nascimento, o que nos permite supor que somente a partir de 1907 se passou a exigir documentos que comprovassem a idade.

Bons exemplos dessa discordância prática *versus* regulamento são os casos de alistados que não possuíam a idade mínima prevista. Na pesquisa, localizei quatro casos, todos anteriores a 1907, o que reforça a ideia de que a prática para o alistamento era a de não exigir documentos comprobatórios do nome, idade, local de nascimento, filiação. Um desses casos é o do menor Paulo Pereira de Carvalho, alistado no Corpo de Bombeiros no dia 9 de setembro de 1903, constando em seus registros ter nascido no Distrito Federal, em 1884, ou seja, teria 19 anos de idade na data do alistamento. Paulo trabalhou na Corporação até 15 de dezembro do mesmo ano, quando foi excluído “por haver assentado praça sem o consentimento dos pais, e ser menor de idade”.<sup>437</sup>

Também não é possível afirmar que os documentos que comprovassem “moralidade” ou “boa conduta”, como estava previsto em todos os regulamentos entre 1881 e 1911, fossem de fato apresentados ou mesmo exigidos para o alistamento. Ao que parece, capacidade física, agilidade, robustez e moralidade eram comprovadas

---

<sup>436</sup> Art. 25º § 1º. BRASIL. Decreto n. 9.829, de 31 de dezembro de 1887. Reforma o Corpo de Bombeiros. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 522, 1887. Disponível em: <https://bit.ly/3aM0fdz>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>437</sup> AGCBMERJ, LMAP, s/nº, fl. 112, nº 210.

cotidianamente, no trabalho das praças ao atenderem ocorrências, no convívio com as normas institucionais, na relação entre os demais integrantes do Corpo de Bombeiros e na relação com a sociedade.

Apesar de os regulamentos publicados entre 1881 e 1903 explicitarem a preferência por “indivíduos que souberem ler e escrever”,<sup>438</sup> foi somente a partir do texto de 1907 que houve restrição expressa ao assentamento de praças analfabetas. Na prática, o serviço cotidiano realizado pelos homens da Corporação em atendimento à população da cidade não exigia letramentos. Entretanto, do total de registros pesquisados, a maior parte contém informações no campo “Sabe ler e escrever?”. Se para 104 dos alistados não continha qualquer informação sobre saber ler e escrever, a grande maioria de 3.594 praças foi registrada como alfabetizadas, contra 527 assentamentos em que constam não saber ler ou escrever.<sup>439</sup> Ainda assim, cabe ressaltar que nas fichas não havia nenhuma evidência que comprovasse aquelas informações, ou seja, não existiam exames de nenhum tipo e nem mesmo eram assinados pelos assentados, não sendo possível comprovar a anotação feita no momento do alistamento.

Uma análise apurada dos registros de assentamento nos permite visualizar *quem* eram os homens que buscavam emprego no Corpo de Bombeiros. No período pesquisado os alistados possuíam elementos comuns em seu perfil: Todos eram homens, dotados de carência material, em maior ou menor grau, e, para um grande número desses alistados, o trabalho no Corpo de Bombeiros constitui-se em uma oportunidade de constituir carreira. Tendo em vista que os registros nos livros de assentamento tentavam acompanhar toda a trajetória profissional dos alistados, muitas dessas páginas indicam a continuidade desses militares na Corporação. Se por um lado esses assentamentos nos permitem observar que muitos desses sujeitos permaneciam nos quadros da instituição, por outro acabam por não fornecer informações precisas sobre a data de ingresso dos bombeiros. Para chegarmos à idade das praças no momento do alistamento, adotei como procedimento o descarte desses registros incompletos, restando 2.424 registros de ingressantes.

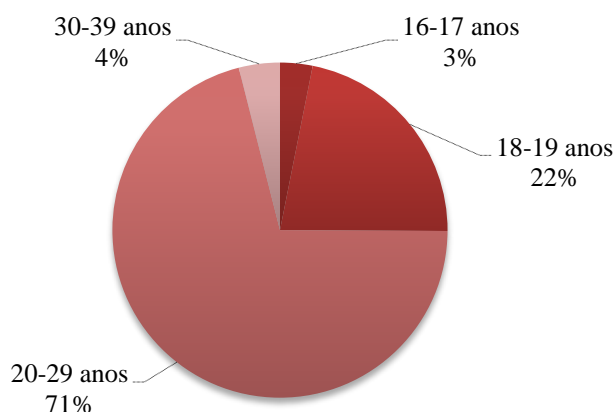
---

<sup>438</sup> O texto do Art.º 8º § 3º foi publicado no regulamento de 1887 (BRASIL, Legislação. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº 9.829, de 31 de dezembro de 1887. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887, Vol 1, p. 522. Disponível em: <http://bit.ly/3hHAnjW>. Acesso em: 10 dez. 2020.), mantendo-se nos datados de 1894 e passando para o Artº 6º § 3º no regulamento de 1896. BRASIL. Decreto n. 8.337, de 17 de dezembro de 1881. Aprova o regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 1.215, 1882. Disponível em: <https://bit.ly/3qLT0YF>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>439</sup> Em outros três registros o campo “Sabe ler?” foi preenchido com a resposta “Pouco”.

A idade das praças variava entre 16 e 40 anos, e a média dos ingressantes no Corpo de Bombeiros, no período que compreende os anos de 1891 até 1913, foi de 23,45 anos. Entre aqueles que ingressaram (Gráfico 2), a grande maioria tinha idade entre 20 e 29 anos, 71%. O segundo maior percentual de alistados (22%), corresponde ao grupo de praças que ingressavam tendo 18 ou 19 anos. Outros 4% das praças alistadas na Corporação tinham entre 30 e 39 anos de idade. Ainda que os regulamentos previssem que a idade mínima para o alistamento fosse 18 anos, 3% dos registros eram de ingressantes com idades entre 16 e 17 anos, o que nos sugere que o alistamento fora dos artigos regulamentares não era apenas objeto de declarações fraudulentas dos alistados, podendo ser utilizada como uma prática aceita pela Corporação para o preenchimento de seu efetivo.<sup>440</sup>

Gráfico 2. Faixa etária dos engajados.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

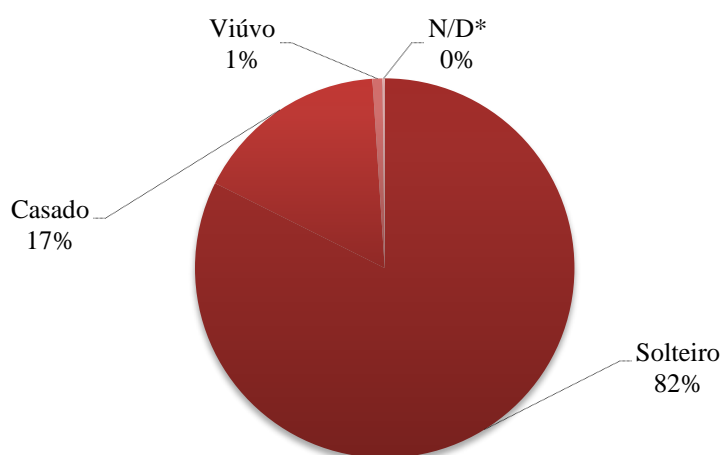
Em suas pesquisas sobre os ingressantes na força policial de Porto Alegre, entre 1896 e 1929, Claudia Mauch conclui que a mediana dos ingressantes era de 24 anos de idade. Ou seja, naquela cidade a maior parte dos homens que buscavam emprego na polícia era formada por jovens. Relação encontrada também por André Rosemberg, ao pesquisar o ingresso na polícia de São Paulo, entre 1868 e 1889, chegando à mediana de 26 anos, evidenciando que o alistamento naquela força “atraía principalmente os jovens, muito provavelmente aqueles que ingressavam na vida autônoma, recém desgarrados dos laços familiares primários”.<sup>441</sup>

<sup>440</sup> Sobre o percentual detalhado das faixas etárias dos ingressantes no Corpo de Bombeiros entre 1811 e 1913, ver Gráfico 15, anexo.

<sup>441</sup> ROSEMBERG, Andre. op. cit., p. 103.

Quanto ao estado civil dos alistados (Gráfico 3), a grande maioria, 82% dos registros, corresponde a homens solteiros, seguidos dos casados, que são 17% dos registros. Por fim, os bombeiros registrados como viúvos, ou que não continham o campo preenchido, correspondem a 1%. Vale destacar que, de acordo com todos os regulamentos do Corpo de Bombeiros do período pesquisado, não há menção à apresentação de documentos comprobatórios do estado civil no alistamento, o que permite supor que as informações para o campo “Estado” foram obtidas a partir de declarações fornecidas pelos próprios alistados. Podendo refletir, portanto, relações conjugais extraoficiais como o amasiamento, como observou Mauch em seu estudo sobre o alistamento de policiais em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.<sup>442</sup>

Gráfico 3. Bombeiros por estado civil, 1891-1913.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Quanto ao “Offício” dos alistados antes do ingresso no Corpo de Bombeiros, entre os 4.228 indivíduos foi possível recuperar o total de 98 ocupações diferentes<sup>443</sup>, além dos registros em que a resposta é “nenhuma”. Para facilitar a análise, optei por reunir essas ocupações em categorias que permitissem compreender melhor o perfil desses trabalhadores. Tentando evitar, ao máximo, anacronismos e distorções nessa operação de reunir atividades laborais com nomes diferentes, inclusive por algumas serem praticamente inexistentes nos dias de hoje, utilizei como referência as categorias utilizadas no censo realizado no Distrito Federal de 1906. Assim, busco estabelecer conexões que permitam compreender *como* essas profissões foram classificadas pela

<sup>442</sup> MAUCH, Claudia, op.cit., p. 122.

<sup>443</sup> Detalhes sobre a relação entre a profissão dos alistados e o censo de 1906, ver Tabela 11, Anexo.



municipalidade e com isso observar os reflexos dessas classificações na realidade específica da cidade do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

O levantamento, realizado no último ano da gestão do prefeito Pereira Passos, pretendia atingir por meio de “boletins ou listas de família, formando mapas”, todas as pessoas que se achassem no Distrito Federal, moradoras ou não. Foram tomadas informações como sexo, idade, estado civil, nacionalidade, alfabetização ou letramento, e a profissão dos recenseados. A instrução dada aos recenseadores, quanto ao preenchimento do campo profissão, era para que houvesse uma explicitação do “ofício, ocupação ou meio de vida”, utilizando-se termos específicos para as profissões

não dizendo, por exemplo, **comércio**, mas **negociante**, **guarda-livros**, **caixeiro**, etc., nem simplesmente **operário**, mas **cavouqueiro**, **pedreiro**, **carpinteiro**, **ferreiro**, **pintor**, **sapateiro**, etc., nem apenas **funcionário público**, mas especificar o governo de que depende, dizendo se é funcionário **municipal**, **estadual** ou **federal**.<sup>444</sup>

Ao não utilizar termos generalizantes, a comissão organizadora do censo pretendia conectar-se a metodologias internacionais de recenseamentos, daí recorreu-se a nomes como o do francês Jacques Bertillon, uma das principais autoridades nas áreas de estatística e demografia na transição dos séculos XIX e XX.<sup>445</sup>

Na pesquisa, adotaram-se quatro grandes categorias (*Denominação principal*), de modo a reunir as atividades profissionais em:

- i. Produção de matéria prima;
- ii. Transformação e emprego da matéria prima;
- iii. Administração pública ou profissões liberais;
- iv. Profissões desconhecidas ou que não poderiam ser enquadradas nos critérios anteriores;<sup>446</sup>

<sup>444</sup> BRASIL, República dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística*, 1907, p. XVIII. Disponível em: <https://bit.ly/2AGLOVe>. Acesso em: 10 dez. 2020. [Grifos na fonte].

<sup>445</sup> Jacques Bertillon publicou vários estudos relacionados à questão demográfica, entre eles *Étude démographique du divorce et de la séparation de corps dans les différents pays de l'Europe* (1883); *Le problème de la dépopulation*. (1897) e *Texte des vœux émis par l'Institut international de statistique* (1903). Esse último sendo um dos textos citados pela Comissão Organizadora como tendo fornecido diretrizes sobre a questão das profissões para o censo de 1906. Membros da família Bertillon conquistaram fama e prestígio pelo trabalho realizado nas áreas de demografia e identificação, uma exposição sobre a atuação dos membros da família pode ser encontrada em DUPÂQUIER, Michel. La Famille Bertillon et la naissance d'une nouvelle science sociale: La Demographie. In: *Annales de démographie historique. Société de démographie historique*, 1983, p. 293-311.

<sup>446</sup> BRASIL, República dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística*, 1907, p. 106. Disponível em: <https://bit.ly/2AGLOVe>. Acesso em: 10 dez. 2020. [Grifos na fonte].



A comissão organizadora do censo associou a essa *Denominação principal* outros níveis de subcategorias (*Grande grupo* e *Subgrupo*), de modo a agrupar os ofícios declarados e tentar evitar distorções nos resultados. Desse modo, a *Denominação principal* poderia ser “Transformação e emprego da matéria prima”, por exemplo, seguida pelo *Grande grupo*, “Indústria”, ou “Transporte”, ou “Comércio”, que por sua vez possuíam níveis inferiores, os *Subgrupos*, de modo a permitir que o agrupamento fosse realizado levando minimamente em conta as especificidades das variadas atividades laborais.

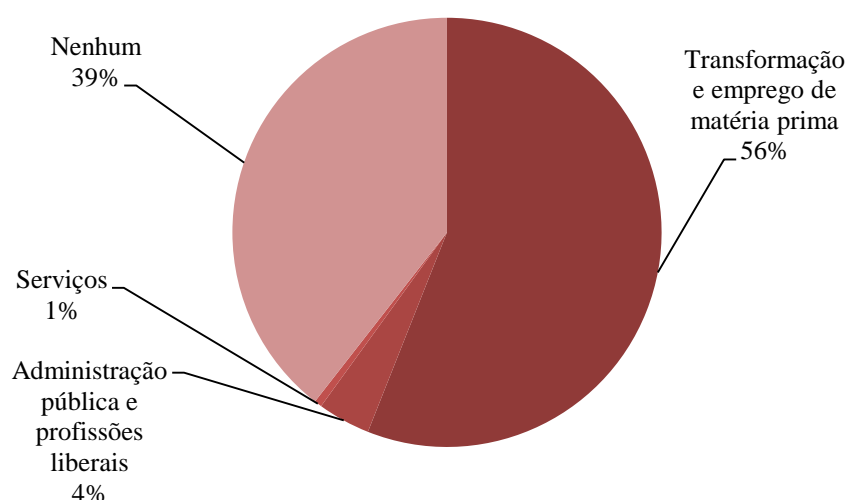
Após agrupar as respostas contidas nos livros de assentamento referente ao campo “ofício”, dentro da mesma atividade profissional, busquei correspondências que permitissem organizar dentro das categorias e subcategorias previstas no Censo de 1906, por exemplo, “pedreiro” e “ajudante de pedreiro”, ou ainda “limador” e “aprendiz de limador”. O desafio consistiu em interpretar as atividades declaradas durante o assentamento, com os critérios adotados pela municipalidade. Além de permitir a operacionalização da análise com níveis de escalas diversos, os resultados nos permitem compreender o cenário em que a Corporação está inserida: a cidade do Rio de Janeiro de fins dos Oitocentos e inícios do século XX.

Um primeiro olhar sobre o campo “Ofício” nos registros de Assentamento do Corpo de Bombeiros nos permite perceber que nenhum dos alistados declarou exercer atividade diretamente ligada ao universo rural. No Censo de 1906, por exemplo, esses trabalhadores foram reunidos na *Denominação principal* “Produção de matéria prima”, sendo especificados como trabalhadores envolvidos na “exploração da superfície do solo”, o que poderia ser agricultura, horticultura, silvicultura, floricultura, criação de animais, caça e pesca, ou ainda poder estar relacionada à “extração de materiais minerais”, ou seja, o trabalho em pedreiras e salinas.

O Gráfico 4 nos mostra que a grande maioria dos ofícios declarados entre os alistados no Corpo de Bombeiros (59%), foram às atividades ligadas à “transformação e emprego de matéria prima”, com destaque para trabalhos ligados aos transportes terrestres – em ofícios como carroceiro, chofer, cocheiro, condutor, ferrador, maquinista e segeiro, – que, somados, chegaram a 718 alistados. Há ainda o subgrupo da “Metalurgia”, com 458 inscritos – nos ofícios de Caldeireiro de Ferro (Aprendiz de), Caldeireiro de Cobre, Ferreiro (Ajudante de), Foguista, Fundidor de Ferro e Bronze (Aprendiz), Funileiro, Malhador (Ajudante de), Malheiro, Mecânico (Ajustador), Modelador, Ourives (Aprendiz), Rebarbador, Serralheiro, Soldador, Torneiro [Mecânico, de Ferro] – e o

subgrupo da “Edificação” com outros 451 alistados – soma da declaração de ofícios de Bombeiro Gasista, Bombeiro Hidráulico, Calceteiro, Eletricista (Ajudante de), Estucador, Forrador de Papel, Gasista, Pedreiro (Servente/Aprendiz de), Pintor (Aprendiz de). A segunda maior quantidade de registros dos alistados é composta por aqueles que declararam não possuir “nenhum” ofício antes de ingressar no Corpo de Bombeiros (39%). O quadro total de ofícios declarados pelos alistados é completado por ofícios ligados a “profissões liberais” (4%) e aos “serviços” (1%).

Gráfico 4. Ofícios declarados no alistamento do Corpo de Bombeiros agrupados a partir da “Denominação Principal”, do Censo de 1906.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Esses números nos permitem supor que durante o processo de recrutamento para composição das fileiras do Corpo de Bombeiros, não havia grandes exigências para a admissão dos candidatos ao cargo de praça da Corporação, bastando que possuísse habilidades físicas capazes de suportar a rotina de trabalho realizado pelos bombeiros no Rio de Janeiro. O número elevado de registros cujos ofícios estão relacionados a trabalhos braçais, exigindo habilidade e força física dos alistados, pode ser explicado pelo elevado número de ofícios nos registros como pintor (202), pedreiro (144), carpinteiro (144), ferreiro (68). Portanto, ao admitir nas fileiras da Corporação homens que estavam envolvidos em trabalhos que exigiam pouca qualificação profissional, grande parte deles jovens, talvez sem muita experiência nos trabalhos que houvessem realizado anteriormente, sendo possível que muitos fossem auxiliares nos ofícios e, provavelmente, com ganhos financeiros insuficientes, temos reforçada a ideia de que os alistados integravam as classes sociais mais pobres e vulneráveis.

Evidentemente que dominar um saber específico, assim como possuir formação em alguma competência ou habilidade específica, podia garantir certas vantagens dentro do Corpo de Bombeiros, quando o ofício do alistado correspondia às necessidades operacionais da instituição. É o caso dos alistados envolvidos no transporte, essenciais para o funcionamento da Corporação, para a condução de equipamentos, materiais e pessoal aos locais dos sinistros. Os registros de músicos, ofício declarado por 168 indivíduos, garantiram assentados para compor a banda de música fundada no Corpo de Bombeiros em 1896. Vale destacar também a presença de uma gama de ofícios associados ao universo urbano, em atividades que exigem maior formação intelectual como sapateiros (92), tipógrafos (63), encadernadores (36), telegrafistas (28), eletricitas (28), litógrafos (12), ourives (8) e impressores (4).

Também chama atenção o elevado número de alistados que declarou não possuir “Nenhum” ofício, em números absolutos o equivalente a 1.668 registros. Acreditamos que, assim como observou Beattie, em sua pesquisa sobre o exército, talvez nesse contingente estejam muitos trabalhadores ligados às atividades rurais.<sup>447</sup> Sendo também possível que, assim como para os alistados nas polícias de São Paulo e de Porto Alegre, esse contingente corresponda a trabalhadores informais, que viviam de sua “agência”, os famosos jornaleiros, aqueles que, viviam “sem demonstrar nenhuma habilidade específica que os destacasse em meio ao universo de homens livres pobres”.<sup>448</sup> Levando em consideração essa condição de pobreza e de dificuldades que esses homens viviam cotidianamente no Rio de Janeiro, a resposta “Nenhum” para o campo “Ofício” indica muito mais uma condição temporária para a maioria, do que a ausência de atividade profissional.<sup>449</sup>

Os regulamentos adotados pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, entre os anos de 1880 e 1915, não previam impedimentos para a admissão de estrangeiros. Ainda assim, a grande maioria dos alistados era constituída por brasileiros, o que talvez possa ser explicado pelos baixos salários, e pelas condições de trabalho que eram impostas às praças da instituição (Gráfico 5). Em sua análise sobre a polícia carioca, Marcos Bretas também observou a predominância de nacionais. Tomando como exemplo a

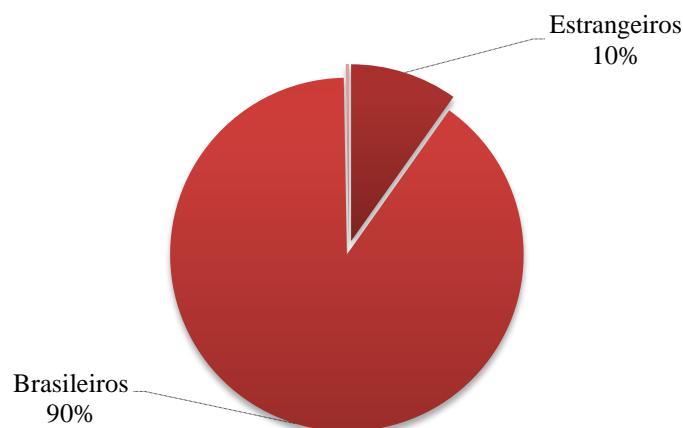
<sup>447</sup> BEATTIE, Peter A. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 238.

<sup>448</sup> ROSEMBERG, André. op. cit. 105.

<sup>449</sup> MAUCH, Claudia. op. cit. p. 126-127.

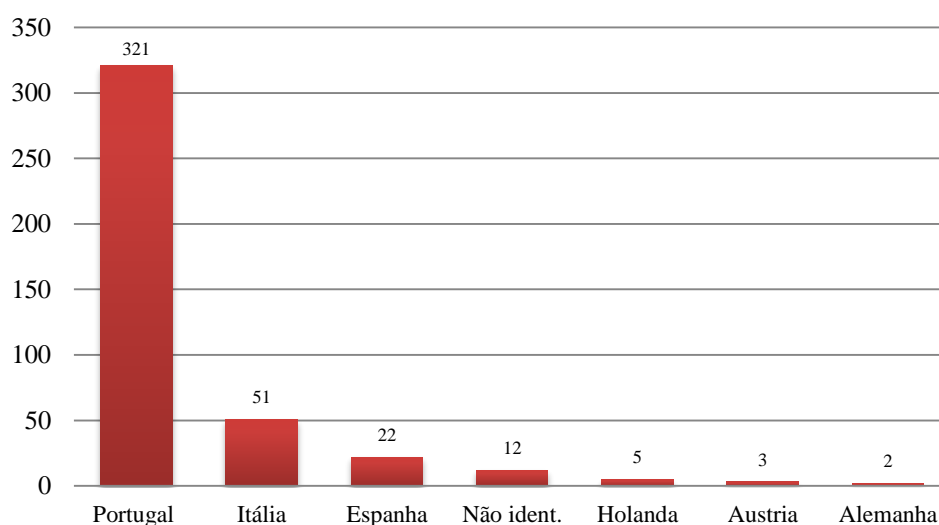
movimentação do efetivo em abril de 1882, o autor contabilizou que o efetivo total (504 alistados) da instituição era composto por 15% (86) de estrangeiros.<sup>450</sup>

Gráfico 5. Percentual de nacionalidade dos engajados no Corpo de Bombeiros, 1891-1913.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Gráfico 6. Engajamento no Corpo de Bombeiros, entre 1891 e 1913, por nacionalidade.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

No Gráfico 6 podemos observar especificamente a procedência dos estrangeiros engajados no Corpo de Bombeiros, notamos que há uma forte presença portuguesa (79%); seguido por italianos (13%); espanhóis (5%), e um pequeno número de holandeses, alemães e austríacos (1%, cada). Aqui os percentuais se assemelham aos encontrados por

<sup>450</sup> BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998, p. 225-226.

Bretas na polícia do Rio de Janeiro, sendo a maior parte dos estrangeiros alistados (61%) provenientes de Portugal.<sup>451</sup>

Esse contingente elevado de lusitanos reflete a dinâmica do fluxo total de imigrantes para a cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920. Ao analisarmos os dados da população carioca no período, percebemos que, enquanto a presença dos imigrantes portugueses variou de 15% a 20%, italianos e espanhóis variaram entre 2% e 3%. O perfil do imigrante português no Corpo de Bombeiros se assemelha ao perfil encontrado nas pesquisas dedicadas à “invasão” lusa: “majoritariamente homens, solteiros e em idade produtiva”. Na Corporação, a média de idade dos alistados portugueses era de 23,5 anos, não havendo nenhum deles com idade superior a 30 anos. De um modo geral, os imigrantes lusos eram tidos como concorrentes dos brasileiros nas disputas pelos postos de trabalho, especialmente no comércio, sendo com frequência “acusados de ocupar os empregos destinados aos nacionais”.<sup>452</sup> Eram eles os que ocupavam a maioria dos postos de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia carioca, como os estabelecimentos comerciais. De além-mar, vinham “contingentes [de] meninos-homem destinados a se tornarem ajudantes das casas comerciais, sempre preferidos aos brasileiros, pelos portugueses já estabelecidos”.<sup>453</sup> Além disso, Gladys Sabina Ribeiro observou que essa rixa era alimentada pela desconfiança de que esses comerciantes exploravam “a população por meio de práticas extorsivas nos preços e do roubo nos pesos e nas medidas”.<sup>454</sup> Ainda que o trabalho nos estabelecimentos comerciais reunisse a maior quantidade de imigrantes portugueses, parte desse contingente encontrou trabalho em outras áreas como aqueles que se alistaram no Corpo e Bombeiros.

Eram os trabalhadores nacionais os responsáveis pelo maior número de alistados na Corporação, sendo mais da metade deles nascidos no Distrito Federal (55%), seguidos dos nascidos no Rio de Janeiro (19%). Mesmo sendo uma força pública diretamente subordinada ao poder central (sob responsabilidade dos Ministérios da Agricultura [1856-1891] e Justiça [1891-1960]) o Corpo de Bombeiros possuía ação restrita a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, a condição da cidade de capital do Brasil, atraía imigrantes

<sup>451</sup> Idem. Para mais detalhes sobre a nacionalidade das praças entre 1891 e 1913 ver Gráfico 14. Nacionalidade das praças engajados no Corpo de Bombeiros, entre 1891 e 1913. Gráfico 14, no anexo.

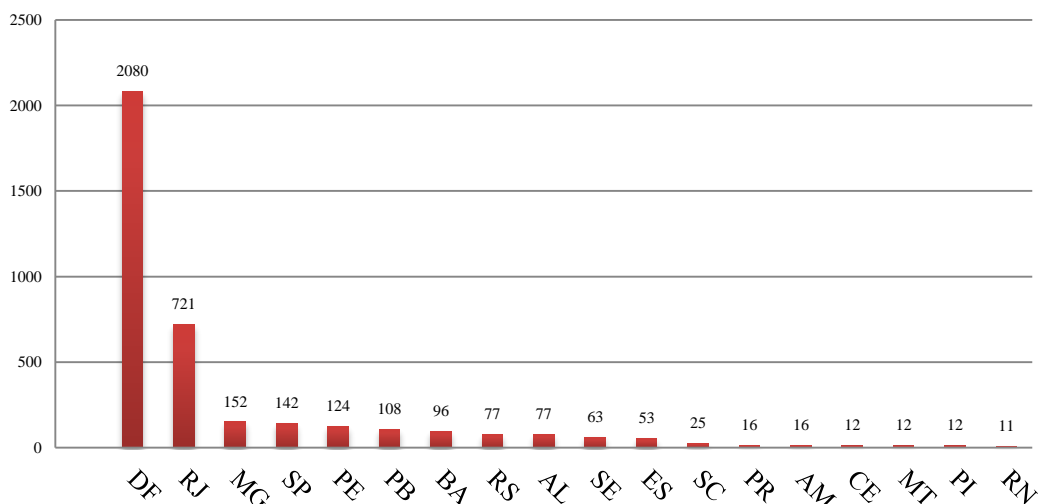
<sup>452</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: O antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017, p. 23-25

<sup>453</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, p. 165.

<sup>454</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. op cit., p. 23.

nacionais em busca de melhores condições de vida em terras cariocas. Muitos dos nacionais alistados (26%), buscaram no Corpo de Bombeiros a oportunidade de ingresso nos mundos do trabalho, e viam na Corporação a possibilidade de ascensão econômica e social (Gráfico 7).

Gráfico 7. Procedência dos brasileiros engajados no Corpo de Bombeiros, entre 1891 e 1913.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Nascidos em Minas Gerais e São Paulo completavam os maiores efetivos (com 4% de alistados brasileiros cada um deles), ao lado de pernambucanos e paraibanos. Vale notar que a Corporação contava com alistados de todas as regiões do país, o que pode ser explicado primeiro pelo Rio de Janeiro ser um polo atrativo para os imigrantes nacionais, mas também porque a instituição possibilitava a esses jovens pobres a obtenção de seus sustentos e a manutenção de sua sobrevivência.

Diferentemente dos registros civis e dos censos que, tentando “embranquecer” a população, desapareceram com as informações sobre a “cor” dos indivíduos, no Corpo de Bombeiros, os Livros-Mestre de Assentamentos mantiveram registros detalhados dos aspectos físicos dos ingressantes. Ao trabalhar com essas descrições em registros de soldados do exército brasileiro, Peter Beattie ressaltou que ao pesquisador que lida com documentos dessa natureza é fundamental ter “cautela”, pois as descrições reunidas nesses registros contêm muito do olhar daqueles que as produziram, no momento da produção da fonte.

Antes que a fotografia se tornasse uma tecnologia viável para identificação, descrições escritas minuciosamente eram a melhor alternativa. Os retratos das praças guardam uma semelhança com aqueles que descreviam escravos fugitivos publicados nos jornais antes

da abolição. Eles incluíam altura, cabelo (cor e textura), olhos, nariz, lábios, cor da pele e outras marcas distintivas como cicatrizes e tatuagens. Como muitos estudos mostram, a classificação racial no Brasil depende sobretudo dos olhos de quem vê.<sup>455</sup>

Todos os 4.228 registros de assentados no Corpo de Bombeiros continham preenchimento para o campo “Cor”, o que nos indica que registrar esse dado era importante para os responsáveis pelo ingresso de novas praças na Instituição. As informações capazes de descrever os pertencentes a instituições militarizadas – como por exemplo o Exército, da pesquisa de Beattie; a polícia de São Paulo, estudado por Rosenberg e o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro – eram importantes primeiramente por favorecerem a identificação dos sujeitos no caso de deserção.<sup>456</sup> Pensando especificamente no trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros, vale considerar que essas descrições detalhadas poderiam ainda auxiliar na identificação de cadáveres de bombeiros vitimados em desabamentos ou em incêndios.

Nos assentamentos pesquisados, foi possível localizar dez diferentes categorias para cor dos alistados: acaboclado, branca, branca morena, cabocla, clara, morena, parda, parda clara, parda escura, preta. Se por um lado os variados termos utilizados apontam para uma tentativa de precisão nas descrições, por outro se insere em um campo de subjetividades sobre os critérios utilizados por aqueles que eram responsáveis pelo assentamento das praças. Optei por agrupar essas categorias em cinco (branca, cabocla, morena, parda e preta). Consciente dos riscos desse processo, entendi ser essa uma ação facilitadora no trabalho de análise desses termos.

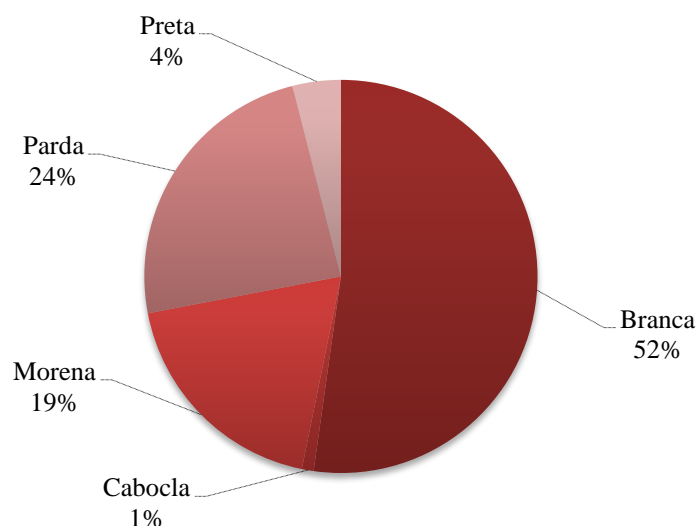
No Gráfico 8 observamos que 52% (2.208) dos alistados foram registrados como brancos, contra 48% (2.020) que foram alistados não-brancos – cabocla (acaboclado), morena (branca morena, clara), parda (parda clara, parda escura) e preta. O que pode nos indicar que, em certa medida, o recrutamento reproduzia a própria organização social da cidade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Quando restringimos as informações de “Cor” somente para os alistados brasileiros temos 47% (1.732) registros de alistados com a cor branca, e 53% (1.972) registros de não-brancos. Considerando que nos dados disponíveis pelo recenseamento de 1890 a população da cidade do Rio de Janeiro era 62,7% branca, enquanto os não-brancos são 37,3%, o trabalho como praça do Corpo de Bombeiros era considerado como opção viável para homens jovens, não

<sup>455</sup> BEATTIE, Peter A. op cit., p. 238-239

<sup>456</sup> ROSEMBERG, op. cit. p. 116-132

possuidores de ofício ou especialização profissional, brasileiros nascidos no próprio Distrito Federal, ou no Estado do Rio de Janeiro, e não-brancos.

Gráfico 8. Percentual de frequência de engajados no Corpo de Bombeiros pela “Cor” da pele, entre 1891 e 1913.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Tendo em vista que as fichas de assentamento não trazem informações seriadas sobre o local de moradia das praças, utilizei informações contidas no censo de 1906, que nos permitem traçar um panorama sobre os locais de moradia utilizados pelos trabalhadores do Corpo de Bombeiros. Como a informação contida no recenseamento não informa se esses moradores são praças da Corporação ou oficiais, cruzei esses dados com outros disponíveis no *Almanak Laemmert* de 1907. A publicação contém os endereços de 34 oficiais da Corporação residentes no Distrito Federal, parti dessas informações para subtrair o número de oficiais residente em cada região da cidade, de modo a chegar ao número de praças.<sup>457</sup>

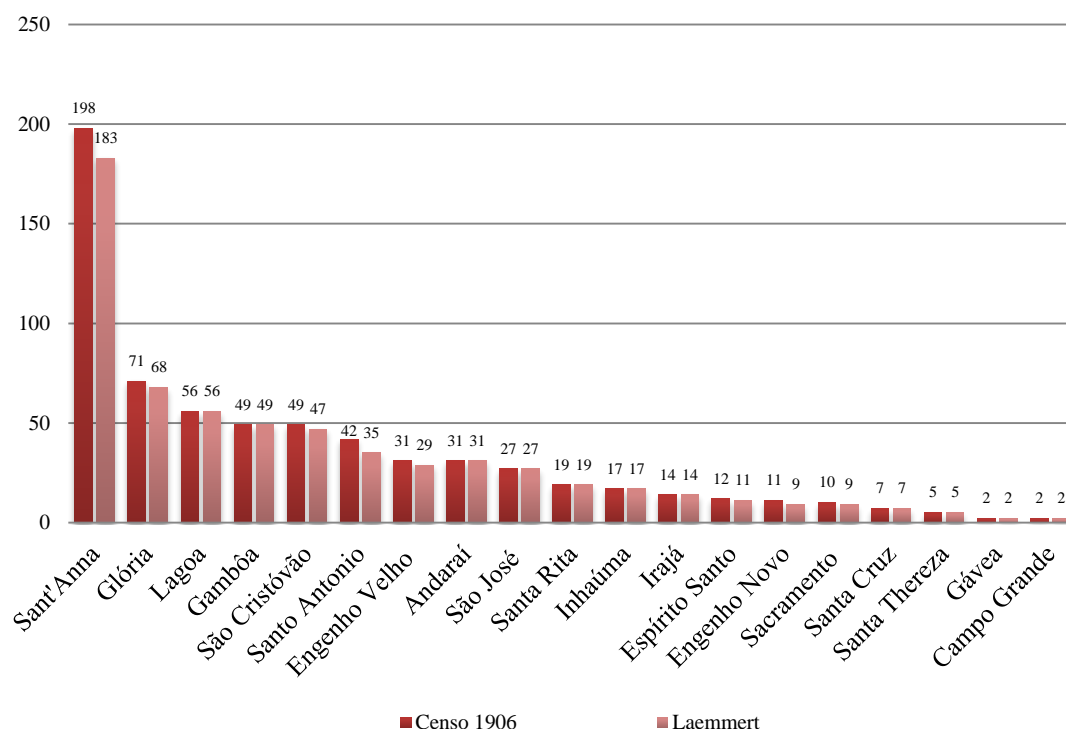
No Gráfico 9 observamos que as colunas da esquerda apresentam os dados integrais, fornecidos pelo Censo de 1906, e nas da direita temos o resultado da subtração referentes aos endereços dos oficiais, a partir das informações extraídas do *Almanak Laemmert*. Primeiramente vale destacar que dos 25 distritos que compunham a Capital da República, os homens do Corpo de Bombeiros residiam em 19, não havendo registro de residência de praças da Corporação nos distritos da Candelária, Tijuca, Méier,

<sup>457</sup> Segundo o regulamento de 1896, em vigor em 1906, a Corporação contava com 34 oficiais, dos quais 33 residiam em distritos do Rio de Janeiro e 1 era residente de Niterói.



Jacarepaguá, Guaratiba, e ilhas, sendo que o maior número de praças vivia nos distritos mais próximos da região de ocupação mais antiga da cidade.

Gráfico 9. Distrito de moradia dos Bombeiros, 1906.



Fonte: BRASIL, Recenseamento do Rio de Janeiro, 1907.  
*Almanak Laemmert*, 1906, p. 363

O distrito de Sant'Anna – onde estava localizada a principal unidade de atendimento da Corporação: o quartel central –, era a região que concentrava o maior número de praças (183). Em seguida, vinha o distrito da Glória, com 68 praças, seguido do distrito da Lagoa (56), dos distritos da Gamboa (49) e São Cristóvão (47). Regiões mais distantes do chamado Centro da cidade, por sua vez, não abrigavam nenhum oficial, sendo também opção de moradia para um pequeno número de praças, como os distritos de Santa Cruz (7) da Gávea (2), Campo Grande (2).

Em fins do século XIX e inícios do século XX os distritos da região central da cidade do Rio de Janeiro concentravam grande número de habitações coletivas. Considerando que as praças que integravam as fileiras do Corpo de Bombeiros, em sua maioria, eram homens jovens, solteiros e pobres –, esses espaços se constituíam a única opção de moradia de modo a permitir que esses trabalhadores pudessem sobreviver em uma cidade em que os preços de aluguéis, transportes e alimentação eram exorbitantes. Não por coincidência, o Distrito de Sant'Anna, como aponta Lia Aquino,

já em meados do século [XIX], concentrava as atividades manufatureiras e artesanais da cidade, um importante comércio varejista e uma parte das atividades de ordem pública, o que explicava a sua significativa participação na população da cidade do Rio de Janeiro, e o alto índice de populações de baixa renda aí concentradas. Esta população que trabalhava, em sua maioria, nas atividades artesanais e manufatureiras, residia próximo a seus empregos devido à dificuldade de meios de comunicação, só desenvolvidos nas últimas décadas do século XIX, o que explica a sua aglomeração em cortiços, únicas moradias ao alcance de seus baixos salários.<sup>458</sup>

A proximidade do local de trabalho e as despesas com aluguéis mais adequados à realidade das praças do Corpo de Bombeiros eram atrativos considerados por muitos desses trabalhadores na busca desses espaços como opção de moradia. Problemas envolvendo praças em seus locais de moradia, por vezes, chegavam aos seus superiores, sendo registrados nos “Livros-Mestre de Assentamentos de Praças” dos respectivos trabalhadores. Esses casos são capazes de nos mostrar que para uma parcela dos homens alistados como praças nas fileiras da Corporação, compartilhavam dos mesmos locais precários de moradia dos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro. Vivenciando experiências, como vimos por vezes conflituosas, em uma realidade de carestia e de dificuldades para a manutenção da sobrevivência desses trabalhadores. O caso do nacional, Juvenal do Carmo Barbosa, por exemplo, que ficou preso por 10 dias, em novembro de 1899, e teve cinco dias de desconto em seu soldo, por haver espancado uma mulher na casa de alugar cômodos em que residia, à Rua do Lavradio <sup>459</sup>e outra ocorrência, com também nacional, João Peixoto de Vasconcellos, preso por oito dias, e tendo quatro dias de desconto de seu soldo “por haver maltratado a uma senhora, em casa de quem reside” são dois exemplos.<sup>460</sup> Ainda que o ocorrido não nos permita saber mais detalhes sobre o local e o tipo de moradia locada por João Peixoto, percebemos que, para a locatária, supondo-se ter sido ela quem fez com que a ocorrência chegasse ao conhecimento dos superiores do locatário, no Corpo de Bombeiros, a falta de cortesia do militar não seria tolerada pela instituição a que ele pertencia.

<sup>458</sup> CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuições ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 140.

<sup>459</sup> AGCBMERJ, *LMAP*, Lv 12, fl. 76, nº 292.

<sup>460</sup> AGCBMERJ, *LMAP*, Lv 12, fl. 109, nº 35.

## 5.2.

### O emprego no Corpo de Bombeiros

Criar uma instituição dedicada a combater profissionalmente os sinistros provocados pelo fogo, oferecendo formação aos homens que nela se alistavam foi uma tarefa complexa que tinha por objetivo inserir o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro em um circuito internacional de instituições congêneres. Outro desafio era manter-se nessa rede de instituições comprometidas em socorrer a população da cidade contra os perigos causados pelo fogo, o que exigia capilaridade de Estações e Postos e equipamento moderno e adequado. Todavia, nada disso seria possível se o contingente não fosse o suficiente para a operacionalização da Corporação.

O número de praças previstos nos regulamentos do Corpo de Bombeiros entre 1881 e 1911 tentou acompanhar o crescimento populacional do Rio de Janeiro. Se em 1860, a previsão era de que o número total de 109 integrantes, sendo apenas 80 vagas destinadas aos alistados como bombeiro combatente, era entendido como suficiente para o funcionamento da instituição, em 1911, esse número chegou a prever o efetivo total em 782 integrantes, considerando ideal o número de 600 bombeiros para o atendimento à população carioca. Além do crescimento da cidade e do aumento vertiginoso do número de seus habitantes, existia a compreensão de que aquele era um serviço fundamental para o próprio desenvolvimento urbano da principal cidade brasileira.

Os relatórios emitidos pelo Corpo de Bombeiros ou pelos Ministérios da Agricultura e da Justiça atestam a necessidade de se ampliar esse contingente. Em 1877, por exemplo, o diretor-geral da Corporação escreveu ao ministro da Agricultura, avaliando o contingente composto de 80 bombeiros como sendo “insuficiente para a vigilância que deve exercer sobre a segurança das vidas e da propriedade e para o pronto socorro que lhes deve prestar”.<sup>461</sup> No relatório de 1879, o descontentamento com o efetivo é novamente exposto como sendo “muito reduzido o pessoal para com eficácia, e de modo desejável, atender às necessidades de um regular serviço de extinção de incêndios na capital do Império”.<sup>462</sup>

---

<sup>461</sup> “Extinção de incêndios”, BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1877, apresentado a Assembleia Geral pelo ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1878. Disponível em: <https://bit.ly/38fLOOq>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>462</sup> “Extinção de Incêndios”, “Pessoal”, p. 6. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1879, apresentado a Assembleia Geral pelo ministro Manoel Buarque de Macedo*. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1880. Disponível em: <https://bit.ly/3kPVy51>. Acesso em 10 dez. 2020.

Os pedidos por aumento de pessoal se concretizaram com a aprovação do novo regulamento de 1881. A partir do qual, o contingente passou a ser de 246 bombeiros combatentes. Entretanto, entre a adoção do novo texto regulamentar e o ano de 1886, o quadro de vagas de praças manteve-se incompleto, por determinação do ministro da Agricultura, que condicionou a construção de uma nova Estação, a Sul, localizada no Catete, “à economia resultante das vagas” ociosas de pessoal previstas no novo regulamento.<sup>463</sup>

Nos anos seguintes, as queixas sobre o reduzido número de praças voltaram às páginas do relatório do Ministério da Justiça. Em 1894, o comandante-geral da Corporação, coronel Francisco de Assis Lima (1894-1897), escreveu ao ministro sobre a deficiência de pessoal percebida por ele:

Este pessoal é insuficiente, e a prova desta insuficiência é que o bombeiro, quer na Estação Central, quer nas estações de destacamento, fica de serviço quatro e cinco dias consecutivos, para folgar 24 horas. Assim, por exemplo, acham-se destacados pelas diversas Estações e Postos cinco oficiais, 179 praças de pret; o resto da força se acha no quartel central, deduzido o pessoal operário das oficinas, condutores, empregados na conservação dos registros de incêndio, bombeiros hidráulicos, doentes etc., fica reduzido a um número insuficiente para o serviço de prontidão.<sup>464</sup>

Para Assis Lima, o número insuficiente de homens que integravam a Corporação tornava-se ainda mais crítico por atividades que eram realizadas pelos bombeiros como o trabalho nas suas oficinas ou na manutenção dos hidrantes. Em 1894, ano em que o comandante-geral escreveu esse relatório, o contingente previsto para o bom funcionamento do Corpo de Bombeiros era de 420 praças, e o que se pretendia era a ampliação desse contingente, demanda que foi atendida em 1896, com a publicação do regulamento que ampliou esse número para 592.

Essa tendência de ampliação do contingente pode ser encontrada em todos os regulamentos do período pesquisado. Em 1908, o texto regulamentar da Corporação autorizou que o número de praças fosse ampliado à marca de 708. Porém, ao que parece, mesmo depois de mais essa ampliação no contingente, o ministro da Justiça, Rivadávia

<sup>463</sup> “Relatório do Corpo de Bombeiros”, p. 6. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881, apresentado a Assembleia Geral pelo ministro Manoel Alves de Araujo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <http://bit.ly/2I8ovev>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>464</sup> “Relatório do Corpo de Bombeiros”, p.9. [Anexo H]. In: BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório dos anos de 1894 e 1895, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1895. Disponível em: <http://bit.ly/3mFnBV0>. Acesso em: 10 dez. 2020.

da Cunha Correa, afirmando tomar como base o relatório enviado pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, avaliou esse número como insuficiente para atender às demandas da população carioca.

O pessoal efetivo mal chega para atender aos trabalhos mais urgentes de ocasião. A soma enorme dos serviços por ele diariamente desempenhados, mesmo nos tempos normais, e a vida laboriosa do quartel, demonstram cabalmente o quanto o mesmo pessoal é deficiente, bastando considerar-se que um bombeiro pronto na fileira trabalha sete e oito dias consecutivos para ter uma folga.

**Os desabamentos e as grandes enchentes, que põem em perigo a vida dos habitantes dos bairros inundados,** são trabalhos que constantemente exigem o concurso dos bombeiros.

**É nessas ocasiões que mais se faz sentir a falta de pessoal e a corporação sacrifica a organização de todos os seus serviços, fazendo um esforço que não pode ser duradouro.** Uma quinzena de trabalhos desta natureza aniquilaria o pessoal que, após essas crises, adoece de cansaço, porque o homem não pode suportar 10 e 12 dias consecutivos de **serviços penosíssimos** sem grande sacrifício da saúde.<sup>465</sup>

Recorrendo à ideia de que o efetivo não poderia prestar atendimento à população em situações corriqueiras como “desabamentos” e “enchentes” comuns na cidade do Rio de Janeiro, o texto explica que o número de praças, considerado insuficiente, impossibilitava conciliar o atendimento aos sinistros urbanos com a rotina de trabalho cotidiano nos quartéis, fundamental para o funcionamento da Corporação. O articulista destaca a rotina criada a partir desses “serviços penosíssimos”, em que os bombeiros necessitam empenhar muitos dias seguidos de trabalho exaustivo, prejudicando suas saúdes e levando ao colapso a operacionalidade da Corporação.

Observando as informações contidas na Tabela 2, podemos acompanhar a movimentação de ingressantes no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro entre 1881 e 1913. As linhas mais escuras indicam o aumento do efetivo, e consequentemente do número de vagas para o ingresso de praças, por determinação do regulamento. Percebemos que, entre 1881 e 1891, em poucas ocasiões a Corporação conseguiu completar o quadro de vagas previstas nos regulamentos. Ainda assim, o percentual de vagas em aberto foi sendo reduzido paulatinamente depois da ampliação de vagas imposta por cada regulamento.

<sup>465</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do ano de 1910 e 1911, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Rivadavia da Cunha Correa*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1911, p. 107. Disponível em: <https://bit.ly/2TOMvWr>. Acesso em: 21 ago. 2020. [Grifos meus].

Em 1881, as vagas em aberto correspondiam a 27% do efetivo previsto de praças, no ano seguinte, 1882, como novos ingressos esse percentual passou a ser de 20%, sendo novamente reduzido, em 1883, para 19% e, em 1884, para 15%, sendo esse percentual zerado em 1886. Quando o novo regulamento é aprovado, em 1887, e, conseqüentemente, ocorre um aumento no quadro de vagas para praças, percebemos que esse movimento é semelhante.

Tabela 2. Movimentação de praças no Corpo de Bombeiros, 1881-1913.

Ano	Ingresso de praças	Número de praças	Vagas de praças incompletas	Contingente de praças previsto	Total previsto
1881	54	179	67	246	300
1882	-	196	50	246	300
1883	-	198	48	246	300
1884	-	209	37	246	300
1885	58	209	37	246	300
1886	97	278	0	246	300
1887	-	287	133	420	441
1888	101	315	105	420	441
1890	-	330	90	420	441
1891	124	305	115	420	441
1896	-	-	-	592	626
1898	189	592	0	592	626
1899	166	592	0	592	626
1900	150	590	2	592	626
1901	123	592	0	592	626
1902	108	592	0	592	626
1903	100	590	2	592	626
1904	106	590	2	592	626
1905	141	590	2	592	626
1906	116	590	2	592	626
1907	239	708	2	708	757
1908	145	708	0	708	757
1909	124	708	0	708	757
1910	142	704	4	708	757
1911	139	691	41	732	782
1912	193	730	2	732	782
1913	138	732	0	732	782

Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Os números nos permitem observar ainda que ocorreu estabilidade entre as vagas previstas e o efetivo de praças a partir de 1898. O que pode ser explicado pela consolidação do projeto de capilarização das Estações de atendimento do Corpo de Bombeiros com a inauguração das unidades de Vila Isabel (1892) e do Humaitá (1896).

Além disso, os valores pagos às praças do Corpo de Bombeiros nos fornecem algumas pistas sobre o interesse de ingresso e permanência desses homens nas fileiras da Corporação. Além de ampliar o quadro de pessoal, os regulamentos tentavam tornar o trabalho na instituição mais atrativo. O texto aprovado em 1881 determinou que as praças (condutores, artífices, trabalhadores e corneteiros) recebessem \$500 (quinhentos réis) por dia trabalhado, valor mantido no texto regulamentar de 1887. O regulamento de 1890, por sua vez, elevou o soldo básico das mesmas categorias de praças para \$750 (setecentos e cinquenta réis) diários.

Em 1892, o comandante-geral do Corpo de Bombeiros escreveu ao ministro da Agricultura, queixando-se dos vencimentos das praças por serem “sensivelmente inferiores dos das praças da brigada policial e, insuficiente, nas atuais circunstâncias”, acrescentando que, os valores baixos, motivavam a incompletude do quadro de pessoal.<sup>466</sup> Essa comparação feita pelo comandante Antonio Gomes Carneiro, sinaliza para as disputas envolvendo o Corpo de Bombeiros e a Polícia carioca na captação de trabalhadores de baixa renda para ocupar as fileiras das corporações que envolvia a realização de tarefas pouco atraentes e perigosas. Mesmo diante dos apelos do militar, o novo aumento salarial só ocorreu em 1894, elevando os vencimentos das praças para 1\$720 (um mil e setecentos e vinte réis), ainda abaixo dos valores recebidos pelos homens da brigada policial. Finalmente, os valores dos vencimentos das praças do Corpo de Bombeiros foram igualados aos da brigada policial, em 1906, com a aprovação do novo regulamento, que passou a definir que as praças passassem a receber como valor de diária trabalhada 2\$000 (dois mil réis). Em suma, considerando os valores de 1881, o máximo que uma praça muito dedicada e disciplinada poderia ganhar como soldo anual era cerca de 730\$000 (setecentos e trinta mil réis).<sup>467</sup>

O levantamento realizado pela historiadora Sylvia Damazio nos permite comparar valores dos vencimentos diários das praças do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro com o pagamento de diárias pagas pela municipalidade a outras categorias

<sup>466</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-63, nº 31 [Anexo], “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Antonio Gomes Carneiro, datado de 18 de janeiro de 1892”.

<sup>467</sup> Detalhes sobre os soldos das praças entre 1860 e 1911 ver Tabela 7, anexo.

profissionais, e com os valores pagos à Força Policial que atuava na cidade, nos ajudando a compreender a posição dos vencimentos recebidos pelas praças da Corporação no período. Comparar os valores pagos ao Corpo de Bombeiros e a outras categorias profissionais (Tabela 3), observamos que, em 1888, o valor diário pago a uma praça da Corporação é muito inferior ao de um ferreiro, ou mesmo ao de um trabalhador não especializado.

Tabela 3. Quadro comparativo de vencimentos diários, 1888-1896.

Ano	Soldado da cavalaria de Polícia	Bombeiro	Ferreiro	Trabalhador não especializado
1888	-	\$500	3\$333	1\$400
1890	1\$720	\$750	-	-
1896	2\$000	2\$000	5\$000	2\$000

Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMERJ

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 37.

Quando esse comparativo é feito com um soldado da cavalaria de Polícia, em 1890, o cenário é semelhante, e uma praça do Corpo de Bombeiros chega a ganhar \$970 (novecentos e setenta réis) em sua diária de trabalho, menos do que o trabalhador da polícia. Em 1896, quando os dados permitem comparar integralmente todos os grupos de trabalhadores, percebemos que há equiparação nos vencimentos dos ingressantes na Força Policial e no Corpo de Bombeiros, igualando-se ao valor recebido por trabalhadores não especializados.

Segundo Damazio, os trabalhadores mais especializados tinham mais chances de conseguirem diárias bem mais altas do que aqueles que não possuíam especialização, considerando que ao ingressarem no Corpo de Bombeiros, muitos desses sujeitos declararam ter “ofício” especializado, em profissões como marceneiros, ferreiros, pintores, torneiros, cocheiros<sup>468</sup>, resta uma questão: Afinal, o que levaria os jovens com ofício especializado a buscar trabalho na Corporação? A estabilidade de ter um posto de trabalho formal e capaz de garantir o sustento das necessidades básicas, sem ter que disputar diariamente com outros profissionais pelas escassas oportunidades de trabalho disponíveis na cidade, pode ser um dos motivos. Além disso, vale considerar também o

<sup>468</sup> Ver detalhes sobre as profissões declaradas no Gráfico 4 e na Tabela 11, anexo.



próprio *status* social diferenciado que o trabalho na Corporação poderia proporcionar a esses jovens.

Outra explicação possível é que entre os barbeiros, ferreiros, pintores, fundidores de ferro, que se alistaram no Corpo de Bombeiros, provavelmente uma parcela significativa era composta por auxiliares ou ajudantes, alguns conhecedores das técnicas e com prática de trabalho nesses ofícios, porém, não detentores dos instrumentos de trabalho – as ferramentas – que tinham um valor elevado para esses trabalhadores de origem pobre.<sup>469</sup>

Os regulamentos do Corpo de Bombeiros de 1881, 1887 e 1890 mostram que, além do valor pago por dia trabalhado, havia a possibilidade de ampliação desse ganho em mais \$800 (oitocentos réis) referente à etapa (algo como um auxílio alimentação), \$700 (setecentos réis) como gratificação, ou ainda \$200 (duzentos réis) diários por reengajamento. Ou seja, esses acréscimos elevava a 1\$700 (um mil e setecentos réis) por dia trabalhado, algo que certamente era atrativo para os jovens que buscavam o Corpo de Bombeiros como opção profissional. A “Folha de pagamento” das praças relativa ao mês de julho de 1883, por exemplo, nos mostra que os valores pagos poderiam variar entre bombeiros sob a mesma classificação, vejamos o caso de Raymundo Ferreira Leite e Vicente Soares, ambos alistados como “bombeiro trabalhador” e integrantes da Segunda Companhia do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Enquanto o primeiro recebeu 62\$000 (sessenta e dois mil-réis) naquele mês, seu companheiro de trabalho teve como total de vencimentos 68\$200 (sessenta e oito mil e duzentos réis), sendo 62\$000 (sessenta e dois mil-réis) dos vencimentos e mais 6\$200 (seis mil e duzentos réis) referente a \$200 (duzentos réis) diários por reengajamento.<sup>470</sup>

Em 1888, o valor pago a um ferreiro, que tivesse trabalho requisitado todos os dias do mês, poderia chegar a 103\$323 (cento e três mil e trezentos e vinte e três réis) por mês. Este cenário, no entanto, é pouco provável de se concretizar quando esse profissional é jovem e com pouca experiência profissional. Em 1908, essa atmosfera de escassas oportunidades de trabalho é descrita pelo ministro Augusto Tavares de Lyra ao presidente Afonso Pena, afirmando que “o número de candidatos às vagas que se abrem nas fileiras do Corpo cresce cada vez mais, devido em grande parte, às dificuldades de colocação em

<sup>469</sup> ROSEMBERG, André. op, cit, p. 107-108.

<sup>470</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 172, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, ao ministro da Agricultura, datado de 1 de agosto de 1883”.

outros lugares”<sup>471</sup>, o que teoricamente poderia ser favorável ao processo de alistamento, permitindo que os gestores pudessem ter opção de escolha dos candidatos considerados mais adequados para o serviço.

Essa percepção, de muitos trabalhadores aspirando ingressar no Corpo de Bombeiros, foi reforçada em 1911, pelo ministro da Justiça, Rivadávia da Cunha Corrêa. Ao escrever para o presidente da república, o ministro explicou:

a abundância de candidatos e a escassez relativa de vagas obrigam muitas vezes a uma longa espera, por que, salvo o caso de ex-praças ou de habilitações especiais de pretendentes, a ordem estabelecida para a preferência é a de antiguidade de requerimento.<sup>472</sup>

Essa elevação no número de candidatos pode ser um sinal do processo de melhora profissional vivido na Corporação, especialmente a partir da década de 1880, somadas às dificuldades de colocação profissional dos trabalhadores no Rio de Janeiro.

A observação do ministro Rivadávia Corrêa sobre “o caso de ex-praças” como possuidores de certa “preferência”, no processo de formação do efetivo, nos indica que para uma parcela dos alistados o trabalho no Corpo de Bombeiros tornou-se uma profissão. O regulamento de 1881 inaugura essa possibilidade de permanência na instituição condicionando a isso a “boa conduta” e “aptidão para o serviço” por parte das praças.<sup>473</sup> Sob o prisma institucional, o fenômeno indica valorização da experiência profissional e domínio de técnicas de trabalho, o que garante manter nos quadros do Corpo de Bombeiros profissionais que já receberam treinamento técnico para a operação de equipamentos modernos que foram especialmente adquiridos pela Corporação. Em parte do período estudado esses critérios se mantiveram, sendo alterados a partir do regulamento de 1907, quando procedimentos oficiais foram indicados para os interessados em permanecem no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro depois de completarem o tempo de serviço na instituição, prevendo que os interessados em permanecer pelo menos por mais dois anos na Corporação apresentassem um

<sup>471</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório do ano de 1908 e 1909, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Augusto Tavares de Lyra*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1909, p. 116. Disponível em: <https://bit.ly/389NYiq>. Acesso em: 10 dez. 2020.

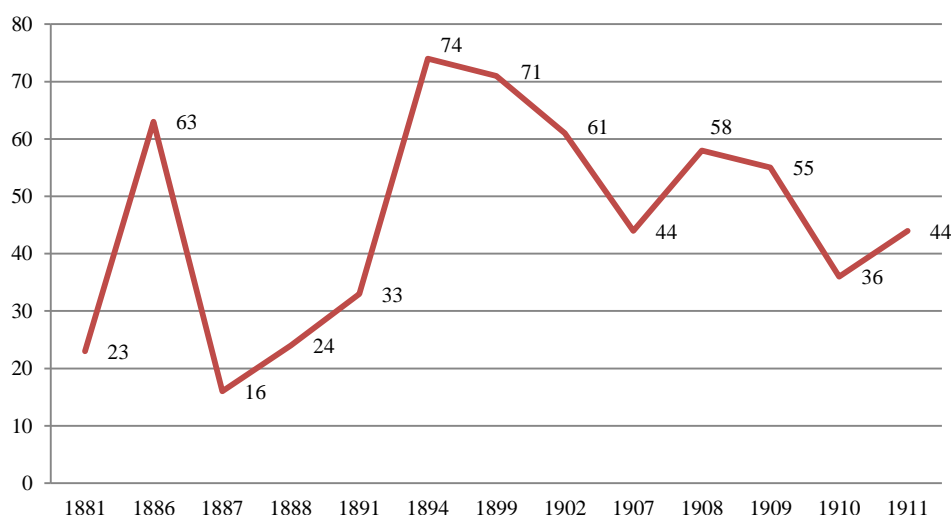
<sup>472</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório da Justiça, dos anos de 1911 e 1912, apresentado ao Presidente da República, pelo ministro Rivadávia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 127. Disponível em: <https://bit.ly/2TPPnlH>. Acesso em 10 dez. 2020.

<sup>473</sup> Art. 9º. BRASIL. *Decreto n. 8.337, de 17 de dezembro de 1881. Aprova o regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros*. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 1.215, 1882. Disponível em: <https://bit.ly/3qLT0YF>. Acesso em: 10 dez. 2020.

requerimento ao comando-geral, com, no mínimo, oito dias de antecedência e que, em seguida, fossem aprovados na inspeção de saúde.<sup>474</sup>

Lacunas na série dos “Livros-Mestre de Assentamentos de Praças” não permitem quantificarmos o número de reingressantes para todo o período. Como estratégia, utilizo os relatórios publicados pelos Ministérios da Agricultura (1881-1891) e da Justiça (1892-1911), como o objetivo de traçar um panorama, ainda que fragmentado, desses trabalhadores que optaram por permanecer na Corporação depois de concluírem o tempo de alistamento. Observamos no Gráfico 10 que o número de reingressantes poderia variar a cada ano. A maior quantidade foi no ano de 1894, quando 74 praças optaram por permanecer no Corpo de Bombeiros, observamos ainda que o menor número foi de 16 praças reingressantes em 1887. Considerando os dados encontrados (em 13 de 30 anos), chegamos à média de 46,3 reingressantes no período.

Gráfico 10. Reingressantes no Corpo de Bombeiros, 1881-1911.



Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura; Ministério da Justiça.

Outra informação importante diz respeito ao impacto do número total de reingressantes no contingente total de praças previsto nos regulamentos. Na Tabela 4 temos a quantidade total dos reingressantes na Corporação entre 1896 e 1911. Ao cruzarmos esses valores com o número de praças no efetivo, percebemos que o impacto era, no mínimo, de 1 a cada 4 praças, chegando muitas vezes a superar a metade do efetivo de praças. Esses dados nos ajudam ainda a entender que, em alguma medida, há uma

<sup>474</sup> Art. 26º. BRASIL. Decreto n. 6.432, de 24 de março de 1907. Dá novo regulamento ao Corpo de Bombeiros. Diário Oficial, Página 2099, 28 mar. 1907. Disponível em: <https://bit.ly/3aM0fdz>. Acesso em: 10 dez. 2020.

opção de reingresso (permanência na atividade profissional) de uma parcela significativa das praças. Essa permanência cresce com a chegada do século XX, o que pode ser explicado como efeito das melhorias salariais proporcionadas pelo regulamento de 1896, que elevou o soldo diário dos bombeiros a 2\$000 (dois mil réis), mantendo-se em patamares superiores  $\frac{1}{4}$  do efetivo em fins do século XIX e em mais da metade e nos primeiros anos do novo século.

Tabela 4. Comparativo entre total de praças reingressantes e o efetivo total de praças previsto nos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, 1896-1911.

Ano	Total de Reingressantes	Contingente de praças	Percentual no efetivo
1896*	154	592	26%
1897	184	592	31%
1898	177	592	30%
1899	178	592	30%
1900	214	590	36%
1901	237	592	40%
1902	260	592	44%
1903	279	590	47%
1904	289	590	49%
1905	308	590	52%
1906	312	590	53%
1907	317	708	45%
1908	351	708	50%
1909	373	708	53%
1910	356	704	51%
1911	364	691	53%

Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça. Relatórios enviados ao Presidente da República, entre 1896-1911. Disponíveis em: <https://bit.ly/3pLGlnr>. Acesso em: 10 dez. 2021.

\* Nos anos de 1896 e 1897, por não estarem disponíveis os números para o efetivo de praças, optei por utilizar dados relativos aos valores do efetivo previsto de praças.

A permanência na Corporação poderia ser uma boa oportunidade de ascensão profissional. Porém, os critérios para a promoção não eram muito claros. Ao que parece, o tempo de engajamento e se destacar no trabalho, ou possuir habilidades vistas como interessantes pela instituição, poderiam ser facilitadores para a ascensão nos cargos. Até a aprovação do Regulamento do Corpo de Bombeiros de 1907 existiam subcategorias para aqueles que ingressavam, como “aprendiz”, “bombeiro trabalhador”, “bombeiro artífice” e “bombeiro condutor”, por exemplo, as quais dependiam dos ofícios ou

habilidades prévias. Critérios pouco definidos indicam que o tempo para promoção poderia variar.

Vejam os casos do nacional Athanazio Gomes Vieira, natural do Distrito Federal, que se alistou no Corpo de Bombeiros aos 19 anos de idade. Ingressou na Corporação como “aprendiz”, em dezembro de 1896. Sua promoção a “cabo de esquadra” aconteceu em setembro de 1903, sendo, em 1904, promovido outras duas vezes: em março passou a “forrirel” e, em setembro, passando a “2º sargento”, graduação em que permaneceu até maio de 1906, quando chegou a “1º sargento”.<sup>475</sup>

Quando acompanhamos o histórico de promoções do português Manoel Ferreira Corrêa percebemos como as graduações lhe foram concedidas em tempo bem menor. Em julho de 1898, Manoel Corrêa ingressou no Corpo de Bombeiros como “aprendiz”, com 18 anos de idade. Quatro meses depois de seu engajamento foi promovido a “bombeiro”, em novembro de 1898. Em agosto de 1900 foi promovido a “cabo de esquadra” e em fevereiro de 1901 passou a “forrirel”. Em setembro de 1902, foi promovido a “2º sargento” e em março de 1905 a “1º sargento” permanecendo assim até abril de 1907, quando foi promovido a alferes.<sup>476</sup>

Enquanto Athanazio Vieira levou sete anos para chegar a “cabo de esquadra”, Manoel Corrêa levou apenas dois anos para ser promovido ao mesmo posto. Quando comparamos com o tempo de promoção ao posto de “forrirel”, temos uma diferença ainda maior, se para Athanazio Vieira foram oito anos entre a data do seu engajamento e a graduação, para Manoel Corrêa foram apenas três anos.

Para alguns, esses critérios pouco definidos poderiam ser motivo de insatisfação e de queixa. Como no caso, por exemplo, do nacional Martiniano Bezerra, natural do Ceará, que ingressou no Corpo de Bombeiros em outubro de 1886, como “aprendiz”, quando tinha 20 anos de idade. Sua promoção a “bombeiro” foi em janeiro de 1887, – tempo não muito diferente do levado por Manoel Corrêa. Alcançou o posto de “forrirel”, porém, somente em março de 1896, quase 10 anos depois de ter ingressado na Corporação. Tempo maior que os 8 anos de Athanazio Vieira e muito superior que os três anos de Manoel Corrêa. Martiniano Bezerra reclamou de sua estagnação profissional, e de alguma forma essas queixas foram conhecidas por seus superiores. Em 18 de novembro de 1896, foi emitida a Ordem do Dia anunciando que “por haver criticado os atos desta administração atribuindo caluniosas e injustas intenções a seus superiores pelo

<sup>475</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-68, “Fé de Ofício” anexo ao ofício nº 72, de 7 de outubro de 1907.

<sup>476</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-70, “Fé de Ofício” anexo ao ofício nº 473, de 9 de setembro de 1908.

fato de não ter feito mais rápida carreira neste Corpo”, Martiniano Bezerra seria punido com o rebaixamento de posto por tempo indefinido e prisão por 10 dias.<sup>477</sup>

A forma de organização dos livros de assentamento de praças e as lacunas nesses registros impossibilitam que tenhamos números completos sobre o tempo de permanência na Corporação. Do total de 4.228 registros individuais, foi possível mapear a permanência de 1.464 praças. Com tempos que variaram entre 32 anos – como o nacional, Alfredo Vicente da Silva, pardo, natural do Distrito Federal, que ingressou no Corpo de Bombeiros aos 20 anos, em 1º de julho de 1899 e faleceu em fevereiro de 1932; e seis dias – como o nacional, Henrique Velloso da Silva, pardo, nascido no Distrito Federal, que ingressou na Corporação aos 18 anos de idade, aos 3 de setembro de 1908, permanecendo até o dia 9 sob a justificativa de ser “por conveniência do serviço”<sup>478</sup> –, sendo a média de permanência de 24,1 meses.

Como estratégia para esse limite imposto pelos “Livros-Mestre” reativos às informações de assentamento de praças, coletei dados sobre a exclusão desses militares disponibilizadas anualmente pelos comandantes do Corpo de Bombeiros nos relatórios enviados aos ministros da Agricultura e Justiça. Na Tabela 9 (anexo) reuni os números somados com as informações sobre os motivos da saída das praças, no período que compreende os anos de 1880 até 1913. Devido à falta de uniformidade nas informações contidas nesses relatórios foi possível obter dados para 20 dos 33 anos pretendidos no recorte temporal da pesquisa. Sendo possível ainda atribuir classificação da saída para 2.552 indivíduos.

O maior destaque para os registros de saída é relativo à conclusão de “tempo” do alistamento (ou de reengajamento), com o percentual de 18%. Os números fornecidos pelos relatórios não nos permitem calcular o tempo médio que esses militares permaneceram nos quadros do Corpo de Bombeiros. Contudo, as informações disponíveis nos livros de assentamento de praças nos ajudam a humanizar experiências e trajetórias de trabalho, nos permitindo entender casos particulares, como do nacional Álvaro Gonçalves Pinheiro, nascido no Rio de Janeiro, em 1890, incluído na Corporação em outubro de 1908, e que depois de cumprir o tempo de alistamento – estabelecido pelo regulamento em quatro anos –, solicitou dispensa da Corporação em outubro de 1912.<sup>479</sup>

<sup>477</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-68, “Fé de Ofício”, anexo ao ofício nº 677, de 30 de novembro de 1907.

<sup>478</sup> Os registros depositados no AGCBMERJ, *LMAP*, são, respectivamente, Lv 12, fl. 7, nº 104; e s/nº, fl. 73, nº 721.

<sup>479</sup> AGCBMERJ, *LMAP* s/nº, fl. 76, nº 698.

Graças ao cumprimento desse tempo mínimo de acordo com o regulamento, Álvaro estaria isento do trabalho na Guarda Nacional e do recrutamento militar. Essa era uma vantagem oferecida pelos regulamentos, desde o publicado em 1860, como forma de atração para os jovens.<sup>480</sup>

O alistamento no Corpo de Bombeiros talvez fosse identificado por esses homens como uma oportunidade de trabalho mais estável em dois sentidos: o primeiro, ligado à realidade acirrada de mercado de trabalho, dominada pela informalidade e pela instabilidade financeira, seguido da praticidade geográfica de se permanecer na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que a atuação da instituição é majoritariamente local. Além disso, o período de trabalho na Corporação poderia ser também uma alternativa, de dispensa legal, ao humilhante recrutamento forçado realizado pelo Exército.<sup>481</sup>

É possível que tenha sido essa segurança que levou ao nacional, Alfredo Moreira da Cunha, a permanecer na Corporação com reengajamentos após o período mínimo regulamentar, em busca de garantir serviço estável e ganhos garantidos. Nascido na Capital Federal, em 1880, Alfredo Moreira da Cunha ingressou no Corpo de Bombeiros em fevereiro de 1904, tendo concluído o período mínimo de seu alistamento em 1908, solicitou por duas vezes reengajamento, cada um deles pelo período de dois anos, como previsto pelos regulamentos, deixando a Corporação em 1912.<sup>482</sup>

De acordo com os regulamentos, a Corporação classificava como desertor a praça que, sem licença, estivesse ausente do quartel por dez dias, sendo essa a segunda maior causa de exclusão, com 15% dos registros. Os motivos para a deserção não podem ser identificados. Alguns registros indicam que, para algumas praças, foram necessários poucos dias para que a decisão do alistamento no Corpo de Bombeiros fosse revista. Em 3 de dezembro de 1907, o nacional, nascido no Rio de Janeiro, Alcêu Araújo Padilha, ingressou na Corporação, aos 22 anos e informando ser músico, entretanto, duas semanas depois, o militar desertou, sendo expulso do efetivo no dia 22 do mesmo mês.<sup>483</sup>

As deserções tinham impacto importante no planejamento de trabalho e no atendimento. Além disso, Shirley Nogueira, em sua pesquisa sobre militares no Grão-Pará setecentista, chama nossa atenção para essa consequência grave, pois ao fugirem, os

<sup>480</sup> Art. 9º. BRASIL, Coleção de Leis do Império. Decreto nº 2587, 30 de abril de 1860. Página 228 Vol. 1, Pt. II. Disponível em: <https://bit.ly/2Z04Imf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>481</sup> Sobre o recrutamento no Exército brasileiro, e a reação popular ao recrutamento forçado, ver BEATTIE, Peter A. op. cit., p. 133-191.

<sup>482</sup> AGCBMERJ, *LMAP*, nº3, fl. 32, nº 518.

<sup>483</sup> AGCBMERJ, *LMAP*, nº 22, fl. 72, nº 87.

militares causavam prejuízo econômico e operacional para a instituição. Nas palavras da pesquisadora, “a deserção de qualquer militar implicava grande perda para o Estado, que tinha responsabilidade de treiná-lo, alimentá-lo, pagá-lo e, em determinados casos, fardá-lo”, ou seja, observando isso na perspectiva específica do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, perdia-se todo o investimento, inclusive os gastos relativos à profissionalização e à instrução no manejo de equipamentos inerentes ao serviço.<sup>484</sup>

Por ser uma ameaça à disciplina, os regulamentos do Corpo de Bombeiros previam que o crime de deserção fosse punido de forma exemplar. Os textos vigentes que antecederam o regulamento de 1907 (1881, 1887, 1894 e 1896) definiam que as penas poderiam variar em sua intensidade, indo desde o desconto de um a 15 dias dos vencimentos do militar que se ausentou, até a detenção, que poderia ser realizada por período de até 15 dias, em prisão no próprio quartel ou, em casos mais extremos, “punição mais severa” com o envio do “delinquente para [a prisão em] uma fortaleza”. Esse crescente de punições pode ser observado em 1892, quando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros solicitou, em ofício, ao ministro da Agricultura que fossem “presos por 30 dias na Fortaleza de Santa Cruz [...] João Roque de Moreira Gomes, Augusto Gomes de Andrade e Antonio José Catharino, que desertaram e depois de capturados tentaram arrombar o xadrez” do quartel da Corporação onde estavam detidos. A deserção, inicialmente punida com prisão em uma das unidades da Corporação, foi posteriormente convertida em detenção na Fortaleza de Santa Cruz por terem, os desertores, durante a punição, cometido outra infração ao tentar fugir do local onde estavam cumprindo a punição inicial.<sup>485</sup>

Com a aprovação do regulamento de 1907, passou-se a prever critério único, e os casos de deserção passariam a ter como punição a expulsão do infrator das fileiras da Corporação.<sup>486</sup> Um exemplo significativo é a punição aplicada ao nacional Octávio

<sup>484</sup> NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Henridrik (Org.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 87.

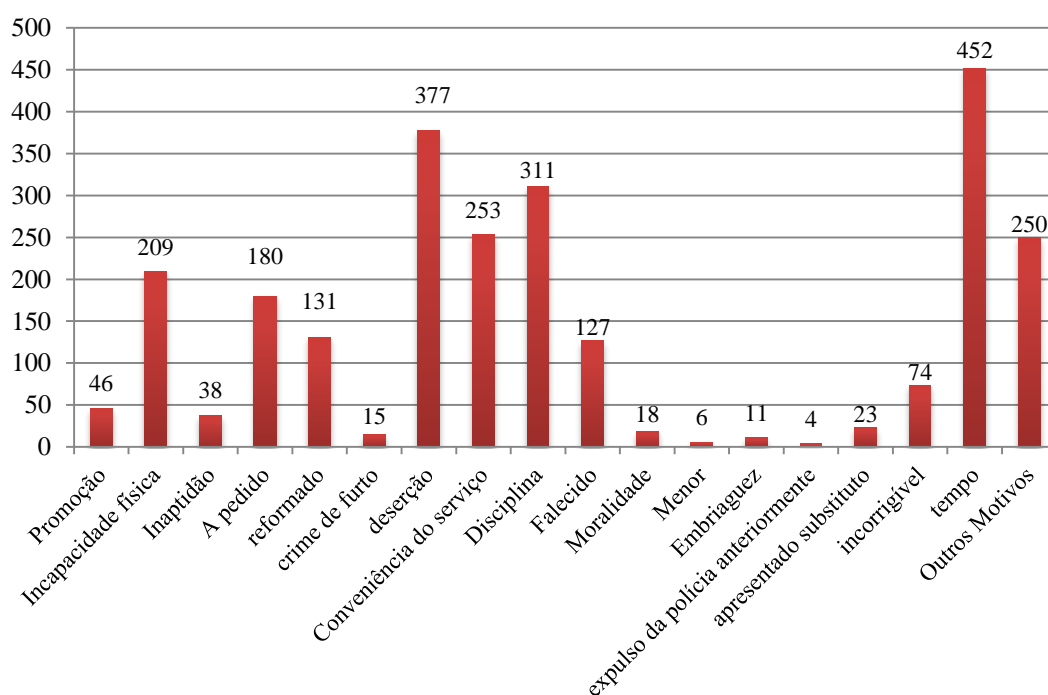
<sup>485</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-63, nº 78, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Antonio Gomes Carneiro, ao ministro da Agricultura, datado de 16 de fevereiro de 1892”.

<sup>486</sup> Art. 30 e Art. 31 em BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Império do. Decreto Nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881, Aprova o Regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881, Vol. 2, p. 1215. Disponível em: <http://bit.ly/2HRKOkG>. Acesso em: 10 dez. 2020; Art. 34 e Art. 35 em BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Brasil*. Decreto Nº 9.829, de 31 de dezembro de 1887. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887, Vol 1, p. 522. Disponível em: <http://bit.ly/3hHANjW>. Acesso em: 10 dez. 2020; Art. 38 e 39. BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil* Decreto nº 1.685-A, de 7 de Março de 1894. Aprova provisoriamente o novo regulamento do Corpo de Bombeiros. Rio de Janeiro, v. 1, parte2, p. 269, 1894. Disponível em: <http://bit.ly/2F3fwqN>. Acesso em: 10 dez. 2020; Art. 45 e Art. 46 em BRASIL, Legislação. *Coleção de Leis do Brasil*. Decreto nº 2.224, de 29 de Janeiro de



Peixoto Magalhães, alistado no Corpo de Bombeiros em março de 1907, e que em pouco mais de um ano foi excluído do pessoal efetivo da instituição por ter desertado em março de 1908.<sup>487</sup> A decisão de exclusão não impedia que outras punições fossem acrescentadas em casos em que o militar-desertor cometesse outras infrações. É o que observamos no caso da praça do Corpo de Bombeiros Manoel Olympio Freire de Amorim Junior, nascido na Capital Federal e ingressante na Corporação em maio de 1907. Por desertar, foi enviado para cumprir pena de prisão, por 40 dias, na Fortaleza de Santa Cruz. Diferentemente do que estava previsto no regulamento, essa punição foi adicionada, “ao ser capturado, por ter agredido a um cabo da esquadra, fazendo-lhe um ferimento no rosto e ainda por haver desrespeitado ao comandante da escolta que o fora buscar na delegacia em que estava preso”.<sup>488</sup>

Gráfico 11. Motivos apresentados para a exclusão de praças do efetivo do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, 1880-1913.



Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça. Relatórios enviados ao Presidente da República, entre 1896-1911. Disponíveis em: <https://bit.ly/3l2yXSsn>. Acesso em: 10 dez. 2020.

1896. Aprova o regulamento do Corpo de Bombeiros da Capital Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, Página 93 Vol. 1 pt II; Disponível em <https://bit.ly/2TPCvMp>. Acesso em 10 dez. 2020; e Art. 137 em BRASIL. Decreto n. 6.432, de 24 de março de 1907. Dá novo regulamento ao Corpo de Bombeiros. Diário Oficial, Página 2099, 28 mar. 1907. Disponível em: <https://bit.ly/3aM0fdz>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>487</sup> AGCBMERJ, LMAP, nº 21, fl. 144, nº 534.

<sup>488</sup> AGCBMERJ, LMAP, nº 21, fl. 144, nº 534.

Ao agruparmos os dados do Gráfico 11, percebemos que questões relacionadas ao desempenho profissional (classificados como “incapacidade física”, “inaptidão”, exclusão “a pedido” e por “conveniência do serviço”) resultaram em 32% dos excluídos disciplinares enquanto as causas morais (“crime de furto”, “disciplina”, “moralidade”, “embriaguez” e quando o praça era considerado “incorrigível”) somadas totalizaram 20% dos registros, ou seja, a disciplina era tema das preocupações dos dirigentes da Corporação. Motivos variados (alistados “menores de idade”, “falecidos”, ou que “apresentaram substituto”) somados corresponderam a 16% das exclusões, e por fim, a promoção de praças diz respeito a 4% das exclusões registradas nos relatórios.

A promoção profissional das praças era definida por tempo, e seguia-se à indicação do comandante-geral, prevendo atenção às “habilitações necessárias para cada posto”.<sup>489</sup> Porém, os registros dos assentamentos disponíveis nos “Livros-Mestre” do Corpo de Bombeiros indicam que os limites para essa promoção eram bem definidos, sendo limitada a ascensão profissional ao posto de “Primeiro Sargento”. Os números do relatório anual enviado aos ministros revelam que entre 1881 e 1913 poucos foram as praças que conseguiram chegar ao posto de Alferes. Em 1881, por exemplo, num contingente de 179 praças, apenas quatro foram promovidas ao oficialato. Sendo recorrente apenas uma das praças alcançarem esse patamar. Curiosamente, em 1907, os números indicam 13 praças sendo promovidas a Alferes, sendo assim excluídos do grupo de praças. Porém, este parece ter sido um ano excepcional, a maioria das vezes, o número de praças elevadas ao oficialato apresentou-se bem mais tímido.<sup>490</sup>

### 5.3. Soldados do Fogo?

Após ingressar no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, uma instituição militarizada, as praças estavam sob rígida disciplina, tendo seu cotidiano permeado por atividades diversas daquela principal: o combate aos incêndios. Parte dessa rotina de trabalhos era executada em todas as unidades operacionais da Corporação. Todavia, vale ressaltar que a infraestrutura das Estações e dos Postos de atendimento podiam variar bastante. Especialmente após a inauguração do quartel central, em 1908, a diferença de infraestrutura poderia ser muito grande quando comparamos com a realidade vivida em

<sup>489</sup> Art. 21º, BRASIL. Decreto n. 6.432, de 24 de março de 1907. Dá novo regulamento ao Corpo de Bombeiros. Diário Oficial, Página 2099, 28 mar. 1907. Disponível em: <https://bit.ly/3aM0fdz>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>490</sup> Para os números completos ver Tabela 9, anexo.

outras unidades operacionais da Corporação. Grande parte do que observaremos ao longo dessa seção reflete elementos vividos na rotina dos bombeiros locados no quartel central, que era a principal unidade operacional do Corpo de Bombeiros. Essa escolha justificava-se, pois era no quartel central do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro que o conjunto mais amplo de atividades era realizado pelas praças da Corporação.



Figura 33. Um dos alojamentos para as praças no quartel central do Corpo de Bombeiros, 1906.  
Fonte: SANTOS, Renata. CAVALCANTI, op. cit., p. 66.

A jornada de atividades começava bem cedo, todos os dias, às 5 horas da manhã, o toque de alvorada despertava os militares que dormiam nos alojamentos destinados às praças (Figura 33). Em meia-hora, as praças tinham que estar no refeitório para o desjejum seguindo, às 6 da manhã, para a revista matinal. Para muitos militares essa era a primeira oportunidade do dia para receber uma das punições previstas pela Corporação. Em janeiro de 1912, por exemplo, a praça do Corpo de Bombeiros, de nome Thirso Moreira da Cunha, “ficou impedido por dois dias” por ter se atrasado para a revista da manhã. Em outro caso, a praça Thomaz Alcântara de Sant’Anna, foi punida no dia 25 de maio de 1900 com desconto de “um dia de soldo”, pois o militar faltou à revista matinal por estar ausente do quartel no momento.<sup>491</sup>

<sup>491</sup> AGCBMERJ, *LMAP* s/nº (1910), fl. 40, nº 716, e *LMAP* nº 12 (1899), fl. 60, nº 649.

Na revista, os militares deveriam apresentar-se devidamente uniformizados: com todas as peças de vestimenta e com o traje em bom estado de limpeza. O bombeiro Heráclito Tinoco de Lima, nascido em 1888 no estado do Rio de Janeiro, foi punido em 15 de outubro de 1908 com três dias de prisão e quatro guardas (não poder ausentar-se, tendo que cumprir escala de trabalho) de castigo, “por ter comparecido a uma formatura com botinas fora do uniforme”. João Felix da Silva, nascido em 1877 na cidade de Vitória, estado de Pernambuco, por sua vez, foi punido com “uma guarda de castigo, por formar na revista da manhã desuniformizado”, em 5 de março de 1907. O mesmo ocorreu com Augusto Pedro Rapozo, natural da Capital Federal, teve problemas com o comando da Corporação após “ter se apresentado na parada com falta de asseio em seu uniforme”, sendo por isso punido com impedimento e multa de um dia.<sup>492</sup>

Depois da revista, o dia das praças seguia com a instrução (entre 6 horas e 30 minutos e 8 horas da manhã), que, de acordo com um documento produzido pela Corporação em 1918, acontecia “de modo contínuo e progressivo”, tendo como objetivo “formar bombeiros vigorosos e disciplinados, conhecendo bem suas funções na paz e na guerra”. Constituída por dois programas diferentes, continha uma parte teórica e outra prática, devendo ser oferecida por oficial que devia “conhecer perfeitamente o assunto sobre que ele versa”. Respeitando-se a hierarquia da Corporação, os bombeiros eram separados em grupos de 8 a 12 homens.

No primeiro desses programas, chamado de “Instrução Geral”, a previsão era de que fossem abordados temas como o “Amor à pátria e à Bandeira”, o “Sentimento de dever e força de vontade”, a “Moralidade”, o “Decoro militar”, os “Princípios gerais de subordinação e disciplina”, as “Virtudes militares exemplificadas” e a “Gymnástica e exercícios livres e com aparelhos”. Entre os exercícios físicos estavam a esgrima, tiro ao alvo, natação, ginástica e jogos atléticos. A “Instrução Especial”, por sua vez, era voltada para o aprimoramento profissional dos bombeiros. Entre os estudos estavam a “Instrução de hydrantes”, “Instruções de Telegraphia e Telephonia”, “Instruções de *Chauffeurs*” e “Instruções de serviço de saúde e noções de Hygiene”. Ou seja, percebemos que o comando da Corporação buscava extrair ao máximo o trabalho dos seus homens, sob a alegação de que assim se tornariam “bombeiros vigorosos” e “disciplinados”.<sup>493</sup>

<sup>492</sup> AGCBMERJ, *LMAP*, [respectivamente] Lv 21, fl. 10, nº 540, Lv 21 (1907), fl. 21 nº 377; Lv. 12 (1899), fl. 3, nº 315.

<sup>493</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-79, nº 16, “Ofício do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Alfredo Ribeiro da Costa, datado de 11 de janeiro de 1918.

Contudo, não é difícil encontrar nos registros das praças casos em que o militar não tinha interesse em participar dos exercícios oferecidos durante a instrução. Para ilustrar, temos o caso do bombeiro Agenor de Moraes, natural do estado do Rio de Janeiro, que ingressou na Corporação em fevereiro de 1907, com 23 anos de idade. Poucos meses depois de iniciar sua carreira profissional no Corpo de Bombeiros (em 21 de junho), o jovem Agenor de Moraes tentou enganar o comandante da Estação da Gamboa “dizendo não fazer parte da aula de esgrima”. Porém, após a escala de atividades dos militares passar por conferência, a mentira do bombeiro acabou por ser descoberta, sendo a praça punida com três dias de impedimento, tendo ainda que fazer um dia de guarda. Outro que procurou uma estratégia para fugir de uma oficina foi o bombeiro Antonio Mendes Vieira, nascido em 1884, no estado de Minas Gerais. Em 1º de fevereiro de 1908, Antonio Mendes Vieira “foi impedido dois dias por ter-se retirado da oficina telegráfica sem licença, deixando por esse motivo de fazer o que lhe competia”.<sup>494</sup>

Em algumas manhãs, a rotina dos bombeiros era ligada ao trabalho infraestrutural das unidades de atendimento. Era preciso fazer a manutenção do material utilizado nas ocorrências, a limpeza de animais que participavam dos atendimentos na tração dos veículos que transportavam o material, e grande parte desse trabalho era realizado pelos próprios bombeiros em expedientes realizados nas diversas oficinas que funcionavam nas dependências do quartel central da Corporação. No relatório do Ministério da Justiça, de 1909, o ministro escreveu sobre o intenso trabalho realizado pelas praças em oficinas como a de telegrafistas, pintores, eletricitas, correeiros e maquinistas. Possibilitando que os bombeiros fizessem “todos os concertos e reparos” nos veículos e embarcações usados para os atendimentos, assim como em todo o material de combate a incêndios como bombas, mangueiras e demais instrumentos de trabalho utilizados. Segundo o ministro, a atuação dos bombeiros naquele ano rendeu a construção de “dois carros novos de registro”, “duas carroças para a condução de capim” e o conserto de “onze caixas de aviso de incêndios”, produziu ainda “dez guarnições de arreios” para os muare e realizou a pintura de “sete bombas a vapor, 10 bombas cisternas, 67 veículos diversos”.<sup>495</sup>

---

<sup>494</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. 20 (1907), fl. 2, nº 465, e Lv. 21 fl. 170 nº 742

<sup>495</sup> “Corpo de Bombeiros”, BRASIL, Ministério da Justiça. *Relatório apresentado ao presidente da República, pelo ministro Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, referente ao ano de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p.129. Disponível em: <https://bit.ly/3hzP5uu>. Acesso em: 20 jan.2021.

Na *Revista da Semana*, suplemento semanal do *Jornal do Brasil*, alguns registros visuais nos permitem conhecer um pouco mais dessas praças que atuavam nas oficinas e visualizar concretamente quem eram esses trabalhadores que se alistavam para o trabalho no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Em sua edição de 1 de julho de 1906, os leitores tinham informações sobre as festividades em comemoração aos 50 anos de fundação do Corpo de Bombeiros, em um texto que pouco fez além de informar sobre a programação comemorativa do jubileu da Corporação, que tinha início naquele dia, e prometer que, o próximo número do semanário ilustrado, traria a cobertura completa dos festejos. Todavia, nas páginas da publicação, fotografias foram dispostas sem muitas informações sobre os personagens que ali eram retratados.

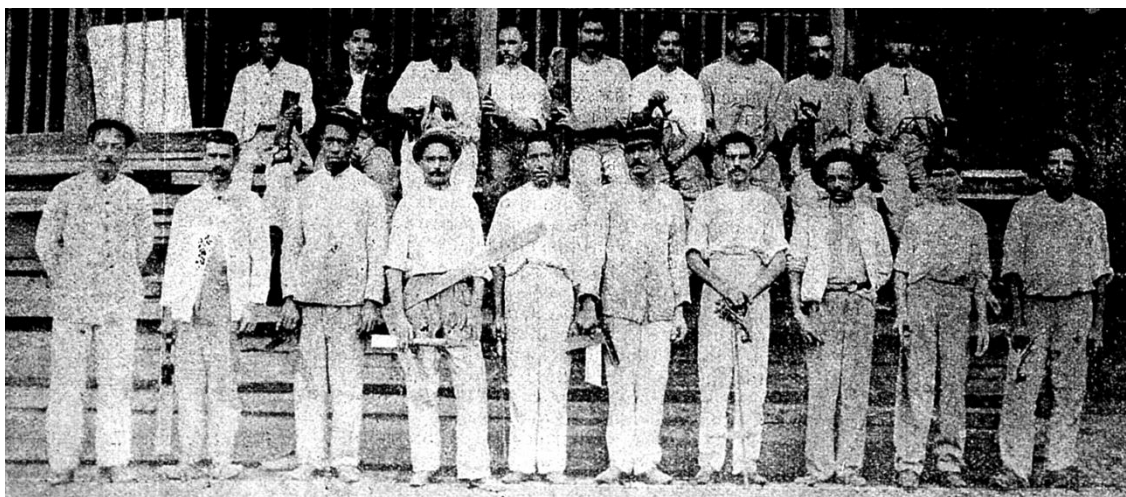


Figura 34. Praças do Corpo de Bombeiros, oficina de carpinteiro.  
Fonte: *Revista da Semana*, 1 de julho de 1906, nº 320, p. 3642



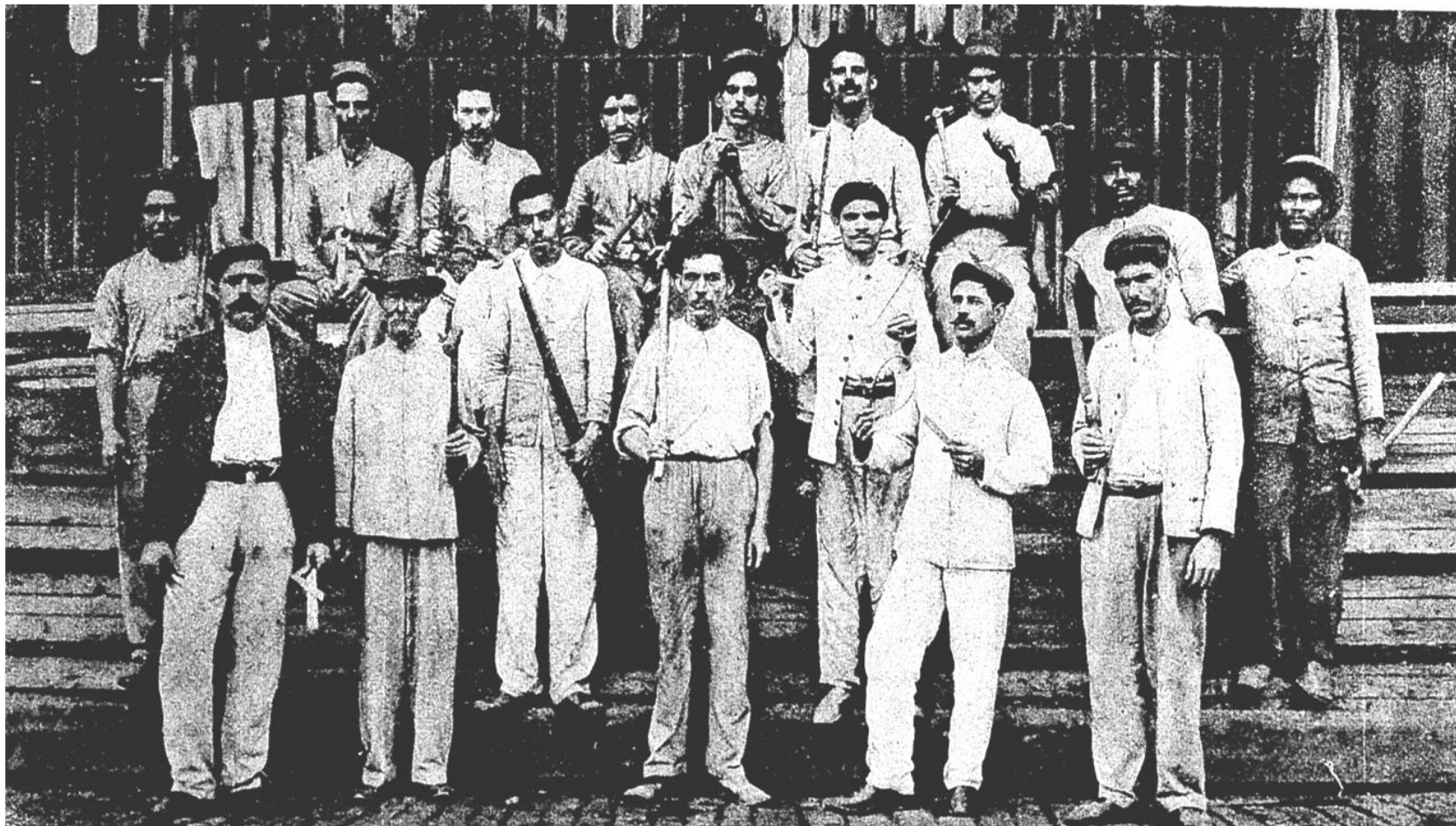


Figura 35. Grupo de praças empregadas nas oficinas de máquinas.  
Fonte: *Revista da Semana*, 1 de julho de 1906, nº 320, p. 3643.

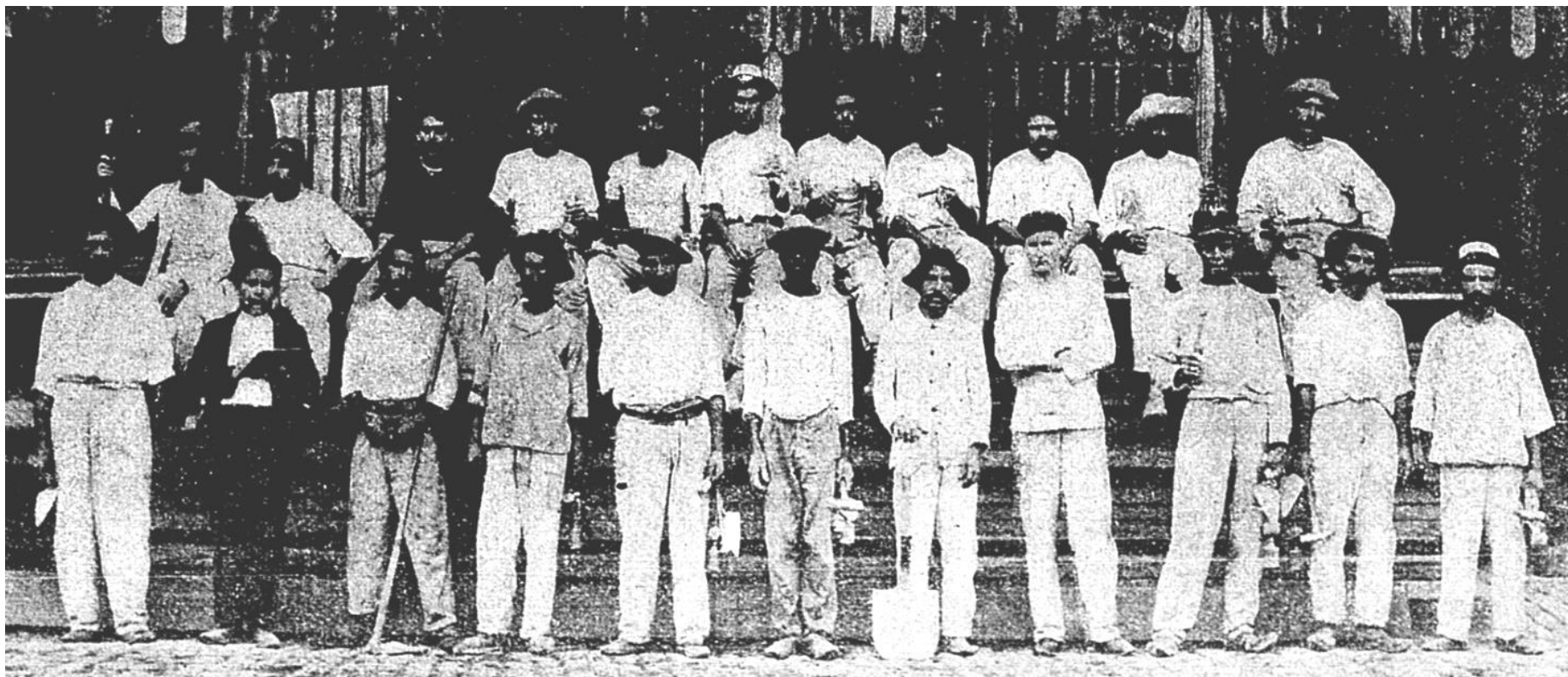


Figura 36. Grupo de praças trabalhadores pedreiros.  
Fonte: *Revista da Semana*, 1 de julho de 1906, nº 320, p. 3643.





Figura 37. Grupo de praças do Corpo de Bombeiros, que trabalham nas oficinas de ferreiros, correeiros, ferradores e pintores. Fonte: *Revista da Semana*, 1 de julho de 1906, nº 320, p. 3644.

Nas fotografias (Figura 34, Figura 35, Figura 36 e Figura 37), observamos que as praças que trabalhavam nas oficinas do Corpo de Bombeiros carregam em suas mãos os instrumentos usados em seus ofícios. Pedacos de madeira, enxadas, marretas, pás e todos os tipos de ferramentas utilizadas nos expedientes de trabalho desenvolvido nas oficinas. Outro elemento que cabe destacar sobre essas imagens, diz respeito ao simbolismo de sua produção. Percebemos que nelas as praças não são retratadas como militares, não utilizam uniformes militares, nem mesmo apresentam formatura característica das paradas militares, a postura corporal dos trabalhadores capturados pelas lentes do fotógrafo é descontraída, alguns inclusive com os braços cruzados, o que nos sugere intencionalidade por parte da Corporação ao sugerir aos leitores da *Revista da Semana* que, nos momentos em que as praças do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro não estavam combatendo incêndios, a tropa mantinha-se trabalhando na manutenção das unidades operacionais e dos materiais utilizados para o atendimento da população carioca. O funcionamento das oficinas também pode ser indício do interesse dos jovens pelo alistamento na Corporação. Em um período em que o acesso à educação era restrito e as oportunidades de capacitação profissional eram escassas, aprender um ofício e ter experiência de trabalho nele, poderia ser uma opção profissional para aqueles que não seguiam carreira na Instituição.

De volta ao dia de trabalho dos bombeiros, depois do almoço, programado para acontecer às 9h, os militares eram direcionados às demais atividades do dia. Que podiam

ser a segunda etapa de trabalho nas oficinas, passar por revista médica, ou ainda o ensaio da banda de música. Porém, a atividade mais importante para a realização do trabalho dos bombeiros prevista no cronograma da Corporação é, sem dúvidas, a instrução. Constituída de exercícios simulados, instrução de manobra de bomba e treinamento de utilização de materiais e exercícios físicos, possibilitando aos bombeiros a simulação de situações que seriam vivenciadas durante os atendimentos. De uma instrução bem realizada dependia o sucesso do socorro prestado, assim como a segurança dos próprios bombeiros.

Nos jornais, os resultados dos treinos eram levados ao público com a exibição dos exercícios e manobras de bombas em fotografias que certamente impressionavam aos leitores e leitoras dos periódicos. Em abril de 1911, por ocasião da visita do presidente Hermes da Fonseca ao quartel central da Corporação, os bombeiros se exibiram numa simulação de combate a um incêndio (Figura 38). A grande torre construída no pátio do quartel central, comumente usada como local de instrução, conta com forte presença de militares do Corpo de Bombeiros, devidamente uniformizados, atuando em pequenos grupos. Esse espaço era o mesmo utilizado pelos bombeiros ao fazerem seus exercícios diários de instrução. Podemos notar também a presença de diversos equipamentos usados no cotidiano de trabalho das praças, como escadas, mangueiras e bombas.

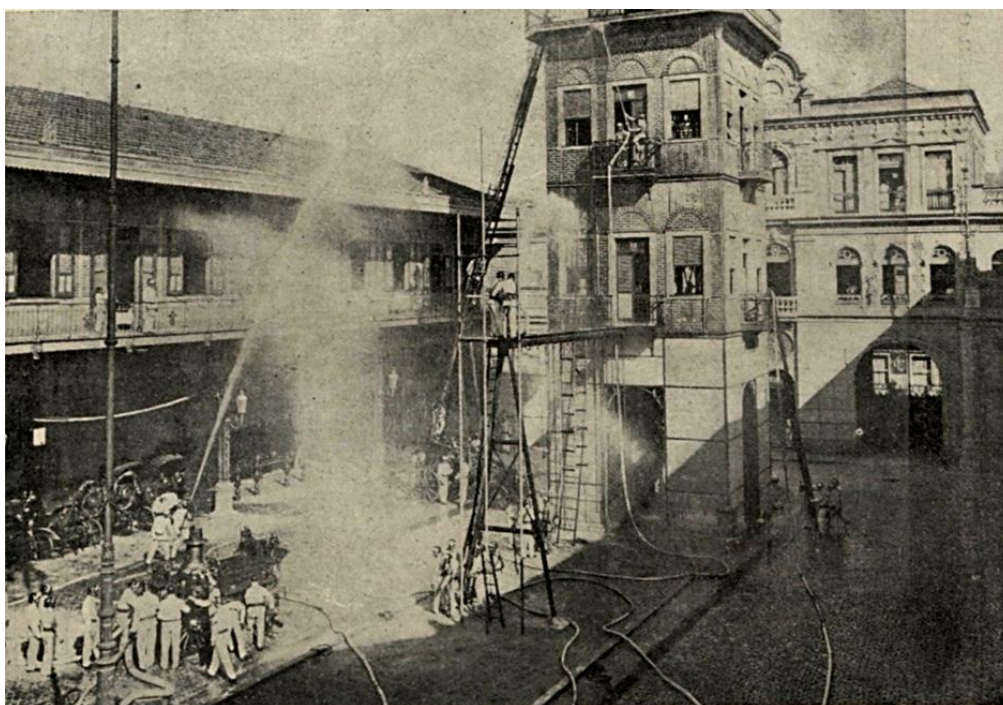


Figura 38. Exercício simulado de combate a incêndios, durante visita presidencial.  
Fonte: Revista *O Malho*, 8 de abril de 1911, p.13.



Figura 39. Exibição acrobática com homens do Corpo de Bombeiros, em festa beneficente.  
Fonte: Revista *O Malho*, 23 de junho de 1911, p.11.

Em outra exibição (Figura 39), dessa vez em um evento beneficente em prol do Asilo Isabel, um grupo de bombeiros sem trajes militares forma uma pirâmide humana diante de uma multidão composta por homens, mulheres e crianças, que observam com atenção à realização das acrobacias feita pelos militares. Com os exercícios, os bombeiros demonstram força, habilidade e destemor, ou seja, havia um aspecto simbólico dessas exibições, fundamental para a consolidação de um imaginário a respeito da perícia, habilidade e coragem por parte dos bombeiros.

De volta a rotina dos quartéis, às 15h, era servido o jantar às praças do Corpo de Bombeiros, sendo o fim do expediente das oficinas previsto para as 17h. A ceia era a última refeição servida aos homens da Corporação, às 18h. Porém, o dia de trabalho não estava finalizado, alguns militares seguiam para a guarda dos teatros da cidade (entre 18h45min e 20h). Os teatros eram espaços que por concentrarem uma quantidade razoável de pessoas, eram motivo de preocupação especial por parte do poder público e objeto de motivação da pressão realizada na imprensa, especialmente pela burguesia, para que o poder público atuasse de modo a prevenir incêndios nas salas de espetáculos. No capítulo 5 esse tema será aprofundado, por ora nos interessa saber que cabia especialmente ao Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro a organização de escala em que militares atuassem como vigilantes durante os espetáculos. Todavia, em alguns casos, os militares não desejavam realizar essa atividade ou criavam estratégias para abreviar o trabalho de

guarda do teatro. Foi o que aconteceu em 17 de janeiro de 1915, quando a praça João Panno, natural da Capital Federal, retirou-se do teatro “onde se achava de guarda, antes de finalizar o espetáculo e sem a licença da autoridade civil que presidia, conforme está determinado”, sendo então punido com cinco dias de impedimento, tendo ainda que fazer guarda a meio dia de folga pelo mesmo período.<sup>496</sup>

O dia intenso de atividades tinha fim para uma parcela das praças às 21h quando se tocava a ordem de “recolher”. Os militares que não estivessem de plantão seguiam para os alojamentos e se organizavam para a ordem de “silêncio” a partir das 22h. Entretanto, a escala de trabalho mantinha-se com sentinelas e rondas para manter a segurança do próprio quartel e a prontidão na recepção de pedidos de socorro para os atendimentos noturnos, eram os dois períodos de quatro horas, chamados “quartos”, referentes aos seis quartos em que o dia de 24 horas era dividido. Cada militar escalado deveria comparecer ao seu respectivo local de trabalho para cumprir a sua escala no seu “quarto”. Não é difícil de imaginar os problemas decorrentes da não execução desse compromisso, ou mesmo a deficiência na realização do serviço previsto. Em 29 de setembro de 1907, a praça Carlos Pereira Ayres, nascido em 1886, no Distrito Federal, foi mandado fazer “duas guardas de castigo por ter dormido no seu quarto de ronda às cavalariaças”. Em outra ocorrência, a praça Francisco da Silva Ribeiro, nascido em 1879, na Capital Federal, foi penalizado, com dois dias de impedimento, a partir de 5 de março 1903, “por ter dormido em sua sentinela”.<sup>497</sup>

Evidentemente que todo o cronograma de trabalho dentro do quartel central e nas Estações e Postos de atendimento do Corpo de Bombeiros era alterado, ou até mesmo suspenso, quando o chamado para um atendimento chegasse a uma dessas unidades operacionais. A rapidez na partida para o local da ocorrência poderia ser um fator determinante para o salvamento de vidas e/ou do patrimônio, ou seja, o sucesso do atendimento. A própria Corporação, outras autoridades públicas e a imprensa, reforçam a ideia de que os bombeiros sempre estavam dispostos a atender ao chamado da população, adentrando em edifícios tomados pelas chamas, jogando-se ao mar para salvar vítimas de afogamentos, vasculhando escombros e outros prédios sob o risco de novos desmoronamentos, isto é, cumprir a missão da instituição mesmo que, para isso, tivessem que colocar em perigo suas próprias vidas para salvar a daqueles que estavam sob ameaça.

---

<sup>496</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. s/nº (1913), fl. 28, nº 505.

<sup>497</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. s/nº (1907), fl. 8, nº 721.



Em 1906, Olavo Bilac publicou um texto na edição especial da *Gazeta de Notícias* que homenageava os 50 anos de criação do Corpo de Bombeiros. Nele, o escritor tece elogios sobre a atuação dos homens da Corporação na “luta implacável e gloriosa contra um inimigo insidioso e feroz”, o fogo. Bilac expõe uma percepção idílica, quanto à Corporação e aos bombeiros, afirmando que enquanto “a cidade dorme. Fatigada da labuta diária, estafada pelas suas ambições, extenuada pelas suas lutas, abatida pelo excesso de sua vibração diurna”, o bombeiro segue vigilante “do alto da sua altíssima torre, sozinho na altura calada”, observando a população com olhar que “varre o horizonte... correndo as ruas, apinhando-se nas praças, galgando os outeiros”. Para o escritor, o bombeiro possuía quase um poder de olhar onipresente sobre a cidade. Ao observar “um subclarão indistinto e vago”, ou seja, um incêndio ainda em seu princípio, a sentinela lança um “alto grito [que] soa na solidão da noite”, seguido de “campainhas” e “clarins” que “por um milagre” provocam o despertar do quartel para mais uma missão.<sup>498</sup>

O bombeiro com postura vigilante, preocupado com a população da cidade e pronto para atuar, descrito na crônica de Olavo Bilac, talvez fosse mais uma idealização dos gestores da Corporação, do que efetivamente vivências dos trabalhadores oriundos das classes populares. Não são poucos os registros disponíveis documentos oficiais da Corporação em que praças do Corpo de Bombeiros demonstraram estar pouco dispostos a cumprirem a missão institucional. Às vezes, o bombeiro estava mais preocupado em dormir do que em sair em disparada pelas ruas para atender o chamado da população. Foi o que fez a praça Diogo Ferreira Barboza, nascido no Rio de Janeiro, em 1865, mesmo depois de ouvir o toque de incêndio, na noite 16 de setembro de 1902, o bombeiro permaneceu “dormindo na reserva da companhia”, sendo por isso punido com 15 dias de prisão, tendo ainda cinco dias de descontos em seu soldo, pois, quando soou o toque, o militar não foi na “corrida para o incêndio”. Em março de 1910, outro caso semelhante mostra a pouca preocupação da praça João José Nogueira, nascido na Capital Federal, em 1884, o bombeiro foi punido com cinco dias de prisão também por continuar dormindo após o toque de saída para atendimento de combate a incêndio.<sup>499</sup>

Por vezes, ao circular com os veículos, a postura pouco responsável no cuidado do material, por parte de bombeiros, poderia ser motivo de problemas com a chefia. Foi o que aconteceu quando o bombeiro Abílio Leite Gonçalves, nascido em Portugal, em

<sup>498</sup> “CHRONICA”, *Gazeta de Notícias*, 1 de julho de 1906, p. 9.

<sup>499</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. 12, fl. 150, nº 69; Lv. 25, fl. 72, nº 41.

1881, e que trabalhava como *choffeur* de uma das autobombas usadas pela Corporação para a extinção de incêndios, foi punido com oito dias de prisão pois, no dia 12 de agosto de 1912, quando voltava de um atendimento com um bombeiro aprendiz, entregou a direção do veículo a seu companheiro de farda, que, por não saber conduzir a autobomba, “levou-a ao encontro a um bonde”. Em março de 1908, foi a vez da praça Francklim José Novaes, nascido no Rio de Janeiro, em 1885, ser preso por dez dias “por ter abandonado o caminhão de que era condutor” para ir a um botequim próximo ao quartel, colocando em ameaça a integridade do equipamento de trabalho que estava sob sua responsabilidade.<sup>500</sup>

A morte era um elemento presente cotidianamente nos atendimentos prestados pela Corporação, seja porque ao chegar a um imóvel incendiado havia a possibilidade de se encontrar vítimas, ou pelo próprio risco oferecido pelo trabalho de extinção das chamas, ou busca por vítimas de escombros. A morte em serviço era compreendida como um caminho possível, por vezes, com grande probabilidade de ocorrer, e sempre como uma oportunidade de um martírio heroico. Nesse sentido, morrer no exercício do seu ofício é a consequência derradeira, o ápice da trajetória profissional do sujeito. Um verdadeiro martírio heroico, de entrega da própria vida para a realização da missão. O trabalho realizado pelos homens do Corpo de Bombeiros expunha os militares a muitos riscos. Em um momento em que eram raros os equipamentos de proteção individual, a segurança desses trabalhadores estava sob sua própria sorte. Ainda que fossem realizados exercícios simulados e treinamentos para que o militar pudesse operar os equipamentos com mais perícia e realizar manobras com maior segurança, condições adversas ou mesmo erros na realização das tarefas poderiam pôr fim à vida desses trabalhadores.

A praça Sylvio Pinto de Mello, nascido no Rio de Janeiro, em 1889, foi uma das vítimas fatais dos perigos inerentes à atividade de trabalho realizada pelo Corpo e Bombeiros. Em seu registro de assentamento há poucas informações sobre o acidente, apenas que o militar faleceu ao se afogar “quando de serviço com a lancha”. Outros detalhes sobre o episódio foram noticiados na *Gazeta de Notícias*, nos permitindo compreender melhor as circunstâncias em que o bombeiro faleceu. De acordo com a reportagem, o militar residia na Rua da Floresta, no Catumbi. O incidente ocorreu na tarde de 6 de abril de 1909, em uma embarcação da Estação Norte, que partiu “levando a bordo algumas praças Corpo de Bombeiros que iam buscar areia”. Com a viagem já adiantada,

---

<sup>500</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. 22, fl. 66, nº 339; Lv. 21, fl. 144, nº 553.

Sylvio de Mello “perdendo o equilíbrio, caiu ao mar, submergindo imediatamente”. Apesar do desespero dos companheiros de Corporação e tentativas de salvamento, a praça desapareceu. No dia seguinte, às 8 horas da manhã o Corpo foi localizado nas imediações das obras do porto, na região da Praia Formosa. “Feito o reconhecimento do cadáver, foi o mesmo enviado para o quartel central do Corpo de Bombeiros, de onde saiu o enterro às 5 horas da tarde”.<sup>501</sup>

O acidente que tirou a vida de Quintiliano Neves, praça do Corpo de Bombeiros, foi noticiado com detalhes no *Jornal do Brasil*. Na tarde de 29 de março de 1910, o militar foi examinar as linhas da rede telefônica usada na Estação Oeste, “subindo a um poste ali colocado”. Durante o serviço, de acordo com a reportagem, Quintiliano Neves

perdeu o equilíbrio e, para não cair, agarrou-se a um fio condutor de eletricidade da Light. O infeliz morreu fulminado. O seu corpo ficou de cabeça para baixo, preso nas linhas telefônicas, sendo retirado pelos seus companheiros da [Estação] Oeste, com auxílio de escadas.<sup>502</sup>

Se a morte proveniente de acidente de trabalho era lamentada e encontrava interesse na imprensa, aquela decorrente da atividade direta de trabalho, como a morte de um bombeiro devido à tarefa de extinção do incêndio, carregava traços de comoção e dramaticidade ainda maiores. Como no caso da praça Alberto José Vieira Leite Guimarães, nascido em Portugal, no ano de 1879, que ficou gravemente ferido durante o trabalho de combate ao incêndio de grandes proporções que, na madrugada de 23 de julho de 1905, destruiu parte significativa da Praça de Mercado da cidade. Uma vez mais a imprensa de grande circulação reporta à população detalhes importantes sobre a situação específica do acidente envolvendo o militar. De acordo com uma das reportagens, uma parede do edifício da praça desmoronou sobre Alberto Guimarães, “as chamas, em seguida, cobriram o lugar onde ele desaparecera”, mesmo os companheiros tendo trabalhado rapidamente para o resgate, o bombeiro “soterrado, por infelicidade [estava] gravíssimamente ferido e queimado”.<sup>503</sup> Trazendo aos leitores a expectativa do salvamento do companheiro de trabalho por parte dos demais bombeiros, a reportagem gerou comoção nos leitores ao evidenciar que apesar de todo o esforço para retirar o militar dos escombros em chamas, ele tinha sofrido muitos ferimentos. De certo modo, a

<sup>501</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. 21, fl. 77, nº 633. “Bombeiro Afogado”, *Gazeta de Notícias*, 9 de abril de 1909, p. 4.

<sup>502</sup> “Fulminado!”, *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1910, p. 12.

<sup>503</sup> “Sob uma parede”, *Gazeta de Notícias*, 24 de julho de 1905, p. 2.

comoção nos leitores, colocava todos ali, como que testemunhando da tentativa de salvar o herói, que durante no cumprimento de sua missão sacrificou-se pela população.

A *Revista da Semana* publicou fotos da praça Alberto Guimarães em um dos leitos da enfermaria do Corpo de Bombeiros, além de imagens de outros bombeiros feridos nesse incêndio. Mesmo com a pouca qualidade da imagem (Figura 40), podemos observar que o bombeiro tinha muitos ferimentos na face, que está completamente coberta por bandagens. Apesar da imagem publicada na *Revista da Semana* não conter informações textuais que nos permitam compreender mais sobre a situação do bombeiro ferido, o caso do incêndio da Praça de Mercado e a condição das vítimas apresentaram maiores detalhes publicados em outros jornais, como, por exemplo, *O Paiz*, que classificava a condição de saúde da praça como “delicada, mas há fundadas esperanças de cura, demorada somente pela extensão das queimaduras”.<sup>504</sup>



Figura 40. A praça Alberto José Vieira Leite Guimarães, em uma das enfermarias do Corpo de Bombeiros. Fonte: *Revista da Semana*, 30 de julho de 1905, p. 2526 (10).

Na ficha de assentamento de Alberto José Vieira Leite Guimarães foi registrada a graduação no posto de “cabo de esquadra”, dada pelo Comando alguns dias depois do incêndio, quando o bombeiro ainda estava sob cuidados médicos. Como o próprio registro indica, aquela era uma forma de reconhecimento à “bravura com [que o bombeiro] se portou no pavoroso incêndio ocorrido na praça do mercado”. Apesar de ter resistido aos ferimentos por alguns dias, e de toda esperança na sua recuperação, na manhã de 30 de julho, a praça faleceu, conforme foi registrado em seu assentamento: “consequência das

<sup>504</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. s/nº, fl. 32, nº 449, “Incêndio do Mercado”, *O Paiz*, 25 de julho de 1905, p. 2.



graves queimaduras produzidas por ocasião de incêndio que ocorreu na Praça do Mercado”.<sup>505</sup>



Figura 41. Cortejo que conduziu o corpo da praça Alberto José Vieira Leite Guimarães .  
Fonte: *Revista da Semana*, 6 de agosto de 1905, p. 2557 (19).

Por ocasião do funeral e sepultamento do militar a *Revista da Semana* levou aos seus leitores fotografias do velório e do cortejo fúnebre que saiu do quartel central em direção ao cemitério. Observamos militares fardados, com chapéus levados à mão, solenemente, em sinal de luto. Além disso, pessoas comuns, civis, de todas as idades acompanharam o cortejo (Figura 41), o que provocava ainda mais comoção nos leitores, aproximando-os da morte do militar.

Em sua pesquisa sobre a polícia de Buenos Aires, Galeano observa que o forte “caráter missionário” dos policiais é um dos principais elementos da “cultura” desses militares portenhos. Também observado no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, essa entrega à missão, como explica Galeano, está relacionada com a disponibilidade de horas de sono perdida, treinamentos extenuantes, a execução de manobras como saltar sobre lajes, ou seja, para exercer a profissão o bombeiro precisa de uma dedicação total, algo que se aproxima da realidade sacerdotal e religiosa, como se ser bombeiro fosse algo determinado, quase um destino, ou mesmo uma vocação. Algo que obriga aos ingressantes da Corporação a dispor de suas vidas integralmente, para assim melhor cumprir a missão institucional.<sup>506</sup>

<sup>505</sup> AGCBMERJ, LMAP, Lv. s/nº, fl. 32, nº 449.

<sup>506</sup> GALEANO, Diego Antonio. “Caídos en cumplimiento del deber”. Notas sobre la construcción del heroísmo policial. In: Galeano, Diego; Kaminsky, Gregorio. (Org.). *Mirada (de) uniforme. Historia y crítica de la razón policial*. Buenos Aires: Teseo, 2011. p. 185-219.

A própria Corporação estimulou o culto dos seus heróis publicando fotografias de militares mortos no “cumprimento do dever”. Em *O Bombeiro*, uma “revista tecnico-profissional” mensalmente enviada aos membros da Corporação, as imagens dos militares estão acompanhadas de pequenos textos com informações resumidas sobre esses militares. A página, inteiramente dedicada a cinco militares falecidos nos últimos 25 anos, traz orientações sobre a forma de leitura adequada, “de cima para baixo e da esquerda para a direita de quem olha”, ou seja, no sentido anti-horário (Figura 42).



Figura 42. Imagens de militares falecidos  
Fonte: *O Bombeiro*, nº 43, julho de 1933, p. 151

As informações disponibilizadas na publicação sobre os militares mortos indicam que, pelo menos até inícios da década de 1930, para a Corporação, a percepção de heroísmo era extensa, não estando restrita apenas aos militares que haviam falecido “no cumprimento do dever”. Para a Instituição, fosse a morte do militar em ação de combate aos incêndios ou em um acidente durante uma manobra de treinamento, eram igualmente reconhecidas como dignos de reconhecimento heroico. Entre os retratados n’*O Bombeiro* estão os militares Heitor de Carvalho e Orlando Spindola que, de acordo com a publicação, faleceram “em consequência de graves lesões internas e fortes queimaduras adquiridas por ocasião do horrível incêndio ocorrido nas Ruas dos Inválidos e Rezende”.<sup>507</sup>

O sinistro em que os militares foram vitimados foi amplamente noticiado na imprensa da cidade em reportagens que elogiavam o trabalho realizado pelos “heróis soldados do fogo”, explicando as condições em que a praça Orlando Spindola morre.

Spindola Mendonça provou sofrimentos atrozes. Quando a parede caiu, soterrando-o, ficou ele ainda com todos os sentidos. Auxiliado por dois bombeiros que estavam a seu lado, conseguiu desvencilhar o tórax do entulho. Mas, oh fatalidade! Quando estava quase livre, uma grande caixa d’água com líquido fervendo, abateu sobre o corpo do desventurado bombeiro. Ainda assim, conseguiram safá-lo de sua prisão pavorosa, todo queimado já.<sup>508</sup>

Percebemos que essa percepção de heroísmo é também reproduzida na cobertura jornalística sobre o sinistro. Os ferimentos graves e o fim trágico dos militares mortos foram tratados com dramaticidade, transportando o leitor aos escombros do prédio incêndio. Estratégia capaz de comover os leitores e reforçar a ideia de que os homens do Corpo de Bombeiros eram heróis dispostos a tudo para atender à população.

O difícil e arriscado trabalho dos homens do Corpo de Bombeiros no atendimento aos chamados da população carioca é o tema do próximo capítulo. Nele, vamos observar que os incêndios se tornaram tema fácil nas páginas da imprensa. Os locais dos incêndios, motivos para os incêndios e as narrativas sobre a cidade, elaboradas pelos bombeiros, nos colocará “no calor da situação” vivida por esses trabalhadores.

<sup>507</sup> “Homenagem aos camaradas mortos ‘no cumprimento do dever’, *O Bombeiro*, nº 43, julho de 1933, p. 151

<sup>508</sup> “Uma rajada de fogo!”, *A Noite*, 24 de agosto de 1925, p. 1.

## 6. Ao toque das sirenes

Nos primeiros dias do ano de 1880, os moradores da casa situada à Rua de São Joaquim (Avenida Marechal Floriano), nº 95, foram surpreendidos por um princípio de incêndio que atingiu o prédio. Passava das onze horas da noite quando a explosão de um lampião de querosene utilizado para iluminar o interior da residência levou perigo às pessoas que ali pernoitavam. Por sorte, nesse episódio, os moradores nada sofreram, o fogo foi rapidamente controlado com a ajuda de diversas pessoas.<sup>509</sup>

Notícias como essas podem ser facilmente encontradas nas páginas dos principais jornais de grande circulação do Rio de Janeiro em fins do século XIX e inícios do século XX.<sup>510</sup> Ainda que muitas vezes possam passar despercebidas, essas pequenas notas cotidianas refletem os dados oficiais de incêndios indicados pelo diretor-geral do Corpo de Bombeiros, e nos ajudam a compreender melhor o cotidiano de trabalho dos homens da Corporação. Este capítulo se debruça sobre narrativas entrelaçadas elaboradas pelo Corpo de Bombeiros e pela imprensa carioca entre 1880 e 1915. Elencando os locais mais propensos a incêndios no Rio de Janeiro nesse recorte temporal, e a que Corpo de Bombeiros, seja nos atendimentos seja na escrituração das ocorrências, atribuía como causas para esses sinistros. Analiso também as consequências desses incêndios no cotidiano dos diferentes grupos sociais da cidade, e os impactos nas diversas esferas da vida da população: desde moradias, passando pelos locais de trabalho e os locais de diversão. Busco também resenhar o diálogo e as mediações entre os documentos oficiais da Corporação e as notícias jornalísticas que forçosamente se entrelaçaram com os debates internacionais sobre a segurança da população urbana na época.

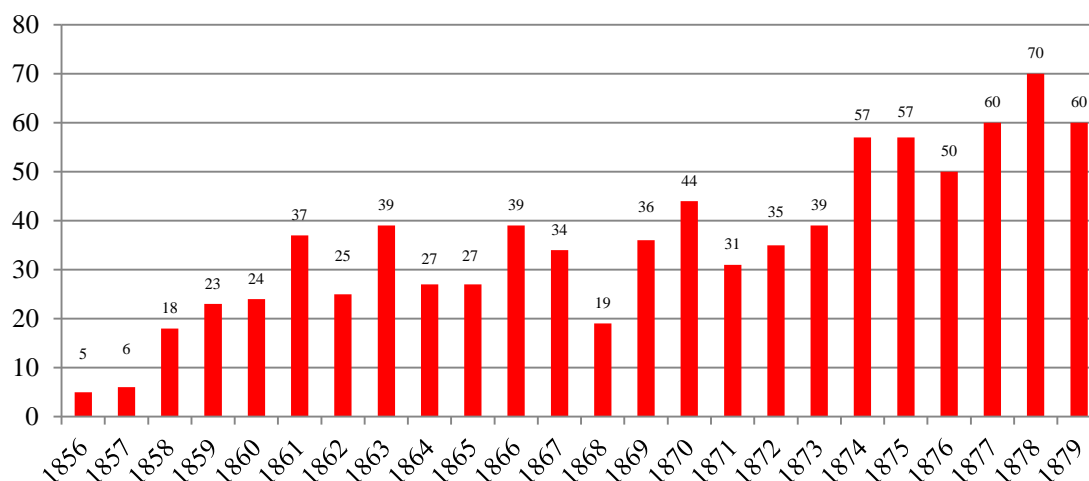
Ao analisarmos os números relativos às ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros, entre o ano de sua criação, em 1856, e os anos que antecederam a aprovação de um dos mais importantes Regulamentos da Corporação (contendo medidas que em muito modernizaram a instituição), em 1881, notamos um expressivo crescimento dessas notificações, especialmente na década de 1870 (Gráfico 12). O gráfico nos indica que o número de ocorrências dispara a partir de 1874, não ficando abaixo de 50 casos nos anos seguintes. Analisando o longo período apresentado no gráfico de forma mais detalhada,

<sup>509</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de janeiro de 1880, p. 1.

<sup>510</sup> Como exemplos, podemos citar o incêndio que destruiu a casa térrea na Rua Senhor dos Passos (*Gazeta de Notícias*, 5 de janeiro de 1887); ou as chamas que se abateram sobre uma das barcas da Companhia Cantareira (*Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1895), e ainda o incêndio em uma residência da Rua São Clemente (“Princípio de incêndio por causa de um presépio”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1910).

notamos que, entre os anos de 1856 e 1859, período em que a Corporação funcionava sob caráter “Provisório”, as notificações de atendimentos realizados pelo Corpo de Bombeiros indicam crescimento constante. Se, em 1856, o total de atendimentos realizados pelos homens da Corporação foi de cinco ocorrências, em apenas três anos, esse número chegou à marca de 23 atendimentos, nos indicando um considerável e progressivo aumento até 1859.

Gráfico 12. Números totais de incêndios atendidos pelo Corpo de Bombeiros, 1856-1879.



Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881*, p. 94, “Anexo II”.

Disponível em: <http://bit.ly/2HrfJVZ>. Acesso em: 10 dez. 2021.

A classificação feita cotidianamente, e fornecida pelos Bombeiros para o mesmo período (1856-1879), nos ajuda a perceber a origem e a complexidade dos eventos registrados (Tabela 5). Entendendo que, durante o período em que o Corpo de Bombeiros funcionava de forma “Provisória”, entre os anos de 1856-1859, fatores como a ausência de efetivo próprio e a insuficiência de materiais adequados para a prestação dos atendimentos às ocorrências, podem ter sido responsáveis pelos dados apresentados pela Corporação para o período, ao observarmos os números das décadas de 1860 e 1870, percebemos uma tendência de crescimento em praticamente todas as formas de classificação dos incêndios.

Vale considerar que o aumento no número de incêndios atendidos pelos bombeiros no Rio de Janeiro, que foram reunidos nos Relatórios da Corporação, pode ser lido como um esforço de reafirmação e consolidação institucional frente ao poder público e à própria sociedade.

Tabela 5. Classificação dos incêndios atendidos pelos Bombeiros, 1856-1879.

Ano	Classificação					Parcial
	Grandes	Médios	Pequenos	Insignificantes	Chaminés	
1856	-	-	-	5	-	5
1857	-	-	2	2	2	6
1858	-	-	3	7	8	18
1859	5	1	7	6	4	23
1860	3	-	10	6	5	24
1861	6	-	7	19	5	37
1862	8	-	2	10	5	25
1863	9	-	5	12	13	39
1864	6	1	9	5	6	27
1865	4	-	13	7	3	27
1866	13	-	13	7	6	39
1867	7	-	9	11	7	34
1868	4	-	4	8	3	19
1869	11	-	3	17	5	36
1870	7	1	7	17	12	44
1871	8	2	1	15	5	31
1872	11	2	4	10	8	35
1873	10	-	6	17	6	39
1874	19	3	5	19	11	57
1875	16	9	9	12	11	57
1876	11	4	4	18	13	50
1877	9	1	5	40	5	60
1878	19	1	9	36	5	70
1879	3	4	10	31	12	60
Total						862

Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881*, p. 94, “Anexo II”. Disponível em: <http://bit.ly/2HrfJVZ>. Acesso em: 10 dez. 2020. Nesse novo cenário, optei por desconsiderar as ocorrências do período denominado “Provisório” da Corporação (1856-1859) por entendermos que a ausência de efetivo próprio pode ter impactado no atendimento às ocorrências, podendo assim alterar a elaboração das médias.

No trabalho cotidiano de escrituração dos sinistros, os militares buscam criar uma memória sobre as ocorrências. Como observa Marcos Bretas ao analisar as fontes produzidas pela polícia carioca, esses documentos “supostamente refletem” a realidade social do Rio de Janeiro, ou seja, podem revelar muito mais o esforço de compreensão das instituições sobre a cidade do que “os problemas que a cidade de fato enfrentava”.<sup>511</sup>

Os dados sobre o trabalho realizado pelos homens do Corpo de Bombeiros não podem estar apartados das condições demográficas e espaciais da cidade do Rio de Janeiro. O aumento vertiginoso da população pode ser notado nos números do censo de 1906, que refletem as condições políticas, econômicas e sociais cariocas, evidenciando os impactos da abolição da escravidão e do elevado fluxo de estrangeiros para a cidade. Se em 1856 a população da cidade era de 151.776 habitantes, em 1870, esse número chega aos 235.381, superando a marca de 522.000 habitantes no levantamento feito para o ano de 1890.<sup>512</sup>

Acompanhando esse movimento, a expansão da cidade para novas áreas, intensificada entre fins do século XIX e início do século XX, foi estimulada pela ampliação dos limites urbanos sobre as áreas rurais. De acordo com os estudiosos que se dedicaram a investigar temáticas ligadas à história urbana e social carioca, uma gama de importantes intervenções foram realizadas no território do Rio de Janeiro, entre elas podemos citar o arrasamento de morros, o aterramento de áreas pantanosas, a ampliação da malha ferroviária (trens e bondes) e a abertura de túneis, possibilitando o gradual povoamento das áreas denominadas subúrbios.<sup>513</sup>

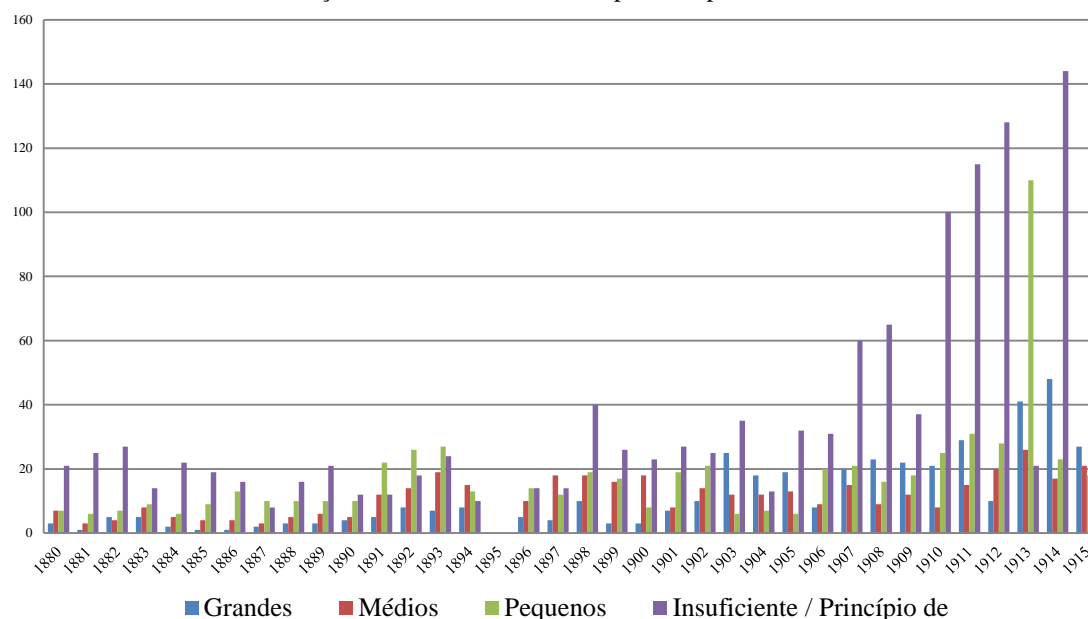
Ao nos determos nas informações das ocorrências atendidas pela Corporação entre os anos de 1880 e 1915, percebemos que também esses registros apresentam um crescimento expressivo. No Gráfico 13, observamos a classificação dos incêndios de acordo com as categorias elaboradas pelos Bombeiros, que reuniam as ocorrências em “insuficientes”, “princípios de incêndio”, “pequenos”, “médios” e “grandes”. Observamos que as ocorrências de menor gravidade (os princípios de incêndio e os pequenos) apresentaram brusca elevação especialmente nos primeiros anos do século XX.

<sup>511</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 61-63.

<sup>512</sup> AQUINO, Lia de. *Contribuições ao estudo das habitações populares*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995, p. 121.

<sup>513</sup> Os números divulgados demonstram que a população total da cidade passou de 522.651 em 1890, para 811.443, em 1906. BRASIL, República dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907, p. 23. Disponível em: <http://bit.ly/2AGLOVe>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Gráfico 13. Classificação de incêndios atendidos pelo Corpo de Bombeiros, 1880-1915.



Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881*, p. 94, “Anexo II”.  
Disponível em: <http://bit.ly/2HrfJVZ>. Acesso em: 10 dez. 2021.

A Tabela 6 aponta para a persistência do aumento geral nos números das ocorrências. Chegando-se a 341 sinistros atendidos pela instituição no ano de 1914. Além disso, notamos ainda que o aumento da complexidade nos atendimentos se confirma. Sobretudo na primeira década do século XX, há uma considerável elevação nos incêndios considerados “Grandes”, atingindo a impressionante marca de 48 ocorrências somente no ano de 1914.

A tendência percebida nos dados pode ser explicada não somente pelo próprio crescimento da malha urbana e pelo expressivo crescimento populacional carioca a partir de meados dos Oitocentos, condição que, naturalmente, eleva o número de ocorrências e amplia o raio de atuação da Corporação, mas, também, pelo processo de profissionalização institucional, no qual o trabalho de escrituração dos atendimentos prestados passaram a ter um valor especial, por serem uma forma de prestação de contas institucional e por destacarem a relevância institucional do Corpo de Bombeiros.



Tabela 6. Classificação dos incêndios atendidos pelos Bombeiros, 1880-1915.

	Grandes	Médios	Pequenos	Insuficiente / Princípio de	Excesso de Fuligem	Matas	Em automóveis	Enchentes	Desabam ento	Total
1880	3	7	7	21	4	-	-	-	-	42
1881	1	3	6	25	5	-	-	-	-	40
1882	5	4	7	27	6	-	-	-	-	49
1883	5	8	9	14	6	-	-	-	-	42
1884	2	5	6	22	8	-	-	-	-	43
1885	1	4	9	19	5	-	-	-	-	38
1886	1	4	13	16	4	-	-	-	-	38
1887	2	3	10	8	-	-	-	-	-	23
1888	3	5	10	16	8	-	-	-	-	42
1889	3	6	10	21	3	-	-	-	-	43
1890	4	5	10	12	6	-	-	-	-	37
1891	5	12	22	12	10	-	-	-	-	61
1892	8	14	26	18	2	-	-	-	-	68
1893	7	19	27	24	4	-	-	-	-	81
1894	8	15	13	10	4	-	-	-	-	50
1896	5	10	14	14	3	-	-	-	-	46
1897	4	18	12	14	4	-	-	-	-	52
1898	10	18	19	40	7	12	-	-	-	106
1899	3	16	17	26	6	-	-	-	-	68
1900	3	18	8	23	8	1	-	-	-	61
1901	7	8	19	27	3	-	-	-	-	64
1902	10	14	21	25	8	1	-	-	-	79
1903	25	12	6	35	12	2	-	-	-	92
1904	18	12	7	13	13	3	-	-	-	66
1905	19	13	6	32	8	1	-	-	-	79
1906	8	9	20	31	8	5	-	-	-	81
1907	20	15	21	60	17	1	-	-	-	134
1908	23	9	16	65	-	-	-	-	-	113
1909	22	12	18	37	-	-	-	-	-	89
1910	21	8	25	100	-	-	-	-	1	155
1911	29	15	31	115	-	-	-	-	-	190
1912	10	20	28	128	26	-	-	-	-	212
1913	41	26	110	21	-	-	46	5	20	269
1914	48	17	23	144	-	75	16	5	13	341
1915	27	21	18	130	-	7	14	2	7	226

Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório do ano de 1881, p. 94, "Anexo II".

Disponível em: <http://bit.ly/2HrfJVZ>. Acesso em: 10 dez. 2020.

No texto do Relatório institucional de 1881, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros, João Soares Neiva, nos fornece algumas pistas de suas constatações sobre o trabalho que a Corporação oferecia, e a relação dos Bombeiros com a cidade, que contava com novas feições e com dinâmicas cada vez mais complexas.

São passados 22 anos depois de promulgado o Regulamento [de 1860] que organizou o Corpo de Bombeiros, e nesse longo período a capital do Império tem visto alargarem-se os limites de sua área comercial, as construções multiplicam-se, as marinas povoam-se de docas, de importantes armazéns e trapiches alfandegados, entretanto, pouco se há feito para dotá-la de um serviço de incêndios nas proporções que reclama a primeira cidade da América do Sul.

Pouco desenvolvidas eram naquele tempo a indústria e manufatura, e o Corpo de Bombeiros satisfazia as necessidades do serviço a que era destinado.<sup>514</sup>

Atento às novas condições de notório crescimento presentes na Capital do Império, Soares Neiva as utiliza como principal argumento de seu discurso aos superiores alegando existir uma carência por parte do Corpo de Bombeiros que precisava ser superada, pois, mesmo com todas as transformações e novas dinâmicas da cidade, os cariocas ainda não dispunham de “um serviço de incêndios nas proporções” exigidas pela demanda crescente de atendimentos. Na avaliação do militar, portanto, existia um descompasso entre o movimento da cidade e as condições conquistadas pelo Corpo de Bombeiros no mesmo período. Ele concluía que a forte relação entre a expansão geográfica da área urbana do Rio de Janeiro e o crescimento da população carioca exigia a oferta de um serviço público de extinção de incêndios capaz de oferecer segurança física e patrimonial nesse cenário. E para ele, era a própria cidade – por sua posição de importância –, ou seja, seus moradores, que reclamava por esse reconhecimento.

João Soares Neiva pleiteava maior reconhecimento da importância de suas funções e a necessidade de melhorias nas condições na oferta de trabalho dos Bombeiros, defendendo que consideráveis mudanças também deveriam ser adotadas para que um serviço regular de combate a incêndios fosse prestado com eficiência. Esse objetivo seria alcançado aumentando-se o efetivo de trabalhadores alistados na Corporação e expandindo-se o número de Estações e Postos de atendimento, além da aquisição de bombas e outros instrumentos de trabalho.<sup>515</sup>

Na esteira dessas reivindicações, os primeiros anos da década de 1880 foram essenciais para a reformulação de aspectos organizacionais e operacionais do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. A concessão de graduações militares aos oficiais do Corpo

<sup>514</sup> Relatório do tenente-coronel João Soares Neiva, apresentado ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Buarque de Macedo, em 1881. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1881, apresentado a Assembleia Geral Legislativa*. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1882, p. 560. Disponível em: <http://bit.ly/2GZ7j6J>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>515</sup> Relatório do diretor-geral interino, capitão João Soares Neiva, p. 442. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1879, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sininbú*. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1880. Disponível em: <http://bit.ly/346C1Es>. Acesso em: 10 dez. 2020.

(1880)<sup>516</sup> e a aprovação do Regulamento para a Corporação (1881)<sup>517</sup> sugerem novas dinâmicas de atuação, cada vez mais profissionalizadas, além da consolidação do processo de amadurecimento institucional que, em grande medida, possibilitou aos bombeiros assumirem novas áreas e maneiras de atuação.

### 6.1. O Rio em chamas

No Rio de Janeiro da virada dos Oitocentos, a ação desordenada do fogo e os sinistros decorrentes dela foram fenômenos que se difundiram por todas as regiões da cidade, atingindo diferentes classes sociais e tendo consequências diversas para cada uma delas. Os principais registros dessas ocorrências – oficiais (produzidos pelo Corpo de Bombeiros) ou extraoficiais (imprensa) –, reportam incêndios destruindo edifícios comerciais, residências aristocráticas, habitações coletivas, prédios públicos, igrejas, a Praça de Mercado da cidade, teatros e cinematógrafos. Ou seja, notamos que nada estava a salvo da força destruidora das chamas.

A forte e tradicional característica comercial da cidade, especialmente em seu núcleo de ocupação mais antiga, as ditas regiões centrais, associada à intensa atividade portuária e ao acesso a fontes de energia e matéria prima, proporcionaram a acumulação de capital e o adensamento populacional, condições fundamentais para o desenvolvimento da indústria em fins dos Oitocentos e o desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais complexas na cidade.<sup>518</sup>

O nada simples processo que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou traduziu-se em intensa desordem urbana, nos lembra Henri Lefebvre. Essa desordem, característica da lógica capitalista, tem em sua essência a presença das classes trabalhadoras em precários modelos de habitação, lutando pelas escassas oportunidades de trabalho, com remunerações miseráveis, que praticamente não atendiam aos seus altíssimos custos diários com a mínima dignidade, sendo constantemente submetidos a riscos de todos os tipos, mas, particularmente, pelas condições insalubres das moradias e o flagelo das epidemias, que, ano após ano, ceifava a vida de inúmeros trabalhadores.<sup>519</sup>

<sup>516</sup> BRASIL, Coleção de Leis do Império do. *Decreto Nº 7.766, de 19 de julho de 1880*, p. 360. Disponível em: <http://bit.ly/2HSAKaO>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>517</sup> BRASIL, Coleção de Leis do Império do. *Decreto Nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881*, p. 1215. Disponível em: <http://bit.ly/2HRKOkG>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>518</sup> LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através das Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

<sup>519</sup> LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisséia, 1972, p. 20.

Em sua prática de trabalho cotidiano no atendimento às ocorrências, os homens do Corpo de Bombeiros produziram registros, criando categorias sobre os locais incendiados, elaborando narrativas e classificações que apontam para esse momento dinâmico em que o Rio de Janeiro estava mergulhado. A cidade promoveu um processo de definição de usos das suas áreas de ocupação, em um processo que, amplamente abordado pela historiografia brasileira, terá seu ápice nas Reformas Urbanas promovidas pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), e que refletiam enormemente os ideais higienistas da burguesia republicana.<sup>520</sup>

Ao analisar o impulso de reorganização desses espaços, o historiador Oswaldo Porto Rocha explica que ocorre um esforço urbanístico que tentou redefinir os espaços ocupados na cidade. Nas áreas litorâneas ao sul, se concentrariam as moradias da burguesia; já nas áreas próximas ao porto, na região central, o projeto previa a concentração de atividades comerciais, e, por fim, o eixo norte, tendo a linha férrea como centro irradiador, estava reservado às famílias das classes trabalhadoras.<sup>521</sup> Esse processo de reorganização da *urbe* compreendia a abertura de eixos viários, como elementos chaves, de modo a permitir a integração dessas regiões.

Assim, tratou-se de um processo que, de algum modo, tendeu

a compreender a cidade como um *corpus* continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação dos mesmos em função do funcionamento harmônico do corpo humano. Nessa perspectiva, a ideia de integração urbana rege o processo de urbanização, pois a cidade passa a ser vinculada às suas funções, uma vez que é percebida como uma totalidade, um verdadeiro organismo que justifica o sentido de existência dos diversos órgãos integrados que o sustentam.<sup>522</sup>

Ainda que se propusesse a integrar esses espaços, imaginando-se como vinculador das áreas que, ao se comunicarem, permitiam que a cidade funcionasse de maneira harmônica, esse projeto mostrou-se profundamente excludente sob a perspectiva social, concretizando-se na redefinição de acúmulo do capital imobiliário e do direcionamento de verbas públicas a empreendimentos ansiados por essa elite republicana. Por sua porosidade, esse ideal de reorganização do espaço urbano, foi fortemente combatido por grande parcela da população carioca, que se via excluída dos

<sup>520</sup> LAHMEYER, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

<sup>521</sup> ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições. Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995.

<sup>522</sup> AZEVEDO, André Nunes Azevedo. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 176.

planos urbanísticos, em ações que, em termos thompsonianos, evidenciam uma “resistência teimosa” pelo direito de poder permanecer em seus espaços de trabalho e lazer, vivenciarem sua cultura, manterem-se ligados às suas redes de solidariedades e relações, em suma, pelo direito de (sobre)viver.<sup>523</sup>

Ao adentrarem os imóveis tomados pelas chamas, os bombeiros produziram registros que nos inserem num cotidiano de trabalho permeado por desgastes físicos e emocionais, num constante flertar com perigos e com a morte. Todavia, nesses registros existe uma série de categorias que também nos ajudam a entrever as formas de ocupação da cidade, com suas lógicas próprias de organização e seu funcionamento. Fornecendo-nos dados sobre o dinâmico e variado comércio espalhado pelas ruas cariocas, os vibrantes estabelecimentos de produção fabril e os imóveis residenciais dos mais diferentes tipos, o Corpo de Bombeiros criou categorias classificatórias para as construções da cidade, construindo uma narrativa própria sobre as condições de vida cotidiana dos moradores do Rio de Janeiro.

Ao organizarem e divulgarem esses dados, seja em Relatórios Institucionais ou fornecendo informações sobre os sinistros para a imprensa, os Bombeiros criam um sentido próprio para aquela realidade, inúmeras vezes apontando para relações tensas entre a burguesia e a classe trabalhadora, iluminando inúmeras experiências compartilhadas por trabalhadores e trabalhadoras, livres e cativos, nas quais, na maior parte das vezes, podemos notar não serem poucos os riscos a que essa população carioca mais pobre estava submetida.

Esses sinistros constituíram-se também como limitadores do desenvolvimento da própria cidade, ao gerarem prejuízos financeiros e ceifarem vidas, os incêndios colocaram em xeque a capacidade do Estado em ofertar serviços públicos capazes de garantir a segurança da população. Ao destruir de prédios comerciais a residências, passando por templos religiosos ou espaços de lazer, essas ocorrências nos mostram que nada escapou da ação do fogo, porém, ainda que causassem prejuízos financeiros e riscos consideráveis, o grau de problemas gerado pelas chamas teve impacto particularmente maior para a parcela mais pobre da população carioca.

Para os estabelecimentos comerciais, os riscos provocados pelos incêndios poderiam envolver desde a perda de mercadorias ou do imóvel, que poderia ser consumido pelas chamas, passando pela paralisação dos negócios, em casos em que o

---

<sup>523</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13.

estabelecimento não pudesse mais funcionar, chegando aos riscos à saúde e vidas de proprietários e empregados. Em inúmeros casos de incêndios, os estabelecimentos comerciais possuíam entre suas mercadorias material combustível, que alimentava ainda mais a força das chamas. Esse foi o caso do atendimento prestado na madrugada de 24 de janeiro de 1883, aos ocupantes de edifícios na Rua Senador Eusébio. O fogo, que teve início em um negócio de fazendas e armário, propagou-se rapidamente para os prédios vizinhos, onde funcionavam um “negócio de calçados” e uma “casa de charutos e cigarros”. Ainda que, de acordo com o relatório da Corporação sobre a ocorrência, a ação do Corpo de Bombeiros tenha sido rápida, isso não impediu que os proprietários dos estabelecimentos sofressem consideráveis prejuízos.<sup>524</sup>

Em 1884, foi a vez de o fogo atacar o prédio situado na Rua da Guarda Velha (Avenida Treze de Maio), em que funcionava “um negócio de folhetos e impressos”, provocando prejuízos para seus proprietários.<sup>525</sup> Um incêndio de origens desconhecidas destruiu os prédios localizados em imóveis à Rua do Regente, que haviam sido locados por Manoel José Martins. Abrigando uma “serraria a vapor e oficina de marcenaria”, os homens do Corpo de Bombeiros conseguiram estimar que o fogo “tivera início na serragem de madeira”, que estava depositada no imóvel.<sup>526</sup>

Percebemos nos sinistros relatados que, mesmo com estabelecimentos comerciais ocupando-se de gêneros tão diversos, as mercadorias ali presentes, como tecidos, couro, papel e serragem funcionaram como excelentes estímulos para que os incêndios pudessem se propagar, provocando perdas para os proprietários e riscos à segurança da população.

Em muitas dessas ocorrências podemos observar uma circulação de informações sobre o sinistro entre os homens do Corpo de Bombeiros e as folhas impressas da cidade. De certo modo, a Corporação utilizava-se da imprensa para mostrar sua relevância aos cariocas, elaborando narrativas que, sob a mediação dos jornalistas, chegavam à grande parte da população. Um bom exemplo disso é o incêndio ocorrido nas primeiras horas da madrugada do dia 6 de janeiro de 1883. Na ocasião, o quartel central do Corpo de

<sup>524</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-40, nº 24, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, de 24 de janeiro de 1883”.

<sup>525</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-42, nº 7, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, de 03 de janeiro de 1884”.

<sup>526</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-45, nº 128, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, de 13 de julho de 1885”.

Bombeiros recebeu o aviso de incêndio que atingia a Serraria Durandet e que já se alastrava sobre construções vizinhas.

Na edição da *Gazeta de Notícias*, de 8 de janeiro de 1883, o episódio recebeu o título de “Violento incêndio”, e o texto salientou que o sinistro atingiu e destruiu completamente cinco prédios, do número 43 ao 51, no quarteirão ímpar da Rua de Santa Luzia. Tendo início no prédio de nº 51, onde funcionava a Serraria Durandet, o fogo propagou-se “com grande rapidez” para os números 47 e 49 – onde também funcionava a serraria – “e que como aquele, ficaram completamente destruídos”.

Ainda de acordo com a reportagem, a violência demonstrada pelo incêndio arruinou outros dois imóveis nos quais funcionava uma estalagem. Lá residiam as duas vítimas fatais e os feridos. O italiano Joseph Mastrangelo temendo a ação destrutiva do fogo precipitou-se do terceiro andar do prédio, “ficando gravemente contuso, pelo que foi conduzido no Hospital da Misericórdia, onde faleceu algumas horas depois”. Os dois filhos de Mastrangelo que viviam com ele na estalagem, desapareceram após o sinistro, sendo localizados algum tempo depois. O filho de nome Pascoal estava na casa de uma vizinha, e informou que seu irmão, Alfredo, havia sido vitimado no incêndio. Fato que foi confirmado pelas autoridades, que localizaram o corpo do menino completamente carbonizado. Além da família, o texto informa que outro italiano, Alexandre Calabrez, ficou ferido com várias queimaduras e foi também encaminhado para o Hospital da Misericórdia.<sup>527</sup>

A edição do *Jornal do Commercio*, que intitulou o evento como “Incêndio e Mortes” trouxe outros detalhes sobre a estalagem que funcionava nos fundos do sobrado ao número 45. Composta por 20 aposentos, os cômodos estavam integralmente ocupados “por famílias pobres, com mulheres, velhos e crianças”, e “foi completamente destruído” pelo fogo.

Ao detalhar, em documento enviado ao Ministro da Agricultura, o trabalho realizado pelos Bombeiros no combate ao incêndio da Serraria Durandet, o diretor-geral da Corporação, João Soares Neiva apresentou um relato com muitas semelhanças com a narrativa elaborada pela imprensa, sinalizando para as trocas e usos das informações entre Corpo de Bombeiros e imprensa, numa estratégia de publicização da instituição para a população. Lamentando a morte das vítimas, o militar argumentou que a “desgraça” que assolou a Família Mastrangelo foi favorecida pelas condições físicas daquela estalagem:

---

<sup>527</sup> “Violento incêndio”, *Gazeta de Notícias*, 7 de janeiro de 1883, p. 1.

por ser um “sobrado com uma acanhada e única saída, pela qual se precipitaram em indescritível confusão os seus moradores quando o fogo estendeu-se a esse prédio”. Além de fornecer detalhes sobre o trabalho realizado pelos Bombeiros, como por exemplo, a força aplicada pelos homens da Corporação nos esforços para atalhar o fogo: “ficou o foco do incêndio circulado por 15 mangueiras que despejavam 7.500 litros d’água por minuto”.<sup>528</sup>

Soares Neiva emitiu suas primeiras impressões ao término dos trabalhos da Corporação, levantando certas suspeitas sobre a possível origem intencional do fogo. Baseando-se em relatos das primeiras pessoas a adentrarem o prédio da serraria, que relataram ter “encontrado aceso um bico de gás, aberta a burra e espalhados no chão diversos papéis e moedas de cobre”, sendo parte desse material imediatamente recolhido. Na verdade, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros entendia que o suposto crime poderia estar vinculado aos valores de indenizações contratados pelos proprietários em três Companhias de Seguros da cidade: a Argos, a Fidelidade e a Confiança, que responderiam por pagamentos de, respectivamente, 70:000\$000 (setenta contos de réis), 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis), 20:000\$000 (vinte contos de réis).<sup>529</sup>

Esse caso, como em tantos outros, podemos notar como o Corpo de Bombeiros percebiam as desigualdades sociais existentes na cidade. O diretor-geral da Corporação se apropriou das condições das casas de cômodo e hospedarias da cidade, assim como da própria situação vivida pela população mais pobre que ocupava essas moradias, com o intuito de responsabilização da desgraça vivida pela Família Mastrangelo. De certo modo, as informações fornecidas por Soares Neiva, seja na documentação oficial enviada ao Ministro, seja as informações fornecidas pela imprensa, deslocam o foco da atuação realizada pelos Bombeiros para as condições desiguais fortemente disseminadas pela cidade.

Esse sinistro ilumina outras questões interessantes que nos ajudam a recuperar esse esforço narrativo do trabalho realizado pelos Bombeiros na cidade. Primeiramente, a percepção de que o fogo tomou a construção com rapidez, corroborada pelo relatório de

<sup>528</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-40, [s/nº], “Ofício enviado em 8 de janeiro de 1883, pelo diretor-geral João Soares Neiva, para o Ministro da Justiça”. [Idem para as citações a seguir, exceto quando sinalizar].

<sup>529</sup> Em sua pesquisa, Marília Rodrigues observa uma faceta do Estado com relação aos incêndios. Descrevendo os esforços realizados pelo Gabinete de Identificação da polícia científica no Rio de Janeiro para divulgar estudos que ajudassem a elucidar casos de fraudes nas apólices de seguro por meio de incêndios em estabelecimentos comerciais e industriais, o objetivo era de garantir maior segurança dos capitais das empresas seguradoras. OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. *“Sherlock Holmes no Brasil”: Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica (Rio de Janeiro, 1907-1915)*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019, p.134-145.



Soares Neiva, reforça a ideia de violência por parte das chamas. A grande quantidade de madeira certamente deu mais potência ao incêndio, a ponto de atingir com celeridade a outros dois imóveis, que abrigavam uma estalagem, opção de moradia para famílias pobres. A precária infraestrutura de circulação da estalagem, contendo única saída, é um fator que, além de dificultar a fuga daqueles que ocupavam as instalações, impedia que o socorro dos homens do Corpo de Bombeiros pudesse ser realizado com agilidade.

O modelo de ocupação do Rio de Janeiro que, desde a sua fundação, na segunda metade do século XVI, realizou-se por estreitas vielas contendo construções contíguas e muito próximas umas das outras, contribuía para que, em muitos casos, o fogo se alastrasse com rapidez, causando sérios prejuízos materiais e riscos à integridade da população. Além disso, problemas com a organização da cidade, como a utilização comercial, fabril e residencial, em uma mesma região, ou um mesmo prédio, era potencialmente suscetível ao desenvolvimento de incêndios que se irradiavam para as cercanias.

Um bom exemplo desse cenário urbano complexo são os dados fornecidos pelo registro da ocorrência da noite de 15 de novembro de 1883, quando um forte incêndio ameaçou destruir o prédio situado no nº 58, da Rua Teófilo Otoni. Alugado por Domingos Pereira da Cruz, era ocupado no térreo com “negócios de vidraceiro e fogos de artifício, o 1º andar pelos caixeiros e o sótão por diversos inquilinos”. Ao receberem o aviso, os homens do Corpo de Bombeiros já percebiam o “grande clarão para o lado da indicada rua”, constatando, logo que chegaram ao local do sinistro, que o fogo já “havia contaminado todo o prédio e ameaçava os colaterais, principalmente o da Rua Visconde de Inhaúma, nº 51, cujos fundos limitava com os d’aquela”. Utilizando-se de mangueiras ligadas aos registros de água e bombas a vapor, os bombeiros controlaram as chamas, evitando que o fogo “se propagasse aos prédios vizinhos, os quais apenas sofreram nos telhados as consequências do serviço e no interior o estrago proveniente da água” que era lançada.<sup>530</sup>

Em outro sinistro, na madrugada de 9 de junho de 1887, foi a vez do prédio em que funcionava o Hotel Congresso, à Rua do Hospício (Buenos Aires), nº 226, ser tomado pelas chamas. O aviso do incêndio partiu do comandante da Estação Policial da região, o alferes Diogo de Aguiar, que narrou ao Corpo de Bombeiros suas impressões iniciais:

---

<sup>530</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 250, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, 16 de novembro de 1883”.

Tendo ciência do fogo no aludido prédio, verificara apenas saída de fumo, e que dando a notícia para o seu quartel, seguira da estação [policia] e vira então irromperem as chamas por diversos pontos e com tal violência que imediatamente dominaram todo o prédio, que é térreo e de esquina, o qual ficou todo destruído.<sup>531</sup>

Como o fogo já havia se alastrado, não demorou muito tempo para que as chamas se espalhassem por prédios vizinhos. O próprio policial explica que na mesma rua, o imóvel de nº 224 foi atingido pelo fogo e que as chamas chegaram “fazendo ali alguns estragos e inutilizando as fazendas da loja”.<sup>532</sup>

Em outro caso, o fogo destruiu uma “grande fábrica de vinho, vinagre, licores, e destilação a vapor”, localizada na Rua do Areal (Moncorvo Filho), o sinistro ilustra os problemas decorrentes da falta de uma legislação que regulamentasse a ocupação dos espaços da cidade, de modo a resguardar as áreas residenciais. O relatório feito pelo Corpo de Bombeiros nos dá um pouco da dimensão do quanto aquele sinistro ameaçou a integridade dos cariocas.

O incêndio dominou logo em seguida a sua manifestação, toda a fábrica, por quanto as pipas d’aguardente, fazendo explosão, arremessavam longe o líquido inflamado que então corria em grande quantidade em diversas direções, comunicando as chamas aos pontos mais distantes. Felizmente [sic], porém, armadas as bombas e disposto o serviço, conseguiu-se, mas com sumo esforço e trabalho, evitar que o fogo se propagasse aos prédios colaterais.<sup>533</sup>

A análise detalhada desses sinistros nos ajuda a perceber situações já destacadas, o modo como a variedade dos tipos de estabelecimentos comerciais eram atingidos pelos incêndios, a ausência de um regulamento capaz de organizar a ocupação do espaço urbano e a simultaneidade de usos das construções, ampliavam consideravelmente as possibilidades de difusão do fogo nas circunvizinhanças dos imóveis atingidos. Ou seja, a própria constituição das áreas densamente habitadas da cidade oferecia as condições adequadas para que os sinistros atingissem grandes proporções, submetendo a riscos aos moradores dessas regiões.

No caso do incêndio da Rua Teófilo Otoni, a descrição feita pela diretoria geral do Corpo de Bombeiros informa que o prédio estava localizado em uma das regiões com grande concentração populacional: entre as freguesias da Candelária e de Santa Rita. Os

<sup>531</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-48, nº 115, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, 10 de junho de 1887”.

<sup>532</sup> Idem.

<sup>533</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-32, nº 55, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, 30 de março de 1880”.

dados sobre a evolução do número de residentes nessas regiões ilustram bem o caso. Se na Candelária, o número de habitantes em 1870 era de 9.239, atingindo pouco mais de 9.700 em 1890, em Santa Rita, nos mesmos períodos, os dados são de 23.810 residentes, sendo que, no levantamento seguinte, praticamente dobram, superando a marca de 46.160 pessoas.<sup>534</sup>

O que vale destacar é o modo em que se dava o uso múltiplo e simultâneo do prédio da Rua Teófilo Otoni, dotado de três pavimentos e sótão, abrigando em seu térreo um estabelecimento comercial – vidraceiro e fogos de artifício –, ou seja, material altamente inflamável e explosivo, que por si só oferecia consideráveis riscos – que eram potencializados pela utilização desses espaços por trabalhadores como opção de repouso ou moradia.

Submeter-se ao risco de morar sobre bombas que ameaçavam a própria integridade e a de seus familiares, escancara a histórica crise habitacional carioca, que se agravou drasticamente em fins do século XIX. Segundo as informações de estudo realizado em fins da década de 1880, que considerou a ocupação das regiões por habitações populares, Santa Rita contava com pelo menos 66 estalagens, que ofereciam mais de 1.370 quartos aos mais de 13.000 habitantes de prédios coletivos da região, sendo de 42,5 pessoas a média de habitantes por estalagem em Santa Rita e 2,0 a média de habitantes por quarto.<sup>535</sup>

Com a densidade populacional na região, não é exagerado imaginarmos que o fogo que dominava o negócio de vidraceiros e fogos de artifício, e que encontrava combustível na “quantidade de matéria explosiva que havia na loja”, poderia não somente ameaçar os moradores que ocupavam pavimentos superiores no próprio prédio, como de fato se alastrar sobre os prédios vizinhos e colocar em risco a vida e o patrimônio de outros moradores da região. Com o trabalho do Corpo de Bombeiros foi possível “dominar o incêndio em pouco tempo e extingui-lo em uma hora de trabalho constante”, destaca o relatório da diretoria geral da Corporação, evitando assim que grandes estragos materiais ocorressem contra os prédios vizinhos.<sup>536</sup>

<sup>534</sup> BRASIL, República dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907, p. 20. Disponível em: <http://bit.ly/2AGLOVe>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>535</sup> PIMENTEL, Antônio. *Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. e Lit. de Carlos Gaspar da Silva, 1890, p. 243.

<sup>536</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 250, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, de 16 de novembro de 1883”.

No incêndio que atingiu o Hotel Congresso, localizado a Rua do Hospício, por sua vez, a proximidade das construções vizinhas e a presença de material inflamável presente na cozinha do hotel, se somaram aos múltiplos pontos de fogo em locais diferentes da construção. Fatores que possibilitaram que, em pouco tempo, as chamas chegassem aos edifícios vizinhos e encontrassem outros materiais capazes de fortalecer ainda mais sua intensidade e ameaçar a segurança dos cariocas.

O importante trabalho de escrituração realizado pelo Corpo de Bombeiros nos ajuda a perceber que as dimensões dos prédios também foram apontadas como elemento para os perigos e prejuízos causados pelo fogo. Efeito da crise imobiliária carioca, a subdivisão dos imóveis comerciais e residenciais, tão presente no cotidiano de atendimentos do Corpo de Bombeiros, se consolidava como um desafio para as autoridades públicas e era uma realidade perigosa para a população do Rio de Janeiro.

Um novo exemplo desse efeito trágico pode ser confirmado no relato elaborado pelo Corpo de Bombeiros sobre um incêndio ocorrido na Rua da Saúde (Sacadura Cabral). O prédio atingido havia sido subdividido em quatro segmentos, passando a abrigar um deles estabelecimentos comerciais, todos “térreos, de pequena frente e pouco fundo”, onde funcionavam alfaiataria, loja de fazendas, barbearia e açougue. Classificado pelo autor do relatório como “de construção ligeira”, o termo era associado a construções que tinham sido feitas de maneira improvisada, com muito madeiramento. Sendo um fator que, de acordo com narrativa dos incêndios elaborada pelos homens do Corpo de Bombeiros, “pode talvez explicar a violência quase irresistível com que irrompeu o fogo logo, ficando destruído o madeiramento os prédios números 189 e 191 e muito danificado os de número 93 e 95”.<sup>537</sup>

Mas que significado tinha a categoria “construções ligeiras”? O que eram essas construções? Que material era usado? Tido inicialmente como uma importante inovação na construção civil, o uso de madeira e zinco nas edificações de uso residencial, as “*casas-chalet*” surgiam como opção barata e rápida de moradia. Não tardaria para que os princípios de “construção ligeira” com madeira e zinco fossem aplicados a estabelecimentos comerciais muito difundidos nas ruas do Rio de Janeiro: os famosos quiosques. Esses tinham como características principais o espaço limitado e a variedade de produtos à venda, fatores que favoreceram sua rápida disseminação pelas calçadas da cidade. A descrição das “*casas-chalet*” e dos “quiosques” nos mostra que o termo

---

<sup>537</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-65, nº 341, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 26 de julho de 1892”.

“construções ligeiras” estava mais associado ao material usado do que às técnicas de edificação. Seja no modelo residencial, ou mesmo no comercial, a adaptação desses espaços, seu imprevisto quanto aos usos e os modos de ocupação, sobretudo de antigos imóveis, constituem-se como elementos comuns às duas modalidades.<sup>538</sup>

Em 1886, outra ocorrência levou os homens da Corporação a combaterem o incêndio à Rua da Imperatriz. Classificados pelos Bombeiros como prédios “térreos, frágeis e de pequenas dimensões”, o fogo teve início no de número 80, que abrigava à frente uma taverna e nos fundos uma espécie de hospedaria, que era usada como alternativa de pernoite por diversas pessoas. Propagando-se instantes depois para o de número 82, que era ocupado por Manoel Antonio Nogueira, com sua família, e com sua “oficina de marcenaria”.<sup>539</sup>

Em 1889, o prejuízo provocado pelo fogo destruiu uma “fábrica de desfiar fumos”, situada na Rua Senador Eusébio. O prédio térreo era “composto por um grande salão, onde funcionava a fábrica e nos fundos um sótão, [que] perdeu todo o telhado, ficando sob o entulho os gêneros do negócio e maquinários”. Mesmo ignorando as causas do sinistro, o relatório elaborado pelo Corpo de Bombeiros mostra como a estrutura do edifício favoreceu à propagação do fogo, que, tendo início no meio do grande salão, que não possuía paredes divisórias “para impedir ou demorar sua propagação”, permitiu a ação acelerada das chamas, espalhando-se rapidamente pela construção.<sup>540</sup>

Tanto no caso da fábrica de desfiar fumos, quanto no incêndio que atingiu a taverna, temos, então, uma vez mais, a evidência apontada pelo Corpo de Bombeiros da questão do uso múltiplo e simultâneo dos edifícios como uma realidade problemática das áreas centrais do Rio de Janeiro. Os trabalhadores que ali dormiam afirmaram terem sido despertados pelas chamas, temendo por suas vidas diante da ação impetuosa do fogo. Nos ambientes incendiados e dominados pelo excesso de fumaça, o calor intenso, os riscos da queda de escombros e todo tipo de insegurança, muitas vezes, alojavam-se trabalhadores e trabalhadoras que tinham como opção dormir nos locais de trabalho. Os registros de atendimentos do Corpo de Bombeiros nos mostram que se tratava de prática comum no

<sup>538</sup> RENAULT, Delso. *O Dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 77.

<sup>539</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-47, nº 152, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, de 9 de setembro de 1886”.

<sup>540</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-52, nº 72, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros, ao Ministro da Agricultura, de 4 de março de 1889”.

Rio de Janeiro, justificada pela intensa crise habitacional e a elevação dos custos gerais de vida, efeitos do acirrado *boom* populacional daqueles tempos.

Se nos estabelecimentos comerciais os prejuízos poderiam ser grandes, inclusive levando alguns proprietários à falência, podemos perceber que nos imóveis residenciais os problemas causados pelos incêndios apresentavam impactos desiguais para os moradores da cidade. Para as famílias pertencentes a classes sociais mais elevadas, o fogo poderia destruir residências e outros objetos, que em sua maioria estavam sob a guarda de empresas de seguros e que, portanto, eram passíveis de indenização. É o que nos ajuda a perceber o caso do incêndio que atingiu o prédio nº 1B, da Rua da Liberdade, na noite de 15 de março de 1908, exemplificando essas garantias proporcionadas pelas seguradoras. Propriedade de João Francisco Pinheiro, “que ali residia com sua família”, o prédio foi totalmente destruído pelo fogo e o sinistro não teve sua origem, ou causa, especificada no relatório do Corpo de Bombeiros. Todavia, o seguro, no valor de 2:000\$000 (dois contos de réis), na “*Companhia dos Varegistas*” [sic], garantia que os prejuízos fossem minorados.<sup>541</sup>

Por outro lado, para as famílias mais pobres, a destruição provocada pelo fogo poderia significar a perda dos poucos bens que haviam sido adquiridos com muito sacrifício ao longo de toda uma vida. Um bom exemplo é o sinistro que, pouco depois da meia-noite de 22 de outubro de 1883, teve origem no prédio da Rua da Alfândega, nº 85. No térreo da construção, havia um “negócio de couros e oficina de fazer chinelos” e o sobrado era ocupado como moradia “pelos empregados da casa” comercial. Na mesma rua, no nº 83, o sobrado de três andares foi muito destruído pelo fogo. Nele, o térreo era ocupado por um negócio de vinhos, no primeiro andar por depósito de fazendas e, nos andares superiores, “habitado por diversos”. Em pouco tempo e pela proporção que o fogo tomava, foi necessária a presença de homens e de material das Estações Oeste e Central. Ainda assim, de acordo com o documento expedido pelo Corpo de Bombeiros, os esforços não foram suficientes para conter as chamas, possibilitando que o fogo se comunicasse “pelos fundos dos prédios” com outros imóveis na Rua do Hospício. Ainda de acordo com o relato feito pelos militares, a cada instante “o incêndio progredira e

---

<sup>541</sup> AN, *Série Justiça*, II8-69, nº 157, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros da Capital Federal ao Ministro da Justiça, de 19 de março de 1908”. A *Gazeta de Notícias* (de 16 de março de 1908, p. 2), publicou versão diferente, afirmando que o imóvel pertencia a João Francisco Pinheiro, e era ocupado por “Harden Hannequim com sua senhora e uma cunhada”.

ameaçava destruir consideráveis valores, tomando então proporções de uma calamidade”.<sup>542</sup>

Em 11 de abril de 1885, outro incêndio, também ocorrido na Rua do Hospício, apresentou características semelhantes. Como outros na região, o prédio tinha em seu térreo uso comercial, com negócio de papel de impressão e de embrulho, e nos dois andares superiores servia de moradia para diversas famílias, que, como em outros casos semelhantes, perderam os únicos pertences conquistados por toda uma vida: seus objetos pessoais.<sup>543</sup>

A possibilidade de os proprietários das casas comerciais terem seus prejuízos cobertos pelas empresas de seguros que operavam na cidade, é um elemento em comum nessas ocorrências. Enquanto isso, para as diversas famílias pobres, que se espremiavam nos andares superiores dos edifícios, a destruição provocada pelo fogo tinha como uma das consequências a perda de objetos pessoais como “roupas e mobílias” sem direito a nenhum tipo de ressarcimento ou indenização. Ou seja, para os mais pobres as consequências eram maiores e mais graves, pois, além de não terem mais onde morar e de quase sempre perderem o pouco que possuíam, eram eles os que tinham suas vidas mais expostas aos perigos provocados pelos incêndios.

## 6.2. Correndo muitos riscos

A cidade do Rio de Janeiro, na virada dos séculos XIX e XX, era em grande medida uma cidade acanhada, mesmo que grandes transformações urbanísticas viessem paulatinamente imprimindo-lhe novas feições, fundamentalmente, a *urbe* carioca mantinha sua estrutura sob o modelo colonial luso, constituído por estreitas vielas e casario simples. A composição dos imóveis existentes nas áreas centrais do Rio de Janeiro, entre fins do século XIX e inícios do século XX, possibilitava que os sinistros provocados pelo fogo tivessem fortes impactos sobre a população mais pobre, que tinham nas casas de cômodo, cortiços e outros tipos de habitações coletivas a única alternativa frente à realidade de crise habitacional gerada pela explosão demográfica e pela carestia dos preços nos aluguéis, transportes e do custo de vida em geral.

<sup>542</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 230, “Ofício da Diretoria Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 23 de outubro de 1883”.

<sup>543</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-44, nº 63, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, 12 de abril de 1885”.

O texto clássico sobre as habitações coletivas, escrito por Backeuser e publicado em 1906, descreve um desses modelos habitacionais como sendo:

[...] prédios grandes ou mesmo pequenos, com divisões de madeira, cujos aposentos são alugados com ou sem mobília, por tempo indeterminado, a indivíduos solteiros, de qualquer sexo, e a pequenas famílias de diversas classes sociais, quase sempre em más condições de higiene e asseio, onde não se encontra o dono ou seu principal responsável, ficando assim completamente abandonadas. Têm aparelhos sanitários em número insuficiente e quase sempre sem banheiro.<sup>544</sup>

O texto do Decreto número 391, datado de 1903, detalha condições impostas aos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro, nos permitindo avaliar um pouco dos riscos que as habitações coletivas ofereciam para seus moradores e os grandes desafios que os homens do Corpo de Bombeiros encontravam no exercício de seus trabalhos de combate aos incêndios. No texto, a habitação coletiva é assim definida:

geralmente constituído por **pequenos quartos de madeira ou de construção ligeira**, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum.<sup>545</sup>

As habitações populares, tão presentes no cotidiano carioca e que igualmente está presente nos relatórios de atendimentos dos bombeiros, foram também objeto dos principais escritores da virada do século. Seja nas crônicas ou romances, os textos literários reúnem informações que nos ajudam a conhecer as feições cariocas e em muito podem contribuir como testemunhos históricos, de modo a entendermos as dinâmicas de trabalho do Corpo de Bombeiros, com seus desafios e tensões, e as condições a que estava submetida a classe trabalhadora carioca.

Entendendo os textos literários como rica fonte para o fazer historiográfico, inserindo-os “no movimento da sociedade” e em suas múltiplas dinâmicas, tomo as narrativas literárias sob uma perspectiva historicista. Ou seja, em um exercício que, fazendo uso da literatura, consiste em “destrinchar não a sua suposta autonomia em

<sup>544</sup> BACKEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao exmo sr. dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 105. Apud: AQUINO, Lia de. *Contribuições ao estudo das habitações populares*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995, p. 137.

<sup>545</sup> Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903, Art. 27. Apud: AQUINO, Lia de. *Contribuições ao estudo das habitações populares*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995, p. 134. [Grifos meus].



relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social”.<sup>546</sup>

Na crônica de João do Rio intitulada “Sono Calmo”<sup>547</sup>, o *flâneur* carioca afirma ter recebido convite de um delegado da polícia para visitar moradias populares na direção da Rua da Misericórdia. Denominadas pelo autor como “círculos infernais”, eram habitadas pela população mais pobre da Capital Federal, e eram descritas pelo literato como sendo “casas de um pavimento só, de dois, [ou] de três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões”.

Esses “zungas”, nome dado a esses tipos de “hospedarias baratas”, estavam espalhadas por diferentes áreas da cidade e, de acordo com João do Rio, eram comumente associadas à presença de “gatunos” e a outros sujeitos socialmente marginalizados, sendo considerados focos de criminosos e outros elementos de comportamento moral desviante.<sup>548</sup>

Ao baterem à porta de um desses lugares, a comitiva foi recebida pelo encarregado do estabelecimento: um homem “corpulento, de camisa de meia, [que] esfregou os olhos, deu força ao bico de gás, encostou-se à mesa forrada de jornais, onde se alinhavam castiçais”. Após verificarem o livro de registros, seguiram sua vistoria aos cômodos do imóvel. Sigamos o relato de João do Rio:

Começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus.

(...) Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas e antigas e lençóis por onde corriam percevejos.<sup>549</sup>

Ainda que a descrição realizada por João do Rio possua considerável carga moralista, como, por exemplo, a promiscuidade fosse identificada por ele como comuns

<sup>546</sup> CHALHOUB, Sidney. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.7.

<sup>547</sup> Uma versão preliminar da crônica foi originalmente publicada na *Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1904, p. 1, sob o título “No sono da Miséria”.

<sup>548</sup> RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas: crônicas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 120-121.

<sup>549</sup> *Ibid.*, p. 121.

aos zungas e associada à causa dos principais problemas desses espaços, percebemos que seu texto nos ajuda a compor o mosaico da situação vivida pelos trabalhadores pobres no interior da grande maioria das casas de cômodo, cortiços, hospedaria e outras formas de habitação coletivas. Mais especificamente, sua descrição diz respeito a hospedarias em que homens e mulheres poderiam pernoitar gastando pouco e muitos são os elementos de sua narrativa nos quais ecoam aspectos que estão presentes no relatório de Backeuser e no Decreto nº 391. Especialmente ao destacar o tipo de construção, João do Rio descreve aqueles espaços divididos por “marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda”, como hermeticamente fechados, ou seja, eram ambientes com acessibilidade comprometida, em que a iluminação e a ventilação eram quase inexistentes, cujas condições higiênicas deixavam muito a desejar.

Na crônica intitulada *Casas de Cômodo*, o escritor Aluísio Azevedo nos explica como a questão habitacional era extremamente tensa para a classe trabalhadora do Rio de Janeiro.

(...) na Capital Federal há mais quem habite do que onde habitar, começou logo a entrar-lhe pela casa, à procura de cômodos, uma interminável procissão de desamparados da sorte e de magros lutadores pela vida, que lhe foram enchendo surdamente, do primeiro ao último, os numerosos quartos.<sup>550</sup>

Azevedo indica que a escassez de habitações passava a ser encarada como um grave problema, pois maior era o número de trabalhadores em busca de moradia. O próprio escritor conhecia bem a realidade vivida nesses espaços coletivos. Vivendo em habitações coletivas, Aluísio Azevedo conhecia a precariedade e os riscos a que os moradores das casas de cômodos estavam submetidos em fins do século XIX.<sup>551</sup> Assim como João do Rio, o escritor maranhense elenca as profissões daqueles que faziam uso de espaços pouco maiores que “uma sepultura” nas hospedarias, casas de cômodos e outras variações de habitações coletivas:

Mais houvesse, e não faltariam para os ocupar estudantes pobres, carteiros e praticantes do correio, repórteres de jornais efêmeros, moços de botequim, operários de todas as profissões, comparsas e figurantes de teatro, pianistas de contrato por noite, cantores de igreja, costureiras sem oficina, cigarreiros sem fábrica, barbeiros sem loja, tipógrafos, guarda-freios, limpa-trilhos, bandeiras de bondes, enfim toda essa pobre gente, rara quem se inventaram os postos mais ingratos na luta

<sup>550</sup> Publicada originalmente em *A Notícia*, 2 de janeiro de 1886, AZEVEDO, Aluísio de. *O touro negro (crônicas e epistolário)*. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia., 1944 (2ª ed.), p. 56. [p.55-63].

<sup>551</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013, p. 411-413.

pela vida, os mais precários e os mais arriscados; essa gente que em tempo de paz morre de fome, e em tempo de guerra dá de comer com a própria carne às bocas de fogo das baterias inimigas.<sup>552</sup>

Em outra obra clássica escrita por Aluísio Azevedo, toda essa “pobre gente” que estava envolvida com as mais diferentes ocupações e, por vezes, com nenhuma, coabitavam *O Cortiço*. Publicada originalmente em 1890, o livro utiliza a perspectiva naturalista e tem seu texto fortemente permeado por preconceitos que reforçam uma série de estereótipos contra a população negra, mestiça e pobre. Ao narrar o cotidiano dos moradores daquela habitação coletiva, Azevedo reforça a associação desses tipos de moradia com a proliferação de epidemias de doenças como a cólera e a febre amarela, ou ainda como sendo focos de desordem social, por abrigarem e reunirem gatunos, vadios, prostitutas, vagabundos e marginalizados de todo tipo, tidos como potencialmente perigosos.

Assim como a realidade presenciada cotidianamente nas ruas do Rio de Janeiro, a escrita de Azevedo está permeada por porosidades, transparecendo aspectos diferentes daqueles construídos e idealizados pela sociedade burguesa sobre os mais pobres e seus locais de convivência. Desse modo, nas páginas de *O Cortiço* notamos a pluralidade de sujeitos entre aqueles que habitavam o *Carapicus*, que em muito contrastavam com o perfil marginalizado comumente empregado aos ocupantes das habitações coletivas. Para o autor do romance, os cortiços eram locais de moradia de operários, capoeiras, comerciantes, lavadeiras, quitandeiras, mascates e vagabundos, mães de família e prostitutas, que juntos compartilhavam muito mais do que o espaço de moradia, mas também sonhos, expectativas e aspirações.

A escolha dos personagens e o desenrolar da trama são indícios da observação e emulação do social no texto. Como exemplos, temos o imigrante português João Romão, que “dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha”, comerciante ganancioso e inescrupuloso que ascendeu socialmente. Há também a quitandeira de nome Bertoleza, “crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora”, que sonhava com sua alforria e personificava a mulher ideal: ingênua, trabalhadora e submissa. Já a Rita Baiana, encarnava a sensualidade da mulata. E por fim, para evitarmos mais delongas, Firmo, definido pelo autor como “um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um

---

<sup>552</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O touro negro* (crônicas e epistolário). Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia., 1944, p. 56.

cabrito”.<sup>553</sup> Azevedo busca referências em tipos muito comuns do imaginário social carioca para construir os personagens do seu romance. O próprio título escolhido por Azevedo, *O Cortiço*, faz referência a essa realidade comum da paisagem do Rio de Janeiro, do mesmo modo que, em grande medida, as situações narradas por ele são comumente vivenciadas pelos residentes dos cortiços, e outros tipos de habitação coletiva espalhadas pela cidade.<sup>554</sup>

Ao narrar o incêndio n’*O Cortiço*, Aluísio Azevedo expõe o grande alvoroço provocado nos moradores da precária habitação, percebemos que o escritor maranhense buscou elementos que possibilitassem explorar as fronteiras da realidade e da ficção, para isso mobilizou inúmeras informações fortemente presentes na realidade social cotidiana de seus leitores. No episódio do incêndio, o autor nos transmite a ânsia vivida por aqueles “homens e mulheres que corriam de cá pra lá com os trecos ao ombro”. Em meio ao corre-corre das pessoas, que para ele era como uma “balbúrdia de doidos”, o autor descreve a reação dos moradores do cortiço *Carapicus* na tentativa de

salvar os miseráveis bens que possuíam sobre a terra (...)  
O pátio e a rua enchiam-se agora e camas velhas e colchões espocados.  
Ninguém se conhecia naquela zumba de gritos sem nexos, e choro de  
crianças esmagadas, e pragas arrancadas pela dor e pelo desespero.  
(...) E começou a aparecer água. Quem a trouxe? Ninguém sabia dizê-  
lo; mas viam-se baldes e baldes que se despejavam sobre as chamas.  
Os sinos da vizinhança começaram a badalar.  
E tudo era clamor.<sup>555</sup>

Todo o tumulto revela a experiência vivida pelos moradores daquele cortiço, fortemente marcada por laços de solidariedade, que se concretizavam nos esforços usados para debelar o fogo e salvar os bens dos moradores. Em muitas ocorrências, o fogo podia ser atacado por populares que ali se encontravam, sem que o Corpo de Bombeiros chegasse a prestar atendimento. Como noticiou o *Jornal do Commercio*, quando do princípio de incêndio que se manifestando no prédio da Rua da Misericórdia, nº 75, e que “foi extinto dentro de meia hora por diversas pessoas da vizinhança, coadjuvadas por um cabo do 1º batalhão de infantaria, e um soldado do 7º da mesma arma”.<sup>556</sup>

<sup>553</sup> Idem. p. 44; 56

<sup>554</sup> Estudos têm apontado para um aumento considerável no número de cortiços, e habitações coletivas, na cidade a partir de meados do século XIX. Fenômeno atribuído a elevação número de imigrantes (sobretudo portugueses), assim como nas “situações nas quais os escravos obtinham a autorização para ‘viver sobre si’”. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*, p. 27.

<sup>555</sup> AZEVEDO, Aluísio de. op. cit., p. 170.

<sup>556</sup> *Jornal do Commercio*, 29 e 30 de março de 1880, p. 1.

Em outros casos, depois da ação de populares, a presença e o atendimento dos homens do Corpo de Bombeiros poderiam ser feitos de forma tardia. É o que vemos no incêndio que, na madrugada de 16 de maio de 1882, atingiu a confeitaria que funcionava à Rua Visconde de Rio Branco, em que “o fogo foi extinto pelos empregados da confeitaria, cabendo ao Corpo de Bombeiros ultimar esse serviço com uma pequena bomba de mão”.<sup>557</sup> Ou seja, a atuação rápida dos empregados conseguiu evitar que o incêndio prosseguisse causando prejuízos materiais ao estabelecimento.

Seja na crônica de João do Rio, ou no romance de Aluísio Azevedo, vislumbramos o cotidiano de lutas desses moradores e percebemos o quanto eles tinham suas vidas postas em risco devido às péssimas condições de salubridade, segurança e, também, pela ação violenta do próprio Estado, por exemplo no controle social exercido na repressão policial nas habitações coletivas remoção.<sup>558</sup>

Na noite de 30 de março de 1890, um incêndio destruiu a residência situada à Rua da Quinta Imperial, ocupada por Porfírio José da Costa e família. De acordo com as informações fornecidas pelos homens do Corpo de Bombeiros, a destruição provocada pelo fogo foi favorecida pelo material empregado na construção do prédio, que era uma “construção de taboas e de pequenas dimensões” que, por conta da intensidade das chamas, pouco da construção pode ser salva. Mesmo tendo a Corporação prestado o atendimento com certa agilidade, “em poucos instantes [o prédio] ficou completamente destruído, salvando-se, porém, todas as pessoas que nele se achavam”.<sup>559</sup>

O imóvel incendiado na Rua da Quinta Imperial tinha como características ser uma construção de tábuas e de pequenas dimensões. Uma casa simples, que como tantas outras habitações populares, contavam com muita madeira em sua constituição, que acabava por contribuir para que os incêndios se propagassem com intensidade e rapidez.

A madeira era o um material muito usado nessas construções, por poder ser facilmente adquirido e permitir agilidade em seu manuseio, além de poder ser aplicada em todo o edifício, inclusive nas áreas externas. Porém, seu uso no interior se dava principalmente por permitir que fossem feitas divisórias entre os espaços ocupados pelas famílias nas casas de cômodo e habitações coletivas. Permitindo que a ocupação fosse

---

<sup>557</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-38, nº 95, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, 16 de maio de 1882”.

<sup>558</sup> Sobre a ação policial contra as classes populares ver BRETAS, Marcos Luiz. *Guerra das Ruas: povo e polícia do Rio de Janeiro* (1889-1907). Especificamente sobre a repressão aos cortiços e habitações coletivas, ver capítulo “Cortiços” em CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Op cit, 1996.

<sup>559</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-56, nº 109, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, 31 de março de 1890”.

feita de forma improvisada, em ambientes com pouquíssima ventilação, com pouco acesso à luz natural e com a ausência de locais adequados para o preparo das refeições. Assim, temos os ingredientes para que acidentes com uso de velas e demais formas de manipulação de fogo pudessem ocorrer. Desenhava-se assim o cotidiano de exclusão social que atingia, sobretudo, os moradores dessas habitações coletivas, que, diante da super concentração desses espaços, enfrentavam riscos com a proliferação de doenças e as dificuldades de circulação das pessoas, que no caso dos incêndios poderia dificultar tanto o acesso ao socorro, quanto à fuga das vítimas.

Além das dimensões do local incendiado e do material aplicado nas construções, a escrituração do Corpo de Bombeiros aponta para a presença de outros ingredientes capazes de favorecer a destruição pelo fogo. O caso do incêndio que atingiu o imóvel localizado à Rua São Francisco da Prainha, “na qual era estabelecido José Gonçalves de Araújo Bastos, com taverna na frente e casa de pasto nos fundos” nos ajuda a perceber melhor isso. O sinistro teve início com a explosão provocada por uma vela acesa que, por descuido de um dos caixeiros, caiu no canteiro das pipas que continham líquido inflamável. O prédio, “bastante velho e de fraca construção, ficou destruído” pela ação das chamas.<sup>560</sup>

Temos novamente a categoria como essencial para a explicação do sinistro. Ao descrever o prédio como “bastante velho”, e reforçar que ali se armazenava “líquido inflamável”, a instituição destaca fatores externos como limitadores do trabalho de seus homens. Denunciando os ingredientes que colocavam em risco a própria a segurança da população carioca que estava constantemente exposta a grandes riscos, por conviver com a presença constate de agentes inflamáveis de forma disseminada e sem regulação por parte do poder público.

O descuido na utilização de velas deu origem a outro sinistro com características semelhantes atendido pelos homens da Corporação em fins de maio de 1885. O prédio incendiado, sob o nº 92, da Rua Sete de Setembro, era térreo e abrigava, na parte de frente, um depósito de vinhos pertencente a Antonio dos Santos Maranguaia. Nos fundos, servia de moradia para sua família.

É o próprio Maranguaia quem explica ao relator do Corpo de Bombeiros a origem do incêndio:

---

<sup>560</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-36, nº 21, “Ofício da Diretoria Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, 14 de fevereiro de 1881”.

Que tendo acordado às 3 horas [da madrugada] viera para o armazém tirar contas. Para isto acendera uma vela que colocou sobre a escrivaninha e abrindo esta para tirar papeis, caíra a vela sobre um garrafão contendo espírito de vinho que incendiou-se passando as chamas a outras substâncias combustíveis que logo arderam.<sup>561</sup>

Vemos que, no caso do incêndio ocorrido na Rua Sete de Setembro, o descuido com o uso da vela, item essencial para a iluminação interna de tantas residências e estabelecimentos comerciais no Rio de Janeiro, provocou prejuízos ao estabelecimento e ofereceu riscos à segurança de sua família, que residia no mesmo prédio.

A narrativa sobre outro sinistro, atendido na Rua Luiz Gonzaga explicita novamente esses perigos, além da reunião de outros elementos favorecedores de sinistros. De acordo com o texto, o “incêndio [foi] originado pela explosão de querosene [que] lavrou com a maior violência dominando logo todo o sobrado nº 18, onde teve começo, e ia-se propagando para as contíguas casas térreas, nº 16 e 20”. Como explicação para “a rapidez e a violência” com que o fogo se alastrou sobre os imóveis, o relator tece alguns comentários que cabem ser citados aqui de forma detalhada. De acordo com o texto, a propagação teve como responsáveis não somente a presença de inflamáveis,

como também a serem as construções ligeiras, com divisões internas interiores de madeira, tudo muito seco e aquecido pelo sol intenso que há muitos dias sofremos e que ontem esteve ardentíssimo. De mais, tanto o sobrado como os prédios vizinhos são muito antigos e de madeiramento já estragado pelo tempo.<sup>562</sup>

Observemos que novamente o relatório da Corporação classifica os prédios como sendo “muito antigos” e de “construções ligeiras”; que tinham em sua composição “madeiramento já estragado pelo tempo”. Ao combustível inflamável e ao madeiramento velho foram somadas as condições naturais da cidade, onde o sol intenso ampliou o potencial de combustão e de destruição do prédio.

Na Rua dos Inválidos, outro incêndio, classificado pelos homens do Corpo de Bombeiros como “violento”, atingiu o sobrado de um andar e novamente evidenciou os perigos decorrentes da presença de produtos inflamáveis nas residências. O fogo teve origem na explosão de uma lata de querosene dentro da cozinha da casa, que ficava no segundo andar do prédio, onde Edgar Barbosa Romeu vivia com sua família. O incidente se deu quando a criada da família, que estava na cozinha com sua filha de seis anos de

<sup>561</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-44, nº 93, “Ofício da Diretoria Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 29 de maio de 1885”.

<sup>562</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-63, nº 131, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros, de 14 de março de 1892”.

idade, fazia suas tarefas. Com a explosão provocada pelo fogo, a criança saiu gravemente queimada, assim como sua mãe, que “se queimou nas mãos quando procurava abafar o fogo que incendiava as vestes” de sua filha.<sup>563</sup>

Temos neste caso, como elemento principal do sinistro, a presença do querosene, combustível que teve seu uso extremamente vulgarizado, nos mais variados tipos de estabelecimentos do Rio de Janeiro da segunda metade dos Oitocentos. O combustível, que teve sua origem com a descoberta do petróleo, nos Estados Unidos, passou a ser muito difundido nas residências brasileiras por possuir uma chama mais intensa e mais limpa do que as velas. Mesmo no Rio de Janeiro, que no período já dispunha de vasta rede de distribuição de gás, o querosene era majoritariamente utilizado para alimentar os lampiões usados na iluminação de espaços internos. Como observa Ferreira, na iluminação de logradouros e espaços públicos – como teatros, grandes centros comerciais e ambientes de grande porte – o uso do gás havia conquistado forte adesão, o mesmo não acontecia nas residências, pois, além dos elevados custos e complexidade de instalação, esbarrava ainda no receio de utilização do gás em interiores, impedindo assim sua aceitação nesses ambientes.<sup>564</sup>

Em outros casos atendidos pelos Bombeiros, percebemos que os riscos dos usos do querosene não estavam restritos ao ambiente interno das residências. É exemplo do sinistro envolvendo o vagão de um dos trens da Estrada de Ferro D. Pedro II, que estava carregado de querosene com destino a Minas Gerais, e que ao arder em chamas ameaçava propagar-se para outras composições estacionadas na estação, principalmente por que alguns desses trens possuíam em seu interior “grande quantidade de pólvora e dinamite”.<sup>565</sup> Ou ainda o caso do incêndio que atingiu o barracão situado à Rua Boulevard (Vinte oito de Setembro) nº 76, em Vila Isabel. Descrito pelos militares da Corporação como sendo “térreo, construído todo em madeira e coberto de zinco”, o espaço era utilizado “para diversões populares (Teatro)”. O fogo teve início quando o paisano Antonio Xavier Alhadas acendeu um fósforo e “inadvertidamente o atirou para o lado, caindo sobre uma lata de querosene”.<sup>566</sup>

<sup>563</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-70, nº 634, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros da Capital Federal ao Ministro da Justiça, de 7 de dezembro de 1908.

<sup>564</sup> FERREIRA, Milton Martins. *A evolução da iluminação na cidade do Rio de Janeiro: contribuições tecnológicas*. Rio de Janeiro: Synergia: Light, 2009, p. 43-50.

<sup>565</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-47, nº 202, “Ofício da Diretoria Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 16 de dezembro de 1886”.

<sup>566</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-52, nº 56, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, 18 de fevereiro de 1889”.



Tanto no caso do vagão carregado de querosene, quanto no incêndio do barracão que abrigava um teatro em Vila Isabel, percebemos que, mesmo fora de casa, o fogo, potencializado por outros elementos inflamáveis, não apenas se constituía como risco para a vida dos cariocas, como também desafiava a capacidade operacional do Corpo de Bombeiros.

Em 1887, o fogo que começou no prédio de nº 4, da Rua Barão de Itapagipe, onde funcionava uma taverna, e que atingiu o prédio vizinho causando muitos prejuízos, contou com a soma de material inflamável e o descuido de um dos caixeiros do negócio. Ambos os edifícios eram “térreos, pequenos e de construção ligeira, paredes de frontal, tanto as externas como as internas” e, de acordo com as informações colhidas pelos bombeiros, a ocorrência se deu quando

um caixeiro ouvindo o barulho de garrafas caídas, fora à venda e acendendo uma vela para verificar o que ocorria, atirou o fósforo no assoalho, vendo imediatamente lavrar o incêndio: era o querosene extravasado das garrafas quebradas que ardia.

Não houve tempo de salvar coisa alguma, e mesmo da casa vizinha muitos trastes se perderam devido a rapidez da marcha do fogo e a fragilidade dos prédios.<sup>567</sup>

Em outra taverna, em um incidente semelhante, o fogo provocou a destruição completa de um prédio. Dessa vez o negócio estava localizado na Rua Estreita de São Joaquim e contou mais uma vez com um gesto de descuido de um dos sócios do estabelecimento, de nome Manoel Antonio de Oliveira, que dormia no local, e relatou aos bombeiros que

pouco depois da meia noite, sentiu barulho proveniente de garrafas caídas da prateleira e, acendeu uma vela para reconhecer o que seria, atirou o fósforo ainda em ignição sobre um garrafão de espírito de vinho que antes havia enchido.

A explosão foi imediata e as chamas, conforme diz o mesmo Oliveira, invadiram logo toda a loja.

O incêndio lavrou com suma rapidez e intensidade devido a natureza do prédio, casa térrea bastante velha, e a grande quantidade de espírito de vinho e querosene com que foi sempre alimentado a ponto de, na rua, a água que vinha do entulho do prédio incendiar-se ao passar por baixo da caldeira da bomba a vapor.<sup>568</sup>

<sup>567</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-49, nº 223, “Ofício da Diretoria Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 27 de outubro de 1887”.

<sup>568</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-35, nº 212, “Ofício da Diretoria Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 13 de novembro de 1880”.

O prédio em que funcionava a taverna da Rua Barão de Itapagipe era “pequeno” e de “construção ligeira”, já a outra taverna é descrita como possuidora de uma “natureza” favorável ao sinistro, ou seja, era “bastante velha”, com madeiramento seco e antigo. Os homens do Corpo de Bombeiros tinham como dificuldade extra em seu trabalho a presença de material inflamável: grande quantidade de querosene e vinho depositados no estabelecimento, o que possibilitou que o fogo fosse “sempre alimentado” pelo combustível de modo que a água que escorria dos escombros seguia tomada pelo fogo.

Ocorrências que tinham o descuido (por vezes nos levando a suspeitar de certa intencionalidade) da população carioca como verdadeiro protagonista do desastre também eram comuns no serviço dos Bombeiros. Como podemos perceber no atendimento prestado pela Corporação na noite de 6 de fevereiro de 1885, quando o homens da Corporação foram acionados para combater um incêndio na Rua do Ouvidor. O fogo se manifestou “por baixo da escada que dá entrada para o sobrado, ignora-se a causa, supondo-se, entretanto, que fora devido a descuido”.<sup>569</sup> Em outro caso, registrado em 1º de outubro de 1891, os Bombeiros se apresentaram para o combate ao fogo que destruíra prédios na Rua Monte Alegre. A origem do incêndio se deu no prédio que servia de residência para Manoel Ribeiro Pinheiro com sua família, quando “devido a[o] descuido de um criado menor da casa nº 17 que tendo ido com uma vela acesa a um armário no sótão buscar um xale de lã descuidou-se e a chama d’essa vela comunicou-se às peças de roupa depositadas aí”.<sup>570</sup> Em 1883, foi a vez da preta de nome Luiza protagonizar a ocorrência atendida pelos Bombeiros. A casa em que trabalhava como criada, propriedade de Thereza de Azevedo Castro, sofreu estragos pela ação do fogo que teve também como origem o descuido da criada, ao ir até a dispensa da residência buscar alguns gêneros, conclui o relatório oficial de atendimento do sinistro, “supondo-se que a vela que levava na mão ateasse fogo a algum pano produzindo horas depois o incêndio”.<sup>571</sup> Em ambas as ocorrências, ao utilizarem uma vela de modo displicente, os criados da casa provocaram graves incêndios, levando aos proprietários prejuízos materiais, como também colocando em grandes riscos suas próprias vidas e a de outros.

<sup>569</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-44, nº 27, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 7 de fevereiro de 1885”.

<sup>570</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-62, nº 355, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 2 de outubro de 1891”.

<sup>571</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 233, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 26 de outubro de 1883”.

Em outra ocasião, na madrugada de 15 de março de 1881, os homens do Corpo de Bombeiros receberam solicitação de atendimento no prédio de nº 10 da Rua Visconde de Maranguape. No relatório do sinistro, os militares concluíram que o foco do incêndio se deu em um *chalet* construído, com muita madeira, nos fundos do prédio. Lá, estavam depositadas algumas “roupas, duas caixas de vinho e alguns livros”. Havia ainda um colchão, onde os Bombeiros localizaram o corpo carbonizado da única vítima, “o preto Honório, escravo do desembargador Daniel Accioli de Azevêdo”. Classificado pelo relator como “infeliz que apesar de moço e robusto não pôde escapar-se pela escada, ou fugir por uma das janelas que dão para o quintal”. Segundo os Bombeiros, ao chegarem ao local do sinistro, todo o *chalet* estava tomado pelas chamas, levando-os a supor que “o fogo [havia] se contaminado às caixas de vinho que derramado pelo assoalho tornou fácil e rápida a propagação das chamas”. A investigação realizada pelo Corpo de Bombeiros apontou para o disparo de “alguma ponta de cigarro ou, o que é mais provável, uma vela deixada junto ao colchão do leito de Honório, cujo cadáver foi encontrado no meio do entulho, completamente carbonizado e daí retirado por praças do Corpo”.<sup>572</sup>

Na ocorrência descrita, há um ecoar de situações e elementos apresentados anteriormente. A natureza da construção rica em madeira se soma à presença de material de fácil combustão e produtos inflamáveis. Por distração ou descuido, o escravo que dormia no *chalet* terminou vitimado pelas chamas, ou seja, para o preto Honório o fogo deixou de ser um risco e se concretizou em perigo real.

Além da natureza antiga das construções, do material aplicado nelas, da presença de substâncias inflamáveis e do descuido no manuseio das chamas, as chaminés foram motivos de grande preocupação não só para a população como também para os bombeiros e para o poder público. Os relatórios apresentados anualmente pelo comando do Corpo de Bombeiros evidenciam como essa modalidade de incêndio merecia atenção especial daqueles responsáveis pela gestão da cidade. Desde os primeiros relatórios, em 1857, os dados indicam que havia esforço e preocupação dos militares em classificar e acompanhar os incêndios registrados em “chaminés” ou “por excesso de fuligem”. Os registros em que os incêndios eram provenientes das chaminés respondiam por uma parcela significativa dos números totais atendidos pela corporação, motivando preocupação nos gestores públicos e moradores da cidade.

---

<sup>572</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-36, nº 38, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, 16 de março de 1881”.

Por serem instrumentos essenciais para o funcionamento das cidades brasileiras, as chaminés podem ser facilmente encontradas na paisagem dos centros urbanos. Quando tomamos os retratos do Rio de Janeiro da virada do século, facilmente podemos notar essa presença difundida, mas que pode passar despercebida ao observador contemporâneo.

Na Figura 43, em que o fotógrafo espanhol Juan Gutierrez capturou a paisagem das imediações da Igreja de São Francisco de Paula, notamos a presença de chaminés dos mais diferentes tamanhos sobre o casario da região central carioca, essenciais para a realização de atividades cotidianas, como auxiliar no preparo de alimentos e a produção de algumas manufaturas. O que fazia delas instrumentos extremamente comuns às residências e a estabelecimentos comerciais e industriais.



Figura 43. GUTIERREZ, Juan. Igreja de São Francisco de Paula, 189? No detalhe, as chaminés do casario, (Sépia, 18 x 26 cm). Acervo do Museu Histórico Nacional - RJ. Disponível em: <http://bit.ly/2pwe62A>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Agentes da administração pública tentaram regulamentar o uso das chaminés nos prédios da cidade. Em 1857, por exemplo, o engenheiro militar Manoel da Cunha Galvão, responsável pela diretoria de Obras Municipais da Corte, por exemplo, enviou ofício para a Câmara Municipal aconselhando que os camarários criassem algum dispositivo que pudesse servir como medida preventiva aos frequentes casos de incêndios, que eram motivo de apreensão.

Os incêndios têm se repetido frequentes vezes nesta capital, cumpre acautelar e empregar os meios que forem condizentes a diminuir a sua repetição. Um destes meios consiste em proceder periodicamente a limpeza das chaminés, lembrava pois a Vv. Ss. que formassem uma

postura obrigando os proprietários a mandarem limpar as chaminés das suas casas uma vez anualmente.<sup>573</sup>

A recomendação feita pelo engenheiro era para que a Câmara Municipal “empregasse os meios” que, de algum modo, reduzissem o número elevado de ocorrências daquele tipo. Sendo assim, caberia aos camarários elaborarem postura municipal que versasse sobre a limpeza das chaminés, de modo a obrigar os munícipes a proceder preventivamente. Anos mais tarde, a medida foi atendida pela Câmara da Corte, e a postura aprovada pelos legisladores obrigava aos residentes dos imóveis na Corte a executarem manutenção nas chaminés semestralmente. Cabendo ao fiscal do distrito em que o imóvel estava localizado a notificar ao “proprietário ou inquilino dessa omissão”, tendo o infrator um prazo de oito dias para que a manutenção pudesse ser realizada. Se ao fim desse tempo ainda assim a violação da postura perdurasse, caberia ao fiscal convidar testemunhas, “dois cidadãos da vizinhança”, para acompanhá-lo da realização de “precisos exames”. Sendo confirmada a infração, seguia-se a aplicação da “multa de 10\$ [dez mil-réis], sendo o duplo [do valor] na reincidência”.<sup>574</sup>

Outras posturas municipais publicadas em anos posteriores buscaram aprimorar o mecanismo de prevenção de sinistros que tiveram como origem a ação do fogo nas chaminés. Buscou-se punir de forma mais incisiva com “multa de 30\$ [trinta mil-réis] aos moradores dos prédios em que se derem incêndios por falta de limpeza de chaminés”<sup>575</sup> e foi criado um cronograma de limpeza das chaminés nas residências situadas em cada uma das freguesias, uma espécie de escala, de modo a facilitar a ação dos fiscais, concentrando-se nas regiões em que o prazo tivesse acabado.<sup>576</sup>

Com o aumento progressivo dos registros envolvendo as chaminés, ao longo da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a preocupação dos gestores públicos com esse tipo de ocorrência se manteve. A partir de 1868, por exemplo, observando os saberes e habilidades acumulados pelos homens da Corporação com a atuação cotidiana na realização de trabalhos de combate aos incêndios, o diretor-geral do Corpo de Bombeiros autorizou que os bombeiros realizassem a limpeza das chaminés nos

<sup>573</sup> AGCRJ, Códice 44.4.26, *Série Incêndios*, Ofício de 27 de agosto de 1857.

<sup>574</sup> CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, *Postura Municipal*, 26 de Outubro de 1867. O texto na íntegra foi publicado em “Editais”, *Correio Mercantil*, 3 de dezembro de 1867, p. 3

<sup>575</sup> CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, *Postura Municipal*, 23 de abril de 1870. O texto na íntegra foi publicado em “Editais”, *Diario do Rio de Janeiro*, 3 de março de 1874, p. 4.

<sup>576</sup> CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, *Postura Municipal*, 10 de fevereiro de 1874. O texto na íntegra foi publicado em “Editais”, *Diario do Rio de Janeiro*, 3 de março de 1874, p. 4.

imóveis privados. Como forma de gratidão, o proprietário poderia efetuar uma doação ao Corpo de Bombeiros, de modo a colaborar pelo trabalho realizado.

Ao escrever sobre o tema, o diretor-geral avalia de forma positiva aquela iniciativa:

Tem isto produzido efficacíssimo resultado não só pelo pequeno lucro que daí cresce para as praças, como por ser um preservativo com o qual tem diminuído muito número de incêndios, como se vê das estatísticas dos anos passados comparada com a do atual. Ainda assim tem corrido o Corpo para extinguir incêndios ocasionados por excesso de fuligem nas chaminés, o que prova o grande desleixo de certos inquilinos, que parece não recear ver a casa arder, a mandar chamar praças deste Corpo e encarregá-las de limpar a chaminé, desleixo ainda mais imperdoável, por ser este trabalho feito gratuitamente para pessoas que não podem pagar.<sup>577</sup>

Para o diretor-geral do Corpo de Bombeiros, mesmo estando à disposição dos cariocas o trabalho preventivo de limpeza das chaminés, os casos surgidos apontam para “grande desleixo” de parte da população que não se preocupava em colaborar. O tom de crítica foi mantido pelo militar igualmente em seu Relatório enviado ao ministro da Agricultura, em 1873, sendo a falta de consciência de alguns cariocas apontada por ele como o principal elemento capaz de explicar a continuidade dos casos de incêndios nos imóveis a partir de chaminés, uma vez que alguns moradores não adotavam a prevenção como medida eficaz contra os sinistros.<sup>578</sup>

No relatório do ano seguinte, o militar voltou a reforçar aquele como sendo um trabalho de prevenção que efetivamente favoreceu a redução de casos. “Não foi, entretanto, sem vantagem, nem perdido o tempo em que as praças do Corpo prestaram este serviço, pois é minha opinião que concorreu para diminuir o número de incêndios devidos ao excesso de fuligem que obstruía as chaminés”.<sup>579</sup> Porém, com o fim da oferta e serviço pelos bombeiros, o temor provocado pela falta de manutenção nas chaminés voltou a fazer parte do cotidiano da cidade. Os dados fornecidos pela Corporação, a

<sup>577</sup> “Considerações Gerais”, Relatório da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros, p. 10 In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ano de 1872, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873. Disponível em: <http://bit.ly/38Ej5Ju>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>578</sup> “Limpeza das chaminés”, Relatório do comandante do Corpo de Bombeiros. p. 4 In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1873, apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874. Disponível em: <http://bit.ly/396GmdU>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>579</sup> “Caixa de chaminés”, Relatório anual do Diretor Geral do Corpo de Bombeiros, p. 6. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1874, apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874. Disponível em: <http://bit.ly/2HWVrDb>. Acesso em: 10 dez. 2020.

respeito da ausência de manutenção nas chaminés como foco de incêndios (Tabela 5), nos permitem compreender melhor a questão. A partir desses números podemos identificar a eficácia apontada pelo diretor-geral da Corporação. No período em que o Corpo de Bombeiros se prontificou a atender aos pedidos de manutenção das chaminés (1868-1873) os números se mantiveram estabilizados – tendo como menor número o ano de 1868, com três registros, e como maior o ano de 1870, com doze casos –. Nos anos seguintes, (ver Tabela 6), observamos que os dados sobre os incêndios originados em chaminés apresentaram picos, como em 1870, em que se registrou 12 casos, em 1876 com 13 registros, e o maior patamar atingido, com 26 casos em 1912.

Em junho de 1907, por exemplo, o comandante do Corpo de Bombeiros, Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, encaminhou ao ministro da Justiça um balanço das ocorrências atendidas no período compreendido entre 25 de maio e 10 de junho. Dos 14 incêndios em que os homens da Corporação atuaram, explica o militar no documento, “oito d’eles [foram] extintos logo em começo, causando por isso insignificantes prejuízos, tendo eles origem por excesso de fuligem em chaminés ou por explosões”.<sup>580</sup> Ou seja, mais da metade dos atendimentos realizados pela Corporação no período estavam relacionados a problemas com chaminés ou com explosões, num indicativo do quão disseminado era esse tipo de ocorrência na cidade do Rio de Janeiro e como podia impactar o cotidiano dos moradores.

O incêndio ocorrido em 19 de novembro de 1883 resume consideravelmente inúmeras situações sobre essas ocorrências. O sobrado em que as chamas se iniciaram estava localizado na Rua Marques de Abrantes, nº 3, no Largo do Catete. Locado por Furquim Werneck, para servir de residência com sua família, ao que parece o morador não se ateu à questão da limpeza da chaminé, o que possibilitou o acúmulo de fuligem, dando início ao sinistro. Em pouco tempo, o fogo passou pelo madeiramento para outro prédio localizado na mesma rua, sob o número nº 1 A, onde funcionava a oficina de carpinteiro de José Fernandes Pereira.<sup>581</sup>

No caso do incêndio na Rua Marques de Abrantes, o fogo que teve início na chaminé da residência, por conta da falta de limpeza da fuligem, expandiu-se para o imóvel próximo, onde funcionava uma carpintaria, levando perdas não somente ao

<sup>580</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-66, nº 349, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros da Capital federal ao Ministro da Justiça, de 10 de junho de 1907”.

<sup>581</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 252, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 20 de novembro de 1883”.

morador da residência onde as chamas tiveram origem, como também ao proprietário do negócio. Apesar de os prejuízos terem sido pequenos, o sinistro aponta para os riscos, seja em estabelecimentos comerciais ou residenciais, de destruição dos imóveis, de objetos ou de mercadorias. Os incêndios atingiam construções nas mais diferentes regiões da cidade, evidentemente que havia maior potencial de propagação nas áreas mais adensadas, o que levava o medo aos moradores dos imóveis, trabalhadores e frequentadores dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Cabe ressaltar que nas residências, esses casos podiam significar desde perdas parciais, destruindo alguns objetos da casa até o dano em partes do edifício incendiado. Como na ocorrência em que o excesso de calor na chaminé da residência localizada na Rua do Hospício, nº 100, provocou fogo na cozinha do sobrado em que viviam Francisco Salgado Zenha e sua família, queimando “um pau de prumo embutido na parede próxima ao fogão”.<sup>582</sup> Ou ainda no registro da tarde de 19 de abril de 1881, quando os homens do Corpo de Bombeiros foram chamados ao sobrado situado na Rua do Passeio, nº 38, para combaterem a um incêndio na residência de Alexandre Bristal, que estava instalada no 1º andar da construção. As chamas que destruíram a cozinha da residência, de acordo com o relatório emitido pelo Corpo de Bombeiros, tiveram “origem devido a excesso de fuligem” na chaminé.<sup>583</sup> Em alguns casos os prejuízos poderiam ser maiores, podendo chegar à destruição de todo o prédio, como no incêndio que ocorreu na tarde de 29 de maio de 1881, quando os homens do Corpo de Bombeiros foram chamados para combater o incêndio que destruíra o prédio, de nº 39, da Rua General Pedra. O fogo, que também teve origem “devido à combustão da fuligem na chaminé, comunicou-se, por defeito de construção, ao forro e madeiramento d’um alçado, em forma de *chalet*, construído sobre o indicado prédio”.<sup>584</sup> Ou ainda, como ocorreu na tarde de 15 de setembro de 1911, quando os Bombeiros receberam aviso de incêndio em dois prédios na Rua de Santa Christina, nº 100 e 102. Térreos na parte de frente e com sobrado nos fundos, as construções serviam de residência para as famílias de Domingos Francisco de Sousa e

<sup>582</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-47, nº 207, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 23 de dezembro de 1886”.

<sup>583</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-36, nº 57, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 20 de abril de 1881”.

<sup>584</sup> AN, *Série Justiça*, J8-36, nº 79, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 30 de maio de 1881”.



Antonio Coelho Ferraz, e “ficaram totalmente destruídos, supondo-se ter sido originado, o incêndio, por excesso de fuligem na chaminé”.<sup>585</sup>

Em edifícios que abrigavam comércios e indústrias, os incêndios nas chaminés poderiam interromper as atividades dos estabelecimentos atingidos pelo fogo. É o que nos indica o caso do pequeno incêndio que atingiu o prédio de nº 92, na Rua da Conceição, onde funcionava uma serraria a vapor, e que teve início “devido a fagulhas da chaminé da máquina, manifestou-se em uma porção de fitas e cavacos junto à caldeira”. Foco que foi logo combatido pelos empregados do estabelecimento, cabendo aos homens do Corpo de Bombeiros somente “ultimar o serviço de extinção, o que fez em 25 minutos por meio de baldes de água”. Ao fim do sinistro, o estabelecimento sofreu pequenos estragos como a “carbonização de caibros, parte do forro de dois quartos, na parte posterior da serraria e muitas telhas quebradas”.<sup>586</sup>

Em outra ocorrência, os problemas com a ação do fogo se deram por conta do “defeito de construção”, que deu origem ao incêndio na alfaiataria, situada à Rua do Ouvidor, nº 10, provocado pelo “excesso de calor da chaminé o qual, transmitido ao madeiramento, produziu a combustão, comunicando-se ao forro que ficou um pouco carbonizado junto a mesma chaminé”.<sup>587</sup>

No ano de 1887, problemas semelhantes com a instalação de chaminés se repetiram em dois incêndios que atingiram estabelecimentos comerciais, provocando prejuízos diversos e impedindo o pleno funcionamento dos estabelecimentos. No primeiro caso, em 29 de agosto, o Hotel que funcionava no prédio de nº 113, na Rua Sete de Setembro, se incendiou “devido à má colocação da chaminé”. Ainda de acordo com o relatório emitido pela Corporação, a origem das chamas se deu “no madeiramento do telhado da cozinha, no lugar por onde passa o cano de ferro da mesma chaminé, [estragando] parte do forro e telhado da cozinha, assim como alguns objetos depositados na dispensa”.<sup>588</sup> Na outra ocorrência, em 10 de outubro, foi a vez do sobrado situado a Rua São Francisco de Assis, nº 67, onde funcionava a oficina de alfaiate, ter o

<sup>585</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-73, nº 444-J, “Ofício do Comando Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Justiça, de 15 de setembro de 1911”.

<sup>586</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-41, nº 200, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 4 de setembro de 1883”.

<sup>587</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-45, nº 207, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 12 de novembro de 1885”.

<sup>588</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-49, nº 161, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 29 de agosto de 1887”.

madeiramento da chaminé incendiado “devido ao excesso de calor”.<sup>589</sup> Apesar da pouca intensidade do fogo nesses sinistros, ter seu estabelecimento tomado por incêndios se constituía em inconveniente considerável, por impossibilitar o pleno funcionamento dos estabelecimentos e exigir que os proprietários realizassem investimentos com reformas e reparos, seja por conta dos danos provocados pelo fogo, ou ações realizadas pelos homens do Corpo de Bombeiros durante os trabalhos de extinção das chamas.

Em outros casos de incêndios que, de algum modo, estavam relacionados com o fogo nas chaminés, o sinistro acabava por forçar que a produção nas fábricas fosse paralisada, por vezes destruindo os insumos usados para a fabricação, podendo inclusive reduzir a cinzas mercadorias que estavam prontas para a venda. É o que nos sugere o incêndio que se manifestou no prédio, de nº 14, da Rua Clapp, onde funcionava a *Companhia Manufactora de Conservas Alimentícias*, o fogo destruiu “a parte principal da seção de encaixotamento constando de três salas, ficando ainda danificado em parte o telhado nos fundos devido ao serviço de extinção”, e teve como causa “fuligem desprendida da chaminé pertencente à serraria, de propriedade da mesma Companhia”.<sup>590</sup> O sinistro forçou ao proprietário a realizar manutenção na “seção de encaixotamento” que funcionava em três salas da Companhia, causando transtornos ao processo de produção das mercadorias do estabelecimento.

### **6.3. Incêndios, Imprensa e temores urbanos**

A partir da segunda metade do século XIX, os teatros se constituíram, em especial, como um dos principais espaços de concentração da população urbana brasileira. No Rio de Janeiro, impulsionada pela transferência da Corte portuguesa, uma parceria entre a iniciativa privada e o governo imperial possibilitou a inauguração do Real Theatro de São João, em 1813. Casa de espetáculos símbolo do Estado Monárquico nos trópicos, o Real Theatro agitou ainda mais a vida cultural dos cariocas, fortalecendo diferentes formas artísticas e consolidando o terreno para manifestações profissionais e amadoras.

Especialmente a partir do primeiro quartel dos Oitocentos, o teatro como fenômeno, passou a mobilizar um número cada vez maior de espectadores, criando novos

<sup>589</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-49, nº 205, “Ofício da Diretoria-Geral do Corpo de Bombeiros ao Ministro da Agricultura, de 10 de outubro de 1887”.

<sup>590</sup> AN, *Série Justiça*, IJ8-70, nº 474, “Ofício do Comando do Corpo de Bombeiros da Capital Federal ao Ministro da Justiça, de 9 de setembro de 1908”.

espaços para apresentação de espetáculos, não apenas os grandes teatros, mas também pequenos clubes, sociedades recreativas, teatrinhos particulares, grêmios, barracas de rua e teatros amadores. Ou seja, uma ampla rede de locais destinados à diversão dos mais diferentes segmentos sociais, onde se podia assistir a apresentações artísticas das mais variadas, como musicais, balés e números circenses. Esse universo teatral, entendido de forma bem mais ampla do que especificamente as casas de espetáculo, propiciou incontáveis trocas culturais, intensificando circulações de saberes, com diversificação nas manifestações artísticas, passando pelo trânsito de textos e artistas, nacionais e estrangeiros.<sup>591</sup>

Por reunirem número significativo de pessoas em suas plateias, os teatros eram motivo de preocupação dos gestores públicos e dos agentes envolvidos nas ações de segurança dos espectadores em casos em que ocorrências envolvessem incêndios. O próprio Real Theatro de São João foi algumas vezes tomado pelas chamas. O primeiro incêndio, em 25 de março de 1824, destruiu-o completamente, exigindo sua reconstrução, em 1826, como Imperial Theatro de São Pedro de Alcântara. Na madrugada de 9 de agosto de 1851, sofre novamente com a destruição pelas chamas, reabrindo no ano seguinte. Porém, a relação da casa de espetáculos com os incêndios encontraria novo capítulo em 1856, permanecendo na memória da população carioca como um teatro suscetível à ação do fogo, sendo essa relação de destruição e perigos inúmeras vezes lembradas pelos cronistas e memorialistas do Rio Antigo.<sup>592</sup>

Nas últimas décadas do século XIX e inícios do século XX, período considerado por alguns estudiosos do tema como “o mais brilhante da atividade teatral do Brasil”,<sup>593</sup> a abertura de novos espaços, as plateias lotadas e a intensa circulação de artistas estrangeiros demonstraram o fôlego que os teatros tinham para impulsionar a vida social

<sup>591</sup> Um bom panorama sobre o teatro brasileiro pode ser encontrado em ARAÚJO, Néelson de. Alguns Aspectos do Teatro no Brasil nos séculos XVIII e XIX. *FALL* 1977, 17-24. Sobre a presença de diversos grupos sociais nas salas de espetáculo ver DIEGO, Marcelo. O escravo vai à ópera: ópera e escravidão no rio de janeiro ao redor de 1850. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 597-613, Maio-Agosto 2019. E as pesquisas de FRANCA, Luciana Penna. *Teatro amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes*. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ: 2011. E da mesma autora, FRANCA, Luciana Penna. *Teatro amador no Rio de Janeiro: associativismo dramático, espetáculos e filosofia (1871-1920)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ: 2016.

<sup>592</sup> Sobre algumas narrativas de memorialistas como Vieira Fazenda e reunidas sobre os incêndios ocorridos no Real Theatro, ver MARINHO, Henrique. *O Theatro Brasileiro. Alguns apontamentos para a sua história*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

<sup>593</sup> MARZANO, Andrea. A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In. MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de Melo. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro, 1880-1930*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 110.

brasileira. Ao lado de Buenos Aires, o Rio de Janeiro consolidava-se como importante rota de circulação artística no Atlântico Sul. Na capital Argentina, que vivenciava um movimento semelhante, ocorria a expansão do número de teatros, sobretudo na Avenida Corrientes, e em suas proximidades, ampliando o número de apresentações, que passaram a ter “seções por hora”, atraindo mais e mais espectadores em apresentações quase sempre superlotadas. Não tardou para que esse dinamismo artístico elevasse a capital argentina a uma condição de centralidade da atividade teatral na América Latina.<sup>594</sup>

No Rio, em Buenos Aires, ou mesmo na maior parte das cidades ocidentais, os teatros contavam com elementos favoráveis à propagação de incêndios. Dotados de muita madeira em sua construção, os prédios não possuíam saídas eficientes para o escoamento rápido dos ocupantes do teatro. Em alguns casos, eram decorados com muito tecido e apresentavam lustres normalmente abastecidos com querosene ou gás, o que possibilitava o contato desses materiais com as chamas, favorecendo sinistros provocados pelo fogo. A grande maioria possuía um serviço de combate a incêndios ineficiente, ou mesmo nenhum tipo de recurso organizado para esses casos. Somado a isso, estavam plateias lotadas, onde alguns espectadores mantinham hábitos perigosos, como fumar dentro das salas de espetáculos, fazendo com que no momento dos incêndios o terror e o desespero potencializassem pequenos incêndios em grandes tragédias.

Em inícios da década de 1880, um jornalista observava como sendo de intimidade a relação entre os teatros e os incêndios, chegando a afirmar: “Está provado pelo grande número de incêndios em teatros, que o fogo os procura com uma certa amizade pouco vulgar em outros prédios.”<sup>595</sup> Diferentemente de outros prédios, concluía o jornalista, os teatros eram atingidos de forma muito particular pela ação descontrolada do fogo.

De fato, notícias sobre incêndios ocorridos em teatros, do Brasil ou do exterior, foram muitas vezes publicadas em diferentes periódicos da cidade do Rio de Janeiro, seja em publicações especializadas do cenário teatral, como a *Revista dos Theatros* – que noticiou a destruição provocada por um incêndio no Theatro Urania, situado na Praça de Leipzig, em Berlim –,<sup>596</sup> ou como o jornal *Espectador*, “órgão consagrado aos interesses

<sup>594</sup> MCCLEARY, Kristen. Inflaming the Fears of Theatergoers. How Fires Shaped the Public Sphere in Buenos Aires, Argentina, 1880-1910. In: BANKOFF, Greg. LÜBKEN, Uwe. SAND, Jordan. *Flammable Cities. Urban Conflagration and the Making of the Modern World*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012.

<sup>595</sup> “Notícias de Fora”, *Espectador*, 26 de novembro de 1882, p. 4.

<sup>596</sup> “Estrangeiro”, *Revista dos Theatros*, nº 2, 1879, p. 130.

theatrais”, que reportou aos leitores cariocas o sinistro ocorrido no Theatro Tarascon, na França,<sup>597</sup> ou ainda em publicações de ampla circulação, como fez *O Paiz*, por exemplo, ao noticiar a queima de um teatro em Nova Iorque.<sup>598</sup> Por vezes, as notícias sobre a destruição provocada pelo fogo poderiam chegar até nós pela circulação de impressos vindos do exterior, como no caso da revista quinzenal *Amphion*, publicação da capital portuguesa que se dedicava à divulgação de espetáculos teatrais, à crítica de textos e à crônica teatral cotidiana. O tema dos sinistros parecia ser importante, chegando a mobilizar os editores a criarem uma seção regular na publicação sob o título de “O Fogo nos Theatros”.<sup>599</sup>

Neste tópico examino o impacto das notícias sobre incêndios em teatros, publicadas na imprensa carioca, entre 1880 e 1915. Analiso os modos com que esse noticiário dialogou com outros discursos sobre as questões de segurança nesses espaços, tão presentes e fundamentais para o cotidiano e a vida cultural de significativa parcela da população urbana.

Minha hipótese é a de que a circularidade dessas notícias sobre os incêndios em teatros possui o potencial de despertar inquietação nos seus frequentadores, contribuindo para a construção da percepção de que não somente as residências eram locais perigosos, e que os incêndios se constituíam como um elemento de destruição que inspirava medo. Os hábitos aburguesados que se tentava imprimir entre os cariocas, entre eles a diversão em teatros e espaços similares de lazer, esbarrava no limite imposto pelos riscos estampados diariamente no noticiário de tragédias urbanas provocadas pelos incêndios nesses estabelecimentos. A imprensa alimentava os medos de que, como em outras cidades do mundo, também os teatros do Rio de Janeiro fossem destruídos pelas chamas e vitimassem seu público. Ainda que, na prática, os registros feitos pelo Corpo de Bombeiros envolvendo teatros e outros espaços congêneres destinados à diversão na cidade tenham sido pouco numerosos no período, ao noticiarem incêndios em teatros em cidades mundo a fora, a imprensa contribuía para que entre os cariocas fosse construída uma imaginação traumática sobre esses eventos.

O historiador norte-americano Carl Smith, ao analisar eventos trágicos, como o Grande Incêndio que destruiu a cidade de Chicago em fins do século XIX, nos sugere que

<sup>597</sup> *Espectador*, 25 de maio de 1884, p. 2.

<sup>598</sup> *O Paiz*, 18 de janeiro de 1885, p. 1.

<sup>599</sup> Exemplos do periódico estão disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional (RJ). *Amphion*, 14 de junho de 1887, p. 5.

ao noticiar esses eventos se constrói uma “dimensão imaginativa” ligada ao trauma. Essa ideia é entendida por ele como sendo “o contexto de pensamento e expressão que impregna a vida individual e social”. Ou seja, ao terem contato com essas notícias, os leitores associam os incêndios em teatros aos riscos vividos por eles ao frequentarem os teatros cariocas.<sup>600</sup> Smith argumenta que a “dimensão imaginativa”, ao ser manifestada, elaborada e reelaborada em revistas e jornais contemporâneos aos eventos, passa a ser acionada de forma individual e social no processo de construção de medos e traumas. Partindo dessa ideia, considero que, ao noticiarem sobre incêndios em teatros, as narrativas da imprensa atuaram como celeiro para esses medos, favorecendo os processos de elaboração e circulação dos discursos sobre as tragédias, alimentando esse imaginário público transformado em uma percepção traumática de risco.

Ao pesquisarmos alguns jornais que circulavam no Rio de Janeiro entre 1880 e 1915, percebemos que não eram raras as notícias sobre incêndios em teatros, fossem de pequenas ou grandes proporções, nas mais diferentes cidades do mundo. Fosse notas de leitura ligeira, – aparentando, em alguns casos, terem sido inseridas de forma aleatória nas páginas dos jornais –, até as reportagens ilustradas com imagens e com repercussão por dias e destaques nas páginas, as notícias sobre os incêndios nos teatros estavam ali.

Diante da necessidade de agilidade na transmissão das informações, entrava em cena um dos símbolos da modernidade: o telégrafo. Alterando a percepção de tempo e a forma de transmissão das notícias, observa Velloso, o instrumento abreviou as informações e passava a transmiti-las aos pedaços, de forma condensada e sintetizada pela rapidez, sendo capaz até mesmo de alterar a percepção do leitor sobre os fatos.<sup>601</sup> Em muitas ocasiões, essa agilidade apresentava notícias com ilações pouco consistentes, ou mesmo contraditórias.

Unido a esse modelo ágil de noticiar, havia um esforço latente, por parte da imprensa, por atrair a atenção dos leitores para notícias trágicas, ou seja, tornar a notícia popular, pretendendo-se que ela estivesse apta para o grande público e, conseqüentemente, trazendo notícias sobre acidentes de automóveis, mortes trágicas, crimes e outros problemas que povoavam o universo urbano, venderem mais jornais. Como aponta a historiadora Valéria Guimarães ao analisar notícias relacionadas aos

<sup>600</sup> “I mean the context of thought and expression that suffuses individual and social life”. SMITH. Carl S. *Urban disorder and the shape of belief: the Great Chicago Fire, the Haymarket bomb, and the model town of Pullman*. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. I. [tradução livre]

<sup>601</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

suicídios por amor, na São Paulo da década de 1910, ressaltou ser esse “um fenômeno que se desenvolvia em nossa imprensa: a constituição de uma sociedade midiática a qual teve no noticiário de crimes um de seus principais componentes”.<sup>602</sup> Observamos que nas notícias sobre os incêndios havia esforço semelhante de criar um caráter apelativo, por vezes folhetinesco, explorando os sinistros de forma sensacionalista em muitas situações.

Os casos noticiados eram dos mais variados, podendo tratar-se desde incêndios que causaram pequenos danos, como no caso do sinistro ocorrido no Theatro d’Islington, próximo a Londres, em que as avarias se restringiram ao teto e material cênico,<sup>603</sup> até os eventos potencialmente trágicos, como a notícia sobre o princípio de incêndio ocorrido no Theatro Municipal de Santiago do Chile, em que o texto ressaltava que o fogo “foi logo sufocado pelos bombeiros e pessoal do mesmo Theatro”, porém, não deixando de ressaltar os riscos a que os expectadores estavam submetidos, explicando que “o fato provocou grande pânico no público, conseguindo-se, porém, restabelecer a ordem, sem que houvesse desgraças a lamentar”.<sup>604</sup> Em outra notícia, sobre o incêndio que se manifestou em um teatro na cidade espanhola de Badajoz, a lotação da platéia é destacada no texto, “estando aquele lugar de diversões repleto de espectadores, que se puseram a fugir desordenadamente ao primeiro grito de alarme”. E, assim como no caso do incêndio ocorrido na capital chilena, a ênfase dada pela reportagem recaiu sobre o desespero das pessoas ao tentarem escapar do perigo.<sup>605</sup>

A forte presença de imigrantes estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro fomentou a criação de uma imprensa dedicada a essas comunidades e, mesmo nesses jornais, havia espaços para que pudessem circular notícias sobre incêndios em teatros. Em impressos dedicados à numerosa colônia portuguesa no Brasil, a maior do Rio de Janeiro em fins do XIX e início do XX, além da notícia sobre a mobilização para angariar fundos em socorro das vítimas e familiares de um incêndio que destruiu um teatro em Portugal, trazia ainda a prestação de contas referente a valores arrecadados até aquele momento.<sup>606</sup> Assim como notícias de incêndios em teatros localizados em outras cidades, como fez o *Diario Portuguez* ao informar seus leitores o caso do incêndio que atingiu estabelecimentos teatrais na cidade estadunidense de Nova Iorque.<sup>607</sup> Em outra

<sup>602</sup> GUIMARÃES, Valéria. *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p. 20.

<sup>603</sup> “Notícias de fora”, *O Espectador*, 12 de novembro de 1882, p. 4.

<sup>604</sup> *A Época*, 16 de outubro de 1913, p. 3.

<sup>605</sup> *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1903, p. 2.

<sup>606</sup> *Gazeta Luzitânia*, 15 de abril de 1888, p. 2.

<sup>607</sup> “Theatros e Concertos”, *Diário Portuguez*, 28 de janeiro de 1885, p. 2.

publicação para estrangeiros, *Il Bersaglière*, dirigida por Gaetano Segreto e dedicada às notícias de interesse da comunidade italiana no Rio de Janeiro, noticiava-se o incêndio ocorrido no Teatro Margherita, localizado na cidade de Nápoles, que se propagou do camarim dos artistas e chegando ao palco, levou os proprietários do estabelecimento a um prejuízo de 8.000 liras.<sup>608</sup>

Naturalmente, havia grande interesse sobre os acontecimentos do outro lado o Atlântico, pela origem desses estrangeiros, mas também pela carga de valores e significados atribuídos ao Velho Mundo. A agilidade proporcionada pelo telégrafo auxiliava nesse processo de difusão desse noticiário trágico. Paulatinamente se construía um cenário em que os incêndios nos teatros eram potencialmente arriscados e destrutivos, e a “dimensão imaginativa” consolidava os sinistros provocados pelo fogo em uma espécie de fobia urbana.

Mesmo em jornais de grande circulação, notamos a intensa circularidade de informações sobre os sinistros envolvendo teatros, como em um dos textos publicados na coluna intitulada “Vida Portuguesa”, do *Correio da Manhã*, em que a notícia sobre o incêndio ocorrido no Theatro Chalet, em Figueira da Foz, dava conta da completa destruição do prédio.

[O teatro] Estava quase cheio de gente, mas estas conseguiram sair toda para rua. Estabeleceu-se, porém, grande pânico, havendo muitos atropelamentos, resultando ficarem muitas pessoas feridas, nenhuma, porém, segundo parece, de gravidade.

O fogo comunicou-se ao theatro-barracão Liskneuse e aos prédios vizinhos. Os prejuízos totais são importantes.<sup>609</sup>

Resultando em muitas pessoas feridas sem gravidade, o episódio evidenciou a ameaça de que o fogo se espalhasse por prédios vizinhos. Construía-se um medo que ultrapassava os limites do próprio teatro. Como no caso do incêndio que além de destruir o Theatro das Bellas Artes, na cidade espanhola de San Sebastián, reduziu a cinzas outras sete casas.<sup>610</sup>

Além do temor de que o incêndio no teatro pudesse se alastrar pelos prédios vizinhos havia também uma espécie de medo reverso. Por concentrar muitas pessoas, possuir material de fácil combustão e nem sempre contar com rotas que permitissem rapidez na evacuação de pessoas, o fogo proveniente de prédios vizinhos poderia chegar

<sup>608</sup> “Cronachetta italiana”, *Il Bersaglière*, 22 de junho de 1904, p. 1.

<sup>609</sup> “Vida Portuguesa”, *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1905, p. 3.

<sup>610</sup> “Telegrammas”, *Jornal do Commercio*, 1 de março de 1913, p. 1.



até o teatro e provocar pânico, feridos, mortes e prejuízos. Como no caso do sinistro ocorrido na cidade de Nerva, na Espanha: as chamas iniciadas em uma casa de joias ameaçaram residências próximas, e um teatro que, na ocasião, estava repleto de espectadores: “Estes, tomados de pânico, procuraram ao mesmo tempo todas as saídas do teatro dando-se então muitas contusões. As autoridades acudiram imediatamente ao local fazendo medicar as pessoas feridas”.<sup>611</sup>

Outras notícias apontaram espectadores, bombeiros e trabalhadores gravemente feridos em alguns sinistros. Como no incêndio que atingiu o Theatro Iroquis, de Chicago. O fogo, que teve início nos bastidores, se alastrou pelos objetos cênicos e pela decoração do estabelecimento, vitimando 637 pessoas.<sup>612</sup> Na Rússia, as chamas que tomaram o Theatro de Novgorov, levou pânico aos espectadores, contabilizando quatro mortos e grande número de feridos graves.<sup>613</sup> No incêndio que destruiu o Theatro Zarzuela, em Madri, a notícia dada pelo *Jornal do Brasil* reportou 15 feridos, dentre os quais cinco eram bombeiros, dois deles com queimaduras graves.<sup>614</sup> Em Montevidéu, no “violento incêndio” que destruiu o Theatro Cibilis, a vítima foi “o filho do porteiro do theatro, um tal de Esteban” que ficou gravemente ferido.<sup>615</sup> Na cidade escocesa de Aberdeen, as chamas provocaram a fuga desesperada da plateia causando ferimentos em quarenta pessoas e a morte de outras três.<sup>616</sup> Todos esses eventos levavam os leitores a compreenderem cada vez mais que os teatros eram locais repletos de perigos, fortalecendo neles temores de episódios trágicos.

Outra notícia divulgada pela imprensa carioca dizia respeito ao incêndio que atingiu o Theatro Exeter, situado no condado de Devon, Inglaterra, que foi noticiado pelo *Jornal do Commercio* como “uma espantosa catástrofe”, que teve seu foco no cenário montado no palco da sala de espetáculos, não tardando para que se espalhasse para todo o edifício. Ao perceber o fogo, o público que ocupava as cadeiras da plateia se pôs em fuga, “salvando-se quase todo”. Ainda assim, de acordo com a notícia, muitos ficaram feridos gravemente “em consequência da aglomeração de gente nas portas e da luta furiosa que os espectadores tiveram que travar para sair uns primeiros que os outros”. Nesse frenesi, continua o texto, “muitas senhoras ficaram cruelmente pisadas e outras em

<sup>611</sup> “Um grande incêndio – Um theatro destruído”, *O Século*, 13 de outubro de 1914, p. 2.

<sup>612</sup> *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1888, p. 1.

<sup>613</sup> “Theatros e...” *Gazeta de Notícias*, 1 de fevereiro de 1889, p. 2.

<sup>614</sup> “Boletim Telegraphico, Exterior”, *Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 1909, p. 3.

<sup>615</sup> “Theatros”, *O Século*, 2 de julho de 1912, p. 2.

<sup>616</sup> “Telegrammas”, *Jornal do Brasil*, 2 de outubro de 1896, p. 1.

grave estado, por terem sido quase que esmagadas ao sair das portas”.<sup>617</sup> Se até esse ponto a narrativa sobre o incêndio no Theatro Exeter já era capaz de alimentar o temor, o drama atribuído aos espectadores do teatro ganharia contornos ainda mais trágicos. Ao avançar na leitura da notícia, a informação de que os ocupantes das galerias, local em que havia o maior número de assentos no teatro, morreram asfixiados pela fumaça e esmagados ao tentarem fugir pela única porta ali disponível fazia tudo ainda mais assustador.

Como num folhetim, alguns dias depois, o *Jornal do Commercio* voltou a atualizar informações sobre as vítimas no incêndio no Exeter, passando do número inicial de 100 vítimas fatais, para “mais de 200 pessoas, a maior parte delas queimadas vivas!”.<sup>618</sup> Cobertura semelhante foi realizada pela *Gazeta de Notícias* durante o incêndio do Theatro San Martin, no Chile. Enquanto a pequena nota publicada, em inícios de março de 1906, afirmava terem saído feridos cerca de 200 pessoas “não tendo havido mortes”.<sup>619</sup> Nos dias que se seguiram ao sinistro um novo anúncio foi dado em uma pequena nota sobre a morte de algumas vítimas.<sup>620</sup> De certo modo, voltar à notícia reacendia o pavor entre os leitores e frequentadores dos teatros cariocas, realimentando a “dimensão imaginativa” sobre a tragédia e reconduzindo a ideia de risco constante.

O caso do “pequeno incêndio” ocorrido em um teatro de Temesvar, cidade da Hungria, noticiado pelo jornal *A Folha Nova*, nos ajuda a perceber a existência de um modelo narrativo para essas reportagens. Nele, depois de se apresentar a localização do teatro e as possíveis causas do sinistro, que nesse episódio afirmavam ter sido provocado por conta da queda de um lampião de querosene, seguia-se uso de expressões que conferissem ao texto certo grau de dramaticidade, que, nesse caso, descrevia a reação das pessoas como sendo um “tumulto indescritível” e que era provocado pelos espectadores que tentavam “sair todos ao mesmo tempo”. Novamente, o repórter prossegue destacando o sofrimento vivenciado pelos espectadores que estavam nas galerias

[...] gritaram desesperadamente: muitos dentre eles, galgando as grades, saltaram para a sala, vindo cair sobre a massa de espectadores aglomerados e ansiosos por sair do recinto. Grande número dos saltadores tiveram [*sic*], além de outras contusões, as pernas fraturadas.

<sup>617</sup> “Notícias Várias”, *Jornal do Commercio*, 30 de setembro de 1887, p. 2.

<sup>618</sup> “Exterior”, *Jornal do Commercio*, 12 de outubro de 1887, p. 2.

<sup>619</sup> “Telegrammas”, *Gazeta de Notícias*, 1 de março de 1906, p. 2. A notícia também foi publicada pelo “Telegrammas”, *Jornal do Brasil*, 1 de março de 1906, p. 4.

<sup>620</sup> “Telegrammas”, *Gazeta de Notícias*, 11 de março de 1906, p. 4. “CHILE Santiago, 10. – Têm falecido algumas das pessoas queimadas no incêndio do TheatroSan Martin”.

Não houve perda de vida. O interior do teatro ficou bastante danificado.<sup>621</sup>

Em outras vezes, as notícias sobre os incêndios em teatros poderiam ser apresentadas de forma bastante imprecisa, não fornecendo muitos detalhes aos leitores. É o que observamos na pequena nota publicada pelo *Diário do Brasil*: “Diz um telegrama de Roma que acaba de ser destruído por um incêndio um teatro da província de Como. Estima-se em cinquenta o número das pessoas que morreram queimadas ou por diversos acidentes”. Sem detalhar o nome do teatro ou mesmo trazer informações sobre as causas do sinistro, o texto salienta a quantidade elevada, e imprecisa, de vítimas que pereceram por contadas chamas.<sup>622</sup> Ao noticiar uma explosão seguida de incêndio ocorrida no Teatro Cólón, em Buenos Aires, o recurso dramático foi usado pelo jornal *A Imprensa*, ainda que o título da correspondência publicada afirmasse ser “Uma grande catástrofe”, destacando que o teatro estava repleto de espectadores, e de citar um “indescritível pânico”, no texto não há informações precisas sobre os feridos: “supõe-se que há muitos mortos ou numerosos feridos. Há falta absoluta de pormenores”.<sup>623</sup> O que o texto apresenta são suposições pouco consistentes que, em certa medida, passam a questionar o próprio título da publicação.

Observamos até aqui que, de um modo geral, a imprensa carioca acompanhou atentamente os incêndios que atingiram os teatros em diversas cidades ao redor do mundo. Havendo por parte dos jornalistas, redatores e editores, esforços de “mídiação das notícias” que tratasse desses sinistros. Ou seja, na cobertura realizada pela imprensa carioca dos incêndios ocorridos em teatros, havia um esforço em aproximar esses eventos, aparentemente cotidianos, das narrativas ficcionais. Para isso, utilizava-se de “padrões estruturais recorrentes”, seja em seus textos, seja nas imagens usadas para ilustrar o ocorrido.<sup>624</sup> Por vezes, mesmo em pequenas notas, era comum a utilização de recursos capazes de salientar o lado mais grotesco da catástrofe, como no informe sobre o incêndio que atingiu o Theatro Lafayette, na cidade francesa de Rouen, em que o editor, ao destacar a rapidez com que o fogo destruiu o prédio utiliza-se de uma comparação aparentemente simples, mas facilmente compreendida pelos leitores, afirmando que o prédio teria “queimado tão rapidamente como uma caixa de phosphoros”.<sup>625</sup> Ou seja, aos leitores, é

<sup>621</sup> *A Folha Nova*, 20 de dezembro de 1882, p. 2.

<sup>622</sup> *Diário do Brasil*, 28 de junho de 1883, p. 3.

<sup>623</sup> *A Imprensa*, 27 de junho de 1910, p. 2.

<sup>624</sup> GUIMARÃES, Valéria. *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p. 49.

<sup>625</sup> “Echo dos Bastidores”, *Diário Ilustrado*, 25 de julho de 1887, p. 2.

transmitida a ideia de que incêndios em teatros podiam propagar-se rapidamente, a ponto de não se ter tempo hábil para se escapar ou mesmo para se prestar o devido socorro.

Ao analisar os incêndios ocorridos em cinematógrafos, no Rio de Janeiro da virada do século XX, Pedro Vinicius Lapera nos mostra que o sensacionalismo se presta ao papel de um instrumento primordial para a inserção das sociedades na dinâmica capitalista. Para o autor, essa narrativa sensacionalista seria “uma das formas historicamente situadas de produção e de disseminação de medos, com os devidos enquadramentos efetuados pelo sistema de produção capitalista”.<sup>626</sup> Essa chave interpretativa proposta por Lapera, muito próxima do conceito de “dimensão imaginativa” cunhado por Carl Smith, nos ajuda a compreender o papel de mediação desempenhado pela imprensa no processo de constante reconstrução das cidades, influenciando profundamente na forma com que os cidadãos a viam, assim como nos seus hábitos e costumes. Ao noticiar os incêndios de grandes proporções em teatros, a imprensa carioca nos permite compreender os processos históricos e os fluxos dessa “dimensão imaginativa” seguidos a esses eventos. Ao elaborar e alimentar os medos urbanos da população – carioca, parisiense ou portenha –, utilizando-se de incêndios em teatros, a imprensa exerce forte interferência nos padrões de consumo, circulação de ideias, disputas sócio-políticas e comportamentos.<sup>627</sup>

Partindo da cobertura jornalística realizada pelas principais folhas impressas da cidade do Rio de Janeiro, observamos um amplo esforço realizado por esses jornais em aproximar a realidade vivenciada naquelas tragédias do cotidiano vivido pelos cariocas. Entre as décadas de 1880 e meados da década de 1910 ocorreram alguns incêndios que possibilitaram que os jornais cariocas elaborassem narrativas com considerável carga de sensacionalismo e fortemente midiaticizadas. Em fins de 1881, por exemplo, as notícias do incêndio que destruiu um teatro na Áustria, reverberaram em muitos jornais. A cada dia, textos foram publicados atualizando o número de vítimas, como fez a edição 14 de dezembro, do *Jornal da Noite*.

Já sobe para novecentas pessoas o número de vítimas do incêndio do Theatro Rings em Viena d’Áustria; é provável que ainda se não conheça

<sup>626</sup> LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. “Fitas em chamas”: cinema, imprensa e socialismo na *Belle Époque* carioca. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, nº. 80, 2019, p. 65.

<sup>627</sup> ENNE, Ana Lucia S. O sensacionalismo como processo cultural. *ECO-PÓS*, v. 10, nº. 2, julho – dezembro de 2007.

o algarismo exato, pois que esta soma só representa o número de pessoas reclamadas.<sup>628</sup>

Alguns dias depois do incêndio, a *Gazeta de Notícias* continuava destacando em suas páginas os aspectos que elevaram o sinistro à condição de tragédia. Publicando longa reportagem, o jornalista faz uma verdadeira escalada quanto ao número de pessoas vitimadas no incêndio, ressaltando que, se inicialmente se dizia serem duzentas as vítimas, nos dias seguintes chegou-se a novecentas, chegando inclusive a anunciar no título da matéria o número de “Mil Vítimas”.<sup>629</sup>



Figura 44. Os horrores do sinistro foram apresentados aos leitores na ilustração da fachada do Theatro Rings em chamas alguns dias depois sinistro.

Fonte: *O Globo Ilustrado*, 5 de fevereiro de 1882, p. 2.

Mesmo alguns meses depois, o incêndio ocorrido no Rings continuava a ser explorado pela imprensa carioca. A edição de *O Globo Ilustrado*, publicada em inícios de 1882, trazia, em página inteira, a imagem da fachada do prédio tomada pelas chamas (Figura 44), onde se pode perceber a presença dos homens do Corpo de Bombeiros em ação, com alguns vultos entre escadas e outros materiais usados por eles.

<sup>628</sup> *Jornal da Noite*, 14 de dezembro de 1881, p. 3; Atualizações sobre o incêndio foram publicadas em edições do *Diário do Brasil*, 15 de dezembro de 1881, p. 2.

<sup>629</sup> *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1881, p. 3.

Com repercussão mais discreta, a explosão seguida de incêndio no Theatro Revel, na Finlândia, foi noticiada pela *Gazeta da Tarde*, e pelo *Diario do Brazil* com textos praticamente idênticos. A fórmula seguida foi a mesma utilizada para noticiar os sinistros ocorridos em teatros. Primeiramente o articulista explica as condições do teatro, “mais de 2.000 pessoas assistiram a um espetáculo, quando, de repente, uma denotação horrível se fez ouvir e o teatro ficou imerso nas trevas”. Recorrendo em seguida para a descrição da tragédia utilizando-se de narrativa sensacionalista.

Trouxeram-se luzes e o quadro da sala era aterrador. Mais de cem cadáveres estavam por terra sendo espezinhados pela multidão, que procurava sair.

Junto às portas montes de cadáveres e feridos! N’outros pontos massas informes de desgraçados esmigalhados pelos blocos de pedra, que a detonação fizera deslocar. Aqui e ali, no teto e nas paredes, grandes manchas de sangue e fragmentos dos infelizes, que a força de expansão do gás projetara a grande distância esmigalhando-os! Um quadro horrível.<sup>630</sup>

A ênfase dada ao sofrimento e à dificuldade das vítimas ao tentarem sair do teatro foi reforçada pela descrição das condições dos corpos das vítimas, com o uso de expressões apelativas, como “massas informes de desgraçados esmigalhados”, “grandes manchas de sangue e fragmentos dos infelizes”, entre outras. Assim, todo potencial dramático era mobilizado para enfatizar ainda mais o caráter catastrófico dos incêndios em teatros. Da parte do articulista, havia a intenção de impressionar aos leitores, produzindo um imaginário de pavor, incitando o receio de que fatos semelhantes pudessem acontecer da mesma maneira no interior dos teatros cariocas.

Em 1887, outro grande incêndio teve ampla repercussão e a cobertura dos jornais cariocas sobre a completa destruição sofrida pelo Theatro Ópera Cômica de Paris foi abordada como uma tragédia espetacularizada. Desde as primeiras informações divulgadas, com base em notas telegrafadas, foi dito que “o fogo declarou-se de repente, no meio de uma representação”, ou seja, atuando como elemento surpresa para a plateia, provocando destruição desde os primeiros momentos e colocando em grandes riscos aqueles que ali estavam. O texto salienta que o Theatro Ópera Cômica possuía “numerosas saídas para a Praça Boieldieu e ruas adjacentes”, sendo esse um aspecto de distinção em relação a outros teatros contemporâneos. Entretanto, isso não foi o suficiente para evitar “o terror que se apoderou dos espectadores” quando esses perceberam que o

<sup>630</sup> “Theatro Incendiado”, *Gazeta da Tarde*, 3 de maio de 1883, p. 2.

fogo se propagava pelo prédio. Por fim, a nota sobre o incêndio explicava que mesmo com o trabalho intenso de bombeiros e o auxílio prestado pela polícia, as chamas não puderam ser prontamente extintas, deixando um saldo de “diversas mortes e numerosos ferimentos a lamentar”.<sup>631</sup>

A “dimensão imaginativa” aqui construída é somada à idealização eurocêntrica, de modo geral, e francesa, de modo bem específico, a respeito de valores civilizatórios e modernos. Remetendo-nos diretamente aos riscos oferecidos pelos teatros cariocas, e brasileiros, a mensagem transmitida pela imprensa reforça o pavor de que fato semelhante potencialmente poderia ocorrer nos teatros daqui. Se para os franceses, o incêndio – em um teatro dotado de estrutura favorável à dispersão e com a presença rápida do Corpo de Bombeiros – causou tamanha destruição, nos nossos teatros, dotados de estrutura menos preparada a sinistros desse tipo, a destruição seria ainda mais intensa.

Porém, ao longo da década de 1880, nenhum outro incêndio em teatros noticiado pela imprensa carioca causou tanta comoção e mereceu tanta repercussão quanto o que ocorreu no Theatro Baquet. A coluna dedicada aos teatros, da *Revista Ilustrada*, indicou ser aquele “o maior assunto que temos, por estas regiões”, amplamente comentado pelos espectadores antes e depois das apresentações.<sup>632</sup>

Localizado na cidade portuguesa do Porto, o prédio que abrigava o Theatro Baquet foi totalmente arruinado por um incêndio ocorrido na noite do dia 21 de março de 1888, que provocou mais de 90 mortes e outros tantos feridos. Os principais jornais cariocas noticiaram o caso imediatamente após a ocorrência, como a *Gazeta de Notícias*, que ao afirmar que “o teatro estava completamente cheio” destacou a forma desigual com que o fogo vitimou alguns espectadores, explicando que “os artistas e o público da plateia e camarotes da 1ª e 2ª ordem puderam salvar-se. As vítimas ocupavam camarotes da 3ª

<sup>631</sup> Além de “Telegrammas”, *O Paiz*, 27 de maio de 1887, p. 1., outros jornais da cidade noticiaram o evento, ver por exemplo notícias de “Exterior”, *Jornal do Commercio*, 23 de junho de 1887, p. 2. “Telegrammas. Grande incêndio, mortes e ferimentos”, *Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1887, p. 1. Em muitas outras cidades brasileiras ecoou informações sobre o sinistro no teatro parisiense. No sudeste brasileiro, a notícia foi levada aos leitores das cidades mineiras de Itajubá e Ouro Preto respectivamente “Pavoroso incêndio”, *A Verdade*, 2 de junho de 1887, p. 3. Telegrammas”, *A Província de Minas*, 28 de maio de 1887, p. 1., E na capital capixaba “Telegrammas”, *A Folha de Vitoria*, 2 de junho de 1887, p. 3. As notícias sobre o incêndio da Ópera Cômica de Paris foram publicados em jornais da capital alagoana “Telegrammas”, *Gutenberg*, 3 de junho de 1887, p. 2. “Gazetilha”, *Orbe*, 3 de junho de 1887, p. 2. Ao Sul, o jornal da cidade paranaense de Paranaguá também publicou informações sobre o sinistro “Incêndio da Ópera Cômica”, *Commercial*, 11 de junho de 1887, p. 2. Assim como no jornal da Santa Catarinense, *Desterro*, “Noticiário”, *O Conservador*, 4 de junho de 1887, p. 2., e na capital rio-grandense “Telegramma”, *A Federação*, 30 de maio de 1887, p. 1. Por fim, a imprensa de algumas cidades do norte também levou aos seus leitores informações sobre o incêndio, como nos impressos paraenses “Da França”, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1887, p. 2., e “Revista da Europa”, *O Liberal do Pará*, 5 de julho de 1887, p.2.

<sup>632</sup> “Pelos Theatros”, *Revista Ilustrada*, 31 de março de 1888, p. 7.

ordem e o paraíso, e muitas delas já foram reconhecidas”. Ou seja, uma vez mais a dimensão classista é posta em evidência na tragédia, eram aqueles que ocupavam os locais com ingressos vendidos a preços mais baratos, provavelmente os expectadores de classes sociais mais pobres, os que estavam sujeitos aos maiores riscos.<sup>633</sup>

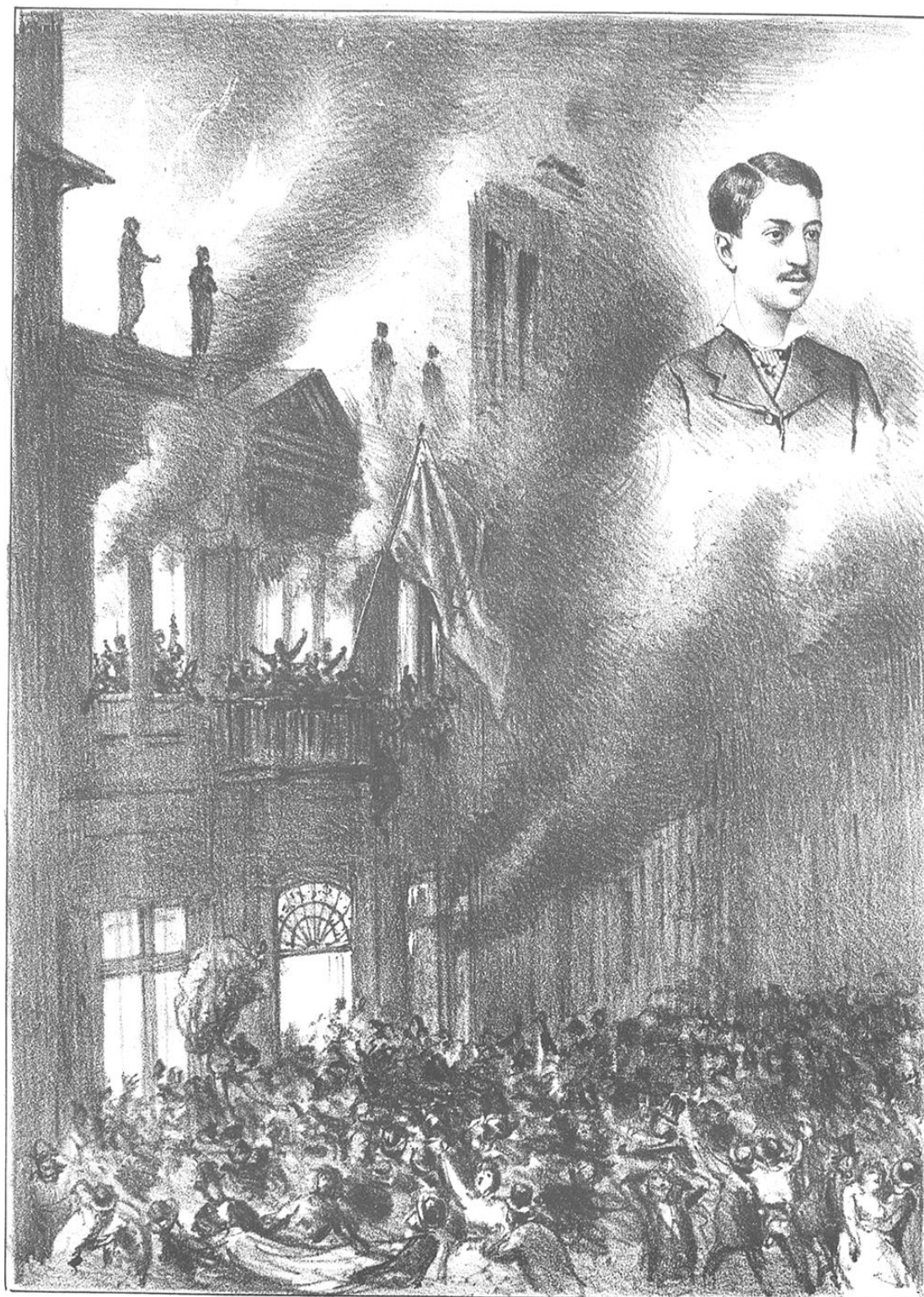
Seguindo o modelo folhetinesco, nos dias seguintes, a *Gazeta de Notícias* voltou a atualizar seus leitores com informações comoventes sobre o perfil dos mortos, que, segundo a reportagem, eram “vítimas [que] pertencem, na sua maioria, à classe pobre”, além de informar que entre os escombros havia “grande número de cadáveres de famílias inteiras, vítimas do incêndio”. Todavia, nada aproximaria mais os brasileiros da realidade vivida pelos frequentadores do Baquet do que a informação de que havia sido localizado o corpo do jovem nascido no Rio de Janeiro, de nome Guilherme Louzada Marcenal, estudante de engenharia da Escola Polytechnica.<sup>634</sup>

A *Revista Ilustrada* deu grande destaque ao infortúnio do estudante (Figura 45), levando aos leitores a imagem de página inteira, em que reforçava a destruição provocada pelo fogo, num cenário cheio de fumaça, no qual uma multidão, desprovida de feições, tentava fugir das chamas. Na sacada que dava para a área externa, estavam outras tantas pessoas que buscavam salvar-se, apavoradas pela tragédia que se abatia sobre elas. A única vítima que mereceu ter suas feições identificadas foi o jovem Guilherme Louzada, com olhar sereno, o medalhão do estudante eleva-se ao lado do prédio em chamas.

<sup>633</sup> “Telegramas, Incêndio do Theatro Baquet, no Porto. 100 mortos”, *Gazeta de Notícias*, 22 de março de 1888, p. 1. Ver também as edições da *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio* publicadas em 23 de março de 1888. A repercussão e atualização do caso podem ser acompanhadas nos dias posteriores. Verbete Paraíso: Conjunto de lugares que há, para espectadores, por cima dos camarotes e junto ao teto, nalguns teatros. De acordo com a definição dada por Candido Figueredo em seu *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria, 1899, p. 259.

<sup>634</sup> “Incêndio do Theatro Baquet”, *Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1888, p.1.





*Incendio do theatro Baquet do Porto, na noite de 21 de Março de 1888.  
(Extrahido de uma publicação illustrada da mesma cidade.)*

*Guilherme Louzada Marcenal.  
natural do Rio de Janeiro. Estudante  
da Escola Polytechnica. Victim do  
incendio.*

Figura 45. A imagem do estudante brasileiro em destaque acima do furor das chamas que destruíam o Theatro Baquet, do Porto, foi reproduzida com destaque para os leitores.  
Fonte: *Revista Illustrada*, 14 de abril de 1888, p. 8.

O pavor e o sofrimento presentes na imagem são reforçados na narrativa trazida pela *Gazeta de Notícias*, que detalhou o caso de “uma pobre mulher com uma criança no colo”, no alto das escadas de um dos salões do Baquet, sob o risco de ser engolida pelo fogo, e que, ao ser interpelada para que atirasse o filho que trazia em seus braços, “não se atreveu a jogar a criança; por fim, lambida pelas chamas, deixou cair a criança, que nada sofreu”. Percebemos que, para a publicação, mesmo aquele sendo um “horrível espetáculo”, merecia ser assistido pelas pessoas ali presentes, assim como ter sua narrativa repetida para aqueles que não estavam ali, ainda que o jornalista afirme sentir “calafrios” enquanto redige o texto, ainda cabia a narrativa dotada de pavor e sensacionalismos.<sup>635</sup>

O medo formado a partir do incêndio no Baquet foi registrado em texto da *Revista da Semana* que chegou a afirmar que os espectadores cariocas lançavam “significativos olhares para as portas” chegavam a medir “a distância que delas os separa”. Essa postura temerosa dos espectadores foi detalhada pela publicação:

O espírito dos frequentadores de teatro anda agitado, e isso ainda aumenta o perigo, que, por ventura, correm.  
Com os receios que o incêndio do Theatro Baquet veio incutir na população, para que se dê uma grande catástrofe, basta um equívoco, um grito, um movimento de pânico.  
Cada espectador sente isso e mesmo sem querer, vai olhando para os lados... **Só depois de terminado o espetáculo, e em meio da rua, o assunto deixa de impor-se às imaginações.**  
E, há bem razão para isso.<sup>636</sup>

A circulação daquelas notícias alterava profundamente o comportamento dos frequentadores dos teatros e a própria relação deles com as salas de espetáculos. Na mesma publicação, outra nota explicitava essa tensão vivida nas plateias, “desde o incêndio do theatro Baquet, que o público se mostra muito impressionado nos teatros. É preciso tranquilizá-lo, e é o que o governo está fazendo”.<sup>637</sup> Percebemos que esse pavor construído pelos textos, imagens e pelos comentários feitos à boca miúda povoavam o imaginário dos cariocas provocando a agitação e preocupação nos teatros.

Por outro lado, a comoção provocada pelo incêndio no Baquet foi tamanha que o Imperial Theatro São Pedro publicou um anúncio que convocava a população da cidade a comparecer ao “Grande Festival da Caridade”, evento organizado pelo rabequista

<sup>635</sup> “Incêndio no Theatro Baquet”, *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1888, p.1.

<sup>636</sup> “Pelos Theatros”, *Revista Ilustrada*, 31 de março de 1888, p. 7. [Grifos meus].

<sup>637</sup> “Pelos Theatros”, *Revista Ilustrada*, 28 de abril de 1888, p. 7.

português Pereira da Costa, que contaria com a presença de “SS. AA. Imperiais” e a apresentação de diversos artistas, “em benefício das vítimas do incêndio do Theatro Baquet”.<sup>638</sup> Em outra publicação, datada de 1889, podemos perceber como a tragédia foi apropriada como um espetáculo teatral capaz de entreter massas, um anúncio convidava ao público a comparecer na apresentação “na qual tem lugar, à vista do espectador, a reprodução do pavoroso incêndio do Theatro Baquet”.<sup>639</sup> A população carioca poderia experimentar as sensações causadas pela destruição fascinante causada pelo incêndio, sendo a tragédia comercializada, reproduzida e revivida em um espetáculo teatral.

Além disso, ao trazer até a população carioca esses casos de incêndio, a imprensa da cidade desempenhou um importante papel de cobrança e estímulo ao poder público, para que providências fossem tomadas a respeito da segurança das casas de espetáculos. Ocorrências capazes de provocar comoção, como a do Theatro Rings, da Ópera Cômica de Paris, e a do Theatro Baquet, por exemplo, foram utilizadas para denunciar as condições dos teatros existentes na cidade e pressionar para que algo fosse realizado para melhorar a segurança dos frequentadores dos teatros.

Em 1881, o texto publicado na seção “Theatros” do *Jornal do Commercio*, logo depois do incêndio que destruiu um teatro na cidade francesa de Nice, chamava a atenção dos leitores sobre a necessidade de reformas no Theatro Imperial D. Pedro II. A principal preocupação dizia respeito à “dificuldade que há em sair deste teatro em condições normais, e daí se pode inferir o que poderia acontecer no caso de alguma catástrofe”. O argumento usado no texto é de que ocorrências, como aquela de Nice, devem ser levadas em consideração pelos proprietários do teatro para garantir a saída rápida dos espectadores em casos de emergência.<sup>640</sup>

Argumentos semelhantes foram defendidos pelo *O Globo Ilustrado*, após o incêndio do Theatro Rings, de Viena. O jornalista entendia serem necessárias intervenções das autoridades a fim de orientar e melhorar a circulação dos espectadores, com a ampliação das portas e a construção de escadas, de modo a “evitar no futuro a repetição de catástrofes desta ordem”.<sup>641</sup>

Ainda no calor das notícias sobre o incêndio, que chegavam de Paris, o *Diario de Noticias*, salientava a condição que a Ópera Cômica se encontrava antes do sinistro.

<sup>638</sup> *Gazeta da Tarde*, 4 de abril de 1888, p. 4.

<sup>639</sup> *Gazeta de Noticias*, 5 de maio de 1889, p. 6.

<sup>640</sup> “Theatros”, *Jornal do Commercio*, 23 de agosto de 1881, p. 1.

<sup>641</sup> *O Globo Ilustrado*, 8 de janeiro de 1882, p. 2.

Apesar da casa de espetáculos francesa possuir “garantias de segurança”, como a instalação de “portas de salvação” e o uso de “lanternas de prevenção”, que foram adotadas por seus gestores logo após a tragédia que vitimou centenas de pessoas no Theatro Rings de Viena, isso de nada adiantou. Com o incêndio consumindo as dependências do teatro, a principal ideia construída pela publicação está na atuação pouca eficaz da municipalidade como chave explicativa para o incidente.

O desleixo, que vence sempre, as tinha neutralizado, feito desaparecer. Quem matou pois a maior parte d’essa gente, não foi o fogo: foi a negligência da empresa, a negligência das autoridades. Sirva-nos isto de lição.<sup>642</sup>

No texto, o jornalista direciona a crítica aos gestores públicos e privados por sua passividade, atribuindo a eles a responsabilidade pelas mortes durante os incêndios. O jornal se aproveita da ocorrência no teatro parisiense para alertar os gestores cariocas sobre a necessidade de ações concretas que assegurem a vida dos frequentadores dos teatros da cidade.

Vemos que momentos imediatos às tragédias reacendiam críticas e sugestões na imprensa para que iniciativas fossem tomadas de modo a garantir a segurança do público nos teatros. Essas ocasiões eram, em grande medida, compreendidas pela imprensa como uma boa oportunidade. “O momento é oportuno para, também chamar a atenção de quem compete, para os nossos teatros”, essa era a compreensão do redator da *Revista Ilustrada*, logo após o incêndio no Theatro Baquet,

**Mais uma tremenda catástrofe vem juntar-se à longa e pavorosa história dos incêndios em Teatro!**

Calcula-se que mais de cem vítimas pereceram no incêndio, havido há dias, no Theatro Baquet, do Porto!

De meses a meses, a gente, hoje tem quase a certeza de ser surpreendido por essas notícias trágicas, de mortes horrorosas, e meio de divertimentos, e contempla essa pobre multidão entaipada entre grossas paredes, ululante de pânico, esmagando-se na alucinação da fuga, acossada pelas labaredas, ou ficando sepultada sob as ruínas.

Ontem, era o Rink [sic], de Viena, dando centenas de vítimas ao fogo; depois a Ópera Cômica de Paris; agora o Baquet, do Porto!

**Tantas e tantas vidas, dadas em holocausto ao mais horrível suplício, pela imprevidência das autoridades, pelo descuido público!**

Não chegará o dia, em que os governos cumpram o dever de obrigar os proprietários de teatro a fazerem as obras necessárias para garantir a vida dos espectadores, em caso de incêndio?

<sup>642</sup> *Diário de Notícias*, 28 de junho de 1887, p. 2.

Provavelmente, não!<sup>643</sup>

Recorrendo ao histórico de ocorrências trágicas envolvendo teatros europeus, o autor situa a tragédia do Baquet como parte da “longa e pavorosa história de incêndios em teatros”, isentando a “pobre multidão entaipada entre grossas paredes” de qualquer responsabilidade sobre o incêndio – o articulista chega a comparar a morte nos incêndios em teatros a um “holocausto” e “ao mais terrível suplício”. O argumento do jornalista se encaminha para a contundente responsabilização de autoridades, consideradas imprevidentes nos cuidados. A principal crítica é a falta de capacidade dos governos para regularem procedimentos capazes de assegurar a vida daqueles que frequentavam os teatros e outros espaços destinados a diversões na cidade.

Pressionadas, as autoridades públicas se viam obrigadas a se posicionarem sobre o tema dos incêndios em teatros, por vezes tendo que sugerir medidas capazes de fornecer segurança às plateias. No Relatório de 1887, o Ministro da Agricultura escreve um pouco sobre essa pressão realizada pela imprensa, e pela sociedade.

O incêndio do Theatro Baquet, na cidade do Porto, produziu grande consternação nos habitantes deste Império.

A imprensa, as sociedades científicas e as pessoas competentes, têm-se ocupado do assunto, tratando das medidas a adotar-se para premunir o quanto possível, os nossos teatros de desastres semelhantes.

O governo, por sua vez se preocupa do assunto, nomeando comissões que estudem, de acordo com os progressos da ciência, os meios seguros a adotar-se, para prevenir os incêndios, fácil e prontamente extingui-los, caso se manifestem, e finalmente dar maior garantia ao público na retirada em conjuntura tão difícil quão penosa.<sup>644</sup>

Mesmo em ocorrências que tiveram pouca repercussão nos jornais, ou que não tiveram número elevado de vítimas, a imprensa utilizava-se dos incêndios em teatros para exercer pressão para que os gestores agissem em favor da segurança das plateias e da adoção de obras capazes de modernizar os teatros. Como no caso da cidade italiana de Nizza, em que o fogo destruiu as instalações da casa de espetáculos e “devorou tão grande número de vítimas, chamou a geral atenção para a necessidade de providenciar-se sobre a iluminação dos teatros e a bem da segurança dos espectadores”.<sup>645</sup> Em outro caso, a notícia de que um incêndio reduziu a cinzas o Theatro Cívico da cidade espanhola de

<sup>643</sup> *Revista Ilustrada*, 31 de março de 1888, p. 2. [Grifos meus].

<sup>644</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ano de 1887, apresentado a Assembleia Geral Legislativa*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1888, p. 116. Disponível em: <http://bit.ly/2Q3rvbE>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>645</sup> “Exterior”, *Jornal do Commercio*, 12 de maio de 1881, p. 2.

Zaragoza”, na Espanha, isso foi o suficiente para que se gerasse a comparação entre a segurança entre as casas de espetáculos da Europa e do Brasil. Se lá, a reportagem afirmava não ter tido vítimas fatais, por aqui, na visão do jornalista a situação seria bem diferente... “Se fosse em um dos nossos, talvez não pudéssemos dizer o mesmo”.<sup>646</sup>

A cada divulgação de notícia de incêndio em teatros, aumentava-se a percepção de que os teatros do Rio de Janeiro eram pouco seguros para os espectadores presentes nas plateias. Em 1895, ao noticiar sobre o incêndio no Theatro Real da cidade escocesa de Glasgow, que causou muitos “prejuízos pecuniários”, o texto publicado na *Revista Theatral* utilizou novamente a fórmula comparativa entre os teatros europeus e os localizados no Rio de Janeiro.

E, se lá enormes foram os prejuízos pecuniários, por felicidade, diz um correspondente, se pode ter o fato de não ser mais importante o desastre. Por felicidade! Isto é para encher-nos de terror, **quanto sabemos a quantidade e qualidade de providencias que lá adotam para as evitar, e a nenhuma até agora adotara entre nós!**

E não se diga que o Governo não exige garantias para segurança dos espectadores, não senhor.

Todos os anos exige-se dos engenheiros dos teatros indicação de medidas para tal. E vai o engenheiro, ao arquivo das minutas e de lá tira a que diz respeito à exigência, fazendo-a copiar, muda a data e a envia, em ofício cheio de considerandos e de boas intenções.

Mas... fica em intenções, e de bem intencionados está cheio o... mundo. Já ninguém se lembra do incêndio do Polytheama; e não será para admirar se o próprio Theatro Municipal não oferecer as garantias que a prática tem demonstrado serem necessárias.

Há cousas tão extraordinárias....<sup>647</sup>

A tensão e descontentamento expostos no texto nos indicam o quanto a situação vivida nos teatros era incômoda e trazia perturbação, especialmente se considerarmos que o texto foi publicado em uma revista dedicada ao público frequentador dos teatros cariocas. Para o autor, pouco se fazia, e mesmo depois dos casos de incêndios que ocorreram na cidade, dando como exemplo o incêndio do Theatro Polytheama,<sup>648</sup> ocorrido em 1894, pouco se fez e nem sequer chega-se a lembrar.

Por vezes, a imprensa incluía os espectadores no rol das críticas. Em 1886, a notícia de que o princípio de incêndio no Theatro São Pedro de Alcântara foi causado pelo “mau costume” de um espectador que, ao fumar na galeria do teatro, deixou cair seu cigarro em um dos camarotes, colocando fogo nas vestes de uma mulher levou o jornalista

<sup>646</sup> *Revista Theatral*, 21 de fevereiro de 1895, p. 3.

<sup>647</sup> “De vez em quando...” *Revista Theatral*, 8 de junho de 1895, p. 3. [Grifos meus].

<sup>648</sup> Ver edições da *Gazeta de Notícias*, 16 de julho de 1894, p. 1. e de *O Paiz*, 16 de julho de 1894, p. 1-2.

de *O Paiz* a escrever texto exortando ao comportamento considerado inadequado e perigoso para o interior dos teatros. Buscando fortalecer seu argumento, o jornalista recupera informações sobre o incêndio do Theatro Rings, de Viena, para explicar que após aquela tragédia, “não houve quase um só nação que deixasse de preocupar-se com a hipótese e que não estudasse meios, senão de impedir, ao menos de atenuar os efeitos de catástrofes semelhantes”. Sendo então esperado, por parte do articulista, que as autoridades cariocas agissem de modo a fiscalizar as plateias para evitar que o hábito de fumar dentro das salas de espetáculos colocasse em risco vida dos espectadores.

Nos nossos teatros nada há disposto ou prevenido para uma tal emergência, e assunto é este que nos parece digno da cogitação da autoridade policial.

Providências são necessárias, as quais devem ser adotadas e impostas aos donos dos teatros, não nos limitando, como até aqui, a inspeções banais, a relatórios inúteis e a conselhos não atendidos.

Dentre elas, porém, há uma, que nós ousamos propor – solicitando (se acaso não é proibido) as pessoas que frequentam o teatro, a abolição do charuto e do cigarro ao menos dentro do recinto.

Como costume, além de ser bárbaro e grosseiro, revelador de escassa cultura social, é perigoso pelos seus efeitos, por que, como vimos, uma simples ponta de cigarro ia dando origem a uma grande desgraça.<sup>649</sup>

O texto mostra as tensões entre as classes sociais, envolvendo expectativas, sobre o modo com que as pessoas, que ocupavam as galerias, áreas com ingressos mais baratos, deveriam se comportar. A narrativa elaborada pelo jornal evidencia relações e tensões de gênero e de classe social: o “mau costume” de um espectador da galeria – seção que vendia ingressos mais baratos –, lançando um cigarro sobre as vestes frágeis de uma mulher que estava em um dos camarotes. Os adjetivos utilizados pelo jornalista nos indicam, muito além da questão da segurança propriamente dita, manifestando o incômodo provocado pela presença, na sua visão, de pessoas pertencentes a classes sociais com cultura escassas. Em tantos casos aqui expostos, notícias vinculadas na imprensa carioca colocaram sob suspeita os frequentadores dos teatros pertencentes a classes trabalhadoras, ao acusá-los de entrar em pânico exagerado durante os incêndios, por vezes se lançando das galerias e do paraíso, enquanto na plateia e camarotes, a fuga – favorecida por esses espaços – podia ser aparentemente mais tranquila.

Além disso, os incêndios em teatros poderiam ser apropriados pelos gestores de teatros como forma de divulgação de segurança para seus frequentadores. Foi o que fizeram os responsáveis pelo Theatro Apollo, ao divulgarem a apresentação do espetáculo

<sup>649</sup> “Um mau costume”, *O Paiz*, 4 de junho de 1886, p. 1.

“O solar dos Barrigas”, dizendo ser aquele o “único nesta Capital, construído todo de ferro, [e que, portanto, se distinguia] oferecendo toda a segurança ao público mesmo no caso de incêndio”<sup>650</sup>. Podemos perceber que, diante dos medos gerados com as constantes notícias sobre mortes provocadas pelos incêndios em teatros, havia certo capital de valorização à segurança, que foi compreendido pelos gestores do Theatro Apollo como algo que poderia atrair ainda mais a presença do público aos seus espetáculos.

Além de criticar as autoridades e pressionar por ações capazes de imprimir mudanças, a imprensa do Rio de Janeiro denunciava as condições favoráveis a esses sinistros existentes nos teatros da cidade. As condições do Theatro São Pedro de Alcântara foram expostas em texto publicado no *Jornal do Commercio*, que reforçou que, mesmo após o incidente com o Rings, o São Pedro não realizou grandes mudanças que garantisse a segurança dos espectadores, diferentes das “providências salvadoras [que] foram adotadas em todos os teatros da Europa e da América, entre outras a dos panos metálicos e do isolamento dos edifícios”. No Theatro São Pedro de Alcântara, nada se fez nesse sentido. O jornalista avaliava como sensível a situação do prédio que “rodeado como está de hotéis, casas de bilhar e pequenos negócios, todos com cozinhas, e até por debaixo do camarim de SS. MM. Imperiais, com grave risco de vidas tão preciosas”.<sup>651</sup> Ou ainda como expôs *O Mequetrefe*, em 1888:

O pavoroso incêndio do Theatro Baquet, do Porto, deve pôr de prevenção os proprietários dos Theatros São Pedro e Polytheama. O São Pedro, este então, possui todas as condições para um excelente forno de cremação”.<sup>652</sup>

Alertando principalmente para as condições do São Pedro, identificadas pelo redator como mais propícias para a propagação de incêndios, e que assim eram meritórias de maior atenção por parte dos gestores.

Em alguns casos de incêndios em teatros europeus, a narrativa publicada na imprensa carioca servia como estímulo para ações que deveriam ser tomadas pelos teatros do Rio de Janeiro.

A destruição do [Theatro] República foi um aviso que não se pode ser desprezado. Todas as condições de segurança para o serviço de incêndios, não só nos teatros, mas em todas as outras casas de espetáculos de Lisboa, são, na sua generalidade, péssimas. Para

<sup>650</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de julho de 1894, p. 6.

<sup>651</sup> “Publicações a pedidos, O Imperial Theatro S. Pedro de Alcântara”, *Jornal do Commercio*, 16 de julho de 1885, p. 3.

<sup>652</sup> “Noticiarete”, *O Mequetrefe*, Março de 1888, p. 6.



remediar o inconveniente vamos tomar desde já algumas providências sendo a primeira pedir à Câmara Municipal que inste junto ao Sr. governador civil um novo regulamento, atenta a absoluta deficiência do que se encontra em vigor.<sup>653</sup>

O texto, de certo modo, indica um caminho possível a ser tomado pela população carioca quanto a essa modalidade de sinistro que tanto perigo levava aos que tinham nos teatros, e demais espaços congêneres, uma opção de lazer e diversão.

Além da imprensa, os incêndios poderiam impulsionar instituições da sociedade civil que detinham autoridade dos saberes técnicos sobre o tema. É o que percebemos quanto ao *Instituto Polytechnico Brasileiro*, que, embalado pela repercussão do incêndio no Opera Cômica de Paris, ocorrido em 1887, se mobilizou para retomar com intensidade suas orientações quanto à questão da segurança nos teatros do Rio de Janeiro. O presidente do Instituto, Gastão d'Orleans, o Conde d'Eu, encaminhou ofício, ao ministro da justiça, recomendando que procedimentos técnicos fossem tomados em prol da segurança dos frequentadores dos teatros.

A triste catástrofe ocorrida no incêndio do Theatro da Ópera Cômica de Paris, e que cobre de luto esta cidade, vem confirmar, ainda uma vez, que não se deve por mais tempo descuidar dos meios de evitar a repetição de semelhantes acontecimentos, e que compete aos poderes públicos e aos particulares, empregar, sem demora, os preservativos que a experiência aconselha.

O documento, encaminhado ao ministério responsável pelo Corpo de Bombeiros, reforça o argumento, bastante disseminado na imprensa, de que tragédias ocorridas em teatros, como a da Ópera Cômica de Paris, deveriam ser evitadas pela adoração de meios capazes de preservar a segurança nas plateias. Sendo competência das autoridades públicas e dos gestores dos teatros, a responsabilidade de atuar levando em consideração a experiência observada em sinistros nesses espaços. O texto prossegue explicando que este tema já foi debatido em sessões anteriores do *Instituto Polytechnico Brasileiro*, e que se tratava de matéria fundamental que se realizassem as medidas indicadas. Consciente de que em teatros são exigidas algumas “precauções”, o texto apresenta ao ministro uma série de orientações que foram tomadas em outras cidades europeias, e que igualmente deveriam ser realizadas nos teatros do Rio de Janeiro. O documento ressalta ainda que, das orientações recomendadas pelo *Instituto Polytechnico Brasileiro*, pouco, ou quase nada, havia sido feito. A indicação para o isolamento dos

<sup>653</sup> “Telegramas”, *Correio da Noite*, 2 de outubro de 1914, p. 2.

prédios em que funcionavam teatros, por exemplo, não foi acolhida pelos gestores do Theatro São Pedro de Alcântara, que inclusive abrigava “um *restaurant* por baixo do camarim imperial, o que já deu lugar a um princípio de incêndio”. Mesmo após o prédio do Theatro São Pedro de Alcântara ser reformado, a prescrição para que fossem instaladas portas de saída que abrissem para o exterior dos edifícios, facilitando assim a saída dos expectadores em casos de emergências, continuou sendo desconsiderada por seus administradores. O documento fazia ainda outras recomendações, como a “substituição do pano de boca por uma tela metálica, [para] que isole a cena no caso de incêndio”, o direcionamento do ventilador sobre a cena e não sobre a plateia, “para evitar a tiragem da propagação rápida do incêndio, e a substituição da “a luz de gás pela elétrica”.<sup>654</sup>

Em 1888, ainda no embalo das notícias sobre os grandes incêndios dos teatros de Viena e Paris, o *Instituto Polytechnico Brasileiro* promoveu uma conferência, que contou com a presença do ministro da Justiça, para debater sobre a situação de segurança dos teatros da cidade.<sup>655</sup> Buscando legitimar seus argumentos, a imprensa carioca, utilizou-se de saberes técnicos com o intuito de pressionar representantes do governo, e gestores dos teatros, a realizarem melhorias nas condições de segurança desses espaços. Como estratégia de promoção desses saberes, a imprensa publicou, ao longo do mês de abril de 1888, documentos elaborados a partir dessa reunião promovida pelo Instituto. Um deles foi o ofício destinado ao chefe de polícia da Corte recomendando “alterações que deverão ser feitas imediatamente e que não importarão em grande ônus aos proprietários ou empresários”.<sup>656</sup> Assim como um relatório detalhado das intervenções que deveriam ser realizadas nos principais teatros do Rio de Janeiro, e trechos transcritos da conferência, intitulada “*Incêndios em Theatros*”, proferida pelos renomados engenheiros Viriato Belfort Duarte e Luiz Schreiner, em evento realizado pelo *Instituto Polytechnico Brasileiro*.<sup>657</sup>

O texto exemplifica como essa circulação de saberes foi apropriada pela imprensa de modo a legitimar a pressão sobre o poder público e apresenta uma série de

<sup>654</sup> *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*, 1890, “Actas das sessões, 11 de julho de 1887”, p. 21-23.

<sup>655</sup> “S. Ex. o sr. Ministro da Justiça”, *Diario de Noticias*, 12 de abril de 1888, p. 1.

<sup>656</sup> “Prevenção dos incêndios nos Theatros, Parecer dos engenheiros”, *Diario de Noticias*, 13 de abril de 1888, p. 1.

<sup>657</sup> A transcrição foi publicada nas edições publicadas entre os dias 13 e 27 de abril de 1888. Versões atualizadas dos estudos sobre o tema foram publicadas na *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*, do ano de 1892, p. 45-61, e em formato dos livretos SCHREINER, Luiz., DUARTE, Viriato Belfort. *Incêndios nos Theatros: meios de preveni-los e atenuar seus efeitos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888; e DUARTE, Viriato Belfort. *Incêndios nos Teatros. Novos Estudos*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuringer & Filhos, 1893.

recomendações técnicas que deveriam ser aplicadas com o intuito de promover a segurança dos espectadores de modo a evitar que tragédias como aquela ocorrida nos teatros Rings de Viena e na Ópera Cômica de Paris se repetissem.

A imprensa do Rio de Janeiro teve um papel importante na inserção da cidade nas discussões sobre a segurança nos teatros, e nas reflexões sobre mudanças urbanas necessárias para modernização da cidade. Os medos gerados pela divulgação de notícias sobre incêndios evidenciam a postura pouco ativa da municipalidade na tarefa de regulamentar e fiscalizar os trabalhos que poderiam fazer dos teatros ambientes mais seguros. Garantir a segurança da população nos teatros permitiria medir o grau de civilização e esse foi um dos grandes esforços da burguesia capitalista carioca na virada para o Novecentos.

Além disso, a espetacularização dos incêndios de forma sensacionalista pela imprensa salienta o próprio papel de centralidade das instituições de combate aos incêndios, fenômeno internacional no contexto de fins do século XIX. Na realidade brasileira, e especificamente da carioca, a cobertura da imprensa coloca ainda mais em evidência o caráter heroico reivindicado pela corporação aos trabalhadores que atuavam em suas fileiras. A ideia de soldados do fogo como trabalhador abnegado, disposto a por sua própria vida em risco para salvar a vida de outros, é favorecida pela cobertura exaustiva da imprensa que, ao exigir que o poder público a estruturação de uma instituição capaz de atuar de modo efetivo contra os perigos dos incêndios, dava os trabalhadores do Corpo de Bombeiros, especialmente os combatentes, o papel de protagonistas.

## 7. Considerações finais

Em 2019, o Corpo de Bombeiros foi apontado pelos brasileiros como a instituição mais confiável. A pesquisa ouviu 1.000 pessoas, e os bombeiros foram mencionados por 95% dos entrevistados, mostrando que para um número expressivo de brasileiros os bombeiros ainda são identificados como heróis, empenhados em salvar a vida da população ou o patrimônio público e privado. Nos anos de pesquisa dessa tese, esse compromisso se fez presente de modo muito forte no incêndio que destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2018, e ainda no rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, 2019. Sinistros que evidenciaram a importância da existência de uma instituição treinada e com experiência nesse tipo de atendimento.

No século XIX, as disputas pela criação e controle de uma instituição dedicada a atuar no combate aos incêndios, e que tiveram como protagonista o francês Bernardo Bidegorry revelam conexões a respeito da preocupação em atender demandas da população contra a ação descontrolada do fogo nos ajuntamentos urbanos. O modelo parisiense, adotado no projeto de instituição fundada no Rio de Janeiro, ilustra parte das tensões e expectativas decorrentes das preocupações da administração pública em resposta a pressões sociais. O Corpo Provisório da Corte institucionalizado no decreto datado de 1856 adotou a militarização da força, mantendo sua administração subordinada diretamente ao poder central, apesar de ter como sua atuação restrita a cidade do Rio de Janeiro. Bidegorry, derrotado em suas pretensões de comandar a ação da Corporação, manteve seu protagonismo, tendo sua experiência de trabalho no combate aos incêndios na cidade e os saberes adquiridos nesses atendimentos reconhecidos a ponto de assumir a função de instrutor dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros, com bom salário e ocupando uma posição de destaque na hierarquia.

Com a aprovação do novo regulamento em 1860, e o fim do caráter Provisório da instituição, abriu-se a possibilidade de a Corporação recrutar trabalhadores para integrar suas fileiras. O projeto de consolidação e maturidade institucional levou os bombeiros a dinamizarem sua presença nas diferentes regiões da cidade. Processo intensificado a partir na década de 1880, com a ocupação de novas áreas do tecido urbano carioca com a aplicação de um elaborado projeto de capilarização das Estações e postos de atendimento. A trajetória de João Soares Neiva, militar do Exército que protagonizou grande parte desse movimento, é reveladora da importância do trabalho realizado pelo

comandante-geral como negociador persistente e comprometido com a imagem da Corporação na sociedade e na própria administração pública.

Esse processo de expansão, além de dinamizar o atendimento, proporcionou melhorias seja na ampliação de oportunidades para os trabalhadores de baixa renda, seja nas próprias condições de trabalho. O modelo parisiense, de bombeiro militarizado e com capilarização de unidades operacionais, presente desde a fundação, se tornou ainda mais real entre as décadas de 1880 e 1910. No intento de fazer parte do circuito internacional de combate aos incêndios, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro adquiriu equipamentos e aprimorou procedimentos de modo a dinamizar ainda mais seu serviço. Especialmente em um período em que a cidade do Rio de Janeiro sofria profundas transformações urbanas, a Corporação apresentou-se como uma peça chave no projeto de aburguesamento carioca. Era necessário garantir a segurança dos novos edifícios e que os investimentos dos capitalistas ligados ao setor imobiliário estivessem a salvo de sinistros provocados pelo fogo.

O papel político dos gestores da Corporação, particularmente dos comandantes pertencentes a elites do exército, expresso em preocupações ligadas a administração urbana e nas ações de profissionalização, e melhorias infraestruturais da instituição, apontam para novas possibilidades profissionais para esses sujeitos. As trajetórias dos militares da família Souza Aguiar – os irmãos Francisco, Antônio e Feliciano – permitiram analisar as novas possibilidades disponíveis para esses sujeitos após terem atuado no cargo mais importante da Corporação, o de comandante-geral. Seja como prefeito da principal cidade brasileira, o Distrito Federal, a chefia de polícia, ou ainda novas possibilidades de ascensão carreira profissional do próprio Exército. Além disso, possibilitou a indagação dos diferentes significados do trabalho no Corpo de Bombeiros para indivíduos pertencentes a níveis sociais mais elevados, assim como as estratégias adotadas por eles na realização de suas funções.

Entre as estratégias utilizadas pelos comandantes está o plano de ocupação paulatino dessas regiões mais afastadas da região central da cidade. Medida importante para a realização do trabalho dos bombeiros concretizada com o aprimoramento do sistema de comunicação de sinistros e a instalação de caixas avisadoras, no intento de formar circuitos capazes de, mais próximo dos locais incendiados, dar celeridade ao atendimento com a intenção de minorar prejuízos. E ainda no movimento de instalação de hidrantes e aquisição de bombas e equipamentos. Medidas que de um modo geral colaboraram para que os soldados do fogo desenvolvessem o trabalho a que a Instituição

se propunha a fazer. Todavia, os limites impostos pela problemática infraestrutura da cidade e os problemas operacionais tornavam a tarefa de atender a população carioca ainda mais árdua. A falta d'água, problema histórico do Rio de Janeiro, angustiava os combatentes e aterrorizava as vítimas dos incêndios, assim como as condições viárias que arruinavam veículos de atendimento e ainda os modelos defasados de equipamentos completavam o drama operacional.

Os incêndios, as tecnologias e saberes relacionados ao combate ao fogo, se consolidaram como temas de relevância internacional em fins do século XIX. Inserido nessa dinâmica, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro teve um papel central na transmissão de conhecimentos especialmente junto à outras regiões brasileiras interessadas em implantar um serviço congênere. Na esfera internacional, a Corporação buscou integrar um circuito de nações possuidoras de tecnologias modernas, e capazes de oferecer segurança à população e garantia ao patrimônio, nesse sentido a capacidade de se articular politicamente colocou os ocupantes do cargo de comandante-geral dos Bombeiros em posição de destaque, projetando esses sujeitos e possibilitando que gozassem ainda de maior prestígio.

Muito do prestígio dos comandantes, assim como da Corporação, foi construído nas notícias publicadas nas páginas da imprensa de grande circulação, que ao noticiarem incêndios e o trabalho realizado pela Corporação reforçavam o caráter heroico e abnegado dos soldados do fogo no cumprimento de sua missão. Além disso, ao noticiar repetidamente incêndios, muitas vezes valorizando aspectos sensacionalistas dos sinistros, a imprensa contribuiu para a construção de um medo coletivo no imaginário da população carioca, refletiu sobre as ações e procedimentos adotados pela Corporação. Contribuindo, em grande medida, para que, pressionadas pelos temores imaginários populares, as autoridades do poder público adotassem medidas preventivas de modo a tranquilizar a população, sobretudo a burguesia frequentadora dos teatros, dos riscos provenientes da ação descontrolada do fogo.

Os registros produzidos pelos trabalhadores do Corpo de Bombeiros iluminam aspectos significativos da desigualdade social carioca de fins do século XIX e inícios do século XX, principalmente por revelar que os riscos a que a população pobre, que tinha como opção de moradia os cortiços e habitações coletivas não eram poucos. Enquanto nos palacetes e moradias das elites os incêndios eram causavam destruição ao patrimônio quase sempre restituído pelas companhias de seguros, nos cortiços e habitações coletivas os mais pobres perdiam o pouco que haviam conseguido conquistar. Muitos trabalhadores

de baixa renda que atuavam na Corporação conheciam bem essa realidade de sobreviver na cidade do Rio de Janeiro, onde a carestia dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade levava aos mais pobres a se submeter a viver em condições precárias.

O trabalho efetivo realizado pela Corporação alcançou dinâmicas diferentes no período com a criação de novas unidades operacionais e a aquisição de novos equipamentos, mais potentes e modernos, fundamentais para o funcionamento da Instituição. A posição de vanguarda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, inclusive por ser a primeira instituição desse tipo criada no Brasil, favoreceu também o protagonismo da Corporação junto a projetos de criação de instituições congêneres. Permitindo ainda que o comando da Corporação elaborasse estratégias favoráveis a circulação de saberes e tecnologias de combate aos incêndios.

Em outra perspectiva, o Corpo de Bombeiros se destacou como porta de entrada para os ‘mundos do trabalho’, o efetivo de praças do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro era basicamente composto por homens jovens, com idades entre 24 e 25 anos, a maioria de nacionais, entretanto sendo local de trabalho de alguns estrangeiros, sobretudo naturais de Portugal. É interessante observar que uma parcela significativa dos jovens que se alistavam na Corporação em busca de trabalho, declarava não possuir ofício prévio. Ou seja, a Corporação foi um espaço favorável para que os jovens mais pobres pudessem ingressar no disputado mercado de trabalho formal carioca. Para muitos desses jovens o Corpo de Bombeiros possibilitava aprender um ofício, e ainda que não se constituísse carreira na instituição, o trabalho aprendido e realizado durante a permanência na Corporação contribuía para a reinserção no mercado de trabalho.

Além disso, nas pequenas ocorrências de incêndios, decorrentes de acidentes com velas acesas, ou por excesso de fuligem nas chaminés, e tão presente no cotidiano carioca, mostram uma realidade bem menos grandiosa do que aquela salientada por reportagens dos jornais e pelos cronistas, como Olavo Bilac: a do trabalho simples de trabalhadores que era mais próxima de operários do que de heróis.

A mesma imagem de herói que a Corporação propagandeava aos soldados do fogo, tido como aqueles que cotidianamente desafiavam as forças da natureza, pondo em risco sua integridade para salvar aqueles que pedem socorro, sempre em sentinela, chegando a abrir mão do conforto de sua casa para velar pelo sono da população. E que se revela muito mais como uma projeção das elites que integravam os cargos mais importantes da instituição, do que com a realidade dos alistados provenientes das classes populares, em que trabalhadores de baixa renda buscavam os meios para sua subsistência

fugindo da informalidade e incertezas do mercado de trabalho carioca. Desafiando a narrativa que os gestores desejavam construir sobre o Corpo de Bombeiros, esses trabalhadores muitas vezes recusavam-se a sair para o atendimento, ou se agrediam em resposta às rivalidades existentes entre companheiros de farda, e transgrediam assim a hierarquia institucional.



## 8. Fontes

### \*Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

*Série Incêndios*, Códice 44.4.25.

Códice 44.4.26.

### \*Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

Livro de Ofícios Expedidos – 1856, 1860

Livro de Ordens do Dia – 1903, 1927.

Livro Mestre de Assentamento de Praça

### \*Arquivo Histórico do Exército

Fé de Ofício XX-1-145.

III-18-8.

VIIA-1-42.

### \*Arquivo Histórico do Itamaraty

Secretaria dos negócios Exteriores 299 02 06

299 04 16

### \*Arquivo Nacional (RJ)

- *Série Educação* – IE4-32.

- *Série Justiça*, (Corpo de Bombeiros) – IJ8-2, IJ8-3, IJ8-4, IJ8-30, IJ8-32, IJ8-33, IJ8-34, IJ8-35, IJ8-36, IJ8-37, IJ8-38, IJ8-39, IJ8-40, IJ8-41, IJ8-42, IJ8-43, IJ8-44, IJ8-45, IJ8-47, IJ8-48, IJ8-49, IJ8-50, IJ8-51, IJ8-52, IJ8-56, IJ8-59, IJ8-60, IJ8-61, IJ8-62, IJ8-63, IJ8-65, IJ8-66, IJ8-68, IJ8-69, IJ8-70, IJ8-71, IJ8-72, IJ8-73, IJ8-74, IJ8-75, IJ8-77, IJ8-79.

- *Fundo Afonso Penna* – ON.0.COR.17/5, ON.0.COR.27/78,

\*Biblioteca Nacional (RJ)

*Manuscritos* C-0541,009 “Processo de naturalização brasileira de Bernardo Urbano de Bidegorry”.

*Manuscritos*, C-0803,11, “Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando ser nomeado professor de ginástica no Colégio Pedro II, em 14 de setembro de 1847”.

*Obras Gerais*, [Livro] I-389,2,15,nº 10.

\*Documentos Oficiais

BAHIA. *Relatório os Trabalhos do Conselho Interino do Governo*. Salvador: Typographia de L. A. Portella e Companhia, 1844.

\_\_\_\_\_. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

\_\_\_\_\_. *Anais do Senado Imperial (1841)*. Brasília: Senado Federal, 1978.

\_\_\_\_\_. *Anais do Parlamento brasileiro (1848)*. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1880.

\_\_\_\_\_. *Annaes do Parlamento Brasileiro, Sessão em 13 de agosto de 1853*. Rio de Janeiro: Typhografia Parlamentar, 1876.

\_\_\_\_\_. *Annais do Parlamento Brasileiro (1857)*. Tomo 5, Sessão de 10 de julho de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1857.

\_\_\_\_\_. *Annais do Parlamento Brasileiro (1860)*. Sessão de 28 de maio de 1860. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuvee Comp., 1860.

\_\_\_\_\_. *Breve Notícia sobre a fundação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

\_\_\_\_\_. *Coleção das leis do Império. Decreto n. 1.775, de 2 de julho de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

\_\_\_\_\_. *Coleção de Leis do Império do Brasil. Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

\_\_\_\_\_. *Coleção de Leis do Império do. Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880*. Rio de Janeiro, 1880.

\_\_\_\_\_. *Coleção de Leis do Império do. Decreto Nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

\_\_\_\_\_. Coleção de Leis do Brasil. *Decreto Nº 9.829, de 31 de dezembro de 1887*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

\_\_\_\_\_. Coleção de Leis do Brasil. *Decreto nº 1.685-A, de 7 de Março de 1894. Aprova provisoriamente o novo regulamento do Corpo de Bombeiros. Rio de Janeiro. v. 1, parte2, p. 269, 1894.*

\_\_\_\_\_. Coleção de Leis do Brasil. *Decreto Nº 6.432, de 27 de março de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

\_\_\_\_\_. Coleção de Leis do Brasil. *Decreto Nº 9.048, de 18 de Outubro de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

CAMARA DOS DEPUTADOS. *Sessão de 1864. Sessão realizada em 4 de maio de 1864, "Pensão a D. M. L. de Bidegorry"*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1864.

\_\_\_\_\_. (Estrada de Ferro Central do Brasil). *Relatório apresentado pelo diretor Tenente-Coronel de Engenheiros Antonio Geraldo de Souza Aguiar, referente ao ano de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

\_\_\_\_\_. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra (1850)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1860 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1861 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1864 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1862 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1870 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1871.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1871 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 15ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1872.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1872 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 5ª sessão da 15ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1873 apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1874, apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1876, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1877, apresentado a Assembleia Geral pelo ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1878.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1879, apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Manoel Buarque de Macedo*. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1880.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1881 apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo ministro João Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Ano de 1882, apresentado pelo ministro Henrique D'Ávila a Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Ano de 1884, apresentado pelo ministro João Ferreira de Moura a Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1886 apresentado pelo ministro Rodrigo Augusto Silva à Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Ano de 1887, apresentado pelo ministro Rodrigo Augusto da Silva a Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

*Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro Rodrigo Augusto Silva referente ao ano de 1888*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos anos de 1894 e 1895, apresentado à Assembleia Geral, pelo ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1856 do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1857 do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1858 do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos anos de 1894 e 1895, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Antonio Gonçalves Ferreira*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1895.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos anos de 1897 e 1898 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

\_\_\_\_\_. *Relatório do ano de 1908 e 1909, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Augusto Tavares de Lyra*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1909.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República, pelo ministro Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, referente ao ano de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, referente aos anos de 1910 e 1911, pelo Ministro Rivadávia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Justiça, dos anos de 1911 e 1912, apresentado ao Presidente da República, pelo ministro Rivadávia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos anos de 1912 e 1913 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

\_\_\_\_\_. *Relatório, dos anos de 1913 e 1914, do ministro da Justiça, Uladislau Herculano de Freitas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos anos de 1914 e 1915 apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

MARANHÃO. *Relatório apresentado pela Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão ao Presidente da Província, por ocasião da instalação da mesma assembleia no dia 27 de outubro de 1862*. São Luiz: Typographia de B. Mattos, 1862

\_\_\_\_\_. Ministério Público. *Correspondência ativa dos promotores públicos do Império: 1861-1862*. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2010.

MINAS GERAIS, Secretaria de Polícia de. *Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo chefe de polícia, Américo Ferreira Lopes, em 1912*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

PORTUGAL. PORTUGAL. *Alvará Régio de 12 de agosto de 1797*.

\_\_\_\_\_. *Livro de ouro comemorativo da visita de Sua Magestade El-rei Dom Carlos I aos Estados Unidos do Brasil e da abertura dos portos ao comércio mundial*. Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1908.

#### \*Periódicos Bombeiros

*O Bombeiro* – 1933.

\*Periódicos diários e semanais

Biblioteca Nacional Espanha (Hemeroteca Digital)

*La Ilustración: periódico universal* – 1850.

Biblioteca Nacional Brasil (Hemeroteca Digital)

*A Época* – 1913, 19015.

*A Federação* – 1887.

*A Folha de Vitória* – 1887.

*A Folha Nova* – 1882.

*A Imprensa* – 1909, 1910.

*Almanak Laemmert* – 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 19010, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915.

*Amphion* – 1887

*A Noite* – 1925

*A Notícia* – 1886, 1915

*A Provincia de Minas* – 1887.

*A Verdade* – 1887.  
*Commercial* – 1887.  
*Careta* – 1909.  
*Correio Mercantil* – 1855, 1856.  
*Correio da Manhã* – 1903, 1905, 1909, 1910.  
*Correio da Noite* – 1914.  
*Correio do Rio de Janeiro* – 1849.  
*Diario de Noticias* – 1887, 1888.  
*Diario de Pernambuco* – 1843.  
*Diario do Brasil* – 1881, 1883.  
*Diario do Rio de Janeiro* – 1850, 1853, 1854, 1856, 1859.  
*Diario Ilustrado* – 1887.  
*Diario Portuguez* – 1885.  
*Espectador* – 1882, 1884.  
*Fon-Fon!* – 1907.  
*Gazeta da Tarde* – 1883, 1888.  
*Gazeta Luzitânia* – 1888.  
*Gazeta de Notícias* – 1880, 1881, 1883, 1887, 1888, 1889, 1890, 1892, 1894, 1905, 1906, 1908, 1909.  
*Gazeta Official do Império do Brasil* – 1846.  
*Gutenberg* – 1887.  
*Il Bersaglière* – 1904.  
*Jornal da Noite* – 1881.  
*Jornal do Brasil* – 1896, 1891, 1892, 1895, 1897, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911.  
*Jornal do Commercio* – 1847, 1848, 1849, 1874, 1880, 1881, 1885, 1887, 1906, 1908, 1913, 1915.  
*Kosmos* – 1906  
*Minerva Brasiliense* – 1844  
*O Conservador* – 1887.  
*O Brasil* – 1890.  
*O Fluminense* – 1905.  
*O Globo* – 1875.  
*O Globo Ilustrado* – 1882.  
*O Imparcial* – 1925.

*O Liberal do Pará* – 1887.

*O Malho* – 1905, 1906, 1907, 1908, 1909.

*O Mequetrefe* – 1876, 1888.

*O Paiz* – 1885, 1886, 1887, 1892, 1894, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1911, 1915.

*Orbe* – 1887.

*O Século* – 1912, 1914.

*Revista da Semana* – 1904.

*Revista de Engenharia* – 1890

*Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro* – 1890, 1892.

*Revista dos Theatros* – 1879.

*Revista Theatral* – 1895.

*Revista Ilustrada* – 1888.

*Tribuna Militar* – 1881.

## 9.

### Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

AGUIAR, Francisco Marcelino de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, St. Louis, 1904*. Saint Louis: Art Dept. Saml F. Myerson Ptg. Co., 1904.

\_\_\_\_\_. *Relatório sobre a indústria siderúrgica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: Da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1976.

AQUINO, Wagner Augusto Soares de; MARÇAL, Marina Mateus. *Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – 100 anos de história e reflexão 1911-2011*. Belo Horizonte: Rona Editora, 2013.

AQUINO, Lia de. *Contribuições ao estudo das habitações populares*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995.

ALEXANDER, Anna Rose. *City on fire: Technology, Social Change, and the Hazards of Progress in Mexico City, 1860-1910*. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press, 2016.



ALMEIDA, Anita Correia L. de. Fogo!... fogo!... fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista. In: CARVALHO. José Murilo de.; CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectiva da cidadania do Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ALMEIDA, Gilmar Machado. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1889*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

APPELBAUM, Stanley. *Spectacle in the White City: the Chicago 1893 World's Fair*. New York: Calla; Dover, 2009.

ARAÚJO, Néson de. Alguns Aspectos do Teatro no Brasil nos séculos XVIII e XIX. *FALL*, 1977, p. 17-24.

AZEVEDO, Aluísio de. *O touro negro* (crônicas e epistolário). Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia., 1944.

\_\_\_\_\_. *O Cortiço*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Vol. 1. Rio de Janeiro: BL Garnier, 1877.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

BASTOS, Afonso Henrique Sant'Ana. *Rio em Chamas: Cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Niterói, RJ, 2015.

\_\_\_\_\_. Ordinários Marchem: aspectos da militarização do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. *Anais do I Seminário Nacional de História Militar*, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2O8FyeY>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BAUDRIMONT, Alexandre. *Dictionnaire de l'industrie manufacturière: commerciale et agricole*. Bruxelles: Meline, 1838.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade e São Paulo, 2009.

BACKEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao exmo sr. dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BENÉVOLO, Ademar. *Introdução à História Ferroviária do Brasil: Estudo social, político e histórico*. Recife: Edições Folha da Manhã, 1953.

BERTILLON, Jacques. *Étude démographique du divorce et de la séparation de corps dans les différents pays de l'Europe*. Paris: G. Masson, 1883.

\_\_\_\_\_. *Le problème de la dépopulation. Le programme de l'Alliance nationale pour l'accroissement de la population française*. Paris: Bureaux De La Revue Politique Et Parlementaire, 1897.

\_\_\_\_\_. *Texte des vœux émis par l'Institut international de statistique*. École d'Alembert, 1903

BESNARD, P. M. *Organisation des sapeurs-pompiers de France*. Chartres: Imprimerie de Garnier, 1860.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BORGES, Vera Lucia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. *Revista Dimensões*, vol. 27, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. RÉMOND, René. (dir.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BRAIDWOOD, James. *Fire prevention and fire Extinction*. London: Bell and Daldy, 1866.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. A Polícia carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, nº 22, p. 219-234, 1998.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 19, 1997.

CAIMARI, Lila. *Mientras la ciudad duerme: pistoleros policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

CALAZA, José Maria. *Manual de Bombero*. Buenos Aires: Imprenta del Departamento Nacional de Agricultura, 1887.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. *O Rio de Janeiro nas Alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuições ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CASTRO, Ramiro Berbert de. *Histórico e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora Ltda, 1926.

CAVALCANTI, Nireu. SANTOS, Renata. *Casarão vermelho: centenário da construção do quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, 1908-2008*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, CBMERJ, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_.; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CUNHA, Ernesto Marcos Tygna da. *Protecção contra incêndios – Apontamentos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1915.

CUNHA JUNIOR. Carlos Fernando Ferreira. Os exercícios gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1870). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 69-81, mar. 2011.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

DANA, David D. *The Fireman: The Fire Departments of the United States*. Boston: James French and Company, 1858.

DIAS, José da Silva. *Teatros do Rio: do século XVIII ao século XX*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012.

DIEGO, Marcelo. O escravo vai à ópera: ópera e escravidão no rio de janeiro ao redor de 1850. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 597-613, Maio-Agosto 2019.

DUARTE, Viriato Belfort. *Incêndios nos Teatros. Novos Estudos*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuringer & Filhos, 1893.

DUPÂQUIER, Michel. La Famille Bertillon et la naissance d'une nouvelle science sociale: La Demographie. In: *Annales de démographie historique. Société de démographie historique*, 1983.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis, 1761-1808*. Brasília: Senado Federal, 2000.

ENNE, Ana Lucia S. O sensacionalismo como processo cultural. *ECO-PÓS*, v. 10, nº. 2, julho – dezembro de 2007

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas de Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

FERREIRA, Milton Martins. *A evolução da iluminação na cidade do Rio de Janeiro: contribuições tecnológicas*. Rio de Janeiro: Synergia: Light, 2009.

FIGUEIRA, Manuel Fernandes (Org.). *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

FIGUEREDO, Candido. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria, 1899.

FIORILLO, Alessandro. *Mezzi e attrezzature anticendio dalla Rivoluzione industriale ad oggi (1880-2015)*. Due secoli di evoluzione scientifica e tecnologica applicata al soccorso. Roma: GEDI Gruppo Editoriale, 2019.

FRANCA, Luciana Penna. *Teatro amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes*. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ: 2011.

\_\_\_\_\_. *Teatro amador no Rio de Janeiro: associativismo dramático, espetáculos e filosofia (1871-1920)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ: 2016.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GALEANO, Diego Antonio. "Caídos en cumplimiento del deber". Notas sobre la construcción del heroísmo policial. In: Galeano, Diego; Kaminsky, Gregorio. (Org.). *Mirada (de) uniforme. Historia y crítica de la razón policial*. Buenos Aires: Teseo, 2011.

GIUCCI, Guillermo. *A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GIMENES, Gabriela Xabay. A Exposição Universal de Chicago (1893): reflexões sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo na virada do século XIX para o XX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 22, p. 147-181, Jan/Jun, 2017.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada - Heera* (UFJF. Online), Vol. 2, Nº 3 Ago-Dez. 2007, p. 1-27.

GARÇON, Anne-Françoise. Innover dans le texte. L'Encyclopédie Roret et la vulgarisation des techniques, 1830-1880. *Colloque Les Archives de l'Invention*, May 2003, Paris, France. Disponível em: <https://bit.ly/2DXrdPh>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GIUDICE, Francesco del. *Universalità dei mezzi di previdenza, difesa, e salvezza per le calamità degl'incendi*. Bologna: Tipografia Dell'Istituto delle Scienze, 1848.

\_\_\_\_\_. *Della istituzione de' pompieri per grandi città e terre minori di qualunque stato*. Bologna: Tipografia di Emidio Dall'Olmo, 1853.

GREENBERG, Amy Sophia. *Cause for Alarm: The Volunteer Fire Department in the Nineteenth Century*. Princeton: University Press, 2014.

GUIMARÃES, Valéria. *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

JUNIOR, Sylvio Jorge de Souza *et al.* Gestão estratégica e contratualização no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. *IX Congresso CONSAD de gestão pública*. Disponível em: <https://bit.ly/2XZYnWd>. Acesso em: 10 dez. 2020.

KASSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

KLAJMAN, Charles. *O conhecimento científico divulgado pelos soldados através da farda branca, através do periódico Medicina Militar (1910-1923)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2011.

LAHMEYER, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. "Fitas em chamás": cinema, imprensa e socialismo na Belle Époque carioca. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, nº. 80, 2019.

\_\_\_\_\_. A encenação da discórdia: consumo cinematográfico e a formação de uma cultura de classe média na Belle Époque carioca. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 21-40, Jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37yxa3y>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisséia, 1972.

LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através das Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2SxZhcN>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LOIOLA, Gelson. *Evolução Histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (1912-2009)*. Vitória, ES: Canela Verde, 2010.

LORIGA, Sabina. A Biografia como problema. In REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. *Construção Diplomática, Missão Arquitetônica: Os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939)*. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro: alguns apontamentos para a sua história*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

MARTLAND, Samuel J.. Taming Fire in Valparaíso, Chile, 1840s-1870s. In: BANKOFF, Greg.; LÜBKEN, Uwe.; SAND, Jordan. *Flammable Cities: Urban Conflagration and the Making of the Modern World*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012.

MARZANO, Andrea. A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de Melo. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro, 1880-1930*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MCCLEARY, Kristen. Inflaming the Fears of Theatergoers. How Fires Shaped the Public Sphere in Buenos Aires, Argentina, 1880-1910. In: BANKOFF, Greg. LÜBKEN, Uwe. SAND, Jordan. *Flammable Cities. Urban Conflagration and the Making of the Modern World*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

MENEZES, José Pantoja de. *O corpo de Bombeiros no Pará*. Belém, PA: S/Ed, 2007.

NASCIMENTO, José Luciano Viana do. *História do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará: Dos seus primórdios aos dias atuais*. Fortaleza, CE: RDS, 2014.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Henridrik (Org.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NEILLY, Andrew H. *The Violent Volunteers: A History of the Volunteer Fire Department of Philadelphia, 1763-1871*. Ph. D. diss. Philosophy, University of Pennsylvania, 1959.

NETO, José Gonçalves de Oliveira, *Reflexões sobre a trajetória histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba (1917-2016)*, trabalho de conclusão de curso de

licenciatura plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, PB, 2016.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. *"Sherlock Holmes no Brasil": Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica (Rio de Janeiro, 1907-1915)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, 2019.

OTTONI, Christiano Benedicto. *O senhor major de engenheiros Francisco Primo de Souza Aguiar e a estrada de ferro D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

PAULIN, Gustave. *Théorie sur l'extinction des incendies, ou Nouveau manuel du sapeur-pompier... précédé de l'historique du corps des sapeurs-pompiers de la ville de Paris par le ch. er G. Paulin*. Paris: Bachelier, 1837.

\_\_\_\_\_. *Atlas complet du Manuel du sapeur-pompier*. Paris: Librairie Roret, 1839.

\_\_\_\_\_. *Theorie des Feuerlöschens oder Neues Handbuch des Pompiers, enthaltend: die Anweisung, alle Arten Feuer zu löschen, die Nomenclatur der Spritze, ihre einzelnen Theile, die Beschreibung der Manöver mit der Spritze, die Geschichte des Pompier-Corps in Paris usw: Aus dem Französischen. bei Hoffmann und Campe, 1844.*

PEREIRA, Margareth da Silva. Uma arqueologia da modernidade brasileira: a participação do Brasil nas Exposições Universais. In: BRITES, Blanca; CATTANI, Icleia Borsa; KERN, Maria Lucia Bastos, (Orgs). *Modernidade: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Arte*. Porto Alegre: Instituto de Arte; UFRGS, 1991.

PIMENTEL, Antônio. *Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. e Lit. de Carlos Gaspar da Silva, 1890.

PINHEIRO, Manoel Carlos. *Francisco Marcellino de Souza Aguiar, vida e obra*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

PORFÍRIO, Waldir. *Bandeiras Vermelhas: A Presença dos Comunistas na Paraíba (1900-1960)*. João Pessoa/PB: Texto arte, 2003.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RENAULT, Delso. *O Dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REVEL, Jacques. A instituição e o social. In. REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

REZENDE, Livia. 'Of Coffee, Nature and Exclusion: Designing Brazilian National Identity at International Exhibitions, 1867 & 1904', in: Grace Lees-Maffei and

KjetilFallan (eds). *Designing Worlds: National Design Histories in the Age of Globalization*. Oxford: Berghahn, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: O antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas: crônicas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições. Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995.

ROMERO, Sylvio. *Machado de Assis: Estudo comparativo de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897.

\_\_\_\_\_. *Zéverissimações ineptas da crítica (Repulsas e Desabafos)*. Porto: Oficinas do Commercio do Porto, 1909.

RORET, Nicolas-Edme. *Encyclopédie-Roret. Sapeur-Pompier, ou Théorie sur l'extinction des incendies*. Paris: Roret, 1868.

SAES, Alexandre Macchione.; HANSEN, Claudia Regina Salgado de Oliveira. Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX. *História econômica & História de empresas*, X, 1, 2007

SALVADOR, Miguel Arcanjo; MADEIRA, Anapaula Gonçalves. *A História do Corpo de Bombeiros de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2008.

SANTA RITTA, José de. *A água do Rio: do Carioca ao Guandu. A história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

SANTOS, Antonio Ferraz dos. *Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo*. São Paulo: Novo Século, 2010.

SCHREINER, Luiz., DUARTE, Viriato Belfort. *Incêndios nos Theatros: meios de preveni-los e atenuar seus efeitos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato brasileiro (1850-1930). In. HEINZ, Flavio M. (Org.). *História Social das Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante, técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alberto Martins da. Hospital Central do Exército: 1768-1998. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 158, n. 397, p. 977-1017, out.-dez., 1997.



SILVA, Jaqueline Neves da. *Quando a arma era o fogo. Os incêndios de origens não casuais no Rio de Janeiro Oitocentista (1830-1886)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unirio. Rio de Janeiro, 2015.

SIRVENT, Rafael Fernández. *Francisco Amoròs y los inicios de la Educación Física moderna. Biografía de un funcionario al servicio de España y Francia*. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.

SMITH, Carl S. *Urban disorder and the shape of belief: the Great Chicago Fire, the Haymarket bomb, and the model town of Pullman*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

SOUZA, Arini Fernandes. Teatro João Caetano conta sua história. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 3, 2009, p. 181-197. Acesso em: <https://bit.ly/3fdkXWB>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUZA, Vitor Leandro de. *Mercado Central: Modernidades e Resistências Cotidianas no Rio de Janeiro das Primeiras Décadas da República*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VANDENBROECK, Victor. *Réflexions sur L'Hygiène des Mineurs et des ouvriers d'usines métallurgiques*. Mons: Masquillier et Lamir, 1840.

VASCONCELLOS, Max. *Vias brasileiras de comunicação: Estrada de Ferro Central do Brasil, linha do centro e ramais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

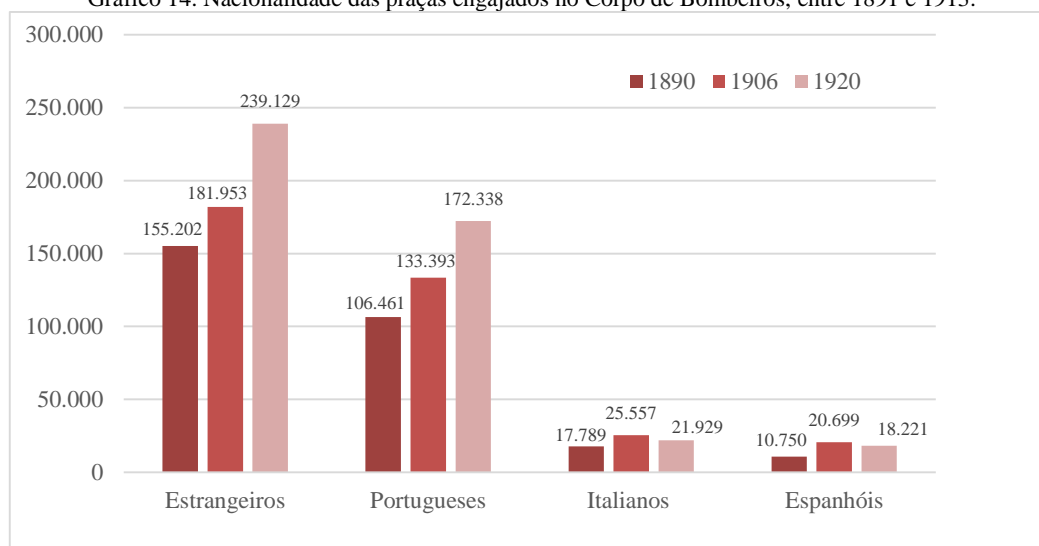
VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIANNA, José Feliciano Lobo. *Guia Militar para o ano de 1898*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

ZWIERLEIN, Cornel. The burning of a modern city? Istanbul as Perceived by the Agents of the Sun Fire Office, 1885-1870. In: BANKOFF, Greg.; LÜBKEN, Uwe.; SAND, Jordan. *Flammable Cities: Urban Conflagration and the Making of the Modern World*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012.

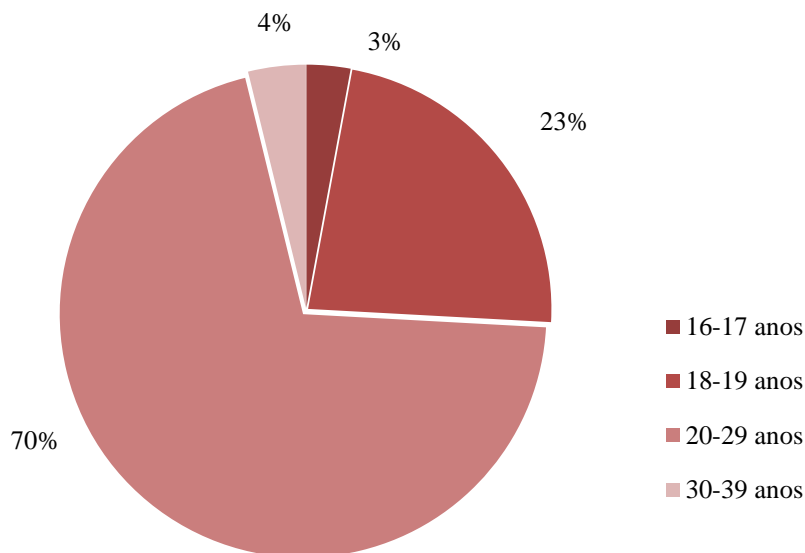
## 10. ANEXO

Gráfico 14. Nacionalidade das praças engajados no Corpo de Bombeiros, entre 1891 e 1913.



Fonte: LMAP, 1891-1913. AGCBMRRJ.

Gráfico 15. Faixa de idade dos ingressantes no Corpo de Bombeiros (1891-1913).



Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pelo Corpo de Bombeiros nos Relatórios Ministeriais (Agricultura 1879-1891 / Justiça 1892-1915), disponíveis em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

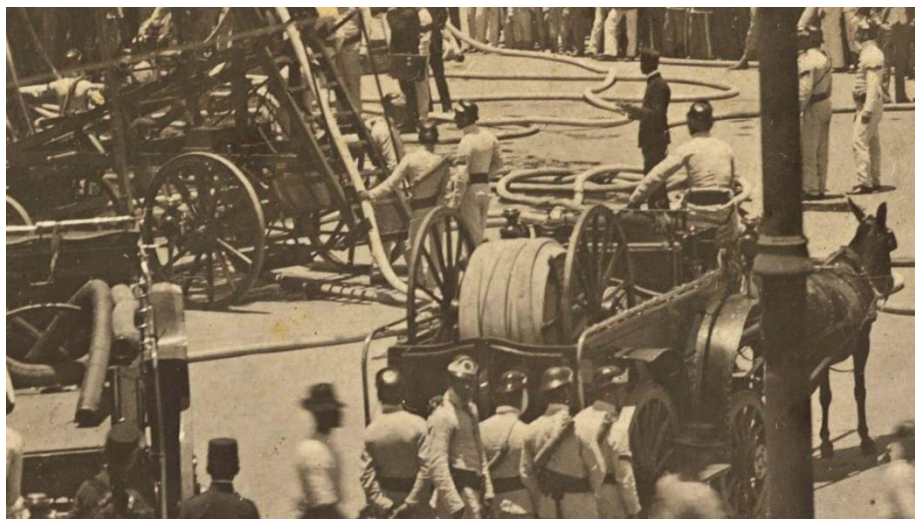


Figura 46. Veículos de tração animal usado para o transporte de materiais e militares do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro durante trabalho de extinção de incêndio em casarão na Rua Marechal Floriano [detalhe], em 19 de dezembro de 1910. Foto MALTA, Augusto. Gelatina/ Pratai/sp: 16,5 x 23,0 cm, P&B.

Acervo Instituto Moreira Salles [Brasiliiana fotográfica].

Disponível em: <http://bit.ly/333a5o3> Acesso em: 10 dez .2020.

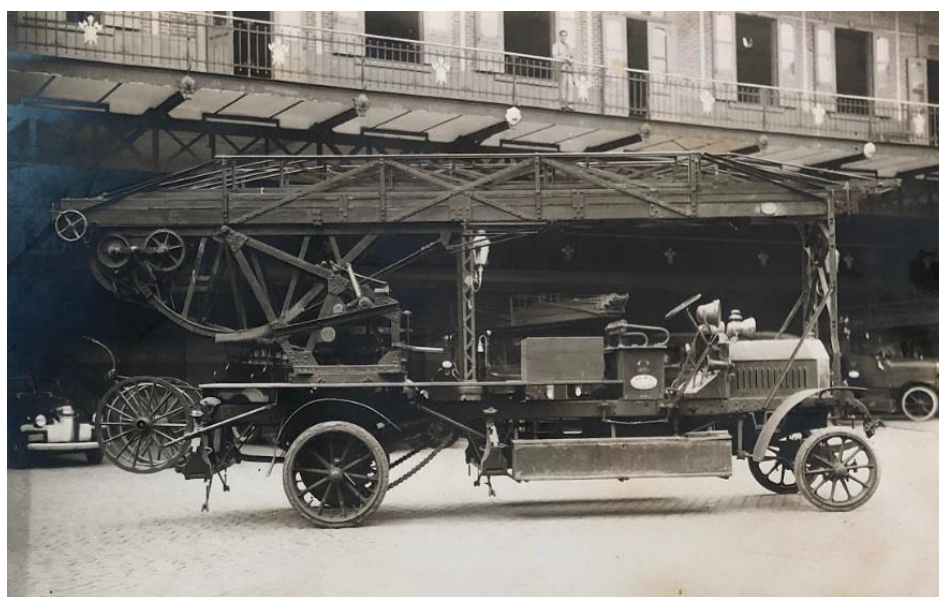


Figura 47. Autoescada mecânica construída na oficina da Corporação, em 1913, pelo engenheiro francês Arsene Maier. Fonte: AGCBMERJ, “*Parecer da comissão de consideração sobre o material rodante e flutuante, 1947*”, p. 22. Foto: Autor desconhecido



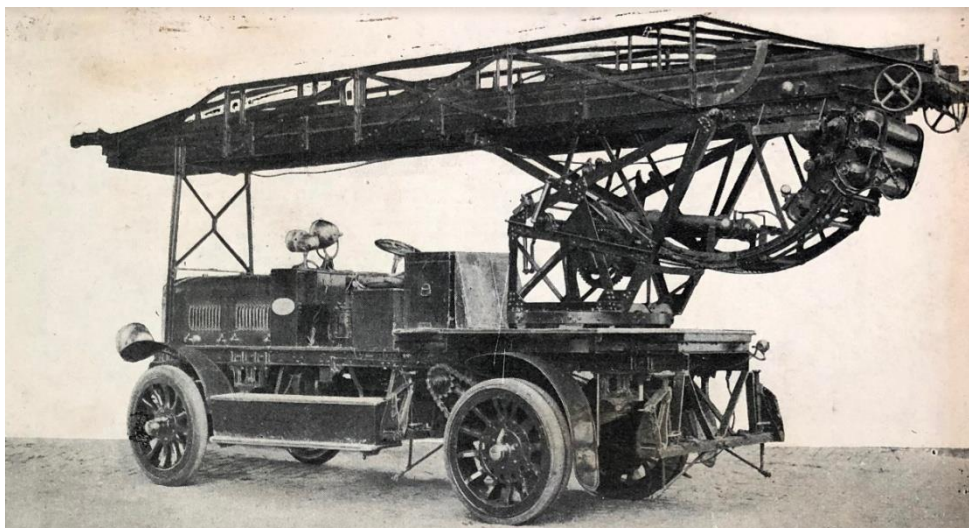


Figura 48. Autoescada mecânica fabricada pela empresa *Merryweather & Sons*, em 1913.  
 Fonte: AGCBMERJ, “*Parecer da comissão de consideração sobre o material rodante e flutuante, 1947*”, p. 22(A).  
 Foto: Autor desconhecido.

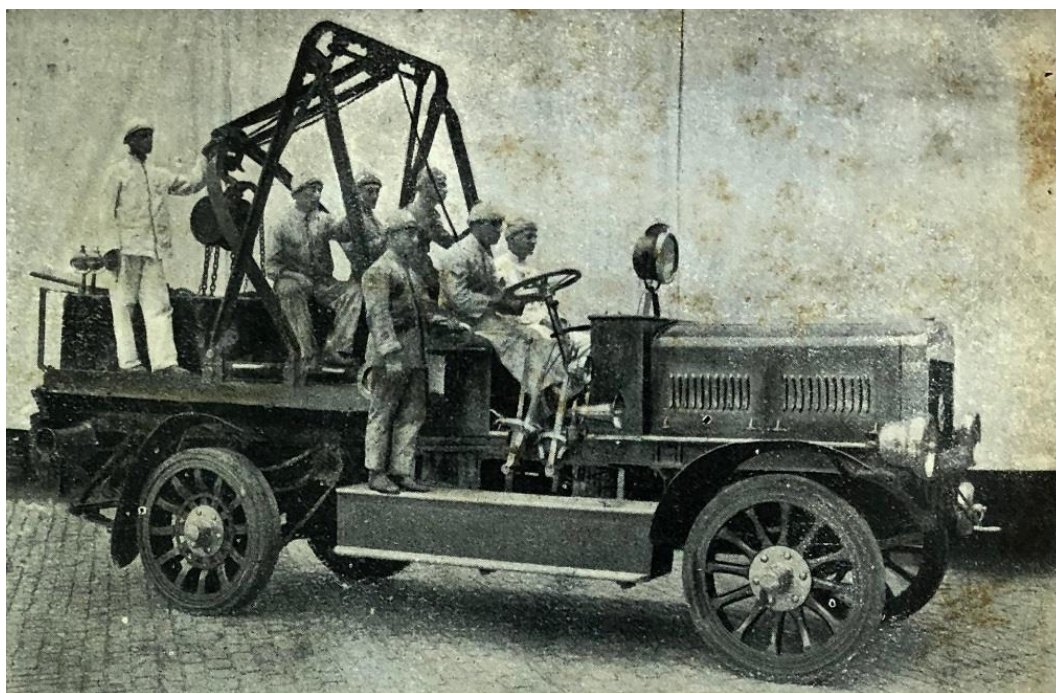


Figura 49. Autossocorro de fabricação não especificada, 1913.  
 Fonte: AGCBMERJ, “*Parecer da comissão de consideração sobre o material rodante e flutuante, 1947*”, p. 28. Foto:  
 Autor desconhecido.



Figura 50. Veículo “A. M nº 3” fabricação *Merryweather & Sons* em 1914.  
 Fonte: AGCBMERJ, “*Parecer da comissão de consideração sobre o material rodante e flutuante, 1947*”, p. 37. Foto:  
 Autor desconhecido.

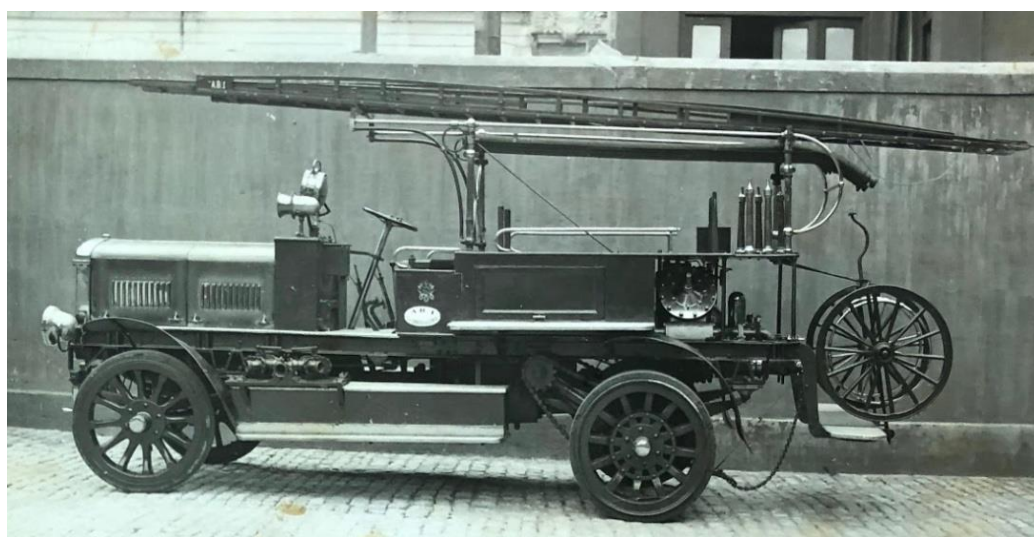


Figura 51. Autobomba “Hatfield” fabricação *Merryweather & Sons* em 1913.  
 Fonte: AGCBMERJ, “*Parecer da comissão de consideração sobre o material rodante e flutuante, 1947*”, p. 31.  
 Foto: Autor desconhecido.



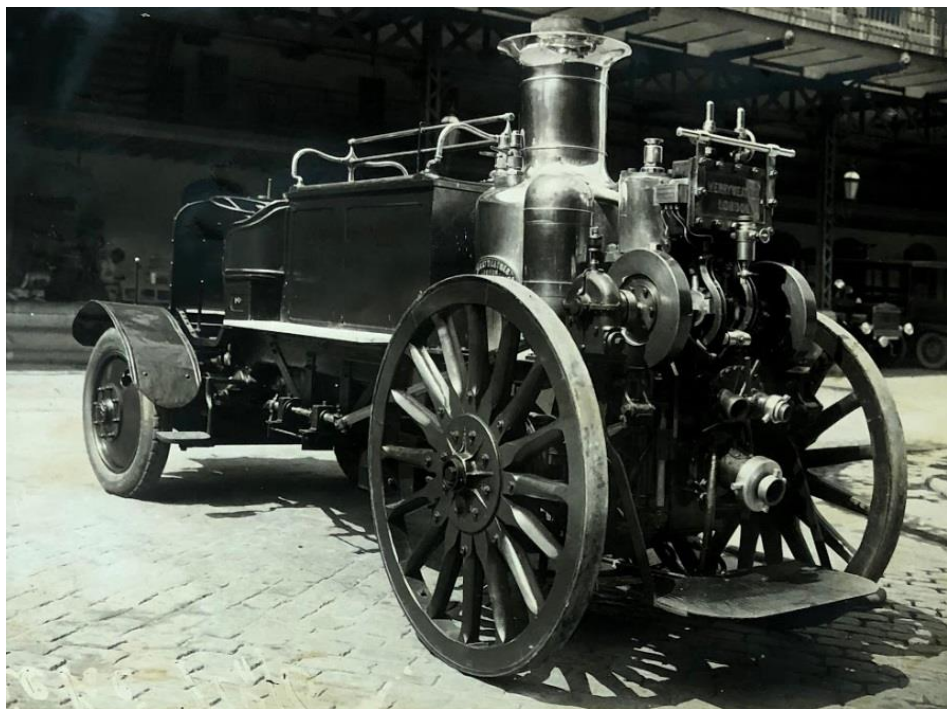


Figura 52. Autobomba mista [sic] veículo de fabricação desconhecida, motor de explosão Latyl (1924) e bomba a vapor fabricação Merryweather & Sons (c.1896).  
 Fonte: AGCBMERJ, “Parecer da comissão de consideração sobre o material rodante e flutuante, 1947”, p. 36. Foto: Autor desconhecido.

Tabela 7. Soldo dos Bombeiros entre 1860 e 1911.

Ano	Denominação		Soldo	Etapas	Gratificação	Total por ano
1860	Bombeiros		1\$000	-	-	365\$000
1881 1887	Bombeiros	Condutores	\$500	\$800	\$700	730\$000
		Artífices	\$500	\$800	\$700	730\$000
		Trabalhadores	\$500	\$800	\$700	730\$000
		Corneteiros	\$500	\$800	\$700	730\$000
		Aprendizes	\$400	\$800	\$300	547\$500
1890	Bombeiros	Condutores	\$750	\$800	\$700	821\$250
		Artífices	\$750	\$800	\$700	821\$250
		Trabalhadores	\$750	\$800	\$700	821\$250
		Corneteiros	\$750	\$800	\$700	821\$250
		Aprendizes	\$600	\$800	\$300	620\$500
1894	Bombeiro		1\$720	-	-	627\$800
	Aprendizes		1\$500	-	-	547\$500
1896	Bombeiro		2\$000	-	-	-
	Aprendizes		1\$500	-	-	-
1907	Bombeiros		2\$000	-	-	-
1911	Bombeiros		2\$000	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Regulamentos do Corpo de Bombeiros.

Tabela 8. Veículos disponíveis para os trabalhos de atendimento realizado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, 1879-1904.

Veículos / Ano	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1894	1898	1899	1902	1903	1904
Com escadas	2	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	3	5	6	3	4	3
Transporte de pessoal e material	1	4	8	7	7	12	12	13	13	13	15	16	18	26	26	39	39	29
Condução de Mangueiras (carros e Carrinhos)	2	2	2	2	2	11	13	16	16	14	12	11	10	18	18	18	18	18
Pipas d'água	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	11	12	11	11	11
Carroças com Pipa d'água	10	10	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carroças para a condução de material	4	2	2	-	6	6	6	6	6	6	6	6	6	8	8	-	-	-
meio-caleças / caleche	-	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	5	5	6	6	6
Ambulância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Carro-Bond	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caminhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10

Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pelo Corpo de Bombeiros nos Relatórios Ministeriais (Agricultura 1879-1891 / Justiça 1892-1904\*).  
Disponíveis no site <http://ddsnext.crl.edu/>. (\*Entre 1905 e 1915, os relatórios não disponibilizam detalhes sobre os veículos)

Tabela 9. Motivos da exclusão das praças, 1880-1913

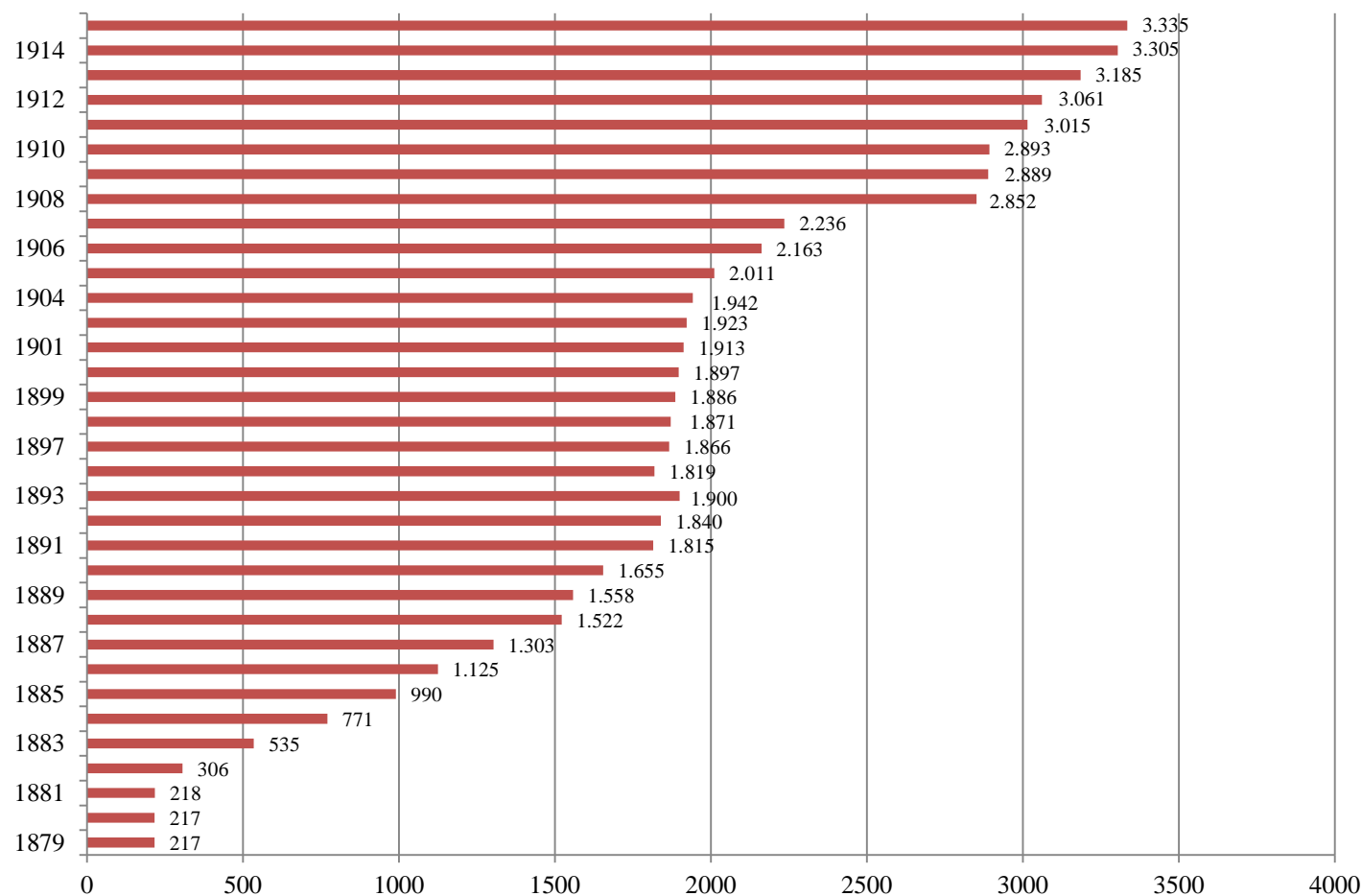
Ano	Promoção	Incapacidade física	Inaptdão	A pedido	Reformado	Crime de furto	Deserção	Conveniência do serviço	Disciplina	Falecido	Moralidade	Menor	Embriaguez	Expulso da polícia anteriormente	Apresentado substituto	Incorrigível	Tempo	Outros Motivos	Total
1880	-	12	-	-	-	-	6	-	-	3	-	-	-	-	-	-	6	10	37
1881	4	9	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	6	23	46
1888	-	12		17	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	17	3	24	77
1891	-	26		-	-	-	37	15	-	7	-	-	-	-	-	17	14	27	143
1894	3	17		-	7	-	-	23	-	10	-	-	-	-	17	11	22	-	110
1899	-	25	-	-	3	-	22	17	32	4	-	-	3	-	2	7	36	30	181
1900	1	5	10	4	6	1	33	13	25	3	-	-	3	-	-	-	56		160
1901	1	9	6	8	3	6	27	10	5	7	2	1	-	2	2	2	30	-	121
1902	1	13	2	19	5	1	8	4	22	8	2	-	2	1	-	2	23	-	113
1903	1	9	1	32	4	2	4	4	6	7	-	3	-	1	1	1	27	-	103
1904	-	3	2	21	6	-	9	7	11	8	2	2	1	-	1	-	33	-	106
1905	-	8	3	9	13	3	19	7	18	4	1	-	1	-	-	3	31	25	145
1906	5	10	10	1	5	2	16	3	29	10	-	-	-	-	-	1	31	4	127
1907	13	8	-	-	9	-	37	-	40	3	-	-	-	-	-	4	19	5	138
1908	1	9	2	-	6	-	67	26	37	5	-	-	-	-	-	5	11	7	176
1909	1	6	-	-	8	-	21	57		5	-	-	-	-	-	1	20	12	131
1910	1	5	1	13	13	-	8	32	29	12	1	-	-	-	-	-	21	14	150
1911	8	10	-	15	8	-	16	15	20	7	6	-	-	-	-	-	39	11	155
1912	4	5	-	-	15	-	24	15	21	8	3	-	-	-	-	3	12	54	164
1913	2	8	1	41	20	-	23	5	16	8	1	-	1	-	-	-	12	4	142

Relatórios ministérios da Agricultura e Justiça, 1880-1913. Disponível em: <https://bit.ly/2ZTvRYI>. Acesso em 10 dez. 2021.

Fonte:



Gráfico 16. Número de hidrantes instalados entre 1879 e 1915.



Fonte: Relatórios ministérios da Agricultura e Justiça, 1879-1915.  
Disponível em: <https://bit.ly/2ZTvRYI>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Tabela 10. Bombas e materiais do Corpo de Bombeiros, 1879 e 1904.

Bomba / Ano	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1894	1898	1899	1902	1903	1904
de vapor / Terrestres (1885)	3	5	6	6	9	9	10	10	10	11	11	12	10	13	14	16	16	18
Química	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Flutuante de Vapor (Lancha)	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
Manuais de estação	13	-	7	6	-	8	8	7	6	5	6	6	3	1	-	-	-	-
de Posto (motor animado)	-	-	5	4		3	2	2	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
Manuais	-	16	-	-	8	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De mão / Portáteis	-	12	12	13	18	17	16	16	13	17	17	18	16	22	21	22	22	22
De mão de cisterna	-	-	-	-	-	4	9	9	9	19	19	19	-	12	12	16	16	16
Dita para Pressão hidráulica	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Extintores Químicos	18	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-	-	-	-
Aparelhos de Salvação	15	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13	22	68	-	-	57	53	52
Sacos de Salvação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	3	3
Dynamo e Centrífuga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Abafadeira Química	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16	5	5	5

Fonte: Relatórios ministérios da Agricultura e Justiça, 1879-1904.

Disponível em: <https://bit.ly/2ZTvRYI>. Acesso em 10 dez. 2021.

Tabela 11. Profissão de Alistados e Profissão Censo 1906.

Denominação Principal no Censo do Rio	Grande Grupo	Subgrupo(s)		Quantidade no alistamento	Percentual nos Livros de Assentamento do Corpo de Bombeiros	Quantidade no Censo de 1906	Percentual no Censo de 1906	Ofício
Transformação e emprego de matéria prima	Indústria	Classificadas segundo a natureza das matérias utilizadas	Têxtis	35	0,008	1924	0,004	Alfaiate, Tecelão, Chapeleiro
			Couros, peles, ossos e outras matérias duras do reino	144	0,034	144	0,000	Correeiro, Pespontador, Sapateiro
			Madeiras	316	0,075	1240	0,003	Carpinteiro, Entalhador, Limador (Aprendiz de), Lustrador, Marceneiro (Aprendiz de)
			Metallurgia	458	0,108	7140	0,015	Caldeireiro de Ferro (Aprendiz de), Caldeireiro de Cobre, Ferreiro (Ajudante de), Foguista, Fundidor de Ferro e Bronze (Aprendiz), Funileiro, Malhador (Ajudante de), Malheiro, Mecânico (Ajustador), Modelador, Ourives (Aprendiz) , Rebarbador, Serralheiro, Soldador, Torneiro [Mecânico, de Ferro]
			Cerâmica	16	0,004	666	0,001	Vidraceiro
		Classificadas segundo o	Alimentação	4	0,001	3297	0,007	Cigarreiro

		gênero das necessidades a que se destinam	Edifica ção	451	0,107	31795	0,069	Bombeiro Gasista, Bombeiro Hidraulico, Calceteiro, Eletricista (Ajudante de), Estucador, Forrador de Papel, Gasista, Pedreiro (Servente/Aprendiz de), Pintor (Aprendiz de).
			Construça o dos aparelhos	4	0,001	669	0,001	Calafate
			Indústrias relativas às ciências, letras e artes e indústria de luxo	151	0,036	3680	0,008	Autógrafo, Compositor, Empalhador, Encadernador, Impressor, Litógrafo, Relojoeiro, Tipógrafo
	Transporte	Marítimo		19	0,004	6639	0,014	Arraes de Embarcação a vapor, Embarcadiço, Estivador, Marinheiro, Mestre de lancha a vapor
		Terrestre		718	0,170	14276	0,031	Carroceiro, Chauffeur, Cocheiro, Condutor, Ferrador, Maquinista, Segeiro

		Correios, Telégrafos e Telefones	28	0,007	1787	0,004	Telegrafista, Telegrafo
	Comér cio	Comércio propriamente dito	24	0,006	61022	0,132	Farmácia (Prática de)
Administra ção pública e profissões	Profissões Liberais	Ciências, letras e artes	168	0,040	3680	0,008	Músico
Serviços			24	0,006	-	-	Barbeiro, Cozinheiro
Nenhum			1.668	0,395	-	-	

Fonte: LMAP, AGCBMRJ. Censo 1906.

